



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1564

Quinta-feira - 04 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2
Água Doce	3
Alto Bela Vista	11
Antônio Carlos	12
Atalanta	12
Balneário Rincão	13
Barra Velha	18
Biguaçu	19
Bom Jesus do Oeste	22
Bom Retiro	23
Braço do Trombudo	26
Brusque	53
Caçador	74
Camboriú	77
Campo Alegre	81
Campos Novos	233
Canelinha	236
Canoinhas	237
Capinzal	240
Catanduvas	242
Chapadão do Lageado	242
Cocal do Sul	243
Concórdia	244
Cordilheira Alta	260
Coronel Freitas	282
Correia Pinto	290
Curitibanos	290
Faxinal dos Guedes	292
Forquilha	293
Fraiburgo	294
Galvão	296
Garopaba	297
Garuva	301
Gaspar	301
Grão Pará	315
Guaramirim	316
Herval d'Oeste	321
Imbituba	329
Iomerê	342
Ipumirim	342
Irineópolis	343
Itaiópolis	345
Itapiranga	346
Itapoá	346
Jacinto Machado	351
Joaçaba	353
Lages	365
Lauro Muller	366
Lebon Régis	371

Leoberto Leal	372
Luzerna	379
Macieira	382
Mafrá	382
Maracajá	384
Marema	385
Massaranduba	385
Modelo	386
Morro da Fumaça	388
Navegantes	392
Nova Trento	393
Novo Horizonte	395
Orleans	396
Palhoça	397
Papanduva	398
Passo de Torres	410
Penha	411
Pinheiro Preto	415
Ponte Serrada	416
Porto Belo	416
Porto União	419
Pouso Redondo	420
Rio do Sul	421
Salto Veloso	443
Santa Rosa do Sul	444
Santa Terezinha do Progresso	446
São Bento do Sul	449
São José	458
São José do Cedro	465
São Lourenço do Oeste	466
São Pedro de Alcântara	467
Schroeder	468
Timbé do Sul	481
Timbó	481
Tunápolis	490
Vargeão	496
Vargem Bonita	496
Videira	497
Vitor Meireles	497
Xavantina	501
Xaxim	502

Consórcios

Consórcio Catarina	503
--------------------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista**PREFEITURA****Processo 124/2014 PP 110/2014**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 124/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 110/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DA CASA DA BALSA.
TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 18/09/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 20 de agosto de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria	Luciano Hermes
Prefeito Municipal	Pregoeiro

Processo 125/2014 PP 111/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 125/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 111/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 17/09/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 20 de agosto de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria	Luciano Hermes
Prefeito Municipal	Pregoeiro

Processo 126/2014 PP 112/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 126/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 112/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DA CAÇAMBA MB 1620 PLACA MBS 0045 DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 17/09/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 20 de agosto de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria	Luciano Hermes
Prefeito Municipal	Pregoeiro

Processo 127/2014 PP 113/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 127/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 113/2014

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços para construção de calçadas, muros, meio fio, assentamento de pedras são tomé e rampa de acesso da Prefeitura Municipal.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 19/09/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 20 de agosto de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria	Luciano Hermes
Prefeito Municipal	Pregoeiro

Água Doce

PREFEITURA

Edital Infracao N° 774 349 2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 774 349/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKE4338	8774075805	7455/0	10/07/2014	218 * I
AON8895	8774075583	7455/0	04/07/2014	218 * I
APG4016	8774075911	7471/0	08/07/2014	218 * III
ARZ1211	8774076399	7455/0	26/07/2014	218 * I
ATJ7009	8774075376	7455/0	02/07/2014	218 * I
ATV2864	8774076449	7455/0	27/07/2014	218 * I
AWC5327	8774076373	7471/0	27/07/2014	218 * III
BJH0893	8774075576	7455/0	03/07/2014	218 * I
BWR5235	8774076481	7463/0	22/07/2014	218 * II
BWR5235	8774076519	7455/0	23/07/2014	218 * I
DIX4436	8774076000	7455/0	13/07/2014	218 * I
DMX1102	8774076411	7455/0	22/07/2014	218 * I
DUC3050	8774076194	7455/0	14/07/2014	218 * I
FJM8385	8774076459	7455/0	27/07/2014	218 * I
IOJ2659	8774076385	7455/0	27/07/2014	218 * I
IRY9743	8774076426	7463/0	25/07/2014	218 * II
ISU1307	8774075590	7455/0	04/07/2014	218 * I
JYP9022	8774076334	7455/0	20/07/2014	218 * I
LXU4857	8774076046	7455/0	15/07/2014	218 * I
MCD2009	8774076095	7455/0	16/07/2014	218 * I
MDF2856	8774076111	7455/0	17/07/2014	218 * I
MEG4093	8774075899	7455/0	07/07/2014	218 * I
MGE7600	8774075872	7455/0	13/07/2014	218 * I
MGE7600	8774075883	7455/0	13/07/2014	218 * I
MHC6867	8774075763	7463/0	08/07/2014	218 * II
MJI6380	8774075834	7455/0	11/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJI6380	8774075960	7455/0	11/07/2014	218 * I
MJJ9368	8774076022	7455/0	14/07/2014	218 * I
MLE9417	8774076330	7455/0	20/07/2014	218 * I
MLX3131	8774076278	7455/0	18/07/2014	218 * I
MVG7973	8774075349	7463/0	01/07/2014	218 * II
MVG7973	8774075551	7455/0	01/07/2014	218 * I
NCM2058	8774076072	7455/0	16/07/2014	218 * I
NKV7913	8774076402	7455/0	26/07/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 350 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 350/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFT3353	8774074002	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AGO3148	8774074245	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANR0500	8774073541	7455/0	02/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASW9793	8774074909	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATP2403	8774074566	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATP2403	8774074701	7455/0	31/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWI1720	8774073639	7455/0	12/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
BBP5577	8774074433	7455/0	16/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
BUM9716	8774074506	7455/0	23/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
CGS0067	8774074222	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
CMD7137	8774074605	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
CRJ4965	8774039863	7463/0	08/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
GMA5384	8774075008	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
GMA5384	8774075016	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
IRZ2621	8774074373	7455/0	17/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
IRZ2621	8774074434	7455/0	17/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXY8026	8774073762	7455/0	07/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBG6798	8774073825	7455/0	16/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBV6972	8774074518	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCW8257	8774074079	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDA6262	8774074563	7455/0	23/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDE4909	8774073611	7455/0	09/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFE1129	8774073623	7455/0	10/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHH7601	8774065922	7455/0	30/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHH7601	8774065923	7455/0	30/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHL3289	8774074635	7455/0	30/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIG3262	8774073960	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIY3118	8774074069	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJI0016	8774073535	7455/0	02/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ3010	8774073709	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJS2716	8774074099	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKH9603	8774073643	7463/0	12/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKZ3496	8774073963	7463/0	27/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLD4390	8774074020	7471/0	25/04/2014	R\$ 574,61	218 * III
MMD6951	8774074624	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 639 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 639/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOT3934	54995560E	6912/0	26/07/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital Infração Nº 128 640 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 640/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EBU1061	54995520E	5185/1	05/08/2014	167
MAG4175	54888345B	7366/2	01/08/2014	252 * VI
MIC3178	54888443B	5967/0	02/08/2014	203 * V
MIF0879	54995557E	5452/2	25/07/2014	181 * VIII
MJV7634	54888344B	5193/0	23/07/2014	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 641 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 641/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIB0507	54995412E	5010/0	19/03/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infração Nº 128 642 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 642/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIV1377	54995463E	5185/1	11/04/2014	R\$ 127,69	167
MJF3159	54995458E	5967/0	06/04/2014	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 646, de 26 de Agosto de 2014.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A EFETUAR DESPESAS COM PREMIAÇÃO DO 1º FESTIVAL MUNICIPAL DA CANÇÃO"

Decio Grätner, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

PROJETO DE LEI:

Art. 1º Fica O Município de Alto Bela Vista autorizado a efetuar despesas com a premiação dos participantes do 1º Festival Municipal da Canção de Alto Bela Vista, promovido pelo Centro de Cultura de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes desta lei serão utilizados recursos dispostos no orçamento de 2014 do Município de Alto Bela Vista, na seguinte classificação orçamentária:

10.00	GERENCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	Cultura
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão da Cultura
13.392.0050.2.090	Atividades Gerais da Cultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas - Recursos Ordinários
	R\$ 2.100,00

Art. 3. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 26 de Agosto de 2014.

DECIO GRATNER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Lei Municipal Nº 648, de 26 de Agosto de 2014

DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE TERRENO URBANO QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECIO GRÄTNER, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por

compra, ou desapropriação:

I - Parte do Lote Rural n.º 284, da Colônia do Riu Uruguai, sem benfeitorias, com área de 65.778,01 m2 (sessenta e cinco mil e setecentos e setenta e oito metros e um centímetro), hoje cadastrado no Registro Cadastral Imobiliário do Município sob Lote Urbano n.º 13, da Quadra "O", a Rua Ernesto Simon, neste Município, com as confrontações inseridas na Matrícula n.º 723, livro 2º "B", do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia (SC) através da averbação da Retificação e Inserção de Medidas Lineares;

§ 1º - O Imóvel acima citado, objeto da presente desapropriação, encontra-se em fase de registro junto ao 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia (SC), juntamente com o Loteamento citado, em conformidade com o Decreto Municipal n.º 1.866, de 23 de maio de 2014, que Aprova o Loteamento Denominado "Loteamento Alto Bela Vista" e "Alvará de Licença para Loteamento de Área Urbana", expedido em 23 de maio de 2014.

§ 2º - É objeto da presente desapropriação, apenas a área de 360,39 m2, constante do imóvel identificado no artigo primeiro, a ser utilizada como acesso ao terreno de propriedade do Município, sendo essa caracterizada como Lote Urbano n.º 11, da Quadra "O"6, com as seguintes confrontações; 12,30m de frente para a Rua Ernesto Simon; 29,30m confrontando com o Lote n.º 12 da mesma Quadra; 29,30m com o Lote n.º 10 da mesma quadra e 12,30m de fundos confrontando com área do Município de Alto Bela Vista-SC.

Art. 2º A aquisição do imóvel identificado no artigo anterior destina-se exclusivamente para dar acesso à área já adquirida pelo município para edificação de uma escola e também para possibilitar a instalação da rede de energia elétrica e saneamento básico que abastecerá a futura edificação escolar.

Art. 3º A aquisição será precedida de prévia avaliação e se formalizará à luz das disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e, se for o caso, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão suportadas pelo orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 26 de agosto de 2014.

DÉCIO GRÄTNER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos**PREFEITURA****Portaria N 400/2014**

PORTARIA Nº 400/2014.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, IVETE CARNEIRO, do cargo temporário de NUTRICIONISTA, a partir de 04 de setembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete, em 03 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de setembro de 2014.

Lei Nº 1.463/2014

LEI NO 1.463/2014

Da nova redação ao art. 137 da Lei Municipal nº. 1.397/2012, a qual dispõe sobre o Código de Vigilância Sanitária, normas relativas a saúde no município de Antônio Carlos, e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Artigo 1(O art. 137 da lei Municipal nº. 1.397 de 28 de agosto do ano de 2012, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 137 Ficam instituídas as seguintes instâncias de julgamento para apuração das infrações sanitárias na forma de seu regulamento específico:

I - Primeira instância: Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde;

II - Segunda instância: Coordenador Municipal de Saúde;

III - Terceira instância: Secretário Municipal de Saúde e assistência Social.

Artigo 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 02 de setembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC.
Fone/ Fax: (48) 3272.1123 CEP: 88180-000

Atalanta**PREFEITURA****Processo Licitatório Nº 23/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 13/2014, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CASCALHO MACADAME SECO TIPO FOLHEILHO E DE CASCALHO BRITADO PARA MANUTENÇÃO NA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 19 de setembro de 2014, às 09:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 02 de setembro de 2014.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 10/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2014 - PARA REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 8/2014 - REGISTRO DE PREÇOS, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 18 de setembro de 2014, às 09:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações ou no e-mail compras@atalanta.sc.gov.br, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 03 de setembro de 2014.

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

Aviso de Concorrência Publica 021/SAMAE/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência Nº. 021/SAMAE/2014

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 06/10/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa de Engenharia para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema Comercial, do Samae de Balneário Rincão.

Fone/Fax: (48) 3468-4528/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 03 de Setembro de 2014.
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Valberto Berkenbrock

Termo de Suspensão - Santech

TERMO DE SUSPENSÃO CONTRATUAL

Fica suspenso, a partir de 04 de Agosto de 2014, por prazo indeterminado, o Contrato nº 018/SAMAE/2014 celebrado em 23 de Maio, entre o SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, com sede na Rua Laguna, SN, Centro do Município de Balneário Rincão - SC, inscrito no CNPJ sob o Nº. 17.509.587/0001-61, neste ato representado pelo Diretor Interino, Sr. ANTONIO CARLOS GHISI e a empresa SANTECH SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.319.004/0001-86, com sede na Rodovia BR 101- KM 389, Içara/SC.

Cláusula Primeira - Objeto

A presente suspensão decorre do contrato nº 018/SAMAE/2014 que tem por objeto a prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos no Município de Balneário Rincão/SC.

Cláusula Segunda - Motivação

A suspensão encontra respaldo no parecer jurídico anexo ao presente termo, bem como decisão judicial em anexo.

Clausula Terceira - Foro

Elegem as partes contratadas o Foro Privativo da Vara de Feitos da Fazenda Pública de Içara, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para

que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Balneário Rincão - SC, 01 de Setembro de 2014.

SAMAE BALNEÁRIO RINCÃO

ANTÔNIO CARLOS GHISI

Diretor Presidente Interino

Recebimento:

SANTECH SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

Extrato de Contrato - Pmbr

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 112/PMBR/2014; ORLEANS INFORMÁTICA LTDA - EPP. OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, materiais de expediente e pedagógico para uso dos diversos departamentos da Secretaria de Assistência Social do Município de Balneário Rincão - SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 07/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Vaguinho Rosseti
CONTRATO Nº. 113/PMBR/2014; RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA. OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, materiais de expediente e pedagógico para uso dos diversos departamentos da Secretaria de Assistência Social do Município de Balneário Rincão - SC. VIGENCIA:31/12/2014; ASSINATURA: 07/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Reginaldo Itamar Felisberto

CONTRATO Nº. 114/PMBR/2014; PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - EPP. OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, materiais de expediente e pedagógico para uso dos diversos departamentos da Secretaria de Assistência Social do Município de Balneário Rincão - SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 07/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Carina Ascari Alberton Gesser

CONTRATO Nº. 115/PMBR/2014; OTOMAR COMERCIAL LTDA. OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, materiais de expediente e pedagógico para uso dos diversos departamentos da Secretaria de Assistência Social do Município de Balneário Rincão - SC. VIGENCIA:31/12/2014; ASSINATURA: 07/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Nereu Oto Casagrande

CONTRATO Nº. 116/PMBR/2014; CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de forma parcelada, com máquina e equipamento, incluindo motorista /operador, para uso na manutenção das vias e nas áreas afetadas pelas fortes chuvas, no qual resultou Decreto de Situação de Emergência Nº. 158 de 29/06/2014 (Municipal) e Nº. 2.317 de 25/07/2014 (Estadual), no Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 11/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcio Correa Nunes

CONTRATO Nº. 117/PMBR/2014; ILSON CESAR WARMLING ME. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de forma parcelada, com máquina e equipamento, incluindo motorista /operador, para uso na manutenção das vias e nas áreas afetadas pelas fortes chuvas, no qual resultou Decreto de Situação de Emergência Nº. 158 de 29/06/2014 (Municipal) e Nº. 2.317 de 25/07/2014 (Estadual), no Município de Balneário Rincão/SC.

VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 11/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ilson Cesar Warmling

CONTRATO Nº. 118/PMBR/2014; HELIO RECCO ME. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de forma parcelada, com máquina e equipamento, incluindo motorista / operador, para uso na manutenção das vias e nas áreas afetadas pelas fortes chuvas, no qual resultou Decreto de Situação de Emergência Nº. 158 de 29/06/2014 (Municipal) e Nº. 2.317 de 25/07/2014 (Estadual), no Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 11/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Helio Recco

CONTRATO Nº. 119/PMBR/2014; STOLK BORRACHARIA E LAVAÇÃO LTDA. OBJETO: . Constitui objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de forma parcelada de baterias, pneus, câmaras de ar novos e para prestação de serviços de recapagem, vulcanização, consertos, geometria, alinhamento, cambagem, balanceamento, troca, rodízio, montagem/desmontagem de pneus dos automóveis, máquinas, trator, caminhão e ônibus pertencente a frota do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 12/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Neusa Da Silva

CONTRATO Nº. 120/PMBR/2014; SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Contratual a contratação do SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC, para execução do Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Município de Balneário Rincão - SC. Para serem implementados nos anos de 2014 a 2016. VIGENCIA: 06 meses; ASSINATURA: 19/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa os Srs. Carlos Guilherme Zigelli E Anacleto Ângelo Ortigara

CONTRATO Nº. 121/PMBR/2014; Expresso Coletivo IÇARENSE LTDA. OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de transporte para alunos e professores da Rede Publica de Ensino Fundamental e Infantil do Município de Balneário Rincão - SC, para a participação em eventos Pedagógicos Culturais Municipais e Estaduais durante o ano de 2014. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 25/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi

CONTRATO Nº. 122/PMBR/2014; PRGEO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE GEOMENSURA LTDA - ME. OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para o fornecimento de uma Estação Total para uso do Departamento de Obras do Município de Balneário Rincão /SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 27/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Celso Augusto Lopes Pereira Gomes

CONTRATO Nº. 123/PMBR/2014; SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de uma Minigarregadeira equipada com Concha, Vassoura, Espargidor de Agua e Capinadeira, material de desgaste para uso do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 29/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Antonio Marcos da Silva Ferreira

CONTRATO Nº. 124/PMBR/2014; HIPER TRANSPORTES E COMERCIO DE TRATORES LTDA - EPP. OBJETO: contratação de empresas

do ramo pertinente, para aquisição de uma Carreta Agrícola para uso do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 29/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Roberto Dagostin

Extrato de Contrato - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 040/FMS/2014; CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Farmácia Básica da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 22/08/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Vilson Szymanski

CONTRATO Nº. 041/FMS/2014; EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP; OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Farmácia Básica da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 22/08/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Adroaldo Machado

CONTRATO Nº. 042/FMS/2014; MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Farmácia Básica da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 22/08/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Mauro Marciano Garcia de Freitas

CONTRATO Nº. 043/FMS/2014; MEDICAMENTOS DE A Z EIRELI - EPP; OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Farmácia Básica da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 22/08/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Sirlei Fátima Follador

CONTRATO Nº. 044/FMS/2014; PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP; OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Farmácia Básica da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 22/08/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Chistiano Altair Mattana Giordani

CONTRATO Nº. 045/FMS/2014; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Farmácia Básica da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 22/08/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Maicon Cordova Pereira

CONTRATO Nº. 046/FMS/2014; DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos para uso da Farmácia Básica da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão - SC; ASSINATURA: 22/08/2014; VIGÊNCIA: 31/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Gleison Sachet

Lei 132/2014

LEI Nº 132/2014

ALTERA A LEI 01/2013 E A LEI 09/2013, MODIFICANDO A DENOMINAÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E MEIO AMBIENTE, PARA SECRETARIA DE PESCA, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, ALTERANDO A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL CRIANDO O DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a denominação da Secretaria de Pesca e Meio Ambiente, para Secretaria de Pesca, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Fica criado o departamento de meio ambiente na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, alterando-se os respectivos anexos da lei 01/2013.

Art. 3º Ficam criados e os cargos de provimento em comissão de Diretor de Departamento, Chefe de Departamento, Chefe de Setor, com o número de vagas, renumeração e classificação conforme anexo I da presente lei.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 16 de junho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 28 de maio de 2014

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I**A - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO:**

Nº de vagas	Nomenclatura	Nível
01	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	DAS 2
01	CHEFE DE DEPARTAMENTO	DAS 3
01	CHEFE DE SETOR	DAS 5

Edital Seleção Pmbr 01/14

EDITAL SELEÇÃO PMBR 01/14

Décio Gomes Góes, prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER, que encontram-se abertas as inscrições para a seleção de Profissionais para Admissão em Caráter Temporário, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público da Administração Municipal de Balneário Rincão, para o período compreendido entre setembro de 2014 até setembro de 2015, em conformidade com a Lei Municipal nº 02/2013.

1 - DAS INSCRIÇÕES

1.1 Tendo em vista que as inscrições para os cargos abaixo elencados serão abertas para processo seletivo, entre os dias 02/09/2014 até 09/09/2014, no horário das 13h às 19h, devidamente protocolada junto a Secretaria de Administração, na sede da Prefeitura Municipal.

1.2 No ato da inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ter completado 18 (dezoito anos) de idade até o último dia da inscrição;

- c) estar em pleno gozo de seus direitos políticos;
- d) estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- f) possuir a qualificação indicada no item 1.5 do presente edital.

1.3 O candidato interessado em participar da seleção receberá uma ficha de inscrição modelo Anexo I do presente edital.

1.4 As vagas que se apresentam são as seguintes:

Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO DO CARGO	AMPLITUDE DE REFERÊNCIA
01	Operador de Máquina (Motoniveladora)	16 a 23
01	Operador de Máquina (Retroescavadeira)	16 a 23
01	Operador de Máquina (Capinadeira - Bob cat)	16 a 23
01	Operador de Máquina (Trator agrícola)	16 a 23
01	Artífice em geral	13 a 20
01	Agentes de Serviços Públicos	07 a 14

1.5 A descrição do cargo, assim como os requisitos mínimos para a contratação são os seguintes:

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

AMPLITUDE DE REFERENCIA 07 A 14

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição sintética: Realizar trabalhos Braçais em geral, com ou sem qualificação.

b) Descrição Analítica: Carregar e descarregar veículos em geral; transportar, arrumar e levar mercadorias, materiais de construção e outros; fazer mudanças; proceder aberturas de valas; efetuar serviços de capina em geral; varrer, escovar, lavar e remover lixos e detritos de vias públicas e próprios municipais; zelar pela conservação e limpeza de sanitários; auxiliar em tarefas de construção, calçamentos e pavimentação em geral; auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais; auxiliar nos serviços de abastecimento de veículos; manejar instrumentos agrícolas; executar serviços de lavoura e horta, (plantio, colheita e preparo do terreno, adubações e pulverizações), aplicar inseticidas e fungicidas em terrenos baldios e praças; proceder a lavagem de máquinas e veículos de qualquer natureza, bem como a limpeza de peças e oficinas; conduzir ao local de trabalho equipamentos técnicos; executar tarefas auxiliares, tais como: fabricação e colocação de cabos em ferramentas, montagem e desmontagem de motores e máquinas; operar, entre outras, máquinas de pequeno porte, serras, cortador de gramas, auxiliar no serviço de jardinagem; cuidar de árvore frutíferas e ornamentais; lavar, lubrificar e abastecer veículos e motores; limpar estátuas e monumentos; zelar pelo funcionamento e limpeza de equipamentos utilizados ou em uso; executar e auxiliar em serviços de carpintaria, pintura, hidráulico e de pedreiro, outras atividades correlatas e/ou que lhe forem atribuídas.

Condições de trabalho:

Geral: Carga horária: 40 horas semanais

Especial: sujeito a uso de uniformes e equipamentos de proteção individual, fornecidos pelo município.

Requisitos para provimento:

- a) Idade mínima 18 anos
- b) Escolaridade: Ser alfabetizado e com experiência e treinamento específico na área de atuação.
- c) Outras: Conforme as instruções reguladoras do processo seletivo.

ÁRTIFICE EM GERAL**AMPLITUDE DE REFERÊNCIA - 13 A 20****ATRIBUIÇÕES:**

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: construir, montar e reparar estruturas e objetos de madeira e assemelhados e/ou executar serviços em alvenarias, concretos e outros materiais para a construção e reconstrução de obras e calçadas, pavimentos e edifícios públicos, serviços de pintura em geral, serviços mecânicos, de eletricidade em geral e outros que demandam treinamento específico.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA: Preparar e assentar assoalhos e madeira para paredes, tetos e telhados; fazer e montar esquadrias; preparar e montar portas e janelas; cortar e colocar vidros; fazer em diferentes objetos de madeira; consertar caixilhos de janelas; colocar fechaduras; construir e montar andaimes; construir coretos e palanques, construir e reparar madeiramentos de veículos; construir formas de madeiras para a aplicação de concreto; assentar marcos de portas e janelas; colocar cabos e afiar ferramentas e ou trabalhar com instrumentos de nivelamento e prumo; construir e reparar alicerces e paredes, muros, pisos e similares; preparar ou orientar a preparação de argamassa; fazer reboco; preparar e aplicar caiações; fazer blocos de cimento; construir formas e armações de ferro para concreto; colocar telhas azulejos e ladrilhos; armar andaimes; assentar e recolocar aparelhos sanitários, tijolos, telhas e outros; trabalhar com qualquer tipo de massa à base de cal, cimento e outros materiais de construção; executar serviços de manutenção de pavimento com paralelepípedos, responsabilizar-se pelo material utilizado; calcular orçamentos e organizar pedidos de material; fazer instalações e encaminhamentos em geral; assentar manilhas; instalar condutores de água e esgoto; colocar registros, torneiras, sifões, pias, caixas sanitárias e manilhas de esgoto; efetuar consertos de aparelhos sanitários em geral; desobstruir e consertar instalações sanitárias; reparar cabos e mangueiras; confeccionar e fazer reparos em qualquer tipo de junta e canalizações, coletores de esgoto e distribuidores de água, executar serviços de pintura em prédios, e sinalização de vias públicas, operar máquinas próprias das atividades, executar ajustes e substituição de peças mecânicas, executar ajustes em instalações elétricas, executar serviços de eletricidade em ambientes internos e outros de natureza assemelhada; zelar e responsabilizar-se pela limpeza, conservação e funcionamento de maquinaria e do equipamento de trabalho; orientar trabalhos de auxiliares; outras atividades correlatas e/ou que lhe forem atribuídas.

Condições de trabalho:

Geral: Carga horária: 40 horas semanais

Especial: sujeito a uso de uniformes e equipamentos de proteção individual, fornecidos pelo município.

Requisitos para provimento:

- Idade mínima 18 anos
- Escolaridade: Ser alfabetizado e com experiência e treinamento na área de atuação.
- Outras: Conforme as instruções reguladoras do processo seletivo.

OPERADOR DE MÁQUINAS**AMPLITUDE DE REFERÊNCIA 16 A 23****ATRIBUIÇÕES:**

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Operar máquinas rodoviárias, agrícolas, tratores, equipamentos móveis e conduzir e zelar pela conservação de veículos automotores em geral, observada sua habilitação legal.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA: Operar veículos motorizados especiais, tais como: máquinas de limpeza de valas e redes de esgoto, retroescavadeiras, carro plataforma, máquinas rodoviárias, agrícolas, tratores e outros; abrir valetas e cortar taludes; proceder escavações, transporte de terra, compactação, aterro, trabalhos semelhantes; auxiliar no conserto de máquinas, lavar e discar terras, obedecendo curvas e níveis; executar terraplanagem e nivelamento de ruas e estradas; cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo seu bom funcionamento; conduzir veículos

automotores em geral, respeitando sua habilitação legal conforme normas de trânsito, outras atividades correlatas e/ou que lhe forem atribuídas.

Condições de trabalho:

Geral: Carga horária: 40 horas semanais

Especial: sujeito a uso de uniformes e equipamentos de proteção individual, fornecidos pelo município.

Requisitos para provimento:

- Idade mínima 18 anos
- Escolaridade: Ensino básico mínimo até o 4º ano ensino fundamental, com experiência e treinamento na área de atuação.
- Carteira de habilitação de acordo com as exigências do DETRAN/DENATRAN.
- Outras: Conforme as instruções reguladoras do processo seletivo.

1.6 A ficha de inscrição, depois de preenchida, deverá ser entregue na Secretaria de Administração até às 19h do dia 09 de setembro de 2014.

1.7 Juntamente com cada ficha de inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos:

- Cópia da Carteira de Identidade;
- Cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Certidão de Nascimento dos Filhos/Dependentes;
- Diplomas ou comprovante de escolaridade,
- Certificados e/ou comprovantes de cursos;
- Comprovante de residência (contas de água ou energia, contrato de aluguel, declaração do proprietário).

1.8 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições ou inclusão de documentos, sob qualquer condição ou pretexto.

1.9. Não serão recebidas inscrições com documentos faltantes.

1.10. Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos, por e-mail, via fax ou por procuração pública.

1.11 É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta do endereço e do número do telefone.

1.12 O Candidato concorrerá à vaga que o Município de Balneário Rincão tenha que contratar para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, indicada pelo candidato na sua ficha de inscrição.

2 - DA CLASSIFICAÇÃO - PONTUAÇÃO

2.1 A classificação do processo seletivo será através da soma total de tempo de serviço na função, sendo considerado 2 pontos a cada ano de serviço mais a soma de títulos, os quais receberão a seguinte pontuação:

- 05 pontos para quem comprovar a Conclusão do ensino médio
- 01 ponto para cada 20 horas de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação
(serão considerados cursos para área de atuação: cursos específicos de cada área e uso de EPI's)

2.2 A classificação ocorrerá na ordem decrescente da soma total dos pontos.

2.3 Em caso de empate, terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:

- obter maior número de pontos a título de cursos e aperfeiçoamento na área específica de atuação.
- experiência na área.
- maior número de filhos.
- for casado ou viúvo.

2.4 Será eliminado do processo seletivo o candidato:

- que não preencher de forma legível a ficha de inscrição, bem como os que contiverem dados inverídicos;
- que não atender os requisitos de habilitação necessária para o cargo escolhido;

2.5 Julgadas as inscrições com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências deste edital, a lista dos candidatos considerados aptos será divulgada, em ordem classificatória,

no mural da prefeitura e no site da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, no endereço www.balneariorincão.sc.gov.br, no dia 12 de setembro de 2014, além de serem avisados através dos telefones constantes na ficha de inscrição.

2.6 O candidato que se sentir prejudicado na classificação, poderá apresentar recurso, devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado à Secretaria de Administração até dia 15/09 às 17:00 horas.

2.8 Julgado os recursos, será divulgado o resultado final, em ordem classificatória, no mural da Prefeitura no site da Prefeitura Municipal no dia 16 de setembro, sendo que o candidato aprovado tem até dia 17/09/2014 para se apresentar e assinar o termo de posse.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação obedecerá a ordem rigorosa da classificação.

3.2 A convocação para preenchimento das vagas mediante Termo de Convocação ou de forma verbal realizada pela comissão, sendo que o candidato deverá comparecer no horário marcado na Prefeitura de Balneário Rincão munido com os documentos originais relacionados no item 1.7

3.3 O não atendimento do item 3.2 deste edital implicará na eliminação do processo seletivo.

3.4 As normas de contratação seguirão a legislação Municipal, não gerando qualquer vínculo efetivo com a Prefeitura de Balneário Rincão.

4 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição do candidato na secretaria de administração.

4.2 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas mesmas.

4.3 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas desta seleção.

4.4 Caso o candidato não deseje ou tenha impedimento de exercer o cargo ao qual foi convocado, será eliminado do processo seletivo.

4.5 O presente Processo de Seleção é válido até 30/09/2015, ou enquanto subsistirem candidatos habilitados para o chamamento, na respectiva vaga.

4.6 A seleção que trata este Edital será realizada sob a coordenação da Secretaria de Administração e Finanças.

4.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria Geral. E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital.

Balneário Rincão, 01 de setembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - PMBR - Nº. 01/2014, DE 02/09/2014.
FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____

Candidato: _____
Data de Nascimento: ____/____/____.
Identidade: _____
C.P.F.: _____
Rua: _____
No _____
Bairro: _____
Cidade: _____
Fone: _____
Cargo Pretendido: _____
Núcleo: _____

Declaro que as informações acima são verídicas e que estou ciente das normas que regem o presente edital e que preencho todos os

requisitos nele previstos.

Data: ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO PMBR Nº. 01/2014, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

PROTOCOLO DE ENTREGA DE INSCRIÇÕES

Nº	Data	Nome	Cargo
1-			
2-			
3-			
4-			
5-			
6-			
7-			
8-			

ANEXO III

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - PMBR - Nº. 01/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

COMPROVANTE DE ENTREGA DE INSCRIÇÃO

Declaro que recebi a Ficha de Inscrição para do Edital Seleção de Profissionais para Admissão em Caráter Temporário nº 2014.

Nº do Protocolo: _____

Nome do Candidato: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do Responsável pelo Recebimento

Barra Velha

PREFEITURA

Inex 004/2014 Pmb

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 068/2014
Inexigibilidade de Licitação nº 004/2014

Contratada: CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE DE PROFESSORES E EVENTOS TANTAS PALAVRAS LTDA ME
Objeto: Palestra para formação de professores no Seminário de Educação do Município de Barra Velha.

Valor do Contrato: R\$ 8.250,00 (oito mil duzentos e cinquenta reais).

Fund. Legal: Art. 25, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 29 de agosto de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 049/2014 Pmb

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 071/2014 - Pregão Presencial nº 049/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição/fornecimento parcelado de Óleo Diesel para uso na manutenção dos veículos e máquinas das frotas da Prefeitura de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 16/09/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 16/09/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 03 de setembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 050/2014 Pm

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 072/2014 - Pregão Presencial nº 050/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para

prestação de serviço para realização de processo seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário para contratação de professores para o ano de 2015, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 24/09/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 24/09/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 03 de setembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 022/2014 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 028/2014 - FMS - Pregão Presencial nº 022/2014-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, para aquisição/fornecimento parcelado de oxigênio medicinal em metros cúbicos incluindo manutenção das válvulas e fluxômetros em regime de comodato para uso na Rede Municipal de Saúde do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 18/09/2014 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 18/08/2014 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 03 de setembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 2073/2014

PORTARIA nº 2073 de 03 de setembro de 2014
AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DAS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;
ADAILTON AMARO LINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo Regional de Três Riachos;
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
ALENARRI PIZZATTO, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;
ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional;
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário, da Secretaria Municipal da Fazenda;
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;
ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;
BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Cultura;
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito da Secretaria de Transportes;
CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Roçadeira Costal;
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;

CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;
CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar;
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;
DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;
DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;
DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;
DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;
DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;
ELIAS ZACARIAS ROMÃO; ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;
ELISIANE APARECIDA FERREIRA; ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;
ELOISA AMARAL DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Ferais III (Jardineiro);
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral do Orçamento Participativo;
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;
GLEYSER NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
JOÃO PEREIRA FILHO, ocupante do cargo Efetivo de Operário

Braçal;
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;
LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;
LEANDRO MARCILIO RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;
LIDIANE PERGHER MACHADO RABELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;
LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;

LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;
MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;
MARCO ANTONIO PARO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
NÉLSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;
NILO VANDO SCHMITZ, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do cargo temporário de Calceiteiro;
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Trator Agrícola;
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras;
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,

ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
RODRIGO STEFFENS, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
SILVANA CESCNETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;

SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
UÉLITON ROMEU DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional de Cachoeiras;
VALDIR MANOEL DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da citada Secretaria e em situações considerações especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal em Exercício

Pe 157/2014 PMB E Outros

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2014 PMB

O Secretário de Administração Sr. João Luiz Luz, por delegação de competência (Decreto 149, de 17/07/2012 e Portaria nº 02, de 07/01/2013), informa que, perante a Comissão de Pregão do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Biguaçu, encontra-se aberta licitação na modalidade pregão eletrônico, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a aquisição de máquinas e caminhões para a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.
Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 99/2013 e demais legislações aplicáveis.
Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:
Recebimento das Propostas: das 13:00h do dia 04/09/2014, às 13:00h do dia 17/09/2014.
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 17/09/2014, no endereço eletrônico www.bll.org.br, horário de

Brasília - DF. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - www.bll.org.br. As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira: telefone: (48) 3279-8000 (ramais 8010 e 8022). E-mail: licitacao.pmb@bigua.sc.gov.br
Endereço: Praça Nereu Ramos, nº 90, Setor de Licitação, Biguaçu - SC.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.
RAMON WOLLIGER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 195/2014 PMB

Objeto: Contratação de empresa para construção de muro de contorno da Creche Jardim Janaína, de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro em anexo.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:30 horas do dia 23/09/2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 23/09/2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.
RAMON WOLLIGER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 197/2014 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 17 setembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 17 setembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 3 de setembro de 2014.
RAMON WOLLIGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 198/2014 PMB
OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados no gerenciamento, divulgação e publicação on-line dos atos oficiais do Município de Biguaçu na internet.
EMPRESA CONTRATADA:
Liz Serviços Online Ltda

VALOR: R\$ 2.269,53 (dois mil duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos) por trimestre, totalizando o valor de R\$ 9.078,12 (nove mil, setenta e oito reais e doze centavos), por um prazo de 12 (doze) meses.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

JUSTIFICATIVA: Devido ser uma Empresa detentora, e única empresa, de abrangência nacional, a operar com os sistemas de gerenciamento e disponibilização de dados oficiais (Legislação e Atos) dos Estados e Municípios brasileiros em banco de dados, único - na Rede Mundial de Computadores - com a possibilidade de pesquisa neste universo nacional, cuja hospedagem, no backbone nacional propicia a absoluta segurança redirecionando os dados para os interesses das comunidades locais, além de ser ferramenta de fundamental importância nas administrações públicas, visando dar condições de agilização e, por analogia, propiciar condições de utilização de projetos já implantados e em funcionamento nos mais diversos pontos do país.

Biguaçu, 3 de setembro de 2014.
RAMON WOLLIGER
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 4595/2014

DECRETO Nº4595/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 900/13 de 25 de outubro de 2013 (LDO) e 901/13 de 25 de outubro de 2013 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, dentro da Secretaria Municipal, Secretária Municipal de Administração e Fazenda e Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte, no valor de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais).

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades de Adm Geral Municipal.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (55).
Valor R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412300122.013 - Manutenção das Atividades de Finanças.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (168).
Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412900102.011 - Manutenção de Tributação e Fiscalização.
Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (205).
Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (219).
Valor R\$ 1.000,00 (Um mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1230600152.016 - Manutenção da Merenda Escolar.
Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (288).
Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no valor de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais).

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades de Adm Geral Municipal.
Elemento: 3171 - Transferência a Consórcios Públicos (49).

Valor R\$ 500,00 (Quinhentos reais).
Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (50).
Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Elemento: 3371 - Transferência a Consórcios Públicos (54).
Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Elemento: 3393 - Aplicação Direta Consorcio Publico (90).
Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Elemento: 4471 - Transferência a Consórcios Públicos (91).
Valor R\$ 500,00 (Quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412300122.013 - Manutenção das Atividades de Finanças.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (157).
Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412900102.011 - Manutenção de Tributação e Fiscalização.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (208).
Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1230600152.016 - Manutenção da Merenda Escolar.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (291).
Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 01 de setembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 199/2014 de 03 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 199/2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao Servidor Municipal Sr. JOELCIO JOHANN, inscrito na matrícula nº 162-7, ocupante do cargo de Motorista, conforme Atestado Médico, no período de 02 de setembro de 2014 a 11 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de

setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de Setembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 200/2014 de 03 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 200/2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO POR APOSENTADORIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonera Servidor Público Municipal Sr. ARI KERKHOFF, inscrito na matrícula sob. nº 67-1 e CPF sob. nº 538.178.429-53, ocupante do cargo de Operador, lotado na Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, admitido em 18/02/1998, sendo sua exoneração a partir de 01/09/2014, após comunicado de Concessão de Aposentadoria.

Art. 2º. A Aposentadoria será concedida ao servidor, ora exonerado, pela Previdência Social - Instituto Nacional do Seguro social - INSS, através do benefício nº 1608432928.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de Setembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

793.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Tania T. G. Neckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 793/14 de 02.09.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de agosto de 2014, a funcionária Tânia Terezinha Goedert Neckel, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Ginásio de Esportes.

Municipal de Bom Retiro,
02 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

794.09.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Maria E. N. Bianchi

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 794/14 de 02.09.14
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, nos dias 20, 21 e 22 de agosto de 2014, a funcionária Maria Eliza Nunes Bianchi, Ocupante do cargo de Fiscal de Tributos - Padrão I - Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Municipal de Bom Retiro,
02 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

795.09.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Maria E. N. Bianchi

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 795/14 de 02.09.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 01 de setembro de 2014, a funcionária Maria Eliza Nunes Bianchi, Ocupante do cargo de Fiscal de Tributos - Padrão I - Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Municipal de Bom Retiro,
02 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

796.09.14 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Terezinha Ap. P. Goedert

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 796/14 de 02.09.14

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 15 de outubro de 2014, a funcionária Terezinha Aparecida Pereira Goedert, ocupante do cargo de Professor I -3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Municipal de Bom Retiro,
02 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

797.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Vera L. Urbano

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 797/14 de 02.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 04 (quatro) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 02 de setembro com término no dia 05 de setembro de 2014, a funcionária Vera Lucia Urbano, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Municipal de Bom Retiro,
02 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

798.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Iolanda F. B. Padilha

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 798/14 de 02.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 01 de setembro de 2014, a funcionária Iolanda de Brida Padilha, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Municipal de Bom Retiro,
02 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

799.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Maria A. Deucher

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 799/14 de 02.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de agosto de 2014, a funcionária Maria Anita Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Municipal de Bom Retiro,
02 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

073.14 - Dec. Excesso Arrec. FMS. Pab, Pmaq

Decreto N.º 73/14 de 03 de setembro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.64.0006 - Recursos PMAQ R\$ 48.000,00

10.301.0025.2202 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.64.0006 - Recursos PMAQ R\$ 36.000,00

Recurso 01.64.0001 - Recursos PAB Fixo R\$ 12.520,00

Total R\$ 96.520,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o provável excesso de arrecadação da fonte de Recurso 01.64.0006 - Recursos PMAQ, receita: 1721330013 - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade no valor de R\$ 84.000,00, e o provável excesso de arrecadação da fonte de Recurso 01.64.0001 - Recursos PAB Fixo, receita: 1721330001 - PAB Fixo no valor de R\$ 12.520,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 03 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço Nº 42 2013 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 1/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PÉROLA	0	3,6405
2	Abacate, tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (12316)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MANTEIGA	0	4,6613
3	ALHO grãoúdo, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos. (8161)	CB	NELSON KNAUL ME (6852)	ROXO	0	1,7323
4	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATURRA	0	1,3725
5	Banana Branca. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8655)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRATA	0	2,1591

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 2/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
6	BATATA INGLESA, unidades grandes, integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1594	2		
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4037	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	MONALIZA	0	1,8997	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,9000	2		
7	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,1149	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	ROXA	0	2,7198	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,7202	2		
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,0280	3		
8	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	HIBRIDA	0	2,0252	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,0255	2		
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,2547	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	CHINES	0	1,8327	1		
9	Brócolies, unidades frescas e limpas, com cor característica. (9623)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,8330	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 3/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
10	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,0404	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	NACIONAL	0	1,4227	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,4229	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5839	3		
11	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MINEIRA	0	1,7825	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,7828	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,9845	3		
12	Couve flor. Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica (8721)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,1005	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1008	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,3385	3		
13	Chuchu. unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,8495	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,8497	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,0590	3		
14	Feijão preto. embalagens limpas, de bom cozimento. (8638)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRETO	0	4,2931	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 4/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
15	Feijão vermelho. Embalagem limpa, de bom cozimento. (8639)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,2938	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,7795	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	5,5819	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	5,5827	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	6,2143	3		
16	Laranja pera. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PÉRA	0	1,3641	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,3643	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5186	3		
17	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LIMA	0	2,1591	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1594	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4037	3		
18	Maca gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	GALA / FUGI	0	4,1341	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,1347	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 5/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,6025	3		
19	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	2,6445	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,6449	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,9441	3		
20	Mamão papaia, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12318)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	HAVAI	0	3,4060	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	3,4065	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,7920	3		
21	Caqui Café tamanho médio, frutas firmes, limpas, sem machucados. (12319)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAFÉ / FUGI	0	4,1843	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,1849	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,6584	3		
22	Maça Argentina, tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucado. (12320)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ARGENTINA	0	5,8079	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	5,8087	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	6,4659	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 6/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
23	Manga, Unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (8643)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	TONID	0	2,9290	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,9295	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,2609	3		
24	Melância, unidades integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	HIBRIDA	0	1,1632	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,1634	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,2950	3		
25	Maracujá, Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	AZEDO	0	8,7285	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	8,7298	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	9,7175	3		
26	PEPINO SALADA, unidades integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAPIRA	0	2,1424	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1427	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,3851	3		
27	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	4,1090	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 7/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
28	Vagem. unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,1096	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,5746	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	5,3727	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	5,3735	2		
29	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações, (8155)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,9814	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	LONGA VIDA	0	3,7073	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	3,7079	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,1274	3		
30	Salsa, maço de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas. (9625)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	2,2261	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,2264	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4783	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,1465	1		
31	Cebolinha, maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MÇ	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,1467	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 8/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,2764	3		
32	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	1,3641	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,3643	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5186	3		
33	Carne ave coxa com sobre coxa de Frango. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante e validade. (8649)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Agroveneto	0	4,5064	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	4,5305	2		
34	Carne bovina de 1ª, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12322)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	13,4046	1		
35	Carne Bovina coxão mole, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com no máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12323)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	13,5359	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	13,4763	2		
36	Carne ave peito de frango com osso, congelado, sem acúmulo de líquido em seu interior, embalagem de 1 ou 2 kg, com identificação do produto e o peso. (8653)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	7,1250	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 9/21

Número do Registro de Preços: 42/2013			Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	7,1631	2
37	Queijo tipo mussarela, isento de bolor e mau aspecto de conservação. Embalagem contendo marca, data de fabricação. (12324)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Taio	0	17,2544	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	TAIO	0	17,3467	2
38	Salsicha. Embalagem plástica, congelada, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8655)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peccin	0	6,5012	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	FRIMESA	0	6,5360	2
39	Ovos de galinha. Grandes, inteiros, sem rachadura e limpos. (8656)	DZ	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	União	0	3,4476	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CENTENARIO	0	3,4660	2
40	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8187)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	aurora	0	2,0604	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LACTOPLASA	0	2,0714	2
41	Leite baixa lactose. Embalagem tetra park de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8657)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	3,4312	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIRACANJUB,	0	3,4495	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013

Página: 10/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	Bebida Láctea com polpa de fruta. Sabores variados, embalagem de 1 litro, rótulo de identificação, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 1 mes a contar da data de entrega. (8658)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Daninha	0	2,7006	1
43	Alpim, sem casca e congelado, pacote de 1Kg, validade 12 meses, contendo na embalagem informações nutricionais. (12325)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONACOLSI	0	2,7151	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Vo lica	0	3,2588	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	3,2762	2
44	Mortadela sem gordura, Embalagem plástica, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data da fabricação e validade, validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8659)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	aurora	0	5,5982	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AURORA	0	5,6282	2
45	Creme de leite, tipo nata, pote de 300 gr, fresco. (8660)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	3,0782	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,0947	2
46	Requeijão cremoso, o produto deve apresentar consistência cremosa, textura uniforme, coloração embranquecida, odor suave e sabor característica. Deverá ser conservado sob refrigeração (máxima 10° C). Validade mínima de 2 meses. Embalagem primária em copo plástico próprio, resistente, atóxica, com peso líquido de 220g. (12326)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	3,3819	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,4000	2
47	Arroz branco, tipo uma embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca dc fabricante, prazo de validade e peso líquido. (9626)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALFINETE	0	2,4112	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 11/21

Número do Registro de Preços: 42/2013			Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Achocolatado em pó. Lata de 400 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação dc produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8661)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chines	0	2,4580	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	4,8099	1
49	Amido de Milho. Caixa de 500 gr. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8706)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescau	0	4,8939	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAISCERTA	0	2,7969	1
50	Açucar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maiscerta	0	2,8457	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DOCESUCAR	0	7,9987	1
51	Açucar de baunilha de 40 gr. (8705)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caravelas	0	8,1385	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,4786	1
52	Arroz parbolizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nelrar	0	1,5044	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALFINETE	0	8,7826	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do Vale	0	8,9360	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 12/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
53	Água mineral sem gás, bombonas de 20 litros, com validade mínima de 2 meses e data de ênfase não superior a 30 dias. (9627)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	6,7962	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H leve	0	6,9150	2			
54	Biscoito salgado, água e sal, tipo craker, sem gordura trans, pacotes com 800 gr, prazo de validade de no mínimo 12 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias. (9628)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	5,4869	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	5,5827	2			
55	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9629)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	6,7606	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	6,8787	2			
56	Bolacha de leite, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9631)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	6,6092	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	6,7246	2			
57	Biscoito tipo cream cracker integral, salgada, integral, tipo água e sal. Sem gordura trans. Pacotes com 3 embalagens, embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacreada, contendo 400 gramas. Validade mínima de 8 meses após a data de fabricação. (12332)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	4,2042	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	4,2777	2			
58	Cereal infantil, pct de 230 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9634)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPERBOM	0	5,5136	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 13/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Mucilon	0	5,6099	2
59	Café solúvel granulado, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. Embalagem 200 g. (9635)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PELÉ	0	9,3170	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescafe	0	9,4798	2
60	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9636)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OURO	0	6,9477	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Melitta	0	7,0690	2
61	Caldo de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9637)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,3806	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,4047	2
62	Caldo de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9638)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,4073	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,4319	2
63	Colorífico, ptd com 100 gr. (9639)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,1936	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,2144	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 14/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Canela em pó, peso líquido 30 gramas. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (12327)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,9062	1
65	Cereal matinal de milho sem açúcar, pacote contendo 200 gramas, contendo no pacote informações nutricionais e data de validade. (12328)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPERBOM	0	4,8901	1
66	Envinha lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELLA DOR	0	1,5944	1
67	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9642)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DAJUDA	0	5,5047	1
68	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9643)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PANFACIL	0	10,2612	1
69	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9644)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GARCIA	0	3,5184	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 15/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Fermento biológico instantâneo seco, embalado a vácuo, tipo soft instant ou similar. Pacote com 500 gramas, validade de no mínimo 45 dias e data de embarlamento não superior a 15 dias. (9645)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	santa Rita	0	9,0175	2
		UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	FLEISCHMANI	0	10,6531	1
71	Feijão preto, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1º qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos mofados, carunchados, torrados e sem sujidades. (12329)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	fleischmann	0	10,8392	2
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	4,3289	1
72	Feijão vermelho, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1º qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos mofados, carunchados, torrados e sem sujidades. (12330)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cravil	0	4,4046	2
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	6,2084	1
73	Fermento em pó químico, para bolo, lata de 250 gr., validade de no mínimo 12 meses e com data de embarlamento não superior a 30 dias. (9646)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	6,3168	2
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ROYAL	0	4,8901	1
74	Fubá de milho pré-cozida. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9647)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Royal	0	4,9755	2
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SINHA	0	1,7636	1
75	Folha de louro, pct de 05 gr. (9648)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Polentina	0	1,7944	2
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,0243	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 16/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,0422	2
76	Lentilha, embalada em pacotes de 500 gramas. Validade mínima 6 meses e c/ data de embarlamento não superior a 30 dias. (9649)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	YOKI	0	4,5071	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	jureia	0	4,5858	2
77	Leite de cabra em Pó Integral. . Lata de 400 gramas, com tampa que e fecha fácil. Validade mínima de 1 ano. (12331)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CAPRILAT	0	19,2397	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caprilat	0	19,5758	2
78	Milho lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELLA DOR	0	1,6122	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	goias Verde	0	1,6404	2
79	Margarina vegetal cremosa c/ sal, embalagem 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9652)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SOYA	0	2,1110	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Delicia	0	2,1479	2
80	Maionese, Embalagem de plástico atóxica de 500 gr, lacrada, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9653)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SOYA	0	2,4406	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Soya	0	2,4832	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 17/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
81	Massa seca tipo cabelo de anjo, pacote de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9654)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	2,9127	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Isabela	0	2,9636	2			
82	Massa espagete furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9655)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OGLIARI	0	2,7434	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,7914	2			
83	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9656)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	2,7434	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,7914	2			
84	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9657)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	3,4382	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Renata	0	3,4983	2			
85	Massa para pastel tamanho G. Embalagem de polietileno atóxico, pacote com 20 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 3 meses a contar da data de entrega. (9658)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DA BOA	0	4,4803	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Massita	0	4,5586	2			
86	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml. não amassadas, com data de embarlamento não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	COAMO	0	2,7167	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 18/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Coamo	0	2,7642	2
87	Orégano, pacote com 06 gr. (9660)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,2114	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,2325	2
88	Pólvila azedo. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. (9661)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	5,1039	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sevenhant	0	5,1930	2
89	Pipoca em grão. Embalagem de 500 gr, com identificação, do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. (9662)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	YOKI	0	2,2268	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	2,2657	2
90	Pimenta em pó, unidades de 40 gr. (9664)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LANMASTER	0	1,8082	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,8398	2
91	Sardinha em óleo comestível. Embalagem de 125 gr. lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem de registro. (12333)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NAUTIQUE	0	3,1888	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pescador	0	3,2445	2
92	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (9666)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CRUZEIRO	0	1,4964	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 19/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Zizo			0	1,5226	2
--	---	------	--	--	---	--------	---

93	Vinagre. Embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9668)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	HENNING	0	1,1045	1
----	---	-----	---	---------	---	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 20/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Vinagre	0	1,1238	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 21/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2013

PROCESSO Nº 78/2013

- (6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (6852) - NELSON KNAUL ME
- (8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Dezembro de 2013.

Ata de Registro de Preço Nº 43 2013 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2013

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 43/2013

Data do Registro: 04/12/2013

Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra:

Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	Liquigás	0	45.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2013

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 43/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Dalsan	0	45.5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2013

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 43/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014	
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2013
PROCESSO Nº 79/2013

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Dezembro de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 43/2013

1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2013

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 43/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Dalsan	0	45.5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2013

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 43/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2013
PROCESSO Nº 79/2013

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Dezembro de 2013.

Brusque

PREFEITURA

Portaria Nº 9.291, de 18 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.291, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jair João Fernandes Filho para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.292, de 18 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.292, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

Nomeia Edina Aparecida Trindade Costa no cargo de provimento em comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Paquetá.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Edina Aparecida Trindade Costa para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Paquetá, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

GLEUSA LUCI FISCHER

Secretária de Educação

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.294, de 18 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.294, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

Inclui servidora, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, para compor a Comissão Permanente de Licitação - exercício 2014 e a Equipe de Apoio nas licitações - modalidade de pregão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Incluir Daiane Franciele Goettems, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 105830.4, para compor a Comissão Permanente de Licitação - exercício de 2014 e a Equipe de Apoio nas licitações - modalidade de pregão, instituídas pelas Portarias nºs 8.937/14 e 8.938/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.295, de 18 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.295, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 147/09, art. 99, c/c o Decreto nº 7.403/14,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Clóvis José Loof, matrícula n.º 1970.4, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Obras, gratificação de condução no percentual de 48% (quarenta e oito por cento), calculada sobre o padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento I, da categoria 3, do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo - Anexo da L.C. nº 218/13.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.296, de 20 de Agosto de 2014.

PORTARIA Nº 9.296, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Paulo Fabricio Ulguim Rodrigues, matrícula 411642.9-1, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, lotado na Secretaria de Saúde, a partir de 01/08/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.297, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.297, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Mayara Batista Bitencourt, matrícula 104900.3-0, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 01/08/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 01/08/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.298, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.298, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Anderson Soares, matrícula 1000000069.8-1, ocupante do cargo efetivo de Monitor Escolar II, lotado na Secretaria de Educação, a partir de 01/08/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.299, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.299, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar

n.º 147/2009, o servidor Marcel Fabiano Ferreira, matrícula 81321.4-0, ocupante do cargo efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, a partir de 02/08/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/08/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.300, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.300, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Schimena Helena Santin, matrícula 100766.1-0, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 12/08/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/08/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.301, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.301, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Jeferson Correia, matrícula 88077.9-0, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Químico, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 13/08/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/08/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.302, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.302, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Fernanda Lippert, matrícula n.º 80016.3, ocupante do cargo em comissão de Coordenadora, lotada na Secretaria de Saúde, gratificação de representação no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.303, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.303, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 147/09, art. 99, c/c o Decreto nº 7.403/14,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Valdecir Luiz Xavier Pereira, matrícula n.º 627.0, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, gratificação de condução no percentual de 48% (quarenta e oito por cento), calculada sobre o padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento I, da categoria 3, do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo - Anexo da L.C. nº 218/13.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.304, de 22 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.304, DE 22 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o parágrafo único, do art. 6º da Lei nº 2.174/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Mario Evangelista, contratado para exercer a função de Motorista, lotado na Fundação Municipal de Esportes, gratificação de condução no percentual de 48% (quarenta e oito por cento), calculada sobre o padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento I, da categoria 3, do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo - Anexo da L.C. nº 218/13.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.305, de 22 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.305, DE 22 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n.º 8.823, de 29 de outubro de 2013, que concede ao servidor Ramiro Felipe Dias, ocupante do cargo de Educador Físico, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de 01/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.310, de 22 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.310, DE 22 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Fabiana dos Santos para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.313, de 26 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.313, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Carlos Antonio Izuck de Almeida, matrícula 73150.1-0, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Obras, a partir de 05/08/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/08/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.316, de 26 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.316, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Mariane Sauer, matrícula 412458.8-0, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir de 12/08/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/08/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.317, de 29 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.317, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Evandro Tomasi, matrícula 85306.2-0, do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.318, de 01 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.318, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, de ofício, na forma do art. 42, parágrafo único, alínea "a" da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Durvalino Pereira, matrícula 72522.6-0, ocupante do cargo efetivo de Agente de Obras, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, lotado na Secretaria de Obras, conforme o Processo de Exoneração n.º 033/2013.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 1782/2014
PORTARIA Nº 1782/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sr. SILVANA MARIA FURTADO, matrícula nº 1746.9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 14/08/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 29/08/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de agosto de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1783/2014
PORTARIA Nº 1783/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. FABIOLA CRISTINA P. CERNUCKY, matrícula nº 865.6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 14/08/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 29/08/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de agosto de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1796/2014
PORTARIA Nº 1796/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MARISA ANDRADE NEGRUNI, matrícula nº 40861.1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 15/08/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 30/08/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de agosto de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1797/2014
PORTARIA Nº 1797/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. MARCIO VINOTTI, matrícula nº 423.5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 15/08/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 30/08/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de agosto de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1798/2014

PORTARIA Nº 1798/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Servente Serviços Gerais a Sra. SUZETE VIDAL, matrícula nº 106507.6, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15/08/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6070736374.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 5 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1809/2014

PORTARIA Nº 1809/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. CLEIDE CERCAL, matrícula nº 72303,7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 17/08/2014.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17/08/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1810/2014

PORTARIA Nº 1810/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. CLEIDE CERCAL, matrícula nº 72303.7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 17/08/2014.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17/08/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1833/2014

PORTARIA Nº 1833/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. ALDINEI EUGENIO DE SOUZA, matrícula nº 1090666, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Assistencial Social e Habitação, em decorrência do atestado do dia 20/08/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 04/09/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1845/2014

PORTARIA Nº 1845/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. HELENA ALVES DA SILVA BURIGO DA COSTA, matrícula nº 1078690, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 22/08/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada

nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, c revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1855/2014

PORTARIA Nº 1855/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. CARLA MARILENE HUBER ZUCCO, matrícula nº 68133.4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 25/08/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 09/09/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1872/2014

PORTARIA Nº 1872/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, o servidor Sr. GLAUCO VANOLLI, matrícula nº 44367.0, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 27/08/2014.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1892/2014

PORTARIA Nº 1892/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Serviços Especiais o Sr. LEANDRO MARTINS, matrícula nº 106710.9, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 29/08/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6065305573.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1903/2014

PORTARIA Nº 1903/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Monitor Escolar I a Sra. MONICA AÇUCENA GEROLA, matrícula nº 103631.9, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/09/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6063840234.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1917/2014

PORTARIA Nº 1917/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. ROSELY OLIVEIRA, matrícula nº 1073150, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 02/09/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 17/09/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de setembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1962/2014

PORTARIA Nº 1962/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. CARLA MARILENE HUBER ZUCCO, matrícula nº 68133.4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 25/08/2014 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 09/09/2014.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de setembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 01/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2014 - AD03.2014
TERMO ADITIVO AO CONTRATO n.º 01/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

PREÂMBULO

1. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria de Saúde, situada na Praça das Bandeiras, nº 77, cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 11.188.015/0001-41, neste ato representado pela Secretária de Saúde ANA BEATRIZ BARON LUDVIG, ao final assinado;

2. CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Botuverá, n. 202, Bairro Dom Joaquim, em Brusque/SC, inscrito no CNPJ sob o número 82.991.860/0001-07, neste ato representado por seu Presidente em exercício, Pe. TIMÓTEO JOSÉ STEINBACH, brasileiro, portador do RG n. 890.177-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n. 504.930.279-04, abaixo assinado,

RESOLVEM, com base no presente termo aditivo, alterar o contrato original firmado em 14/03/2014, nas condições a seguir pactuadas.

3. Este termo aditivo tem como fundamento legal no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA PRIMEIRA
OBJETO**

1.0. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 65, § 1º, da Lei 8666/93, a fim de incorporar atendimentos/procedimentos ambulatoriais, para pagamento pós-fixado, com recurso da Média e Alta Complexidade (MAC), sistematizado de acordo com a Tabela I.

TABELA I - Atendimentos/procedimentos ambulatoriais (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consultas em Urologia	300	10,00	3.000,00	36.000,00
Procedimentos ambulatoriais em urologia: (punção de esvaziamento / drenagem de abscesso / liberação - plástica de prepúcio / exereses de cisto bolsa escrotal / fulguração - cauterização de lesões cutâneas (até cinco lesões) / eletro cauterização (até cinco lesões) / plástica freio bálano prepucial.	60	11,00	660,00	7.920,00
Cistoscopia	10	18,00	180,00	2.160,00

Biópsias: próstata / bolsa escrotal / epidídimo / cordão espermático / testículo / ureter / uretra	10	92,00	920,00	11.040,00
Ultrassonografia para biópsia	10	27,50	275,00	3.300,00
Postectomia	6	219,12	1.314,72	15.776,64
Logaudiometria	80	26,25	2.100,00	25.200,00
Imitânciometria	80	23,00	1.840,00	22.080,00
Audiometria tonal limiar	80	21,00	1.680,00	20.160,00
Emissões otoacústicas	40	13,51	540,40	6.484,80
Avaliação auditiva comportamental	40	18,00	720,00	8.640,00
Videolaringoscopia	65	45,50	2.957,50	35.490,00
Retirada de pólipos do tubo digestivo por endoscopia	120	29,84	3.580,80	42.969,60
TOTAL			19.768,42	237.221,04

1.1. Os valores definidos na Tabela I do presente Termo Aditivo estão em conformidade com os requisitos previstos na Tabela SIG-TAP/SUS, os quais devem ser cumpridos efetivamente pela CONTRATADA.

1.2. O presente Termo Aditivo tem por objeto ainda o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 65, § 1º, da Lei 8666/93, a fim de incorporar atendimentos/procedimentos ambulatoriais, para pagamento pós-fixado, com recurso próprio, sistematizado de acordo com a Tabela II.

TABELA II - Atendimentos/procedimentos ambulatoriais (Recurso Próprio)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PAC-TUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consultas em Urologia	300	28,00	8.400,00	100.800,00
Procedimentos ambulatoriais em urologia: (punção de esvaziamento / drenagem de abscesso / liberação - plástica de prepúcio / exereses de cisto bolsa escrotal / fulguração - cauterização de lesões cutâneas (até cinco lesões) / eletrocauterização (até cinco lesões) / plástica freio bálano prepucial.	60	61,00	3.660,00	43.920,00
Cistoscopia	10	182,00	1.820,00	21.840,00
Biópsias: próstata / bolsa escrotal / epidídimo / cordão espermático / testículo / ureter / uretra	10	128,00	1.280,00	15.360,00
Postectomia	6	30,00	180,00	2.160,00

Videolaringoscopia	65	47,14	3.064,10	36.769,20
TOTAL			18.404,10	220.849,20

CLÁUSULA SEGUNDA VALOR CONTRATUAL

2.0. O valor anual total do presente Termo Aditivo ao Contrato n. 01/2014 é de R\$ 458.070,24 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, setenta reais e vinte e quatro centavos), para pagamentos pós-fixados, dos itens citados nas tabelas I e II, sendo R\$ 237.221,04 (duzentos e trinta e sete mil, duzentos e vinte e um reais e quatro centavos), referente ao recurso de Média e Alta Complexidade (MAC), dotação orçamentária 2501.2273.33903950/16.500 e R\$ 220.849,20 (duzentos e vinte mil, oitocentos e quarenta e nove reais e vinte centavos), referente a recurso próprio, dotação orçamentária 2501.2273.33903950/10.200.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.0. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão efetuadas a conta do seguinte recurso financeiro:

a) DOTAÇÃO: 2501.2273.33903950/16.500 (MAC)

b) DOTAÇÃO: 2501.2273.33903950/10.200 (RECURSO PRÓPRIO)

CLÁUSULA QUARTA DISPOSIÇÕES GERAIS

4.0. Fica estabelecido a alteração do item 'e' do número 2.2.2, com relação às metas quantitativas do anexo I do Contrato n. 01/2014 - SMS/FMS firmado em 14/03/2014, referente à ampliação da capacidade de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em urologia, com recursos financeiros próprios disponibilizados pelo Município.

4.1. As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, restando ratificado todo o conteúdo do instrumento firmado em 14/03/2014.

4.2. E por estarem justa e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Brusque, em 23 de junho de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE

CONTRATANTE

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM

CONTRATADO

Pe. TIMÓTEO JOSÉ STEINBACH

Testemunhas:

1. _____

CPF: _____

2. _____

CPF: _____

Edital de Notificação de Trânsito Nº 50 1913 A 1916

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1913/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFB2822	55178372E	6726/1	15/07/2014	230 * XVIII
AIM4067	55177346E	6637/2	23/07/2014	230 * IX
AIM4067	55177348E	6726/1	23/07/2014	230 * XVIII
AJD5849	54951417E	6548/0	21/06/2014	229
AKG7757	55176391E	6912/0	20/06/2014	232
AKO5662	55310291D	6599/2	26/07/2014	230 * V
ALL1510	55177284E	6726/1	23/07/2014	230 * XVIII
AOT9640	55178924E	6912/0	08/07/2014	232
BHS3314	55177513E	6610/2	20/07/2014	230 * VII
BOJ5932	55177443E	5282/0	23/07/2014	176 * I
CHJ4086	55177314E	6661/0	22/07/2014	230 * XII
CMC4427	55176958E	6661/0	04/07/2014	230 * XII
DIQ6310	54825182E	5169/1	20/07/2014	165
DQD5045	55177376E	6661/0	25/07/2014	230 * XII
EBF6315	55178280E	6912/0	26/07/2014	232
GTH3867	55177519E	6700/0	23/07/2014	230 * XVI
GTH3867	55177520E	6726/1	23/07/2014	230 * XVIII
HBS1203	55177433E	6599/2	22/07/2014	230 * V
HBS1203	55177434E	7340/0	22/07/2014	252 * IV
HCS4049	55177718E	5045/0	29/07/2014	162 * V
IGH7543	55177301E	6637/2	22/07/2014	230 * IX
JPN0468	55178678E	5010/0	07/07/2014	162 * I
JPN0468	55178679E	5118/0	07/07/2014	164 c/c 162 * I
JPN0468	55178680E	6599/2	07/07/2014	230 * V
KKE7688	55177363E	5274/1	23/07/2014	175
LAR7663	55177361E	5010/0	22/07/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LAR7663	55177362E	5118/0	22/07/2014	164 c/c 162 * I
LWS5132	54633823E	6637/2	26/07/2014	230 * IX
LWV9239	55177656E	6637/2	26/07/2014	230 * IX
LXD6273	55176835E	6599/2	03/07/2014	230 * V
LXD6273	55176836E	5045/0	03/07/2014	162 * V
LXF3010	55177663E	6610/2	26/07/2014	230 * VII
LXF3010	55177664E	6726/1	26/07/2014	230 * XVIII
LXF3010	55177665E	6769/2	26/07/2014	230 * XXII
LXG7071	54824598E	6912/0	20/07/2014	232
LXM0239	55177309E	6726/1	22/07/2014	230 * XVIII
LXR7201	55179365E	6602/0	01/07/2014	230 * VI
LXT0160	55179398E	6912/0	08/07/2014	232
LXT0160	55179399E	5045/0	08/07/2014	162 * V
LYA6917	54824694E	7340/0	24/07/2014	252 * IV
LYH1393	55177304E	6726/1	22/07/2014	230 * XVIII
LYO1929	55179747E	6637/2	20/07/2014	230 * IX
LYO7434	54825394E	5010/0	10/07/2014	162 * I
LYO7434	54825396E	6599/2	10/07/2014	230 * V
LYY8906	55177706E	7340/0	28/07/2014	252 * IV
LZA2330	54825479E	6599/2	23/07/2014	230 * V
LZJ1527	55177661E	6610/2	26/07/2014	230 * VII
LZL4421	55177330E	6637/2	22/07/2014	230 * IX
LZM1239	55179378E	5010/0	04/07/2014	162 * I
LZM1239	55179379E	5118/0	04/07/2014	164 c/c 162 * I
LZV5750	55177306E	6637/2	22/07/2014	230 * IX
LZZ3627	54951595E	5169/1	29/06/2014	165
MAB1172	54934905E	6599/2	03/08/2014	230 * V
MBA8905	55177406E	6637/2	20/07/2014	230 * IX
MBN1162	55177329E	6637/2	22/07/2014	230 * IX
MBO8999	55177114E	6769/1	24/06/2014	230 * XXII
MBO8999	55177115E	6726/1	24/06/2014	230 * XVIII
MBO8999	55177116E	7340/0	24/06/2014	252 * IV
MBU2013	54825092E	6599/2	24/07/2014	230 * V
MBU7169	55177298E	7340/0	25/07/2014	252 * IV
MBW5862	55177667E	6599/2	26/07/2014	230 * V
MCB3751	54951536E	5045/0	23/07/2014	162 * V
MCN7060	55177128E	6661/0	24/06/2014	230 * XII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCO8091	55177721E	5045/0	29/07/2014	162 * V
MCP3335	54825370E	6769/1	05/07/2014	230 * XXII
MDB0047	55176466E	6912/0	21/06/2014	232
MDB4212	54825093E	5274/1	26/07/2014	175
MDJ0731	55177707E	6912/0	28/07/2014	232
MDK7052	55177441E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MDL8003	55179333E	5142/0	20/06/2014	164 c/c 162 * V
MDN5894	55177255E	6599/2	22/07/2014	230 * V
MDO9041	55177134E	6599/2	24/06/2014	230 * V
MDX4564	55178172E	6599/2	25/07/2014	230 * V
MDX4564	55178173E	5045/0	25/07/2014	162 * V
MEG3471	55177062E	6912/0	24/06/2014	232
MEI2266	55177422E	6637/2	22/07/2014	230 * IX
MEL3466	55177774E	7340/0	06/07/2014	252 * IV
MEL7097	54935403E	6670/0	05/07/2014	230 * XIII
MEM7149	54825498E	6610/2	26/07/2014	230 * VII
MEO9323	55177339E	6602/0	22/07/2014	230 * VI
MER1244	55178020E	6599/2	08/07/2014	230 * V
MER8297	55681656D	5010/0	25/07/2014	162 * I
MER8297	55681657D	5118/0	25/07/2014	164 c/c 162 * I
MEU4634	55178269E	5118/0	12/07/2014	164 c/c 162 * I
MEU4634	55178271E	5010/0	12/07/2014	162 * I
MEU4634	55178272E	6912/0	12/07/2014	232
MFM3831	54936894E	6599/2	07/08/2014	230 * V
MFS9165	55180391E	6661/0	19/07/2014	230 * XII
MFV4173	55177447E	6599/2	26/07/2014	230 * V
MFV7353	55177430E	6610/2	22/07/2014	230 * VII
MFW1572	55176812E	5045/0	24/06/2014	162 * V
MFW1572	55176813E	5142/0	24/06/2014	164 c/c 162 * V
MFZ2343	55177439E	6912/0	23/07/2014	232
MGA5408	55176320E	6670/0	20/06/2014	230 * XIII
MGD7243	55176350E	5045/0	15/07/2014	162 * V
MGD7243	55180378E	6599/2	15/07/2014	230 * V
MGD9583	55177344E	6726/1	23/07/2014	230 * XVIII
MGE9400	55177708E	6599/2	28/07/2014	230 * V
MGE9400	55177709E	5010/0	28/07/2014	162 * I
MGX2864	55178225E	5045/0	26/07/2014	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGY2481	55177373E	5010/0	25/07/2014	162 * I
MHJ0277	55177252E	6912/0	22/07/2014	232
MID4973	55179270E	6599/2	24/06/2014	230 * V
MIG7394	55177019E	6599/2	26/07/2014	230 * V
MIG7394	55177020E	5045/0	26/07/2014	162 * V
MIG7394	55177021E	6912/0	26/07/2014	232
MIO6844	55178887E	6599/2	22/07/2014	230 * V
MIU1921	55681660D	5274/1	26/07/2014	175
MJE0871	54633829E	7340/0	26/07/2014	252 * IV
MJJ7700	55177312E	6726/1	22/07/2014	230 * XVIII
MJQ2654	55178895E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MKF4082	55178665E	6599/2	24/06/2014	230 * V
MKG0154	55177469E	6599/2	24/07/2014	230 * V
MKZ2618	54934789E	7340/0	06/07/2014	252 * IV
MKZ5707	55177368E	6912/0	24/07/2014	232
MLC7913	54825022E	6912/0	08/07/2014	232
MLI9564	55177468E	6599/2	23/07/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1914/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADO3718	55177280E	5185/1	23/07/2014	167
AKG7757	55176390E	5185/1	20/06/2014	167
AKO5662	55310290D	5452/1	26/07/2014	181 * VIII
ALM7707	54825478E	5185/1	23/07/2014	167
AMF5130	55180370E	5185/2	20/06/2014	167
ANG1343	54936898E	7366/2	07/08/2014	252 * VI
AWO6501	54937088E	7366/2	08/07/2014	252 * VI
CHJ4086	55177313E	5185/2	22/07/2014	167
CSE1752	54825480E	7366/2	23/07/2014	252 * VI
DHV6917	55180366E	5185/2	20/06/2014	167
DMR8167	54935992E	6050/1	15/07/2014	208
EBA4529	54934775E	5541/6	04/07/2014	181 * XVII
HCS4049	55177719E	5185/1	29/07/2014	167
IJB9782	54935453E	5541/5	14/07/2014	181 * XVII
JQH7661	55176469E	5185/2	22/06/2014	167
KFN5765	55179274E	5185/2	30/06/2014	167
KHZ3857	55178016E	5185/1	22/06/2014	167
LXO6728	55176129E	5207/0	24/07/2014	169
LYA6917	54824693E	5193/0	24/07/2014	168
LYO1929	55179746E	6050/1	20/07/2014	208
LZE5040	55177796E	5185/2	12/07/2014	167
LZJ1527	55177448E	5185/1	26/07/2014	167
LZV5750	55177305E	5185/1	22/07/2014	167
MAD9765	55179269E	6858/0	24/06/2014	231 * VII
MAE4113	54824776E	5185/1	04/07/2014	167
MAN8424	54937444E	5967/0	04/08/2014	203 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBB6784	55177467E	5185/1	23/07/2014	167
MBD6624	54934909E	5541/6	05/08/2014	181 * XVII
MBJ5875	54935247E	5185/1	19/07/2014	167
MBJ5875	54935248E	5835/0	19/07/2014	195
MBQ7733	55177343E	5207/0	23/07/2014	169
MBW5862	55177668E	5207/0	26/07/2014	169
MCB2991	55177300E	5185/1	25/07/2014	167
MCG8215	55176480E	5185/2	22/06/2014	167
MCT8495	55180368E	5185/2	20/06/2014	167
MCW0637	54936851E	5967/0	04/08/2014	203 * V
MCW0637	54937450E	6050/2	04/08/2014	208
MCX6312	55177413E	5185/1	20/07/2014	167
MCX6312	55177414E	5835/0	20/07/2014	195
MCX6312	55177415E	6050/1	20/07/2014	208
MCX7756	55177460E	5185/2	20/07/2014	167
MEH5042	55681655D	5185/1	25/07/2014	167
MEL3466	55176329E	5193/0	06/07/2014	168
MEO4540	54824700E	5185/1	25/07/2014	167
MER8297	55681658D	5207/0	25/07/2014	169
MFH0912	54935997E	6050/1	16/07/2014	208
MFM3831	54936893E	5541/1	07/08/2014	181 * XVII
MGE2379	54934911E	7366/2	05/08/2014	252 * VI
MGZ1929	55178341E	5185/1	26/07/2014	167
MHT5189	54935981E	5541/1	03/07/2014	181 * XVII
MHT6487	54935410E	7366/2	09/07/2014	252 * VI
MHX6353	55178224E	5835/0	26/07/2014	195
MIE0982	54934763E	7366/2	02/07/2014	252 * VI
MIK2516	55177338E	5835/0	22/07/2014	195
MIL9002	54633818E	5185/1	25/07/2014	167
MIN9568	55176755E	5185/2	24/06/2014	167
MIO5423	54935408E	7366/2	07/07/2014	252 * VI
MIR9826	54825487E	5185/1	25/07/2014	167
MIS1046	55177340E	5185/1	23/07/2014	167
MIW9680	54825368E	5185/1	05/07/2014	167
MIY9099	54824814E	5185/1	22/06/2014	167
MJA2357	54937234E	5819/2	27/07/2014	193
MJB2007	55179745E	6050/1	20/07/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJE0318	54825177E	5185/2	20/07/2014	167
MJJ7700	55177311E	5185/1	22/07/2014	167
MJN2924	54934537E	5193/0	04/08/2014	168
MJO2538	54825175E	5185/2	20/07/2014	167
MJQ2654	55178892E	5835/0	23/07/2014	195
MJQ2654	55178894E	5215/1	23/07/2014	170
MJQ2654	55178896E	5738/0	23/07/2014	186 * II
MKB1871	54936873E	5541/6	07/08/2014	181 * XVII
MKB9328	55682285D	5452/1	25/07/2014	181 * VIII
MKO7914	54937366E	7366/2	07/08/2014	252 * VI
MLB5316	54934796E	5452/6	08/07/2014	181 * VIII
MLF3770	55178782E	5215/2	30/06/2014	170
MLM3211	55178263E	5185/1	04/07/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1915/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIU0152	54824672E	6912/0	20/06/2014	R\$ 53,20	232
ALF9121	54824889E	6610/2	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
ALF9121	54824891E	7340/0	14/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
ALF9121	55176017E	6963/0	14/06/2014	R\$ 127,69	237
ANL3734	55176513E	6920/0	21/05/2014	R\$ 127,69	233
ANM8084	55179175E	6920/0	16/05/2014	R\$ 127,69	233
CTK5514	55180499E	6920/0	22/04/2014	R\$ 127,69	233
EBF9368	54934416E	5010/0	27/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
EBF9368	54934417E	5118/0	28/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
EGW6495	55179260E	6769/2	13/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LWU5293	55175948E	6920/0	19/03/2014	R\$ 127,69	233
LXH9920	55176538E	6920/0	27/05/2014	R\$ 127,69	233
LYV6244	54951142E	5045/0	31/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYY1850	54933561E	6599/2	27/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYZ4068	55180189E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MAQ9850	54933700E	5010/0	20/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBT6998	54825109E	6769/1	09/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MDJ0731	55178849E	6920/0	05/05/2014	R\$ 127,69	233
MDX9404	55175950E	6920/0	19/03/2014	R\$ 127,69	233
MEG7599	55175779E	6599/2	29/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEG7599	55175780E	5010/0	29/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEG7599	55175781E	5118/0	29/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEG7599	55175782E	6726/1	29/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFF5280	54631994E	5010/0	14/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFF5280	54631995E	5118/0	14/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJP6888	55180469E	6920/0	14/04/2014	R\$ 127,69	233

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKM2310	55180152E	6920/0	26/03/2014	R\$ 127,69	233
MKO2310	55178571E	6912/0	17/03/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1916/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACJ8606	54933475E	5452/6	26/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
ADH8265	55176016E	5185/1	14/06/2014	R\$ 127,69	167
ALF9121	54824890E	5185/1	14/06/2014	R\$ 127,69	167
CFC2914	54937045E	5193/0	22/06/2014	R\$ 191,53	168
IIE1871	54933256E	7366/2	05/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
IUC5315	54933454E	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KKU9192	55533165D	5541/2	12/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KKU9192	55533425D	5541/2	17/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXG6159	54934368E	5185/1	27/04/2014	R\$ 127,69	167
LXG6159	54934369E	6858/0	27/04/2014	R\$ 85,12	231 * VII
LXI2155	54934401E	5541/6	26/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYZ6395	55176938E	5185/1	11/06/2014	R\$ 127,69	167
LZT1939	54935547E	5185/1	26/05/2014	R\$ 127,69	167
MAI0229	55533369D	5193/0	30/03/2014	R\$ 191,53	168
MDI1179	54937185E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDZ2934	55533403D	5541/2	10/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDZ2934	55533445D	5541/2	19/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MED2579	55176373E	5207/0	14/06/2014	R\$ 53,20	169
MED7960	54934465E	5541/2	09/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MES1277	55180011E	7030/2	11/04/2014	R\$ 191,53	244 * I
MFI3572	55175773E	5460/0	24/03/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MFY9875	54934242E	5460/0	28/05/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MFY4773	55533446D	5541/2	19/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGJ5655	54933449E	5541/1	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN7550	54933270E	7366/2	05/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGP6315	55533188D	5541/2	14/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGU0525	55178532E	5738/0	23/03/2014	R\$ 191,53	186 * II
MHE0399	54937195E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHS5058	54824804E	5185/1	30/03/2014	R\$ 127,69	167
MIB7248	55177916E	7234/0	25/03/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MID1285	55179795E	5207/0	22/05/2014	R\$ 53,20	169
MII9210	54933564E	5738/0	29/04/2014	R\$ 191,53	186 * II
MIJ5855	55533157D	5541/2	11/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIO4831	54934012E	7366/2	03/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIR7737	54933747E	5541/2	08/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI4472	55533385D	5541/1	03/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKK0478	54824666E	5185/1	25/05/2014	R\$ 127,69	167
MKO6744	54935767E	7366/2	17/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKP1615	55533030D	7366/2	16/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLF1222	54933694E	7366/2	19/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MMD1150	54935393E	7366/2	16/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO

Caçador

PREFEITURA

Portaria Nº 24.263

PORTARIA nº 24.263, de 24 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, realizado no período de 15/06/2014 a 14/07/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
10464	Alexandre Granemann Lanzini	12h
2494	Bruno dos Santos	39h
10300	Carlos Venâncio dos Santos	20h
10297	Claudio Sonego	20h
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	36h
1206	Davi Ribeiro	20h
10302	Diogo Borges Barbosa	08h
2503	Doriva Gonçalves Soares	40h
10292	Edgar Aimi	21h
2496	Edson Massucato	40h
7991	Eduardo Bittencourt	12h
8334	Eveline Semke de Moraes	06h
9200	Fabio de Lima Garcia	35h
8336	Fernando Antonio Sinhorin	05h
9195	Gustavo Pedrotti Boscardi	32h
1439	Isaac Alves de Mello	40h
2491	Jandir Antunes de Oliveira	40h
1145	José Luiz Carvalho	30h
1457	José Vilmar Miranda	20h
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	20h
8339	Luciara Garcez Coelho	06h
8335	Marcio Faccione de Mello	04h
12602	Mauricio Bolduan	25h e 30min.
3797	Nelson Carlin Navroski	40h
12603	Sandro Claudinei Kieski	05h
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	20h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Allex Atolini Silva
DIRETOR GERAL DITTESC.

Portaria Nº 24.267

PORTARIA nº 24.267, de 24 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/06/2014 a 30/06/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	13 h e 00 min.
12024	Adriana Carlin do Prado Muller	08 h e 00 min.
11866	Alcides Moraes Lemos	04 h e 47 min.
11728	Alessandra Herbele	07 h e 00 min.
12037	Angela Cristine Beckert	11 h e 07 min.
11207	Any Luiz Rodrigues de Lima	14 h e 30 min.
11056	Carla Ribeiro	06 h e 00 min.
13195	Cintia Simone Fett	08 h e 00 min.
2610	Cladimir Torezan	04 h e 00 min.
11966	Cleria Mallmann Alves	19 h e 50 min.
3512	Clodilde Gonçalves de Souza Oliveira	04 h e 00 min.
9701	Daniela Kist Busnardo Cabral	04 h e 00 min.
7708	Deise Cristina Ferreira Bourcscheit	03 h e 27 min.
7743	Dilva Rejane Niewinski Figueiredo de Mattos	07 h e 00 min.
10766	Édina Ferreira Lopes	15 h e 57 min.
12021	Eliane Gouveia	08 h e 00 min.
395	Elisabeth Mary Kinceler	25 h e 30 min.
10768	Elisangela de Fatima Borges	04 h e 00 min.
12771	Erica Tasca	20 h e 00 min.
11971	Evanice Bernardina Lara de Amorin	14 h e 22 min.
837	Fatima Aparecida de Castro Michielin	07 h e 00 min.
4256	Flavia Morona Mafessoni	13 h e 30 min.
12055	Franciele Carneiro	42 h e 55 min.
3278	Freneze de Oliveira	18 h e 00 min.
769	Geni Aparecida dos Santos	26 h e 24 min.
15	Giovani Ernandes Telles de Oliveira	16 h e 26 min.
11865	Gislane Lemes da Silva	04 h e 00 min.
371	Glauca Lang Zaponi Pelizzaro	04 h e 00 min.
11879	Hortência Teresinha Girardi Ramos	08 h e 00 min.
200	Ilse Maria Schmidt Driessen	04 h e 00 min.
11173	Ilze Mara Scheffer	03 h e 30 min.
1023	Iraci Salete Sebem	08 h e 00 min.
11874	Irene de Fátima Ribeiro	04 h e 00 min.
7742	Ivone Zolner Lara	06 h e 00 min.
11853	Jane Terezinha de Souza Didone	16 h e 00 min.
4418	Janete de Fatima Pereira	01 h e 30 min.
1770	Jefferson Nascimento Ribeiro	04 h e 00 min.
1139	João Carlos de Souza dos Santos	01 h e 06 min.
12114	João Maria Guaripuna Filho	03 h e 48 min.
12856	Jocelene Nogueira	09 h e 00 min.

11946	Jucinei Pires do Prado	52 h e 00 min.
932	Juracema Teodoro	08 h e 00 min.
10457	Katia Cilene Bronner	03 h e 00 min.
11850	Larissa Strapasson Binder	03 h e 50 min.
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	02 h e 52 min.
9355	Leandro Souza de Mattos	04 h e 59 min.
12885	Lenize Heinzmann	16 h e 39 min.
11939	Lindair Meireles Pereira	01 h e 01 min.
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	04 h e 06 min.
5635	Luciano Caregnato	12 h e 07 min.
11967	Lucimar dos Santos	06 h e 01 min.
3834	Luiz Armando Cereza	05 h e 29 min.
7784	Mara Rubia Cordeiro	29 h e 18 min.
3852	Marcia de Araújo Mattia	04 h e 21 min.
11812	Marcia de Oliveira Guedes	16 h e 18 min.
2609	Marcia Elaine Bonfanti	03 h e 00 min.
11974	Maria Aparecida Alves	04 h e 00 min.
11954	Maria Bernadete Piacentini	04 h e 00 min.
3273	Maria Estela Cavichioli	43 h e 36 min.
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	20 h e 00 min.
4741	Mariane Rafaela Seidel	04 h e 00 min.
378	Maricelda Rita Tonieto	04 h e 24 min.
12056	Matheus Moro	01 h e 49 min.
03	Mauricio Zini	01 h e 01 min.
11730	Mauro de Mello	08 h e 28 min.
11868	Miriam Olizete de Almeida Fuks	08 h e 00 min.
11876	Miriane Aparecida Galvão Kunzel	20 h e 33 min.
11856	Oneide Granemann Dias Wandscheer	20 h e 00 min.
7674	Patricia Kirschner da Cruz	16 h e 00 min.
10456	Paula Rafaela Santin	07 h e 00 min.
1074	Pedro Roman Ross	08 h e 56 min.
10102	Rosa Meri Coluzzi	18 h e 00 min.
7735	Rosane Boff	02 h e 00 min.
3266	Roselaine Aparecida Roesner	06 h e 00 min.
1053	Rosemaria Combin	03 h e 38 min.
11955	Sandra Regina Jarschel	08 h e 00 min.
12596	Sarita de Oliveira Zanotto	27 h e 50 min.
3437	Sayonara Galina	08 h e 00 min.
229	Sélia Fátima Pandini	10 h e 00 min.
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	19 h e 49 min.
9197	Simone Aparecida Gonçalves Correa	04 h e 00 min.
11972	Sinara Salete Ribeiro Coelho	07 h e 48 min.
11963	Sirlene Ribeiro Tuchlinowicz	08 h e 00 min.
11871	Tatiana Moraes	28 h e 08 min.
11970	Tatiana Santos de Oliveira Lyra	32 h e 18 min.
847	Tereza Dias dos Santos	08 h e 00 min.
7673	Valéria da Silva	10 h e 05 min.
10477	Viviane Kuster	14 h e 00 min.
13322	Wanessa Marques Vilarinho	06 h e 11 min.
10455	Willian Castilho Pinto	05 h e 00 min.
12588	Willian Schroder	17 h e 30 min.
11941	Zenaide Heyer Gois	08 h e 00 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Resolução Nº 10/2014 CMDCA

Resolução 10/2014 de 01 de setembro de 2014
Dispõe sobre o repasse de recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA para a locação e impressão de um Outdoor da "Campanha não dê esmola" do CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia primeiro de setembro de 2014, Ata nº 301.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o repasse de recursos do FIA no valor total de R\$1.280,00 (um mil, duzentos e oitenta reais), sendo para locação de outdoor no período de 60 dias valor R\$ 700,00 (setecentos reais) e para impressão em lona digital valor R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) para a "Campanha não dê Esmolas".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 01 de setembro de 2014.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Resolução Nº 11/2014 CMDCA

Resolução 11/2014 de 01 de setembro de 2014
Dispõe sobre o repasse de recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA para a Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador - APAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia primeiro de setembro de 2014, Ata nº 301.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o repasse de recursos do FIA no valor de R\$1.416,73 (um mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta e três centavos) para a aquisição de utensílios de cozinha para a Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador - APAS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 01 de setembro de 2014.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Resolução Nº 12/2014 CMDCA

Resolução 12/2014 de 01 de setembro de 2014

Dispõe sobre o repasse de recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador - APAE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia primeiro de setembro de 2014, Ata nº 301.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o repasse de recursos do FIA no valor total de R\$3.957,10 (três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e dez centavos) para a aquisição de 01 Notebook no valor de R\$2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais), livros didático- pedagógicos no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) e brinquedos didático-pedagógicos no valor de R\$1.107,10 (um mil, cento e sete reais e dez centavos) para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador - APAE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 01 de setembro de 2014.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Resolução Nº 13/2014 CMDCA

Resolução 13/2014 de 01 de setembro de 2014

Dispõe sobre a substituição de membros das Comissões do CMDCA Gestão 2013/2015 nomeados pela Resolução 01/2013 de 07 de outubro de 2013.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada no primeiro de setembro de 2014, Ata nº 301.

Resolve:

Art. 1º Substituir os membros das Comissões do CMDCA, conforme segue:

I. COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

- Presidente: Beatriz Coscodai

- Relator: Felizarda Francio

- Outro: ...

II. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Presidente: ...

- Relator: ...

- Outro: ...

III. COMISSÃO DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANÇAS

- Presidente:

- Relator: Arlete Torresam

- Outro:

IV. COMISSÃO DE INSCRIÇÃO

- Presidente: ...

- Relator: ...

- Outro: ...

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 01 de setembro de 2014.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Camboriú

PREFEITURA

PR 79/14 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 079/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ATIVAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO DE SISTEMA DE SEGURANÇA POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO E SISTEMA DE ALARME NAS UNIDADES DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 03 de Setembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 80/14 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ATIVAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO DE SISTEMA DE SEGURANÇA POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO E SISTEMA DE ALARME NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 03 de Setembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

II 005/14 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 005/2014 - PMC
Data: 03/09/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS.

Valor total: R\$: 11.782,59 (Onze Mil Setecentos e Oitenta e Dois Reais e Cinquenta e Nove Centavos)

Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Contratado: DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 03 de Setembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Edital de Notificação por Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1258/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1258/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADD1097	54945645E	6599/2	20/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
AKT1618	54949831E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
AKT1618	54949833E	6637/2	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AKT1618	54949834E	6637/1	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AKT1618	54949843E	5061/0	19/06/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
AKT1618	54949844E	6637/2	19/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
BGF5216	54948566E	5010/0	24/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
BOS0483	54949002E	5045/0	26/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYO1284	54948525E	5010/0	22/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYO1284	54948526E	6912/0	22/04/2014	R\$ 53,20	232
LYO1284	54948527E	7340/0	22/04/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MDO4059	54945640E	5010/0	26/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDO4059	54945641E	6599/2	26/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDO4059	54945642E	6580/0	26/04/2014	R\$ 191,53	230 * IV
MEC6088	54948820E	5142/0	28/04/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MGC2151	54945807E	6599/2	03/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHE3357	54948565E	6637/2	24/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHR2412	54945620E	7340/0	02/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MHR2412	54946001E	5010/0	02/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHR2412	54946002E	6912/0	02/12/2013	R\$ 53,20	232
MIU0008	54949678E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
MJZ5895	54947950E	5274/1	30/03/2014	R\$ 191,53	175

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1259/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1259/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADD1097	54945646E	5452/1	20/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
APH7947	54948826E	5185/2	29/04/2014	R\$ 127,69	167
APH7947	54948827E	7366/2	29/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
ASM6245	54950102E	5185/1	17/06/2014	R\$ 127,69	167
AXQ3803	54949651E	5541/1	03/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCM0358	54949406E	7048/1	03/05/2014	R\$ 191,53	244 * II
MGR6888	54949106E	6858/0	27/04/2014	R\$ 85,12	231 * VII
MLA4052	54949064E	5193/0	28/04/2014	R\$ 191,53	168
MML0921	54949562E	5568/0	02/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 006/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 006/2014
INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 006/2014.

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CARGO
01	CINTIA SIMONE FETT	MÉDICO
02	ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA	MÉDICO
03	CHRISTINA DE MEDEIROS	MÉDICO IV

Campo Alegre/SC, 02 de setembro de 2014.
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 006/2014

Decreto Nº 5.835 de 01 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 5.835 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 4.172 DE 06 DE AGOSTO DE 2014, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, e de acordo com o Artigo 1º da Lei Municipal nº 4.172 de 06 de Agosto de 2014; Decreta:

Art.1º) Para fins de concessão do benefício, o produtor Rural deverá comprovar o que estabelece o Artigo 1º, §§ 1º e 2º, Incisos I, II, III e IV, da Lei Municipal nº 4.172 de 06 de agosto de 2014.

Art.2º) Além do Cadastro já estabelecido em Lei, para direito ao recebimento do Programa Municipal de "DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO" os interessados deverão ainda apresentar os seguintes documentos:

I - Bloco de Notas de Produtor Rural com 03 (zero três) Notas emitidas no exercício anterior;

II - Apresentar a DAP - Declaração de Aptidão de Produtor - PRO-NAF;

III - Carteira de Identidade e CPF/MF;

IV - Declaração comprovando que a principal fonte de Renda Familiar tenha origem na atividade rural;

Art.3º) Caberá a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, através do Serviço de Agricultura e Meio Ambiente, coordenar e desenvolver todas as atividades de concessão do Programa Municipal de "Distribuição de Adubo", emitindo parecer referente as solicitações, concedendo o deferimento ou indeferimento.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Setembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata de Registro de Preços Nº 24/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 73/2014 - Modalidade Pregão Presencial
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de setembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para aquisição de tubos, calhas, lajotas e meio fio, em concreto, para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, CNPJ: 00.876.873/0001-62, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 73/2014, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
02	1.400	M	Tubo de concreto, simples, bitola de 30 cm.	15,20	21.280,00
04	800	M	Tubo de concreto, simples, bitola de 60 cm.	42,70	34.160,00
06	100	M	Tubo de concreto, armado PA1, bitola de 80 cm.	119,00	11.900,00
10	100	UNID	Calha em concreto, simples, bitola 0,40x1m.	15,00	1.500,00
11	100	UNID	Calha em concreto, simples, bitola 0,30x1m.	13,90	1.390,00
VALOR TOTAL				R\$ 70.230,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
Representante legal

Ata de Registro de Preços Nº 25/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 73/2014 - Modalidade Pregão Presencial
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de setembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para aquisição de tubos, calhas, lajotas e meio fio, em concreto, para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA, CNPJ: 83.483.990/0001-93, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 73/2014, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
03	1.600	M	Tubo de concreto, simples, bitola de 40 cm.	23,00	36.800,00
07	300	M	Tubo de concreto, armado PA1, bitola de 100 cm.	168,00	50.400,00
08	5.000	M²	Lajota sextavada de concreto 25x25x8cm, resistência mínima de 35 MPA.	29,50	147.500,00
09	5.000	M	Meio fio de concreto com as seguintes medidas: 12cm (base) x 30cm (altura)	15,00	75.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 309.700,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA
Representante legal

Ata de Registro de Preços Nº 26/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 73/2014 - Modalidade Pregão Presencial
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de setembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para aquisição de tubos, calhas, lajotas e meio fio, em concreto, para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa M.R. LECHINOSKI - ME, CNPJ: 84.808.047/0001-76, em

decorrência da homologação do processo licitatório nº. 73/2014, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	1.000	M	Tubo de concreto, simples, bitola de 20 cm.	12,90	12.900,00
05	300	M	Tubo de concreto, armado PA1, bitola de 60 cm.	74,50	22.350,00
VALOR TOTAL				R\$ 35.250,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

M.R. LECHINOSKI - ME
Representante legal

Decreto Nº 8.536 de 01 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 8.536 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta.
Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação
300000.00.519 -	Despesas Correntes
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.519 -	Aplicações Diretas
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.01 -	Serviços de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 10.000,00	R\$ 8.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.537 de 02 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 8.537 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta.

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 2.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.209 de 02 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 11.209 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, LUIZ ERNANDES WESCHE, Matrícula Funcional nº 000569, Registro no Sistema sob nº 954726, referente ao período aquisitivo 26 de janeiro de 2013 a 25 de janeiro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 03 de setembro de 2014 a 12 de setembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.210 de 02 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 11.210 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, FLÁVIA RIBEIRO DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000667, Registro no Sistema sob nº 955099, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 03 de setembro de 2014 a 12 de setembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de Setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.198 de 06 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.198 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007.

AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO Nº 100.056/07, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar o Termo de Convênio nº 100.056/07, que entre si - AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO Nº 100.056/07, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO O ESTABELECIMENTO DE AÇÕES BÁSICAS DE COOPERAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA ENTRE AS PARTES, PARA EXECUÇÃO, DESENVOLVIMENTO, ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÕES INERENTES AO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - PMDR, DE CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS, no valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se ao estabelecimento de ações básicas de cooperação técnica entre a EPAGRI e o Município de Campo Alegre, para a execução dos trabalhos de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural, definidos no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR que passará a fazer parte integrante do referido instrumento e demais obrigações constantes das Cláusulas do respectivo Termo de Convênio.

Art.3º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.199 de 06 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.199 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 49.553,30 (quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais e trinta centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0054.2.711 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.124 -	Despesas de Capital	
440000.00.124 -	Investimentos	
449000.00.124 -	Aplicações Diretas	
449052.00.124 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 17.000,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.120 -	Despesas Correntes	
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.120 -	Aplicações Diretas	
339030.00.120 -	Material de Consumo	R\$ 7.000,00
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
300000.00.127 -	Despesas Correntes	
330000.00.127 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.127 -	Aplicações Diretas	
339030.00.127 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
300000.00.130 -	Despesas Correntes	
330000.00.130 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.130 -	Aplicações Diretas	
339030.00.130 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
300000.00.502 -	Despesas Correntes	
330000.00.502 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.502 -	Aplicações Diretas	
339030.00.502 -	Material de Consumo	R\$ 12.553,30
TOTAL		R\$ 49.553,30

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2006 do Fundo Municipal de Saúde;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.200 de 06 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.200 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007
DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA
NO BAIRRO CASCATAS NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada de Rua: LAURENTINO DE BARROS LIMA, a Rua situada no loteamento Colina Verde Bairro Cascatas neste Município, Rua esta com extensão de 95,22 (noventa e cinco metros e vinte e dois decímetros), com largura de 12,00 (doze metros), intersecção com a Rua Cel. Veríssimo de Souza Freitas, conforme croqui anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

BIOGRAFIA

Nome: LAURENTINO DE BARROS LIMA
Profissão: ENGENHEIRO AGRÔNOMO
Data de Nascimento: 03 DE ABRIL DE 1928
Nacionalidade: BRASILEIRA
Naturalidade: MACEIO - AL
Data de Falecimento: 18 DE AGOSTO DE 1987

Filiação: (Pai): ABEL ZALCON LIMA
(Mãe): OLIVIA GOMES DE BARROS

Cônjuge: MARIA BUJINSKY LIMA

Tempo de Residência no Município: 20 (VINTE) ANOS.

Atividades Comunitárias: PARTICIPOU ATIVAMENTE DE EVENTOS SOCIAIS NO MUNICÍPIO, FOI PROFESSOR DE DATILOGRAFIA, MÚSICA - VIOLINO E VIOLÃO, REGEU O CORAL DO MOBRAL, PARTICIPOU DE TIMES ESPORTIVOS, SÓCIO FUNDADOR DO LIONS CLUB, SÓCIO FUNDADOR DO PFL - PARTIDO FRENTE LIBERAL. CONTAGIOU A TODOS COM O SEU MODO DE SER.

Outras Informações que julgar necessárias: PRESTOU TRABALHO

VOLUNTÁRIO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
NO PERÍODO DE 1977/1983.

Lei Nº 3.201 de 06 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.201 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO
VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas da Saúde	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.119 -	Aplicações Diretas	
319004.00.119 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 183.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.302.0055.2.118 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outros Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 183.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.202 de 06 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.202 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DA PORTARIA INTERMINISTERIAL/STN Nº 340/2006.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em observância à Portaria Interministerial/STN nº 340, de 26 de abril de 2006, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 113.060,19 (cento e treze mil e sessenta reais e dezenove centavos), a fim de criar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas da Saúde	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.119 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.119 -	Contribuições Patronais	R\$ 113.060,19

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta das transferências previstas no Orçamento vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2007.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de fevereiro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.203 de 06 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.203 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DA PORTARIA INTERMINISTERIAL/STN Nº 340/2006.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em observância à Portaria Interministerial/STN nº 340, de 26 de abril de 2006, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 396.571,66 (trezentos e noventa e seis mil, quinhentos e setenta e um reais e sessenta e seis centavos), a fim de criar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -		
02.01 -	Chefia de Gabinete	
	Remuneração de Pessoal do Gabinete	
04.122.0002.2.042 -		
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 6.647,06
	Secretaria Municipal de Administração	
03.00 -		
03.01 -	Serviço de Administração	
	Remuneração de Pessoal da Administração	
04.122.0004.2.043 -		
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 20.285,77
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
	Remuneração de Pessoal de Finanças	
04.123.0006.2.044 -		
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 13.526,03
	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.00 -		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
	Remuneração de Pessoal do Apoio Administrativo	
12.361.0008.2.045 -		
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.519 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.519 -	Contribuições Patronais	R\$ 16.276,91
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -		
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.139 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.139 -	Contribuições Patronais	R\$ 103.657,49
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.141 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.141 -	Contribuições Patronais	R\$ 29.895,39
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
12.365.0008.2.047 -		
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.519 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.519 -	Contribuições Patronais	R\$ 100.427,01
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0014.2.048 -	Remuneração de Pessoal da Cultura	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-Orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 5.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
	Remuneração de Pessoal da Assistência Social	
08.244.0023.2.050 -		
300000.00.136 -	Despesas Correntes	

310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 12.261,76
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0025.2.051 -	Remuneração de Pessoal de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 13.825,34
08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 74.768,90
TOTAL		R\$ 396.571,66

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta das transferências previstas no Orçamento vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de janeiro de 2007.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.204 de 08 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.204 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2007.

“QUE CRIA UM NOVO ELEMENTO DE DESPESA OBRIGAÇÕES PATRONAIS, E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DA PORTARIA INTERMINISTERIAL/STN Nº 340/2006, SUPLEMENTANDO ESTA CONTA, POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE”.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a criar novo Elemento de Despesa e abrir Crédito Suplementar Especial por conta da Portaria interministerial/STN N. 340/2006, suplementando esta conta, por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do

Orçamento vigente, sendo retirado o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) da Dotação destinada para OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA de elemento de nº 3.3.90.36.00.00.00.00.0136, passando esse valor para o novo elemento de Despesa OBRIGAÇÕES PATRONAIS - IPRECAL de elemento de nº 31.91.13.00.00.00.00.0136.

Art.2º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a data de 02 de janeiro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei N.º 3.205 de 13 de Fevereiro de 2007

LEI N.º 3.205 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2007.

CONCEDE REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS E REAJUSTA O VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam reajustados em 7,0% (sete por cento), os valores dos vencimentos e gratificação dos servidores públicos do quadro de pessoal da administração direta e indireta, ativos, inativos e agentes políticos, calculados sobre os valores relativos ao mês de janeiro de 2007, a partir de 1º de fevereiro de 2007.

Parágrafo Único - O percentual de reajuste fixado no caput deste artigo é concedido a título de revisão geral anual, prevista na Constituição Federal.

Art.2º) Ficam reajustados em 7,0% (sete por cento), os valores dos vencimentos limites para o recebimento do vale alimentação disposto no Artigo 146 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, concedido aos Servidores Públicos Municipais, em razão dos novos valores salariais praticados por força da implementação dos índices de Revisão Geral Anual, fixados no Artigo 1º desta Lei.

Parágrafo Único: Os valores dos vencimentos limites, para o servidor receber o vale alimentação será igual ou inferior a R\$ 1.138,00 (um mil, cento e trinta e oito reais).

Art.3º) O valor do vale alimentação previsto na Lei Complementar Municipal n.º 006 fica fixado em R\$ 49,50 (quarenta e nove reais, cinquenta centavos).

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das respectivas Dotações Orçamentárias do Orçamento vigente podendo serem suplementadas se necessário.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de fevereiro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei N.º 3.203 de 13 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.203 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DA
PORTARIA INTERMINISTERIAL/STN Nº 340/2006.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em observância à Portaria Interministerial/STN nº 340, de 26 de abril de 2006, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 396.571,66 (trezentos e noventa e seis mil, quinhentos e setenta e um reais e sessenta e seis centavos), a fim de criar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -		
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 6.647,06
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Remuneração de Pessoal da Administração	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 20.285,77
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0006.2.044 -	Remuneração de Pessoal de Finanças	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 13.526,03
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	

12.361.0008.2.045 -	Remuneração de Pessoal do Apoio Administrativo	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.519 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.519 -	Contribuições Patronais	R\$ 16.276,91
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.139 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.139 -	Contribuições Patronais	R\$ 103.657,49
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.141 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.141 -	Contribuições Patronais	R\$ 29.895,39
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0008.2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.519 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.519 -	Contribuições Patronais	R\$ 100.427,01
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0014.2.048 -	Remuneração de Pessoal da Cultura	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-Orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 5.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.244.0023.2.050 -	Remuneração de Pessoal da Assistência Social	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 12.261,76
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0025.2.051 -	Remuneração de Pessoal de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.136 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 13.825,34
08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	

319100.00.136 -	Operações Intra-orçamen- tárias	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 74.768,90
TOTAL		R\$ 396.571,66

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta das transferências previstas no Orçamento vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de janeiro de 2007.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de fevereiro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão 87/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014

A licitação tem como objeto a locação de máquina escavadeira hidráulica para execução de serviços em córregos e locação de máquina retroescavadeira para execução de serviços de reabilitação de bueiros, abertura de valas de drenagem e atividades relacionadas, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado e FIXADO (R\$ por hora)	Valor Total Estimado
01	160	hora	Locação de máquina escavadeira hidráulica, com operador e fornecimento de combustível, manutenção e apoio.	R\$ 169,73	R\$ 27.156,80
02	160	hora	Locação de máquina retroescavadeira, com operador e fornecimento de combustível, manutenção e apoio.	R\$ 94,76	R\$ 15.161,60
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 42.318,40	

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO, com fixação de valor máximo.

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 16/09/2014, às 11 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 10 horas e 45 minutos, do dia 16/09/2014, no Serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da

seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 15.00 - Fundo Municipal da Defesa Civil - FUNMDEC; Unidade: 15.01 - Coordenação da Defesa Civil - FUNMDEC; Função: 5 - Defesa Nacional; Subfunção: 182 - Defesa Civil; Programa: 106 - Coordenação das Atividades da Defesa Civil - FUNMDEC; Atividade: 2.900 - Manutenção das Ações de Defesa Civil; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 915 - Defesa Civil.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no link "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 87/2014".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 04 de setembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Decisão Impugnação Pregão 20/2014 FMS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO Nº: 20/2014 - modalidade Pregão Presencial
ASSUNTO: Pedido de Impugnação ao Edital do Pregão nº 20/2014

DESPACHO

Versa a Impugnação em análise, apresentada pela empresa, IVO-NE IDA BRASÍLIA BARONI -ME, acerca da exigência "Flex" para a motocicleta a ser adquirida.

I - INFORMAÇÕES

Considerando o Parecer Jurídico apresentado, conforme destacado abaixo:

"No tocante ao questionamento de restrição à competitividade, conforme levantamento realizado de forma competente pelo setor de compras, o produto ora licitado não possui fornecedor único, o que inclusive poderia gerar a inexigibilidade da licitação se assim fosse constatado o interesse público na aquisição, o que não se faz atuante neste caso.

Ademais, há muito a Administração Pública tem prezado pela aquisição de veículos com a tecnologia "flex", o que inclusive é matéria legislativa federal, presente na Lei nº 9.660/1998, que em seu art. 1º aduz que: "Qualquer aquisição ou substituição de veículos leves para compor a frota, ou locação de veículos de propriedade de terceiros para uso oficial somente poderá ser realizada por unidades movidas a combustíveis renováveis."

Muito embora a legislação possua mais de 15 anos, ainda está vigente, e permite/exige à Administração Pública a sua observância, o que é possível diante da tecnologia bicomcombustível.

Assim, diante da constatação de pluralidade de fornecedores, bem como do devido cumprimento da legislação vigente, não deve a presente indagação prosperar, visto que não persiste no referido certame licitatório qualquer irregularidade na formulação do objeto licitado, motivo pelo qual deve a licitação continuar nos termos já publicados.

II - DECISÃO

Em razão do exposto, DECIDE a Pregoeira por conhecer a impugnação apresentada face à TEMPESTIVIDADE da mesma, e JULGAR IMPROCEDENTE, mantendo todas as condições editalícias, inclusive a data de julgamento.

Intime-se o Impugnante.
Publique-se, para conhecimento de todos.
É a decisão.

Estando devidamente prestadas as informações, subam os autos à apreciação e julgamento pela autoridade superior.

Campo Alegre/SC, 03 de setembro de 2014.
MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira Municipal

Lei Nº 3.204 de 08 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.204 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2007.

“QUE CRIA UM NOVO ELEMENTO DE DESPESA OBRIGAÇÕES PATRONAIS, E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DA PORTARIA INTERMINISTERIAL/STN Nº 340/2006, SUPLEMENTANDO ESTA CONTA, POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE”.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a criar novo Elemento de Despesa e abrir Crédito Suplementar Especial por conta da Portaria interministerial/STN N. 340/2006, suplementando esta conta, por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente, sendo retirado o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) da Dotação destinada para OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA de elemento de nº 3.3.90.36.00.00.00.00.0136, passando esse valor para o novo elemento de Despesa OBRIGAÇÕES PATRONAIS - IPRECAL de elemento de nº 31.91.13.00.00.00.00.0136.

Art.2º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a data de 02 de janeiro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.205 de 13 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.205 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2007.

CONCEDE REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS E REAJUSTA O VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam reajustados em 7,0% (sete por cento), os valores dos vencimentos e gratificação dos servidores públicos do quadro de pessoal da administração direta e indireta, ativos, inativos e agentes políticos, calculados sobre os valores relativos ao mês de janeiro de 2007, a partir de 1º de fevereiro de 2007.

Parágrafo Único - O percentual de reajuste fixado no caput deste artigo é concedido a título de revisão geral anual, prevista na Constituição Federal.

Art.2º) Ficam reajustados em 7,0% (sete por cento), os valores dos vencimentos limites para o recebimento do vale alimentação disposto no Artigo 146 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, concedido aos Servidores Públicos Municipais, em razão dos novos valores salariais praticados por força da implementação dos índices de Revisão Geral Anual, fixados no Artigo 1º desta Lei.

Parágrafo Único: Os valores dos vencimentos limites, para o servidor receber o vale alimentação será igual ou inferior a R\$ 1.138,00 (um mil, cento e trinta e oito reais).

Art.3º) O valor do vale alimentação previsto na Lei Complementar Municipal n.º 006 fica fixado em R\$ 49,50 (quarenta e nove reais, cinquenta centavos).

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das respectivas Dotações Orçamentárias do Orçamento vigente podendo serem suplementadas se necessário.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.206 de 13 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.206 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2007.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CI Nº 0200.0017784.05.4 QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologado o Termo de Convênio CI nº 0200.0028064.06.4 - QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. e o Município de CAMPO ALEGRE, no valor total de R\$ 84.262,00 (oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais), a ser repassado para a FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre.

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio tem por finalidade desenvolver ações voltadas a garantir os Direitos da Criança e do Adolescente, através da execução do Projeto DO RE MI - ARTES & CIA e SERRA SERRA SERRADOR - FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA INDÚSTRIA MOVELEIRA, propostos para a Petrobrás pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em conjunto com o Município, de conformidade ao Plano de Trabalho aceito pelos partícipes, tendo a instituição a responsabilidade pelo desenvolvimento dos Projetos, e mediante o repasse de Recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, que passa a fazer parte integrante do referido instrumento e demais obrigações constantes das Cláusulas do respectivo Termo de Convênio.

Art.3º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de fevereiro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.207 de 13 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.207 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 76.601,82 (setenta e seis mil, seiscentos e um

reais, oitenta e dois centavos) à FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede na Rodovia SC 301 nº 1.111 Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas mensais no valor de R\$ 3.355,09 (três mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e nove centavos), sendo a primeira no mês de fevereiro de 2007, para o Projeto DÓ RÉ MI ARTES & CIA; e para o Projeto SERRA SERRA SERRADOR - FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA INDÚSTRIA MOVELEIRA em 10 (dez) parcelas, sendo a primeira no mês fevereiro no valor de R\$ 8.610,07 e as demais parcelas no valor cada de R\$ 3.826,76 (três mil, oitocentos e vinte e seis reais, setenta e seis centavos).

Parágrafo 2º Os recursos constantes deste Artigo deverão ser aplicados conforme plano de trabalho, do Projeto DÓ RE MI - ARTES E CIA, Projeto SERRA SERRA SERRADOR - FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA INDÚSTRIA MOVELEIRA e cláusula do Convênio CI nº 0200.0028064-06.4 firmado com a Empresa Petróleo Brasileiro S.A.

Art.2º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.3º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.4º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.5º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.6º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade;
- f) relação nominal de todos as crianças e adolescentes atendidos no Projeto;
- g) relatório das atividades desenvolvidas no período.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.7º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do mês de fevereiro do exercício de 2007.

Art.8º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 008.243.0067.1032 - Subvenção a Entidades - Projeto Petrobrás, alocados no Fundo Municipal da Infância e Adolescência, 335043.00.083 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização

Legislativa.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.208 de 13 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.208 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DO
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR
DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal da Infância e Adolescência auto-
rizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 76.601,82 (se-
tenta e seis mil, seiscentos e um reais e oitenta e dois centavos),
a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

93.00 -	Fundo da Infância e Adolescência	
93.01 -	Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência	
08.243.0067.1.032 -	Subvenção a Entidades - Projeto PETROBRAS	
300000.00.083 -	Despesas Correntes	
330000.00.083 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.083 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00.083 -	Subvenções Sociais	R\$ 76.601,82

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, corre-
rá por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2006
do Fundo Municipal da Infância e Adolescência;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.209 de 13 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.209 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2007

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL, SITUA-
DO NO PARQUE INDUSTRIAL II E SUA POSTERIOR DOAÇÃO CON-
DICIONADA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedido o direito de uso de um lote situado Dis-
trito Industrial II do Município de Campo Alegre, situado à Rod.
SC-301-T na localidade de Lageado, neste Município, medindo
60.002,93 m² (sessenta mil e dois vírgula noventa e três décime-
tros quadrados) pelo prazo de 10 (dez) anos consecutivos, conta-
dos a partir da data presente lei, à empresa "MOCOCA MECÂNICA
DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA.", registrada no CNPJ/MF
sob n.º 00.225.161/0001-83.

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, fica au-
torizada a doação do imóvel, desde que a empresa cessionária te-
nha implementado durante o período de concessão, as seguintes
condições:

- I - iniciado as obras no prazo máximo de 06 (seis) meses, conta-
dos à partir da data de vigência da presente lei, com observância
da legislação pertinente;
- II - iniciado suas atividades industriais no prazo máximo de 01
(um) ano, contado à partir da data de vigência da presente lei;
- III - mantido durante o prazo da concessão e especialmente no
momento da doação, condições de regularidade fiscal nas três
esferas de governo;
- IV - atendido durante o prazo da concessão e especialmente no
momento da doação, a legislação ambiental pertinente, bem como
a legislação de uso e ocupação do solo;
- V - mantido nos últimos 05 (cinco) anos da concessão, no mínimo
70% de sua proposta de geração de emprego;

Art.3º) Caso a empresa concessionária não venha a implementar
as ações descritas nos incisos I e II do artigo anterior nos prazos
assinalados, fica automaticamente revogada a concessão de que
trata a presente lei, perdendo a empresa quaisquer construções
e benfeitorias que tiver realizado sobre o imóvel, sem direito à
indenização.

Art.4º) A concessão de que trata a presente lei está condicionada
ao uso do imóvel para atividades industriais, revogando-se a con-
cessão e/ou a posterior doação sem direito à qualquer indeniza-
ção, caso não seja atendida esta finalidade.

Art.5º) Cumpridas pela concessionária todas as obrigações a ela
impostas e transcorridos os prazos determinados nesta lei e na
Lei Municipal n.º 2.230/97, ser-lhe-á outorgada pelo Prefeito Mu-
nicipal a Escritura de Doação da respectiva área, da qual constará
expressamente, a proibição de destinação de natureza diferente
da definida para o Distrito Industrial, sob pena de revogação da
doação.

Art.6º) A concessionária fica desobrigada do cumprimento dos
prazos e metas impostas pela presente lei, caso venha a indenizar
o Município pelo valor de mercado da área concedida, em pro-
cedimento amigável autorizado por lei, onde seja aferido o valor
necessário.

Parágrafo único - ainda que venha a adquirir a área concedida,
nos termos do caput deste artigo, a empresa concessionária fica
obrigada a cumprir o disposto no Art. 4º desta lei;

Art.7º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de
27 maio de 1997, alterada pela Lei Municipal nº 2.530 de 01 de

outubro de 2001, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta dias) dias pelo Concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.8º) Os documentos já apresentados pelo Concessionário, ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.210 de 13 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.210 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2007.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.498.979/0001-32 com sede à Rua: Nereu Ramos, 124 Centro Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, sendo as duas primeiras no mês de fevereiro de 2007 no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e as demais parcelas nos meses subsequentes no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "Bombeiros Mirins" em Campo Alegre/SC.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 4.291 de 22 de agosto de 2006, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrar a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2007.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 12.361.009.6009 - Subvenção á Entidades Educacionais - 33.5043.00 - Subvenções Sociais.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.211 de 15 de Fevereiro de 2007

LEI Nº 3.211 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 633.028,31 (seiscentos e trinta e três mil, vinte e oito reais e trinta e um centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0009.6.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.519 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00.519 -	Subvenções Sociais	R\$ 4.000,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.1.004 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.141 -	Despesas de Capital	
440000.00.141 -	Investimentos	
449000.00.141 -	Aplicações Diretas	
449051.00.141 -	Obras e Instalações	R\$ 93.316,52
12.361.0010.2.013 -	Material Didático e Pedagógico	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339030.00.141 -	Material de Consumo	R\$ 26.000,00
12.361.0010.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339039.00.141 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 35.000,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
27.812.0019.1.036 -	Iluminação do Campo Municipal de Futebol Suíço e Ginásio Mun.	
400000.00.160 -	Despesas de Capital	
440000.00.160 -	Investimentos	
449000.00.160 -	Aplicações Diretas	
449051.00.160 -	Obras e Instalações	R\$ 53.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.361.0013.1.028 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 87.295,12
05.07 -	Serviço de Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado	
12.366.0069.2.714 -	Manutenção e Coordenação do Programa Brasil Alfabetizado	
300000.00.125 -	Despesas Correntes	
330000.00.125 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.125 -	Aplicações Diretas	
339036.00.125 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 11.500,79
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviços de Agropecuária	
18.541.0038.1.033 -	Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 12.000,00
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0074.1.035 -	Aquisição de um Veículo para APICAMPO	
400000.00.505 -	Despesas de Capital	
440000.00.505 -	Investimentos	
449000.00.505 -	Aplicações Diretas	
449052.00.505 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 45.100,00
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
23.695.0039.1.013 -	Construção do Pórtico Turístico do Município	
400000.00.183 -	Despesas de Capital	
440000.00.183 -	Investimentos	
449000.00.183 -	Aplicações Diretas	
449051.00.183 -	Obras e Instalações	R\$ 36.000,00
23.695.0040.2.110 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0045.1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias	
400000.00.173 -	Despesas de Capital	
440000.00.173 -	Investimentos	
449000.00.173 -	Aplicações Diretas	
449051.00.173 -	Obras e Instalações	R\$ 64.829,81
08.02 -	Serviço de Transporte e Frotas	
26.782.0047.2.710 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.120 -	Despesas de Capital	
440000.00.120 -	Investimentos	
449000.00.120 -	Aplicações Diretas	
449052.00.120 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 22.235,15
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.451.0048.1.037 -	Revitalização e Melhoria de Paisagem	
300000.00.185 -	Despesas Correntes	
330000.00.185 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.185 -	Aplicações Diretas	
339030.00.185 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
400000.00.185 -	Despesas de Capital	
440000.00.185 -	Investimentos	
449000.00.185 -	Aplicações Diretas	
449051.00.185 -	Obras e Instalações	R\$ 74.000,00
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Ativ da Polícia Civil e Militar	
300000.00.152 -	Despesas Correntes	
330000.00.152 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.152 -	Aplicações Diretas	
339036.00.152 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.352,89
300000.00.520 -	Despesas Correntes	
330000.00.520 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.520 -	Aplicações Diretas	

339039.00.520 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.650,72
09.00 -	FUNREBOM - Fundo Munic de Reequiparação dos Bombeiros	
09.01 -	Serviço de Manutenção do FUNREBOM	
06.182.0071.2.717 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
400000.00.757 -	Despesas de Capital	
440000.00.757 -	Investimentos	
449000.00.757 -	Aplicações Diretas	
449051.00.757 -	Obras e Instalações	R\$ 50.747,31
TOTAL		R\$ 633.028,31

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2006 da Prefeitura Municipal;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.212 de 14 de Março de 2007

LEI Nº 3.212 DE 14 DE MARÇO DE 2007.

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADOS NAS LOCALIDADES DE CAMPINAS, TIJUCUME E AVENCA DO RIO NEGRO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos, situados nas localidades de Campinas, Tijucume e Avenca do Rio Negro, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

Parágrafo único: Os imóveis de que tratam o caput deste Artigo são os seguintes: Escola Municipal de Ensino Fundamental de Campinas, Código INPE 42098874, situada na Rua: Principal, nº na localidade de Campinas, Escola Municipal de Ensino Fundamental de Tijucume, Código INPE 42099030, situada na Rua: Principal, nº na localidade de Tijucume e Escola Municipal de Ensino Fundamental de Avenca do Rio Negro, Código INPE 099066, situada na Rua: Principal, nº na localidade de Avenca do Rio Negro paralisadas ambas através do Decreto Municipal nº 3.068 de 01 de abril de 2003, em razão da nucleação da Rede Municipal de Ensino Fundamental.

Art.2º) A Concessão de Direito de Uso dos Bens Imóveis Públicos de que tratam o Artigo 1º desta Lei, será pelo período a partir da promulgação da presente Lei, até a data de 31 de dezembro de

2008, às ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA MICRO BACIA RIO TIJUCUME E AVENCA DO RIO NEGRO.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei, estão condicionadas ao uso para atividades exclusivas das Associações citadas no Artigo 2º desta Lei, para o desenvolvimento das ações do Projeto Microbacias II, as quais estão dispostas no Convênio e no TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS, a serem firmados por ambas as partes.

Parágrafo único: O não cumprimento das cláusulas do Termo de Concessão será causa à rescisão do mesmo e revogação da presente Concessão.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de março de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/03/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL.

Pelo presente Termo de Concessão, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.749/0001-77, com sede a Rua: Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Município de Campo Alegre-SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. RENATO BAHR, doravante denominado CONCEDENTE, e de outro lado as Associações de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Tijucume e Avenca do Rio Negro, Pessoas Jurídicas de Direito Privado, inscritas no CNPJ/MF sob o nº 07.641.578/0001-76 e 07.641.609/0001/99, estabelecidas à Estrada Principal, nº nas localidades de Campinas, Tijucume e Avenca do Rio Negro respectivamente, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representadas pelos seus Presidentes, Senhora: ANALICE VIEIRA DE LIMA E MÁRIO KOSTETZER doravantes denominadas CONCESSIONÁRIAS, tem entre si, certo e ajustado, nos termos do Artigo 102 e Parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal e, Lei Municipal nº 3.212 de 14 de março de 2007.

Cláusula Primeira - Do Objeto:

O Objeto do presente Termo é a Concessão, através de Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos, situados nas localidades de Campinas, Tijucume e Avenca do Rio Negro, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

Cláusula Segunda - Da Finalidade:

São finalidades da Concessionária:

- Apoiar a agricultura familiar para o efetivo desenvolvimento rural sustentável;
- Buscar a promoção das atividades Agropecuárias como forma de gerar postos de trabalho e agregando renda; certificando-as.

c) Possibilitar o associativismo e parcerias;

d) Implementar políticas ambientais efetivas;

Cláusula Terceira - Do Prazo:

O Prazo do presente Termo de Concessão será a partir da promulgação da Lei Municipal nº 3.212 de 14 de março de 2007, até a data de 31 de dezembro de 2008.

Cláusula Quarta - Da Utilização das instalações Úteis:

A utilização das instalações concedidas, dar-se-á com a exclusiva, utilização apenas dos espaços necessários, para o atendimento, realização de reuniões, palestras, seminários, cursos, treinamentos, e eventos afins.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Concedente:

Compete ao Concedente as seguintes obrigações:

a) Disponibilizar os Bens Imóveis (Escolas Municipais) descritas na Cláusula Primeira deste Termo de Concessão;

b) Fiscalizar a qualquer tempo e sem prévio aviso, o uso dos imóveis concedidos, verificando se as atividades desenvolvidas pela Concessionária se estão compatíveis com as Cláusulas deste Termo de Concessão.

Cláusula Sexta - Das Obrigações das Concessionárias Associações de Desenvolvimento da Micro Bacia Tijucume e Avenca do Rio Negro respectivamente.

Compete as Concessionárias - as seguintes obrigações:

a) Preservação e manutenção das instalações dos Bens Imóveis;

b) Responsabilidade quanto ao vínculo empregatício de pessoal que por ventura trabalhará para as Concessionárias;

c) Responsabilidade perante terceiros em razão de quaisquer danos provocados por acidente, ainda que fortuitamente;

d) Utilizar as instalações exclusivamente dentro dos fins declinados no presente Termo de Concessão;

Cláusula Oitava - Da responsabilidade patrimonial:

É vedado ao CONCESSIONÁRIO autorizar terceiros a utilizar os bens descritos na Cláusula Primeira, respondendo, em qualquer hipótese, por quaisquer danos que venham a ocorrer enquanto os mesmos estiverem sob sua guarda e utilização.

Cláusula Nona - Da inexistência de vínculo trabalhista:

O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre o CONCEDENTE e as CONCESSIONÁRIAS.

Cláusula Décima - Da revogação: A presente Concessão de Uso dos Bens Imóveis, poderá ser revogada a qualquer tempo pelo CONCEDENTE, sem direito de indenização para a CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Décima Primeira - Da rescisão:

O presente Termo de Concessão será rescindido, nos termos previstos na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, no Artigo 3º da Lei Municipal nº 3.212 de 14 de março de 2007 e nas demais legislações aplicáveis à espécie:

a) ao final do prazo ajustado na cláusula segunda, ou;

b) a qualquer tempo, por descumprimento de suas cláusulas;

Cláusula Décima Segunda - Da Legislação Aplicável:

O presente Termo, rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 3.212 e pelos preceitos de Direito Público pertinentes à matéria.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Cláusula Décima Quarta - Da vigência:

O presente Termo de Concessão terá validade a partir da data de 14 de março de 2007, quando da promulgação da Lei Municipal nº 3.212 a qual autorizou a presente Concessão.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre "SC", 15 de março de 2007.

CONCEDENTE CONCESSIONÁRIAS
RENATO BAHR MÁRIO KOSTETZER e
ANALICE VIEIRA DE LIMA

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS
ASSESSOR JURÍDICO

TESTEMUNHAS:

JOSÉ LUIS SILVA.
CPF/MF n.º 304.385.869-72

MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE.
CPF/MF n.º 311.281.229-87

Lei Nº 3.213 de 14 de Março de 2007

LEI Nº 3.213 DE 14 DE MARÇO DE 2007

ALTERA A REDAÇÃO DOS PARÁGRAFOS 1º E 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.548 DE 20 DE SETEMBRO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Os parágrafos 1º e 2º do Artigo 31 da Lei Municipal nº 2.548 de 20 de setembro de 2001, passam a ter a seguinte redação:

"Parágrafo 1º - Os honorários previstos no caput do artigo é estipulado no valor fixo mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais), Equivalente a dois salários mínimos nacional vedados acréscimos a qualquer título".

"Parágrafo 2º - Os honorários previstos no parágrafo anterior, serão atualizados na mesma época em que o salário mínimo nacional sofrer reajuste".

Art.2º) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 1º de março de 2007.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de março de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/03/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.214 de 20 de Março de 2007

LEI Nº 3.214 DE 20 DE MARÇO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0026.2.709 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2006 da Prefeitura Municipal;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de março de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/03/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.215 de 20 de Março de 2007

LEI Nº 3.215 DE 20 DE MARÇO DE 2007
AUTORIZA ABSORÇÃO DE ÁREA PELO PODER PÚBLICO
MUNICIPAL, ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL,
PARA A LONGAMENTO DE VIA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar amigavelmente, a seguinte área de terra, declarada de utilidade pública pelo Decreto n.º 4.629/07, para retificação de via pública:

"Uma área de 357,30 m² e uma área de 115,42m², totalizando 472,72m² (quatrocentos e setenta e dois metros e setenta e dois decímetros quadrados) situada na localidade de Fragosos, Município de Campo Alegre, fazendo frente para a Estrada Boa Vista, com demais medidas especificadas no "croquis" em anexo, parte integrante desta Lei".

Art.2º) A área de terra descrita no artigo anterior, é parte de uma área de pertencente ao Sr. ARNOLDO OELKE, brasileiro, casado, com CPF nº 293.063.709-97, residente e domiciliado no Distrito de Fragosos, Campo Alegre-SC.

Parágrafo único - a área descrita no caput deste artigo, refere-se a absorção de área para prolongamento da Estrada Boa Vista, que deverá ser devidamente transcrita na matrícula do imóvel de propriedade do expropriado.

Art. 3º) Fica avaliado em R\$ 4,00 (quatro reais) o metro quadrado da área expropriada, perfazendo o valor total de R\$ 1.890,88 (um mil oitocentos e noventa reais e oitenta e oito centavos), conforme Laudo de Avaliação da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis desta Prefeitura Municipal.

Art.4º) As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta da PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, através do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de março de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/03/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.216 de 20 de Março de 2007

LEI Nº 3.216 DE 20 DE MARÇO DE 2007.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.0001.2.002 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias Civil	R\$ 7.000,00
		R\$ 1.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente. |

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.0001.2.005 -	Bolsa de Estudo á Servidor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 7.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de março de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/03/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.217 de 27 de Março de 2007

LEI Nº 3.217 DE 27 DE MARÇO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE, EM ATENDIMENTO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 339, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006 E PORTARIA Nº 48, DE 31 DE JANEIRO DE 2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em observância à Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006 e à Portaria Interministerial/STN nº 48, de 31 de janeiro de 2007, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito

Suplementar Especial no valor de R\$ 1.260.665, (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, noventa e três reais e trinta e sete centavos), a fim de criar as seguintes dotações do Orçamento Vigente com a fonte de recursos FUNDEB (código 91 para o FUNDEB 60% e código 92 para o FUNDEB 40%):

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.091 -	Despesas Correntes	
310000.00.091 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.091 -	Aplicações Diretas	
319004.00.091 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 3.566,29
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
310000.00.092 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.092 -	Aplicações Diretas	
319004.00.092 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 4.800,00
300000.00.091 -	Despesas Correntes	
310000.00.091 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.091 -	Aplicações Diretas	
319011.00.091 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 592.800,00
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
310000.00.092 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.092 -	Aplicações Diretas	
319011.00.092 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 149.700,00
319016.00.092 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 1.924,00
300000.00.091 -	Despesas Correntes	
310000.00.091 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.091 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.091 -	Contribuições Patronais	R\$ 88.388,00
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
310000.00.092 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.092 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.092 -	Contribuições Patronais	R\$ 25.423,00
12.361.0010.1.004 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.092 -	Despesas de Capital	
440000.00.092 -	Investimentos	
449000.00.092 -	Aplicações Diretas	
449051.00.092 -	Obras e Instalações	R\$ 228.731,37
12.361.0010.2.008 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.092 -	Despesas de Capital	
440000.00.092 -	Investimentos	
449000.00.092 -	Aplicações Diretas	
449052.00.092 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00
12.361.0010.2.013 -	Material Didático e Pedagógico	
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
330000.00.092 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.092 -	Aplicações Diretas	
339030.00.092 -	Material de Consumo	R\$ 1.688,00
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
330000.00.092 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.092 -	Aplicações Diretas	
339030.00.092 -	Material de Consumo	R\$ 6.900,00
339036.00.092 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 100,00

339039.00.092 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00
12.361.0010.2.205 -	Diárias	
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
330000.00.092 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.092 -	Aplicações Diretas	
339014.00.092 -	Diárias - Civil	R\$ 800,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0008.2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.091 -	Despesas Correntes	
310000.00.091 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.091 -	Aplicações Diretas	
319004.00.091 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 25,00
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
310000.00.092 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.092 -	Aplicações Diretas	
319004.00.092 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 20,00
300000.00.091 -	Despesas Correntes	
310000.00.091 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.091 -	Aplicações Diretas	
319011.00.091 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 100.000,00
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
310000.00.092 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.092 -	Aplicações Diretas	
319011.00.092 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 30.000,00
319016.00.092 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 200,00
300000.00.091 -	Despesas Correntes	
310000.00.091 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.091 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.091 -	Contribuições Patronais	R\$ 10.000,00
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
310000.00.092 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.092 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.092 -	Contribuições Patronais	R\$ 5.000,00
12.365.0011.1.027 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.092 -	Despesas de Capital	
440000.00.092 -	Investimentos	
449000.00.092 -	Aplicações Diretas	
449051.00.092 -	Obras e Instalações	R\$ 2.000,00
12.365.0011.2.053 -	Material Didático e Pedagógico	
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
330000.00.092 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.092 -	Aplicações Diretas	
339030.00.092 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
330000.00.092 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.092 -	Aplicações Diretas	
339030.00.092 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00.092 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 100,00
339039.00.092 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 500,00
12.365.0011.2.206 -	Diárias	
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
330000.00.092 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.092 -	Aplicações Diretas	
339014.00.092 -	Diárias - Civil	R\$ 200,00

12.365.0011.2.304 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
330000.00.092 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.092 -	Aplicações Diretas	
339039.00.092 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 100,00
12.365.0011.2.705 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.092 -	Despesas de Capital	
440000.00.092 -	Investimentos	
449000.00.092 -	Aplicações Diretas	
449051.00.092 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 200,00
TOTAL		R\$ 1.260.665,66

Art. 2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente;

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 3.566,29
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319004.00.141 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 4.800,00
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319011.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 592.800,00
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319011.00.141 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 149.700,00
319016.00.141 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 1.924,00
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.139 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.139 -	Contribuições Patronais	R\$ 88.388,00
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.141 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.141 -	Contribuições Patronais	R\$ 25.423,00
12.361.0010.1.004 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.141 -	Despesas de Capital	
440000.00.141 -	Investimentos	
449000.00.141 -	Aplicações Diretas	
449051.00.141 -	Obras e Instalações	R\$ 228.731,37
12.361.0010.2.008 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.141 -	Despesas de Capital	
440000.00.141 -	Investimentos	
449000.00.141 -	Aplicações Diretas	

449052.00.141 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00
12.361.0010.2.013 -	Material Didático e Pedagógico	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339030.00.141 -	Material de Consumo	R\$ 1.688,00
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339030.00.141 -	Material de Consumo	R\$ 6.900,00
339036.00.141 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 100,00
339039.00.141 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00
12.361.0010.2.205 -	Diárias	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339014.00.141 -	Diárias - Civil	R\$ 800,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0008.2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319004.00.519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 45,00
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 130.000,00
319016.00.519 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 200,00
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319100.00.519 -	Operações Intra-orçamentárias	
319113.00.519 -	Contribuições Patronais	R\$ 15.000,00
12.365.0011.1.027 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449051.00.519 -	Obras e Instalações	R\$ 2.000,00
12.365.0011.2.053 -	Material Didático e Pedagógico	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 100,00
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 500,00
12.365.0011.2.206 -	Diárias	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339014.00.519 -	Diárias - Civil	R\$ 200,00
12.365.0011.2.304 -	Capacitação de Servidores	

300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 100,00
12.365.0011.2.705 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449051.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 200,00
TOTAL		R\$ 1.260.665,66

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de março de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
27/03/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.218 de 03 de Abril de 2007

LEI Nº 3.218 DE 03 DE ABRIL DE 2007
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 3.137 DE 30 DE AGOSTO DE 2006 E CRIA A ZONA DE PROTEÇÃO À RODOVIA II (ZPR-II).

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Artigo 20 da Lei Municipal nº 3.137 de 30 de agosto de 2006, passará a ter a seguinte redação:

Art.20) Para fins de controle do uso e ocupação do solo, a área urbana do Município, será dividida nas seguintes zonas:

- I - Zona Mista Diversificada - ZMD
- II - Zona Industrial Consolidada - ZIC
- III - Zona Residencial de Expansão - ZRE
- IV - Zona Residencial, Lazer e Turismo - ZRT
- V - Zona Histórica - ZH
- VI - Zona Diversificada com Restrição - ZDR
- VII - Zona de Proteção a Rodovia - ZPR
- VIII - Área de Parque - APQ
- IX - Zona de Preservação Permanente - ZPP
- X - Zona Especial de Interesse Social - ZEIS
- XI - Zona Mista Diversificada 2 - ZMD2
- XII - Zona Industrial - ZI
- "XIII - Zona de Proteção a Rodovia 2 - ZPR-2"

Art.2º) Cria Parágrafo 13 no Artigo 20 da Lei Municipal nº 3.137 de 30 de agosto de 2007.

"§ 13 - Entende-se por Zona de Proteção a Rodovia 2 (ZPR-2),

aquelas áreas contidas na faixa linear em toda extensão da SCT-301 (Rodovia Campo Alegre à Bateias de Baixo), numa largura de 100 m (cem metros) do eixo da via, para ambos os lados, visando preservar o eixo de trânsito e o acesso de impacto de interesse turístico buscando instalar e fortalecer atividades que gerem apoio crescente e qualificado de integração das funções rodovia, zoneamento e malha urbana, devendo, portanto seus lotes possuir dimensões adequadas a tais finalidades.”

Art.3º) Cria o Artigo nº 35A, e seu parágrafo único com a seguinte redação:

“ Art.35A) Admite-se na Zona de Proteção a Rodovia 2 (ZPR-2), os seguintes usos:

I - Residências unifamiliares	R1
II - (VETADO)	
III - Hotéis, pousadas e congêneres	S2
IV - Clubes recreativos, de lazer, sede campestre	E2
V - Chácaras, sítios e fazendas	E3
VI - Clínicas de repouso, spa e similares	S3
VII - Indústrias	I
VIII - (VETADO)	

“Parágrafo Único) As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:”

a) Gabarito Máximo	02 Pavimentos e 04 para hotéis, pousadas e congêneres
b) Taxa de Ocupação Máxima	20%
c) Recuo Frontal Mínimo	35,00 Metros do eixo da Rod SCT 301 e nas demais 5 metros
d) Recuo Lateral Mínimo	5,0 Metros
e) Recuo Fundo Mínimo	5,0 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	0,4
g) Lote Mínimo	5.760,00 m2
h) Testada Mínima	72,00 Metros

Art.4º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de abril de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.219 de 03 de Abril de 2007

LEI Nº 3.219 DE 03 DE ABRIL DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
10.305.0058.2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339030.00.132 -	Material de Consumo	R\$ 4.000,00
339039.00.132 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.200,00
10.305.0058.2.712 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.132 -	Despesas de Capital	
440000.00.132 -	Investimentos	
449000.00.132 -	Aplicações Diretas	
449052.00.132 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 33.800,00
TOTAL		R\$ 40.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Campo Alegre;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de abril de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.220 de 03 de Abril de 2007

LEI Nº 3.220 DE 03 DE ABRIL DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Hospitalar	
10.303.0056.2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	

339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
-----------------	---------------------	--------------

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Hospitalar	
10.303.0056.2.008 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.146 -	Despesas de Capital	
440000.00.146 -	Investimentos	
449000.00.146 -	Aplicações Diretas	
449052.00.146 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 6.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de abril de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.221 de 03 de Abril de 2007

LEI Nº 3.221 de 03 DE ABRIL DE 2007.
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A RECEBER BEM EM DOAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Município de Campo Alegre, autorizado a receber em doação da Empresa COMFLORESTA - Companhia Catarinense de Empreendimentos Florestais, inscrita no cadastro de Pessoas Jurídicas junto a Secretaria da Receita Federal sob nº 84.721.224/0001-82, situada à Rod. SC-301-T, snº Localidade de Lageado, neste Município, o seguinte Bem Móvel abaixo relacionado:

QUANT.	DESCRIÇÃO	AValiação
03	TORAS DE EUCALIPTOS DE 7 MT.	R\$ 13,05

Art.2º) O bem móvel recebido em doação conforme o artigo primeiro desta Lei, servirá para manutenção/recuperação da Ponte sobre o Rio Tijucume, na localidade de Papanduvinha neste Município de Campo Alegre, para que surtam todos os efeitos legais. Tijucas à Campo Alegre.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de abril de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.222 de 03 de Abril de 2007

LEI Nº 3.222 DE 03 DE ABRIL DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0059.2.711 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.124 -	Despesas de Capital	
440000.00.124 -	Investimentos	
449000.00.124 -	Aplicações Diretas	
449052.00.124 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 6.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2006 do Fundo Municipal de Saúde;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de abril de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.223 de 03 de Abril de 2007

LEI Nº 3.223 DE 03 DE ABRIL DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar Especial e Criar o Elemento de Despesa no valor de R\$ 1.890,88 (um mil oitocentos e noventa reais e oitenta e oito centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449061.00.136 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 1.890,88

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.890,88

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de abril de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.224 de 03 de Abril de 2007

LEI Nº 3.224 de 03 DE ABRIL DE 2007.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A RECEBER BENS EM DOAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal de Campo Alegre, a receber em doação do Sr. WALTER HORST PONIEWAS, inscrito no cadastro de Pessoas Físicas junto a Secretaria da Receita Federal sob nº 358.465.939-68, residente á Rod. SC-301, 1000 Centro neste Município, os bens abaixo relacionados:

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DE VOLUMES

Curso de Direito Civil - 06 Volumes
Direitos Cíveis e Romanos - 01 volume
Direito Penal - 01 Volume
Órgão Oficial do Ministério Público do Estado do Paraná - 01 Volume
Direito Tributário Brasileiro 9ª Edição - 01 Volume
Curso de Direito Tributário 4ª Edição - 01 Volume
Advocacia Trabalhista - 01 Volume
Novo Código Processo Civil - 8ª Edição 01 Volume
Direito Penal 1ª e 2ª Edição Editora Forense - 02 Volumes
Direito Penal 3ª e 4ª Volume Editora Saraiva - 02 Volumes
Curso de Direito Administrativo - 01 Volume
Código Penal - 01 Volume
Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1984 - 01 Volume
Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1987 - 01 Volume
Direito Penal Econômico - 01 Volume
Estatuto Códigos Provimentos - 01 Volume
Estudos da Administração Pública Paulista 1979/81 - 01 Volume
Manual de processo Civil - 01 Volume
Você Conhece Processo Trabalhista - 01 Volume
Curso de Direito Comercial - 01 Volume
Manual das Sociedades - 01 Volume
O Servidor Público no Direito Constitucional e no Direito Administrativo 1971 - 01 Volume
O Servidor Público no Direito Constitucional e no Direito Administrativo 1969 - 01 Volume
O Servidor Público no Direito Constitucional e no Direito Administrativo 1972 - 01 Volume
Curso de Direito Comercial - 01 Volume
Código Penal - 01 Volume
Código Comercial Brasileiro - 01 Volume

Código Processo Civil - 01 Volume
Código Tributário Nacional - 01 Volume
Código do Processo - 01 Volume
Código Civil Brasileiro - 01 Volume
Economia Mineira - 07 Volumes
Servidor Público - 01 Volume
Diálogo com um Aprendiz de Funcionários - 01 Volume
Enciclopédia Barsa - 43 Volumes
Livro do Ano - 12 Volumes (Barsa)
Enciclopédia Novíssima Delta Larousse - 09 Volumes
Coleção O Mundo da Criança - 16 Volumes
Seleção - 11 Volumes

Art.2º) Autoriza o Poder Executivo Municipal de Campo Alegre, a receber em doação do Sr. WALTER HORST PONIEWAS, inscrito no cadastro de Pessoas Físicas junto a Secretaria da Receita Federal sob nº 358.465.939-68, residente á Rod. SC-301, 1000 Centro neste Município, o seguinte bem: 01 TRILHADEIRA, Marca Eda, procedência do Município de Caxias do Sul/RS, Fabricada em Dezembro do ano de 1964 sob. nº 2361, na Fábrica de Trilhadeiras e

Máquinas Vinícolas Fundada em 1908.

Art.3º) Os bens móveis recebidos em doação conforme relacionados nos Artigos primeiro e segundo desta Lei, integrarão o Patrimônio Público do Município de Campo Alegre para todos os efeitos legais.

Tijucas à Campo Alegre.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de abril de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.225 de 10 de Abril de 2007

LEI Nº 3.225 DE 10 DE ABRIL DE 2007
DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE SEMENTE DE ERVILHACA",
E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Semente de Ervilhaca destinado ao fornecimento gratuito de sacos de Ervilhaca de variedades comerciais, aos produtores rurais do município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - Para participar do programa, o produtor deverá comprovar:

I - Inscrição no cadastro de produtores rurais junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, provando haver emitido ao menos uma nota fiscal nos últimos dezoito meses;

II - Ter efetuado e realize periodicamente a roçada nas margens da estrada municipal que divisam com a sua propriedade rural;

III - Que a principal fonte de renda familiar tenha origem na atividade rural.

§ 2º - Cada produtor poderá ser beneficiado com sementes de ervilhaca anualmente, suficientes para plantar área de até 01 (zero um) hectare.

Art. 2º - A participação dos produtores rurais no Programa, objeto desta Lei, se dará por meio de inscrição na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, deste Município.

Art. 3º - Caberá aos beneficiários deste programa à contratação e pagamento dos serviços de transporte do saco de ervilhaca distribuído do ponto de distribuição até a sua propriedade.

Art. 4º - Ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente a operacionalização do presente Programa.

Art. 5º - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, após sua entrada em vigor.

Art.6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação 07.01.020.606.0028.1009-33903200 - Material de Distribuição Gratuita, do Orçamento Vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Desenvolvimento Econômico.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
em 10 de abril de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.226 de 17 de Abril de 2007

LEI Nº 3.226 DE 17 DE ABRIL DE 2007.
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO CONSELHO DO FUNDEB.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 24, § 1º da Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, faz saber que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Capítulo I
Das Disposições Preliminares

Art.1º Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- Conselho do FUNDEB, no âmbito do Município de Campo Alegre/SC.

Capítulo II
Da composição

Art.2º O Conselho a que se refere o Artigo 1º desta Lei é constituído por representantes membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

I) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto indicado pelo Poder Executivo Municipal;
II) Um representante dos professores da Educação Pública Municipal;
III) Um representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais;
IV) Dois representantes de pais de alunos da Educação Básica Pública Municipal;
V) Dois representantes dos estudantes da Educação Básica;
VI) Um representante dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas;

VII) Um representante do Conselho Municipal de Educação, sem vínculo com a Administração Pública Municipal;

VIII) Um representante do Conselho Tutelar;

IX) Dois representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, sem vínculo com a Administração Pública Municipal.

§ 1º - Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V e VI deste artigo serão indicados pelas respectivas representações, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados, pelos respectivos pares.

§ 2º - A indicação referida no art. 1º, caput, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato dos Conselheiros anteriores, para a nomeação dos Conselheiros.

§ 3º - Os Conselheiros de que trata o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

§ 4º - São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal;

b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

Art.3º - O suplente substituirá o titular do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I - desligamento por motivos particulares;

II - rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do art. 2º;

III - situação de impedimento previsto no § 5º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

§ 1º - Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo descrito no art. 3º, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente.

§ 2º - Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho do FUNDEB.

Art.4º - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DO FUNDEB

Art.5º - Compete ao Conselho do FUNDEB:

I - acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II - supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;

III - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV - emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e

V - outras atribuições que legislação específica eventualmente

estabeleça;

Parágrafo Único - O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder

Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.6º - O Conselho do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pelos conselheiros.

Parágrafo Único - Está impedido de ocupar a Presidência o conselheiro designado nos termos do art. 2º, I desta lei.

Art.7º - Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo prevista no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice Presidente.

Art.8º - No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação do Conselho do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art.9º - As reuniões ordinárias do Conselho do FUNDEB serão realizadas mensalmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

Parágrafo único: As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art.10 - O Conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art.11 - A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art.12 - O Conselho do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Parágrafo Único: A Prefeitura Municipal deverá ceder ao Conselho do FUNDEB um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

Art.13 - O Conselho do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle

interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

Art.14 - Durante o prazo previsto no § 2º do art. 2º, os novos membros deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

Art.15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de abril de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
17/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.227 de 17 de Abril de 2007

LEI Nº 3.226 DE 17 DE ABRIL DE 2007.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO CONSELHO DO FUNDEB.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 24, § 1º da Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, faz saber que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Capítulo I **Das Disposições Preliminares**

Art.1º Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB, no âmbito do Município de Campo Alegre/SC.

Capítulo II **Da composição**

Art.2º O Conselho a que se refere o Artigo 1º desta Lei é constituído por representantes membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

- I) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto indicado pelo Poder Executivo Municipal;
- II) Um representante dos professores da Educação Pública Municipal;
- III) Um representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais;
- IV) Dois representantes de pais de alunos da Educação Básica Pública Municipal;

- V) Dois representantes dos estudantes da Educação Básica;
- VI) Um representante dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas;
- VII) Um representante do Conselho Municipal de Educação, sem vínculo com a Administração Pública Municipal;
- VIII) Um representante do Conselho Tutelar;
- IX) Dois representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, sem vínculo com a Administração Pública Municipal.

§ 1º - Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V e VI deste artigo serão indicados pelas respectivas representações, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados, pelos respectivos pares.

§ 2º - A indicação referida no art. 1º, caput, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato dos Conselheiros anteriores, para a nomeação dos Conselheiros.

§ 3º - Os Conselheiros de que trata o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

§ 4º - São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

- I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;
- II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;
- III - pais de alunos que:
 - a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal;
 - b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

Art.3º - O suplente substituirá o titular do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

- I - desligamento por motivos particulares;
 - II - rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do art. 2º;
 - III - situação de impedimento previsto no § 5º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.
- § 1º - Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo descrito no art. 3º, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente.

§ 2º - Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho do FUNDEB.

Art.4º - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez.

CAPÍTULO III **DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DO FUNDEB**

Art.5º - Compete ao Conselho do FUNDEB:

- I - acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- II - supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;
- III - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;
- IV - emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do

Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e

V - outras atribuições que legislação específica eventualmente estabeleça;

Parágrafo Único - O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder

Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.6º - O Conselho do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pelos conselheiros.

Parágrafo Único - Está impedido de ocupar a Presidência o conselheiro designado nos termos do art. 2º, I desta lei.

Art.7º - Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo prevista no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice Presidente.

Art.8º - No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação do Conselho do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art.9º - As reuniões ordinárias do Conselho do FUNDEB serão realizadas mensalmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

Parágrafo único: As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art.10 - O Conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art.11 - A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art.12 - O Conselho do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Parágrafo Único: A Prefeitura Municipal deverá ceder ao Conselho do FUNDEB um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

Art.13 - O Conselho do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

Art.14 - Durante o prazo previsto no § 2º do art. 2º, os novos membros deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

Art.15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de abril de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
17/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.228 de 24 de Abril de 2007

LEI Nº 3.228 DE 24 DE ABRIL DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DO
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar as seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
	Manutenção e Coordenação das	
04.122.0005.2.102 -	Atividades	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 10.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2006 da Prefeitura Municipal;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de abril de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.229 de 24 de Abril de 2007

LEI Nº 3.229 DE 24 DE ABRIL DE 2007
AUTORIZA ABSORÇÃO DE ÁREA PELO PODER PÚBLICO
MUNICIPAL, ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL,
PARA A LONGAMENTO DE VIA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar amigavelmente a seguinte área de terra, declarada de utilidade pública pelo Decreto n.º 4.675/07, para prolongamento de via pública:

“Uma área de 587,60m² (quinhentos e oitenta e sete metros e sessenta décimos quadrados), matriculada sob número de Ordem 73, no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC, área esta situada no Bairro Centro, neste Município, prolongamento da Rua José Cardoso de Lima, conforme medidas especificadas no “croquis” em anexo, parte integrante desta Lei”.

Art.2º) A área de terra descrita no artigo anterior, é parte de uma área pertencente ao Sr. WALDOMIRO MAY, residente e domiciliado em Campo Alegre-SC.

Parágrafo único - a área descrita no caput deste artigo, refere-se a absorção de área para prolongamento da Rua José Cardoso de Lima, criando acesso público à área onde fica sediada a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE - FECAMPO.

Art.3º) Fica avaliado em R\$ 10,00 (dez reais) o metro quadrado da área expropriada, perfazendo o valor total de R\$ 5.876,00 (cinco mil, oitocentos e setenta e seis reais), conforme Laudo de Avaliação da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis.

Parágrafo único - Fica autorizado o pagamento do valor de que trata o caput deste artigo, ao proprietário da área expropriada.

Art.4º) As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta da PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, através do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de março de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.230 de 24 de Abril de 2007

LEI Nº 3.230 DE 24 DE ABRIL DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449061.00.136 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 6.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de abril de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.231 de 24 de Abril de 2007

LEI Nº 3.231 DE 24 DE ABRIL DE 2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PAGAR INDENIZAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a indenizar o Sr. EDINILSON FISCHER, através de pagamento em conta-corrente do valor de R\$ 199,00 (cento e noventa e nove reais).

Parágrafo único - O valor previsto no caput deste artigo deverá ser depositado na seguinte conta bancária, de titularidade do indenizado: C/C 22.270-4 - Ag. 0674-2 do Banco do Brasil.

Art.2º) A indenização prevista no artigo anterior refere-se ao acidente de trânsito causado pelo servidor público municipal Augustino José de Jesus Machado Cubas, matriculado sob n.º 000124, conforme depoimentos prestados no B.O. n.º 00044-2007-01970 da Delegacia de Polícia da Comarca de São Bento do Sul-SC, parte integrante desta lei.

Parágrafo único - Constatada a culpa do servidor público mencionado, o Poder Executivo deverá instaurar o competente processo administrativo para ressarcimento do valor previsto nesta lei.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de abril de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.232 de 24 de Abril de 2007

LEI Nº 3.232 DE 24 DE ABRIL DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 13.240,00 (treze mil, duzentos e quarenta reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Hospitalar	
10.303.0056.2.028 -	Realização de Diagnósticos dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	

330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339036.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 13.240,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Hospitalar	
10.303.0056.2.008 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.146 -	Despesas de Capital	
440000.00.146 -	Investimentos	
449000.00.146 -	Aplicações Diretas	
449052.00.146 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 13.240,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de abril de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.233 de 08 de Maio de 2007

LEI Nº 3.233 DE 08 DE MAIO DE 2007

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 3.148 DE 10 DE OUTUBRO DE 2006.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art.1º) O § 4º, do Artigo 7º da Lei Municipal 3.148 de 10 de outubro de 2006, passará a ter a seguinte redação:

§ 4º) Na hipótese de parcelamento descrita no inciso II e III do parágrafo 1º deste Artigo, o interessado poderá requerer junto a Prefeitura a transformação da área rural em núcleo urbano desde que obedecido o índice urbanístico para o lote mínimo de 10.000 m², sendo mantido os demais índices previstos para a zona rural na Lei de Zoneamento.

Art.2º) Ficam criados os Parágrafos 6º, 7º e 8º no Artigo 7º da Lei Municipal 3.148 de 10 de outubro de 2006 com as seguintes redações:

§ 6º) Entende-se por "Zona de Turismo" a área cuja implantação respeitara os seguintes usos:

I - Residências unifamiliares	R1
.....	
II - Hotéis, pousadas e congêneres	S2
.....	
III - Clínicas de repouso, spa e similares	S3
.....	
IV - Chácaras, sítios	E4
....	
V - Clubes recreativos, de lazer, sede campestre	E2
.....	
VI - Agroindústria	A1

§ 7º) As edificações nesta zona deverão respeitar integralmente o Plano Diretor em vigor, deverão ter tratamento obrigatório dos efluentes líquidos e resíduos de esgotos conforme estabelece o Código de Obras do Município, além disso, cumprir os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito Máximo	02 Pavimentos 04 Pavimentos para Hotéis, Pousadas e Congêneres
b) Taxa de Ocupação Máxima	10%
c) Recuo Frontal Mínimo	20,00 Metros
d) Recuo Lateral Mínimo	5,00 Metros
e) Recuo Fundo Mínimo	5,00 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	0,4
g) Lote Mínimo	10.000,00 m2
h) Testada Mínima	35,00 Metros
i) Taxa de Impermeabilização	12%
j) Taxa de Preservação da Mata Nativa	20% do lote

§ 8º) Quando a área não possuir a taxa de preservação da mata nativa de que trata o parágrafo anterior, esta deverá ser complementada até atingir a taxa mínima.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de maio de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/05/2007

AURIENE ROEPKE
Chefe de Gabinete Interina

Lei Nº 3.234 de 08 de Maio de 2007

LEI Nº 3.234 DE 08 DE MAIO DE 2007.

ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.377 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998, LEI QUE INSTITUIU O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterada a redação do Artigo 5º da Lei Municipal nº 2.377 de 25 de novembro de 1998, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.5º) Integram o Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, os seguintes membros:

- a) Prefeito Municipal em exercício;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;
- f) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - Divisão da Agricultura e Meio Ambiente;
- g) 01 (um) representante da CIDASC;
- h) 01 (um) representante da EPAGRI;
- l) 01 (um) representante do Sindicato Rural de Campo Alegre;
- j) 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre;
- l) 01 (um) representante de Cooperativa Agrícola instalada no Município de Campo Alegre;
- m) 01 (um) representante da Cooperativa dos Produtores de Mate de Campo Alegre;
- n) 01 (um) representante da Associação dos Apicultores do Município de Campo Alegre;
- o) 01 (um) representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA;
- p) 01 (um) representante da Associação dos Ovinocultores do Município de Campo Alegre;
- q) 01 (um) representante da Associação da Microbacia do Rio Posse;
- r) 01 (um) representante da Associação da Microbacia do Rio Tijucume;
- s) 01 (um) representante da Associação da Microbacia da Avenca do Rio Negro;
- t) 01 (um) representante da Associação da Microbacia do Ribeirão do Meio;
- u) 10 (dez) representantes da agricultura familiar;
- v) 05 (zero cinco) representantes dos demais agricultores”.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de maio de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/05/2007

AURIENE ROEPKE
Chefe de Gabinete Interina

Lei Nº 3.235 de 16 de Maio de 2007

LEI Nº 3.235 DE 16 DE MAIO DE 2007.

CONCEDE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedida isenção de tributos municipais (alvará), à empresa AVE MALHAS FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.383.501/0001-43, registrada na JUCESC sob n.º 20070175829, estabelecida à Rua Ernesto Friedrich, 109, Centro, neste Município.

Parágrafo único - A isenção de que trata o caput deste artigo, dar-se-á pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da efetiva instalação e funcionamento da empresa beneficiária.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de maio de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2007

AURIENE ROEPKE
Chefe de Gabinete Interina

Lei Nº 3.236 de 16 de Maio de 2007

LEI Nº 3.236 DE 16 DE MAIO DE 2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER IMÓVEL ATRAVÉS DOAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber através de doação, o imóvel abaixo descrito, de propriedade do Estado de Santa Catarina:

“Um terreno situado no Distrito de Fragosos, neste Município, com 5.044,50m² (cinco mil e quarenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), matriculado sob n.º 14.891 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC, com 1.465,00m² (um mil quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados) de área construída em alvenaria.”

Parágrafo único - A doação de que trata o caput deste artigo foi devidamente autorizada pela Lei Estadual n.º 13.858/06 e compreende o terreno e a edificação, onde anteriormente funcionava a E.E.F. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco.

Art. 2º) O Poder Executivo deverá providenciar a escrituração do imóvel de que trata a presente lei, incorporando-o ao patrimônio público municipal.

Parágrafo único - Eventuais despesas decorrentes da escrituração do imóvel de que trata esta lei, correrão por conta do orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de maio de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2007

AURIENE ROEPKE
Chefe de Gabinete Interina

Lei Nº 3.237 de 22 de Maio de 2007

LEI Nº 3.237 DE 22 DE MAIO DE 2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLANTAR LIMITADOR DE ALTURA E LARGURA EM PONTES DE ACESSO AO MUNICÍPIO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a implantar limitador de altura e largura na ponte antiga de madeira do Distrito de Fragosos e a do Ximbuvinha, localizadas em divisas do Município de Campo Alegre, medindo 2,00m de altura, com a largura da respectiva ponte.

Parágrafo único - os limitadores que trata o caput deste artigo, serão implantados para viabilizar o serviço de fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, desenvolvidos pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 3.141 de 05 de setembro de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de maio de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/05/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.238 de 22 de Maio de 2007

LEI Nº 3.238 DE 22 DE MAIO DE 2007

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Á RECEBER EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM DOAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação da BUDDEMEYER S.A. os equipamentos abaixo descritos e avaliados:

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR
Computador Pentium c/ Monitor	01	R\$ 350,00
Computador Pentium c/ Monitor	01	R\$ 350,00
Computador Pentium c/ Monitor	01	R\$ 350,00

Parágrafo único: Os equipamentos descritos no caput deste Artigo serão instalados nas seguintes Escolas da Rede Municipal do Ensino Fundamental: Escola Municipal de Educação Básica Carlos Frederico Adolfo Schneider. Endereço: Rua Veríssimo de Souza Freitas, 569 Bairro Cascatas; Escola Municipal de Educação Básica Antonio Domingos Corrêa. Endereço: Rua Ernesto Afonso Scheide, 132 Bairro Belo Horizonte e Escola Municipal de Educação Básica Bela Vista. Endereço: Rua Das Azaléias, 59 Bairro Cascatas.

Art.2º) Os equipamentos recebidos em doação conforme descrição do Artigo primeiro desta Lei, integrarão o Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Campo Alegre para todos os efeitos legais e contábeis.

Art.3º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto dos Orçamentos anuais.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de maio de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/05/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.239 de 22 de Maio de 2007

LEI Nº 3.239 DE 22 DE MAIO DE 2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CONCESSÃO E TERMO DE RESPONSABILIDADE DE USO DE BEM MÓVEL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.085 de 04 de abril de 2006, Artigo 1º em seu Parágrafo único, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Concessão e Termo de Responsabilidade, de uso de Bem Móvel com à Associação de Apicultores de Campo Alegre - APICAMPO, que fazem parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - O Bem Móvel de que trata a presente Lei, possui a seguinte Descrição:

“Veículo automotivo utilitário, Marca Fiat, Doblo ELX 1.8 Flex 0 Km, Ano Fabricação/Modelo 2007, Chassis nº 9BD11930571044888, Cor Branco, Movido a Gasolina, ou Bi Combustível, (gasolina e álcool), 4 Cilindros, Potência mínima 100 CV, Direção Hidráulica, Capacidade 7 (sete) lugares, 4 (quatro) Portas, Carga útil com Condutor de no mínimo 600 Kg., Largura Mínima 1.600 mm, Altura do Veículo Vazio de no Mínimo 1.800 mm, Desembaçador com Ar Quente, Vidro Trazeiro Térmico, Controle Interno dos Retrovisores Externos, Limpador e Lavador do Vidro Traseiro e Jogo de Tapetes.”

Art.2º) As obrigações e responsabilidades da presente Concessão constam nos Termos de Concessão e Responsabilidade, de que trata o Art. 1º da presente Lei.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de maio de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/05/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES APICAMPO.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2007, o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, doravante denominado - CEDENTE, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Renato Bahr, Prefeito Municipal e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE CAMPO ALEGRE - APICAMPO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Fernando Jung, n.º 326, inscrita no CNPJ/MF n.º 05.358.162/0001-10, doravante denominado - CESSIONÁRIA, neste ato representado pela Sr. Leandro Eugênio Simões, CPF 274.937.259-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

“Veículo automotivo utilitário, Marca Fiat, Doblo ELX 1.8 Flex 0 Km, Ano Fabricação/Modelo 2007, Chassis nº 9BD11930571044888, Cor Branco, Movido a Gasolina, ou Bi Combustível, (gasolina e álcool), 4 Cilindros, Potência mínima 100 CV, Direção Hidráulica, Capacidade 7 (sete) lugares, 4 (quatro) Portas, Carga útil com Condutor de no mínimo 600 Kg., Largura Mínima 1.600 mm, Altura do Veículo Vazio de no Mínimo 1.800 mm, Desembaçador com Ar Quente, Vidro Trazeiro Térmico, Controle Interno dos Retrovisores Externos, Limpador e Lavador do Vidro Traseiro e Jogo de Tapetes”.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O Cedente através do presente, cede à Cessionária, para utilização exclusiva no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, o uso do seguinte automóvel, adquirido com recursos públicos através do Processo Licitatório n.º 34/2007:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO:

O bem móvel descrito na cláusula anterior destina-se à execução dos serviços inerentes às atribuições legais e estatutárias da Cessionária, sob pena de imediata revogação do presente termo firmado em caráter precário, com a reintegração do veículo à CEDENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - O automóvel objeto do presente termo deverá ser utilizado exclusivamente para apoio à assistência técnica ao desenvolvimento sustentável da atividade apícola, podendo ser utilizado na forma definida pela maioria dos membros da CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES:

A CESSIONÁRIA, pelo uso do automóvel, obrigar-se a:

I - Usar o bem cedido exclusivamente para o fim a que se destina, conforme disposto no presente termo;

II - Zelar pela guarda e manutenção do bem, realizando as revisões, manutenções e vistorias necessárias, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de quaisquer acidentes;

III - Arcar com os custos de utilização, operação e manutenção do referido bem.

IV - Arcar com quaisquer danos advindos do uso do veículo, incluindo-se multas de trânsito e quaisquer outras definidas no Código de Trânsito Brasileiro;

V - Responsabilizar-se civil e criminalmente independentemente de caracterização de culpa, isentando de qualquer responsabilidade a CEDENTE, sob pena de revogação do presente termo.

VI - Apresentar bimestralmente relatório de utilização do veículo, assinado pela Diretoria da CESSIONÁRIA, de acordo com o estabelecido pelo Anexo I do presente termo (controle de frota);

VII - Apresentar prestação de contas anuais, devidamente aprovadas em assembléia realizada pela CESSIONÁRIA, referente aos gastos anuais efetuados com o objeto do presente termo;

Parágrafo único - o presente bem móvel não configura patrimônio da CESSIONÁRIA, razão pela qual não pode ser alienado em decorrência de dívidas ou obrigações assumidas pela CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DO BEM MÓVEL:

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o bem móvel objeto deste instrumento passará caracterizar-se por suas cores, símbolos e/ou placas específicas, aplicadas sob a lataria do automóvel, na seguinte forma:

I - adesivo indicando que a aquisição do veículo deu-se com recursos do Governo Federal (utilizando sua marca encontrada no site www.planalto.gov.br), através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme letra m do item 3.2 e item 15.1 do Contrato de Repasse n.º 200.077-46 / 2006 / MDA / CAIXA, firmado entre o CEDENTE e a UNIÃO FEDERAL;

II - adesivo do brasão oficial do Município de Campo Alegre-SC

III - Adesivo com a seguinte frase: "À SERVIÇO DA APICAMPO"

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E VIGÊNCIA:

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará a partir 25 de maio

de 2007 à 31 de dezembro de 2008, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, sem qualquer direito de indenização à CESSIONÁRIA, dispensando comunicação prévia, ou prorrogado, na forma da lei, enquanto existir a referida associação CESSIONÁRIA.

Parágrafo único - no caso de dissolução/extinção da associação CESSIONÁRIA, o automóvel objeto do presente termo deverá ser imediatamente devolvido ao CEDENTE, em perfeitas condições de uso, sob pena de responsabilização da CESSIONÁRIA, de sua diretoria e demais membros.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca da São Bento do Sul-SC, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Campo Alegre - SC, 25 de maio de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

LEANDRO EUGÊNIO SIMÕES

Presidente da APICAMPO

CESSIONÁRIA

Testemunhas:

José Luis Silva

Auriene Ropke

CPF: 304.385.869-72

CPF: 808.376.389-68

TERMO DE RESPONSABILIDADE QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE CAMPO ALEGRE - APICAMPO.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2007, o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Renato Bahr, Prefeito Municipal e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE CAMPO ALEGRE - APICAMPO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Fernando Jung, n.º 326, inscrita no CNPJ/MF n.º 05.358.162/0001-10, neste ato representado pela Sr. Leandro Eugênio Simões, CPF 274.937.259-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Responsabilidade, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O MUNICÍPIO através do presente cede à Associação de Apicultores de Campo Alegre - APICAMPO, para utilização exclusiva no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, o uso do seguinte automóvel, adquirido com recursos públicos através do Processo Licitatório n.º 34/2007:

"Veículo automotivo utilitário, Marca Fiat, Doblo ELX 1.8 Flex 0 Km, Ano Fabricação/Modelo 2007, Chassis nº 9BD11930571044888, Cor Branco, Movido a Gasolina, ou Bi Combustível, (gasolina e álcool), 4 Cilindros, Potência mínima 100 CV, Direção Hidráulica, Capacidade 7 (sete) lugares, 4 (quatro) Portas, Carga útil com Condutor de no mínimo 600 Kg., Largura Mínima 1.600 mm, Altura do Veículo Vazio de no Mínimo 1.800 mm, Desembaçador com Ar Quente, Vidro Trazeiro Térmico, Controle Interno dos Retrovisores Externos, Limpador e Lavador do Vidro Traseiro e Jogo de Tapetes".

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES:

A APICAMPO, pelo uso do automóvel, obrigar-se a:

- I - Usar o bem cedido exclusivamente para o fim a que se destina;
- II - Zelar pela guarda, operação e manutenção do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de quaisquer acidentes;
- III - Arcar com os custos de utilização, manutenção e operação do referido bem.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO E VIGÊNCIA:

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará a partir de 25 de maio de 2007 à 31 de dezembro de 2008, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, dispensando comunicação prévia, ou prorrogado, na forma da lei, enquanto existir a referida associação CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Campo Alegre - SC, 25 de maio de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal
CEDENTE

LEANDRO EUGÊNIO SIMÕES
Presidente da APICAMPO
CESSIONÁRIA

Testemunhas:

José Luis Silva
CPF: 304.385.869-72

Auriene Ropke
CPF: 808.376.389-68

Lei Nº 3.240 de 30 de Maio de 2007

LEI Nº 3.240 DE 30 DE MAIO DE 2007
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 3.209 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) O Artigo 1º da Lei Municipal nº 3.209 de 13 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º) Fica concedido o direito de uso de um lote situado Distrito Industrial II do Município de Campo Alegre, situado à Rod. SC-301-T na localidade de Lageado, neste Município, medindo 60.002,93 m² (sessenta mil e dois vírgula noventa e três decímetros quadrados) pelo prazo de 10 (dez) anos consecutivos, contados a partir da data presente lei, à empresa "SIERRAGRES PISOS E REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA", registrada no CNPJ/MF sob n.º 08.664.817/0001-76".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de maio de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/05/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.241 de 05 de Junho de 2007

LEI Nº 3.241 DE 05 DE JUNHO DE 2007
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DA LEI MUNICIPAL 3.137/06.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º) O Inciso II do Artigo 13 da Lei Municipal 3.137 de 30 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

II - Os módulos devem ter acesso para uma via projetada ou existente, com leito trafegável de no mínimo 12 (doze) metros, ou para uma servidão de passagem com leito trafegável de no mínimo 6 (seis) metros.

Art. 2º) O Artigo 15 da Lei Municipal 3.137 de 30 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.15) Admite-se os seguintes usos na Zona de Produção (ZP):

.....

Parágrafo 1º.) - As edificações nesta zona deverão respeitar integralmente o Plano Diretor em vigor, o tratamento obrigatório dos efluentes líquidos e resíduos de esgotos conforme estabelece o Código de Obras do Município, além disso, cumprir os seguintes índices urbanísticos:

	02 Pavimentos 04 Pavimentos para Hotéis, Pousadas e Congêneres
a) Gabarito Máximo	
b) Taxa de Ocupação Máxima	50%
c) Recuo Frontal Mínimo	20,0 Metros quando a frente for para via oficial e 26,0 metros quando a frente for para Servidão de Passagem
d) Recuo Lateral Mínimo	10,0 Metros
e) Recuo Fundo Mínimo	10,0 Metros
f) Coeficiente de Aproveitamento Máximo	1
g) Lote Mínimo	30.000,00 m2 salvo o previsto no parágrafo 2º. deste artigo
h) Testada Mínima	50,0 Metros
i) Taxa de Impermeabilização	50%

Parágrafo 2º. - Quando se tratar de Servidão de Passagem o lote mínimo de 30.000 m2 deverá ter acrescido a sua área total, a área resultante da multiplicação de 12 (doze) metros pela testada da gleba com a Servidão de Passagem.

Art. 3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
05 de junho de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.242 de 05 de Junho de 2007

LEI Nº 3.242 DE 05 DE JUNHO DE 2007
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DA LEI MUNICIPAL 3.148/06.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art.1º) O Parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei Municipal 3.148 de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 5º) Entende-se por lotes lindeiros, aqueles que terão uma das divisas com uma via oficial ou a ser oficializada durante o processo de loteamento, ficando proibida a constituição de lotes enclausurados, excetuando-se a Servidão de Passagem disposto no Artigo 3º e seus parágrafos.

Art.2º) O Parágrafo 1º do Artigo 3º da Lei Municipal 3.148 de 10 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º) A quantidade de áreas a serem parceladas com acesso por uma mesma Servidão de Passagem na Zona Urbana, limita-se a 3 (três) unidades, incluindo-se neste limite a área remanescente e/ou aquela em que a servidão de passagem estiver contida, sendo a largura mínima permitida de 6 (seis) metros e a extensão máxima de 60 (sessenta) metros.

Art.3º) Fica incluído o Parágrafo 4º no Artigo 3º da Lei Municipal 3.148 de 10 de outubro de 2006, com a seguinte redação:

§ 4º) A Servidão de Passagem na Zona Rural deverá ter largura mínima de 6 (seis) metros, respeitando-se os índices urbanísticos previstos para esta zona.

Art.4º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de maio de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.243 de 05 de Junho de 2007

LEI Nº 3.243 DE 05 DE JUNHO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA
ELEMENTOS DE DESPESAS POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar Especial e Criar Elementos de Despesas no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.00 -	Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0018.1.006 -	Festival de Inverno	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 100,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 100,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 14.800,00
TOTAL		R\$ 15.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.00 -	Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0018.1.006 -	Festival de Inverno	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 15.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
05 de junho de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.244 de 05 de Junho de 2007

LEI Nº 3.244 DE 05 DE JUNHO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar Especial e Criar o Elemento de Despesa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 30.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.2.406 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 4.370,00
15.452.0045.1.017 -	Pavimentação e calçamento de Vias Urbanas	
400000.00.184 -	Despesas de Capital	
440000.00.184 -	Investimentos	
449000.00.184 -	Aplicações Diretas	
449051.00.184 -	Obras e Instalações	R\$ 12.430,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública	
300000.00.168 -	Despesas Correntes	
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.168 -	Aplicações Diretas	
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.200,00
17.512.0046.2.020 -	Convenio com Entidades de Classe e Secretarias de Estado	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
TOTAL		R\$ 30.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
05 de junho de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.245 de 05 de Junho de 2007

LEI Nº 3.245 DE 05 DE JUNHO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 8.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública	
300000.00.168 -	Despesas Correntes	
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.168 -	Aplicações Diretas	
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 8.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
05 de junho de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.246 de 13 de Junho de 2007

LEI Nº 3.246 DE 13 DE JUNHO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comercio, Industria e Turismo	
23.691.0042.6.012 -	Convênio com Entidades de Clases e Secretarias de Estado	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 9.800,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública	
300000.00.168 -	Despesas Correntes	
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.168 -	Aplicações Diretas	
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 9.800,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de junho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.247 de 13 de Junho de 2007

LEI Nº 3.247 DE 13 DE JUNHO DE 2007.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ACISBS - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SÃO BENTO DO SUL, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder

Contribuição, no valor total de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a ser repassada em uma única parcela, á ACISBS - Associação Comercial, Industrial de São Bento do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 86.049.301/0001-25, sita a Rua Afonso Grosskopf, 352 Bairro Colonial, objetivando a parceria na realização da Móvel Brasil 2007 - Feira de Móveis, Decoração e Componentes.

Parágrafo único: A feira de que trata o artigo 1º desta Lei, realizar-se-á no período de 17 a 20 de outubro de 2007 no mês de outubro de 2007 no Centro de Eventos Promosul, Município de São Bento do Sul/SC.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro - Os cheques nominais de trata este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a prestação de contas ao Município de Campo Alegre-SC.

Parágrafo segundo - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da ACISBS - Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal de Campo Alegre, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a realização do Evento de que trata o artigo 1º da presente Lei, instruída com os seguintes documentos:

- I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da ACISBS - Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas correntes efetuadas a partir do mês de julho de 2007.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 23.6910042.6.012 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de junho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.248 de 13 de Junho de 2007

LEI Nº 3.248 DE 13 DE JUNHO DE 2007.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CAMPO ALEGRE".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CAMPO ALEGRE", com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, nº Centro, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, sob nº 803, à fls. 043v à 050, do livro A - nº 10, na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 08.839.163/0001-74.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de junho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.249 de 13 de Junho de 2007

LEI Nº 3.249 DE 13 DE JUNHO DE 2007

DISPÕE SOBRE REENQUADRAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71 e pela Lei Complementar Municipal nº 006/02 de 19 de setembro de 2002, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica reenquadrado o Servidor Público Municipal MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ, matrícula nº 000489, no cargo

público de Médico I, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições, responsabilidades e pré-requisitos para seu efetivo exercício são idênticas às do cargo de Médico II, diferenciando-se apenas quanto à carga horária.

Art 2º) O padrão de vencimentos correspondente ao cargo descrito no artigo anterior, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/2002 alterada pela Lei Complementar Municipal nº 045 de 06 de março de 2007, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 1.812,31 (um mil oitocentos e doze reais e trinta e um centavos) mensais, além de 40% (quarenta por cento) de valor pecuniário correspondendo o valor de R\$ 724,92 (setecentos e vinte e quatro reais, noventa e dois centavos), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único - O reenquadramento de que trata a presente lei passa a produzir efeitos a partir de 07 de março de 2007, data de publicação do Decreto nº 4.623/07 que reduziu a jornada de trabalho do servidor.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de junho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.250 de 13 de Junho de 2007

LEI Nº 3.250 DE 13 DE JUNHO DE 2007.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM O CLUBE DE ORIENTAÇÃO DE JOINVILLE - COVILLE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Município de Campo Alegre a firmar Convênio com o CLUBE DE ORIENTAÇÃO DE JOINVILLE - COVILLE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.518811/0001-90.

Parágrafo único - O convênio de que trata a presente lei visa apoiar a realização da "4ª Etapa do Campeonato Catarinense de Orientação" e "3ª Etapa do Campeonato Paranaense de Orientação", evento esportivo de prospecção estadual e regional, a ser realizado no Município de Campo Alegre-SC, em locais públicos e particulares localizadas na Estrada Dona Francisca de acordo com a necessidade da organização do evento, conforme ofício em anexo que solicita utilização gratuita da área.

Parágrafo único - A largada, chegada, a premiação e a concentração dos atletas, dar-se-á na propriedade denominada "Chácara Paraíso".

Art.2º) Fica autorizado o Município, através de convênio firmado com a instituição esportiva descrita no Art. 1º desta lei, a ceder equipamentos de som, redes de isolamento, ambulância e demais equipamentos necessários à organização do campeonato, bem como, em caráter de apoio financeiro, realizar despesas com alimentação e estada, limitadas ao total de R\$ 650,00 (seiscentos e

cinquenta reais).

Parágrafo único - A Dotação Orçamentária para cobrir eventuais despesas com a execução da presente lei, observado o limite previsto no caput deste artigo é a seguinte: 05.04.2.019 (realização e participação de campeonatos esportivos) 3.3.90.30.00.136 (material de consumo) 3.3.90.39.00.136 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Art.3º) O Convênio de que trata a presente lei garantirá a entrada gratuita dos atletas e do público em geral ao campeonato, vedando qualquer benefício financeiro aos proprietários dos imóveis, que cederão as áreas para a realização do evento e suas instalações para o restaurante, a título totalmente gratuito.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de junho de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.251 de 19 de Junho de 2007

LEI Nº 3.251 DE 19 DE JUNHO DE 2007.
HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO MPAS/INSS
E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC;
PROCESSO Nº 44000.001035/2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologado o Termo de Convênio: MPAS/INSS/MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC/PROCESSO Nº 44000.001035/2003-92 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, POR MEIO DA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, COM INTERVENIÊNCIA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio tem por finalidade a cooperação técnica e administrativa para a operacionalização da compensação previdenciária de que tratam a Lei Federal nº 9.796 de 05 de maio de 1999, o Decreto Federal nº 3.112 de 06 de julho de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 3.217 de 22 de outubro de 1999, e a Portaria/MPAS Nº 6.209 de 16 de dezembro de 1999.

Art.3º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro, faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotações Orçamentárias dos exercícios vigentes.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 23 de junho de 2003.

Art.6º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de junho de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.252 de 19 de Junho de 2007

LEI Nº 3.252 DE 19 DE JUNHO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 41.100,00 (quarenta e um mil e cem reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Hospitalar	
10.303.0056.2.028 -	Realização de Diagnósticos dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 41.100,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Hospitalar	
10.303.0056.2.008 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.146 -	Despesas de Capital	
440000.00.146 -	Investimentos	
449000.00.146 -	Aplicações Diretas	
449052.00.146 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 41.100,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de Junho de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.253 de 26 de Junho de 2007

LEI Nº 3.253 DE 26 DE JUNHO DE 2007.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR TERMO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS DE CAMPO ALEGRE - APE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Município de Campo Alegre a firmar Termo de parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS DE CAMPO ALEGRE - APE, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.680.273/0001-48, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal n.º 2.764 de 14 de agosto de 2003 e com Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre-SC sob n.º 0023.

Parágrafo único - A parceria firmada pelo Município com a APE, visa estimular e desenvolver a prática esportiva e contribuir com a manutenção das instalações físicas do Ginásio de Esportes Helmut Erico Herbst e Campo de futebol Suíço anexo, Praça de Esportes "Maurício Foitte" e Campo de Futebol de Fragosos.

Art.2º) Fica autorizada a APE à recolher e administrar as taxas de horários de jogos no Ginásio de Esportes Helmut Erico Herbst e Campo de futebol Suíço anexo.

§1º - As taxas recolhidas deverão reverter integralmente para a manutenção dos ginásios e campos desportivos, destinando-se à pequenos reparos com fornecimento de mão-de-obra e materiais, organização dos horários do Ginásio e do Campo de Futebol Suíço, custeio de viagens de equipes esportivas do Município de Campo Alegre de diversas modalidades em competições (bocha, futebol feminino, futebol masculino, bolão, escalada, tênis de mesa, vôlei de areia, bicicross, mountain bike, etc), aquisição de materiais esportivos, dentre outros.

§2º - A APE deverá prestar contas anuais à Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC, que deverá fiscalizar a utilização das taxas através do Departamento de Cultura e Desporto do Município de Campo Alegre-SC.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de junho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.254 de 26 de Junho de 2007

LEI Nº 3.254 DE 26 DE JUNHO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.365.0013.2.802 -	Capacitação de Servidores - Educação Infantil	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.700,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos Salário Educação do Orçamento vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de junho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.255 de 03 de Julho de 2007

LEI Nº 3.255 DE 03 DE JULHO DE 2007

ALTERA INCISO DA LEI MUNICIPAL N.º 3.209/07.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Inciso V do Art. 2º da Lei Municipal n.º 3.209/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - mantido nos últimos 05 (cinco) anos da concessão, no mínimo 50% de sua proposta de geração de emprego;"

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.256 de 03 de Julho de 2007

LEI Nº 3.256 DE 03 DE JULHO DE 2007
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE AÇÃO NAS LEIS MUNICIPAIS
Nº 3.038/2005 (PPA) E 3.153 (LDO), EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído no Programa 13 - Salário Educação, a Ação 2.802 - Capacitação de Servidores - Educação Infantil, com a seguinte dotação: 339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica no valor de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais) que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo único: A inclusão mencionada no caput, refere-se especificamente das Leis Municipais nº 3.038/2005 e 3.153/2006, PPA e LDO respectivamente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.257 de 03 de Julho de 2007

LEI Nº 3.257 DE 03 DE JULHO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 23.110,00 (vinte e três mil e cento e dez reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	

300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 15.000,00
04.122.0005.2.402 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 8.110,00
TOTAL		R\$ 23.110,00

Art 2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

02.00 -		
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.401 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
	Contribuição a Entidades de Classes	
04.122.0007.4.010 -		
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 5.120,00
04.123.0007.2.403 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.000,00
04.123.0007.1.002 -	Programa de Premiação do Pagamento de IPTU	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339031.00.136 -	Premiações Culturais, Artist. Cientif. Desport e Outras	R\$ 2.500,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0015.2.405 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.500,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0026.2.406 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.990,00
07.03 -	Serviço de Comercio, Industria e Turismo	
23.695.0040.2.407 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.000,00
TOTAL		R\$ 23.110,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.258 de 03 de Julho de 2007

LEI Nº 3.258 DE 03 DE JULHO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0017.2.707 -	Aquisição de Maq., Equipto. e Utensílio para Biblioteca Municipal	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte dotação do orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0015.2.706 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	

449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00
-----------------	------------------------------------	--------------

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.259 de 03 de Julho de 2007

LEI Nº 3.259 DE 03 DE JULHO DE 2007.
AUTORIZA A CRIAR E SUPLEMENTAR ELEMENTOS DE DESPESA, POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a criar e suplementar elementos de despesa no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), no seguinte Projeto de Atividade do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.0001.2.002 -	Manutenção e Coordenação das Atividades Legislativas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 200,00	R\$ 1.500,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 500,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo 1º desta Lei correrão por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.0001.2.007 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 700,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.260 de 03 de Julho de 2007

LEI Nº 3.260 DE 03 DE JULHO DE 2007.
AUTORIZA SUPLEMENTAR ELEMENTOS DE DESPESA,
POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES
DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado suplementar elementos de despesa no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil, quinhentos reais), nos seguintes Projetos de Atividades do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores
01.01 -	Câmara de Vereadores
001.031.0001.2.002 -	Manutenção e Coordenação das Atividades Legislativas
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.500,00
001.031.0001.2.003 -	Diárias
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339014.00.136 -	Diárias Civil R\$ 10.000,00
	TOTAL R\$ 12.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo 1º desta Lei correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores
01.01 -	Câmara de Vereadores
001.031.0001.2.002 -	Manutenção e Coordenação das Atividades Legislativas
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339030.00.136 -	Material de Consumo R\$ 5.000,00
001.031.0001.2.007 -	Contratação de Estagiários
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.700,00
001.031.0001.2.041 -	Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores

300000.00.136 -	Despesas Correntes
310000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
319000.00.136 -	Aplicações Diretas
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 5.800,00
	TOTAL R\$12.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.261 de 11 de Julho de 2007

LEI Nº 3.261 DE 11 DE JULHO DE 2007.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AUXÍLIO À "REPRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE, POLONESA NO BRASIL - BRASPOL" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Auxílio, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) à "REPRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE POLONESA NO BRASIL - BRASPOL" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.910.911/0009-05 com sede à Rua: Rufino Blaskowski, snº, Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em uma única parcela, sendo no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

§ 2º) Os recursos constantes no caput do Artigo 1º deverão ser aplicados pela Entidade em despesas no valor de R\$ 10.000,00 para aquisição de armários sob medida; restauração de peças antigas do acervo do Museu da BRASPOL; e R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a Manutenção das atividades do Grupo Folclórico "BIALY DOMEK" (Casinha Branca).

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura/Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, de acordo com a Legislação vigente.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados em Instituições Bancárias, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos

nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não utilizado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei incluindo seus rendimentos, será obrigatoriamente devolvido ao Município de Campo Alegre, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas após a data de sanção desta Lei.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 05.04.13.392.0018.2.803 - Incentivo ao Resgate da Cultura Polonesa - Elementos de Despesa - 4.4.50.42.00 - Auxílio no valor de R\$ 10.000,00 e 3.3.50.41.00 - Contribuições no valor de R\$ 1.000,00.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.262 de 11 de Julho de 2007

LEI Nº 3.262 DE 11 DE JULHO DE 2007.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CUSTEAR
DESPESA COM IMPRESSÃO DE LIVRO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesa até o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), com impressão de 200 (duzentos) exemplares da Obra "CAMPO

ALEGRE NAS REVOLUÇÕES QUE A HISTÓRIA FALA".

Parágrafo único: A despesa de que trata o caput deste artigo refere-se a obra de autoria do Sr. MÁRCIO AUGUSTIN.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 05.04.13.392..0015.2.107 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Divisão da Cultura e Desporto, Elemento de Despesa - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art.3º) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.263 de 11 de Julho de 2007

LEI Nº 3.263 DE 11 DE JULHO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0018.2.803 -	Incentivo ao Resgate da Cultura Polonesa	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 1.000,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
445000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
445042.00.136 -	Auxílios	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 11.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0014.2.048 -	Remuneração de Pessoal da Cultura e Desporto	

300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 11.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
11/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.264 de 11 de Julho de 2007

LEI Nº 3.264 DE 11 DE JULHO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0015.2.107 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
23.695.0040.2.110 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 2.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0014.2.048 -	Remuneração de Pessoal da Cultura e Desporto	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.500,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
11/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.265 de 11 de Julho de 2007

LEI Nº 3.265 DE 11 DE JULHO DE 2007

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE AÇÃO NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038/2005 (PPA) E 3.153 (LDO), EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído no Programa 018 - Cultura para todos, a Ação 2.803 - Incentivo ao Resgate da Cultura Polonesa, com as seguintes dotações: 335041.00 - Contribuições, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e 445042.00 - Auxílios, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo único: A inclusão mencionada no caput, refere-se especificamente das Leis Municipais nº 3.038/2005 e 3.153/2006, PPA e LDO respectivamente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
11/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.266 de 11 de Julho de 2007

LEI Nº 3.266 DE 11 DE JULHO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0018.1.006 -	Festival de Inverno	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
	Manutenção e Coordenação das Atividades	
15.452.0044.2.111 -		
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 12.000,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 15.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação dos Recursos Próprios do orçamento vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.267 de 18 de Julho de 2007

LEI Nº 3.267 DE 18 DE JULHO DE 2007.

AUTORIZA SUPLEMENTAR ELEMENTO DE DESPESA, POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado suplementar

elemento de despesa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), no seguinte Projeto de Atividade do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores
01.01 -	Câmara de Vereadores
001.031.0001.2.003 -	Diárias
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339014.00.136 -	Diárias Civil R\$ 3.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores
01.01 -	Câmara de Vereadores
001.031.0001.2.007 -	Contratação de Estagiários
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 3.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 14 de maio de 2007.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.268 de 24 de Julho de 2007

LEI Nº 3.268 DE 24 DE JULHO DE 2007.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DERIVAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O PARQUE INDUSTRIAL II E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e com vista à incentivar à instalação de indústrias no Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal custear derivação de energia elétrica trifásica, ligando o Parque Industrial II à rede das Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC.

Parágrafo único - Poderão ser beneficiadas com a rede de que trata a presente lei, todas as empresas instaladas em áreas concedidas pelo Poder Público Municipal no Parque Industrial II.

Art.2º) As despesas decorrentes da execução da presente lei observarão as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e correrão por conta de Dotação Orçamentária do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.269 de 24 de Julho de 2007

LEI Nº 3.269 DE 24 DE JULHO DE 2007.
REDEFINE ZONA URBANA DO MUNICÍPIO
E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Esta Lei redefine a zona urbana do município de Campo Alegre para fins tributários, conforme o disposto no § 1º do Artigo 32 da Lei Complementar nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art.2º) Sem prejuízo do disposto na Lei Complementar Municipal n.º 37/06, a zona urbana do município de Campo Alegre será descontinua e formada pelos 07 (sete) perímetros seguintes, todos constantes do Anexo Único, parte integrante desta Lei:

- I - Perímetro Urbano Central;
- II - Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos;
- III - Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo;
- IV - Perímetro Urbano de Campestre;
- V - Perímetro Urbano de São Miguel;
- VI - Perímetro Urbano do Parque Industrial I;
- VII - Perímetro Urbano do Faxinal.

Art.3º) A área urbanizável do Município passa a ser definida no Anexo único da presente Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 2.357/98 consolidada, incluindo-se seus anexos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO DA LEI nº 3.269 DE 24 DE JULHO de 2007.

I - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO CENTRAL:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano Central de Campo Alegre.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano Central da Cidade de Campo Alegre, tem início na confluência das Ruas Cel. Veríssimo de Souza Freitas e Cel. Bueno Franco, determinado Opp; deste ponto segue em linha reta na direção Sudoeste, medindo 163,30 metros até encontrar o ponto 01; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 116,00 metros até encontrar o ponto 02; deste ponto segue em linha reta na direção Noroeste, medindo 712,00 metros até encontrar o ponto 03, localizado na margem do Ribeirão Farias no cruzamento deste com a estrada que leva ao Rio Vermelho (Rodovia Municipal CAM 060); deste ponto segue em linha reta na direção Norte, medindo 851,00 metros até encontrar o ponto 04, localizado a 300 metros do eixo da Rodovia SC-301 nas Terras de propriedade do Frigorífico Ahrens; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 857,00 metros por uma linha paralela à Rodovia Estadual SC-301 no sentido Campo Alegre - São Bento do Sul sempre mantendo uma distância de 300,00 metros do eixo da mesma até o ponto 05, localizado na altura do cruzamento da Rodovia SC-301 com a Antiga Estrada Dona Francisca; deste ponto segue na direção Norte, medindo 300,00 metros até encontrar o ponto 06, localizado sobre o eixo da Rodovia Estadual SC-301; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 186,00 metros sobre o eixo da mesma até encontrar o ponto 07, deste ponto segue na direção Noroeste, medindo 251,00 metros até encontrar o ponto 08; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 165,00 metros até encontrar o ponto 09; deste segue na direção sudeste, medindo 217,00 metros até encontrar o ponto 10, localizado a 300,00 metros do eixo da Rodovia Estadual SC-301; deste ponto segue na direção Leste, medindo 1.451,00 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre - Joinville, sempre mantendo uma distância de 300,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 11, localizado no vértice desta linha com a linha que dista 200,00 metros do eixo da Estrada Campo Alegre — Avenquinha (Rodovia Municipal CAM-080); deste ponto segue na direção Noroeste, medindo 365,00 metros por uma linha paralela à Estrada Campo Alegre — Avenquinha (Rodovia Municipal CAM-080), sempre mantendo uma distância de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 12; deste ponto segue na direção nordeste, cruzando a Estrada Municipal, medindo 400,00 metros até encontrar o ponto 13; deste ponto segue na direção Sudeste, medindo 842,00 metros por uma linha paralela a estrada em direção ao trevo, sempre mantendo uma distância de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 14, localizado no vértice desta linha com a linha que dista 300,00 metros do eixo da Rodovia SC-301; deste ponto segue na direção Leste, medindo 1.172,00 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre — Joinville, sempre mantendo uma distância de 300,00 metros do eixo a mesma até encontrar o ponto 15 localizado no vértice desta linha com a linha que dista 200,00 metros do eixo da Estrada Campo Alegre — Bateias de Baixo (Rodovia Estadual SCT-301); deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 1023,00 metros por uma linha paralela à Estrada Campo Alegre — Bateias de Baixo (Rodovia Estadual SCT-301), sempre mantendo uma distância de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 16; deste ponto deflete 94º à direita, medindo 180,00 metros até encontrar o ponto 17, localizado sobre a linha que delimita a faixa de Domínio da Rodovia Estadual SCT-301; deste ponto segue por esta linha no sentido Norte (Centro - Bateias de Baixo), por uma extensão de 2.150,00 metros, até encontrar o ponto 18, localizado na divisa das propriedades da Sra. Regina Colin Lenaza e Sr. Linzmeyer; deste ponto segue na

direção Noroeste sobre a mesma divisa, medindo 513,00 metros até encontrar o ponto 19, localizado na margem esquerda do Rio São Miguel; deste ponto segue a jusante do referido Rio, medindo 457,00 metros até a ponte sobre a estrada que leva a localidade do Salto, deste ponto segue ainda pela jusante do Rio até encontrar o ponto 20, localizado a 250,00 metros da ponte sobre a estrada que leva a localidade do Salto e a 356,00 metros da ponte sobre a Rodovia SCT-301, medidas estas efetuadas sobre o leito do Rio São Miguel; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 237,00 metros até o ponto 21, distante 200,00 metros do eixo da Rodovia SCT-301; deste ponto segue na mesma direção, medindo 277,00 metros até encontrar o ponto 22 distante 100,00 metros do eixo da referida estrada; deste ponto segue ainda na mesma direção, medindo 700,00 metros por uma linha paralela a Rodovia SCT-301, sempre mantendo uma distancia de 100,00 metros do eixo da mesma, até encontrar o ponto 23; deste ponto deflete 89º à direita, cruzando a estrada, medindo 200,00 metros até encontrar o ponto 24; deste ponto deflete novamente 89º à direita, seguindo por uma linha paralela a Rodovia SCT-301, sempre mantendo uma distancia de 100,00 metros do eixo da mesma, até encontrar o ponto 25; deste ponto segue na direção Sudeste por uma linha reta, medindo 535,00 metros, cruzando a Rua Vitória Régia até encontrar o ponto 26; deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 743,00 metros por uma linha paralela à Rua Vitória Régia, sempre mantendo uma distancia de 100,00 metros do eixo da mesma, cruzando a Estrada do Saltinho e a Rodovia Municipal CAM 333, até encontrar o ponto 27; deste ponto segue por uma linha paralela à Rodovia Municipal CAM 333, sempre mantendo uma distancia de 100,00 metros do eixo da mesma, medindo 208,00 metros até encontrar o ponto 28, localizado na margem direita do Rio São Miguel, a 64,80 metros da ponte sobre a Rodovia Estadual SCT-301; deste segue a montante do rio, por uma extensão de 408,60 metros até encontrar o ponto 29; deste segue na por uma linha reta na direção Sudoeste, medindo 281,00 metros, cruzando a Rede de Alta Tensão, até encontrar o ponto 30, localizado sobre a linha que delimita a Faixa de Domínio da Rodovia Estadual SCT-301; deste ponto segue por esta linha na direção Sul, (Sentido Lageado - Centro), por uma extensão de 306,20 metros até encontrar o ponto 31; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Leste, medindo 572,00 metros até encontrar o ponto 32, localizado na margem esquerda do Rio São Miguel; deste ponto segue a montante do Rio por uma extensão de 700,00 metros até encontrar o ponto 33, também localizado na margem esquerda do Rio; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 789,00 metros até encontrar o ponto 34, localizado novamente sobre a linha que delimita a Faixa de Domínio da Rodovia Estadual SCT-301; deste ponto segue por esta linha na direção Sul, (Sentido Lageado - Centro), por uma extensão de 266,50 metros até encontrar o ponto 35; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Leste, medindo 361,00 metros até encontrar o ponto 36, localizado sob a Rede de Alta Tensão; deste ponto segue na direção Sul, tendo a Rede como referência, medindo 175,90 metros até encontrar o ponto 37; deste ponto segue na direção Oeste medindo 221,15 metros margeando uma estrada particular, até encontrar o ponto 38; deste ponto continua ainda margeando a referida estrada, medindo 95,45 metros até encontrar o ponto 39; deste ponto segue na direção Noroeste, medindo 42,65 metros até encontrar o ponto 40; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 70,00 metros até encontrar o ponto 41, localizado novamente sobre a linha que delimita a Faixa de domínio da Rodovia Estadual SCT-301; deste ponto segue por esta linha na direção Sul, (Sentido Lageado - Centro), por uma extensão de 282,00 metros até encontrar o ponto 42; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Leste, medindo 288,86 metros até encontrar o ponto 43; deste ponto segue na direção Sul, medindo 104,09 metros até encontrar o ponto 44; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 330,85 até encontrar o ponto 45, localizado novamente sobre a linha que delimita a Faixa de Domínio da Rodovia Estadual SCT-301; deste ponto segue por esta linha na

direção Sul, (Sentido Lageado - Centro), por uma extensão de 775,00 metros até encontrar o ponto 46; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Sudeste, medindo 450,00 metros, cruzando a Rua das Nações até encontrar o ponto 47; deste ponto segue no sentido Sudoeste, por uma linha paralela a Rua das Nações, sempre mantendo uma distância de 50,00 metros do eixo da mesma, medindo 611,00 metros até encontrar o ponto 48, localizado na confluência da linha que esta a 50,00 metros do eixo da Rua das Nações, com a linha que esta a 100,00 metros do eixo da Rodovia Estadual SCT-301; deste ponto segue na direção Leste, medindo 100,00 até encontrar ponto 49, que está localizado a 200,0 metros do eixo da Rodovia Estadual SCT-301; deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 258,50 metros por uma linha paralela à Rodovia Estadual SCT-301 no sentido Lageado - Centro, sempre mantendo uma distancia de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 50, localizado no vértice desta linha com a linha que dista 300,00 metros do eixo Rodovia Estadual SCT-301; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 578,00 metros por uma linha paralela à Rodovia Estadual SC-301 no sentido Campo Alegre - Joinville, sempre mantendo uma distancia de 300,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 51, deste ponto deflete à direita, seguindo na direção Sudeste, cruzando a Rodovia, medindo 600,00 metros até encontrar o ponto 52, deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 752,40 metros por uma linha paralela à Rodovia Estadual SC-301 sentido Campo Alegre — Joinville sempre mantendo uma distancia de 300,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 53, localizado na margem direita de um córrego sem denominação, a 113,00 metros da Ponte sobre a Estrada Dona Francisca e a 300,00 metros da Rodovia Estadual SC-301; deste ponto segue à jusante do referido córrego, cruzando a Estrada Dona Francisca, medindo 455,00 metros até encontrar o ponto 54, localizado na confluência da margem deste com a linha que dista 200,00 metros do eixo da Estrada Dona Francisca; deste ponto segue no sentido Leste, medindo 1045,00 metros por uma linha paralela a Estrada Dona Francisca, prosseguindo por uma linha paralela a Av. Dr. Getulio Vargas, sempre mantendo uma distancia de 200,00 metros do eixo das mesmas até encontrar o ponto 55, localizado no vértice da linha que dista 200,00 metros do eixo da Av. Dr. Getulio Vargas com a linha que dista 200,00 metros da projeção da Rua Oldemar Duvoisin; deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 554,00 metros por uma linha paralela ao prolongamento da referida rua, sempre mantendo uma distancia de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 56, localizado na intersecção desta linha com o Rio do Turvo; deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 668,00 metros até encontrar o ponto Opp, fechando assim a poligonal que determina o perímetro urbano de Campo Alegre.

II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE FRAGOSOS:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos tem origem no ponto situado na Rua Generoso Fragoso a 300 m. do cruzamento com a Rua Max Rudnick no sentido Avenquinha (a). Deste ponto o traçado em linha reta até um ponto situado na estrada do Rio Represo, a 480 m. do mesmo cruzamento (b). Deste mesmo ponto o traçado segue mesma inclinação de 90 graus com relação a rua em linha reta até um ponto localizado a 1000 metros de distância (c), o traçado converge 90 grau em direção a Rua Raimundo P. de Lima por uma reta de 700 m. (d). Daí segue em sentido oeste até um ponto (e), num riacho distante aproximadamente 200 m. da Rodovia SC 301; seguindo pelo riacho em sentido sul, até sua nascente, no ponto (f), daí no sentido nordeste, por uma linha seca e reta, numa distância aproximada de 200 m., até um ponto (g) na estrada Boa Vista, daí no sentido

sudeste, pelo eixo da estrada, numa distância aproximada de 700 m. no ponto (h), onde encontra a nascente num riacho, afluente do rio da divisa; segue, no sentido oeste, pelo leito do riacho até o ponto (i), onde encontra o rio de divisa daí seguindo à jusante do rio da divisa, no sentido nordeste, até o ponto (j), distante 500 m. do eixo da Rodovia SC 301; daí, numa linha seca paralela, distante 500 m. do eixo da Rodovia SC 301, no sentido norte, até o ponto (k), na Escola Isolada Municipal de Cordeiras, deste último para um ponto na Rua Antônio Basílio Rocha à 450 metros do cruzamento com a Rodovia (l), desde ponto segue no sentido norte até o Rio Negro (m), e de lá segue pela margem deste até um ponto localizado a 100 m. a leste da Rua Generoso Fragoso (n). Deste ponto segue no sentido sul paralelamente a Rua Generoso Fragoso, distando 100 m. dela até um ponto distante 1.150 metros (o). Deste ponto o traçado converge à nordeste, seguindo 600 m. até um ponto que dista 240 metros do ponto inicial deste poligonal (p) e deste último ponto o traçado une-se ao ponto inicial, fechado a poligonal.

III - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo.

Município: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo, tem início no (P-01) situado a 166,00 metros do (P-00) localizado na interseção das rodovias: RM-010 com RM 303, seguindo com direção oeste com uma linha de 100,00 metros do eixo da rodovia RM 010, até o ponto (P-02), seguindo distante do eixo da Rua Professor Rufino Blazkowski numa extensão de 100,00 metros, paralelamente, pelo lado esquerdo no sentido nordeste, até o (P-03) localizado no eixo da Rua Emilia Yong. Seguindo com a mesma medida por 270,00 metros até o (P-04) localizado as margens do Rio Estiva seguindo em direção norte, em uma linha de 282,00 metros, com ângulo de 130º no sentido sul, até o (P-05). Seguindo no sentido leste, até encontrar a ponte sob a Rua Alexandre Telma no (P-06). Seguindo no sentido sul, por um córrego até encontrar-se com um riacho situado (P-07) a 40,00 metros da Rua José Wollner. Seguindo na direção sudeste com uma linha de 43,00 metros pela margem esquerda até o (P-08). Seguindo na direção leste em uma linha paralela distante 150,00 metros do eixo da Rua Prof. Rufino Blazkowski. Seguindo em direção nordeste, com uma linha de 224,00 metros até o (P-09). Convergingo à esquerda num ângulo de 29º em uma linha de 424,00 metros norte até o (P-10), seguindo em direção norte paralelo por 100,00 metros com o eixo da Rua João Pius Schindler até encontrar o Rio Estiva (P-11), segue margens do referido rio sentido nordeste por 110,00 metros (P-12), de onde parte sentido sudeste paralelo por 100,00 metros com a Rua João Pius Schindler em uma distancia de 122,00 metros (P-13) converge em 92º ao Nordeste, até encontrar o Rio Bateias (P-14), seguindo no sentido Sudeste pela margem do Rio Bateias até a ponte situada sob a Rua Alice Lemos (P-15). Seguindo pelas margens do referido rio distante 84,00 metros da ponte sob a Rua Alice Lemos até o (P-16) convergingo à direita num ângulo de 85º em uma linha paralela distante 100,00 metros do eixo da Rua Jacob Kmiecick até o (P-17) seguindo no sentido sudeste, com 100,00 metros do eixo da Rua João Pius Schindler, numa linha de 70,00 metros de extensão (P-18) prosseguindo a partir deste ponto, com a mesma metragem do eixo da Rua José Endler, numa linha de 493,00 metros de extensão até o (P-19), convergingo para a esquerda com 154º no sentido leste, numa linha de 254,00 metros de extensão até o (P-20), convergingo à esquerda com 115º no sentido Nordeste numa linha de 133,00 metros de extensão até o (P-21), seguindo para Sudeste num ângulo de 81º, numa linha de 500,00 metros de extensão até o (P-22), fazendo ângulo à direita com 74º, no

sentido Oeste, numa linha de 244,00 metros de extensão até o (P-23) seguindo Oeste até o (P-24), seguindo à direita no sentido Norte num ângulo de 99º em uma linha com 100,00 metros de extensão até o (P-25), convergingo a esquerda no sentido Oeste, com 50,00 metros paralelo ao eixo da Rua José Endler até o (P-26) localizado na margem do Rio Água Verde. Seguindo pela margem do Rio Água Verde no sentido Sul, com 479,00 metros de extensão até o (P-27) seguindo na direção Oeste num ângulo de 111º, numa linha com 505,00 metros de extensão até o (P-28), convergingo à direita num ângulo de 84º no sentido Norte com uma linha de 466,00 metros de extensão seguindo paralelamente por 50,00 metros do eixo da Rua Júlia Pazda, até o (P-29), convergingo à esquerda num ângulo de 126º no sentido Noroeste com uma linha de 396,00 metros de extensão até o ponto a 100,00 metros do eixo da Rua Prof. Rufino Blazkowski, no (P-30) deste ponto converge à esquerda com ângulo de 99º no sentido Sudeste, paralelo à Rua Prof. Rufino Blazkowski, com 100,00 metros do eixo da referida Rua, até o (P-31) convergingo à direita, num ângulo de 90º no sentido este numa linha de 100,00 metros de extensão até o (P-01) ponto inicial, fechando a poligonal do perímetro urbano contendo área de 2,21 Km².

IV - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO CAMPESTRE:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Campestre.

Município: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina

A poligonal que delimita o perímetro urbano do Setor Campestre, tem início no ponto 0pp, localizado na intersecção da linha que delimita a Faixa de Domínio da Rodovia Estadual SC-301 com a margem direita da Rua Otto Zschoerper; deste ponto segue na direção Oeste, sobre a referida linha, medindo 263,00 metros, no sentido Campo Alegre - São Bento do Sul, até encontrar o ponto 01; deste ponto segue na direção Sul, medindo 1.407,00 metros até encontrar o ponto 02; deste ponto com ângulo de 90º, segue na direção Leste, medindo 436,17 metros até encontrar o ponto 03; deste com ângulo de 90º 05" segue na direção Norte, medindo 1.509,47 metros, até encontrar o ponto 04, localizado sobre a linha que Delimita a Faixa de Domínio da Rodovia Estadual SC-301; deste segue sobre a referida linha na direção Oeste, medindo 200,49 metros, cruzando a Rua Otto Zschoerper até encontrar o ponto de partida 0pp, fechando assim a poligonal.

V - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano de São Miguel.

Município: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano de São Miguel tem início na Estrada Dona Francisca no ponto da divisa da propriedade de Empreendimentos Turísticos Caminho dos Príncipes Ltda, a) seguindo até a Rodovia SC-301, cruzando-a e indo até um ponto localizado a 300 metros dela; b) deste ponto segue paralelamente a Rodovia SC-301, a 300 metros dela, no sentido Joinville até um ponto que está a 200 metros da Rodovia Municipal CAM-020; c) deste ponto segue paralelamente a referida rodovia até um ponto a 300 metros; d) deste ponto converge 84º em direção Oeste onde segue por 165 metros; e) converge 90º em direção Nordeste segue 165,20 metros em linha reta; f) converge 263º sentido Noroeste, segue por 99,32 metros em linha reta encontrando-se com o Rio São Miguel; g) e de lá, converge em direção a Rodovia Municipal CAM-020, cruzando-a e indo até um ponto a 200 metros dela; h) voltando o traço, distando 200 metros da referida rodovia até um ponto que dista 300 metros da Rodovia SC-301; i) deste ponto segue novamente paralelo à Rodovia SC-301, no sentido

Joinville, distando 300 metros dela até um ponto a 200 metros após o Posto da Polícia Rodoviária Estadual; j) de lá converge para a Rodovia SC-301, cruzando-a e indo até um ponto a 300 metros da mesma; l) de lá segue paralela a Rodovia SC- 301 no sentido Campo Alegre até o ponto inicial da poligonal.

VI - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO PARQUE INDUSTRIAL I:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito Industrial I.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina

A poligonal que o Perímetro Urbano do Parque Industrial I, tem sua amarração na Rodovia Estadual SC-301, no trevo de acesso a Cidade de Campo Alegre, por esta segue na direção Oeste sentido Campo Alegre - São Bento do Sul, até a confluência com a Rua Francisco Bueno Franco, onde localiza-se o ponto Opp; deste ponto segue na direção Sudeste, medindo 805,00 metros, até encontrar o ponto 01; deste ponto, deflete à esquerda na direção Nordeste, medindo 141,00 metros até encontrar o ponto 02; deste ponto deflete novamente a esquerda na direção Noroeste, medindo 847,00 metros até encontrar o ponto 03; deste ponto deflete à esquerda na direção Sudoeste medindo 167,30 metros de frente para à Rodovia Estadual SC-301, cruzando a Rua Francisco Bueno Franco até encontrar o ponto de partida Opp, fechando assim a poligonal.

VII - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO FAXINAL:

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Faxinal, tem sua amarração na Rodovia SC-301, no trevo de acesso a Cidade de Campo Alegre, deste segue pela Rodovia CAM 080 (Estrada Geral da Avenquinha), medindo aproximadamente de 3 Km até o entroncamento desta com a Estrada do Salto, onde inicia-se a referida poligonal no marco Opp; deste segue pela margem esquerda da Estrada do Salto até encontrar o ponto 01; deste com ângulo de 119º 01" segue na direção Noroeste, medindo 417,00 metros até encontrar o ponto 02; deste com ângulo de 155º 56" segue ainda na direção Noroeste medindo 61,80 metros até encontrar o ponto 03 localizado na margem direita do Rio da Geada; deste corta a Estrada do Salto na direção Nordeste, seguindo à jusante do referido rio, medindo 565,00 metros, até encontrar o ponto 04; deste com ângulo de 291º 53', segue no sentido Sudeste, medindo 153,80 metros, até encontrar o ponto 05; deste com ângulo de 99º 31", segue no sentido Nordeste pela margem esquerda da Estrada Mangueira Velha, medindo 72,30 metros, até encontrar o ponto 06; deste com ângulo de 69º 34", segue no sentido Nordeste, pela margem da mesma Estrada, medindo 67,45 metros até encontrar o ponto 07; deste com ângulo de 52º 12" segue na direção Nordeste, ainda pela margem da referida estrada, medindo 52,70 metros até encontrar o ponto 08, localizado na margem esquerda de um riacho sem denominação, deste segue à montante do referido riacho, medindo 2.145,00 metros, até encontrar o ponto 09; deste com ângulo de 298º 06" segue pela margem esquerda da Estrada Geral da Avenquinha na direção Noroeste medindo 265,70 metros até encontrar o ponto de partida Opp, fechando assim a poligonal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.270 de 24 de Julho de 2007

LEI Nº 3.270 DE 24 DE JULHO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 142.898,00 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas da Secret. de Saúde	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.119 -	Aplicações Diretas	
319004.00.119 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 142.898,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 142.898,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.271 de 24 de Julho de 2007

LEI Nº 3.271 DE 24 DE JULHO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comercio, Industria e Turismo	
22.662.0041.4.021 -	Execução de Trabalhos de Infra-estrutura Básica	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 18.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente	
20.606.0032.1.009 -	Distribuição de Insumos Agrícolas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339032.00.136 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 18.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.272 de 24 de Julho de 2007

LEI Nº 3.272 DE 24 DE JULHO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito

Suplementar Especial no valor de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.113 -	Despesas Correntes	
330000.00.113 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.113 -	Aplicações Diretas	
339030.00.113 -	Material de Consumo	R\$ 6.600,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.502 -	Despesas Correntes	
330000.00.502 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.502 -	Aplicações Diretas	
339030.00.502 -	Material de Consumo	R\$ 6.600,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.273 de 14 de Agosto de 2007

LEI Nº 3.273 DE 14 DE AGOSTO DE 2007

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE ARTIGOS NA LEI MUNICIPAL No. 3148/06

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o) Ficam incluídos os seguintes artigos na Lei Municipal nº. 3.148 com a seguinte redação:

"Art.16A) Consideram-se condomínios residenciais fechados na área rural, os parcelamentos em forma de condomínio com mais de dez partes ideais destinados ao uso residencial de acesso restrito, observando as normas de uso e ocupação do solo contidas no Plano Diretor do município, na legislação federal e tendo as demais normas especiais definidas através de instrumento jurídico particular.

§ 1º) As obras de infra-estrutura e de manutenção das mesmas

serão de responsabilidade dos condôminos;

§ 2º) A área do condomínio fechado será delimitada em todo o seu perímetro, de modo a manter sob controle o acesso ao condomínio e a cada lote individualmente, garantindo assim o uso privativo aos condôminos sem, contudo, privar os transeuntes da apreciação dos recursos naturais, dos pontos panorâmicos e da paisagem local;

Art.16B) A autorização de implantação de condomínios residenciais fechados na área rural dependerá de análise e aprovação prévia do órgão de Planejamento da Prefeitura com posterior análise e aprovação do INCRA, considerando as diretrizes urbanísticas estabelecidas em seu Plano Diretor.

Art. 16C) Dos projetos urbanísticos destinados à implantação de condomínios residenciais fechados, deverá constar necessariamente:

I - A indicação das áreas e equipamentos comuns que deverão ser objeto de utilização e uso comum;

II - Independentemente das demais exigências legais, além das áreas destinadas ao Sistema viário deverão ficar 20% (vinte por cento) da área de mata nativa como reserva legal e no mínimo:

a) 3% (três por cento) de áreas para equipamentos públicos ou comunitários quando se tratar de área acima de 100.000 m²

b) 5% (cinco por cento) para área total inferior a 100.000 m².

c) As áreas de que tratam as alíneas a e b do Inciso II do "caput" deste artigo poderão ser permutadas ou alienadas, conforme interesse público, desde que aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano.

d) A área verde e as áreas de equipamentos públicos e ou comunitários deverão ser mantidas pelos condôminos.

e) As edificações deverão respeitar os índices urbanísticos previstos para a Zona Rural.

Parágrafo único - As vias deverão ser projetadas de forma a garantir que, em caso de extinção do condomínio, as mesmas possam ser inseridas no plano viário municipal com largura mínima de 12 (doze) metros.

Art.2º.) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de agosto de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/08/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.274 de 14 de Agosto de 2007

LEI Nº 3.274 DE 14 DE AGOSTO DE 2007

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA - BOM JESUS/IELUSC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE a firmar Convênio Educacional com a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA - BOM JESUS/IELUSC.

Parágrafo único - O convênio de que trata a presente lei refere-se ao Curso de Especialização em Saúde da Família, Lutu Senu, ministrado pela Conveniente aos servidores do Fundo Conveniado.

Art.2º) Os gastos arcados pelo Fundo Municipal de Saúde com o pagamento de mensalidades, serão reembolsados pelos servidores inscritos no curso através de descontos mensais em folha de pagamento, na forma da lei.

Parágrafo único - O Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre fica autorizado a realizar despesa com o pagamento der mensalidade para servidores inscritos no curso que atuem diretamente no Programa Saúde da Família - PSF, sem o desconto em folha de que trata o caput deste artigo.

Art.3º) Os gastos decorrentes da execução da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 91.01.10.301.0052.2307 - Capacitação de Servidores - Manutenção das Atividades Administrativas do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de agosto de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/08/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.275 de 14 de Agosto de 2007

LEI Nº 3.275 DE 14 DE AGOSTO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -		
02.01 -	Chefia de Gabinete	

04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 7.100,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 9.100,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.500 -	Vale Alimentação	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339046.00.136 -	Auxílio-alimentação	R\$ 8.100,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 9.100,00

Art 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de agosto de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/08/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.276 de 14 de Agosto de 2007

LEI Nº 3.276 DE 14 DE AGOSTO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
	Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	
91.01 -		
10.301.0052.2.307 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
339039.00.119 -		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
	Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	
91.01 -		
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de agosto de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/08/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.277 de 14 de Agosto de 2007

LEI Nº 3.277 DE 14 DE AGOSTO DE 2007.

AUTORIZA SUPLEMENTAR ELEMENTO DE DESPESA, POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado suplementar elemento de despesa no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores
01.01 -	Câmara de Vereadores
001.031.0001.2.004 -	Vale Alimentação
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339046.00.136 -	Auxílio Alimentação R\$ 500,00
001.031.0001.2.008 -	Aquisição de Máquinas Equipamentos e Utensílios.
400000.00.136 -	Despesas de Capital
440000.00.136 -	Investimentos
449000.00.136 -	Aplicações Diretas
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 7.000,00
	TOTAL R\$ 7.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo 1º desta Lei correrão por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores
01.01 -	Câmara de Vereadores
001.031.0001.2.041 -	Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores
300000.00.136 -	Despesas Correntes
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais
319000.00.136 -	Aplicações Diretas
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 7.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de agosto de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/08/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.278 de 28 de Agosto de 2007

LEI Nº 3.278 DE 28 DE AGOSTO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL CRIANDO ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto
27.812.0019.1.007 -	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação de Quadras-poliesp
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339030.00.136 -	Material de Consumo R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto
13.392.0015.2.706 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios
400000.00.136 -	Despesas de Capital
440000.00.136 -	Investimentos
449000.00.136 -	Aplicações Diretas
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
28 de agosto de 2007.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
28/08/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.279 de 28 de Agosto de 2007

LEI Nº 3.279 DE 28 DE AGOSTO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.660,00 (três mil, seiscentos e sessenta reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Hospitalar	
10.303.0056.2.028 -	Realização de Diagnósticos dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339036.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.660,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Hospitalar	
10.303.0056.2.008 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.146 -	Despesas de Capital	
440000.00.146 -	Investimentos	
449000.00.146 -	Aplicações Diretas	
449052.00.146 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.660,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
28 de agosto de 2007.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
28/08/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.280 de 04 de Setembro de 2007

LEI Nº 3.280 DE 04 DE SETEMBRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 65.975,00 (sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.702 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.092 -	Despesas de Capital	
440000.00.092 -	Investimentos	
449000.00.092 -	Aplicações Diretas	
449052.00.092 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.275,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.521 -	Despesas Correntes	
330000.00.521 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.521 -	Aplicações Diretas	
339039.00.521 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 56.200,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
27.812.0019.1.007 -	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação de Quadras-poliesp	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 4.500,00
TOTAL		R\$ 65.975,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.128.0005.2.600 -	Bolsa de Estudo a Servidor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 5.275,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.045 -	Remuneração de Pessoal do Apoio a Educação	
300000.00.521 -	Despesas Correntes	
310000.00.521 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.521 -	Aplicações Diretas	
319011.00.521 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 22.000,00
12.361.0009.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	

300000.00.521 -	Despesas Correntes	
330000.00.521 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.521 -	Aplicações Diretas	
339030.00.521 -	Material de Consumo	R\$ 10.255,76
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.013 -	Material Didático e Pedagógico	
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
330000.00.092 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.092 -	Aplicações Diretas	
339030.00.092 -	Material de Consumo	R\$ 1.688,00
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339030.00.141 -	Material de Consumo	R\$ 13.911,22
12.361.0010.2.058 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.092 -	Despesas de Capital	
440000.00.092 -	Investimentos	
449000.00.092 -	Aplicações Diretas	
449052.00.092 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00
400000.00.141 -	Despesas de Capital	
440000.00.141 -	Investimentos	
449000.00.141 -	Aplicações Diretas	
449052.00.141 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 665,02
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.092 -	Despesas Correntes	
330000.00.092 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.092 -	Aplicações Diretas	
339030.00.092 -	Material de Consumo	R\$ 3.680,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0015.2.706 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.500,00
TOTAL		R\$ 65.975,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
04 de setembro de 2007.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/09/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.281 de 04 de Setembro de 2007

LEI Nº 3.281 DE 04 DE SETEMBRO DE 2007.

CRIA CONCURSO "O MAIS BELO CARTÃO DE NATAL" NO ÂMBITO DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica criado no âmbito da Rede Municipal de Ensino Fundamental de Campo Alegre-SC, o concurso que elegerá "O MAIS BELO CARTÃO DE NATAL".

Parágrafo único: O referido Cartão de Natal será utilizado com exclusividade pela Prefeitura Municipal de Campo Alegre para cumprir autoridades governamentais e não governamentais, servidores públicos municipais e munícipes.

Art 2º) Poderão participar do concurso de que trata a presente lei, todos os alunos matriculados nas 1ª e 2ª Fases, 2ª, 3ª ou 4ª Séries da Rede Municipal de Ensino Fundamental do Município de Campo Alegre/SC.

Art 3º) Será premiado o aluno ou aluna, cujo desenho seja escolhido para estampar "O MAIS BELO CARTÃO DE NATAL" do Município de Campo Alegre/SC, eleito na forma do Art. 4º desta lei e no regulamento do concurso.

Parágrafo único - Fica Poder Executivo Municipal autorizado a pagar o prêmio em espécie de produto, categoria equipamento DVD acompanhado de 06 filmes educativos, devendo sua entrega ocorrer durante as comemorações Natalinas promovidas pela Administração Pública Municipal.

Art. 4º) Cada Unidade Escolar Municipal do Ensino Fundamental criará uma Comissão Pré-julgadora Interna, que deverá selecionar os dois mais criativos cartões por turma de alunos das 1ª e 2ª Fases, 2ª, 3ª e 4ª Séries, enviando-os até o dia 20 de outubro do corrente ano, à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, que os encaminhará à Comissão Julgadora Geral para classificação geral.

Parágrafo único: A Comissão Julgadora Geral será composta por representantes das Secretarias do Governo Municipal, ficando a critério de cada Secretaria a escolha de seu representante e suplente, que serão nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento vigente.

Art. 6º) Fica o Poder Executivo autorizado à regulamentar a presente Lei através de Decreto.

Art. 7º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
04 de setembro de 2007.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/09/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.282 de 04 de Setembro de 2007

LEI Nº 3.282 DE 04 DE SETEMBRO DE 2007

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE CAMPO ALEGRE, DENOMINADO "REFIS/CA - 3" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Campo Alegre, denominado "REFIS/CA-3", destinado a promover a regularização dos créditos tributários do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, com fatos geradores ocorridos até 31 de agosto de 2007, relativos a impostos, contribuições de melhorias e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, ou outros créditos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, com parcelamento em curso ou não.

Art.2º) O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Campo Alegre - REFIS/CA - 3, dar-se-á por opção do sujeito passivo que fará, mediante requerimento específico fornecido pela Prefeitura Municipal, opção ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§ 1º - O ingresso no Programa REFIS/CA-3 implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos impostos, contribuições de melhorias, taxas e outros créditos mencionados no art. 1º, de responsabilidade do optante.

Art.3º) O débito consolidado de que trata o artigo anterior poderá ser liquidado nos seguintes termos:

I - À vista com 100% (cem por cento) de desconto da multa e 100% (cem por cento) de desconto dos juros de mora relativos aos créditos tributários de que trata o Art. 1º desta Lei.

II - Em 6 (seis) parcelas iguais e consecutivas com 50% (cinquenta por cento) de desconto da multa e 50% (cinquenta por cento) de desconto dos juros de mora relativos aos créditos tributários de que trata o Art. 1º desta Lei, sendo que a primeira parcela terá seu vencimento na data da adesão ao Programa.

Parágrafo primeiro - As pessoas físicas ou jurídicas que parcelaram seus débitos na forma através dos Programas REFIS/CA 1 e 2, poderão ingressar no REFIS/CA-3, mediante consolidação dos seus débitos vencidos e vincendos decorrentes dos REFIS/CA 1 e 2, somente na forma apresentada no Inciso I, do Art. 3º desta Lei.

Parágrafo segundo - Os créditos com fato gerador ocorrido no exercício tributário de 2007, somente poderão ser quitados à vista, na modalidade prevista no inciso I deste Artigo.

Art.4º) O débito consolidado na forma de que trata o Inciso II do Artigo anterior, sofrerá a incidência de juros na proporção de 1,0% (um por cento) ao mês.

Art.5º) Em caso de atraso no pagamento das parcelas dos débitos tributários consolidados nos termos do artigo 4º desta Lei, sofrerão acréscimos relativos às multas e juros de mora ou de ofício da lei vigente.

Parágrafo Único - Os contribuintes que optarem por ingressar no programa de que trata a presente lei, deverão quitar as custas processuais diretamente com o Poder Judiciário junto ao Forum da Comarca onde tenha sido ajuizada a Ação de Execução Fiscal.

Art. 6º) A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal REFIS/CA-3 exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta lei.

Art. 7º) A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos consolidados;

II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte;

III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS/CA-3;

IV - pagamento regular das parcelas de débito consolidado e dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente.

Art. 8º) A opção pelo REFIS/CA-3 implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, durante todo período em que o contribuinte permanecer no Programa, até seu total adimplemento.

Art. 9º) A homologação da opção será efetuada pela Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, findo o qual, não ocorrendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente homologada.

Parágrafo Único - A homologação da opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Campo Alegre/SC-3 poderá ser condicionada à apresentação de garantia, quando o débito estiver sub judice.

Art. 10) O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender qualquer uma das exigências do art.7º desta Lei;

II - inadimplemento por três meses consecutivos ou não, do REFIS/CA-3;

III - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações;

IV - declaração de insolvência no caso de contribuinte pessoa física, ou decretação de falência, quando pessoa jurídica.

§ 1º - A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos consolidados e ainda não pagos, restabelecendo-se à este montante os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da formalização da opção do contribuinte pelo programa REFIS/CA-3.

§ 2º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão de sua exclusão.

§ 3º - Constatado o motivo de exclusão do Programa, a Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização notificará previamente o optante, assegurando-lhe o direito de conhecer antecipadamente

os fatos que lhe são imputados, para oferecimento de defesa no prazo de trinta dias, facultando-lhe a produção de provas.

I - Após a apresentação de defesa e, eventualmente, da instrução probatória, a Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização decidirá, fundamentadamente, se trata-se ou não de caso de exclusão, conforme definição da presente Lei.

II - Da decisão que excluir o optante do REFIS/CA-3, caberá recurso com efeito suspensivo, no prazo de trinta dias, a Secretaria Municipal de Finanças de Campo Alegre/SC.

Art.11) O prazo para a adesão do Programa, mediante requerimento por escrito, formalizado no Serviço de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, encerra-se no dia 10 de dezembro de 2007.

Art.12) O Poder Executivo deverá observar o atendimento ao Artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000, caso fique constatada a sua aplicabilidade e a existência de renúncia de receita.

Art.13) Esta lei entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
04 de setembro de 2007.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/09/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.283 de 18 de Setembro de 2007

LEI Nº 3.283 DE 18 DE SETEMBRO DE 2007.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER DE CAMPO ALEGRE E DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI 2.683/02".

O Prefeito Municipal em exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica criada no âmbito da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, com competências, atribuições e estrutura definidas nesta lei;

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, passa a denominar-se Secretaria Municipal de Educação, mantendo suas competências, atribuições e estrutura relativas à área da Educação;

Art. 2º) Ficam extintas no âmbito da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, a Diretoria de Desenvolvimento Econômico e a Diretoria de Cultura e Desporto.

Art. 3º) O Art. 2º da Lei Municipal n.º 2.683/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Administração Municipal é composta dos serviços públicos existentes e integrados na estrutura organizacional do e daqueles diretamente a este subordinado, das Secretarias Municipais, Diretorias, Controladorias, Coordenadorias, Chefias e Assessorias."

Art. 4º) Fica incluído Inciso XIII ao Art. 13 da Lei Municipal n.º 2.683/02, com a seguinte redação:

"XIII - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano."

Art. 5º) São órgãos de colaboração com o Governo Federal e com o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina:

"I - Junta do Serviço Militar;

II - Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA;

III - Casa da Cidadania;

§1º A Junta do Serviço Militar é órgão de colaboração com o Governo Federal e estará diretamente ligada e subordinada ao gabinete do Chefe do Poder Executivo;

§ 2º A Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA é órgão de colaboração com o Governo Federal e estará contida na estrutura da Secretaria Municipal de Finanças.

§3º A Casa da Cidadania é órgão de colaboração com o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e subordinada ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo;"

Art. 6º) O Art. 15 da Lei Municipal n.º 2.683/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 Classificam-se como órgãos diretamente ligados ao gabinete do Chefe do Poder Executivo:

I- Órgãos de Assessoramento:

a)- Chefia de Gabinete;

b)- Assessoria de Comunicação Social;

c)- Assessoria Jurídica;

d) - Controladoria;

II - Órgão de Descentralização Administrativa: Coordenadoria de Administração Distrital;

III - Órgão Autônomo: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL;

IV - Órgãos Institucionais Auxiliares:

a) Secretaria Municipal de Administração;

b) Secretaria Municipal de Finanças;

V - Órgãos Institucionais de Administração Específica:

a) Secretaria Municipal de Educação;

b) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

c) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

d) Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

e) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;"

Art. 7º) O título da Seção IV da Lei Municipal n.º 2.683/02 e o caput de seu Art. 23, passam a vigorar com a seguinte redação:

"SEÇÃO IÓRGÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL

Art. 23 Compete à Coordenadoria de Administração Distrital:"

Art. 8º) O Art. 40 da Lei Municipal n.º 2.683/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40 A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico contará com a seguinte estrutura de apoio:

I - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente;

II - Serviço de Comércio, Indústria.

Parágrafo único - As estruturas definidas como Serviços possuirão chefias imediatas ocupadas exclusivamente por servidores efetivos, na forma descrita pela Lei Complementar Municipal nº 006/2002."

Art. 9º) O caput do Art. 41 da Lei Municipal n.º 2.683/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 Compete a Secretaria de Desenvolvimento Econômico:"

Art. 10) O Art. 43 da Lei Municipal n.º 2.683/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43 Compete ao Serviço de Comércio, Indústria:

I - implantar, organizar e fomentar a área industrial do município;

II - desenvolver o cadastro de indústrias, comércio e prestadores de serviço;"

Art. 11) O título da Subseção VI da Lei Municipal n.º 2.683/02 e seus Artigos 50, 51 e 52, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"SUBSEÇÃO VI
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Art. 50 À Secretaria Municipal de Educação, incumbe executar os programas educacionais, no âmbito de seus alunos e de seu corpo docente, coordenar a infra-estrutura para execução de seus trabalhos e em especial:

I - coordenar a ação do corpo docente das escolas, traçando em conjunto com estes às normas para a supervisão, execução, e planejamento dos serviços;

II - instalar e manter as entidades de ensino.

Art. 51 A Secretaria Municipal de Educação, contará com a seguinte estrutura de apoio:

I - Serviço de Educação Infantil;

II - Serviço de Ensino Fundamental;

III - Serviço de Apoio Administrativo à Educação;

IV - Serviço de Controle do Transporte Escolar, Merenda e Manutenção das Unidades Escolares.

§1º As estruturas definidas como Serviços possuirão chefias imediatas ocupadas exclusivamente por servidores efetivos, na forma descrita pela Lei Complementar municipal nº 006/2002;

§2º O Serviço de Apoio Administrativo à Educação deverá possuir, obrigatoriamente, em sua estrutura um profissional com formação pedagógica e especialização em Administração Escolar.

**"SUBSEÇÃO VII
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**

Art. 52 À Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer compete incentivar o desenvolvimento do turismo, estimular a prática desportiva, incentivar a realização de torneios e espetáculos esportivos, promover, coordenar, divulgar e documentar as atividades culturais realizadas no município e em especial:

I - Articular com o Conselho de Turismo e demais entidades o desenvolvimento do turismo;

II - incentivar o desenvolvimento de valores novos, amadores ou profissionais, nas diferentes modalidades esportivas;

III - desenvolver e implantar a política cultural do município.

§1º A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, contará com a seguinte estrutura de apoio:

a) Coordenadoria de Cultura;

b) Coordenadoria de Turismo;

c) Coordenadoria de Esporte e Lazer;

§2º As estruturas definidas como Coordenadoria serão providas por coordenadores nomeados em cargos de provimento em comissão, na forma descrita pela Lei Complementar municipal nº 006/2002;

§3º À Coordenadoria de Cultura compete, através de seu Coordenador, auxiliar o Secretário a:

I - promover, divulgar, coordenar e documentar as atividades artísticas de interesse cultural, promovendo espetáculos, conferências e cursos;

II - coordenar e zelar pelo patrimônio histórico e o acervo artístico do Município;

III - promover atividades culturais e recreativas para crianças e jovens;

IV - promover projetos especiais para o desenvolvimento da cultura na terceira-idade;

V - amparar, promover e divulgar as manifestações de arte popular;

VI - pesquisar, desenvolver, promover e divulgar o folclore regional;

VII - amparar grupos folclóricos municipais existentes;

VIII - promover e estimular o desenvolvimento das artes em geral, inserindo-a nos hábitos da população, através de programas coordenados em bairros e distritos;

IX - coordenar e administrar as atividades realizadas no espaço cultural, bem como ser responsável por suas instalações físicas e seu calendário de eventos.

X - zelar pelo patrimônio histórico e o acervo cultural do município;

XI - promover atividades recreativas e culturais com crianças, adolescentes e para a terceira idade;

XII - administrar e gerenciar o Museu Municipal;

XIII - implantar e manter o Arquivo Histórico;

XIV - manter a Banda Municipal;

XV - promover Eventos Teatrais e Musicais;

§4º À Coordenadoria de Turismo compete, através de seu Coordenador, auxiliar o secretário a:

I - articular com entidades públicas e privadas o desenvolvimento do setor turístico, ecologicamente sustentável, inclusive turismo rural;

II - administrar o Portal Turístico Municipal;

III - divulgar os Pontos Turísticos do Município;

IV - autorizar a realização de qualquer Evento Turístico, inclusive Festas e Festivais no Município, sendo também responsável pela coordenação de sua fiscalização.

§5º À Coordenadoria do Esporte e Lazer compete, através de seu Coordenador, auxiliar o secretário a:

I - coordenar as Escolinhas de Esportes do Município;

II - realizar competições e torneios, nas diferentes modalidades esportivas;

III - elaborar calendário municipal de promoções esportivas;

IV - zelar pelo cumprimento das diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desporto;

V - coordenar a utilização de ginásios e centros-esportivos pertencentes a Administração Municipal;

VI - acompanhar e coordenar a aquisição de materiais esportivos pela Administração Municipal;

VII - atuar junto a escolas e centros comunitários, estimulando as práticas desportivas;

VIII - promover projetos especiais para o desenvolvimento do desporto na terceira-idade;

IX - organizar e realizar espetáculos esportivos, competições e torneios, observando as modalidades pertinentes a cada idade;

X - manter contato com escolas de educação física ou escolas de esportes específicos, a fim de realizar promoções conjuntas;

XI - promover espetáculos esportivos com associações e órgãos desportivos de destaque no cenário estadual, nacional e internacional;

XII - elaborar, promover e executar projetos sociais voltados para o Desporto.

XIII - implantar e administrar áreas de lazer;

XIV - organizar atividades de lazer.

Art. 12) A estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer entrará em funcionamento imediatamente, executando o orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual de 2007, da Unidade Orçamentária 05.04 - Divisão de Cultura e Desporto, na Secretaria da Educação, Desporto e Cultura.

§1º Para o desenvolvimento do turismo, a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer executará o orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual de 2007, constante dos projetos atividades 1.012, 1.013, 2.110, 2.407 e 4.022 previstos na Unidade Orçamentária 07.03 - Serviço de Comércio Indústria e Turismo, na

Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

§2º A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer deverá possuir orçamento próprio para os exercícios financeiros seguintes ao da publicação desta lei, na forma da legislação vigente.

Art. 13) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de setembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/09/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.284 de 19 de Setembro de 2007

LEI Nº 3.284 DE 19 DE SETEMBRO DE 2007
CONCEDE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO
DE PONTO DE TÁXI.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedida a permissão ao Sr. CELITO KUERTEN, portador do CPF/MF sob nº 097.633.849-15, residente na RUA Principal nº localidade de Tijucume, neste Município, para exploração de 01 (um) PONTO DE TÁXI, localizado na Rua Pe. Luiz Gilg, Centro Campo Alegre/SC, observando-se e cumprindo as disposições da Lei Municipal nº 1.675 de 03 de fevereiro de 1993.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de setembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/09/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.285 de 18 de Setembro de 2007

LEI Nº 3.285 DE 18 DE SETEMBRO DE 2007
DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA NO
BAIRRO SANTO ANTÔNIO NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada de Rua: JACY SCHROEDER FRANCO, a Rua situada no Bairro Santo Antônio, neste Município, Rua esta com extensão de 526,00 (quinhentos e vinte e seis metros), com largura de 12,00 (doze metros), iniciando na Rodovia SC-301 sentido Norte, conforme levantamento Planimétrico anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de setembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/09/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

BIOGRAFIA
Nome: JACY SCHROEDER FRANCO
Profissão: DO LAR
Data de Nascimento: 02/12/1919
Nacionalidade: BRASILEIRA
Naturalidade: CAMPO ALEGRE - SC
Data de Falecimento: 15/05/1995

Filiação: (Pai): PAULO SCHROEDER
(Mãe): EMÍLIA MACHADO SCHROEDER

Cônjuge: NILO SALDANHA FRANCO

Tempo de Residência no Município: 76 ANOS

Atividades Comunitárias: PARTICIPOU ATIVAMENTE NA COMUNIDADE, AUXILIANDO PESSOAS CARENTES. SEU ESPOSO PRESTOU ASSISTÊNCIA MÉDICA GRATUITA, INCLUSIVE NA DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÀS PESSOAS NECESSITADAS.

Lei Nº 3.286 de 02 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.286 DE 02 DE OUTUBRO DE 2007

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL QUE TRATAM DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL - E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 64 da Lei Municipal nº 2.537, de 17 de julho de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 64 - A contribuição do Município, incluídas suas autarquias e fundações, é obrigatória e corresponderá a 19,10% (dezenove vírgula dez por cento) do valor global da folha de remuneração-de-contribuição dos segurados ativos, a ser realizada até o dia trinta do mês de exercício”.

Art. 2º - O § 1º do Artigo 63 da Lei Municipal nº 2.537, de 17 de julho de 2001 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63 -

§ 1º - Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em agosto de 2007, que faz parte integrante da presente Lei”.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor 90 dias a contar da data de sua publicação, em razão do período previsto pelo Artigo 195, § 6º da Constituição Federal do Brasil.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Municipal de Campo Alegre SC,
02 de outubro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
02/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.287 de 02 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.287 DE 02 DE OUTUBRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), afim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

02.00 -		
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	

300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339031.00.136 -	Premiações Culturais, Artist., Cientif., Despor e Out	R\$ 300,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

02.00 -		
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Entidades sem Fins Lucrativos	
335043.00.136 -	Subvenções Sociais	R\$ 300,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de outubro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
02/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.288 de 02 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.288 DE 02 DE OUTUBRO DE 2007

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA NA LOCALIDADE DE RIO REPRESO NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada de Rua: ANTONIO ROHRBACHER, a Rua situada na localidade de Rio Represo, neste Município, Rua esta com extensão de 189,06 (cento e oitenta e nove metros e seis decímetros), com largura de 12,00 (doze metros), iniciando na Estrada Rio Represo sentido Nordeste, conforme levantamento Planimétrico anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de outubro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

BIOGRAFIA

Nome: ANTONIO ROHRBACHER
Profissão: AGRICULTOR
Data de Nascimento: 02/05/1924
Nacionalidade: BRASILEIRA
Naturalidade: CAMPO ALEGRE - SC
Data de Falecimento: 10/03/1997

Filiação: (Pai): HENRIQUE ROHRBACHER

(Mãe): ANA ROHRBACHER

Cônjuge: PAULA LIKA ROHRBACHER

Tempo de Residência no Município: 72 ANOS E 10 MESES

Atividades Comunitárias: PARTICIPOU ATIVAMENTE NA COMUNIDADE DE AVENQUINHA E ARREDORES, SÓCIO FUNDADOR DA COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ERVA MATE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, SÓCIO DA SOCIEDADE 25 DE JULHO NA LOCALIDADE DE BELA ALIANÇA. EXERCEU COM MUITO TRABALHO, ESFORÇO E DEDICAÇÃO A PROFISSÃO DE AGRICULTOR. FOI UM DOS MORADORES PIONEIROS DA LOCALIDADE DE RIO REPRESSO.

Lei Nº 3.289 de 02 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.289 DE 02 DE OUTUBRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
17.511.0046.1.019 -	Implantação de Sistema de Rede Hidráulica	
400000.00.180 -	Despesas de Capital	
440000.00.180 -	Investimentos	
449000.00.180 -	Aplicações Diretas	
449051.00.180 -	Obras e Instalações	R\$ 50.000,00

Art. 2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos de Transferências de Convênio com a União para Programa de Resposta a Desastre do Orçamento vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de outubro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.290 de 02 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.290 DE 02 DE OUTUBRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Ativid da Polícia Civil e Militar	
400000.00.152 -	Despesas de Capital	
440000.00.152 -	Investimentos	
449000.00.152 -	Aplicações Diretas	
449052.00.152 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos de Outras Transferências de Convênio dos Estados - Polícia Civil do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de outubro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.291 de 02 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.291 DE 02 DE OUTUBRO DE 2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESE TRANSFEMURAL E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro de R\$ 3.550,00 (três mil quinhentos e cinquenta reais) para aquisição de 01 (uma) prótese transfemural com joelho modular auto-bloqueante 3R-15 com pé dinâmico.

Parágrafo único - O auxílio financeiro de que trata o caput deste artigo, será repassado ao beneficiário GILSON BASSETTO, Portador do CPF/MF nº 026.257.519-16, através do Fundo Municipal de Saúde, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura de compra do equipamento.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de outubro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
02/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.292 de 09 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.292 DE 09 DE OUTUBRO DE 2007

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2008, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2008, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal

e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art.2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2008 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art.3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2008, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2008 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art.4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do

Plano Plurianual 2006/ 2009.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art.5º Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art.6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5;

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art.7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei. Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e Desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

CAPÍTULO IDAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS

ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art.8º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art.9º A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será

precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art.10 Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art.11 A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

SEÇÃO II

DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art.12 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular

Art.13 O projeto de Lei Orçamentária Anual, relativo ao exercício de 2008, deverá assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art.14 Será assegurada aos cidadãos à participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

SEÇÃO IDOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art.15 Na de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais;

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art.16 Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de

recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art.17 Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art.18 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2006 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art.19 A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art.20 O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art.21 A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2008, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art.22 O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

VCAPÍTULO DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.23 A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 24 O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art.25 A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

VCAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art.26 No exercício financeiro de 2008, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativos observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art.27 Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art.28 Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

Art.29 A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2008 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.30 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Artigo 14 da LRF).

Art.31 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14, Parágrafo 3º da LRF).

Art.32 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Artigo 14, Parágrafo 2º da LRF).

Das CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.33 É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art.34 Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art.35 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2008, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de outubro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.293 de 09 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.293 DE 09 DE OUTUBRO DE 2007.

AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Termo de Convênio com a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio é regular as condições de realização de estágios de alunos da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

Art.3º) O Termo do Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de outubro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

09/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.294 de 09 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.294 DE 09 DE OUTUBRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE, NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza abrir crédito Especial, Suplementar e criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 3.550,00 (três mil, quinhentos e cinquenta reais), no Fundo Municipal de Assistência Social, por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0062.2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339048.00.104 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 3.550,00

Parágrafo único - O auxílio financeiro de que trata o caput deste artigo, será repassado ao beneficiário GILSON BASSETTO, Portador do CPF/MF nº 026.257.519-16, através do Fundo Municipal de Assistência Social, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura de compra do equipamento.

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0065.6.014 -	Convênio com Entidades de Classe e Secretaria de Estado	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.550,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de outubro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.295 de 16 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.295 DE 16 DE OUTUBRO DE 2007.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.150,20 (dez mil, cento e cinquenta reais e vinte centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.307 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 170,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.028 -	Realização de Diagnósticos dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339036.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 8.700,00
10.303.0056.2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339047.00.119 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.280,20
TOTAL		R\$ 10.150,20

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0059.2.054 -	Campanhas Sócio-educativas	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.200,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Hospitalar	
10.303.0056.2.034 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.146 -	Despesas de Capital	
440000.00.146 -	Investimentos	
449000.00.146 -	Aplicações Diretas	
449052.00.146 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 6.000,00
10.303.0056.6.013 -	Convenio com Entidades de Classe e Secretarias de Estado	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.950,20
TOTAL		R\$ 10.150,20

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de outubro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.296 de 23 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.296 DE 23 DE OUTUBRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 107.622,26 (cento e sete mil, seiscentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Remuneração de Pessoal da Administração	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 9.200,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0009.2.204 -	Diárias	
300000.00.521 -	Despesas Correntes	
330000.00.521 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.521 -	Aplicações Diretas	
339014.00.521 -	Diárias - Civil	R\$ 650,00
12.361.0009.2.404 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.521 -	Despesas Correntes	
330000.00.521 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.521 -	Aplicações Diretas	
339036.00.521 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 9.354,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.091 -	Despesas Correntes	
310000.00.091 -	Pessoal e Encargos Sociais	

319000.00.091 -	Aplicações Diretas	
319004.00.091 -	Contratação por Tempo Deter-	
05.03 -	minado	R\$ 48.900,00
	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0008.2.047 -	Remuneração de Pessoal do	
300000.00.093 -	Ensino Infantil	
310000.00.093 -	Despesas Correntes	
319000.00.093 -	Pessoal e Encargos Sociais	
	Aplicações Diretas	
319004.00.093 -	Contratação por Tempo Deter-	
	minado	R\$ 29.300,00
319011.00.093 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	
	- Pessoal Civil	R\$ 10.218,26
TOTAL		R\$ 107.622,26

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte dotação do orçamento vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.500 -	Vale Alimentação	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339046.00.136 -	Auxílio-alimentação	R\$ 9.200,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.045 -	Remuneração de Pessoal do Apoio a Educação	
300000.00.521 -	Despesas Correntes	
310000.00.521 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.521 -	Aplicações Diretas	
	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 7.000,00
319011.00.521 -	Contribuições Patronais	R\$ 2.354,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.1.004 -	Construção e Reforma de Unid. Escolares de Ensino Fundamental	
400000.00.141 -	Despesas de Capital	
440000.00.141 -	Investimentos	
449000.00.141 -	Aplicações Diretas	
449051.00.141 -	Obras e Instalações	R\$ 85.418,26
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.1.027 -	Construção e Reforma de Unid. Escolares de Ensino Infantil	
400000.00.094 -	Despesas de Capital	
440000.00.094 -	Investimentos	
449000.00.094 -	Aplicações Diretas	
449051.00.094 -	Obras e Instalações	R\$ 2.000,00
12.365.0011.2.053 -	Material Didático e Pedagógico	
300000.00.094 -	Despesas Correntes	
330000.00.094 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.094 -	Aplicações Diretas	
339030.00.094 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
12.365.0011.2.206 -	Diárias	
300000.00.094 -	Despesas Correntes	
330000.00.094 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.094 -	Aplicações Diretas	
339014.00.094 -	Diárias - Civil	R\$ 200,00
339014.00.519 -	Diárias - Civil	R\$ 450,00

TOTAL	R\$ 107.622,26
-------	----------------

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de outubro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.297 de 23 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.297 DE 23 DE OUTUBRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 78.507,89 (setenta e oito mil, quinhentos e sete reais e oitenta e nove centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
	Manutenção das Atividades	
91.01 -	Administrativas	
	Manutenção e Coordenação das	
10.301.0052.2.114 -	Atividades	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 12.987,54
91.03 -	Manutenção das Atividades - Programa Saúde da Família	
	Manutenção e Coordenação das	
10.301.0053.2.116 -	Atividades	
300000.00.152 -	Despesas Correntes	
310000.00.152 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.152 -	Aplicações Diretas	
319004.00.152 -	Contratação por Tempo Deter-	
	minado	R\$ 905,83
300000.00.120 -	Despesas Correntes	
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.120 -	Aplicações Diretas	
339030.00.120 -	Material de Consumo	R\$ 10.700,11
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
	Realização de Diagnóstico dos	
10.303.0056.2.028 -	Pacientes	
300000.00.129 -	Despesas Correntes	
330000.00.129 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.129 -	Aplicações Diretas	

339039.00.129 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.900,75
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
330000.00.000 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.000 -	Aplicações Diretas	
339030.00.113 -	Material de Consumo	R\$ 3.362,82
339030.00.127 -	Material de Consumo	R\$ 8.530,61
91.07 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária	
10.304.0058.2.119 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
330000.00.000 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.000 -	Aplicações Diretas	
339030.00.126 -	Material de Consumo	R\$ 7.402,09
339039.00.131 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.899,95
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
10.305.0058.2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas de Capital	
330000.00.132 -	Investimentos	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339030.00.132 -	Material de Consumo	R\$ 12.818,19
339039.00.132 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 12.000,00
TOTAL		R\$ 78.507,89

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2006 do Fundo Municipal de Saúde;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de outubro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.298 de 23 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.298 DE 23 DE OUTUBRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.713 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.104 -	Despesas de Capital	
440000.00.104 -	Investimentos	
449000.00.104 -	Aplicações Diretas	
449052.00.104 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 23.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 400,00
08.244.0061.2.308 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 460,00
08.244.0062.1.026 -	Intensificar atividades como Clubes de Mães e/ou Grupos de Ajuda	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 2.039,92
400000.00.104 -	Despesas de Capital	
440000.00.104 -	Investimentos	
449000.00.104 -	Aplicações Diretas	
449052.00.104 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 250,00
08.244.0062.2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339032.00.104 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 6.012,08
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
400000.00.104 -	Despesas de Capital	

440000.00.104 -	Investimentos	
449000.00.104 -	Aplicações Diretas	
449052.00.104 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00
08.244.0063.4.012 -	Contribuição a Entidades de Classe	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.104 -	Transferências a Entidades sem fins Lucrativos	
335043.00.104 -	Subvenções Sociais	R\$ 4.388,00
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 1.350,00
339036.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 250,00
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 700,00
08.244.0065.6.014 -	Convênio com Entidades de Classe e Secretarias de Estado	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.650,00
TOTAL		R\$ 23.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de outubro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.299 de 23 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.299 DE 23 DE OUTUBRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.710 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	

449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.700,00
-----------------	------------------------------------	--------------

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 5.700,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de outubro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.300 de 23 de Outubro de 2007

LEI Nº 3.300 DE 23 DE OUTUBRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.208,95 (trinta mil, duzentos e oito reais e noventa e cinco centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

02.00 -		
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.600,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.900,00
04.122.0005.2.402 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.150,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0009.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.521 -	Despesas Correntes	
330000.00.521 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.521 -	Aplicações Diretas	
339039.00.521 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0014.2.048 -	Remuneração de Pessoal da Cultura e Desporto	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319013.00.136 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.387,65
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 1.221,30
13.392.0015.2.107 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.360,00
13.392.0015.2.706 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.035 -	Remuneração de Pessoal do Conselho Tutelar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.290,00
08.244.0023.2.050 -	Remuneração de Pessoal da Assistência Social	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 2.500,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comercio, Industria e Turismo	
23.695.0040.2.110 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 500,00

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
15.452.0044.2.209 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 300,00
TOTAL		R\$ 30.208,95

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

02.00 -		
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 460,00
04.122.0003.2.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Entidades sem Fins Lucrativos	
335043.00.136 -	Subvenções Sociais	R\$ 300,00
04.122.0003.2.010 -	Contribuição a entidades de classe	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Entidades sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 840,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.045 -	Remuneração de Pessoal do Apoio a Educação	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319113.00.136 -	Contribuição Patronal	R\$ 1.000,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0015.2.405 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.700,00
13.392.0018.2.016 -	Patrimônio Histórico Municipal	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	

330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.501,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.660,00
27.812.0020.2.018 -	Campanhas Sócio-educativas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 387,65
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 250,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.300,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0026.2.709 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.656,60
20.606.0074.1.035 -	Aquisição de um Veículo para APICAMPO	
400000.00.505 -	Despesas de Capital	
440000.00.505 -	Investimentos	
449000.00.505 -	Aplicações Diretas	
449052.00.505 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 100,00
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
22.662.0041.1.014 -	Instalação de Incubadora de Empresas e Criação Pró-micro	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 710,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.1.016 -	Desenvolvimento do Plano Estratégico e Atualiz Plano Diretor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 125,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 125,00
15.452.0044.2.306 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 262,70
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
16.482.0049.1.024 -	Criar o Programa João de Barro e Regularizar lotes populares	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 25,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 176,00
16.482.0049.2.039 -	Manut. e Coord. Do Programa Conquistando a Casa Própria	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 2.750,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.340,00
17.512.0048.1.021 -	Implantação do Aterro Sanitário Municipal	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 8.040,00
TOTAL		R\$ 30.208,95

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de outubro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.301 de 07 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.301 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2007

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A
"ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SALTO".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SALTO", com sede na Estrada Geral snº, Localidade de Salto, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, sob nº 861, à fls. 74v, do livro A-nº 11, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 09.101.756/0001-00.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de novembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.302 de 07 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.302 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.013 -	Material Didático e Pedagógico	
300000.00.521 -	Despesas Correntes	
330000.00.521 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.521 -	Aplicações Diretas	
339030.00.521 -	Material de Consumo	R\$ 18.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.053 -	Material Didático e Pedagógico	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 800,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0045.1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias Urbanas	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 60.000,00
TOTAL		R\$ 78.800,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	

330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 18.800,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 60.000,00
TOTAL		R\$ 78.800,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de novembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.303 de 07 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.303 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR
DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 10.252,04 (dez mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.489 -	Despesas Correntes	
330000.00.489 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.489 -	Aplicações Diretas	
339039.00.489 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 7.252,04
08.244.0061.2.713 -	Equipamentos e Material Permanente	
400000.00.489 -	Despesas de Capital	
440000.00.489 -	Investimentos	
449000.00.489 -	Aplicações Diretas	
449052.00.489 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00
TOTAL		R\$ 10.252,04

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2006 do Fundo Municipal de Assistência Social;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de novembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.304 de 07 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.304 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 21.557,88 (vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
330000.00.000 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.000 -	Aplicações Diretas	
339039.00.161 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 11.649,79
339039.00.166 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 9.908,09
TOTAL		R\$ 21.557,88

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos do Transporte Escolar Estadual (161) e dos recursos do PNATE - Programa Nacional do Transporte Escolar (166) do Orçamento Vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de novembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

07/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.305 de 07 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.305 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2007
INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA NA
CIDADE DE CAMPO ALEGRE-SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica instituído o dia municipal da família na cidade de CAMPO ALEGRE - SC.

Art.2º) A denominação do dia instituído será "DIA DA FAMÍLIA" e será comemorado no dia 15 de março.

Art.3º) O Município realizará através dos Poderes Executivo e Legislativo ações para integrar a família Campo Alegrense, realizando palestras, atividades de lazer, cultura e cidadania objetivando enaltecer os valores morais e éticos da família do nosso Município.

Art.4º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de novembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.306 de 07 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.306 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2007
"INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA IMIGRAÇÃO
POLONESA NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica instituído o "DIA MUNICIPAL DA IMIGRAÇÃO POLONESA", no âmbito do Município de Campo Alegre-SC, a ser comemorado no dia 3 de maio.

Art.2º) A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores poderá fazer anualmente, Sessão Solene para comemoração desta data.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de novembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAH R PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.307 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007

LEI Nº 3.307 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFª. MARIA DA GLÓRIA KROLL."

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFª. MARIA DA GLÓRIA KROLL, com sede na Rua: Roberto Koenig, 53 Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, sob nº 465, à fls. 214, do livro A - nº 2, na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 02.778.596/0001-80.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de novembro de 2007.
RENATO BAH R
Prefeito Municipal

ELEONORA BAH R PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.308 de 21 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.308 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Remuneração de Pessoal da Administração	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 4.000,00
319013.00.136 -	Obrigações Patronais	R\$ 200,00
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 700,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
13.392.0014.2.048 -	Remuneração de Pessoal da Cultura e Desporto	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 7.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.244.0023.2.050 -	Remuneração de Pessoal da Assistência Social	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 21.000,00
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 1.700,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0025.2.051 -	Remuneração de Pessoal de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 12.200,00
TOTAL		R\$ 46.800,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

02.00 -		
02.01 -	Chefia de Gabinete	
	Remuneração de Pessoal do Gabinete	
04.122.0002.2.042 -		
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 16.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
	Remuneração de Pessoal de Finanças	
04.123.0006.2.044 -		
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	

319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 9.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 21.800,00
TOTAL		R\$ 46.800,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de novembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.309 de 21 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.309 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.091 -	Despesas Correntes	
310000.00.091 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.091 -	Aplicações Diretas	
319011.00.091 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 24.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0008.2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
310000.00.000 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.000 -	Aplicações Diretas	
319011.00.093 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 97.000,00
319011.00.094 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 18.000,00
319113.00.093 -	Contribuições Patronais	R\$ 21.000,00
TOTAL		R\$ 160.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos do FUNDEB do Orçamento Vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de novembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.310 de 21 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.310 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 58.100,00 (cinquenta e oito mil e cem reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 19.700,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.502 -	Despesas Correntes	
330000.00.502 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.502 -	Aplicações Diretas	
339030.00.502 -	Material de Consumo	R\$ 38.400,00
TOTAL		R\$ 58.100,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos PAB e Medicamentos HIPERDIA do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de novembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.311 de 21 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.311 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 47.070,00 (quarenta e sete mil, setenta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.119 -	Aplicações Diretas	
319004.00.119 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 39.580,00
319016.00.119 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 7.490,00
TOTAL		R\$ 47.070,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
330000.00.000 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.000 -	Aplicações Diretas	
339010.00.119 -	Outros Benefícios de Natureza Social	R\$ 250,00
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 1.370,00
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 11.570,00
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0054.2.711 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.124 -	Despesas de Capital	
440000.00.124 -	Investimentos	
449000.00.124 -	Aplicações Diretas	
449052.00.124 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.510,00

91.03 -	Manutenção das Atividades - Programa Saúde da Família	
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
310000.00.000 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.000 -	Aplicações Diretas	
319004.00.120 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 9.870,00
319004.00.152 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 9.500,00
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.120 -	Aplicações Diretas	
339030.00.120 -	Material de Consumo	R\$ 7.000,00
339036.00.120 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.212 -	Diárias	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339014.00.119 -	Diárias - Civil	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 47.070,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de novembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.312 de 21 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.312 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007.
AUTORIZA SUPLEMENTAR ELEMENTOS DE DESPESA,
POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES
DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado suplementar elementos de despesas no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
01.031.0001.2.002 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00

339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
01.031.0001.2.003 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 8.000,00
01.031.0001.2.006 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
TOTAL		R\$ 19.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo 1º desta Lei correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
01.031.0001.2.041 -	Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 19.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de novembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/11/2007.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.313 de 27 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.313 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO
DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 2008.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

I - Do Orçamento do Município

Art.1º) O Orçamento Geral do Município de Campo Alegre para o exercício de 2008 estima a Receita em R\$ 14.821.237,37 (catorze milhões, oitocentos e vinte e um mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos) e fixa a Despesa em R\$ 14.821.237,37 (catorze milhões, oitocentos e vinte e um mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos), sendo R\$ 12.991.418,82 (doze milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos) do Orçamento Fiscal, R\$

1.829.818,55 (um milhão, oitocentos e vinte e nove mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

II - Dos Orçamentos das Unidades Gestoras, Prefeitura e Câmara Municipal

Art.2º) O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2008 estima a Receita em R\$ 14.821.237,37 (catorze milhões, oitocentos e vinte e um mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 397.282,00 (trezentos e noventa e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais) e em R\$ 14.423.955,37 (catorze milhões, quatrocentos e vinte e três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos) para as Unidades Gestoras e Prefeitura.

§1º) A Receita do Poder Executivo será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

III - Do Orçamento da Prefeitura

Art.3º) O Orçamento da Entidade PREFEITURA para o exercício de 2008 estima a Receita em R\$ 12.720.223,65 (doze milhões, setecentos e vinte mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta e cinco centavos) e fixa a Despesa em R\$ 9.586.328,25 (nove milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, trezentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa da Entidade PREFEITURA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

III - Do Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre - IPRECAL

Art.4º) O Orçamento da Entidade IPRECAL para o exercício de 2008 estima a Receita em R\$ 1.586.359,63 (um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e três centavos) e fixa a Despesa em R\$ 1.829.818,55 (um milhão, oitocentos e vinte e nove mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa da Entidade IPRECAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

IV - Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Art.5º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o exercício de 2008 estima a Receita em R\$ 454.296,18 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa e seis reais e dezoito centavos) e fixa a Despesa em R\$ 2.836.323,27 (dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e sete centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

V - Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

Art.6º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para o exercício de 2008 estima a Receita em R\$ 54.257,91 (cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos) e fixa a Despesa em R\$ 163.565,30 (cento e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas no quadro anexo.

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

VI - Do Orçamento do Fundo da Infância e Adolescência

Art.7º) O Orçamento da Entidade FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA para o exercício de 2008 estima a Receita em R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais) e fixa a Despesa em R\$ 7.920,00 (sete mil, novecentos e vinte reais).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminada no quadro anexo.

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

VII - Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Art.8º) O Orçamento da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES para o exercício de 2008 fixa a Despesa em R\$ 397.282,00 (trezentos e noventa e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor.

§2º) A Despesa da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Art.9º) Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário do Regime Próprio de Previdência, conforme abaixo:

§1º) A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º) Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º) Não se efetivando até o dia 10/12/2008 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2009 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art.10º) Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro dentro de cada unidade orçamentária ou operações especiais.

Art.11) O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a

tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art.12) As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

§1º) A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único e 50, Inciso I da LRF.

§2º) O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos arts. 8º, 42 e 50, Inciso I da LRF.

Art.13) Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art.14) Durante o exercício de 2008 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art.15) Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art.16) Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art.17) A presente Lei vigorará durante o exercício de 2008, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de novembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
27/11/2007.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.314 de 27 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.314 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 71.364,00 (setenta e um mil, trezentos e sessenta e quatro reais), para a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina.

Art.2º) A Contribuição referida no Artigo 1º desta Lei, será repassada em 12 parcelas, com valor de R\$ 5.947,00 (cinco mil, novecentos e quarenta e sete reais) mensal.

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere a cota de Participação do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 04.01.04.122.0007.4010 - Contribuição a Entidades de Classes 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2008, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de novembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
27/11/2007.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.315 de 27 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.315 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal da Infância e Adolescência autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 7.660,19 (sete mil, seiscentos e sessenta reais, dezenove centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

93.00 -	Fundo da Infância e Adolescência	
93.01 -	Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência	

08.243.0067.2.122 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.083 -	Despesas Correntes	
330000.00.083 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.083 -	Aplicações Diretas	
339039.00.083 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 7.660,19

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2006 do Fundo Municipal da Infância e Adolescência;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de novembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/11/2007.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.316 de 27 de Novembro de 2007

LEI Nº 3.316 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007.
AUTORIZA SUPLEMENTAR ELEMENTOS DE DESPESA, POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado suplementar elementos de despesas no valor de R\$ 3.400,00 (três mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
01.031.0001.2.003 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 3.000,00
01.031.0001.2.006 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 400,00
TOTAL		R\$ 3.400,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo 1º desta Lei correrão por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
01.031.0001.2.041 -	Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 3.400,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de novembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/11/2007.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.317 de 07 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.317 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007
AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder Contribuição de até R\$ 3.600,00 (três mil, seiscentos reais), para a CNM -Confederação Nacional dos Municípios.

Art.2º) A Contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais) referente aos meses de Janeiro a Dezembro do corrente exercício de 2008.

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, refere-se à quota de participação do Município de Campo Alegre/SC, para que se dê continuidade aos Projetos da "CNM".

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 02.01.04.122.0003.2010 - Manutenção do , 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir do dia 1º de janeiro de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de dezembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/12/2007.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.318 de 07 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.318 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007
AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder Contribuição de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), para a Federação Catarinense de Municípios - FECAM.

Art.2º) A Contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) referente aos meses de Janeiro à Dezembro do exercício de 2008, o repasse das contribuições mensais deverá ser efetuado até o dia vinte de cada mês.

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de participação do Município de Campo Alegre/SC, para que se dê continuidade aos Projetos da "FECAM".

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 02.01.04.122.0003.2010 - Manutenção do , 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de dezembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/12/2007.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.319 de 07 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.319 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO, com sede na Rua: Prof. Rufino Blazkowski, nº 154, Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, sob nº 401, à fls. 167v, do livro A - nº 2, na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 02.071.529/0001-21.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de dezembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/12/2007.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.320 de 07 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.320 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007.

"INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1.º) Ficam disciplinadas as medidas de polícia administrativa a cargo do Município objetivando zelar pela manutenção da cidade, pela melhoria do ambiente urbano e rural de modo a garantir o desenvolvimento social e econômico sustentáveis e o conforto público.

Parágrafo único - As penalidades por infrações a quaisquer dos dispositivos deste Código, serão classificadas de acordo com a sua natureza, leve, média, grave ou gravíssima e serão aplicadas na forma desta lei.

CAPÍTULO II DA PROTEÇÃO DO CIDADÃO

Art.2.o) Terão especial atenção:

I - a gestante;

II - o idoso;

III - o portador de deficiência;

IV - a criança e o adolescente;

V - o consumidor.

§ 1.º Para os efeitos desta Lei, entende-se por portador de deficiência toda pessoa incapaz de assegurar, por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades individuais e a participação ativa na sociedade, em decorrência de uma deficiência temporária ou duradoura, congênita ou não, em suas capacidades físicas, sensoriais ou mentais;

§ 2.º Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente até a idade estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 3.º Considera-se idoso a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art.3.o) À gestante, desde que seja evidente a gravidez e mulheres acompanhadas de criança de colo, assistem os seguintes direitos, entre outros:

I - terão preferência no atendimento ao público;

II - terão preferência nos assentos dos meios de transporte coletivo, só sendo permitido a esses estar em movimento se tais pessoas se encontrarem devidamente sentadas;

III - poderão ter acesso aos meios de transporte coletivo pelas portas traseiras, desde que efetuem o pagamento ao motorista com passe adquirido previamente.

Pena - leve.

Art.4.o) Aos idosos são assegurados os seguintes direitos, entre outros:

I - terão preferência no atendimento ao público;

II - facilitação de acesso aos meios de transporte coletivo pelas portas dianteiras, gratuitamente, conforme o que estabelece o Estatuto do Idoso;

III - terão preferência nos assentos dos meios de transporte coletivo, só sendo permitido a esses estar em movimento se tais pessoas se encontrarem devidamente sentadas.

Pena - leve.

Art.5.o) Às pessoas portadoras de deficiência assistem os seguintes direitos, entre outros:

I - terão preferência no atendimento ao público;

II - facilitação de acesso, com acompanhante, aos meios de transporte coletivo pelas portas traseiras, desde que efetuem o pagamento ao motorista com passe adquirido previamente;

III - terão preferência nos assentos dos meios de transporte coletivo, só sendo permitido a esses estar em movimento se tais pessoas se encontrarem devidamente sentadas;

IV - facilitação de acesso aos locais abertos ao público em geral, inclusive das respectivas instalações sanitárias;

V - instituição de vagas especiais em estacionamentos públicos ou particulares, devidamente sinalizadas, garantida a localização privilegiada.

Pena - leve.

Art.6.o) Na proteção da criança e do adolescente será especialmente considerada a importância da família e da entidade familiar no sadio desenvolvimento da pessoa.

Art.7.o) É proibida a exposição ao público em geral de materiais de cunho pornográfico ou violento, em revistas, jornais, videocassetes, discos, internet, DVD, meios eletrônicos ou qualquer outro meio.

§ 1.º Entende-se por pornografia toda violação do direito à privacidade do corpo humano em sua natureza masculina e feminina, violação que reduz a pessoa humana e o corpo humano a um objeto despersonalizado, com o intuito de oferecer, ainda que gratuitamente, satisfação libidinosa.

§ 2.º Entende-se por violenta toda apresentação de atos que descrevem a força física intensa exercida de maneira profundamente ofensiva ou passional, desrespeitando a dignidade da pessoa, em seus aspectos físico ou psíquico, e os valores sociais de convivência, diálogo e respeito mútuo.

§ 3.º A exposição de tais produtos deverá ser feita em local privado, devendo o comerciante ou prestador de serviços impedir a entrada de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou, na falta destes, dos responsáveis por sua educação.

§ 4.º Sendo impossível ao comerciante ou prestador de serviços dispor de local conveniente, nos termos do parágrafo anterior, deverá manter catálogo ou álbum das obras a fim de que os mesmos possam ser consultados, sendo a consulta vedada a crianças e adolescentes.

Pena - grave.

Art.8.o) É proibido alienar, emprestar ou de qualquer forma deixar na posse de crianças e adolescentes os seguintes materiais:

I - armas, munições e explosivos;

II - bebidas alcoólicas e cigarros;

III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;

IV - fogos de estampido e de artifícios, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;

V - materiais de cunho violento ou pornográfico, incluído neste conceito os brinquedos, comestíveis, peças de vestuário, cosméticos e quaisquer outros produtos que se apresentem de forma contrária à dignidade da pessoa humana ou se destinem a utilização inadequada;

VI - publicações que contenham ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios dos materiais citados nos incisos anteriores.

Pena: para os incisos I, II e III gravíssima e no caso de reincidência deverá ser cassado o alvará de funcionamento do estabelecimento do infrator por tempo determinado; para os incisos IV, V e VI média;

§ 1.º O adolescente só poderá examinar os materiais enumerados neste artigo se acompanhado dos pais ou, na falta destes, dos responsáveis por sua educação.

§ 2.º Os estabelecimentos que comercializem os produtos enumerados acima deverão afixar próximo ao caixa uma placa de, no mínimo, 30cm (trinta centímetros) x 20cm (vinte centímetros), em local visível ao público, informando sobre a proibição disposta neste artigo.

Pena - média

Art.9.º) No atendimento ao público em geral, deverão ser respeitadas as seguintes regras:

I - nos casos em que houver hora marcada para atendimento, o tempo de espera além do combinado não poderá ultrapassar 30 (trinta) minutos;

II - nos casos em que houver fila em que se espere de pé, o tempo de espera não poderá ultrapassar 20 (vinte) minutos;

III - nos casos em que houver fila em que se espere sentado, o tempo de espera não poderá ultrapassar 30 (trinta) minutos.

Pena - média.

§ 1º. Para ser aplicado o inciso III deste artigo, a quantidade de assentos disponíveis não poderá ser inferior a 5 (cinco).

§ 2º. Excetua-se do disposto no presente artigo Hospitais e Unidades de Saúde.

Art.10) Os locais de atendimento ao público a que se referem o artigo anterior deverão ter afixada uma placa de, no mínimo, 30cm (trinta centímetros) x 20cm (vinte centímetros), contendo a íntegra do artigo, de forma legível.

Pena - média

CAPITULO III

DO SOSSEGO PÚBLICO

Art.11) No interior dos estabelecimentos que vendam ou não bebidas alcoólicas e que funcionem no período noturno, os proprietários, gerentes ou equivalentes serão responsáveis pela manutenção da ordem e da moralidade.

§ 1º. As desordens, algazarras ou barulhos, de qualquer ordem por ventura verificados no interior e na parte externa adjacente aos estabelecimentos sujeitarão os proprietários a multa, podendo ser cassada na reincidência, por tempo determinado, a licença para seu funcionamento.

§ 2º. Também serão passíveis de punição o previsto no caput do artigo 11, quando ocorrerem nas áreas de uso comum externas do prédio.

Pena - grave.

Art.12) Poderão ser colocados objetos, tais como: materiais de construção, mercadorias e outros, em locais fronteiros às vias de circulação, bem como na parte externa das fachadas para carga e descarga, por no máximo 48 (quarenta e oito) horas, desde que seja garantida a passagem e segurança dos transeuntes.

§ 1º. Nos casos de permanência acima do limite de tempo estabelecido.

Pena - gravíssima e recolhimento imediato das mercadorias e objetos por parte do infrator.

§ 2º. Fica proibido estender e secar quaisquer peças de roupas nas janelas, portas, varandas, sacadas ou em qualquer local na parte onde o prédio faz frente para a via pública.

Pena - leve.

Art.13) É proibido atirar objetos nas vias públicas, bem como em áreas, bens públicos, em bosques, parques, jardins, encostas, lagos, córregos, riachos e cascatas, tanto públicos como privados e, em áreas consideradas de preservação permanente.

Pena - gravíssima.

Art.14) Nas residências que possuam cães bravos deverão ser afixadas placas indicativas nos locais por onde for possível o acesso à propriedade, de forma visível e clara.

§ 1.o Ficam os moradores, também, obrigados a ter caixa coletora de correspondência em local fora do alcance dos animais, bem como facilitar o acesso na Leitura das companhias de energia elétrica e saneamento.

§ 2.o O proprietário ou detentor dos animais deverá tomar medidas para impedir que os mesmos causem ou ameacem causar danos aos transeuntes. É obrigação do proprietário da residência que não possua limitador físico entre o pátio e o passeio público, manter os animais presos e/ou amarrados.

Pena - média

Art.15) Para os efeitos deste Código, consideram-se prejudiciais ao sossego público quaisquer ruídos, barulhos, sons e outros:

I - produzidos por buzinas, ou por pregões, anúncios ou propaganda, na via pública, em local considerado pela autoridade competente como "zona de silêncio";

II - produzidos em unidades uni ou multifamiliares, tais como: edifícios de apartamentos, vilas e conjuntos residenciais ou comerciais, por instrumentos musicais ou aparelhos receptores de rádio ou televisão ou reproduzidos de sons, ou ainda de viva voz, de modo a incomodar a vizinhança, provocando o desassossego, a intranquilidade ou desconforto;

III - provenientes de instalações mecânicas, bandas ou conjuntos musicais e de aparelhos ou instrumentos produtores ou amplificadores de som ou ruído, quando produzidos na via pública ou quando nela sejam ouvidos de forma incômoda, ou quando produzidas em salões ou ambientes em geral sem autorização da polícia civil ou ainda sem autorização do órgão responsável da Administração Municipal.

Pena - grave.

§ 1.º Para efeito desta Lei considera-se "Zona de Silêncio" toda área situada num raio de 100 (cem) metros das seguintes instituições:

- a) órgãos dos Poderes Federal, Estadual e Municipal;
- b) hospitais, casas de saúde ou repouso e similares;
- c) estabelecimentos de ensino, bibliotecas públicas, igrejas, templos, cinemas e teatros quando em funcionamento;
- d) quartéis e outros estabelecimentos militares;
- e) capelas mortuárias ou residências que abriguem um funeral.

§ 2.º O disposto neste artigo não se aplica a eventos tradicionais do Município, bem como demais festejos promovidos pela Administração Municipal.

Art.16) São permitidos os ruídos que provenham:

I - de sinos de igrejas ou templos e, bem assim, de instrumentos litúrgicos utilizados no exercício de culto ou cerimônia religiosa, celebrados no recinto das respectivas sedes das associações religiosas, no período de 07:00 horas às 22:00 horas, exceto aos sábados e na véspera dos dias de feriados e de datas religiosas de

expressão popular, quando então será livre o horário, desde que mantenham os níveis sonoros previstos nas normas específicas;

II - de bandas-de-música nas praças e nos jardins públicos em desfiles oficiais ou religiosos;

III - de sirenes ou aparelhos semelhantes usados para assinalar o início e o fim da jornada de trabalho;

IV - de sirenes ou aparelhos semelhantes, quando usados por batedores oficiais, em ambulâncias ou veículos de serviço urgente, ou quando empregados para alarme e advertência, limitado o uso ao mínimo necessário;

V - de explosivos empregados em pedreiras, rochas e demolições no período das 08:00 horas às 18:00 horas; desde que sejam, os mesmos, responsabilizados por eventuais danos que possam causar a prédios ou residências vizinhas;

VI - de máquinas e equipamentos utilizados em construções, demolições e obras em geral, no período compreendido entre 07:00 horas e 20:00 horas de segunda a sábado;

VII - de máquinas e equipamentos necessários à preparação ou conservação de logradouros públicos, no período de 07:00 horas às 20:00 horas de segunda a sábado;

VIII - de alto-falantes utilizados para propaganda eleitoral durante a época própria determinada pela Justiça Eleitoral, bem como de carros de alto-falantes utilizados para fins publicitários em geral, desde que observados o horário compreendido entre 9:00 horas e 20:00 horas e as Zonas de Silêncio;

Pena - grave

Parágrafo único: A limitação a que se referem os itens VI e VII deste artigo não se aplica quando a obra for executada em zona não residencial ou em logradouro público, nos quais o movimento intenso de veículos ou pedestres, durante o dia, recomende a sua realização à noite.

Art.17) Os equipamentos de difícil substituição, geradores de ruídos não permitidos por este Código, terão seu funcionamento alterado por prazo a ser definido para sua substituição ou para tomar as medidas cabíveis, visando manter os ruídos dentro dos níveis tolerados, de acordo com as normas da ABNT.

Parágrafo único: O prazo a ser concedido será de 180 (cento e oitenta dias) prorrogável por no máximo mais 90 (noventa dias) à contar da data de notificação.

CAPITULO IDAS MEDIDAS REFERENTES AO MEIO AMBIENTE

Sessão I

REGRAS GERAIS

Art.18) É proibido transgredir normas, diretrizes, padrões ou parâmetros Estaduais, Federais ou Municipais, legais ou regulamentares, à proteção da saúde ambiental ou do meio ambiente. Também está proibido causar poluição de qualquer natureza que possa:

I - resultar em dano a saúde humana, a segurança e ao bem estar da população, da flora, da fauna, ou colocar em risco o meio ambiente em geral;

II - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana e para a vida em geral;

III - causar poluição atmosférica que cause dano a saúde da população, a fauna, a flora e ao meio ambiente em geral;

IV - causar poluição hídrica das águas superficiais e do sub-solo, especialmente dos mananciais, e as águas dos serviços públicos de abastecimento das comunidades;

V - dificultar ou impedir bens de uso comum do povo, tais como: ruas, praças, parques, bem como recursos culturais, paisagísticos e naturais;

VI - ser proveniente do lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em Leis e regulamentos municipais;

§ 1.º O Município colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular o plantio de árvores.

§ 2.º É proibida podar, derrubar ou sacrificar as árvores de

arborização pública, sem consentimento expresso da Administração Municipal.

§ 3.º Incorre nas mesmas penas previstas às infrações enumeradas neste artigo quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível respondendo, ainda, na obrigação de reparar o dano causado.

Pena: gravíssima e reparação do dano causado quando for o caso.
Capítulo II

DA LIMPEZA PÚBLICA

Art.19) O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos, bem como a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final dos resíduos serão executados direta ou indiretamente pelo Município, observada a legislação em vigor.

Art.20) São classificados como serviços de limpeza pública as seguintes atividades:

I - coleta regular, especial e seletiva, transporte, tratamento e disposição final adequada do resíduo público, domiciliar, comercial e dos serviços de saúde quando estes forem públicos;

II - conservação da limpeza das vias de circulação, sanitários públicos, áreas verdes, parques e outros logradouros e bens de uso comum dos munícipes, bem como a desobstrução dos cursos de águas, valas, bueiros e assemelhados;

III - remoção de animais de pequeno porte mortos em via pública, desde que esta se localizar na zona urbana do município;

IV - capina das ruas e a remoção do produto resultante.

Art.21) Os proprietários, inquilinos ou ocupantes são responsáveis pela limpeza do passeio fronteiriço aos seus imóveis.

Parágrafo único: É proibido, em qualquer caso, varrer ou jogar resíduos, de qualquer natureza, para as vias, sarjetas e ralos dos logradouros públicos.

Pena - grave

Art.22) É proibida a existência de terrenos, quintais, pátios ou outras propriedades particulares:

I - servindo como depósito de resíduo ou entulho, quando não expressamente autorizado;

II - servindo de depósito de materiais que possam ser nocivos à saúde pública ou ao meio ambiente;

III - que devido às suas condições se constituam em focos de vetores de doenças;

Pena - grave.

Art.23) A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos ralos, canos, valas, sarjetas, caminho natural das águas ou canais das vias públicas, obstruindo, danificando ou alterando tais servidões.

Pena - média.

Art.24) É proibido, para preservar a estética e a higiene pública:

I - lavar roupas, veículos, animais ou quaisquer outros objetos em chafarizes, fontes, tanques, ou similares, de domínio público;

II - comprometer por qualquer forma a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular;

III - reformar, pintar ou consertar veículos nas vias e logradouros públicos ou em qualquer área pública, exceto nos casos de consertos emergenciais;

IV - lançar na rede de drenagem água servida ou esgotos, sem que tenham passado pelo sistema de tratamento de efluentes domésticos, cujo projeto deverá ser aprovado por órgão competente da Administração Municipal;

V - o escoamento de águas servidas ou esgoto, dos imóveis para as vias públicas;

VI - queimar resíduos ou quaisquer detritos, inclusive restos de poda;

VII - o escoamento de água proveniente de aparelho condicionador de ar, ou similar, para a via pública;

VIII - praticar qualquer ato que perturbe ou impeça a execução da varredura ou de outros serviços de limpeza urbana;

IX - lançar entulho ou qualquer tipo de resíduo sólido nos cursos e nascentes d'água ou em suas margens, bem como em beira de

estradas, terrenos, via pública;

X - extrair areia dos rios ou de outros locais, extrair saibro, terra, pedra e qualquer exploração de minerais sem prévia licença da Administração Municipal e dos órgãos Estaduais e Federais competentes;

XI - riscar, colar papéis, pintar inscrições, inclusive propaganda política, no mobiliário urbano, no cenário urbano e paisagístico, edificado ou natural do Município;

XII - depositar entulhos, bem como móveis e equipamentos domésticos em desuso em áreas públicas;

XIII - lançar resíduos líquidos provenientes de rampas de lavagem nos cursos e nascentes d'água ou em suas margens, bem como em beira de estradas, terrenos ou vias públicas.

Parágrafo único: Entende-se por mobiliário urbano a coleção de artefatos implantados no espaço público da cidade, de natureza utilitária ou de interesse urbanístico, paisagístico, simbólico ou cultural, que compreende obras de artes, monumentos, placas comemorativas, placas de rua e pórticos, entre outros.

Art.25) Os entulhos de obras, construções e reformas são de responsabilidade da fonte geradora, seja ela pública ou privada, cabendo à mesma o acondicionamento, o transporte e a sua destinação final, sem que comprometa a limpeza pública e o meio ambiente.

Pena - grave e interdição da obra.

Art.26) O responsável pela distribuição de panfletos de propaganda ou outros objetos utilizados no evento mesmo que autorizado, deverá manter limpos os espaços públicos em um raio de 200 (duzentos) metros, do local da distribuição ou da realização do evento.

Pena - média e cancelamento da respectiva licença.

§ 1.º Os panfletos a serem distribuídos em via pública deverão conter de forma clara, legível e de fácil visualização a inscrição "Preserve o meio ambiente: não jogue este impresso em via pública", ocupando no mínimo 10% (dez por cento) das duas faces dos mesmos.

Pena - média e cancelamento da respectiva licença.

§ 2.º A Administração Pública poderá determinar outras inscrições, mantendo o caráter educativo de seu conteúdo, ocupando 10% (dez por cento) das duas faces do panfleto.

Art.27) É proibido conduzir quaisquer materiais comprometendo o asseio das vias públicas ou a saúde do cidadão.

§ 1.º Os veículos que transportem carga de qualquer natureza deverão trafegar com acondicionamento apropriado e adequado que impeça seu espalhamento, comprometendo a segurança, a estética e o asseio das vias e logradouros públicos, bem como a arborização pública.

§ 2.º Quando da carga e descarga de veículos, deverão ser adotadas, pelo interessado, todas as medidas para garantir a integridade do passeio e do logradouro público.

§ 3.º Os detritos resultantes da lavagem, limpeza, carga, descarga ou aqueles que provoquem sujeira quando proveniente de pneus de veículos ou máquinas não poderão atingir as vias públicas.

Pena - grave e interdição da obra se for o caso.

Seção I

Da coleta regular

Art.28) O resíduo domiciliar, comercial e de prestação de serviços, devidamente acondicionado e armazenado, deverá ser apresentado pelo usuário à coleta regular, exceto os resíduos considerados tóxicos, com observância das seguintes normas:

I - deverá ser colocado, obrigatoriamente, no alinhamento dos respectivos imóveis, em locais apropriados, tais como lixeiras e similares longe do alcance de animais, desde que não comprometa o trânsito de pedestres ou de automóveis, obedecido ao horário fixado pela Administração Municipal para a coleta regular;

II - deverá ser colocado em local pré-determinado mantido pelo Município ou pela concessionária, quando os veículos de coleta não tiverem acesso ao local.

§ 1.º Nos locais dotados de coleta seletiva, os resíduos deverão ser acondicionados conforme orientação do órgão competente.

Pena - leve.

§ 2.º O Município ou a concessionária divulgará os dias e horários de coleta para cada região da cidade, cabendo ao primeiro a fiscalização pelo cumprimento desse horário.

Art.29) É vedada a colocação de resíduos na via pública após a coleta diária, bem como nos dias em que esta não ocorra.

Pena - média.

Seção II

Da coleta especial

Art.30) Cabe ao Município, mediante pagamento de taxa de coleta especial ou preço público, conforme tabela do Código Tributário Municipal, a remoção final de:

I - animais mortos de grande porte;

II - restos de podas, capinas e entulho de obras.

Seção III

Da coleta seletiva

Art.31) É obrigatório a todos os munícipes apresentar à coleta seletiva, o resíduo inorgânico separado do resíduo orgânico e rejeitos.

Parágrafo Único: As embalagens de aerossóis, pilhas e baterias, lâmpadas, pneus, produtos para motores, tais como óleos lubrificantes, fluidos para freio e transmissão que são resíduos considerados lesivos à saúde humana

são de responsabilidade da fonte geradora, conforme o art. 8º da Lei Estadual n.º 9.921/93.

Pena - grave

Art.32) É obrigatório a todos os munícipes destinar, separadamente de qualquer outro resíduo, os seguintes materiais:

I - curativos, seringas ou outros materiais que, de qualquer forma, possam infectar outras pessoas, devendo estes materiais ser encaminhados aos postos de saúde ou estabelecimentos onde foram adquiridos;

II - agrotóxicos, tais como pesticidas, inseticidas, repelentes, herbicidas, assim como suas embalagens deverão ser destinados aos locais onde os mesmos foram comercializados;

III - materiais de pintura, tais como tintas, solventes, pigmentos e vernizes, assim como suas embalagens deverão ser destinados aos locais onde os mesmos foram comercializados;

IV - máquinas e equipamentos que contenham elementos tóxicos, tais como mercúrio, cádmio, chumbo e radioativos, deverão ser destinados aos locais onde os mesmos foram comercializados.

Pena - grave.

§ 1.º Todo estabelecimento deverá ter espaço apropriado para armazenamento de resíduo orgânico, inorgânico e rejeitos.

§ 2.º Entende-se por lixo inorgânico: vidro, papel, papelão, plástico, lata, garrafa pet, caixa tetrapak, sacola plástica, isopor, borrachas, entre outros.

§ 3.º Entende-se por lixo orgânico: restos de comida, cinzas, restos de poda, entre outros.

§ 4.º Entende-se por rejeito: ponta de cigarro, papel higiênico, guardanapo, entre outros.

Art.33) Lâmpadas fluorescentes, baterias de telefones celulares, baterias de veículos automotores, pilhas e materiais similares deverão ser encaminhados aos estabelecimentos que os comercializem, sendo proibida qualquer outra destinação, inclusive a colocação nos resíduos domésticos.

Pena - grave.

Parágrafo único: Todos os estabelecimentos que comercializem os itens referidos neste artigo ficam obrigados a manter em local visível e adequado recipientes especiais para o seu recolhimento, dando-lhe destinação que não degrade ou ponha em risco o meio ambiente, conforme legislação pertinente.

Pena - grave.

Seção I Do Resíduo Hospitalar

Art.34) Entende-se por resíduo hospitalar aquele originário dos hospitais públicos ou privados, de ambulatórios, consultórios, farmácias, drogarias, veterinários, indústrias farmacêuticas, laboratórios de análises clínicas e patológicas e demais estabelecimentos

de serviços de saúde.

Parágrafo Único: A coleta, transporte e destinação final do resíduo hospitalar serão de responsabilidade da sua fonte geradora, conforme legislação pertinente.

Art.35) No tratamento do resíduo hospitalar, todos os estabelecimentos citados no artigo anterior ou as empresas credenciadas ficam obrigados a atender às seguintes normas:

I - os resíduos hospitalares serão acondicionados em embalagens recomendadas, conforme legislação pertinente, visando a distingui-lo dos demais resíduos;

Pena - grave.

II - as aberturas serão lacradas ou devidamente fechadas de modo que as embalagens se tornem invioláveis;

Pena - grave.

III - enquanto aguardam remoção, essas embalagens não poderão ficar expostas no passeio público ou em locais de fácil acesso ao público ou a animais, de modo a se evitar que sejam danificadas ou violadas, devendo as mesmas estar em local destinado e apropriado a esta finalidade, conforme legislação pertinente;

Pena - grave.

IV - o transporte dessas embalagens dos locais próprios de recolhimento para o seu destino será feito em veículo adequado e de uso exclusivo, que terá em sua carroceria, de modo bem visível, a inscrição "RESÍDUO HOSPITALAR".

Pena - grave.

Art.36) É proibido desempenhar atividade geradora de resíduo hospitalar sem a contratação de empresa privada credenciada, a qual será responsável por todos os procedimentos necessários a destinação final do resíduo, exceto o que for de responsabilidade da contratante, conforme legislação pertinente.

Pena - grave.

Seção Do Resíduo Industrial

Art.37) É obrigação do gerador de resíduo industrial realizar o acondicionamento, transporte e destino final dos resíduos sólidos industriais, conforme a legislação pertinente.

Pena - grave.

Seção VI

Da Reciclagem do Resíduo

Art.38) A Administração Municipal incentivará a implantação de serviços de coleta seletiva de resíduos, com vistas à sua reciclagem.

Capítulo III

DA PRESERVAÇÃO DO AR

Art.39) Considera-se poluição atmosférica a alteração da composição ou das propriedades do ar atmosférico, produzida pela descarga de poluentes, de maneira a torná-lo prejudicial ao meio ambiente, conforme as normas pertinentes.

Art.40) Os estabelecimentos poluidores do ar, já existentes, terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da notificação, para instalar dispositivos adequados que eliminem ou reduzam os fatores de poluição aos índices permitidos.

Pena - gravíssima.

§ 1.º Não será permitida reforma ou ampliação que resulte em poluição atmosférica.

§ 2.º Inclui-se no presente artigo a queima de serragem e outros materiais que provoquem gás impróprio à saúde humana.

§ 3.º Acrescenta-se que os ônibus, micro-ônibus e vans que trazem visitantes a cidade deverão desligar os motores dos veículos imediatamente, após, a parada ou estacionamento, sob pena de aplicação de multa.

§ 4.º O Município obriga-se a fiscalizar a emissão de poluentes superior às normas permitidas, por parte de ônibus, micro-ônibus e vans licenciadas para transporte coletivo, inclusive com aplicação de penalidades.

Capítulo IV DA PRESERVAÇÃO DAS ÁGUAS

Art.41) Os resíduos líquidos somente poderão ser lançados nas águas, superficiais ou subterrâneas, situadas no território do

Município, após o tratamento adequado para eliminar ou reduzir o índice de poluição, de acordo com o determinado pelas normas vigentes.

Pena - grave.

Art.42) O Município, ou a concessionária de água e esgoto, se for o caso, em consonância com o Órgão Estadual competente, deverá proceder à classificação das águas situadas no seu território.

Art.43) Devem ser mantidos os mananciais, os cursos e reservatórios de águas e demais recursos hídricos do Município, sendo proibidas a sua alteração, obstrução ou aterro, sem a aprovação prévia da Administração e prévio parecer de autorização do Órgão Estadual competente.

Pena - gravíssima.

Art.44) Os proprietários deverão manter permanentemente limpos e livre de resíduos de qualquer natureza e efluentes os cursos d'água ou veios em sua propriedade, submetendo às obras à prévia licença, atendendo as exigências do Município e do Órgão Estadual competente.

Pena - gravíssima.

Art.45) Nas vias onde existir rede pública de esgotos sanitários, todas as edificações deverão obrigatoriamente lançar seus dejetos na rede pública.

Pena - gravíssima.

Art.46) Não existindo rede pública de esgotos sanitários, serão permitidas as instalações individuais ou coletivas de fossas e filtros anaeróbios, sumidouro e caixa de gordura, os quais deverão ser limpos, periodicamente.

Parágrafo Único: A construção de fossas deverá satisfazer a todos os requisitos sanitários estabelecidos no Código de Obras, devendo atender ainda às seguintes exigências:

a) as fossas sépticas deverão ser construídas e mantidas obedecendo as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

b) as fossas não deverão causar, direta ou indiretamente, a poluição do solo;

c) não deverá haver risco da fossa poluir água subterrânea;

d) devem ser evitados o mau cheiro, proliferação de insetos e os aspectos desagradáveis à vista.

Pena - média.

Art.47) A limpeza das fossas deverá ser feita de modo a não causar poluição do ambiente, por empresa especializada.

Pena - média.

Art.48) É proibido todo e qualquer desperdício de água, devendo o proprietário ou ocupante do imóvel, zelar pela manutenção e conservação das instalações.

Pena - média.

Capítulo DO CUIDADO COM OS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Art.49) Os proprietários de animais domésticos criados no perímetro urbano serão responsáveis pela manutenção da saúde e higiene dos mesmos, devendo prover o destino dos resíduos sólidos e líquidos através de tratamento sanitário específico, inclusive nas vias públicas.

Pena - média.

Art.50) É proibido praticar ato de abuso, falta de alimentação, maus-tratos, manutenção em condições humilhantes, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

Pena - gravíssima.

Art.51) É permitida a condução de animais domésticos de forma prudente e através de contensão adequada, no caso de cães de médio e grande porte é necessária a utilização de focinheira, enforcador ou de corrente adequada ao tamanho do animal. Restando proibida a permanência de quaisquer animais soltos ou abandonados na via pública, sob pena de recolhimento dos animais e responsabilização dos respectivos proprietários.

§ 1º - Os cães soltos em vias e logradouros públicos poderão ser recolhidos pelo Poder Público, e após a identificação do proprietário, este será notificado e multado. Caso o proprietário não retire o animal este será sacrificado.

Pena - média e recolhimento do animal.

§ 2.º A manutenção de cães e gatos soltos ou abandonados, recolhidos em canil municipal ou credenciado, será feita pelo prazo máximo de 05 (cinco) dias.

§ 3.º No final deste prazo, é facultada a adoção dos mesmos mediante o pagamento de taxa e assinatura do termo de responsabilidade.

Art.52) Os veículos que utilizem tração animal deverão possuir equipamento coletor de fezes, de modo a garantir a higiene e o asseio das vias públicas.

§ 1.º No tocante a serviços de transportes de tração animal o Município poderá a qualquer tempo regulamentar por decreto matéria específica, garantidas as disposições do Código Nacional de Trânsito e no presente Código de Posturas.

§ 2.º A circulação de animais domésticos em transporte coletivo e em espaços públicos e privados só pode ser admitida na hipótese de servirem, os mesmos, a função de guia para deficientes.

Pena - média

TÍTULO DO TRÂNSITO PÚBLICO E DA CONSERVAÇÃO DAS HABITAÇÕES

Art.53) O trânsito, de acordo com as Leis vigentes, é livre e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Art.54) É proibido embarcar ou impedir, por qualquer forma, o livre trânsito de pedestres ou de veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, quando da execução de obras públicas ou privadas, desde que previamente autorizados pelo Município.

Pena - média.

§ 1.º Sempre que houver necessidade de impedir o trânsito deverá ser colocada sinalização adequada claramente visível de dia e com iluminação à noite.

Pena - grave.

§ 2.º A instalação de protetores de calçadas, tais como cavaletes, tapumes e similares, poderá ser autorizada pelo Poder Público, respeitadas as seguintes condições:

I - só poderão ser instalados quando o espaço restante para passagem de pedestres, no passeio, for de no mínimo 2/3(dois terços) do mesmo;

II - deverão obedecer aos padrões definidos pela Administração Municipal para cada localidade;

III - à distância entre um protetor e outro deverá ser de, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros), quando se tratar de isolamento feito no sentido longitudinal conforme caput do artigo.

IV - o proprietário ou o responsável pela obra deverá mantê-los limpos, íntegros, pintados de amarelo e sem oferecer perigo aos transeuntes;

V - em cada instalação será observada pela Administração Municipal a conveniência e a oportunidade, tendo em vista o bem público, especialmente o bem dos portadores de deficiência física.

§ 3.º A qualquer tempo, a Administração Municipal poderá revogar a autorização para protetores de calçadas, sendo de responsabilidade do proprietário ou o responsável pela obra a retirada dos mesmos, deixando o passeio em perfeito estado.

§ 4.º Não será permitida a instalação de protetores de calçadas sem prévia autorização.

Pena - média.

Art.55) É proibido nas vias públicas do Município:

I - conduzir animais ou veículos não motorizados em disparada;

Pena - leve.

II - conduzir animais ferozes sem a necessária precaução;

Pena - grave.

III - colocar ou conduzir nos passeios públicos volumes de grande porte ou quaisquer materiais que dificultem o tráfego;

Pena - grave.

IV - conduzir ou estacionar pelos passeios e praças, veículos de qualquer espécie salvo quando autorizado pela autoridade competente;

Pena - leve.

V - colocar cones, cavaletes, pinturas e outros a fim de reservar área de estacionamento particular;

Pena - média.

VI - abandonar objetos;

Pena - leve.

VII - lançar, no passeio público, resíduos de qualquer natureza, tais como: partículas em suspensão, tintas, limalha, poeira, gases, vapores, fumaça e outros, sem proteção ou anteparo;

Pena - média.

VIII - fazer o desmonte ou o depósito dos materiais nas vias e passeios públicos dos materiais oriundos de estabelecimentos que comercializem ferro velho e papéis usados;

Pena - grave.

IX - o gotejamento oriundo de aparelhos condicionadores de ar ou qualquer outro resíduo diretamente sobre os passeios públicos, devendo os proprietários providenciar instalação de dispositivo coletor para o interior de seu imóvel.

Pena - leve.

X - conduzir veículos sobre o passeio público, automotores ou não, em especial bicicletas, skates e patinetes.

Pena - leve.

XI - expor qualquer mercadoria em vias públicas.

Pena - grave.

XII - utilizar-se de vias de circulação, passeios e outras áreas públicas, de qualquer forma, para benefício próprio, sem autorização prévia do Município.

Pena - grave.

Parágrafo único: Excetuam-se do disposto neste artigo, carrinhos de crianças, equipamentos de deficientes físicos, de triciclos, bicicletas de uso exclusivamente infantil, com a presença de adultos responsáveis e bicicletas em áreas pavimentadas demarcadas (ciclovias).

Art.56) Compreende-se na proibição do caput do artigo 55 desta Lei, o depósito de quaisquer materiais, inclusive materiais de construção, nas vias públicas em geral, bem como o estacionamento de veículos objetos de transação comercial.

Pena - média.

Parágrafo Único: Tratando-se de materiais cuja descarga não seja possível fazer-se diretamente no interior dos imóveis, serão tolerados a descarga e a permanência na via pública com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

Pena - média.

Art.57) É proibido danificar ou retirar sinalização de advertência, regulamentação e informação existente nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Pena - grave.

Art.58) O Município poderá impedir, independentemente de notificação ou autuação anterior, o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Pena - gravíssima.

Art.59) Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para festividades religiosas, cívicas, políticas ou de caráter popular, desde que observadas as seguintes condições:

I - serem previamente aprovados pela Administração Municipal;

II - não prejudicarem o escoamento das águas pluviais;

III - não danificarem a pavimentação, o ajardinamento e o patrimônio público, correndo por conta dos responsáveis pelo evento a reparação dos danos que porventura ocorrerem;

IV - serem removidos dentro do prazo estipulado, no caso de utilização de coretos, palanques e outros equipamentos.

Pena - grave.

Parágrafo único: Uma vez findo o prazo estabelecido pela Prefeitura, esta se reserva o direito de fazer a remoção do material, sendo este considerado abandonado para todos os efeitos e cobradas do responsável às despesas com remoção.

Art.60) Os estabelecimentos comerciais, mediante consulta prévia

encaminhada ao órgão Municipal e devida aprovação poderá ocorrer com mesas e cadeiras, parte do recuo de construção até o máximo de 2/3(dois terços) do trecho fronteiro correspondente à testada do imóvel mediante a aprovação de projeto e pagamento de valor a ser definido no Código Tributário Municipal.

Pena - grave.

§ 1.o A Administração Municipal poderá revogar o previsto no caput, e nos casos de haver demarcação física ou de cobertura de área será de responsabilidade do proprietário ou morador do imóvel fronteiro a retirada da mesma, deixando o recuo em perfeito estado, com prazo máximo de trinta (30) dias à partir da notificação.

Art.61) A implantação de qualquer objeto ou construção de canteiros ajardinados nos passeios de logradouros públicos será autorizada de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração Municipal, só sendo permitida a construção de canteiros ajardinados em passeios com largura igual ou superior a 2,40m (dois metros e quarenta centímetros), não podendo ser ocupada uma área superior a 20% (vinte por cento) da metragem total do passeio, no sentido transversal, bem como que seja respeitada a distância mínima de 5m (cinco metros) das esquinas.

§ 1.o A qualquer tempo, a Administração Municipal poderá revogar a autorização para a existência de canteiros ajardinados sendo de responsabilidade do proprietário ou morador do imóvel fronteiro, a retirada do mesmo, deixando o passeio em perfeito estado.

§ 2.o O proprietário ou morador do imóvel fronteiro será responsável por sua conservação e manutenção permanentes.

Pena - média.

Art.62) Os canteiros ajardinados atingidos por obras públicas realizadas nos passeios e que tenham condições de ser recolocados, serão recompostos pelo responsável pelas obras.

Pena - média.

Art.63) A execução de serviços mecânicos de reparação em vias públicas, somente será tolerada nos casos de evidente emergência, para socorro de eventuais defeitos no funcionamento de veículos.

Pena - média.

Art.64) A execução de serviços profissionais de qualquer natureza em veículos, inclusive troca de pneus no logradouro público, ressalvada a situação admitida na forma do artigo anterior, é expressamente proibida em todo o território do Município.

Pena - média.

Parágrafo único: A proibição de que trata este artigo estende-se especialmente aos estabelecimentos de oficina de pintura, mecânica, chapeamento, instalação de peças e acessórios, borracheiros e similares.

Art.65) Os Proprietários de terrenos edificadas ou não, com frente para vias públicas dotadas de pavimentação e meio-fio, são obrigados a pavimentar o passeio público, com material indicado pela Administração Municipal, bem como mantê-los em bom estado de conservação. Na hipótese de descumprimento da obrigação aqui contida, além da aplicação da penalidade média, poderá a Administração Municipal executar a obra e requerer o reembolso do proprietário, das despesas oriundas desta natureza.

§ 1.º Em se tratando de lote com mais de uma testada, as obrigações estabelecidas neste artigo se estendem a todas elas.

§ 2.º O prazo máximo para execução do previsto no caput será de 01(um) ano após a pavimentação da via pública.

§ 3.º Os proprietários de terrenos não edificadas, localizados dentro do perímetro urbano, serão obrigados a mantê-los capinados, limpos e drenados.

Pena - média.

Art.66) Os proprietários de terrenos fronteiros à via pública não poderão manter vegetação que cause:

I - transtorno aos transeuntes;

II - perigo aos transeuntes ou veículos;

III - prejuízo aos logradouros públicos.

Pena - leve.

Art.67) Nos casos em que os proprietários dos imóveis não

cumpram o prazo de intimação para construção de passeios, poderá o Poder Público, a seu exclusivo critério e além das medidas previstas neste Código, executar, direta ou indiretamente, tais melhoramentos, ou manutenção dos mesmos, cobrando a respectiva despesa, acrescida dos custos administrativos, como contribuição de melhoria.

Pena - média.

Parágrafo Único: A intimação de que trata o caput deste artigo, poderá ser feita mediante publicação na imprensa local por 02(duas) vezes.

TÍTULO VI

DA PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Art.68) Toda e qualquer publicidade ou propaganda seja por qualquer processo, nas vias ou logradouros públicos do Município, nos veículos nele licenciados, nos lugares de acesso comum ou nos lugares que, pertencendo ao domínio privado, bem como nas faixas de domínio de rodovia estaduais, desde que sejam visíveis ou perceptíveis pelo público, deverão ter prévia autorização do Município, a licença será concedida por 01(um) ano e os valores serão fixados conforme a tabela do Código Tributário Municipal.

Pena - média. E retirada ou apreensão do engenho publicitário.

Art.69) Entende-se por engenhos ou veículos de publicidade ou propaganda, entre outros:

I - os cartazes, letreiros, panfletos, folhetos, galhardetes, painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios, mostruários, removíveis ou não;

II - o som;

III - a imagem.

Art.70) Serão admitidos, a critério do Poder Público, os seguintes engenhos de publicidade ou propaganda, desde que recolhidas às respectivas taxas conforme prevê o Código Tributário Municipal:

§ 1º O Município, regulamentará o tipo, modelo, área máxima e demais requisitos a serem atendidos para o licenciamento dos engenhos publicitários citados no presente artigo em especial no inciso III.

§ 2º A regulamentação de que trata o § 1º será estabelecida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, que também, dará parecer sobre o licenciamento dos engenhos publicitários acima citados.

§ 3º O licenciamento de qualquer engenho publicitário citado neste artigo, quando exigir a retirada de qualquer vegetação, dependerá de aprovação do órgão ambiental responsável.

§ 4º São os engenhos passíveis de licenciamento:

I - out-door: destinado à fixação de cartazes substituíveis, em folhas de papel, iluminado natural ou artificialmente, com área máxima de 10m² (dez metros quadrados) instalados diretamente no solo;

II - painel: destinado à pintura fixa de anúncios, iluminado natural ou artificialmente, com dimensões máximas de 10m² (dez metros quadrados) instalados diretamente no solo;

III - placas padrão: conforme modelo do anexo II deste código, que serão regulamentadas de acordo com a atividade;

IV - letreiro: iluminado natural ou artificialmente, destinado à identificação do estabelecimento, afixado na fachada ou no terreno do mesmo;

V - cartaz e faixa: constituído de material facilmente deteriorável e que se caracteriza pela alta rotatividade de mensagem;

VI - publicidade móvel: transportado em veículos automotores ou por qualquer outro modo, quando de interesse público;

VII - balão publicitário: caracterizado pela suspensão acima do solo, mediante o uso de ar aquecido ou ventilado, ou qualquer tipo de gás, fixo ao solo por qualquer material, com qualquer formato, contendo ou não inscrição;

VIII - totem: com características similares a out-door, placa, painel ou letreiro, identificado por apresentar faces múltiplas e por ser ancorado a uma única coluna.

Art.71) Toda e qualquer publicidade ou propaganda, por qualquer processo, deverá ser conservada em boas condições e limpa,

renovada ou consertada sempre que tais providências sejam necessárias para seu bom aspecto e segurança.

Pena - média.

Art.72) Toda e qualquer propaganda que for encontrada em desacordo com as exigências desta Lei deverá ser removida pelo proprietário ou responsável.

§ 1º Não estando a mesma de acordo com a presente Lei, o proprietário ou o responsável, deverá promover seu cadastramento junto ao órgão responsável da prefeitura, conforme artigo 68, da mesma, ficando esta sujeita ao pagamento da taxa conforme o Código Tributário do Município, a partir de 30 (trinta) dias após a promulgação da presente Lei.

Pena - média.

Art.73) É proibida:

I - a afixação de propaganda ou publicidade em muros e fachadas, paredes, postes, árvores, pilotis, tapumes, colunas, grades ou que de alguma forma prejudique o mobiliário urbano e os cenários paisagísticos urbano e rural, edificados ou naturais do Município, incluindo-se as propagandas políticas;

Pena - média.

II - a afixação de publicidade ou propaganda em áreas ambientais, em especial nas áreas de preservação permanente ou configuradas no Plano Diretor e nas legislações ambientais Estaduais, Federais e Municipais;

Pena - grave.

III - utilização de publicidade ou propaganda que:

a) perturbe o sossego público;

b) obstrua, intercepte ou reduza os vãos de portas, janelas e prismas de ventilação e iluminação, bem como suas bandeiras;

c) contenha incorreções de linguagem ou qualquer tipo de publicidade que não obedeça às normas de ortografia da língua correspondente;

d) pela sua quantidade ou má distribuição prejudique o aspecto das fachadas, assim definidas pelo órgão fiscalizador do Município;

e) seja ofensiva à moral, ou contenha dizeres ou imagens discriminatórios;

f) contenha armas, símbolos, emblemas, escudos ou quaisquer desenhos semelhantes aos usados pelo Poder Público ou entidades a ele ligadas.

IV - a instalação de engenhos publicitários admissíveis a exibição de anúncio seja qual for a sua finalidade, forma ou composição, nos seguintes casos:

a) quando cobrir parcial ou totalmente a visibilidade de sinalização de trânsito ou outro sinal de comunicação institucional, destinado à orientação do público, bem como a numeração imobiliária e a denominação das vias de circulação;

b) quando estiver próxima aos dispositivos de sinalização de trânsito ou apresentar conjunto de formas e cores que se confundam com as convencionadas para as diferentes categorias de sinalização de trânsito de forma a desviar a atenção do motorista ou pedestre;

c) quando, com dispositivo luminoso, produzir ofuscamento ou causar insegurança ao trânsito de veículos ou pedestres;

d) em edificações de uso exclusivamente residencial, salvo a instalação de letreiros, de acordo com o uso liberado pelo Poder Público;

e) nas partes internas e externas de cemitérios;

f) nas partes internas e externas de hospitais, pronto socorros e postos de atendimento médico, exceto os que digam respeito a eventos relacionados à área de saúde;

g) próxima a curvas, esquinas, pontes, viadutos, túneis, cruzamentos, entroncamentos, passarelas, elevados, salvo a instalação de indicador de logradouro ou de direção ou sinalização;

h) em imóveis tombados, sem autorização prévia do órgão de tombamento competente;

i) em praças, jardins, parques, bosques e outros locais públicos;

j) a pintura de propaganda em portas externas.

Pena - média.

Art.74) É igualmente proibida toda publicidade ou propaganda

através de alto-falantes, amplificadores de voz ou quaisquer outros aparelhos sonoros, mesmo que nos estabelecimentos, a menos de 100 (cem metros):

- I - dos órgãos dos Poderes Federal, Estadual e Municipal;
- II - dos Hospitais, casas de saúde ou repouso e similares;
- III - dos estabelecimentos de ensino, bibliotecas públicas, igrejas, cinemas e teatros quando em funcionamento;
- IV - dos quartéis e outros estabelecimentos militares;
- V - e qualquer estabelecimento que por sua natureza exija silêncio quando em atividade.

Capítulo I

DA AUTORIZAÇÃO DE EMPRESAS DE PUBLICIDADE

Art.75) A exibição de publicidade poderá ser promovida por empresa do ramo ou pela própria empresa, desde que devidamente cadastrada no órgão competente da Prefeitura para a fiscalização das posturas municipais.

Pena - média.

Parágrafo único: O cadastro será feito mediante requerimento, contendo o seguinte:

- I - nome da empresa e local de funcionamento de sua sede ou, quando se situar fora do Município, de sua filial, sucursal ou agência no Município;
- II - número de inscrição no CNPJ;
- III - cópia do alvará de licença para estabelecimento;
- IV - cópia do contrato social da empresa, devidamente registrado;
- V - prova de recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, referente ao último exercício para empresas sediadas no Município ou para aquelas que prestem serviços, eventualmente, no Município.

Art.76) Observado o que trata o artigo anterior, a empresa estará habilitada a requerer autorização para exibição de publicidade, na forma desta Lei e demais legislação pertinente.

Parágrafo único: Alterações contratuais que importem substituição na responsabilidade ou sede, filial ou agência, deverão ser comunicadas ao setor de registro no prazo de 30 (trinta) dias a contar da referida alteração.

Pena - média e suspensão automática da autorização.

Art.77) Todos os requerimentos de autorização para publicidade ou propaganda deverão ser instruídos mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I - a indicação do local onde será afixada, distribuída ou exibida a publicidade ou propaganda;
- II - a forma e o sistema de iluminação, se for o caso;
- III - autorização do proprietário do imóvel que o habilite a utilizar o espaço;
- IV - cópia do alvará de funcionamento do beneficiário da publicidade.
- V - cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. do responsável técnico ou da empresa, de acordo com as modalidades previstas em Lei, quando se tratar de engenho publicitário que por sua complexidade o exigir.

Parágrafo único: A autorização prevista neste artigo terá validade de 1 (um) ano.

Art.78) A taxa de autorização de publicidade será calculada de acordo com a tabela prevista no Código Tributário do Município.

Art.79) Estão isentas das exigências e taxas os painéis exigidos por legislação própria e afixados nos locais das obras de construção civil, bem como as de responsabilidade técnica, no seu período de funcionamento.

Art.80) Estão igualmente isentas das exigências e taxas deste regulamento as propagandas afixadas no interior dos estabelecimentos, que tenham por objetivo incentivar a venda dos produtos ali existentes.

Art.81) Em toda publicidade deverá constar, de forma visível, o número do processo que a autorizou, inserido no engenho, respectivamente em sua extremidade inferior esquerda.

Pena - leve e retirada do mesmo até que seja atendido o previsto no caput deste artigo.

Capítulo II

DOS OUT-DOOR, PLACAS, PAINÉIS E TOTENS

Art.82) Os anúncios e engenhos publicitários enquadrados neste capítulo devem obedecer às seguintes disposições:

I - afastamento mínimo de 10m (dez metros) em relação às vias de circulação;

Pena - média.

II - afastamento lateral em relação às divisas do lote e entre engenhos na seguinte proporção, respeitada a altura do mesmo:

a) até 3m (três metros) de altura, afastamento lateral de 1,5m (um metro e meio);

Pena - média.

b) acima de 3m (três metros) até 6m (seis metros) de altura, afastamento lateral de 3m (três metros);

Pena - média.

c) acima de 6m (seis metros) até 8m (oito metros) de altura, afastamento lateral de 6m (seis metros).

Pena - média.

Capítulo III

DOS LETREIROS

Art.83) Os letreiros não poderão obstruir vãos de iluminação, ventilação, prismas de ventilação, passagens ou áreas de exposição de outros anúncios.

Pena - média.

Art.84) Em cada estabelecimento, entendendo-se por estabelecimento a atividade licenciada, só poderá ser instalado um único letreiro.

§10. Instalado o letreiro, fica proibida a instalação de qualquer outro veículo de publicidade ou propaganda externa, no estabelecimento, o que não impede o uso de outros engenhos regulamentados por esta Lei.

§ 2.º Fica excluída da proibição do parágrafo anterior e isenta de aprovação pela Administração Municipal, toda e qualquer publicidade que for afixada no interior dos estabelecimentos comerciais, industriais e outros, que tenham por finalidade incentivar e promover vendas, desde que não contrarie, no que couberem, as disposições deste Código e demais normas em vigor.

Pena - média.

Capítulo ITÍTULO VII

DO COMÉRCIO DE RUA

Art.85) Para os fins deste Código, é considerado comércio de rua, a atividade lucrativa exercida em áreas públicas, de maneira itinerante ou estacionária, por pessoas físicas ou jurídicas.

Art.86) O comércio de rua somente será permitido em pontos previamente determinados através de Lei específica.

Art.87) O comerciante de rua poderá utilizar os seguintes meios para exercer sua atividade:

I - bancas de jornal, revistas e outros;

II - bancas de feiras livres;

III - quiosques;

IV - similares;

V - veículos próprios adaptados para o comércio ambulante.

Art.88) A Lei específica prevista no artigo 86 desta Lei fixará:

I - os locais de funcionamento;

II - os pré-requisitos para habilitação ao comércio de rua;

III - os tipos de comércio bem como seus produtos;

IV - os dias e horários de funcionamento;

V - as embalagens permitidas;

VI - medidas de higiene e precauções com a população e o meio ambiente;

VII - obrigatoriedade de uso de veículos especiais ou não;

VIII - especificações de bancas e veículos utilizados;

IX - os direitos e obrigações dos comerciantes;

X - a publicidade necessária;

XI - penalidades;

XII - demais requisitos necessários à atividade e não relacionados acima.

Art.89) Nos eventos festivos oficiais, o exercício do comércio de rua será regulado por ato administrativo do Executivo Municipal.

TÍTULO VIII

DO FUNCIONAMENTO DAS INDÚSTRIAS, DO COMÉRCIO E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.

Art.90) É livre o horário de funcionamento das indústrias, do comércio e dos prestadores de serviço, desde que respeitadas as normas previstas neste código.

Parágrafo único: A critério da Administração Municipal, poderão ser estabelecidos horários de funcionamento das atividades previstas neste artigo, tendo em vista o interesse público.

Art.91) A localização de estabelecimentos pertencentes a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, industriais, comerciais, profissionais ou associações civis, instituições prestadoras de serviços e outros de qualquer natureza, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento, mesmo quando a atividade for exercida no interior de residências, situadas neste Município, está subordinada a licença prévia, concedida mediante requerimento do interessado e pagamento dos tributos devidos, quando for o caso, após preenchidas as formalidades legais.

Art.92) Para efeito da concessão do alvará, serão considerados estabelecimentos distintos os seguintes:

I - os que pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, ainda que funcionando no mesmo local;

II - os que estejam situados em estabelecimentos distintos, embora pertencentes à mesma pessoa, física ou jurídica, e com a mesma atividade;

Art.93) O alvará expedido só será mantido enquanto o estabelecimento funcionar com estrita obediência às Leis que lhe forem aplicáveis, em especial, ao Plano Diretor do Município, sem causar quaisquer incômodos à vizinhança e ao meio ambiente.

Pena - média e suspensão ou cassação do alvará.

Art.94) A eventual isenção de tributos municipais não implica a dispensa de licença de localização e o atendimento da legislação vigente.

Capítulo I

DO DIVERTIMENTO PÚBLICO

Art.95) Para os efeitos deste Código são considerados divertimentos públicos aqueles realizados em áreas públicas ou privadas, em casas de diversão, assim consideradas aquelas situadas em locais fechados ou ao ar livre, com entradas pagas ou não, destinada ao entretenimento, recreio, prática de esporte ou jogos de qualquer natureza.

Parágrafo único: A fiscalização e o funcionamento das atividades de que trata este artigo, bem como as atividades comerciais exercidas em seu interior reger-se-ão pelo presente Código, respeitado o disposto no Plano Diretor e demais legislação pertinente.

Art.96) Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem a devida licença do Órgão responsável da Administração Municipal. Além do que, deverá a Administração Municipal fiscalizar o ambiente, quanto a higiene, espaço físico, acústica e outros requisitos, antes da concessão do alvará de funcionamento.

Pena - grave e fechamento do estabelecimento ou local onde a atividade se realize.

Parágrafo único: O pedido de licença para funcionamento das atividades previstas no caput do artigo 95 desta Lei deverá ser instruído com a documentação exigida pela legislação vigente para estabelecimentos comerciais em geral, inclusive instalações de obras e mais a que for exigida pelos órgãos policiais competentes, em especial o Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros, e, ainda Declaração da Capacidade Máxima de público.

Art.97) É livre o horário de funcionamento dos locais de divertimento público, atendendo as determinações municipais, respeitadas a tranqüilidade, o sossego e o decoro públicos, observado o disposto no Capítulo III e seus Artigos.

Art.98) Os locais de divertimento público, de qualquer tipo, são obrigados a afixar, nos locais de ingresso, em dimensões bem

legíveis, o respectivo horário de funcionamento, a lotação máxima consentida e, quando couber, o limite mínimo de idade cuja frequência seja permitida, bem como o teor do artigo 23 do Estatuto do Idoso.

Pena - média.

Art.99) O alvará expedido só será mantido enquanto o local de funcionamento obedecer estritamente às Leis que lhe forem aplicáveis, em especial, ao Plano Diretor do Município, sem causar quaisquer incômodos à vizinhança.

Art.100) Para permitir a armação de circos, parques ou barracas em logradouros públicos ou privados, poderá a Administração Municipal exigir, se julgar conveniente, um depósito em espécie, de acordo com os custos previstos para eventuais despesas com a limpeza e recomposição do mesmo.

§ 1º. O depósito será restituído integralmente, se não houver necessidade de limpeza ou reparação, ou dele serão deduzidas as despesas realizadas com tais serviços.

§ 2º. O Município reserva-se o direito de não autorizar a armação de circos, parques ou barracas, que não atendam as condições mínimas de higiene, saúde e segurança, inclusive saneamento ambiental.

Art.101) Os espetáculos, bailes, shows ou festas abertos ao público dependerão, para realizar-se, de prévia autorização da Polícia Civil e da Administração Municipal, devendo respeitar o previsto nas legislações vigentes municipais, estaduais e federais, em especial do Corpo de Bombeiros, devendo haver o prévio pagamento das taxas conforme prevê o Código Tributário Municipal.

§ 1º. Excetuam-se das disposições deste artigo às reuniões de trabalho, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou as realizadas em residências particulares.

§ 2º. Os eventos promovidos por entidades assistenciais filantrópicas cujos recursos obtidos revertam integralmente em benefício da instituição terão a dispensa do pagamento das taxas previstas no caput deste artigo.

Art.102) Em todos os locais de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras, Plano Diretor e demais legislações.

I - tanto as salas de entrada como as de espetáculos e outras serão mantidas higienicamente limpas;

Pena - média.

II - atender de forma clara e visível às exigências constantes no Plano de Prevenção Contra Incêndio do local;

Pena - gravíssima.

III - os aparelhos destinados à renovação e condicionamento do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento, em especial a limpeza dos filtros;

IV - deverá haver instalações sanitárias independentes para homens e mulheres;

V - haverá ao menos 1% (um por cento) dos assentos destinados a deficientes físicos, garantido o fácil acesso;

Pena - média.

Art.103) A armação de parques de diversão e circos atenderá, além do previsto no artigo anterior, as seguintes condições:

I - o material dos equipamentos será incombustível;

II - haverá, obrigatoriamente, vãos de entrada e de saída independentes;

III - apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica - A. R. T. do projeto e execução de estrutura e montagem;

IV - apresentação de Projeto de Prevenção Contra Incêndio - PPCI -, aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Município de Campo Alegre;

V - apresentação dos pagamentos dos tributos na Secretaria Municipal de Finanças, bem como licença dos órgãos responsáveis;

Pena - gravíssima.

VI - ter uma pessoa responsável pelo evento;

VII - Autorização do proprietário quando se tratar de imóvel particular.

Capítulo II**DO PLANTÃO DE FARMÁCIAS E DROGARIAS**

Art.104) A Administração Municipal poderá estabelecer plantão noturno para as farmácias e drogarias situadas em todo o Município, inclusive aos domingos e feriados, o qual será cumprido de acordo com a escala que para, tanto, for estabelecida e previamente publicada no Órgão Oficial, por considerar a atividade de interesse público.

Art.105) No caso do artigo anterior, todas as farmácias e drogarias, inclusive as que estejam com as portas fechadas, deverão afixar, em local visível para o público, um quadro de boa aparência, com o nome e o endereço daquela que se acha de plantão.
Pena - média.

TÍTULO IX**DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS E PARTICULARES**

Art.106) Os cemitérios do Município terão caráter secular de acordo com os artigos 14 e 176, da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre e serão administrados direta ou indiretamente pela Prefeitura.

Parágrafo único: é facultado, entretanto, às associações religiosas manterem cemitérios particulares, observadas as prescrições legais e submetendo-se a fiscalização da Prefeitura Municipal.

Art.107) O Município poderá manter, direta ou indiretamente, cemitérios públicos ou licenciar cemitérios particulares, na forma da Lei Federal, em especial das Resoluções nº 335 e 368 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), incumbindo-se sempre de sua fiscalização.

Art.108) Para efeito desta Lei, quanto aos cemitérios, são adotadas as seguintes definições:

I - Cemitério - Área destinada a sepultamentos:

- a) cemitério horizontal: é aquele localizado em área descoberta compreendendo os tradicionais e o do tipo parque ou jardim;
- b) cemitério parque ou jardim: é aquele predominantemente recoberto por jardins, isentos de construções tumulares, e no qual as sepulturas são identificadas por uma lapide, ao nível do chão, e de pequenas dimensões;
- c) cemitério vertical: é um edifício de um ou mais pavimentos dotados de compartimentos destinados a sepultamentos.

II - Sepultar ou inumar: é o ato de colocar pessoa falecida e restos mortais em local adequado;

III - Exumar: é o ato de retirar a pessoa falecida, partes ou restos mortais do local em que se acha sepultado;

IV - Reinumar: reintroduzir a pessoa falecida ou seus restos mortais, após exumação, na mesma sepultura ou em outra;

V - Sepultura: espaço unitário, destinado a sepultamentos;

VI - Construção tumular: é uma construção erigida em uma sepultura, dotada ou não de compartimentos para sepultamento, compreendendo-se:

- a) jazigo: é o compartimento destinado a sepultamento contido;
- b) carneiro ou gaveta: é a unidade de cada um dos compartimentos para sepultamentos existentes em uma construção tumular;
- c) mausoléu ou capela: lugar construído em alvenaria, destinado à inumação de cadáveres com dimensões máximas externas de 4,00m (quatro metros) X 3,00m (três metros);
- d) Lápide: lage que cobre o jazigo, com inscrição funerária.

VII - Lóculo: é o compartimento destinado a sepultamento contido no cemitério vertical;

VIII - Ossário: lugar construído em alvenaria, destinado a guarda de restos mortais.

DA CONCESSÃO DE USO

Art.109) A concessão de uso de áreas nos cemitérios públicos pertencentes ao Município de Campo Alegre, somente poderá ser solicitada por pessoa física ou entidades religiosas, junto à Administração Municipal, com o comprovante de pagamento da taxa respectiva.

Parágrafo único: Quando do requerimento, deverá ser apresentada, em anexo, a documentação necessária para identificar o requerente.

Art.110) O direito de uso dos locais de sepultamento será concedido pelo Prefeito Municipal ou por delegação deste, em caráter gratuito ou oneroso, perpétua ou temporariamente.

Art.111) As concessões dividir-se-ão em:

I - gratuitas, quando destinadas a sepultamentos de indigentes, sem pagamento de qualquer taxa;

II - simples ou razas, quando houver sido pago somente a taxa de sepultamento;

III - temporárias, quando além da taxa de sepultamento, houverem os interessados ou responsáveis, requerido o arrendamento do terreno ocupado, por prazo até 30 anos;

IV - perpétuas, as que tenham adquirido o direito de perpetuidade.
§ 1.º O cadáver sepultado conforme a alínea a permanecerá no local concedido para uso temporário pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.

§ 2.º O cadáver sepultado conforme a alínea b permanecerá no local concedido para uso temporário pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

§ 3.º O prazo previsto no parágrafo 1º somente será prorrogável em até mais 18 (dezoito) meses, caso se verifique que o cadáver não está completamente desfeito, situação a ser definida pelo Administrador do Cemitério e informada ao Diretor responsável, mediante documento próprio.

§ 4.º Findo o prazo de permanência, ou de acordo com a necessidade e interesse público proceder-se-á a exumação dos restos mortais, após a convocação da família mediante ofício.

§ 5.º Em caso de não comparecimento da família e findo o prazo de permanência, deverá a Administração Municipal solicitar o comparecimento de qualquer dos titulares, mediante edital, para fins de proceder a exumação dos restos mortais.

§ 6.º Não comparecendo qualquer dos titulares, no prazo de 7 (sete) dias úteis da publicação do edital, a exumação será realizada ex officio mediante determinação da Administração Municipal do Cemitério, destinando-se os restos ao ossário geral.

§ 7.º É expressamente proibida a exumação antes de decorridos os prazos fixados nos parágrafos anteriores, salvo as hipóteses legais.

§ 8.º As concessões temporárias serão de até 30 anos, a requerimento dos interessados ou responsáveis e mediante o pagamento das taxas previstas no Código Tributário e Leis subseqüentes, e após findo este prazo podendo ser prorrogável por igual período mediante notificação da Prefeitura Municipal e pagamento de nova taxa.

§ 9.º As concessões perpétuas são feitas "intuito familiae", podendo ser inumados nas carneiras, mausoléus ou capelas todos os parentes dos titulares do direito de uso e os cadáveres autorizados por qualquer um dos titulares, recolhidas as respectivas taxas.

Art.112) Os locais de sepultamento em cemitério público são insuscetíveis de alienação, salvo a transferência mortis causa.

§ 1.º As benfeitorias feitas nas sepulturas terão sempre o caráter de acessório da concessão, impossibilitada a sua transferência isolada.

§ 2.º Não se admitirá o usucapião do direito à concessão de uso.

Art.113) A transferência mortis causa obedecerá ao disposto na legislação civil.

Art.114) A alteração quanto à titularidade, para efeitos administrativos, só deverá surtir efeito após a confecção de termo de concessão que identifique o novo titular, que ao requerê-la juntará toda a documentação necessária para comprovar o direito que lhe assiste.

Art.115) A largura das sepulturas deve ser de 1,00 metro, mais 0,25 metro de espaço de cada lado reservado para circulação, totalizando 1,50 metro, variando o seu comprimento de acordo com as filas em que se achem localizadas.

Art.116) Nenhum sepultamento será permitido sem que seja apresentada a autorização da Prefeitura.

Art.117) É de cinco anos o prazo mínimo a vigorar entre duas inumações no mesmo jazigo, ou para exumações.

Art.118) Excetuados os casos de investigação policial, nenhuma sepultura poderá ser reaberta, mesmo a pedido dos interessados, sem que tenha decorrido o prazo previsto no artigo 117 desta Lei.

Art.119) Mesmo decorrido o prazo legal, nenhuma exumação ou inumação serão permitidas sem apresentação da licença competente expedida pela Administração Municipal.

Art.120) As construções funerárias dependerão de autorização da Prefeitura e só serão licenciadas sobre terrenos devidamente legalizados.

Art.121) Os terrenos já requeridos, ainda não ocupados e não construídos, serão demarcados nas filas correspondentes.

Art.122) O embelezamento das sepulturas simples ou razas, será feito por gramados canteiros ou cerca de madeira serrada e pintada, limitados ao perímetro das sepulturas, podendo ter ainda pequenos símbolos ou cruz, devendo no entanto, possuir a gravação dos nomes e datas para efeito de identificação.

Art.123) As sepulturas já existentes que se encontrem fora do alinhamento estabelecido, poderão a requerimento dos interessados e por conta destes, serem transferidas para o alinhamento, desde que tenham completado o prazo previsto no artigo 117 desta Lei.

Art.124) Fica proibido o plantio de árvores ou arbustos sobre as sepulturas.

Art.125) É igualmente proibido, dentro do cemitério, a preparação de pedras ou outros materiais, devendo estes entrarem para o seu recinto em condições de serem empregadas imediatamente.

Art.126) Restos de materiais provenientes de obras, conserva e limpeza de sepulturas, devem ser removidos imediatamente pelos responsáveis que deverão dar a ele destino adequado.

Art.127) O ladrilhamento do solo em torno dos jazigos, caberá aos responsáveis e deverá ser feito na totalidade das ruas de separação, obedecidas as instruções da administração do cemitério.

Art.128) As taxas sobre serviços de administração do cemitério são as previstas no Código Tributário do Município.

Art.129) As infrações desta Lei serão punidas com a multa de 100 UPM e o dobro na reincidência, sujeitando-se ainda os infratores as despesas ou danos ocasionados pela prática da infração.

Art.130) Nos cemitérios será observada ampla liberdade de celebração de cerimônias religiosas, seja qual for a religião ou culto,

desde que tais práticas não atentem contra a Lei da moral pública.

Capítulo I

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art.131) Os cemitérios municipais funcionarão, diariamente, das 8h. às 18h. para visitação pública e execução de obras de qualquer natureza.

Art.132) Os sepultamentos, cerimônias religiosas, necrológicas e outras solenidades fúnebres, realizar-se-ão, diariamente, das 08:00 às 17:00 horas, podendo o responsável pelo serviço, em casos excepcionais, autorizar o prolongamento de tais solenidades até às 1800 horas.

Art.133) No período compreendido entre os dias 25 de outubro a 04 de novembro são vedados, nos cemitérios, a exumação de cadáveres bem como a execução de serviços de construção, reformas e pinturas, exceto os de limpeza.

Parágrafo único: No período fixado neste artigo só se realizarão as exumações que forem determinadas por autoridade policial ou judiciária.

Capítulo III

DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

Art.134) O concessionário se responsabilizará pela conservação do local submetido ao seu uso e pela autorização de qualquer inumação a ser ali realizada, que só poderá se concretizar mediante autorização.

§ 1.º Nas exumações, quando se tratar de concessão de uso perpétuo, além da autorização do titular, deverá haver a anuência formal do cônjuge ou companheiro de união estável ou do parente mais próximo do falecido.

§ 2.º Para fins de inumação e exumação poderá o concessionário indicar um representante especificamente constituído para este fim.

Art.135) Toda obra incidente sobre área concedida em cemitério público só poderá ser realizada mediante autorização conferida pela autoridade competente, que estipulará o prazo de sua conclusão.

§ 1.o A obra realizada será considerada benfeitoria, inadmitida qualquer forma de indenização por parte do Município.

§ 2.o O disposto no parágrafo anterior será considerado implícito em todo termo de concessão de uso.

§ 3.o O concessionário deverá concluir a obra no prazo estipulado, podendo solicitar prorrogação à autoridade competente.

Capítulo IV CONSERVAÇÃO E OBRAS

Art.136) Os titulares do direito de uso dos locais de sepultamento, vazios ou não, são obrigados a mantê-los limpos e conservados.

Pena - média.

Parágrafo único: A limpeza deve ser feita de modo a não prejudicar os locais de sepultamento contíguos sendo vedado o uso exagerado d'água.

Pena - grave.

Art.137) É facultado aos titulares do direito de uso dos locais de sepultamento a contratação de terceiros para construção e conservação dos jazigos.

Art.138) O concessionário será responsável pelos danos causados a terceiros por obras realizadas no interior dos cemitérios municipais por profissionais por ele contratados.

§ 1.o A Administração Municipal poderá exigir a indenização prevista neste artigo e executar por si mesma a reparação do dano, na qualidade de gestor de negócios.

§ 2.o O disposto neste artigo será considerado implícito em todo termo de concessão de uso.

Art.139) À Administração Pública Municipal dos cemitérios reserva-se o direito de mandar retirar de qualquer local de sepultamento, os ornatos murchos ou com má apresentação.

Parágrafo único: É proibido ao concessionário depositar em qualquer local do cemitério municipal, recipientes que possam infiltrar, armazenar ou reter água nas sepulturas, ou ainda que, de qualquer maneira, provoquem ou possam provocar proliferação de insetos ou outros animais indesejáveis.

Pena - média.

Capítulo DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art.140) A administração Pública poderá promover vistorias mensais no cemitério, especialmente para verificar:

I - a regularidade de obras concluídas ou em curso;

II - a conservação das sepulturas.

§ 1.º A Administração Municipal fará uma relação completa dos locais de uso concedido, que se encontrem abandonados ou em mau estado de conservação.

§ 2.º De posse da relação, a Administração Municipal poderá publicar edital intimando os titulares a fazer a obra necessária, fixando prazo para a conclusão da mesma.

Art.141) Constatado em averiguações mensais o contínuo abandono de um mesmo local de uso por um prazo superior a 2 (dois) anos, conforme anotações em ficha, caberá a Administração Municipal solicitar o comparecimento de qualquer dos titulares, mediante carta e, sucessivamente, se necessário, por edital, para realizar as intervenções necessárias, dentro do prazo estipulado.

§ 1.º Entende-se por contínuo abandono, a situação constante de má conservação do local, no qual a degradação física traga dificuldades para o uso próprio ou das sepulturas contíguas.

§ 2.º Sempre que possível, a Administração Pública Municipal deverá dar ciência ao titular do direito de uso durante o período previsto no caput deste artigo, para que tome as devidas providências.

§ 3.º Não estando clara a titularidade quanto à concessão, restará à Administração Municipal fazer a intimação, prevista no caput, em caráter genérico aos titulares do direito, identificando a sepultura pelo número ou, se isso não for possível, por sua localização, ficando a multa anotada no registro da sepultura e passível de cobrança tão logo se identifique o responsável.

§ 4.º O intimado poderá apresentar a Administração Municipal, justificativa excludente de sua responsabilidade ou pedido de dilação do prazo para as necessárias providências, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação do edital.

§ 5.º Recebida a defesa, interrompe-se o prazo para a execução dos procedimentos cabíveis por parte do intimado, reiniciando-se sua contagem após a publicação da decisão final, caso persista sua responsabilidade.

Art.142) Esgotadas as medidas administrativas previstas no artigo 141, sem que haja qualquer intervenção por parte do titular do direito de uso, poderá a Administração Municipal revogar a concessão.

Parágrafo Único: Revogada a concessão, os restos mortais existentes serão exumados e depositados no ossário.

Capítulo VI

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS CEMITÉRIOS

Art.143) A administração dos cemitérios municipais terão registros contendo as seguintes informações:

I - de sepultura;

II - de Construção tumular como gavetas ou catatumbas;

III - de ossário perpétuo;

IV - de sepultamentos diários;

V - de óbitos.

VI - anotações dos restos mortais vindos de outros locais;

VII - todas as demais informações decorrentes da fiscalização administrativa e de requerimentos administrativos ou processos judiciais.

§ 1.º Os registros mencionados nos incisos de I a V se destinarão a informar o número e o nome dos concessionários, com toda a seqüência histórica, de cada um dos locais destinados à concessão ou locação.

§ 2.º Os registros de sepultamentos diários conterão informações sobre cada uma das inumações realizadas, agrupadas de acordo com o dia de ocorrência, devendo constar pelo menos:

I - nome e idade do inumado;

II - funerária que prestou o serviço;

III - horário da inumação;

IV - tipo e local utilizado com o respectivo número de identificação; V - nome e identificação do responsável pela autorização do uso do local e seu endereço;

VI - servidores que realizaram o serviço e seu superior imediato.

§ 3.º Os registros de óbitos conterão as informações relativas a cada pessoa inumada, incluindo-se aí nome, nacionalidade, filiação, estado civil, idade, número do óbito, tipo de área utilizada e o respectivo número.

Art.144) A administração dos cemitérios municipais terá obrigatoriamente os seguintes formulários:

I - de autorização para inumação;

II - de autorização para exumação;

III - de autorização para serviços gerais.

Capítulo VII

DAS CONCESSIONÁRIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Art.145) O serviço funerário poderá ser concedido a pessoa jurídica criada para este fim satisfeitas as seguintes exigências:

a) inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de qualquer natureza, junto a Secretaria de Fazenda Municipal;

b) assinatura do Termo de Autorização em livro próprio;

c) assinatura de Termo de Compromisso, segundo o estabelecido neste Código;

d) quitação com todas as suas obrigações tributárias perante a Fazenda Pública Municipal;

e) demais exigências da legislação federal e estadual pertinente.

Art.146) No Termo de Compromisso, a concessionária se obrigará a atender o disposto nessa seção, sob pena de perda da concessão.

Parágrafo único: Assinado o Termo de Compromisso, a concessionária passará a ser considerada e tratada como autorizada para a prestação dos serviços funerários no Município.

Art.147) Salvo motivos de caso fortuito, força maior, justa causa e outros previstos em Lei, nenhum prestador de serviço funerário poderá recusar ou retardar os serviços relativos aos enterros ou sepultamentos que devam se realizar nos cemitérios e que estejam compreendidos na concessão.

Parágrafo único: Constitui obrigação inescusável do prestador de serviço desempenhar sua atividade assim que solicitada pelos familiares ou parentes do falecido, ou que seja determinada pela Autoridade Administrativa competente.

Art.148) Os prestadores de serviços deverão obedecer, no que couber, a legislação de proteção ao consumidor.

Parágrafo Único: A Administração Municipal, ouvidas as entidades de defesa do consumidor, poderá discriminar, em planilha publicada no Diário Oficial do Município, o valor máximo do serviço obrigatório, estabelecido no artigo anterior e os valores máximos dos enterros econômico, simples e comum.

Capítulo VIII

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS AOS CAPÍTULOS ANTERIORES

Art.149) Figurando como concessionário menor, que seja absoluta ou relativamente incapaz, será aplicado o disposto na legislação civil para a prática dos atos junto a este Município.

Art.150) Os locais de uso que se encontrem numerados e com inumações, mas sem o devido registro quanto ao perpetuante no competente órgão municipal, deverão ser considerados, em caráter de presunção, como tendo sido objeto de concessão por parte do Município.

§1.º Caberá a autoridade máxima do órgão competente, ouvida a Procuradoria do Município, averiguar em torno de quem recairia a presunção sobre a perpetuação, relevando especialmente o grau de parentesco entre os inumados e as demais informações e documentos idôneos, constantes nas repartições municipais ou que instruem o processo administrativo.

§2.º A presunção de que trata este artigo é relativa, podendo ser desfeita em face de prova em contrário, desconstituindo-se todos os atos desamparados pela verdadeira perpetuação.

Art.151) Prescreverá em 10 (dez) anos a possibilidade de revisão, a qualquer título, da definição de titularidade da concessão de uso.

Art.152) Todas as decisões administrativas são passíveis de recursos à autoridade imediatamente superior àquela que prolatou a decisão, observando-se, no que couber, o disposto neste Código.

Art.153) O traslado dos ossos será apenas admitido mediante ato de ofício determinado pela Administração Municipal mediante requerimento do parente mais próximo, desde que comprovado que se destinarão a outro cemitério legalmente constituído ou ainda:

I - quando existir interesse público em transferi-los para outro cemitério;

II - por determinação judicial;

III - solicitação de instituição de ensino ou pesquisa.

Art.154) As capelas mantidas pelo Município nos cemitérios públicos poderão ser utilizadas para velórios.

TÍTULO X

DAS INFRAÇÕES, DAS PENAS E DO PROCESSO

Capítulo I

DAS INFRAÇÕES

Art.155) Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras Leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal no exercício de seu poder de polícia.

Art.156) Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger, induzir, coagir ou auxiliar alguém a praticar infração.

§ 1.º Será passível de pena igual à aplicada ao infrator:

I - o conivente, entendido como tal àquele que não evitar ou interromper, por si mesmo ou por preposto, a prática de infrações, dentro de seus estabelecimentos, de sua residência ou de sua propriedade;

II - aquele que se beneficiar, a qualquer título, com a infração;

III - todo aquele que, de qualquer forma, ainda que por mera omissão, impedir, por si mesmo ou por outrem, a regular fiscalização por parte das autoridades competentes.

§ 2.º Praticada a infração por incapaz, a pena recairá sobre os pais, tutores, curadores ou pessoas em cuja guarda de fato estiver o mesmo.

§ 3.º A autoridade competente poderá desconsiderar a personalidade jurídica da empresa, estabelecimento ou sociedade, sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo para a imposição das sanções previstas neste Código ou em outras Leis, decretos e regulamentos concernentes a posturas municipais.

Art.157) Será considerado reincidente o infrator que violar preceito deste Código, por cuja infração já tiver sido lavrado contra si o Auto de Infração no período antecedente de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único: Conformando-se o autuado com o auto de infração, mediante declaração por escrito, e desde que efetue o pagamento das importâncias dentro do prazo de 10(dez) dias contados da respectiva lavratura, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 50% (cinquenta por cento).

Capítulo II

DAS PENAS

Art.158) Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis e independentemente das que possam estar prevista no Código Tributário Municipal, as infrações aos dispositivos deste Código serão punidas com multa e, cumulativamente ou não, com a apreensão de material, produto ou mercadoria e interdição de atividades, sem prejuízo da obrigação de reparar o dano.

Seção I

Das Multas

Art.159) As multas serão aplicadas conforme previsto na tabela do anexo.

Parágrafo único: O Executivo fica autorizado anualmente atualizar os valores da tabela do anexo I com base no reajuste da Unidade padrão Municipal (UPM).

Art.160) Nas reincidências, as multas serão aplicadas progressivamente, em dobro, ainda que ultrapassem o limite máximo estabelecido na tabela do anexo I.

Art.161) A multa será inscrita em dívida ativa e judicialmente executada, se o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

Parágrafo único: Os infratores em débito, em razão de multa de que trata o caput, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de licitações, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a Administração Municipal.

Seção II

Da Apreensão de Bens

Art.162) A apreensão consiste na tomada de bens e terá como objetivo:

I - interromper a prática da infração; ou

II - servir como prova material da mesma.

Parágrafo único: Na apreensão, lavrar-se-á Auto de Apreensão que conterá a descrição da coisa apreendida, a referência ao Auto de Infração respectivo, se for o caso, e o órgão a quem o infrator deverá se dirigir para tomar as providências pertinentes.

Art.163) Nos casos de apreensão, o bem apreendido será recolhido aos depósitos da Prefeitura Municipal, se for o caso.

§ 1.º Quando os objetos apreendidos não puderem ser recolhidos àquele depósito, poderão ser depositados em mãos de terceiros ou, a critério do agente fiscalizador, do próprio detentor, observadas as formalidades legais.

§ 2.º Desde que não exista impedimento legal consubstanciado em legislação específica de caráter municipal, estadual ou federal, a devolução dos objetos apreendidos só se fará à vista de comprovante:

I - de pagamento das multas que tiverem sido aplicadas;

II - de indenização da Prefeitura pelas despesas que tiverem sido feitas com a sua apreensão, transporte, depósito e outros.

§ 3.º Tratando-se de coisa de rápido perecimento ou fácil deterioração, se não retirada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, será destinada a:

I - escolas ou centros educacionais municipais; ou

II - entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, em situação regular com o Município.

§ 4.º No caso do parágrafo anterior, a coisa será tida como perdida para todos os efeitos.

§ 5.º Os alimentos porventura apreendidos que não tenham procedência comprovada, não se prestarão a doação, devendo ser inutilizados.

§ 6.º Não caberá, em qualquer caso, responsabilidade à Prefeitura pelo perecimento das mercadorias apreendidas em razão de infração desta Lei.

Art.164. No caso de mercadorias não perecíveis quando não reclamadas e retiradas dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da lavratura do Auto de Apreensão, a coisa apreendida será doada a:

I - escolas ou centros educacionais municipais; ou

II - entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, em situação regular com o Município.

§ 1.º Quando da doação será emitido um recibo comprobatório, o qual ficará a disposição do interessado.

§ 2.º Os produtos apreendidos que não tenham procedência comprovada ou que sejam impróprios ao uso, não se prestarão a doação, devendo ser inutilizados.

Art.165. O Auto de Apreensão é o instrumento pelo qual a autoridade fiscal apura e registra o material apreendido, quando a ação fiscal assim o exigir, contendo:

I - obrigatoriamente:

a) nome, razão social ou outra denominação que possa identificar o proprietário ou detentor do bem apreendido, e endereço do mesmo;

b) dia, mês e ano da lavratura;

c) a relação pormenorizada do material apreendido e as condições atenuantes ou agravantes que ocasionaram a apreensão;

d) a assinatura e a matrícula de quem o lavrou;

II - se possível:

a) a assinatura do proprietário ou detentor do bem apreendido;

b) a assinatura e qualificação da testemunha;

c) foto do fato, com hora e data da ocorrência.

Art.166. As penalidades para as apreensões são as seguintes:

I - para as primeiras apreensões.

Pena - média.

II - para as segundas apreensões.

Pena - grave

III - nos casos de terceira apreensão não haverá a devolução das mercadorias apreendidas e será suspenso o alvará pelo prazo de 03(três) anos, sendo as mesmas destinadas conforme previsto no artigo 163, § 3º e artigo 164, caput.

Seção III

Da Interdição

Art.167) A interdição é o ato pelo qual se suspende a atividade do estabelecimento ou do local da atividade, nos casos em que as medidas de intimação e de autuação não se fizerem suficientes para o cumprimento das disposições deste Código.

§ 1.º O período de interdição será o necessário para que sejam cumpridas as exigências legais aplicadas.

§ 2.º O documento hábil para a interdição deverá conter:

I - nome, razão social ou outra denominação que permita identificar as atividades ou o local da atividade a ser interditado;

II - identificação do responsável pelo exercício da atividade ou pelo local da atividade;

III - endereço;

IV - os dispositivos legais infringidos;

V - a hora, dia, mês e ano da lavratura do auto de interdição;

VI - assinatura e matrícula de quem o lavrou.

Art.168) A desinterdição só se dará após o cumprimento e atendimento das exigências, bem como a liberação determinada pelo Titular do órgão competente.

§ 1.º O documento hábil para a desinterdição deverá conter as informações necessárias que identifiquem o infrator e que provem ter sido sanadas as irregularidades apontadas.

Capítulo III

DOS INSTRUMENTOS HÁBEIS

Seção I

Da Notificação

Art.169) A Notificação é um instrumento de caráter educativo e informativo, pelo qual a autoridade fiscal informa sobre o andamento de processos, bem como instrui a população sobre os dispositivos do presente Código e outras Leis, Decretos e Regulamentos, obedecendo a modelos especiais, contendo:

I - obrigatoriamente:

a) nome, razão social ou outra denominação que possa identificar o notificado e seu endereço;

b) hora, dia, mês e ano da lavratura;

c) os dispositivos a serem informados ou despacho exarado no processo;

d) a assinatura e a matrícula de quem a lavrou.

II - se possível

a) a assinatura do notificado;

b) foto do fato.

Seção II

Da Intimação

Art.170) O Termo de Intimação é um instrumento de caráter coercitivo, pelo qual o agente fiscal intima o cumprimento das disposições contidas neste Código e de outras Leis, Decretos e Regulamentos do Município, no prazo previsto, e deverá obedecer a modelos especiais, contendo:

I - obrigatoriamente:

a) nome, razão social ou outra denominação que possa identificar o intimado e seu endereço;

b) hora, dia, mês e ano da lavratura;

c) os dispositivos infringidos e as providências necessárias para o atendimento das exigências estipuladas neste Código, bem como o prazo para realização de tais providências;

d) a assinatura e a matrícula de quem a lavrou.

II - se possível:

a) a assinatura do intimado;

b) foto do fato.

Art.171) O infrator terá o prazo de 30(trinta) dias para atender o Termo de Intimação.

§ 1º. O prazo concedido pelo fiscal no termo de intimação poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que comprovadamente não cause riscos ou transtornos para a população e o meio ambiente.

§ 2º. O pedido de prorrogação de prazo deverá ser feito por escrito e motivado, em requerimento protocolado no órgão competente e importará em reconhecimento da veracidade da infração cometida.

§ 3º. Prazos superiores ao citado no caput do presente artigo dependerão de anuência do Secretário Municipal cuja matéria seja de sua competência.

§ 4º. Em ambos os casos, o fiscal que lavrou o termo de intimação deverá opinar, sempre que possível.

Seção III

Dos Autos de Infração e Apreensão

Art.172) O Auto de Infração e apreensão são instrumentos pelo qual a autoridade fiscal apura e registra a violação das disposições deste Código e de outras Leis, Decretos e Regulamentos do Município, e obedecendo a modelos especiais, contendo:

I - obrigatoriamente:

a) nome e endereço do infrator;

b) hora, dia, mês e ano da lavratura;

c) relato claro e completo do fato constante da infração e ou apreensão e os pormenores que possam servir de atenuantes ou agravantes à ação;

d) a assinatura e a matrícula de quem o lavrou;

e) valor da multa correspondente à infração, e do respectivo preceito legal ou regulamentar que fundamenta a imposição.

II - se possível:

a) a assinatura do infrator;

b) a assinatura e qualificação de testemunha;

c) foto que comprove a infração, com hora e data da ocorrência;

d) a razão social da empresa.

Art.172) Compete a fiscalização, em conjunto com o Secretário Municipal competente, determinar a interdição de estabelecimentos.

Seção I Disposições Comuns as Seções Anteriores

Art.173) Na recusa ou impossibilidade do infrator assinar a Notificação, o Termo de Intimação, o Auto de Infração ou o Auto de Apreensão, tal fato será consignado no mesmo pela autoridade que o lavrou.

Parágrafo único: A recusa não desobriga nem isenta o infrator a cumprir as penalidades impostas pelo documento lavrado.

Art.174) O infrator será notificado, intimado ou autuado por edital, publicado na Imprensa Oficial do Município de Campo Alegre, conforme prevê a Lei Orgânica e em jornal de circulação quando:

I - for desconhecido ou incerto;

II - estiver em local incerto, não sabido ou de difícil acesso;

III - por duas vezes não for encontrado, em dias distintos.

§ 1.º O edital conterá as informações do art. 170, para os casos de Intimação, e as informações do art. 172, para os casos de Autos de Infração e Apreensão, além do nome completo e matrícula do fiscal.

§ 2.º Também se considera de difícil acesso, para efeito do edital, qualquer localidade fora do Município.

Art.175) Ninguém poderá opor-se a que os fiscais inspecionem, os bens móveis, imóveis e semoventes.

Parágrafo único: O Fiscal, devidamente identificado, terá livre acesso a qualquer local no Município onde se fizer necessário o ato de fiscalizar.

Art.176) Em caso de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, bem como nas reincidências, ficam dispensadas notificação e intimações prévias, devendo ser aplicadas todas as sanções

cabíveis, ainda que concomitantes, de modo a interromper a prática da infração.

Art.177) O desrespeito, desacato, ofensa ao servidor competente, bem como o impedimento de acesso ao local, em razão de suas funções, bem como o embaraço oposto a qualquer ato de fiscalização de Leis ou regulamentos de posturas municipais, sujeitarão o infrator às sanções previstas no presente Código e as sanções previstas no Código Penal.

Pena - grave.

Parágrafo único: Para o perfeito cumprimento da atividade de fiscalizar, o agente fiscal poderá se valer da requisição da autoridade policial do Município.

Art.178) As sanções previstas nas seções anteriores são aplicáveis a todas as infrações previstas neste Código, salvo se previsto expressamente o contrário.

Capítulo IDA DEFESA

Art.179) O infrator terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar sua defesa contra a ação do agente fiscal, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento do Auto de Infração ou sua recusa.

Parágrafo único: Autuado por edital, o prazo começará a correr da data de sua publicação.

Art.180) A defesa far-se-á por requerimento dirigido ao Secretário ao qual a matéria for pertinente -autoridade julgadora-, facultado instruir sua defesa com documentos que deverão ser anexados ao processo.

Art.181) No julgamento da defesa, a autoridade julgadora deverá obedecer às seguintes regras:

I - quando aplicada à pena mínima prevista, o recurso deverá se limitar às formalidades do ato;

II - toda decisão deverá ser motivada, concluindo pela procedência ou não do Auto de Infração, nunca com o intuito de amenizar a pena.

Art.182) Pelo prazo em que a defesa estiver aguardando julgamento serão suspensos todos os prazos de aplicação das penalidades ou cobranças de multas, exceto as penalidades sobre produtos perecíveis.

Art.183) Da decisão do Secretário, caberá ao infrator recurso ao Prefeito dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar da data em que tiver tomado ciência da decisão do Secretário.

Capítulo DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Art.184) Os prazos estabelecidos por esta Lei ou por decisão em processo administrativo são contínuos, não se interrompendo nos feriados municipais, estaduais ou federais.

Art.185) Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração da autoridade competente, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, ao infrator provar que o não realizou por justa causa.

§ 1.º Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade do infrator e que o impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.

§ 2.º Verificada a justa causa, a autoridade competente restituirá o prazo ao infrator.

Art.186) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

§ 1.º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia em que:

I - for determinado o fechamento da repartição competente para receber o ato;

II - o expediente for encerrado antes da hora normal.

§ 2.º Consideram-se como feriado, nos termos do parágrafo antecedente, os dias em que a repartição competente não funcione.

TÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.187) A este Código será dada a publicidade necessária, estando

o mesmo a disposição de todos os interessados, em especial da comunidade local, fato que ninguém poderá se valer por desconhecer o teor do mesmo.

Art.188) Este Código entra em vigor na data da sua publicação.

Art.189) Fica revogada a Lei Municipal n.º 1.025 de 09 de março de 1987.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/12/2007.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO

As multas serão aplicadas conforme previsto na seguinte Tabela:

TIPO DA INFRAÇÃO	VALOR
PENA LEVE	20 (vinte) UPM (Unidade Padrão Municipal)
PENA MÉDIA	50 (cinquenta) UPM (Unidade Padrão Municipal)
PENA GRAVE	100 (cem) UPM (Unidade Padrão Municipal)
PENA GRAVÍSSIMA	200 (duzentas) UPM (Unidade Padrão Municipal)

a) O Executivo fica autorizado anualmente atualizar os valores da tabela do anexo I com base no reajuste da Unidade padrão Municipal (UPM).

b) Nas reincidências, as multas serão aplicadas progressivamente, em dobro, ainda que ultrapassem o limite máximo estabelecido na tabela do anexo I.

c) A multa será inscrita em dívida ativa e judicialmente executada, se o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

d) Os infratores em débito, em razão de multa de que trata o caput, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de licitações, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a Administração Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.321 de 07 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.321 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC,
A INTEGRAR O CIS-AMUNESC, ORGANIZADO
COMO ASSOCIAÇÃO PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizada a participação do Município de Campo Alegre/SC., no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS-AMUNESC, organizado como associação pública, conforme prevê a Lei Federal nº. 11.107/05, ficando

ratificada a alteração, a respeito, incluída no Estatuto Social do Consórcio, que, espelhando o termo de contrato que fixa as intenções, os objetivos e a estrutura do Consórcio, integra e é aprovado pela presente Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de dezembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/12/2007.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.322 de 07 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.322 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALEGRE INFÂNCIA".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALEGRE INFÂNCIA", com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 534, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, sob nº 397, à fls. 165v, do livro A - nº 2, na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 02.046.203/0001-44.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de dezembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/12/2007.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.323 de 07 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.323 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAULO FUCKNER".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAULO FUCKNER", com sede na Rua: Principal, nº localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, sob nº 193, à fls. 025v, do livro A - nº 2, na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 79.367.454/0001-55.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de dezembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.324 de 10 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.324 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2007

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS E INSTITUI O CONSELHO GESTOR DO FHIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Esta Lei cria o Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS e Institui o Conselho-Gestor do FHIS.

CAPÍTULO I
DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Seção I
Objetivos e Fontes

Art.2º) Fica criado o Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Art. 3º) Constituirão receitas do Fundo:

I - dotações orçamentárias próprias;
II - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados

ao FHIS;
III - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
IV - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais e internacionais;
V - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FHIS;
VI - recursos do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;
VII - outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

§ 1º) As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em instituição oficial, em conta aberta, especialmente, para esta finalidade.

§ 2º) Os recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, sempre que disponíveis, deverão ser aplicados.

Art.4º) O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será uma unidade orçamentária dentro do Orçamento Geral do Município.

Art.5º) Os recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, em consonância com as diretrizes e normas do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, e demais legislações que regem a matéria, serão aplicados, obrigatoriamente em ações vinculadas ao Plano Municipal de Habitação de interesse social, em especial para:

I - Construção, conclusão, melhoria e reforma de moradias;

II - produção de lotes urbanizados;

III - implementar, reformar e melhorar a urbanização, infra-estrutura, equipamentos urbanos e comunitários;

IV - aquisição de edificações e terrenos para implementação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;

V - aquisição de material de construção;

VI - serviços de assistência técnica e jurídica para implementação das políticas do plano Municipal de Habitação de Interesse Social;

VIII - revitalização de áreas degradadas para uso habitacional;

IX - publicação de material informativo com o objetivo de publicar as formas e critérios de acesso aos planos habitacionais de interesse social bem como informações que permitam o acompanhamento e a fiscalização pela sociedade das ações realizadas;

Art.6º) O FHIS será gerido por um Conselho-Gestor.

Seção II Do Conselho-Gestor do FHIS

Art.7º) O Conselho Gestor é Órgão de caráter deliberativo integrante da estrutura administrativa, responsável pela Política Municipal de Habitação, será composto de forma paritária com representantes do Poder Executivo e representantes da sociedade civil, designados por ato do Chefe Do Poder Executivo Municipal e será composto pelas seguintes Entidades:

Art.8º) A Presidência do Conselho-Gestor do FHIS será nomeado por ato do Chefe do Executivo Municipal.

§ 1º) O Presidente do Conselho Gestor do FHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 2º) O mandato dos Membros do Conselho, considerado de

relevante interesse público, será exercido gratuitamente pelo período de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3º) Cada membro titular do Conselho Municipal de Habitação terá 01 (um) suplente indicado pelo mesmo segmento a que o titular represente.

Art.9º) As reuniões ordinárias e extraordinárias serão iniciadas com a presença de um terço de seus membros e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes e a forma de convocação, bem como a periodicidade definidas em seu regimento interno.

Art.10) O Conselho Municipal de Habitação será constituído por 10 (dez).

Representantes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, a saber:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação;

VI - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

VII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Esporte e Lazer;

VIII - 01 (um) representante da Câmara de Municipal de Vereadores;

X - 01 (um) representante da Concessionária do Sistema de Água e Esgoto no Município;

Art.11) O Conselho Municipal de Habitação será constituído por 10 (dez)

Representantes da Sociedade Civil indicados pelas Entidades a seguir:

I - 06 (seis) representantes escolhidos em reunião entre Associações de Moradores;

II - 01 (um) representante do Sindicato Rural;

III - 02 (dois) representantes das associações das microbacias;

IV - 01(um) representante entre os profissionais liberais de engenharia e arquitetura.

Seção III

Das Competências do Conselho Gestor do FHIS

Art.12) Ao Conselho Gestor do FHIS compete:

I - estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política, e o Plano Municipal de Habitação;

II - aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS;

III - fixar critérios para a priorização das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas, nas matérias de sua competência;

IV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência;

V - aprovar seu regimento interno.

§ 1º) As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º) O Conselho Gestor do FHS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§3º) O Conselho Gestor do FHS promoverá audiências públicas e conferências representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS.

Art.13) Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art.14) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.148 de 20 de março de 1996.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de dezembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.325 de 10 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.325 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2007.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FREDERICO ADOLFO SCHNEIDER".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CARLOS FREDERICO ADOLFO SCHNEIDER", com sede na Rua: Cel. Veríssimo de Souza Freitas, nº 563, Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, sob nº 396, à fls. 165, do livro A - nº 2, na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 02.046.201/0001-55.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.326 de 12 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.326 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública	
300000.00.168 -	Despesas Correntes	
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.168 -	Aplicações Diretas	
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos da COSIP do orçamento vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de dezembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.327 de 12 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.327 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007.

ALTERA CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluído inciso IV e Parágrafo único no Art. 270 da Lei Municipal n.º 2.293/97, com a seguinte redação:

“IV - a área de imóvel que se localizar na faixa de Zona de Proteção Permanente - ZPP, definidas pelo §9º do Art. 20 da Lei Municipal n.º 3.137/06 e pela Lei Federal n.º 4.771/65.”

Parágrafo único - A isenção a que se refere o inciso IV deste artigo, não aplica-se a áreas localizadas na faixa de ZPP que possuam ou venham a possuir edificação, irregulares ou não.

Art. 2º - O § 2º do Art. 108 da Lei Municipal n.º 2.293/97 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - A alíquota progressiva do inciso II partirá de 2.0% no primeiro ano do lançamento do IPTU e aumentará meio ponto percentual a cada ano, até alcançar a alíquota-limite de 5%, não sendo aplicada às áreas localizadas na faixa de Zona de Proteção Permanente - ZPP, que deverão ser excluídas do cálculo.”

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.328 de 12 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.328 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 85.420,79 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete e nove centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades de Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS	

300000.00.119 -	Despesas Correntes	
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.119 -	Aplicações Diretas	
319004.00.119 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 59.800,00
319011.00.119 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 10.000,00
319016.00.119 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 1.000,00
319113.00.119 -	Contribuições Patronais	R\$ 13.500,00
91.04 -	Manutenção das Ativ. de Assist. Médica e Terapêutica	
10.303.0056.6.013 -	Convênio com Entidades de Classe e Secretarias de Estado	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.120,79
TOTAL		R\$ 85.420,79

Art. 2º) O créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades de Administrativas	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 13.460,79
91.06 -	Manutenção das Ativid. De Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
330000.00.000 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.000 -	Aplicações Diretas	
339030.00.127 -	Material de Consumo	R\$ 8.300,00
339030.00.502 -	Material de Consumo	R\$ 39.300,00
91.07 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária	
10.304.0058.2.119 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.126 -	Despesas Correntes	
330000.00.126 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.126 -	Aplicações Diretas	
339030.00.126 -	Material de Consumo	R\$ 7.000,00
91.08 -	Manutenção das Atividades do SISVAN	
10.306.0060.2.031 -	Programa de Reposição Nutricional	
300000.00.168 -	Despesas Correntes	
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.168 -	Aplicações Diretas	
339030.00.168 -	Material de Consumo	R\$ 1.360,00
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
10.305.0058.2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339039.00.132 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 16.000,00
TOTAL		R\$ 85.420,79

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.329 de 12 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.329 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA BELA VISTA".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA BELA VISTA", com sede na Rua: Das Azaléias, 59 Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, sob nº 468, à fls. 0215, do livro A - nº 2, na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 02.674.598/0001-20.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.330 de 12 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.330 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007.

AUTORIZA PAGAMENTO À TÍTULO DE RESSARCIMENTO AO CIS/AMUNESC E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar o pagamento ao CIS/AMUNESC, no valor de R\$ 1.120,79 (um mil, cento e vinte reais e setenta e nove centavos), a título de ressarcimento.

Art.2º) O pagamento de que trata o Artigo 1º desta Lei, refere-se aos serviços médicos especializados realizados através do consórcio de saúde nos meses de setembro á novembro de 2007, provenientes do reajuste da Tabela SUS, ocorrido a partir do mês de setembro de 2007.

Art.3º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 91.04.10.303.0056.6013 - Convênio com Entidades de Classe 339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.331 de 12 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.331 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007

INSTITUI POLÍTICA FLORESTAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - São objetivos da política florestal deste Município:

- I - promover o uso sustentável dos recursos naturais;
- II - proteger a biodiversidade;
- III - proteger os recursos hídricos;
- IV - proteger os remanescentes de Mata Atlântica;
- V - proteger as nascentes e bacias hidrográficas do Município, importantes locais de captação de água;
- VI - manter o caráter rural da região;
- VII - promover o resgate da memória histórica e cultural da imigração na região;
- VIII - incentivar a agricultura, mantendo a atividade e evitando êxodo rural;

Art. 2º Fica vedado o plantio de espécies exóticas com fins comerciais na área urbana central do Município, permitindo-se o plantio

apenas para fins ornamentais, com taxa de ocupação do plantio igual ou inferior a 5% (cinco por cento) da área do imóvel.

Parágrafo único - Compreendem-se exóticas, todas as espécies não existentes nos ecossistemas naturais do Município e da região.

Art. 3º Os proprietários de plantações de espécies exóticas e dos exemplares de dispersão espontânea localizados na área urbana central do Município, poderão no prazo de 60 dias da entrada em vigor desta lei, firmar termo de ajustamento de conduta com o Poder Executivo, fixando o prazo em que a vegetação será suprimida.

Parágrafo único: Em caso de negativa ou omissão dos proprietários em firmar o termo de que trata o caput deste artigo, as vegetações supramencionadas deverão ser suprimidas no prazo máximo de 12 meses contados da vigência desta lei, respeitada a exceção estabelecida no artigo anterior, devendo haver a recomposição florestal da área com espécies nativas da Mata Atlântica.

Art. 4º Ficam estabelecidas para a área rural cinco classes de aptidão de uso dos solos conforme sua declividade, profundidade, suscetibilidade a erosão, pedregosidade, limitação de fertilidade e drenagem, que são:

- a) Classe 1 - Aptidão boa para as culturas anuais climaticamente adaptadas.
- b) Classe 2 - Aptidão regular para culturas anuais climaticamente adaptadas.
- c) Classe 3 - Aptidão com restrições para culturas anuais climaticamente adaptadas, aptidão regular para fruticultura e boa aptidão para pastagens e reflorestamento.
- d) Classe 4 - Aptidão com restrições para fruticultura e aptidão regular ou com restrições para pastagem e reflorestamento.
- e) Classe 5- Preservação permanente.

§1º - É vedado o plantio de espécies florestais exóticas em solos classificados como 1 e 2, à partir da vigência da presente lei, onde não exista a cultura de espécies florestais exóticas;

§2º - É livre o plantio de espécies florestais exóticas em solos classificados como 3 e 4;

§3º É vedado o plantio de espécies florestais exóticas nos solos classificados como Classe 5, que deverão ser obrigatoriamente recompostos com espécies nativas da Mata Atlântica, após a colheita da floresta ou da supressão de exemplares de dispersão espontânea.

Art. 5º Com vistas à preservação da bacia hidrográfica e da captação de água do Município e da região, as plantações exóticas e os exemplares de dispersão espontânea localizados na APA "Alto Rio Turvo" instituída pela Lei Municipal n.º 2.347/98, deverão ser suprimidas no prazo máximo de 12 meses contados da vigência desta lei, respeitada a exceção estabelecida no artigo 2º desta lei, devendo haver a recomposição florestal da área com espécies nativas da Mata Atlântica.

Parágrafo único - As hipóteses previstas no artigo 4º desta lei não aplicam-se às plantações exóticas e os exemplares de dispersão espontânea localizados na APA "Alto Rio Turvo".

Art. 6º - O Município poderá celebrar convênios com instituições públicas e privadas para fins de apoio técnico e financeiro para aplicação desta Lei, além de instituir políticas de incentivo e apoio para a recomposição florestal, com distribuição de mudas nativas, dentre outras práticas.

Art.7º - Aplicam-se, subsidiariamente, na execução desta Lei, a legislação federal e Estadual pertinente bem como o disposto na Lei n.º 5.793, de 15 de outubro de 1980, e na regulamentação, especialmente quanto aos atos de cadastramento, vistorias, recursos e

demais procedimentos administrativos.

Art. 8º. - A fiscalização e as penalidades pelo descumprimento da presente lei, serão objetos de lei específica que regulamentara o procedimento administrativo para imposição das penalidades cabíveis.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.332 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.332 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DA LEI MUNICIPAL N.º 3.269/07.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Art. 2º da Lei n.º 3.269/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º) Sem prejuízo do disposto na Lei Complementar Municipal n.º 37/06, a zona urbana do município de Campo Alegre será descontinua e formada pelos 08 (oito) perímetros seguintes, todos constantes do Anexo Único, parte integrante desta Lei:

- I - Perímetro Urbano Central;
- II - Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos;
- III - Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo;
- IV - Perímetro Urbano de Campestre;
- V - Perímetro Urbano de São Miguel;
- VI - Perímetro Urbano do Parque Industrial I;
- VII - Perímetro Urbano do Faxinal;
- VIII - Perímetro Urbano da Zona de Turismo."

Art. 2º) Os itens VI e VIII do Anexo Único da Lei 3.269/07, passam a vigorar com a seguinte redação:

"VI - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO PARQUE INDUSTRIAL I:

"A poligonal que o Perímetro Urbano do Distrito Industrial I, tem sua amarração na Rodovia Estadual SC-301, no trevo de acesso a Cidade de Campo Alegre, por esta segue na direção Oeste sentido Campo Alegre - São Bento do sul, até a confluência com a Rua Francisco Bueno Franco, onde localiza-se o ponto 0pp; deste ponto segue na direção Sudeste, medindo 820,00 metros, até encontrar o ponto 01; deste ponto, deflete à esquerda na direção Nordeste, medindo 182,00 metros até encontrar o ponto 02; deste ponto deflete novamente a esquerda na direção Noroeste, medindo 578,00 metros até encontrar o ponto 03; deste ponto deflete novamente a esquerda na direção Noroeste, medindo 355,00 metros até encontrar o ponto 03; deste ponto deflete à esquerda

na direção Sudoeste medindo 184,00 e 200,00 metros de frente para à Rodovia Estadual SC-301, cruzando a Rua Francisco Bueno Franco até encontrar o ponto de partida Opp, fechando assim a poligonal.”

“VIII - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DA ZONA DE TURISMO:

Zona de Turismo do Rio Vermelho - “A poligonal do Perímetro Urbano da Zona de Turismo tem as seguintes características e confrontações: fazendo frente para Estrada Rio Vermelho por 10 (dez) linhas quebradas, 53,95m, 30,91m, 29,22m, 42,63m, 21,00m, 26,60m, 60,18m, 36,67m, 62,49m, 79,87m; fundos com fundos com Hermi Schwarz Heinzen por 409,91m, lado esquerdo de quem olha do lote para a rua, por 05 (cinco) linhas quebradas, com Paulo Bartsch por 68,41m, 106,73m, 143,65m e com HACASA Administração e Empreendimentos Imobiliários S.A. por 110,55m, 216,81m e finalmente lado direito por 02 (duas) linhas quebradas, com Auada's Empreendimentos Imobiliários Ltda-Me. por 565,60m e com PHS Participações Ltda. por 207,00m, Totalizando uma área de 284.431,00 m² (duzentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e trinta e um metros quadrados)”.

Zona de Turismo do Salto do Engenho - “Faz frente para Estrada Municipal do Salto CAM - 080 por seis (06) linhas quebradas de 73,99m, 23,36m, 20,82m, 58,22m, 89,01m, 61,38m, fundos com Rio da Geada por 762,47m, lado esquerdo de quem olha do lote para a rua com Adolar Kumd por 1.011,53m e finalmente lado direito com Ernestino Vidal de Souza por 667,68m”.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.333 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.333 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a conceder Contribuição no valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil, duzentos reais) à Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC.

Art.2º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se referente a Cota de Participação do Município de Campo Alegre/SC, ao PROJETO BIOALCOOL, à qual será repassada em uma única parcela no mês de Janeiro de 2008.

Parágrafo único: Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados exclusivamente ao PROJETO BIOALCOOL.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e Conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro do exercício de 2008.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 04.01.04.122.0007.4010 - Contribuição a Entidades de Classe 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2008.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.334 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.334 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.155.319/0001-98, com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, 563 Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2008.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 4.918 de 01 de novembro de 2007, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e Conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público,

deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro do exercício de 2008.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 02.01.04.122.0003.2009 - Subvenção a Entidades Educacionais 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2008.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.335 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.335 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 9.180,00 (nove mil e cento e oitenta reais) à FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede na Rodovia SC 301 nº 1.111 Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2008.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 4.918 de 01 de novembro de 2007, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro do exercício de 2008.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 02.01.04.122.0003.2009 - Subvenção a Entidades Educacionais, 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2008.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.336 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.336 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES, E ESTABELCE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.498.979/0001-32 com sede à Rua: Nereu Ramos, 124 Centro Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, sendo as duas primeiras no mês de fevereiro de 2008 no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e as demais parcelas nos meses subseqüentes no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "Bombeiros Mirins" em Campo Alegre/SC.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura/Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 4.918 de 01 de novembro de 2007, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2008.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 05.01.12.361.0009.6009 - Subvenção á Entidades Educacionais - 335043.00 - Subvenções Sociais.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.337 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.337 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ANTÔNIO DOMINGOS CORRÊA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 16.600,00 (dezesesseis mil e seiscentos reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Antônio Domingos Corrêa, inscrita no CNPJ/MF nº 79.367.256/0001-91 com sede á Rua: Ernesto Afonso Scheide, 132 Bairro Belo Horizonte Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 08 (oito) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2008.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "CORAL MUNICIPAL" em Campo Alegre/SC.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos valores recebidos de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 4.918 de 01 de novembro de 2007, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada

por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado dos Recursos previstos no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2008.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 05.01.12.361.0009.6009 - Subvenção á Entidades Educacionais - 335043.00 - Subvenções Sociais.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2008, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.338 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.338 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS - ACOB, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição , no valor de R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais) à ASSOCIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS - ACOB, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.079.947/0001-53, com sede na Rua: José Gomes Munhoz, 67 Centro - Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira parcela no mês de janeiro de 2008.

Parágrafo 2º) O recurso constante do Artigo 1º deverá ser aplicado pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 4.918 de 01 de novembro de 2007, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito do Recurso em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - O recurso concedido poderá ser aplicado no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do mês de janeiro de 2008.

Art.9º) A despesa decorrente da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 07.01.18.541.0037.4011 - Contribuição a Entidades de Classes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.339 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.339 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Termo de Convênio com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em dez parcelas, objetivando a Cooperação do Programa de Inseminação Artificial no Rebanho Pecuário no Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 4.918 de 01 de novembro de 2007, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 3ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a

PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do mês de janeiro de 2008.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.02.20.606.0027.6011 - Convênios com Entidades de Classes - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2008.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL VISANDO A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E SUBSEQUENTE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado por seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, aposentado, Carteira de Identidade nº 316.106, CPF/MF nº 121.265.519-20, residente e domiciliado à Rua: Cel.Veríssimo de Souza Freitas, nº 171, Bairro Cascatas, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO,

e de outro lado o Sindicato Rural de Campo Alegre, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.123.745/0001-75, estabelecido à Rua: Cel. Raymundo Munhoz, nº 77, Centro, - Campo Alegre/SC, neste ato representado por sua Presidente: LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES, estrangeira, solteira, agropecuarista, CPF nº 044.124.638-93, residente e domiciliada à Rua: Principal, nº localidade de Cubatão Município de Campo Alegre/SC, doravante denominado simplesmente SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre/SC, tem como objetivo o estabelecimento de ações básicas em regime de parceria com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no transcorrer do exercício de 2008.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

- 1 - Disponibilizar 1 (um) botijão e o Kit Básico de Inseminação Artificial;
- 2 - Divulgar o Programa aos produtores rurais juntamente com o Sindicato Rural de Campo Alegre;
- 3 - Orientar o inseminador quanto à seleção e cadastramento dos produtores interessados;
- 4 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de seleção zootécnica dos animais;
- 5 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de exames ginecológicos das fêmeas;
- 6 - Orientar o inseminador quanto à realização de exames sanitários dos rebanhos das propriedades;
- 7 - Orientar tecnicamente a nível de propriedade em questões de sanidade, manejo, nutrição e melhoramento.
- 8 - Sugerir, acompanhar os trabalhos de capacitação do Produtor Rural, mantendo os objetivos do Programa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO SINDICATO

1 - Responsabilizar-se pela contratação e colocação à disposição do Programa 01 (um) funcionário (inseminador) bem como capacitar os produtores rurais como Inseminadores visando o aprimoramento do homem do campo e permitindo que eles mesmos possam inseminar seus próprios rebanhos sob o monitoramento do Sindicato,

2- Disponibilizar aos produtores rurais capacitados para inseminação, botijões de sêmen e o material necessário para a realização do trabalho. Os botijões poderão ser adquiridos com recursos próprios do Sindicato ou obtidos na modalidade de "comodato" das empresas parceiras dos produtores rurais.

- 2 - Colocar à disposição do Programa um veículo, responsabilizando-se pelo seu abastecimento e manutenção;
- 3 - Responsabilizar-se pela reposição do nitrogênio líquido de todos os botijões alocados no Município, luvas descartáveis, sêmen, pipetas e outros materiais de consumo (técnico e administrativo), necessários ao bom andamento dos trabalhos;
- 4 - Fornecer suporte à realização dos exames sanitários do rebanho da propriedade, em especial brucelose e tuberculose, bem como outras doenças da reprodução que possam representar riscos à propriedade ou região.

Obs: os exames de brucelose e tuberculose são pré-requisitos para a realização de Inseminação Artificial e devem ser feitos em todo o rebanho e não apenas nos animais a serem inseminados.

- 5 - Manter atualizados os cadastros de produtores e fichas dos animais contemplados pelo Projeto;
- 6 - Cobrar dos produtores o mínimo necessário à cobertura dos

custos dos exames sanitários e da inseminação (aquisição de sêmen, reposição de material descartável, etc);

7 - Responsabilizar-se pelo controle de trabalho do inseminador, priorizando os serviços do Programa de Inseminação Artificial, não permitindo quaisquer desvios de função que venham a trazer prejuízos ao Programa;

8 - Elaborar relatórios mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte e remeter ao Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

9 - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;

10 - Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;

11 - Realizar Palestras, Cursos. Seminários voltados à capacitação do Produtor Rural incluindo o Jovem e a Mulher com o objetivo de incrementar a Renda melhorando a qualidade de vida e mantendo o homem no campo,

12 - Responsabilizar-se pela reciclagem dos produtores rurais - através de treinamento específico na área de inseminação artificial, pastagens, melhoramento do leite, melhoramento do gado de corte, seja no próprio Município ou em centros de treinamentos das diferentes entidades (Epagri / Senar) ;

13 - Aplicar os recursos para os fins a que se destina;

14 - Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;

15 - Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Convênio terá vigência, pelo prazo de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2008 até 31 de dezembro de 2008.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E FORMA DE REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.200,00 (um mil reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor do Sindicato Rural de Campo Alegre, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas no Programa de Inseminação Artificial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.02.20.606.0027.6011 - Convênios com Entidades de Classes - 335041.00 - Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo, as partes convenientes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou

unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento de 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2008.

RENATO BAHR	LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES
Prefeito Municipal	Presidente do Sindicato Rural de Campo Alegre

TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE
CPF nº 808.376.389-68
NOME: ROSANI LINZMEYER
CPF nº 920.517.749-00

Lei Nº 3.340 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.340 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, no valor total de R\$ 3.780,00 (três mil e setecentos e oitenta reais), objetivo repassar recursos como forma de cooperação nas ações implementadas com intuito de fortalecer o comércio local e o setor de serviços, no transcorrer do exercício de 2008.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o caput deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 4.918 de 01 de novembro de 2007, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos

no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura/Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, a Presidente e o Tesoureiro da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do mês de janeiro de 2008.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.23.691.0042.6012 - Convênios com Entidades de Classes - 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2008.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO.

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cel. Bueno Franco, 292 Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, aposentado, Carteira de Identidade nº 316.106-4, inscrito CPF sob nº 121.265.519-20, residente e

domiciliado à Rua: Cel. Veríssimo de Souza Freitas, 127, Bairro Cascatas, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.653.657/0001-71, estabelecida à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro - Campo Alegre/SC, neste ato representada por seu Presidente: ROBERTO RENATO BÄECTHOLD, brasileiro, casado, Empresário, RG nº 2.011.201, CPF nº 765.203.319-53, residente e domiciliado à Rua: Dr. Karl Dudda, 328 Centro, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, tem por objetivo fortalecer o comércio local e o setor de serviços no transcorrer do exercício de 2008.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o MUNICÍPIO efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 378,00 (trezentos e setenta e oito reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 3.780,00 (três mil e setecentos e oitenta reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.23.691.0042.6012 - Convênios com Entidades de Classe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

- Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Promover campanhas e visitas ao Comércio e Setor de Serviços informais e não associados, com a finalidade de promover o associativismo e a legalidade, buscando alcançar a sustentabilidade da Entidade;
- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer

responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:

- - Ofício de encaminhamento;
- - Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC 28;
- - Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;
- - Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2008 até 31 de dezembro de 2008.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2008.

RENATO BAHR	ROBERTO RENATO BÄECTHOLD
Prefeito Municipal	Presidente Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE	
CPF nº 808.376.389-68	
NOME: REGINA MARIA MUNHOZ	
CPF nº 294.453.709-10	

Lei Nº 3.341 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.341 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a

seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, no valor total de R\$ 3.780,00 (três mil e setecentos e oitenta reais), objetivando a Cooperação Financeira retirando as Empresas do Mercado Informal, promovendo o Associativismo e auxiliando na execução do Projeto Empreender.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 4.918 de 01 de novembro de 2007, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a PrefeituraGabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre -ACIACA.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do mês de janeiro de 2008.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.23.691.0042.6.012 - Convenio com Entidades de Classes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2008.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO.

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cel. Bueno Franco, 292, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 316.106-4, CPF/MF nº 121.265.519-20, residente e domiciliado à Rua: Cél. Veríssimo de Souza Freitas, nº 171, Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.367.017/0001-31, estabelecida à Rod. SC-301, 1.111 Centro - Campo Alegre/SC, neste ato representada por seu Presidente: ELEANDRO PAULI, brasileiro, casado, Comerciante, Portador da Carteira de Identidade nº 3.270.227, CPF/MF nº 005.480.949-50, residente e domiciliado à Rua: Pe. Luiz Gilg, nº 102, Centro, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, tem por objetivo retirar as empresas do Mercado Informal, promover o Associativismo, auxiliar na manutenção da execução do Projeto Empreender no transcorrer do exercício de 2008.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o MUNICÍPIO efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 378,00 (trezentos e setenta e oito reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 3.780,00 (três mil e setecentos e oitenta reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.23.691.0042.6.012 - Convênio com Entidades de

Classes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

- Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Convênio;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados;
- Acompanhar da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA em visitas às Empresas informais e não associadas, com a finalidade de promover o Associativismo e a legalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento;
- Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC 28;
- Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;
- Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2008 até 31 de dezembro de 2008.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2008.

RENATO BAHR	ELEANDRO PAULI
Prefeito Municipal	Presidente Associação Comercial Industrial Agropecuária ACIACA

TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE	
CPF nº 808.376.389-68	
NOME: MARLENE F. P. M. FOITTE	
CPF nº 311.281.229-87	

Lei Nº 3.342 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.342 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007

"AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL ÀS ENTIDADES DESCRITAS NO ARTIGO 1º DESTA LEI E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL autorizado a conceder Subvenção Social as seguintes Entidades estabelecidas no Município de Campo Alegre/SC:

I - ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - A.C.C., R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais);

II - ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CAMPO ALEGRE, R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

III - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FRAGOSOS, R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

IV - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTANA, R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

V - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO, R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

VI - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL, R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

VII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUEIMADOS, R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

VIII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE BAIXO, R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

IX - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SALTO, R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

X - CLUBE DO IDOSO AMOR E ESPERANÇA, R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais);

XI - CLUBE DO IDOSO SAGRADA FAMÍLIA, R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais);

§ 1º - Os valores descritos nos Incisos deste Artigo serão repassados em 05 (cinco) parcelas nos meses: fevereiro, abril, junho, agosto e outubro sendo a primeira no mês de fevereiro de 2008.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo, deverão ser aplicados pela respectiva Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, exclusivamente em Despesas Correntes.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 4.918 de 01 de novembro de 2007, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrar a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do mês de janeiro de 2008.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 92.01.08.244.0063.4012 - Contribuições a Entidades de Classes - 335043.00 - Subvenções Sociais, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, podendo ser suplementada mediante

autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.343 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.343 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO
ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 30.387,34 (trinta mil, trezentos e oitenta e sete reais, trinta e quatro centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.500 -	Vale Alimentação	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339046.00.136 -	Auxílio-alimentação	R\$ 12.500,00
04.01-	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01-	Serviço do Controle Fazendário	
04.129.0007.2.011-	Contribuição Para a Formação do Pasep	
300000.00.136-	Despesas Correntes	
330000.00.136-	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136-	Aplicações Diretas	
339047.00.136-	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 8.000,00
04.00-	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01-	Serviço do Controle Fazendário	
04.843.0007.2012 -	Amortização da Dívida Junto ao INSS	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
469071.00.136 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado	5.000,00
08.00-	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.	
08.03-	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
17.512.0048.2.024-	Coleta de Lixo Urbano	

300000.00.136-	Despesas Correntes	
330000.00.136-	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136-	Aplicações Diretas	
339039.00.136-	Outros Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas	4.887,34
TOTAL		R\$ 30.387,34

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

02.00 -		
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.201 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 10,00
04.122.0003.2.301 -	Capacitação dos Servidores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 90,00
04.122.0003.2.701 -	Aquisição de Máquinas equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 347,64
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.128.0005.2.302 -	Capacitação de Servidores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 16,00
04.128.0005.2.600 -	Bolsa de estudo a Servidor.	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339018.000.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudante	R\$ 550,68
04.00-	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01-	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0007.2.203 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 34,00
04.123.0007.2703 -	Aquisição de Máquinas Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 417,10
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	

07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente	
18.541.0036.1.011 -	Organização de Palestras, Cursos e Similares.	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 20,00
18.541.0038.1.033 -	Manutenção das áreas de Preservação Ambiental	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	R\$ 2.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$16.350,00
20.606.0028.1.009 -	Distribuição de Insumos Agrícolas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339032.00.136 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 299,00
20.606.0035.1.018 -	Distribuição de Insumos Agrícolas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339032.00.136 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 174,75
07.02 -	Divisão do Desenvolvimento Econômico	
20.606.0026.2.208 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 420,00
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo.	
23.695.0039.1.013 -	Construção do Pórtico Turístico do Município	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.183 -	Obras e Instalações	R\$ 700,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 -	Remuneração do Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319004.00.136 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 4.800,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 994,33
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 425,73
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 500,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.183 -	Obras e Instalações	R\$ 500,00
17.512.0048.1.021 -	Implantação do Aterro Sanitário Municipal	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 250,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 250,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.183 -	Obras e Instalações	R\$ 1.238,11
TOTAL		R\$ 30.387,34

Art 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.344 de 18 de Dezembro de 2007

LEI Nº 3.344 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007
DISPÕE SOBRE A LEI GERAL DO SIMPLES MUNICIPAL
EM CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 146, II, D, 170, IX E
179 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A LEI COMPLEMENTAR
FEDERAL 123/06 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO I

DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO

Art. 2º - Fica criado o Alvará Digital Provisório, caracterizado pela

concessão por meio digital de alvará provisório de localização, com prazo de vigência de 90 (noventa) dias, para atividades econômicas em início de atividade no território do Município.

§ 1º Fica disponibilizado no site do Município o formulário de pedido de Alvará Digital Provisório, o qual será transmitido ao órgão competente, para manifestação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao da solicitação do alvará provisório, acerca da compatibilidade do local com a atividade solicitada e o deferimento do Alvará Digital Provisório.

§ 2º No preenchimento do formulário, deverão ser informados:
I - Atividade principal e secundárias, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE;

II - Nome da pessoa jurídica;

III - Endereço completo do estabelecimento;

IV - Inscrição imobiliária;

V - Número de inscrição no CNPJ;

IV - Nome e qualificação do sócio ou administrador se for o caso;

VII - Nome do requerente;

VIII - Nome do contabilista responsável pela escrita fiscal, quando for o caso.

§ 3º A emissão do alvará digital provisório fica condicionada ao pagamento da respectiva taxa de expedição de alvará, nos termos da lei do Código Tributário Municipal, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - Documentos de constituição, devidamente registrado no órgão competente;

II - Cartão do CNPJ;

III - CPF dos sócios.

§ 4º - Para a conversão do alvará provisório em Alvará por prazo indeterminado, deverá o contribuinte, antes de expirado o prazo de validade do Alvará Digital Provisório, apresentar na repartição competente cópias dos seguintes documentos:

I - Vistoria do Corpo de Bombeiros;

II - Vigilância Sanitária;

III - Habite-se.

§ 5º - Somente será concedido alvará provisório para as atividades consideradas de baixo risco, de acordo com regulamentação a ser definida em Decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 6º - O alvará previsto no caput deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais e de comércio ambulante.

§ 7º - O Poder Público Municipal poderá impor restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará Digital Provisório, no resguardo do interesse público.

§ 8º - Havendo justo motivo, o prazo referido no caput deste artigo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante despacho do Secretário Municipal de Finanças.

Art. 3º - Os órgãos competentes deverão providenciar, no prazo de vigência do Alvará Digital Provisório, vistoria no estabelecimento visando a expedição dos demais atos necessários à emissão do alvará definitivo, nos termos da legislação pertinente.

Art. 4º - O Alvará Digital Provisório será declarado nulo se:

I - no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela cadastrada;

II - forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar

danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma, a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;

III - ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais.

IV - for expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;

V - ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento.

Art. 5º - Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao Município e/ou a terceiros os que, dolosamente, prestarem informações falsas ou sem a observância das Legislações federal, estadual ou municipal pertinente.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para integração ao Projeto Registro Mercantil Integrado - REGIN, a fim de desburocratizar os procedimentos para abertura, alteração e baixa de empresas.

Parágrafo único: Todos os Órgãos Públicos Municipais envolvidos em qualquer fase do processo de abertura e fechamento de empresas observarão a uniformidade no processo de registro e de legalização, ficando o Poder Executivo autorizado a baixar atos necessários para evitar a duplicidade de exigências e para agilizar os procedimentos de análise.

CAPÍTULO II DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 7º - As ME e EPP optantes pelo regime tributário Simples Nacional, recolherão o valor devido mensalmente a título de ISSQN mediante aplicação das respectivas tabelas anexas à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ressalvado o ISSQN devido em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte.

Art. 8º - O valor devido mensalmente a título de ISSQN pelas Microempresas optantes pelo Simples Nacional que auferam receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 16 de dezembro de 2006, será por estimativa, no valor mensal de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º - O valor estimado mensal, nos termos do caput, será aplicado a partir do ano-calendário de 2008.

§ 2º - As ME que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º - O valor estimado apurado na forma deste artigo será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 4º - O valor estimado apurado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Art. 9º. Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISSQN em valor fixo, de acordo com o Código Tributário Municipal, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Art. 10 - (regular as obrigações acessórias, observando ainda a Resolução CGSN nº 10/07).

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 11 - Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal

exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto às ME e EPP;

Parágrafo único: Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade e/ou pendência.

CAPÍTULO IDISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - As MEs e as EPPs que se encontrem sem movimento há mais de três anos poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independentemente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos.

Parágrafo único: A baixa prevista neste artigo não impede que, posteriormente, sejam lançados e exigidos valores apurados em decorrência da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de irregularidades praticadas pelas Microempresas e pelas Empresas de Pequeno Porte, inclusive tributos e respectivas penalidades, reputando-se solidariamente responsáveis os titulares ou sócios.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 042 de 19 de Dezembro de 2006

LEI COMPLEMENTAR Nº 042 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.
DISPÕE ALTERAÇÃO DE ARTIGO DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 039.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ampliar o nº a Gratificação de que trata o parágrafo 1º do Artigo 8º e também fica autorizado alterar o número de vagas do cargo de Médico IV, em até 05 vagas, criado pela Lei Complementar Municipal nº 039, passando a ter a seguinte redação:

“ Art. 8º- Fica instituída a unidade de pagamento “hora-plantão” para os ocupantes do cargo de Médico IV (médico plantonista), junto a Pronto Atendimento do Município de Campo Alegre, no âmbito do Sistema Único de Saúde, com o objetivo de atender em regime de pronto-atendimento, ocorrências médico-ambulatoriais, nos locais designados pela Secretaria Municipal de Saúde.

§1º - O valor da hora/plantão será de R\$ 21,17 (vinte e um reais e dezessete centavos), acrescidos de 40% de gratificação médica e 25% (vinte e cinco por cento) de adicional noturno, na forma da Lei Complementar Municipal n.º 006.

§2º- A referida hora/plantão será reajustada anualmente, pelos mesmos índices de reajustes salariais do funcionalismo público municipal.”

§3º - A gratificação a que se refere o § 1º deste Artigo será acrescida de 100% (cem por cento) nos plantões médicos realizados no período entre os dias 24 de dezembro de 2006 e 07 de janeiro de 2007.

§4º- A fixação da quantidade de vagas para a prestação regular dos serviços de que trata esta Lei, será feita de acordo com as necessidades do serviço de modo atender à lotação mínima necessária ao efetivo funcionamento do serviço de pronto-atendimento.

§5º- Para atender à prestação do serviço médico ora instituído, o Gestor da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social poderá firmar convênio com instituições hospitalares ou utilizará o funcionalismo Público Municipal vinculado à própria Secretária da Saúde e Desenvolvimento Social, quando necessário.

§6º- O ocupante do cargo de Médico IV, deverá registrar sua frequência em livro-ponto próprio ou meio eletrônico”.

Art.2º - Caso seja necessário prorrogar o contrato firmado com a CLINICAMPO 04/2006 até a perfeita implementação da presente Lei, fica desde já autorizada à despesa referente a serviços efetivamente prestados.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de dezembro de 2006.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/12/2006

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 041 de 19 de Dezembro de 2006

LEI COMPLEMENTAR Nº 041 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 002/01, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Artigo 9º da Lei Complementar Municipal nº 002/01 de 21 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.9º) As alíquotas do ITBI são as seguintes, tomando-se por base o valor, avaliado ou declarado, do imóvel ou direito transmitido ou cedido:

- I - até R\$10.000,00 (dez mil reais) 1% (um por cento);
- II - acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) 2% (dois por cento);
- III - acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) 3% (três por cento)”.

Art. 2º) O Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 002/01 de 21 de dezembro de 2001, passa a vigorar com os valores atualizados

Parágrafo Único: Os valores de que tratam o caput deste artigo serão atualizados anualmente conforme o índice de reajuste da Unidade Padrão Municipal - UPM.

Art.3º) Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à partir de 02 de janeiro de 2007, fazendo parte integrante do Sistema Tributário Municipal de acordo com a Lei Municipal nº 2.293 de 23 de dezembro de 1997.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de dezembro de 2006.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/12/2006

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO III

TABELA DE VALORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA DO ITBI DO TERRITÓRIO RURAL POR ALQUEIRE CONVERTIDO EM REAIS

LOCALIDADE	CLASSE A	CLASSE B
Avenca do Rio Negro	8.000,00	6.000,00
Avenquinha	11.000,00	8.500,00
Bateias de Baixo (rural)	10.000,00	7.500,00
Bateias de Cima	8.000,00	6.000,00
Campestre	13.000,00	10.500,00
Campinas	8.000,00	6.000,00
Cãozinho	8.000,00	6.000,00
Capinzal	8.000,00	6.000,00
Corredeiras	11.000,00	8.500,00
Cubatão	8.000,00	6.000,00
Estr. Rio Vermelho	11.000,00	8.500,00
Faxinal	11.000,00	8.500,00
Floresta	13.000,00	10.500,00
Fragosos (rural)	8.000,00	6.000,00
Fundão	11.000,00	8.500,00
Lageado	13.000,00	10.500,00
Laranjeiras	10.000,00	7.500,00
Lavrinha	8.000,00	6.000,00
Mato Bonito	8.000,00	6.000,00
Onça Parda	8.000,00	6.000,00
Papanduva	13.000,00	10.500,00
Papanduvinha	8.000,00	6.000,00
Queimados	8.000,00	6.000,00

Quiriri	8.000,00	6.000,00
Rio Represo	8.000,00	6.000,00
Ribeirão das Pedras	8.000,00	6.000,00
Ribeirão do Meio	8.000,00	6.000,00
Rodeio Grande	8.000,00	6.000,00
Saltinho	10.000,00	7.500,00
Salto	13.000,00	10.500,00
Sant'Ana	8.000,00	6.000,00
São Miguel	13.000,00	10.000,00
Serrinha	8.000,00	6.000,00
Tijucume	8.000,00	6.000,00
Ximbuva	8.000,00	6.000,00
Outras não especificadas	8.000,00	6.000,00

Lei Complementar Nº 040 de 19 de Dezembro de 2006

LEI COMPLEMENTAR Nº 040 DE 19 DE
DEZEMBRO DE 2006.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 2º DA
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 011
DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - O Artigo 2º da Lei que Institui a Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, e Dá Outras Providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º - A contribuição de que trata o Artigo anterior será devida pelos consumidores residenciais edificados, ao custo mensal do serviço de Iluminação Pública, rateado entre os contribuintes de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica, em conformidade com a seguinte Tabela":

I - CONSUMIDORES RESIDENCIAIS E DA CLASSE RURAL:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$
0 a 30 kWh	ISENTO
31 a 50 kWh	1,32
51 a 100 kWh	3,40
101 a 200 kWh	5,27
201 a 500 kWh	9,46
501 a 1000 kWh	18,82
acima de 1001 kWh	37,58

II - CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. SERV. PÚBLICO:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$
0 a 30 kWh	6,31
31 a 50 kWh	9,25
51 a 100 kWh	19,28
101 a 200 kWh	23,02
201 a 500 kWh	27,17
501 a 1000 kWh	41,79
acima de 1001 kWh	58,43

III - CONSUMIDORES DO PODER PÚBLICO:**FAIXA DE CONSUMO****VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$**

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$
0 a 30 kWh	7,87
31 a 50 kWh	15,71
51 a 100 kWh	23,51
101 a 200 kWh	31,32
201 a 500 kWh	46,98
501 a 1000 kWh	62,60
acima de 1001 kWh	78,24

IV - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$
0 a 2000 kWh	84,56
2001 a 5000 kWh	118,35
5001 a 10000 kWh	202,85
10001 a 50000 kWh	304,24
Acima de 50001 kWh	371,83

Art.3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de dezembro de 2006.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/12/2006

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 039 de 12 de Dezembro de 2006

LEI COMPLEMENTAR Nº 039 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006.
INSTITUI PRONTO ATENDIMENTO, CRIA CARGO E ALTERA LEI
COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 006.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o serviço de Pronto Atendimento Médico de Campo Alegre, que realizará suas atividades no Município, obedecendo escala elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde, na seguinte forma:

I - Plantão Médico de 24 (vinte e quatro) horas, nos finais de semana, feriados oficiais, ponto facultativo ou férias, com horário a ser estabelecido de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria de Saúde.

II - Plantão Médico de 12 (doze) horas, nos dias úteis, no final de semana, feriados oficiais, ponto facultativo ou férias, com horário a ser estabelecido de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único - Denomina-se Pronto Atendimento médico o regime de trabalho seqüencial e ininterrupto de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) horas, prestado por profissionais médicos do Município de Campo Alegre, com o objetivo de oferecer o atendimento inicial ou encaminhamento para Unidade Hospitalar.

Art. 2º - Fica criado, no âmbito da Estrutura de Cargos Efetivos do Município de Campo Alegre, o cargo de Médico IV (Médico Plantonista), com habilitação, atribuições e responsabilidades descritas nos Anexos da presente Lei, que alteram anexos da Lei Complementar Municipal n.º 006.

Art. 3º - O Médico de plantão deverá ficar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, durante todo o período, obrigando-se a prestar atendimento médico, sem limite de consultas e outros procedimentos, de acordo com as estruturas físicas e condições do local para o qual for designado.

Art. 4º - O Plantão Médico será prestado por médico concursado ou contratado na forma da Lei nº. 006 e suas alterações, de acordo com escala implantada pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 5º - O profissional médico concursado, ocupante de cargo efetivo de médico no Município de Campo Alegre, poderá manter novo vínculo com a Administração, na forma prevista nesta lei, acumulando cargos, desde que observadas as vedações previstas no inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal e no Art. 76 da Lei Complementar Municipal n.º 006.

Art. 6º - Cada médico poderá trabalhar, no máximo de 60 (sessenta) horas semanais, nelas incluídas um máximo de 24 (vinte e quatro) horas de plantão seguidas.

Art. 7º- Caberá ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com observância da Legislação aplicável, em especial a L.R.F quanto ao gasto com pessoal, disciplinar seu funcionamento e dimensionar sua estrutura de atendimento.

Art. 8º- Fica instituída a unidade de pagamento "hora-plantão" para os ocupantes do cargo de Médico IV (médico plantonista), junto a Pronto Atendimento do Município de Campo Alegre, no âmbito do Sistema Único de Saúde, com o objetivo de atender em regime de pronto-atendimento, ocorrências médico-ambulatoriais, nos locais designados pela Secretaria Municipal de Saúde.

§1º - O valor da hora/plantão será de R\$ 21,17 (vinte e um reais e dezessete centavos), acrescidos de 40% de gratificação médica e 25% (vinte e cinco por cento) de adicional noturno, na forma da Lei Complementar Municipal n.º 006.

§2º- A referida hora/plantão será reajustada anualmente, pelos mesmos índices de reajustes salariais do funcionalismo público municipal.

§3º- A fixação da quantidade de vagas para a prestação regular dos serviços de que trata esta Lei, será feita de acordo com as necessidades do serviço de modo atender à lotação mínima necessária ao efetivo funcionamento do serviço de pronto-atendimento.

§4º- Para atender à prestação do serviço médico ora instituído, o Gestor da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social poderá firmar convênio com instituições hospitalares ou utilizará o funcionalismo Público Municipal vinculado à própria Secretária da Saúde e Desenvolvimento Social, quando necessário.

§5º- O ocupante do cargo de Médico IV, deverá registrar sua frequência em livro-ponto próprio ou meio eletrônico.

Art. 9º - Somente serão remunerados através da hora-plantão os profissionais que atuarem diretamente na unidade de pronto-atendimento, no local designado pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 10 - Todos os profissionais que desempenharem a função de plantonista deverão cumprir a jornada que lhe forem determinadas, distribuídas conforme escala previamente estabelecida, incluindo-se a realização de plantões em finais de semana ou feriados, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 11 - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente à época dos respectivos dispêndios.

Art. 12 - O serviço de pronto-atendimento será regulamentado, no que couber, através de Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de dezembro de 2006.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/12/2006

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIORES	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	ANS	6	Advogado	40 horas	00	00	01
02	ANS	6	Assistente Social	40 horas	01	00	01
03	ANS	6	Bibliotecário	40 horas	00	00	01
04	ANS	6	Contador	40 horas	00	00	01
05	ANS	6	Enfermeiro	40 horas	01	00	03
06	ANS	6	Engenheiro	40 horas	02	01	03
07	ANS	6	Farmacêutico	40 horas	01	01	01
08	ANS	6	Fisioterapeuta	30 horas	01	01	01
09	ANS	6	Fonoaudiólogo	30 horas	01	00	01
10	ANS	6	Médico I	20 horas	07	03	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas	00	00	02
12	ANS	6	Médico Veterinário	40 horas	01	01	02
13	ANS	6	Nutricionista	30 horas	01	00	01
14	ANS	6	Odontólogo I	20 horas	08	06	06
15	ANS	6	Odontólogo II	40 horas	00	00	02
16	ANS	6	Psicólogo	40 horas	01	01	01
17	ANS	6	Terapeuta Ocupacional	40 horas	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas	04	04	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas	10	04	10
20	ANI	4	Agente Administrativo II	40 horas	14	10	15

21	ANI	4	Auxiliar de Enfermagem	40 horas	09	05	Em extinção
22	ANI	4	Instrutor de Música	Por hora aula	03	03	06
23	ANB	3	Agente Administrativo I	40 horas	00	05	Em extinção
24	ANB	3	Agente Operacional III	40 horas	17	12	18
25	ANB	3	Motorista	40 horas	09	08	12
26	ANB	2	Auxiliar de Educador	40 horas	10	08	10
27	ANB	2	Agente Operacional II	40 horas	07	04	05
28	ANB	2	Auxiliar de Odontologia	40 horas	02	00	04
29	ANB	1	Agente Operacional I	40 horas	81	66	81
30	ANS	6	Médico III	10 horas	00	00	04
31	ANIS	5A	Agente Administrativo III	40 horas	00	00	04
32	ANS	6	Médico IV (Médico Plantonista)	Até 60 horas-plantão	00	00	10

ANEXO I - A
TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NOMENCLATURA DO CARGO	ESCOLARIDADE
01	ANS	Advogado	Formação Superior em Direito
02	ANS	Assistente Social	Formação Superior em Assistência Social
03	ANS	Bibliotecário	Formação Superior em Biblioteconomia
04	ANS	Contador	Formação Superior em Contabilidade
05	ANS	Enfermeiro	Formação Superior em Enfermagem
06	ANS	Engenheiro	Formação Superior em Engenharia
07	ANS	Farmacêutico	Formação Superior em Farmácia
08	ANS	Fisioterapeuta	Formação Superior em Fisioterapia
09	ANS	Fonoaudiólogo	Formação Superior em Fonoaudiologia
10	ANS	Médico I	Formação Superior em Medicina
11	ANS	Médico II	Formação Superior em Medicina
12	ANS	Médico Veterinário	Formação Superior em Medicina Veterinária
13	ANS	Nutricionista	Formação Superior em Nutrição
14	ANS	Odontólogo I	Formação Superior em Odontologia
15	ANS	Odontólogo II	Formação Superior em Odontologia
16	ANS	Psicólogo	Formação Superior em Psicologia
17	ANS	Terapeuta Ocupacional	Formação Superior em Terapia Ocupacional
18	ANI	Técnico em Nível Médio	Ensino Médio e Curso Técnico na área de atuação
19	ANI	Fiscal	Ensino Médio e Curso Técnico Contábil
20	ANI	Agente Administrativo II	Ensino Médio
21	ANI	Auxiliar de Enfermagem	Ensino Médio e Curso de Auxiliar de Enfermagem
22	ANI	Instrutor de Música	Ensino Médio e curso na área de atuação
23	ANB	Agente Administrativo I	Ensino Fundamental e/ou Curso de Auxiliar
24	ANB	Agente Operacional III	Ensino Fundamental
25	ANB	Auxiliar de Educador	Ensino Fundamental
28	ANB	Auxiliar de Odontologia	Ensino Fundamental
26	ANB	Motorista	4º série do Ensino Fundamental
27	ANB	Agente Operacional II	Alfabetizado
29	ANB	Agente Operacional I	Alfabetizado
30	ANS	Médico III	Formação Superior em Medicina
31	ANIS	Agente Administrativo III	Formação Superior
32	ANS	Médico IV (médico-plantonista)	Formação Superior em Medicina / Especialidade

ANEXO V - TABELA DE VENCIMENTO DE PROVIMENTO EFETIVO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 006

NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
6	63	R\$ 2.414,89	R\$ 2.487,32	R\$ 2.561,94	R\$ 2.638,81	R\$ 2.717,98	R\$ 2.799,50
	62	R\$ 2.022,42	R\$ 2.083,10	R\$ 2.145,59	R\$ 2.209,95	R\$ 2.276,25	R\$ 2.344,56
	61	R\$ 1.693,75	R\$ 1.744,56	R\$ 1.796,89	R\$ 1.850,80	R\$ 1.906,33	R\$ 1.963,53
	53A	R\$ 1569,65	R\$ 1.616,73	R\$ 1.665,24	R\$ 1.715,19	R\$ 1.766,65	R\$ 1.819,65
5A	52A	R\$ 1314,55	R\$ 1.353,99	R\$ 1.394,60	R\$ 1.436,44	R\$ 1.479,54	R\$ 1.523,93
	51A	R\$ 1100,92	R\$ 1.133,94	R\$ 1.167,96	R\$ 1.203,00	R\$ 1.239,09	R\$ 1.276,27
5	53	R\$ 1.207,44	R\$ 1.243,64	R\$ 1.280,97	R\$ 1.319,40	R\$ 1.358,98	R\$ 1.399,76
	52	R\$ 1.011,22	R\$ 1.041,56	R\$ 1.072,79	R\$ 1.104,97	R\$ 1.138,12	R\$ 1.172,28
	51	R\$ 846,86	R\$ 872,28	R\$ 898,45	R\$ 925,39	R\$ 953,15	R\$ 981,76
4	43	R\$ 928,80	R\$ 956,66	R\$ 985,35	R\$ 1.014,92	R\$ 1.045,37	R\$ 1.076,72
	42	R\$ 777,84	R\$ 801,19	R\$ 825,22	R\$ 849,99	R\$ 875,48	R\$ 901,74
	41	R\$ 651,43	R\$ 670,98	R\$ 691,11	R\$ 711,84	R\$ 733,19	R\$ 755,20
3	33	R\$ 807,64	R\$ 831,88	R\$ 856,83	R\$ 882,54	R\$ 909,01	R\$ 936,27
	32	R\$ 676,38	R\$ 696,67	R\$ 717,58	R\$ 739,12	R\$ 761,29	R\$ 784,12
	31	R\$ 566,46	R\$ 583,46	R\$ 600,96	R\$ 619,00	R\$ 637,57	R\$ 656,68
2	23	R\$ 702,31	R\$ 723,38	R\$ 745,07	R\$ 767,44	R\$ 790,45	R\$ 814,17
	22	R\$ 588,16	R\$ 605,83	R\$ 623,97	R\$ 642,70	R\$ 661,99	R\$ 681,84
	21	R\$ 492,58	R\$ 507,36	R\$ 522,57	R\$ 538,28	R\$ 554,40	R\$ 571,03
1	13	R\$ 585,25	R\$ 602,80	R\$ 620,89	R\$ 639,53	R\$ 658,69	R\$ 678,47
	12	R\$ 490,14	R\$ 504,83	R\$ 519,99	R\$ 535,59	R\$ 551,66	R\$ 568,21
	11	R\$ 410,48	R\$ 422,80	R\$ 435,47	R\$ 448,54	R\$ 462,00	R\$ 475,86
NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F

VALO- RES HORA	43	R\$ 4,83	R\$ 4,99	R\$ 5,14	R\$ 5,29	R\$ 5,45	R\$ 5,61
	42	R\$ 4,05	R\$ 4,18	R\$ 4,29	R\$ 4,42	R\$ 4,56	R\$ 4,68
	41	R\$ 3,38	R\$ 3,48	R\$ 3,58	R\$ 3,71	R\$ 3,80	R\$ 3,91
VALO- RES HORA	63	R\$ 30,17	R\$ 31,08	R\$ 32,01	R\$ 32,97	R\$ 33,96	R\$ 34,98
	62	R\$ 25,27	R\$ 26,03	R\$ 26,81	R\$ 27,61	R\$ 28,44	R\$ 29,29
	61	R\$ 21,17	R\$ 21,81	R\$ 22,46	R\$ 23,13	R\$ 23,82	R\$ 24,53

ANEXO

I

PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES
ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: ANS - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
	Médico Plantonista	1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrointestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia; 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos; 3. Conhecer soluções e medicamentos; 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade; 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência; 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: -Curso Superior de Medicina com especialidade médica; -Registro no Conselho Regional de Medicina; b) Para Promoção à Referência "F" do Sub-nível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Medicina.
*****	*****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3268/57.	*****

Número de Vagas: 10

Lei Complementar Nº 038 de 10 de Outubro de 2006

LEI COMPLEMENTAR Nº 038 DE 10 DE OUTUBRO DE 2006

INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE

CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º) Ficam disciplinadas as obras de construções, reformas, acréscimos e de demolições de edificações públicas ou privadas no território do Município de Campo Alegre, observando-se ainda as Leis que compõem o Plano Diretor.

Parágrafo Único - As obras de que trata o caput deste artigo ficam assim definidas:

I - Por construção, entende-se toda obra de edificação autônoma, sem vínculo funcional com outras edificações existentes no lote;

II - Por reforma, entende-se toda obra de substituição total ou parcial dos elementos construtivos de uma edificação, que modifica ou não a área, a forma ou a altura da compartimentação;

III - Por acréscimo, entende-se toda obra de ampliação de uma edificação que implica no aumento de sua área construída ou da respectiva altura, sem modificação da edificação original;

IV - Por demolição, entende-se toda obra ou destruição total ou parcial de uma edificação pelos seguintes motivos:

- a) Interesse do proprietário;
- b) Segurança pública;
- c) Ilegalidade da edificação.

Art.2º) Para os efeitos desta Lei as edificações classificam-se em:

I - Edificações residenciais;

a) Unifamiliares: unidades construtivas autônomas destinadas à moradia;

b) Multifamiliares: unidades construtivas com instalações de uso comum constituindo edifícios isolados ou conjunto de edifícios destinados à moradia permanente ou temporária.

§ 1º) As edificações residenciais coletivas destinadas à moradia permanente são os edifícios de apartamentos.

§ 2º) As edificações residenciais coletivas destinadas à moradia temporária são os hotéis e pensões, internatos, pensionatos, ancionatos e congêneres.

II - Edificações comerciais;

III - Edificações industriais;

IV - Edificações Especiais.

Art.3º) Para efeitos deste código ficam dispensados de apresentação do projeto e da concessão de licença, as construções e as pequenas reformas com as seguintes características:

I - As reformas internas de edificações afastadas do alinhamento e das divisas com lotes vizinhos;

II - Construção de muros de divisas, salvo quando da construção do muro frontal;

III - Reforma de muro frontal, desde que possua alinhamento frontal expedido pela Prefeitura Municipal.

Art.4º) Os edifícios de acesso ao público deverão possuir condições técnicas-construtivas que assegurem aos deficientes físicos, plenas condições de acesso, circulação e utilização de suas dependências, devendo para isso obedecer as normas técnicas da ABNT.

Art.5º) O responsável pela instalação de atividades que possam ser causadoras de poluição, ficará sujeito a apresentar o licenciamento ambiental emitido pelos órgãos Estadual ou Federal para posterior exame e aprovação pelo órgão Municipal.

Art.6º) Os Projetos e obras sujeitos às disposições desta Lei, deverão atender as normas, especificações, padrões e métodos aprovados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art.7º) São isentos do cumprimento das normas de prevenção e combate a incêndio, estabelecidos pela Legislação Estadual e Municipal as edificações residenciais unifamiliares.

Parágrafo Único - A aprovação do projeto preventivo contra incêndio, bem como a vistoria das instalações será feita pelo Corpo de Bombeiros de Campo Alegre.

Art.8º) A colocação de anúncios e letreiros só será feita mediante previa licença da Prefeitura.

CAPITULO II

DAS CONSTRUÇÕES URBANAS

SEÇÃO I

DA APROVAÇÃO DO PROJETO

Art.9º) Antes da elaboração do projeto definitivo o interessado deverá requerer consulta prévia a Prefeitura Municipal para orientação quanto às normas urbanísticas vigentes.

§ 1º) As construções residenciais com área inferior a 70m2

poderão fazer uso dos projetos denominados padrão moradia econômica disponibilizados pela Prefeitura Municipal, os quais serão isentos de taxas de Alvará de Licença de Construção e "Habite-se", desde que este seja seu único imóvel.

§ 2º) As construções que fizerem uso dos projetos denominados padrão moradia econômica obrigatoriamente seguirão o projeto aprovado.

§ 3º) A consulta previa será solicitada mediante requerimento acompanhada dos seguintes documentos:

I - Cópia do Registro Geral do terreno ou contrato de compra e venda acompanhado da aprovação do loteamento ou desmembramento ou autorização de construção acompanhado do registro geral;

II - Croqui com a situação do terreno em relação às ruas adjacentes.

§ 4º) A Prefeitura Municipal emitirá uma certidão contendo as diretrizes básicas para a referida construção no prazo máximo de 15 (quinze) dias, cuja validade será de no máximo 180 (cento e oitenta) dias.

Art.10) A aprovação do projeto de edificação será solicitada a Prefeitura mediante requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

I - Projeto Arquitetônico apresentado em três cópias assinadas pelo proprietário, pelos autores dos componentes do projeto e pelo responsável técnico legalmente habilitado pelo CREA, contendo pelo menos:

a) Planta de situação na escala adequada ao formato do papel onde constarão as dimensões do lote, distancia à esquina próxima, indicação de pelo menos duas ruas adjacentes, orientação magnética, posição do meio fio, postes, hidrantes, arborização, entrada para veículos no passeio público e demais elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais.

b) Planta de localização na escala adequada ao formato do papel onde constarão a projeção da edificação ou das edificações dentro do lote, indicando os afastamentos da edificação em relação às divisas e a outra edificação porventura existente, orientação do norte magnético, o posteamento da CELESC mais próximo, e demais informações necessárias ao total entendimento da obra;

c) Memorial descritivo da obra e dos materiais;

d) Quadro estatístico contendo: área e testada do lote, área de projeção de cada unidade construída e existente se houver, cálculo da área total de cada unidade construída ou a ser construída, taxa de ocupação e o coeficiente de impermeabilização do lote;

e) Planta baixa de cada pavimento que comportar a construção na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta) determinando: os níveis, as dimensões e áreas de todos os compartimentos, projeção de telhados, tipos de pisos e de tetos e de revestimentos, inclusive dos vãos de iluminação, ventilação, garagem e área de estacionamento, a finalidade de cada compartimento, os traços indicativos dos cortes longitudinal e transversal, indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra e demais itens para o seu total entendimento;

f) Corte transversal e longitudinal, indicando altura dos compartimentos, altura das janelas e peitoris, inclinação do telhado, tipo de telha, tipo de piso, laje ou rebaixamento da mesma, quando existir, e demais elementos necessários à compreensão do projeto,

na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta);

g) Tabela de esquadrias.

h) As plantas de elevação serão no mínimo duas, uma lateral e uma frontal, porém, quando a construção localizar-se em divisa, dispensar-se-á a lateral e exigir-se-á uma posterior. Poderá ser exigido mais plantas de elevação, conforme a necessidade de interpretação do projeto.

II - Projeto das instalações hidráulicas e sanitárias;

III - Projeto de prevenção e combate a incêndios, exceto residências unifamiliares, conforme normas técnicas do corpo de Bombeiros do Município de Campo Alegre;

IV - Projeto estrutural para construções acima de 1 (um) pavimento;

V - Projeto de instalações elétricas nas construções com área superior a 150m² (cento e cinquenta metros quadrados), de acordo com as normas expedidas pela concessionária de energia elétrica.

Art.11) Nos casos de modificações ou acréscimo deverá ser indicado o que será demolido ou construído, mediante as normas técnicas da ABNT.

Art.12) A Prefeitura Municipal disponibilizará ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o deferimento ou as exigências que se impuserem para aprovação do projeto.

Art.13) Após aprovação do projeto e comprovado o pagamento da taxa devida, a Prefeitura Municipal disponibilizará o projeto aprovado que terá validade de 180 dias, podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento do interessado, dentro da validade.

Art.14) De posse do projeto aprovado e comprovado o pagamento da taxa devida, o interessado poderá requerer a licença da obra, que será válida pelo prazo máximo de 1 (um) ano, contados a partir da data de sua expedição.

§ 1º) As obras iniciadas que exigirem prazos superiores para sua conclusão, poderão ter o prazo prorrogado mediante justificativa por mais 1 (um) ano;

§ 2º) Ultrapassado esse prazo, será necessário novo pedido de licença da obra, mediante pagamento de novas taxas.

SEÇÃO II DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.15) A execução da obra somente poderá ser iniciada depois de aprovado o projeto e expedido o alvará de licença para a construção.

Parágrafo Único - As obras somente serão licenciadas quando estiverem em terrenos localizados nas vias oficiais aprovadas pela Prefeitura Municipal.

Art.16) Uma obra será considerada iniciada assim que estiver com os serviços das fundações em andamento.

Art.17) O alvará de licença deverá ser mantido no local da obra juntamente com um jogo de cópias do projeto aprovado para apresentar a fiscalização da Prefeitura.

Art.18) Não será permitida sob pena de multa ao responsável pela obra, a permanência de qualquer material de construção na via pública e no passeio, por tempo maior que o necessário para sua descarga e remoção.

Art.19) Nenhuma construção ou demolição poderá ser executada no alinhamento predial, sem que seja obrigatoriamente protegida por tapumes que garantam a segurança de quem transita pelo logradouro.

Art.20) Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que a metade da largura do passeio, deixando a outra inteiramente livre e desimpedida para os transeuntes.

Art.21) Concluída a obra, deverá ser requerida, a Prefeitura Municipal, vistoria para fins de aprovação e "habite-se".

§ 1º - Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade estando em funcionamento as instalações hidro-sanitárias e elétricas.

§ 2º - Por ocasião da vistoria para fins de aprovação e "habite-se", de que trata o caput deste artigo, o sistema de fossa, filtro, sumidouro e caixa de gordura deverão estar visíveis e aberta para comprovação.

Art.22) As obras de modificações introduzidas em projetos já aprovados serão detalhadas e precedidas de licença junto à Prefeitura Municipal, que após exame poderá exigir detalhamento das referidas modificações, quando estas alterarem a área construída ou a forma de implantação de edificação no lote.

Art.23) Procedida à vistoria e constatado que a obra foi realizada em consonância com o projeto aprovado, obriga-se a Prefeitura a expedir o Certificado de Conclusão de Obra ("habite-se") no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de entrega do requerimento.

§ 1º) Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem o respectivo "habite-se";

§ 2º) Quando a edificação divergir do projeto, esta poderá ser embargada no todo ou em parte conforme o caso, e determinada à realização das obras necessárias para a sua adequação ao código de obras no prazo estipulado para tanto que não poderá exceder a 60 (sessenta) dias;

§ 3º) Não sendo obedecido o prazo imposto para as providências exigidas, o responsável técnico será multado, e se ainda assim não for regularizada, será ajuizada a competente ação judicial visando esse fim.

Art.24) Poderá ser concedido "habite-se" parcial a juízo do órgão competente da Prefeitura Municipal, nos seguintes casos:

I - Quando se trata de prédio composto de parte comercial e parte residencial, e puder cada uma ser utilizada independente da outra;

II - Quando se tratar de prédio de apartamentos, caso uma parte seja completamente concluída e pelo menos um acesso esteja concluído;

III - Quando se tratar de edificação geminada, estando seu acesso devidamente concluído.

Art.25) Quando as fachadas estiverem situadas no alinhamento, estas não poderão ter, até a altura de 2,50, saliências maiores que 20 cm, nem poderão abrir para fora persianas, gelosias ou qualquer outro tipo de vedação, abaixo desta altura.

**SUBSEÇÃO II
DAS FUNDAÇÕES**

Art.26) As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo não ultrapasse os limites indicados nas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 1º) As fundações não poderão invadir as vias públicas;

§ 2º) As fundações das edificações deverão ser executadas de maneira que não prejudiquem os imóveis vizinhos, e sejam totalmente independentes e situados dentro dos limites do lote.

**SUBSEÇÃO III
DAS PAREDES E DOS PISOS**

Art.27) As paredes tanto externas como internas, quando executadas em alvenaria, deverão ter espessura mínima de 10 cm (dez centímetros).

§ 1º) As paredes de alvenaria quando constituírem divisões entre economias distintas, e as construídas nas divisas dos lotes, deverão ter espessura mínima de 20 cm (vinte centímetros).

§ 2º) As vedações externas das edificações deverão ter as condições de isolamento, tais que garantam conforto térmico e acústico no interior dos compartimentos.

Art.28) As espessuras mínimas de paredes constantes no artigo anterior, poderão ser alterados, quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo os mesmos índices de resistência, impermeabilidade, e isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

SUBSEÇÃO IDOS CORREDORES, ESCADAS E RAMPAS

Art.29) Os vãos de acesso às edificações, bem como as passagens, corredores, e rampas serão dimensionados segundo a seguinte classificação.

I - De uso Privativo - Restrito à utilização de unidades residenciais, escritórios particulares, consultórios, salas comerciais e outras unidades imobiliárias autônomas sem acesso ao público;

II - De uso Comum - De utilização aberta à distribuição do fluxo de circulação nas unidades de uso privativo e de acesso ao público.

Art.30) As passagens, corredores, escadas e rampas quando de uso privativo em unidades residenciais, terão largura mínima de 80 cm (oitenta centímetros) e de quando de uso privativo em unidades comerciais, terão largura mínima de 1,00 m (um metro).

Art.31) Quando forem de uso coletivo ou comum, terão largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), para um comprimento máximo de 10,00 m (dez metros).

Parágrafo Único - Nas galerias comerciais a largura nunca será inferior a 2,00 m (dois metros).

Art.32) As portas de acesso às edificações de uso coletivo deverão possuir sistema que possibilite sua abertura de dentro para fora.

Art.33) As escadas deverão atender às seguintes exigências.

I - O dimensionamento dos degraus será feito sempre de acordo com a fórmula $2h + P = 63$ a 64 cm. Onde h é a altura ou espelho do degrau e não terão medidas inferiores a 16 cm (dezesesseis centímetros) nem superiores a 18 cm (dezoito centímetros), e p a profundidade do degrau;

II - Quando o desnível a vencer for maior que 3,00 m (três metros), terão patamar intermediário de profundidade pelo menos igual à largura da escada.

III - As escadas e rampas deverão ser executadas de forma a apresentarem superfície em materiais antiderrapantes.

Art.34) As escadas em leque terão seus degraus dimensionados na metade da largura da escada, quando esta for inferior a 1,20m ou no máximo a 60 cm do bordo interior nas escadas de maior largura.

§ 1º) As escadas em leque não poderão ter largura inferior a 1,00 m (um metro);

§ 2º) Nas escadas em leque será obrigatória a largura mínima de 10 cm para o piso do bordo interior do degrau.

§ 3º) Sempre que a altura a vencer for superior a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) será obrigatório intercalar um patamar mínimo de 1,00 m (um metro)

Art.35) As rampas devem respeitar o seguinte:

I - Quando destinada a pedestres: 10% (dez por cento) de inclinação máxima;

II - Quando destinada a veículos: 25% (vinte e cinco por cento) de inclinação máxima.

SUBSEÇÃO DAS MARQUISES E BALANÇOS

Art.36) A construção de marquises obedecerá às seguintes condições:

I - Quando no alinhamento não poderão exceder a 3/4 (três quartos) da largura do passeio;

II - Não pode ter altura inferior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do passeio;

III - A marquise terá estrutura em balanço sem apoio no passeio para que não prejudique a circulação de pedestres, nem o desenvolvimento da arborização existente, nem o posteamento da iluminação pública e telefônica.

Art.37) Serão admitidos toldos retráteis ou não desde que atendidas as exigências do artigo anterior.

**SUBSEÇÃO VI
DOS MUROS, CALÇADAS E PASSEIOS**

Art.38) A construção de muros de fechamento, no alinhamento dos lotes edificados é facultativo, desde que esteja ajardinado e possua meio-fio e calçada.

Parágrafo Único - Os terrenos baldios nas ruas pavimentadas, deverão ser fechados em seu alinhamento, com tapumes, cercas de tela ou muro de alvenaria.

Art.39) Os proprietários dos imóveis que tenham frente para vias pavimentadas ou dotadas de meio-fio, são obrigados a pavimentar a calçada em frente de seus lotes, além de manter sua conservação.

§ 1º) Em determinadas vias a Prefeitura Municipal poderá determinar a padronização dos passeios, em função da estética desejada para a mesma, sem que para isso incida qualquer ônus para si.

§ 2º) Fica proibido o uso ou construção de obstáculos, bem como de o emprego de materiais ou objetos que dificultem a locomoção de pessoas, com exceção dos projetos executados pelo Poder Público.

Art.40) O rebaixamento de guias ou meio-fio, destinado à entrada de veículos, depende de licença especial, e não pode exceder a 50% (cinquenta por cento) da testada do lote, ficando proibido o rebaixamento de guias nas esquinas limitado ao mínimo de 20 (vinte) metros de perímetro da curvatura.

Parágrafo Único - No caso da utilização de toda a testada para estacionamento o rebaixamento poderá ser de 100% (cem por cento) da testada do lote.

Art.41) Os muros edificados no alinhamento frontal das edificações e nas divisas laterais, não poderão ter altura superior a 2,10 m (dois metros e dez centímetros), salvo quando se tratar de muro de arrimo ou áreas construídas nos termos das Leis que compõem o Plano Diretor.

Art.42) A Prefeitura poderá exigir dos proprietários a construção de muros de arrimo e de proteção, sempre que o nível do terreno for superior ou inferior ao logradouro público ou quando houver desnível entre os lotes, que possa prejudicar tais lotes e/ou as construções vizinhas.

Art.43) Todo proprietário que tiver em seu lote, muro, cerca ou similar, além do passeio pavimentado e em bom estado de conservação, poderá através de Lei específica, gozar para efeitos de tributação, de alíquota diferenciada.

SUBSEÇÃO VII DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art.44) Todo ambiente de permanência prolongada deverá dispor de abertura que se comunique com a área externa para fins de iluminação e ventilação.

Art.45) Ficam excluídas da exigência do artigo anterior, as circulações em geral, as caixas de escada e compartimentos de utilização transitória.

Art.46) os compartimentos da edificação classificam-se em:

I - De permanência prolongada, os compartimentos destinados às funções de estar, dormir, trabalhar, lazer e estudar.

II - De permanência transitória os demais compartimentos.

Art.47) Nos compartimentos de permanência prolongada os vãos de iluminação e ventilação abertos, para o exterior deverão ter área mínima correspondente à 1/6 (um sexto) da área do piso.

Art.48) Os compartimentos de permanência transitória terão vãos de ventilação com área mínima correspondente a 1/8 (um oitavo) da área do piso.

Art.49) Será admitida ventilação mecânica nos compartimentos de utilização transitória através de dutos, exaustão mecânica, ventilação indireta ou mecânica similar.

SUBSEÇÃO VIII DAS INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS

Art.50) Deverá ser obedecido o regulamento da Concessionária de Água e Saneamento sobre abastecimento e tratamento de água, bem como suas normas sobre tratamento de esgotos, além do que dispuser as Leis que compõem o Plano Diretor.

Art.51) É obrigatório que toda edificação disponha de sistema de tratamento de esgotos, seja através de fossa séptica, filtro anaeróbio, sumidouro/vala de infiltração conforme projeto básico fornecido pela Prefeitura Municipal, ou sistema similar, desde que seja comprovadamente eficiente.

§ 1º) Caso a Prefeitura Municipal constate qualquer tipo de poluição, proveniente da rede de esgoto, deverá ela notificar o estabelecimento, lacrar o sistema, embargar a obra e exigir a imediata solução do problema.

§ 2º) Em caso de não atendimento das exigências das autoridades Municipais, deverá ser cassado o "habite-se" e/ou o alvará de licença de funcionamento da edificação, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 3º) Em caso de reformas, ampliações ou modificações que envolvam instalações sanitárias de cozinhas e banheiros, a edificação deverá se adequar a este artigo.

Art.52) Não serão considerados como aberturas para iluminação, as janelas que abrirem para terrenos cobertos, alpendre ou avandados com mais de 2,00 m (dois metros) de largura.

SUBSEÇÃO IX DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LÓGICAS E DE TELECOMUNICAÇÕES

Art.53) As instalações de energia elétrica nas edificações, deverão atender as normas técnicas da ABNT.

Parágrafo Único - No caso de obras específicas o projeto deverá ter ainda a aprovação da Concessionária de Eletricidade.

Art.54) As instalações de rede lógica e de telecomunicações nas edificações deverão atender as normas técnicas da ABNT.

Parágrafo Único - No caso de obras específicas o projeto deverá ter ainda a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

SUBSEÇÃO X DAS INSTALAÇÕES ESPECIAIS

Art.55) Consideram-se especiais às instalações de gás, aquecedores, ar condicionado, pára-raios, antenas de rádio e televisão, ar comprimido, oxigênio e demais instalações exigidas para o funcionamento de determinada atividade.

§ 1º) Os botijões de gás engarrafados deverão estar abrigados em compartimento próprio externo da edificação, com vão de ventilação permanente voltado para o exterior da edificação e obedecida as demais disposições contidas na Legislação.

§ 2º) Os aparelhos aquecedores de água a gás deverão ser instalados em locais abertos, com ventilação permanente.

CAPITULO III DAS CONSTRUÇÕES RURAIS SEÇÃO I DA APROVAÇÃO DO PROJETO

Art.56) Antes de iniciar uma edificação na área rural, o interessado deverá procurar a Prefeitura Municipal para orientação quanto às normas específicas vigentes.

Art. 57) Entende-se por edificações rurais:

I - Edificações residenciais, que são unidades construtivas, autônomas ou não, destinadas à moradia;

II - Edificações de benfeitorias de uso rural, são construções diversas para o desenvolvimento da atividade rural como: silos, galpões, aviários, pocilgas, esterqueiras, mangueiras, currais, estábulos e outros;

III - Edificações agroindustriais.

Art.58) As edificações que constam no artigo anterior necessitam obrigatoriamente de alvará de construção, exceto as construções constantes no inciso II com área inferior a 200m².

§ 1º) As construções residenciais com área inferior a 70m² poderão fazer uso dos projetos denominados padrão moradia econômica disponibilizados pela Prefeitura Municipal, os quais serão isentos de taxas de Alvará de Licença de Construção e "Habite-se".

§ 2º) As construções que fizerem uso dos projetos denominados padrão moradia econômica obrigatoriamente seguirão o projeto aprovado.

Art.59) As edificações constantes no inciso II do artigo 57, com área inferior a 200m², receberão no momento da consulta, autorização da Prefeitura Municipal, na qual constará orientações quanto a execução da referida obra, sem custos ao requerente.

Art.60) Antes da elaboração do projeto definitivo o interessado deverá requerer consulta prévia a Prefeitura Municipal para orientação quanto às normas urbanísticas vigentes.

§ 1º) A consulta previa será solicitada mediante requerimento acompanhada dos seguintes documentos:

I - Cópia do Registro Geral do terreno ou recibo ou contrato de compra e venda acompanhado da aprovação do loteamento ou desmembramento ou autorização de construção acompanhado do registro geral ou recibo ou contrato de compra e venda;

II - Croqui com a situação do terreno em relação às vias adjacentes.

§ 2º) A Prefeitura Municipal emitirá uma certidão contendo as diretrizes básicas para a referida construção no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art.61) A aprovação do projeto de edificação será solicitada a Prefeitura mediante requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

I - Projeto Arquitetônico apresentado em três cópias assinadas pelo proprietário e responsável técnico legalmente habilitado pelo CREA, contendo pelo menos:

a) Planta de situação e localização na escala adequada ao formato do papel onde constarão, a projeção da edificação ou das edificações dentro do terreno figurando rios, canais, ruas adjacentes e outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades Municipais, as dimensões do terreno e as dos afastamentos da edificação em relação às divisas e a outra edificação porventura existente, orientação do norte magnético e demais informações necessárias ao total entendimento da obra;

b) Memorial descritivo da obra;

c) Quadro estatístico contendo: área e testada do terreno, área de projeção de cada unidade construída e existente se houver, cálculo da área total de cada unidade construída ou a ser construída, taxa de ocupação;

d) Planta baixa de cada pavimento que comportar a construção na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta) determinando: os

níveis, as dimensões e áreas de todos os compartimentos, inclusive dos vãos de iluminação, ventilação, garagem, a finalidade de cada compartimento, os traços indicativos dos cortes longitudinal e transversal, indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra e demais itens para o seu total entendimento;

e) Corte transversal e longitudinal, indicando altura dos compartimentos, altura das janelas e peitoris, e demais elementos necessários à compreensão do projeto, na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta);

f) Tabela de esquadrias.

II - Projeto das instalações hidráulicas e sanitárias;

III - Projeto de prevenção e combate a incêndios, exceto residências unifamiliares, conforme normas técnicas do corpo de Bombeiros do Município de Campo Alegre;

IV - Projeto estrutural para construções acima de 1 (um) pavimento;

V - Projeto de instalações elétricas nas construções com área superior a 150m², de acordo com as normas expedidas pela concessionária de energia elétrica.

Art.62) Nos casos de modificações ou acréscimo deverá ser indicado o que será demolido ou construído, mediante as normas técnicas da ABNT.

Art.63) A Prefeitura Municipal disponibilizará ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o deferimento ou as exigências que se impuserem para aprovação do projeto.

Art.64) Após aprovação do projeto e comprovado o pagamento das taxas devidas, a Prefeitura fornecerá licença da obra, que será válida pelo prazo máximo de 1 (um) ano, contados a partir da data de sua expedição.

§ 1º) As obras iniciadas que exigirem prazos superiores para sua conclusão, poderão ter o prazo prorrogado mediante justificativa por mais 1 (um) ano;

§ 2º) Ultrapassado esse prazo, será necessário novo pedido de licença da obra.

SEÇÃO II DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.65) A execução da obra somente poderá ser iniciada depois de aprovado o projeto e expedido o alvará de licença para a construção.

Art.66) A obra será considerada iniciada assim que estiver com os serviços das fundações em andamento.

Art.67) O alvará de licença deverá ser mantido no local da obra juntamente com um jogo de cópias do projeto aprovado para apresentar a fiscalização da Prefeitura.

Art.68) Concluída a obra, deverá ser requerida, a Prefeitura Municipal, vistoria para fins de aprovação e "habite-se".

§ 1º - Uma obra é considerada concluída quando tiver condições

de habitabilidade.

§ 2º - Por ocasião da vistoria para fins de aprovação e "habite-se", de que trata o caput deste artigo, o sistema de fossa, filtro, sumidouro e caixa de gordura deverão estar visíveis e aberta para comprovação.

Art.69) As obras de modificações introduzidas em projetos já aprovados serão detalhadas e precedidas de licença junto à Prefeitura Municipal, que após exame poderá exigir detalhamento das referidas modificações, quando estas alterarem a área construída ou a forma de implantação de edificação no lote.

Art.70) Procedida à vistoria e constatado que a obra foi realizada em consonância com o projeto aprovado, obriga-se a Prefeitura a expedir o Certificado de Conclusão de Obra ("habite-se") no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de entrega do requerimento.

§ 1º) Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem o respectivo "habite-se";

§ 2º) Quando a edificação divergir do projeto, esta poderá ser embargada no todo ou em parte conforme o caso, e determinada à realização das obras necessárias para a sua adequação ao código de obras no prazo estipulado para tanto que não poderá exceder a 60 (sessenta) dias;

§ 3º) Não sendo obedecido pelo proprietário o prazo imposto para as providências exigidas, o proprietário será multado e/ou ajuizada a competente ação judicial visando esse fim.

Art.71) Poderá ser concedido "habite-se" parcial a juízo do órgão competente da Prefeitura Municipal.

SUBSEÇÃO II DAS FUNDAÇÕES

Art.72) As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo não ultrapasse os limites indicados nas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 1º) As fundações não poderão invadir as vias públicas;

§ 2º) As fundações das edificações deverão ser executadas de maneira que não prejudiquem os imóveis vizinhos, e sejam totalmente independentes e situados dentro dos limites do lote.

SUBSEÇÃO III DAS PAREDES E DOS PISOS

Art.73) As paredes tanto externas como internas, quando executadas em alvenaria, deverão ter espessura mínima de 10 cm (dez centímetros).

§ 1º) As paredes de alvenaria quando constituírem divisões entre economias distintas, e as construídas nas divisas dos lotes, deverão ter espessura mínima de 20 cm (vinte centímetros).

§ 2º) As vedações externas das edificações deverão ter as condições de isolamento, tais que garantam conforto térmico e acústico no interior dos compartimentos.

Art.74) As espessuras mínimas de paredes constantes no artigo anterior, poderão ser alterados, quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo os mesmos índices de resistência, impermeabilidade, e isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

SUBSEÇÃO IDOS CORREDORES, ESCADAS E RAMPAS

Art.75) Os vãos de acesso às edificações, bem como as passagens, corredores, e rampas serão dimensionados segundo a seguinte classificação.

I - De uso Privativo - Restrito à utilização de unidades residenciais, escritórios particulares, consultórios, salas comerciais e outras unidades imobiliárias autônomas sem acesso ao público;

II - De uso Comum - De utilização aberta à distribuição do fluxo de circulação nas unidades de uso privativo e de acesso ao público. Art.76) As passagens, corredores, escadas e rampas quando de uso privativo em unidades residenciais, terão largura mínima de 80 cm (oitenta centímetros) e de quando de uso privativo em unidades comerciais, terão largura mínima de 1,00 m (um metro).

Art.77) Quando forem de uso coletivo ou comum, terão largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), para um comprimento máximo de 10,00 m (dez metros).

Art.78) As portas de acesso às edificações de uso coletivo deverão possuir sistema que possibilite sua abertura de dentro para fora.

Art.79) As escadas deverão atender às seguintes exigências.

I - O dimensionamento dos degraus será feito sempre de acordo com a fórmula $2h + P = 63$ a 64 cm. Onde h é a altura ou espelho do degrau e não terão medidas inferiores a 16 cm (dezesseis centímetros) nem superiores a 18 cm (dezoito centímetros), e p a profundidade do degrau;

II - Quando o desnível a vencer for maior que 3,00 m (três metros), terão patamar intermediário de profundidade pelo menos igual à largura da escada.

Art.80) As rampas devem respeitar o seguinte:

I - Quando destinada a pedestres: 10% (dez por cento) de inclinação máxima;

II - Quando destinada a veículos: 25% (vinte e cinco por cento) de inclinação máxima.

SUBSEÇÃO VII DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art.81) Todo ambiente de permanência prolongada deverá dispor de abertura que se comunique com a área externa para fins de iluminação e ventilação.

Art.82) Ficam excluídas da exigência do artigo anterior, as circulações em geral, as caixas de escada e compartimentos de utilização transitória.

Art.83) os compartimentos da edificação classificam-se em:

I - De permanência prolongada, os compartimentos destinados às funções de estar, dormir, trabalhar, lazer e estudar.

II - De permanência transitória os demais compartimentos.

Art.84) Nos compartimentos de permanência prolongada os vãos de iluminação e ventilação abertos, para o exterior deverão ter área mínima correspondente a 1/6 (um sexto) da área do piso.

Art.85) Os compartimentos de permanência transitória terão vãos de ventilação com área mínima correspondente a 1/8 (um oitavo) da área do piso.

**SUBSEÇÃO VIII
DAS INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS**

Art.86) É obrigatório que toda edificação disponha de sistema de tratamento de esgotos, seja através de fossa séptica, filtro anaeróbio, sumidouro/vala de infiltração conforme projeto básico fornecido pela Prefeitura Municipal, ou sistema similar, desde que seja comprovadamente eficiente.

§ 1º) Caso a Prefeitura Municipal constate qualquer tipo de poluição, proveniente da rede de esgoto, deverá ela autuar a edificação, lacrar o sistema, embargar a obra e exigir a imediata solução do problema.

§ 2º) Em caso de não atendimento das exigências das autoridades Municipais, deverá ser cassado o "habite-se" e/ou o alvará de licença de funcionamento da edificação, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 3º) Em caso de reformas, ampliações ou modificações que envolvam instalações sanitárias de cozinhas e banheiros, a edificação deverá se adequar a este artigo.

**SUBSEÇÃO IX
DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LÓGICAS E DE TELECOMUNICAÇÕES**

Art.87) As instalações de energia elétrica nas edificações, deverão atender as normas técnicas da ABNT.

Parágrafo Único - No caso de obras específicas o projeto deverá ter ainda a aprovação da Concessionária de Eletricidade.

Art.88) As instalações de rede lógica e de telecomunicações nas edificações deverão atender as normas técnicas da ABNT.

Parágrafo Único - No caso de obras específicas o projeto deverá ter ainda a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

**SUBSEÇÃO X
DAS INSTALAÇÕES ESPECIAIS**

Art.89) Consideram-se especiais às instalações de gás, aquecedores, ar condicionado, pára-raios, antenas de rádio e televisão, ar comprimido, oxigênio e demais instalações exigidas para o funcionamento de determinada atividade.

§ 1º) Os botijões de gás engarrafados deverão estar abrigados em compartimento próprio externo da edificação, com vão de ventilação permanente voltado para o exterior da edificação e obedecida as demais disposições contidas na Legislação.

§ 2º) Os aparelhos aquecedores de água a gás deverão ser instalados em locais abertos, com ventilação permanente.

CAPÍTULO IDAS EDIFICAÇÕES**SEÇÃO I
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES**

Art.90) A unidade residencial unifamiliar, destinada à moradia permanente, terá área útil mínima de 20 m² (vinte metros quadrados) e será composta dos seguintes compartimentos mínimos:

- I - Compartimento de utilização mista;
- II - Compartimento sanitário.

Parágrafo Único - Toda unidade residencial unifamiliar deverá possuir instalações coletoras de lixo adequadas e dimensionadas por

numero de habitantes e ainda situadas dentro do perímetro do terreno e de fácil acesso.

Art.91) Os compartimentos das edificações para fins residenciais conforme sua utilização, obedecerão as seguintes condições quanto às dimensões mínimas:

I - Pé Direito Mínimo - 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros);

II - Portas - 2,00 (dois metros) de altura mínima e 70 cm (setenta centímetros) de largura mínima, exceto lavabos, banheiros e depósitos que deverão ter largura mínima de 60 cm (sessenta centímetros);

III - Área mínima de iluminação e ventilação em relação à área do piso - 1/8 (um oitavo) com exceção das garagens e depósitos que poderão ser de 1/10 (um décimo).

**SEÇÃO II
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES**

Art.92) Sem prejuízo de outras disposições que lhes sejam aplicáveis, as edificações residenciais multifamiliares destinadas à moradia permanente terão área útil mínima de 20 m² (vinte metros quadrados) e serão compostas dos seguintes compartimentos mínimos:

I - Compartimento de utilização mista;

II - Compartimento sanitário.

Art.93) Os compartimentos das edificações para fins residenciais conforme sua utilização, obedecerão as seguintes condições quanto às dimensões mínimas:

I - Pé Direito Mínimo - 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros);

II - Portas - 2,00 (dois metros) de altura mínima e 70 cm (setenta centímetros) de largura mínima, exceto lavabos, banheiros e depósitos que deverão ter largura mínima de 60 cm (sessenta centímetros);

III - Área mínima de iluminação e ventilação em relação à área do piso - 1/8 (um oitavo) com exceção das garagens e depósitos que poderão ser de 1/10 (um décimo);

IV - Fica facultado a utilização de área mínima de iluminação e ventilação para escadas, corredores e halls;

V - Garagem coletiva dimensionada na proporção que estabelecer a Lei de Zoneamento e este código;

VI - Área de uso comum da edificação, destinada à recreação, dimensionada na proporção de 5,00 m² (cinco metros quadrados) por unidade habitacional sendo que a área mínima deverá ter 40,00 m² (quarenta metros quadrados).

Art.94) Além do disposto no artigo anterior, os edifícios de apartamentos deverão obedecer às seguintes condições:

I - Possuir local centralizado para coleta de lixo, com terminal em recinto fechado com dimensões mínimas de 50 cm² (cinquenta centímetros quadrados) por unidade habitacional até o limite de 9,00 m² (nove metros quadrados);

II - Possuir equipamentos para extinção de incêndio conforme exigência da Legislação específica.

Art.95) As edificações residenciais coletivas, em geral, poderão integrar prédios mistos desde que atendam as exigências específicas para cada uso previsto e contenham acessos independentes ao logradouro público para cada um dos usos instituídos.

SESSÃO III DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS

Art.96) As edificações destinadas ao trabalho são aquelas que abrigam, como atividade principal a indústria, o comércio ou a prestação de serviços profissionais de qualquer natureza.

Art.97) Nos locais de trabalho sujeitos às disposições das Leis Trabalhistas, é obrigatória a observância das Normas Regulamentadoras (NR) relativas à segurança e medicina do trabalho expedidas pelo Ministério do Trabalho.

SUBSEÇÃO I EDIFICAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art.98) Toda pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios deve para o seu funcionamento, construção e instalação, obedecer além das exigências desta Lei, a legislação federal e estadual específicas e somente poderá fazê-lo funcionar com o Alvará Sanitário.

§ 1º - Os estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios devem ainda:

a) dispor de dependências e instalações mínimas adequadas às finalidades específicas;

b) dispor, nas dependências ou local de trabalho, de áreas físicas adequadas ao número de pessoas empregadas ou atendidas;

c) dispor de sanitários para ambos os sexos com acesso independente com no mínimo dois para cada grupo de 20 pessoas ou fração.

d) dispor, obrigatoriamente, de lavatório de uso exclusivo dos manipuladores de alimentos, nas áreas onde se elaborem, fracionem ou acondicionem alimentos;

e) dispor de adequado sistema de esgotamento sifonado ligado a tubos coletores e estes ao sistema geral de escoamento público, quando existente, ou a sistema individual de tratamento de efluentes;

f) possuir dispositivos de produção de frio, quando se fizer necessário, em número, capacidade e eficiência adequados às finalidades e funcionamento do estabelecimento;

g) dispor as instalações sanitárias, vestiários ou dependências de moradia quando for o caso, de modo a não haver comunicação direta com as dependências e locais onde se encontrem alimentos;

h) dispor de pisos e paredes convenientemente impermeabilizados, laváveis e não-corrosíveis, nos locais de elaboração, fracionamento, acondicionamento, depósito ou armazenamento de alimentos, de acordo com esta Lei, e normas técnicas da ABNT;

i) instalar fornos e caldeiras em locais apropriados, observado as disposições concernentes à segurança, higiene do trabalho e incômodos à vizinhança.

§ 2º - Os estabelecimentos industriais, os açougues, entrepostos de carnes, as peixarias e os entrepostos de pescados, e ainda os hotéis, devem dispor de reserva de água suficiente para dois dias de atividade, pelos menos.

Art.99) As águas servidas e residuais devem ter tratamento antes de seu lançamento ao sistema de escoamento.

Art.100) A pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios deve depositar o lixo e resíduos de alimentos separadamente, em recipientes próprios, impermeáveis e herméticos de fácil limpeza e desinfecção ou não-reutilizáveis.

§ 1º - Os recipientes devem ser removidos para local apropriado, por ocasião da limpeza geral diária ou sempre que necessário.

§ 2º - Os locais onde os recipientes com lixo e resíduos aguardam o destino conveniente devem ter o piso e as paredes, até 2 m de

altura, impermeabilizados com material liso, resistente e lavável, ser protegidos contra a ação de insetos roedores e animais domésticos, possuir torneira com água corrente, e dispor de ralo sifonado para escoamento das águas provenientes da lavação do local.

Art.101) Os estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios devem ter:

I - área mínima de 20,00 m²;

II - piso de material íntegro, liso, lavável, resistente, impermeável, não-corrosível, provido de ralos para escoamento de águas de limpeza;

III - paredes revestidas até o teto, na área de manipulação, com material resistente, lavável, impermeável, não-corrosível;

IV - para construção de mercados e supermercados, o pé direito mínimo deve ter 3,50m contados do ponto mais baixo da cobertura;

V - chaminés instaladas no mínimo 2,00 m acima da mais alta cumieira num raio de 50,00 m.

SUBSEÇÃO II EDIFICAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DE PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS

Art.102) As edificações destinadas ao comércio e indústrias em geral, além das disposições da presente Lei, das normas técnicas dos bombeiros e da ABNT que lhes forem aplicáveis, devem:

I - Ter vãos de ventilação e iluminação natural nos locais de trabalho, com área não inferior a 1/12 da área do piso, admitindo-se lanternins, sheds ou similares;

II - Ter sanitários e vestiários;

III - Ter pé direito mínimo de 3,00 m (três metros);

IV - Os dispositivos onde se concentram fontes de calor deverão ser convenientemente dotadas de isolamento térmico, e afastadas pelo menos 0,50 m (cinquenta centímetros) das paredes de alvenaria ou similares e afastadas pelo menos 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) das paredes de madeira ou similares;

V - Os depósitos de combustíveis deverão estar em locais adequadamente preparados conforme normas técnicas da ABNT;

Art.103) As indústrias de produtos alimentícios e congêneres, tais como panificadoras, padarias, confeitarias, fábricas de massas, fábricas de doces e outros produtos alimentícios, além do já disposto na presente Lei e Legislação específica, devem observar os seguintes requisitos:

I - Ter piso pavimentado com material, lavável, resistente, impermeável e liso;

II - Ter paredes revestidas com azulejo ou material equivalente até a altura mínima de 2,00 metros;

III - Ter assegurado a incomunicabilidade direta com os sanitários;

IV - Ter instalações sanitárias e vestiários separados por sexo;

SEÇÃO III DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Art.104) Além das disposições do presente código que lhes forem aplicáveis, as edificações destinadas ao comércio, serviço e atividades profissionais, deverão ser dotadas de:

I - Reservatório de água dimensionado conforme as normas

técnicas da ABNT;

II - Instalações coletoras de lixo;

III - Abertura de ventilação e iluminação na proporção de no mínimo 1/8 (um oitavo) da área do compartimento;

IV - Instalações sanitárias.

Art.105) Os bares, cafeterias, restaurante e congêneres terão sanitários separados por sexo, localizados de tal forma que garantam fácil acesso ao público.

Art.106) A natureza do revestimento do piso e das paredes das edificações destinadas ao comércio, dependerá da atividade a ser desenvolvida, devendo ser executados de acordo com as Leis Sanitárias do Estado.

Art.107) As unidades independentes destinadas à prestação de serviços profissionais em geral, deverão ter área útil mínima de 16,00 m² (dezesesseis metros quadrados).

SEÇÃO IEDIFICAÇÕES PARA FINS ESPECIAIS

Art.108) Consideram-se especiais às edificações destinadas ao uso institucional construídas pela iniciativa pública ou privada.

Art.109) Os critérios de localização e implantação das edificações para fins especiais, bem como vagas de estacionamento, serão aqueles definidos na Lei de Zoneamento.

Art.110) As escolas e os estabelecimentos de ensino deverão cumprir as exigências estabelecidas na Legislação Federal e Estadual competentes e, em especial, as Resoluções nº 90 e 91/99 do Conselho Estadual de Educação ou Legislação que venha substituí-las.

Art.111) As creches deverão apresentar condições técnico-construtivas compatíveis com as características do grupo etário que compõe sua clientela.

§ 1º) As instalações sanitárias, interruptores de luz, maçanetas, portas, bancadas, demais elementos construtivos e o mobiliário, deverão permitir utilização autônoma pelas crianças de até 4 (quatro) anos.

§ 2º) A ligação entre níveis diferentes da edificação será feita preferencialmente por meio de rampas.

Art.112) As creches construídas em locais de trabalho, por força de Legislação Trabalhista, atenderão, além do que dispõe esta Lei, as exigências próprias sobre o assunto, previstas na consolidação das leis de trabalho e legislação complementar.

Art.113) Os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, atenderão às normas de construção expedidas pelo Ministério da Saúde em especial a Resolução RDC 50 de 21/02/2002 da ANVISA, normas expedidas pela Secretaria Estadual de Saúde e normas expedidas pelo órgão Municipal competente em matéria de saúde.

Art.114) As edificações destinadas a asilos, orfanatos, albergues e internatos atenderão às normas específicas estabelecidas por órgãos federais e estaduais competentes, além das disposições desta Lei.

Art.115) Os postos de serviços e de abastecimento de veículos deverão atender às seguintes condições:

I - Os materiais de construção serão comprovadamente resistentes ao fogo;

II - A limpeza e lubrificação deverão ser realizados em boxes isolados, revestidos de material liso e impermeável, de piso antiderrapante e de ventilação permanente;

III - Os despejos provenientes de postos de serviços, onde haja lavagem e lubrificação de veículos, deverão passar em caixa de areia e caixa separadora de óleo antes de serem lançados no sistema público de esgoto sanitário e os resíduos deverão ter destinação final adequada, de acordo com legislação ambiental;

IV - Dispor de instalações sanitárias para os empregados e para o público, independentes e separadas por sexo;

V - As bombas abastecedoras serão afastadas, no mínimo, 4,00 m (quatro metros) do alinhamento da via pública.

VI - Dispor de área de manobra dentro dos mesmos, sem que interfira na circulação do fluxo das vias públicas.

Parágrafo Único - Deverão ser observadas a legislação federal sobre produtos inflamáveis e as normas complementares de autoria do órgão federal competente.

Art.116) Os cinemas, teatros, auditórios e salas de espetáculos deverão atender as seguintes determinações:

I - Dispor de instalações sanitárias separadas para cada sexo, calculada proporcionalmente a lotação prevista.

II - Dispor de local de espera para o público com área mínima de 1,00 m² (um metro quadrado) para cada 5 (cinco) pessoas da lotação prevista;

III - Quando houver guichês para venda de ingressos, deverão estar situados de tal forma a evitar filas do público no logradouro.

Parágrafo Único - Quando não houver lugares fixos, a lotação será calculada na base de 1,60 m² (um metro e sessenta centímetros quadrados) por pessoa.

SEÇÃO DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO

Art.117) As condições para o cálculo do número mínimo de vagas de veículos, será na proporção discriminada, por tipo de uso das edificações, especificadas e exigidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art.118) A área mínima por vaga será de 12,00 m² (doze metros quadrados), com largura mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros).

Parágrafo Único - As edificações localizadas na Zona Diversificada com Restrição, existentes e cadastradas no Município, ficarão facultadas ao uso de vagas para estacionamento.

DOS PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS E DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art.119) São considerados habilitados ao exercício profissional, aqueles que satisfizerem as disposições da legislação vigente.

Art.120) Somente os profissionais legalmente habilitados poderão assinar qualquer desenho, projeto, cálculo ou especificação a ser submetido à Prefeitura, ou ainda ser responsável pela execução de obras.

Parágrafo Único - As atribuições de cada profissional, diplomado ou licenciado, serão as constantes de suas carteiras profissionais expedidas pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e deverão atender a legislação federal

pertinente.

Art.121) A responsabilidade dos projetos, cálculos e especificações apresentadas, cabe aos respectivos autores, e a da execução das obras aos profissionais que as realizarem.

Parágrafo Único - A Municipalidade não assumirá qualquer responsabilidade em razão de aprovação de obra ou projeto inadequado.

Art.122) Para os efeitos desta Lei, as firmas e os profissionais legalmente habilitados deverão requerer seu cadastramento na Prefeitura mediante juntada de certidão de registro profissional no CREA.

Parágrafo Único - No momento do registro o profissional tomará conhecimento da legislação municipal vigente.

Art.123) A assinatura do profissional nos desenhos, projetos, cálculos ou memórias submetidas à Prefeitura, será obrigatoriamente sucedida do título, bem como do número do registro no CREA.

Art.124) No local da obra, deverão ser afixadas placas dos profissionais intervenientes, obedecendo a legislação específica quanto as suas características.

Art.125) Quando houver substituição do responsável pela execução parcial ou total da obra, o fato deverá ser comunicado à Prefeitura com a descrição da obra até o ponto onde termina a responsabilidade de um e começa a de outro.

Parágrafo Único - Não sendo feita a comunicação respectiva, permanecerá a responsabilidade do profissional anotado, para os efeitos legais.

Art.126) A dispensa das exigências da Prefeitura não exime as eventuais exigências do CREA.

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art.127) Qualquer obra, em qualquer fase, estando sem a respectiva licença e/ou em desacordo com o projeto aprovado estará sujeita a notificação, multa, embargo, interdição e demolição, conforme o caso.

Art.128) A fiscalização, no âmbito de sua competência expedirá notificações e auto de infração, de multa, embargo ou interdição para cumprimento das disposições deste código, endereçados ao proprietário da obra e/ou responsáveis técnicos.

Art.129) As notificações serão expedidas para o cumprimento de alguma exigência acessória contida no processo, ou regularização do projeto, obra ou simples falta de cumprimento das disposições deste.

§ 1º) Expedida a notificação, esta terá o prazo de 10 (dez) dias para ser cumprida.

§ 2º) Esgotado o prazo de notificação, sem que a mesma seja atendida, aplicar-se-á multa e lavrar-se-á o auto de embargo.

Art.130) Obras em andamento com risco para o público ou para o pessoal da obra poderão, também, sofrer interdição por parte dos órgãos competentes.

Art.131) A aplicação das penalidades previstas no artigo 127 da presente Lei, não eximem o infrator da obrigação do pagamento de multa por infração e da regularização da mesma.

Art.132) As multas previstas nesta Lei serão de uma Unidade

Padrão Municipal (UPM) por metro quadrado de área e terão seu vencimento marcado para no máximo 30 dias a partir da data da aplicação da multa.

Art.133) O pagamento das multas previstas nesta lei não sanará a infração, ficando o infrator na obrigação de regularizá-la, de acordo com o descrito no auto de embargo ou na notificação para regularização.

Art.134) O infrator terá prazo máximo de até 120 dias, conforme a complexidade do caso, a contar da notificação ou autuação, para legalizar a obra ou sua modificação, sob pena de ser considerado reincidente.

Art.135) No caso de reincidência, as multas serão aplicadas em dobro e terão seu vencimento marcado para no máximo 30 dias a partir da data da aplicação da multa.

Art.136) Não atendido embargo e/ou interdição e não realizada a regularização, terá início a competente ação judicial de demolição ou outra qualquer que se faça necessária.

Art.137) Recusando-se o infrator a assinar o auto de infração, far-se-á menção dessa circunstância, na presença de 2 (duas) testemunhas, que assinarão o auto.

Parágrafo Único - No caso previsto neste artigo, a primeira via do auto de infração será remetida ao infrator pelo correio, no endereço fornecido pelo mesmo à Prefeitura, com aviso de recebimento (AR), ou publicada pela imprensa local e afixado no mural da Prefeitura.

Art.138) As multas previstas nesta lei, quando não recolhidas ao erário, serão lançadas em dívida ativa municipal e cobradas na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.139) A numeração de qualquer prédio ou unidade residencial será estabelecida pela Prefeitura Municipal, através de requerimento do interessado ou por determinação da Prefeitura Municipal, mediante pagamento da respectiva taxa.

Art.140) É obrigação do proprietário a colocação da placa de numeração que deverá ser fixada em lugar visível.

Art.141) As obras irregulares poderão ser regularizadas as mesmas disposições estabelecidas para a aprovação de obras regulares, desde que atendam os índices urbanísticos para as zonas em eu se situarem.

§ 1º) As obras que não atenderem os índices urbanísticos citados no caput deste artigo somente poderão ser regularizadas conforme a Lei de Regularização de Obras, a ser enviada ao Legislativo Municipal em no máximo 60 (sessenta) dias após a sanção desta Lei.

§ 2º) Consideram-se obras irregulares, aquelas que não possuem licenciamento junto à Prefeitura Municipal.

Art.142) Além das disposições contidas nesta Lei, deverão ser observadas as exigências previstas nas Leis que compõem o Plano Diretor.

Art.143) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de outubro de 2006.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/10/2006

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 037 de 10 de Outubro de 2006

LEI COMPLEMENTAR Nº 038 DE 10 DE OUTUBRO DE 2006
INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE
CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º) Ficam disciplinadas as obras de construções, reformas, acréscimos e de demolições de edificações públicas ou privadas no território do Município de Campo Alegre, observando-se ainda as Leis que compõem o Plano Diretor.

Parágrafo Único - As obras de que trata o caput deste artigo ficam assim definidas:

I - Por construção, entende-se toda obra de edificação autônoma, sem vínculo funcional com outras edificações existentes no lote;

II - Por reforma, entende-se toda obra de substituição total ou parcial dos elementos construtivos de uma edificação, que modifica ou não a área, a forma ou a altura da compartimentação;

III - Por acréscimo, entende-se toda obra de ampliação de uma edificação que implica no aumento de sua área construída ou da respectiva altura, sem modificação da edificação original;

IV - Por demolição, entende-se toda obra ou destruição total ou parcial de uma edificação pelos seguintes motivos:

- a) Interesse do proprietário;
- b) Segurança pública;
- c) Ilegalidade da edificação.

Art.2º) Para os efeitos desta Lei as edificações classificam-se em:

- I - Edificações residenciais;
- a) Unifamiliares: unidades construtivas autônomas destinadas à moradia;
 - b) Multifamiliares: unidades construtivas com instalações de uso comum constituindo edifícios isolados ou conjunto de edifícios destinados à moradia permanente ou temporária.

§ 1º) As edificações residenciais coletivas destinadas à moradia permanente são os edifícios de apartamentos.

§ 2º) As edificações residenciais coletivas destinadas à moradia temporária são os hotéis e pensões, internatos, pensionatos,

acionatos e congêneres.

II - Edificações comerciais;

III - Edificações industriais;

IV - Edificações Especiais.

Art.3º) Para efeitos deste código ficam dispensados de apresentação do projeto e da concessão de licença, as construções e as pequenas reformas com as seguintes características:

I - As reformas internas de edificações afastadas do alinhamento e das divisas com lotes vizinhos;

II - Construção de muros de divisas, salvo quando da construção do muro frontal;

III - Reforma de muro frontal, desde que possua alinhamento frontal expedido pela Prefeitura Municipal.

Art.4º) Os edifícios de acesso ao público deverão possuir condições técnicas-construtivas que assegurem aos deficientes físicos, plenas condições de acesso, circulação e utilização de suas dependências, devendo para isso obedecer as normas técnicas da ABNT.

Art.5º) O responsável pela instalação de atividades que possam ser causadoras de poluição, ficará sujeito a apresentar o licenciamento ambiental emitido pelos órgãos Estadual ou Federal para posterior exame e aprovação pelo órgão Municipal.

Art.6º) Os Projetos e obras sujeitos às disposições desta Lei, deverão atender as normas, especificações, padrões e métodos aprovados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art.7º) São isentos do cumprimento das normas de prevenção e combate a incêndio, estabelecidos pela Legislação Estadual e Municipal as edificações residenciais unifamiliares.

Parágrafo Único - A aprovação do projeto preventivo contra incêndio, bem como a vistoria das instalações será feita pelo Corpo de Bombeiros de Campo Alegre.

Art.8º) A colocação de anúncios e letreiros só será feita mediante previa licença da Prefeitura.

CAPÍTULO II DAS CONSTRUÇÕES URBANAS SEÇÃO I DA APROVAÇÃO DO PROJETO

Art.9º) Antes da elaboração do projeto definitivo o interessado deverá requerer consulta prévia a Prefeitura Municipal para orientação quanto às normas urbanísticas vigentes.

§ 1º) As construções residenciais com área inferior a 70m2 poderão fazer uso dos projetos denominados padrão moradia econômica disponibilizados pela Prefeitura Municipal, os quais serão isentos de taxas de Alvará de Licença de Construção e "Habite-se", desde que este seja seu único imóvel.

§ 2º) As construções que fizerem uso dos projetos denominados padrão moradia econômica obrigatoriamente seguirão o projeto aprovado.

§ 3º) A consulta previa será solicitada mediante requerimento acompanhada dos seguintes documentos:

I - Cópia do Registro Geral do terreno ou contrato de compra e venda acompanhado da aprovação do loteamento ou desmembramento ou autorização de construção acompanhado do registro

geral;
II - Croqui com a situação do terreno em relação às ruas adjacentes.

§ 4º) A Prefeitura Municipal emitirá uma certidão contendo as diretrizes básicas para a referida construção no prazo máximo de 15 (quinze) dias, cuja validade será de no máximo 180 (cento e oitenta) dias.

Art.10) A aprovação do projeto de edificação será solicitada a Prefeitura mediante requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

I - Projeto Arquitetônico apresentado em três cópias assinadas pelo proprietário, pelos autores dos componentes do projeto e pelo responsável técnico legalmente habilitado pelo CREA, contendo pelo menos:

a) Planta de situação na escala adequada ao formato do papel onde constarão as dimensões do lote, distancia à esquina próxima, indicação de pelo menos duas ruas adjacentes, orientação magnética, posição do meio fio, postes, hidrantes, arborização, entrada para veículos no passeio público e demais elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais.

b) Planta de localização na escala adequada ao formato do papel onde constarão a projeção da edificação ou das edificações dentro do lote, indicando os afastamentos da edificação em relação às divisas e a outra edificação porventura existente, orientação do norte magnético, o posteamento da CELESC mais próximo, e demais informações necessárias ao total entendimento da obra;

c) Memorial descritivo da obra e dos materiais;

d) Quadro estatístico contendo: área e testada do lote, área de projeção de cada unidade construída e existente se houver, cálculo da área total de cada unidade construída ou a ser construída, taxa de ocupação e o coeficiente de impermeabilização do lote;

e) Planta baixa de cada pavimento que comportar a construção na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta) determinando: os níveis, as dimensões e áreas de todos os compartimentos, projeção de telhados, tipos de pisos e de tetos e de revestimentos, inclusive dos vãos de iluminação, ventilação, garagem e área de estacionamento, a finalidade de cada compartimento, os traços indicativos dos cortes longitudinal e transversal, indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra e demais itens para o seu total entendimento;

f) Corte transversal e longitudinal, indicando altura dos compartimentos, altura das janelas e peitoris, inclinação do telhado, tipo de telha, tipo de piso, laje ou rebaixamento da mesma, quando existir, e demais elementos necessários à compreensão do projeto, na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta);

g) Tabela de esquadrias.

h) As plantas de elevação serão no mínimo duas, uma lateral e uma frontal, porém, quando a construção localizar-se em divisa, dispensar-se-á a lateral e exigir-se-á uma posterior. Poderá ser exigido mais plantas de elevação, conforme a necessidade de interpretação do projeto.

II - Projeto das instalações hidráulicas e sanitárias;

III - Projeto de prevenção e combate a incêndios, exceto residências unifamiliares, conforme normas técnicas do corpo de Bombeiros do Município de Campo Alegre;

IV - Projeto estrutural para construções acima de 1 (um) pavimento;

V - Projeto de instalações elétricas nas construções com área superior a 150m² (cento e cinquenta metros quadrados), de acordo com as normas expedidas pela concessionária de energia elétrica.

Art.11) Nos casos de modificações ou acréscimo deverá ser indicado o que será demolido ou construído, mediante as normas técnicas da ABNT.

Art.12) A Prefeitura Municipal disponibilizará ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o deferimento ou as exigências que se impuserem para aprovação do projeto.

Art.13) Após aprovação do projeto e comprovado o pagamento da taxa devida, a Prefeitura Municipal disponibilizará o projeto aprovado que terá validade de 180 dias, podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento do interessado, dentro da validade.

Art.14) De posse do projeto aprovado e comprovado o pagamento da taxa devida, o interessado poderá requerer a licença da obra, que será válida pelo prazo máximo de 1 (um) ano, contados a partir da data de sua expedição.

§ 1º) As obras iniciadas que exigirem prazos superiores para sua conclusão, poderão ter o prazo prorrogado mediante justificativa por mais 1 (um) ano;

§ 2º) Ultrapassado esse prazo, será necessário novo pedido de licença da obra, mediante pagamento de novas taxas.

SEÇÃO II DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.15) A execução da obra somente poderá ser iniciada depois de aprovado o projeto e expedido o alvará de licença para a construção.

Parágrafo Único - As obras somente serão licenciadas quando estiverem em terrenos localizados nas vias oficiais aprovadas pela Prefeitura Municipal.

Art.16) Uma obra será considerada iniciada assim que estiver com os serviços das fundações em andamento.

Art.17) O alvará de licença deverá ser mantido no local da obra juntamente com um jogo de cópias do projeto aprovado para apresentar a fiscalização da Prefeitura.

Art.18) Não será permitida sob pena de multa ao responsável pela obra, a permanência de qualquer material de construção na via pública e no passeio, por tempo maior que o necessário para sua descarga e remoção.

Art.19) Nenhuma construção ou demolição poderá ser executada no alinhamento predial, sem que seja obrigatoriamente protegida por tapumes que garantam a segurança de quem transita pelo logradouro.

Art.20) Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que a metade da largura do passeio, deixando a outra inteiramente livre e desimpedida para os transeuntes.

Art.21) Concluída a obra, deverá ser requerida, a Prefeitura

Municipal, vistoria para fins de aprovação e "habite-se".

§ 1º - Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade estando em funcionamento as instalações hidro-sanitárias e elétricas.

§ 2º - Por ocasião da vistoria para fins de aprovação e "habite-se", de que trata o caput deste artigo, o sistema de fossa, filtro, sumidouro e caixa de gordura deverão estar visíveis e aberta para comprovação.

Art.22) As obras de modificações introduzidas em projetos já aprovados serão detalhadas e precedidas de licença junto à Prefeitura Municipal, que após exame poderá exigir detalhamento das referidas modificações, quando estas alterarem a área construída ou a forma de implantação de edificação no lote.

Art.23) Procedida à vistoria e constatado que a obra foi realizada em consonância com o projeto aprovado, obriga-se a Prefeitura a expedir o Certificado de Conclusão de Obra ("habite-se") no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de entrega do requerimento.

§ 1º) Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem o respectivo "habite-se";

§ 2º) Quando a edificação divergir do projeto, esta poderá ser embargada no todo ou em parte conforme o caso, e determinada à realização das obras necessárias para a sua adequação ao código de obras no prazo estipulado para tanto que não poderá exceder a 60 (sessenta) dias;

§ 3º) Não sendo obedecido o prazo imposto para as providências exigidas, o responsável técnico será multado, e se ainda assim não for regularizada, será ajuizada a competente ação judicial visando esse fim.

Art.24) Poderá ser concedido "habite-se" parcial a juízo do órgão competente da Prefeitura Municipal, nos seguintes casos:

I - Quando se trata de prédio composto de parte comercial e parte residencial, e puder cada uma ser utilizada independente da outra;

II - Quando se tratar de prédio de apartamentos, caso uma parte seja completamente concluída e pelo menos um acesso esteja concluído;

III - Quando se tratar de edificação geminada, estando seu acesso devidamente concluído.

Art.25) Quando as fachadas estiverem situadas no alinhamento, estas não poderão ter, até a altura de 2,50, saliências maiores que 20 cm, nem poderão abrir para fora persianas, gelosias ou qualquer outro tipo de vedação, abaixo desta altura.

SUBSEÇÃO II DAS FUNDAÇÕES

Art.26) As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo não ultrapasse os limites indicados nas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 1º) As fundações não poderão invadir as vias públicas;

§ 2º) As fundações das edificações deverão ser executadas de maneira que não prejudiquem os imóveis vizinhos, e sejam totalmente independentes e situados dentro dos limites do lote.

SUBSEÇÃO III DAS PAREDES E DOS PISOS

Art.27) As paredes tanto externas como internas, quando executadas em alvenaria, deverão ter espessura mínima de 10 cm (dez centímetros).

§ 1º) As paredes de alvenaria quando constituírem divisões entre economias distintas, e as construídas nas divisas dos lotes, deverão ter espessura mínima de 20 cm (vinte centímetros).

§ 2º) As vedações externas das edificações deverão ter as condições de isolamento, tais que garantam conforto térmico e acústico no interior dos compartimentos.

Art.28) As espessuras mínimas de paredes constantes no artigo anterior, poderão ser alterados, quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo os mesmos índices de resistência, impermeabilidade, e isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

SUBSEÇÃO IV DOS CORREDORES, ESCADAS E RAMPAS

Art.29) Os vãos de acesso às edificações, bem como as passagens, corredores, e rampas serão dimensionados segundo a seguinte classificação.

I - De uso Privativo - Restrito à utilização de unidades residenciais, escritórios particulares, consultórios, salas comerciais e outras unidades imobiliárias autônomas sem acesso ao público;

II - De uso Comum - De utilização aberta à distribuição do fluxo de circulação nas unidades de uso privativo e de acesso ao público.

Art.30) As passagens, corredores, escadas e rampas quando de uso privativo em unidades residenciais, terão largura mínima de 80 cm (oitenta centímetros) e de quando de uso privativo em unidades comerciais, terão largura mínima de 1,00 m (um metro).

Art.31) Quando forem de uso coletivo ou comum, terão largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), para um comprimento máximo de 10,00 m (dez metros).

Parágrafo Único - Nas galerias comerciais a largura nunca será inferior a 2,00 m (dois metros).

Art.32) As portas de acesso às edificações de uso coletivo deverão possuir sistema que possibilite sua abertura de dentro para fora.

Art.33) As escadas deverão atender às seguintes exigências.

I - O dimensionamento dos degraus será feito sempre de acordo com a fórmula $2h + P = 63$ a 64 cm. Onde h é a altura ou espelho do degrau e não terão medidas inferiores a 16 cm (dezesesseis centímetros) nem superiores a 18 cm (dezoito centímetros), e p a profundidade do degrau;

II - Quando o desnível a vencer for maior que 3,00 m (três metros), terão patamar intermediário de profundidade pelo menos igual à largura da escada.

III - As escadas e rampas deverão ser executadas de forma a apresentarem superfície em materiais antiderrapantes.

Art.34) As escadas em leque terão seus degraus dimensionados na metade da largura da escada, quando esta for inferior a 1,20m ou no máximo a 60 cm do bordo interior nas escadas de maior largura.

§ 1º) As escadas em leque não poderão ter largura inferior a 1,00 m (um metro);

§ 2º) Nas escadas em leque será obrigatória a largura mínima de 10 cm para o piso do bordo interior do degrau.

§ 3º) Sempre que a altura à vencer for superior a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) será obrigatório intercalar um patamar mínimo de 1,00 m (um metro)

Art.35) As rampas devem respeitar o seguinte:

I - Quando destinada a pedestres: 10% (dez por cento) de inclinação máxima;

II - Quando destinada a veículos: 25% (vinte e cinco por cento) de inclinação máxima.

SUBSEÇÃO V DAS MARQUISES E BALANÇOS

Art.36) A construção de marquises obedecerá às seguintes condições:

I - Quando no alinhamento não poderão exceder a 3/4 (três quartos) da largura do passeio;

II - Não pode ter altura inferior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do passeio;

III - A marquise terá estrutura em balanço sem apoio no passeio para que não prejudique a circulação de pedestres, nem o desenvolvimento da arborização existente, nem o posteamento da iluminação pública e telefônica.

Art.37) Serão admitidos toldos retráteis ou não desde que atendidas as exigências do artigo anterior.

SUBSEÇÃO VI DOS MUROS, CALÇADAS E PASSEIOS

Art.38) A construção de muros de fechamento, no alinhamento dos lotes edificados é facultativo, desde que esteja ajardinado e possua meio-fio e calçada.

Parágrafo Único - Os terrenos baldios nas ruas pavimentadas, deverão ser fechados em seu alinhamento, com tapumes, cercas de tela ou muro de alvenaria.

Art.39) Os proprietários dos imóveis que tenham frente para vias pavimentadas ou dotadas de meio-fio, são obrigados a pavimentar a calçada em frente de seus lotes, além de manter sua conservação.

§ 1º) Em determinadas vias a Prefeitura Municipal poderá determinar a padronização dos passeios, em função da estética desejada para a mesma, sem que para isso incida qualquer ônus para si.

§ 2º) Fica proibido o uso ou construção de obstáculos, bem como de o emprego de materiais ou objetos que dificultem a locomoção de pessoas, com exceção dos projetos executados pelo Poder Público.

Art.40) O rebaixamento de guias ou meio-fio, destinado à entrada de veículos, depende de licença especial, e não pode exceder a 50% (cinquenta por cento) da testada do lote, ficando proibido o rebaixamento de guias nas esquinas limitado ao mínimo de 20 (vinte) metros de perímetro da curvatura.

Parágrafo Único - No caso da utilização de toda a testada para estacionamento o rebaixamento poderá ser de 100% (cem por cento) da testada do lote.

Art.41) Os muros edificados no alinhamento frontal das edificações e nas divisas laterais, não poderão ter altura superior a 2,10 m (dois metros e dez centímetros), salvo quando se tratar de muro de arrimo ou áreas construídas nos termos das Leis que compõem o Plano Diretor.

Art.42) A Prefeitura poderá exigir dos proprietários a construção de muros de arrimo e de proteção, sempre que o nível do terreno for superior ou inferior ao logradouro público ou quando houver desnível entre os lotes, que possa prejudicar tais lotes e/ou as construções vizinhas.

Art.43) Todo proprietário que tiver em seu lote, muro, cerca ou similar, além do passeio pavimentado e em bom estado de conservação, poderá através de Lei específica, gozar para efeitos de tributação, de alíquota diferenciada.

SUBSEÇÃO VII DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art.44) Todo ambiente de permanência prolongada deverá dispor de abertura que se comunique com a área externa para fins de iluminação e ventilação.

Art.45) Ficam excluídas da exigência do artigo anterior, as circulações em geral, as caixas de escada e compartimentos de utilização transitória.

Art.46) os compartimentos da edificação classificam-se em:

I - De permanência prolongada, os compartimentos destinados às funções de estar, dormir, trabalhar, lazer e estudar.

II - De permanência transitória os demais compartimentos.

Art.47) Nos compartimentos de permanência prolongada os vãos de iluminação e ventilação abertos, para o exterior deverão ter área mínima correspondente a 1/6 (um sexto) da área do piso.

Art.48) Os compartimentos de permanência transitória terão vãos de ventilação com área mínima correspondente a 1/8 (um oitavo) da área do piso.

Art.49) Será admitida ventilação mecânica nos compartimentos de utilização transitória através de dutos, exaustão mecânica, ventilação indireta ou mecânica similar.

SUBSEÇÃO VIII DAS INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS

Art.50) Deverá ser obedecido o regulamento da Concessionária de Água e Saneamento sobre abastecimento e tratamento de água, bem como suas normas sobre tratamento de esgotos, além do que dispuser as Leis que compõem o Plano Diretor.

Art.51) É obrigatório que toda edificação disponha de sistema de tratamento de esgotos, seja através de fossa séptica, filtro anaeróbio, sumidouro/vala de infiltração conforme projeto básico fornecido pela Prefeitura Municipal, ou sistema similar, desde que seja comprovadamente eficiente.

§ 1º) Caso a Prefeitura Municipal constate qualquer tipo de poluição, proveniente da rede de esgoto, deverá ela notificar o estabelecimento, lacrar o sistema, embargar a obra e exigir a imediata solução do problema.

§ 2º) Em caso de não atendimento das exigências das autoridades Municipais, deverá ser cassado o "habite-se" e/ou o alvará de licença de funcionamento da edificação, sem prejuízo das demais

cominações legais.

§ 3º) Em caso de reformas, ampliações ou modificações que envolvam instalações sanitárias de cozinhas e banheiros, a edificação deverá se adequar a este artigo.

Art.52) Não serão considerados como aberturas para iluminação, as janelas que abrirem para terrenos cobertos, alpendre ou avandados com mais de 2,00 m (dois metros) de largura.

SUBSEÇÃO IX DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LÓGICAS E DE TELECOMUNICAÇÕES

Art.53) As instalações de energia elétrica nas edificações, deverão atender as normas técnicas da ABNT.

Parágrafo Único - No caso de obras específicas o projeto deverá ter ainda a aprovação da Concessionária de Eletricidade.

Art.54) As instalações de rede lógica e de telecomunicações nas edificações deverão atender as normas técnicas da ABNT.

Parágrafo Único - No caso de obras específicas o projeto deverá ter ainda a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

SUBSEÇÃO X DAS INSTALAÇÕES ESPECIAIS

Art.55) Consideram-se especiais às instalações de gás, aquecedores, ar condicionado, pára-raios, antenas de rádio e televisão, ar comprimido, oxigênio e demais instalações exigidas para o funcionamento de determinada atividade.

§ 1º) Os botijões de gás engarrafados deverão estar abrigados em compartimento próprio externo da edificação, com vão de ventilação permanente voltado para o exterior da edificação e obedecida as demais disposições contidas na Legislação.

§ 2º) Os aparelhos aquecedores de água a gás deverão ser instalados em locais abertos, com ventilação permanente.

CAPITULO III DAS CONSTRUÇÕES RURAIS SEÇÃO I DA APROVAÇÃO DO PROJETO

Art.56) Antes de iniciar uma edificação na área rural, o interessado deverá procurar a Prefeitura Municipal para orientação quanto às normas específicas vigentes.

Art. 57) Entende-se por edificações rurais:

I - Edificações residenciais, que são unidades construtivas, autônomas ou não, destinadas à moradia;

II - Edificações de benfeitorias de uso rural, são construções diversas para o desenvolvimento da atividade rural como: silos, galpões, aviários, pocilgas, esterqueiras, mangueiras, currais, estábulos e outros;

III - Edificações agroindustriais.

Art.58) As edificações que constam no artigo anterior necessitam obrigatoriamente de alvará de construção, exceto as construções constantes no inciso II com área inferior a 200m².

§ 1º) As construções residenciais com área inferior a 70m² poderão fazer uso dos projetos denominados padrão moradia econômica

disponibilizados pela Prefeitura Municipal, os quais serão isentos de taxas de Alvará de Licença de Construção e "Habite-se".

§ 2º) As construções que fizerem uso dos projetos denominados padrão moradia econômica obrigatoriamente seguirão o projeto aprovado.

Art.59) As edificações constantes no inciso II do artigo 57, com área inferior a 200m², receberão no momento da consulta, autorização da Prefeitura Municipal, na qual constará orientações quanto a execução da referida obra, sem custos ao requerente.

Art.60) Antes da elaboração do projeto definitivo o interessado deverá requerer consulta prévia a Prefeitura Municipal para orientação quanto às normas urbanísticas vigentes.

§ 1º) A consulta previa será solicitada mediante requerimento acompanhada dos seguintes documentos:

I - Cópia do Registro Geral do terreno ou recibo ou contrato de compra e venda acompanhado da aprovação do loteamento ou desmembramento ou autorização de construção acompanhado do registro geral ou recibo ou contrato de compra e venda;

II - Croqui com a situação do terreno em relação às vias adjacentes.

§ 2º) A Prefeitura Municipal emitirá uma certidão contendo as diretrizes básicas para a referida construção no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art.61) A aprovação do projeto de edificação será solicitada a Prefeitura mediante requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

I - Projeto Arquitetônico apresentado em três cópias assinadas pelo proprietário e responsável técnico legalmente habilitado pelo CREA, contendo pelo menos:

a) Planta de situação e localização na escala adequada ao formato do papel onde constarão, a projeção da edificação ou das edificações dentro do terreno figurando rios, canais, ruas adjacentes e outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades Municipais, as dimensões do terreno e as dos afastamentos da edificação em relação às divisas e a outra edificação porventura existente, orientação do norte magnético e demais informações necessárias ao total entendimento da obra;

b) Memorial descritivo da obra;

c) Quadro estatístico contendo: área e testada do terreno, área de projeção de cada unidade construída e existente se houver, cálculo da área total de cada unidade construída ou a ser construída, taxa de ocupação;

d) Planta baixa de cada pavimento que comportar a construção na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta) determinando: os níveis, as dimensões e áreas de todos os compartimentos, inclusive dos vãos de iluminação, ventilação, garagem, a finalidade de cada compartimento, os traços indicativos dos cortes longitudinal e transversal, indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra e demais itens para o seu total entendimento;

e) Corte transversal e longitudinal, indicando altura dos compartimentos, altura das janelas e peitoris, e demais elementos necessários à compreensão do projeto, na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta);

f) Tabela de esquadrias.

II - Projeto das instalações hidráulicas e sanitárias;

III - Projeto de prevenção e combate a incêndios, exceto residências unifamiliares, conforme normas técnicas do corpo de Bombeiros do Município de Campo Alegre;

IV - Projeto estrutural para construções acima de 1 (um) pavimento;

V - Projeto de instalações elétricas nas construções com área superior a 150m², de acordo com as normas expedidas pela concessionária de energia elétrica.

Art.62) Nos casos de modificações ou acréscimo deverá ser indicado o que será demolido ou construído, mediante as normas técnicas da ABNT.

Art.63) A Prefeitura Municipal disponibilizará ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o deferimento ou as exigências que se impuserem para aprovação do projeto.

Art.64) Após aprovação do projeto e comprovado o pagamento das taxas devidas, a Prefeitura fornecerá licença da obra, que será válida pelo prazo máximo de 1 (um) ano, contados a partir da data de sua expedição.

§ 1º) As obras iniciadas que exigirem prazos superiores para sua conclusão, poderão ter o prazo prorrogado mediante justificativa por mais 1 (um) ano;

§ 2º) Ultrapassado esse prazo, será necessário novo pedido de licença da obra.

SEÇÃO II DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.65) A execução da obra somente poderá ser iniciada depois de aprovado o projeto e expedido o alvará de licença para a construção.

Art.66) A obra será considerada iniciada assim que estiver com os serviços das fundações em andamento.

Art.67) O alvará de licença deverá ser mantido no local da obra juntamente com um jogo de cópias do projeto aprovado para apresentar a fiscalização da Prefeitura.

Art.68) Concluída a obra, deverá ser requerida, a Prefeitura Municipal, vistoria para fins de aprovação e "habite-se".

§ 1º - Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade.

§ 2º - Por ocasião da vistoria para fins de aprovação e "habite-se", de que trata o caput deste artigo, o sistema de fossa, filtro, sumidouro e caixa de gordura deverão estar visíveis e aberta para comprovação.

Art.69) As obras de modificações introduzidas em projetos já aprovados serão detalhadas e precedidas de licença junto à Prefeitura Municipal, que após exame poderá exigir detalhamento das referidas modificações, quando estas alterarem a área construída ou a forma de implantação de edificação no lote.

Art.70) Procedida à vistoria e constatado que a obra foi realizada em consonância com o projeto aprovado, obriga-se a Prefeitura a expedir o Certificado de Conclusão de Obra ("habite-se") no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de entrega do requerimento.

§ 1º) Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem o respectivo "habite-se";

§ 2º) Quando a edificação divergir do projeto, esta poderá ser embargada no todo ou em parte conforme o caso, e determinada à realização das obras necessárias para a sua adequação ao código de obras no prazo estipulado para tanto que não poderá exceder a 60 (sessenta) dias;

§ 3º) Não sendo obedecido pelo proprietário o prazo imposto para as providências exigidas, o proprietário será multado e/ou ajuizada a competente ação judicial visando esse fim.

Art.71) Poderá ser concedido "habite-se" parcial a juízo do órgão competente da Prefeitura Municipal.

SUBSEÇÃO II DAS FUNDAÇÕES

Art.72) As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo não ultrapasse os limites indicados nas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 1º) As fundações não poderão invadir as vias públicas;

§ 2º) As fundações das edificações deverão ser executadas de maneira que não prejudiquem os imóveis vizinhos, e sejam totalmente independentes e situados dentro dos limites do lote.

SUBSEÇÃO III DAS PAREDES E DOS PISOS

Art.73) As paredes tanto externas como internas, quando executadas em alvenaria, deverão ter espessura mínima de 10 cm (dez centímetros).

§ 1º) As paredes de alvenaria quando constituírem divisões entre economias distintas, e as construídas nas divisas dos lotes, deverão ter espessura mínima de 20 cm (vinte centímetros).

§ 2º) As vedações externas das edificações deverão ter as condições de isolamento, tais que garantam conforto térmico e acústico no interior dos compartimentos.

Art.74) As espessuras mínimas de paredes constantes no artigo anterior, poderão ser alterados, quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo os mesmos índices de resistência, impermeabilidade, e isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

SUBSEÇÃO IV DOS CORREDORES, ESCADAS E RAMPAS

Art.75) Os vãos de acesso às edificações, bem como as passagens, corredores, e rampas serão dimensionados segundo a seguinte classificação.

I - De uso Privativo - Restrito à utilização de unidades residenciais, escritórios particulares, consultórios, salas comerciais e outras unidades imobiliárias autônomas sem acesso ao público;

II - De uso Comum - De utilização aberta à distribuição do fluxo de circulação nas unidades de uso privativo e de acesso ao público. Art.76) As passagens, corredores, escadas e rampas quando

de uso privativo em unidades residenciais, terão largura mínima de 80 cm (oitenta centímetros) e de quando de uso privativo em unidades comerciais, terão largura mínima de 1,00 m (um metro).

Art.77) Quando forem de uso coletivo ou comum, terão largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), para um comprimento máximo de 10,00 m (dez metros).

Art.78) As portas de acesso às edificações de uso coletivo deverão possuir sistema que possibilite sua abertura de dentro para fora.

Art.79) As escadas deverão atender às seguintes exigências.

I - O dimensionamento dos degraus será feito sempre de acordo com a fórmula $2h + P = 63$ a 64 cm. Onde h é a altura ou espelho do degrau e não terão medidas inferiores a 16 cm (dezesesseis centímetros) nem superiores a 18 cm (dezoito centímetros), e p a profundidade do degrau;

II - Quando o desnível a vencer for maior que 3,00 m (três metros), terão patamar intermediário de profundidade pelo menos igual à largura da escada.

Art.80) As rampas devem respeitar o seguinte:

I - Quando destinada a pedestres: 10% (dez por cento) de inclinação máxima;

II - Quando destinada a veículos: 25% (vinte e cinco por cento) de inclinação máxima.

SUBSEÇÃO VII DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art.81) Todo ambiente de permanência prolongada deverá dispor de abertura que se comunique com a área externa para fins de iluminação e ventilação.

Art.82) Ficam excluídas da exigência do artigo anterior, as circulações em geral, as caixas de escada e compartimentos de utilização transitória.

Art.83) os compartimentos da edificação classificam-se em:

I - De permanência prolongada, os compartimentos destinados às funções de estar, dormir, trabalhar, lazer e estudar.

II - De permanência transitória os demais compartimentos.

Art.84) Nos compartimentos de permanência prolongada os vãos de iluminação e ventilação abertos, para o exterior deverão ter área mínima correspondente à 1/6 (um sexto) da área do piso.

Art.85) Os compartimentos de permanência transitória terão vãos de ventilação com área mínima correspondente a 1/8 (um oitavo) da área do piso.

SUBSEÇÃO VIII DAS INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS

Art.86) É obrigatório que toda edificação disponha de sistema de tratamento de esgotos, seja através de fossa séptica, filtro anaeróbio, sumidouro/vala de infiltração conforme projeto básico fornecido pela Prefeitura Municipal, ou sistema similar, desde que seja comprovadamente eficiente.

§ 1º) Caso a Prefeitura Municipal constate qualquer tipo de poluição, proveniente da rede de esgoto, deverá ela autuar a edificação, lacrar o sistema, embargar a obra e exigir a imediata solução

do problema.

§ 2º) Em caso de não atendimento das exigências das autoridades Municipais, deverá ser cassado o "habite-se" e/ou o alvará de licença de funcionamento da edificação, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 3º) Em caso de reformas, ampliações ou modificações que envolvam instalações sanitárias de cozinhas e banheiros, a edificação deverá se adequar a este artigo.

SUBSEÇÃO IX DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LÓGICAS E DE TELECOMUNICAÇÕES

Art.87) As instalações de energia elétrica nas edificações, deverão atender as normas técnicas da ABNT.

Parágrafo Único - No caso de obras específicas o projeto deverá ter ainda a aprovação da Concessionária de Eletricidade.

Art.88) As instalações de rede lógica e de telecomunicações nas edificações deverão atender as normas técnicas da ABNT.

Parágrafo Único - No caso de obras específicas o projeto deverá ter ainda a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

SUBSEÇÃO X DAS INSTALAÇÕES ESPECIAIS

Art.89) Consideram-se especiais às instalações de gás, aquecedores, ar condicionado, pára-raios, antenas de rádio e televisão, ar comprimido, oxigênio e demais instalações exigidas para o funcionamento de determinada atividade.

§ 1º) Os botijões de gás engarrafados deverão estar abrigados em compartimento próprio externo da edificação, com vão de ventilação permanente voltado para o exterior da edificação e obedecida as demais disposições contidas na Legislação.

§ 2º) Os aparelhos aquecedores de água a gás deverão ser instalados em locais abertos, com ventilação permanente.

CAPÍTULO IV DAS EDIFICAÇÕES

SEÇÃO I DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES

Art.90) A unidade residencial unifamiliar, destinada à moradia permanente, terá área útil mínima de 20 m² (vinte metros quadrados) e será composta dos seguintes compartimentos mínimos:

I - Compartimento de utilização mista;

II - Compartimento sanitário.

Parágrafo Único - Toda unidade residencial unifamiliar deverá possuir instalações coletoras de lixo adequadas e dimensionadas por numero de habitantes e ainda situadas dentro do perímetro do terreno e de fácil acesso.

Art.91) Os compartimentos das edificações para fins residenciais conforme sua utilização, obedecerão as seguintes condições quanto às dimensões mínimas:

I - Pé Direito Mínimo - 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros);

II - Portas - 2,00 (dois metros) de altura mínima e 70 cm (setenta centímetros) de largura mínima, exceto lavabos, banheiros

e depósitos que deverão ter largura mínima de 60 cm (sessenta centímetros);

III - Área mínima de iluminação e ventilação em relação à área do piso - 1/8 (um oitavo) com exceção das garagens e depósitos que poderão ser de 1/10 (um décimo).

SEÇÃO II DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES

Art.92) Sem prejuízo de outras disposições que lhes sejam aplicáveis, as edificações residenciais multifamiliares destinadas à moradia permanente terão área útil mínima de 20 m² (vinte metros quadrados) e serão compostas dos seguintes compartimentos mínimos:

I - Compartimento de utilização mista;

II - Compartimento sanitário.

Art.93) Os compartimentos das edificações para fins residenciais conforme sua utilização, obedecerão as seguintes condições quanto às dimensões mínimas:

I - Pé Direito Mínimo - 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros);

II - Portas - 2,00 (dois metros) de altura mínima e 70 cm (setenta centímetros) de largura mínima, exceto lavabos, banheiros e depósitos que deverão ter largura mínima de 60 cm (sessenta centímetros);

III - Área mínima de iluminação e ventilação em relação à área do piso - 1/8 (um oitavo) com exceção das garagens e depósitos que poderão ser de 1/10 (um décimo);

IV - Fica facultado a utilização de área mínima de iluminação e ventilação para escadas, corredores e halls;

V - Garagem coletiva dimensionada na proporção que estabelecer a Lei de Zoneamento e este código;

VI - Área de uso comum da edificação, destinada à recreação, dimensionada na proporção de 5,00 m² (cinco metros quadrados) por unidade habitacional sendo que a área mínima deverá ter 40,00 m² (quarenta metros quadrados).

Art.94) Além do disposto no artigo anterior, os edifícios de apartamentos deverão obedecer às seguintes condições:

I - Possuir local centralizado para coleta de lixo, com terminal em recinto fechado com dimensões mínimas de 50 cm² (cinquenta centímetros quadrados) por unidade habitacional até o limite de 9,00 m² (nove metros quadrados);

II - Possuir equipamentos para extinção de incêndio conforme exigência da Legislação específica.

Art.95) As edificações residenciais coletivas, em geral, poderão integrar prédios mistos desde que atendam as exigências específicas para cada uso previsto e contenham acessos independentes ao logradouro público para cada um dos usos instituídos.

SEÇÃO III DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS

Art.96) As edificações destinadas ao trabalho são aquelas que abrigam, como atividade principal a indústria, o comércio ou a prestação de serviços profissionais de qualquer natureza.

Art.97) Nos locais de trabalho sujeitos às disposições das Leis Trabalhistas, é obrigatória a observância das Normas Regulamentadoras (NR) relativas à segurança e medicina do trabalho expedidas pelo Ministério do Trabalho.

SUBSEÇÃO I EDIFICAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art.98) Toda pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios deve para o seu funcionamento, construção e instalação, obedecer além das exigências desta Lei, a legislação federal e estadual específicas e somente poderá fazê-lo funcionar com o Alvará Sanitário.

§ 1º - Os estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios devem ainda:

a) dispor de dependências e instalações mínimas adequadas às finalidades específicas;

b) dispor, nas dependências ou local de trabalho, de áreas físicas adequadas ao número de pessoas empregadas ou atendidas;

c) dispor de sanitários para ambos os sexos com acesso independente com no mínimo dois para cada grupo de 20 pessoas ou fração.

d) dispor, obrigatoriamente, de lavatório de uso exclusivo dos manipuladores de alimentos, nas áreas onde se elaborem, fracionem ou acondicionem alimentos;

e) dispor de adequado sistema de esgotamento sifonado ligado a tubos coletores e estes ao sistema geral de escoamento público, quando existente, ou a sistema individual de tratamento de efluentes;

f) possuir dispositivos de produção de frio, quando se fizer necessário, em número, capacidade e eficiência adequados às finalidades e funcionamento do estabelecimento;

g) dispor as instalações sanitárias, vestiários ou dependências de moradia quando for o caso, de modo a não haver comunicação direta com as dependências e locais onde se encontrem alimentos;

h) dispor de pisos e paredes convenientemente impermeabilizados, laváveis e não-corrosíveis, nos locais de elaboração, fracionamento, acondicionamento, depósito ou armazenamento de alimentos, de acordo com esta Lei, e normas técnicas da ABNT;

i) instalar fornos e caldeiras em locais apropriados, observado as disposições concernentes à segurança, higiene do trabalho e incômodos à vizinhança.

§ 2º - Os estabelecimentos industriais, os açougues, entrepostos de carnes, as peixarias e os entrepostos de pescados, e ainda os hotéis, devem dispor de reserva de água suficiente para dois dias de atividade, pelos menos.

Art.99) As águas servidas e residuais devem ter tratamento antes de seu lançamento ao sistema de escoamento.

Art.100) A pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios deve depositar o lixo e resíduos de alimentos separadamente, em recipientes próprios, impermeáveis e herméticos de fácil limpeza e desinfecção ou não-reutilizáveis.

§ 1º - Os recipientes devem ser removidos para local apropriado, por ocasião da limpeza geral diária ou sempre que necessário.

§ 2º - Os locais onde os recipientes com lixo e resíduos aguardam o destino conveniente devem ter o piso e as paredes, até 2 m de altura, impermeabilizados com material liso, resistente e lavável, ser protegidos contra a ação de insetos roedores e animais domésticos, possuir torneira com água corrente, e dispor de ralo sifonado para escoamento das águas provenientes da lavagem do local.

Art.101) Os estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios devem ter:

I - área mínima de 20,00 m²;

II - piso de material íntegro, liso, lavável, resistente, impermeável, não-corrosível, provido de ralos para escoamento de águas de limpeza;

III - paredes revestidas até o teto, na área de manipulação, com material resistente, lavável, impermeável, não-corrosível;

IV - para construção de mercados e supermercados, o pé direito mínimo deve ter 3,50m contados do ponto mais baixo da cobertura;

V - chaminés instaladas no mínimo 2,00 m acima da mais alta cumieira num raio de 50,00 m.

SUBSEÇÃO II EDIFICAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DE PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS

Art.102) As edificações destinadas ao comércio e indústrias em geral, além das disposições da presente Lei, das normas técnicas dos bombeiros e da ABNT que lhes forem aplicáveis, devem:

I - Ter vãos de ventilação e iluminação natural nos locais de trabalho, com área não inferior a 1/12 da área do piso, admitindo-se lanternins, sheds ou similares;

II - Ter sanitários e vestiários;

III - Ter pé direito mínimo de 3,00 m (três metros);

IV - Os dispositivos onde se concentram fontes de calor deverão ser convenientemente dotadas de isolamento térmico, e afastadas pelo menos 0,50 m (cinquenta centímetros) das paredes de alvenaria ou similares e afastadas pelo menos 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) das paredes de madeira ou similares;

V - Os depósitos de combustíveis deverão estar em locais adequadamente preparados conforme normas técnicas da ABNT;

Art.103) As indústrias de produtos alimentícios e congêneres, tais como panificadoras, padarias, confeitarias, fábricas de massas, fábricas de doces e outros produtos alimentícios, além do já disposto na presente Lei e Legislação específica, devem observar os seguintes requisitos:

I - Ter piso pavimentado com material, lavável, resistente, impermeável e liso;

II - Ter paredes revestidas com azulejo ou material equivalente até a altura mínima de 2,00 metros;

III - Ter assegurado a incomunicabilidade direta com os sanitários;

IV - Ter instalações sanitárias e vestiários separados por sexo;

SEÇÃO III DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Art.104) Além das disposições do presente código que lhes forem aplicáveis, as edificações destinadas ao comércio, serviço e atividades profissionais, deverão ser dotadas de:

I - Reservatório de água dimensionado conforme as normas técnicas da ABNT;

II - Instalações coletoras de lixo;

III - Abertura de ventilação e iluminação na proporção de no mínimo 1/8 (um oitavo) da área do compartimento;

IV - Instalações sanitárias.

Art.105) Os bares, cafeterias, restaurante e congêneres terão sanitários separados por sexo, localizados de tal forma que garantam fácil acesso ao público.

Art.106) A natureza do revestimento do piso e das paredes das edificações destinadas ao comércio, dependerá da atividade a ser desenvolvida, devendo ser executados de acordo com as Leis Sanitárias do Estado.

Art.107) As unidades independentes destinadas à prestação de serviços profissionais em geral, deverão ter área útil mínima de 16,00 m² (dezesseis metros quadrados).

SEÇÃO IV EDIFICAÇÕES PARA FINS ESPECIAIS

Art.108) Consideram-se especiais às edificações destinadas ao uso institucional construídas pela iniciativa pública ou privada.

Art.109) Os critérios de localização e implantação das edificações para fins especiais, bem como vagas de estacionamento, serão aqueles definidos na Lei de Zoneamento.

Art.110) As escolas e os estabelecimentos de ensino deverão cumprir as exigências estabelecidas na Legislação Federal e Estadual competentes e, em especial, as Resoluções nº 90 e 91/99 do Conselho Estadual de Educação ou Legislação que venha substituí-las.

Art.111) As creches deverão apresentar condições técnico-constructivas compatíveis com as características do grupo etário que compõe sua clientela.

§ 1º) As instalações sanitárias, interruptores de luz, maçanetas, portas, bancadas, demais elementos construtivos e o mobiliário, deverão permitir utilização autônoma pelas crianças de até 4 (quatro) anos.

§ 2º) A ligação entre níveis diferentes da edificação será feita preferencialmente por meio de rampas.

Art.112) As creches construídas em locais de trabalho, por força de Legislação Trabalhista, atenderão, além do que dispõe esta Lei, as exigências próprias sobre o assunto, previstas na consolidação das leis de trabalho e legislação complementar.

Art.113) Os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, atenderão às normas de construção expedidas pelo Ministério da Saúde em especial a Resolução RDC 50 de 21/02/2002 da ANVISA, normas expedidas pela Secretaria Estadual de Saúde e normas expedidas pelo órgão Municipal competente em matéria de saúde.

Art.114) As edificações destinadas a asilos, orfanatos, albergues e internatos atenderão às normas específicas estabelecidas por órgãos federais e estaduais competentes, além das disposições desta Lei.

Art.115) Os postos de serviços e de abastecimento de veículos deverão atender às seguintes condições:

I - Os materiais de construção serão comprovadamente resistentes ao fogo;

II - A limpeza e lubrificação deverão ser realizados em boxes isolados, revestidos de material liso e impermeável, de piso antiderrapante e de ventilação permanente;

III - Os despejos provenientes de postos de serviços, onde haja lavagem e lubrificação de veículos, deverão passar em caixa de areia e caixa separadora de óleo antes de serem lançados no sistema público de esgoto sanitário e os resíduos deverão ter destinação final adequada, de acordo com legislação ambiental;

IV - Dispor de instalações sanitárias para os empregados e para o

público, independentes e separadas por sexo;

V - As bombas abastecedoras serão afastadas, no mínimo, 4,00 m (quatro metros) do alinhamento da via pública.

VI - Dispor de área de manobra dentro dos mesmos, sem que interfira na circulação do fluxo das vias públicas.

Parágrafo Único - Deverão ser observadas a legislação federal sobre produtos inflamáveis e as normas complementares de autoria do órgão federal competente.

Art.116) Os cinemas, teatros, auditórios e salas de espetáculos deverão atender as seguintes determinações:

I - Dispor de instalações sanitárias separadas para cada sexo, calculada proporcionalmente a lotação prevista.

II - Dispor de local de espera para o público com área mínima de 1,00 m² (um metro quadrado) para cada 5 (cinco) pessoas da lotação prevista;

III - Quando houver guichês para venda de ingressos, deverão estar situados de tal forma a evitar filas do público no logradouro.

Parágrafo Único - Quando não houver lugares fixos, a lotação será calculada na base de 1,60 m² (um metro e sessenta centímetros quadrados) por pessoa.

SEÇÃO V DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO

Art.117) As condições para o cálculo do número mínimo de vagas de veículos, será na proporção discriminada, por tipo de uso das edificações, especificadas e exigidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art.118) A área mínima por vaga será de 12,00 m² (doze metros quadrados), com largura mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros).

Parágrafo Único - As edificações localizadas na Zona Diversificada com Restrição, existentes e cadastradas no Município, ficarão facultadas ao uso de vagas para estacionamento.

DOS PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS E DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art.119) São considerados habilitados ao exercício profissional, aqueles que satisfizerem as disposições da legislação vigente.

Art.120) Somente os profissionais legalmente habilitados poderão assinar qualquer desenho, projeto, cálculo ou especificação a ser submetido à Prefeitura, ou ainda ser responsável pela execução de obras.

Parágrafo Único - As atribuições de cada profissional, diplomado ou licenciado, serão as constantes de suas carteiras profissionais expedidas pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e deverão atender a legislação federal pertinente.

Art.121) A responsabilidade dos projetos, cálculos e especificações apresentadas, cabe aos respectivos autores, e a da execução das obras aos profissionais que as realizarem.

Parágrafo Único - A Municipalidade não assumirá qualquer responsabilidade em razão de aprovação de obra ou projeto inadequado.

Art.122) Para os efeitos desta Lei, as firmas e os profissionais

legalmente habilitados deverão requerer seu cadastramento na Prefeitura mediante juntada de certidão de registro profissional no CREA.

Parágrafo Único - No momento do registro o profissional tomará conhecimento da legislação municipal vigente.

Art.123) A assinatura do profissional nos desenhos, projetos, cálculos ou memórias submetidas à Prefeitura, será obrigatoriamente sucedida do título, bem como do número do registro no CREA.

Art.124) No local da obra, deverão ser afixadas placas dos profissionais intervenientes, obedecendo a legislação específica quanto as suas características.

Art.125) Quando houver substituição do responsável pela execução parcial ou total da obra, o fato deverá ser comunicado à Prefeitura com a descrição da obra até o ponto onde termina a responsabilidade de um e começa a de outro.

Parágrafo Único - Não sendo feita a comunicação respectiva, permanecerá a responsabilidade do profissional anotado, para os efeitos legais.

Art.126) A dispensa das exigências da Prefeitura não exime as eventuais exigências do CREA.

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art.127) Qualquer obra, em qualquer fase, estando sem a respectiva licença e/ou em desacordo com o projeto aprovado estará sujeita a notificação, multa, embargo, interdição e demolição, conforme o caso.

Art.128) A fiscalização, no âmbito de sua competência expedirá notificações e auto de infração, de multa, embargo ou interdição para cumprimento das disposições deste código, endereçados ao proprietário da obra e/ou responsáveis técnicos.

Art.129) As notificações serão expedidas para o cumprimento de alguma exigência acessória contida no processo, ou regularização do projeto, obra ou simples falta de cumprimento das disposições deste.

§ 1º) Expedida a notificação, esta terá o prazo de 10 (dez) dias para ser cumprida.

§ 2º) Esgotado o prazo de notificação, sem que a mesma seja atendida, aplicar-se-á multa e lavrar-se-á o auto de embargo.

Art.130) Obras em andamento com risco para o público ou para o pessoal da obra poderão, também, sofrer interdição por parte dos órgãos competentes.

Art.131) A aplicação das penalidades previstas no artigo 127 da presente Lei, não eximem o infrator da obrigação do pagamento de multa por infração e da regularização da mesma.

Art.132) As multas previstas nesta Lei serão de uma Unidade Padrão Municipal (UPM) por metro quadrado de área e terão seu vencimento marcado para no máximo 30 dias a partir da data da aplicação da multa.

Art.133) O pagamento das multas previstas nesta lei não sanará a infração, ficando o infrator na obrigação de regularizá-la, de acordo com o descrito no auto de embargo ou na notificação para regularização.

Art.134) O infrator terá prazo máximo de até 120 dias, conforme a

complexidade do caso, a contar da notificação ou autuação, para legalizar a obra ou sua modificação, sob pena de ser considerado reincidente.

Art.135) No caso de reincidência, as multas serão aplicadas em dobro e terão seu vencimento marcado para no máximo 30 dias a partir da data da aplicação da multa.

Art.136) Não atendido embargo e/ou interdição e não realizada a regularização, terá início a competente ação judicial de demolição ou outra qualquer que se faça necessária.

Art.137) Recusando-se o infrator a assinar o auto de infração, far-se-á menção dessa circunstância, na presença de 2 (duas) testemunhas, que assinarão o auto.

Parágrafo Único - No caso previsto neste artigo, a primeira via do auto de infração será remetida ao infrator pelo correio, no endereço fornecido pelo mesmo à Prefeitura, com aviso de recebimento (AR), ou publicada pela imprensa local e afixado no mural da Prefeitura.

Art.138) As multas previstas nesta lei, quando não recolhidas ao erário, serão lançadas em dívida ativa municipal e cobradas na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.139) A numeração de qualquer prédio ou unidade residencial será estabelecida pela Prefeitura Municipal, através de requerimento do interessado ou por determinação da Prefeitura Municipal, mediante pagamento da respectiva taxa.

Art.140) É obrigação do proprietário à colocação da placa de numeração que deverá ser fixada em lugar visível.

Art.141) As obras irregulares poderão ser regularizadas as mesmas disposições estabelecidas para a aprovação de obras regulares, desde que atendam os índices urbanísticos para as zonas em eu se situarem.

§ 1º) As obras que não atenderem os índices urbanísticos citados no caput deste artigo somente poderão ser regularizadas conforme a Lei de Regularização de Obras, a ser enviada ao Legislativo Municipal em no máximo 60 (sessenta) dias após a sanção desta Lei.

§ 2º) Consideram-se obras irregulares, aquelas que não possuem licenciamento junto à Prefeitura Municipal.

Art.142) Além das disposições contidas nesta Lei, deverão ser observadas as exigências previstas nas Leis que compõem o Plano Diretor.

Art.143) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de outubro de 2006.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/10/2006
JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 036 de 14 de Junho de 2006

LEI COMPLEMENTAR Nº 036 DE 14 DE JUNHO DE 2006.

ALTERA REDAÇÃO DOS ESTATUTOS MUNICIPAIS DO SERVIDOR PÚBLICO E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O caput do Artigo 192 do Estatuto dos Servidores Municipais (Lei Complementar Municipal n.º 006/02), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O período de licença-prêmio poderá ser convertido em pecúnia, nos casos em que o período aquisitivo seja completado à partir de 2007."

Art. 2º - O caput do Artigo 150 do Estatuto dos Profissionais do Magistério (Lei Complementar Municipal n.º 014/03), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150. O período de licença-prêmio poderá ser convertido em pecúnia, incluindo-se aquele referente à licença vencida."

Art. 3º - O inciso II do §1º do Art. 11 do Estatuto dos Servidores Municipais (Lei Complementar Municipal n.º 006/02), passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - seus vencimentos originários acrescidos de gratificação correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor pecuniário definido para o cargo comissionado;"

Art. 4º - O Art. 72 do Estatuto dos Servidores Municipais (Lei Complementar Municipal n.º 006/02), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 72 - O servidor substituidor será remunerado, apenas se a substituição se der por no mínimo 20 (vinte) dias, com 50% (cinquenta por cento) do valor da gratificação da função de confiança ou valor atribuído ao cargo comissionado, não incidindo sobre esta parcela descontos de natureza previdenciária."

Art. 5º - O Art. 124 do Estatuto dos Servidores Municipais (Lei Complementar Municipal n.º 006/02), passa a vigorar com a seguinte redação, incluindo-se Parágrafo único:

"Art. 124 O servidor detentor de cargo de provimento efetivo que venha a ocupar cargo comissionado e que opte por sua remuneração originária receberá uma gratificação especial correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor pecuniário definido para o cargo comissionado.

Parágrafo único - A gratificação especial não será incorporada ao vencimento ou a remuneração originária para nenhum efeito, bem como não compõe a base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL."

Art. 6º - O Art. 117 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 117 Poderão ser concedidas aos servidores as seguintes gratificações:

I - gratificação natalina;

II - gratificação pelo exercício de função de confiança;

III - gratificação especial;

IV - gratificação de interiorização;
V - gratificação especial médica.”

Art. 7º - O Artigo 125 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Subseção IDa Gratificação Especial Médica

Art. 125 - Aos profissionais médicos efetivos do quadro de carreira e contratados, é devido uma gratificação especial médica, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor pecuniário sobre o valor do vencimento básico do respectivo cargo, observando-se em todos os casos a limitação imposta pelo Art. 98 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02.”

Art. 8º - O título do Art. 126 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, passa a vigorar com a seguinte redação: “Subseção V - Da Gratificação de Interiorização”.

Art. 9º - A alínea “a” do Inciso I do Art. 126 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

“a) Médico - 30% (trinta por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea “a” do nível 6 do Anexo V desta Lei;”

Art. 10 - As alíneas “a” e “b” do Inciso II do Art. 126 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, passam a vigorar com a seguinte redação:

“a) Médico - 60% (sessenta por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea “a” do nível 6 do Anexo V desta Lei, quando as localidades abrangidas pelas atividades do profissional estiverem a mais de 50 km (cinquenta quilômetros) distantes da sede do Município;

b) Médico - 30% (trinta por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea “a” do nível 6 do Anexo V desta Lei, quando as localidades abrangidas pelas atividades do profissional estiverem a menos de 50 km (cinquenta quilômetros) distantes da sede do Município;”

Art. 11 - Ficam criados nos Anexos I, I-A, IV e V da Lei Complementar Municipal n.º 006/02 os cargos de Médico III e Agente Administrativo III, com respectivamente 04 (quatro) vagas para cada cargo, com carga horária, enquadramento de categoria funcional, correlação de escolaridade, nível, sub-nível e vencimentos, atribuições e responsabilidades descritos nas tabelas em anexo (Anexos I, I-A, IV e V da L.C.M. n.º 006/02).

Art. 12 - O caput do Art. 343 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 343 A Tabela de Vencimento dos cargos de provimento efetivo é constituída de 7 (sete) Níveis, conforme Anexo V, sendo que cada Nível é subdividido em 3(três) sub-níveis de progressão profissional.”

Art. 13 - Fica alterado o inciso I do Art. 317 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 317 As Categorias Funcionais, abrangendo as diversas carreiras conforme sejam especificadas as respectivas atividades, compreendem:

I - Categoria Funcional ANS - Atividades de Nível Superior;

II - Categoria Funcional ANIS - Atividades de Nível Intermediário-Superior;

III - Categoria Funcional ANI - Atividades de Nível Intermediário;

IV - Categoria Funcional ANB - Atividades de Nível Básico;

V - Categoria Funcional AS - Administração Superior”.

Art. 14 - Fica alterado o Art. 319 da Lei Complementar Municipal

n.º 006/02, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 319 As Categorias Funcionais ANI - Atividades de Nível Intermediário e ANIS - Atividades de Nível Intermediário-Superior, congregam as carreiras de cargo de provimento efetivo cujas atividades técnico-profissionais estejam relacionadas com o apoio às atividades administrativas, contábeis, financeiras, operacionais e serviços diversos, para cujo desempenho é exigida a escolaridade de 2º grau, científico, técnico ou profissionalizante no caso de ANI e superior para ANIS;”

Parágrafo único - Para o desempenho profissional da Categoria Funcional ANIS, é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação em nível superior, dispensada inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional.”

Art. 15 - O § 1º do Art. 166 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§1º É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso II, III, VI, VII, VIII e IX deste artigo;”

Art. 16 - O Parágrafo Único do Art. 314 da Lei Complementar 006 de 19 de setembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único - A Tabela de Vencimento definida no Anexo V é correlata às cargas horárias semanais definidas no Anexo I, excluídos os Cargos de Médico II e Odontólogo II, cujo valor da carga horária será proporcionalmente acrescido pelo exercício de 40 (quarenta) horas semanais e o Cargo de Médico III, que será diminuído proporcionalmente pelo exercício de 10 (dez) horas semanais;”

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar n.º 003/2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de Junho de 2006.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/06/2006

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I
ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIOR	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	ANS	6	Advogado	40 horas	00	00	01
02	ANS	6	Assistente Social	40 horas	01	00	01
03	ANS	6	Bibliotecário	40 horas	00	00	01
04	ANS	6	Contador	40 horas	00	00	01
05	ANS	6	Enfermeiro	40 horas	01	00	03
06	ANS	6	Engenheiro	40 horas	02	01	03
07	ANS	6	Farmacêutico	40 horas	01	01	01
08	ANS	6	Fisioterapeuta	30 horas	01	01	01
09	ANS	6	Fonoaudiólogo	30 horas	01	00	01
10	ANS	6	Médico I	20 horas	07	03	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas	00	00	02
12	ANS	6	Médico Veterinário	40 horas	01	01	02
13	ANS	6	Nutricionista	30 horas	01	00	01
14	ANS	6	Odontólogo I	20 horas	08	06	06
15	ANS	6	Odontólogo II	40 horas	00	00	02
16	ANS	6	Psicólogo	40 horas	01	01	01
17	ANS	6	Terapeuta Ocupacional	40 horas	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas	04	04	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas	10	04	10
20	ANI	4	Agente Administrativo II	40 horas	14	10	15
21	ANI	4	Auxiliar de Enfermagem	40 horas	09	05	Em extinção
22	ANI	4	Instrutor de Música	Por hora aula	03	03	06
23	ANB	3	Agente Administrativo I	40 horas	00	05	Em extinção
24	ANB	3	Agente Operacional III	40 horas	17	12	18
25	ANB	3	Motorista	40 horas	09	08	12
26	ANB	2	Auxiliar de Educador	40 horas	10	08	10
27	ANB	2	Agente Operacional II	40 horas	07	04	05
28	ANB	2	Auxiliar de Odontologia	40 horas	02	00	04
29	ANB	1	Agente Operacional I	40 horas	81	66	81
30	ANS	6	Médico III	10 horas	00	00	04
31	ANIS	5 ^a	Agente Administrativo III	40 horas	00	00	04

ANEXO I - A
TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NOMENCLATURA DO CARGO	ESCOLARIDADE	
01	ANS	Advogado	Formação Superior em Direito	
02	ANS	Assistente Social	Formação Superior em Assistência Social	
03	ANS	Bibliotecário	Formação Superior em Biblioteconomia	
04	ANS	Contador	Formação Superior em Contabilidade	
05	ANS	Enfermeiro	Formação Superior em Enfermagem	
06	ANS	Engenheiro	Formação Superior em Engenharia	
07	ANS	Farmacêutico	Formação Superior em Farmácia	
08	ANS	Fisioterapeuta	Formação Superior em Fisioterapia	
09	ANS	Fonoaudiólogo	Formação Superior em Fonoaudiologia	
10	ANS	Médico I	Formação Superior em Medicina	
11	ANS	Médico II	Formação Superior em Medicina	
12	ANS	Médico Veterinário	Formação Superior em Medicina Veterinária	
13	ANS	Nutricionista	Formação Superior em Nutrição	
14	ANS	Odontólogo I	Formação Superior em Odontologia	
15	ANS	Odontólogo II	Formação Superior em Odontologia	
16	ANS	Psicólogo	Formação Superior em Psicologia	
17	ANS	Terapeuta Ocupacional	Formação Superior em Terapia Ocupacional	
18	ANI	Técnico em Nível Médio	Ensino Médio e Curso Técnico na área de atuação	
19	ANI	Fiscal	Ensino Médio e Curso Técnico Contábil	
20	ANI	Agente Administrativo II	Ensino Médio	
21	ANI	Auxiliar de Enfermagem	Ensino Médio e Curso de Auxiliar de Enfermagem	
22	ANI	Instrutor de Música	Ensino Médio e curso na área de atuação	
23	ANB	Agente Administrativo I	Ensino Fundamental e/ou Curso de Auxiliar	
24	ANB	Agente Operacional III	Ensino Fundamental	
25	ANB	Auxiliar de Educador	Ensino Fundamental	
28	ANB	Auxiliar de Odontologia	Ensino Fundamental	
26	ANB	Motorista	4º série do Ensino Fundamental	
27	ANB	Agente Operacional II	Alfabetizado	
29	ANB	Agente Operacional I	Alfabetizado	
30	ANS	Médico III	Formação Superior em Medicina	
31	ANIS	Agente Administrativo III	Formação Superior e Pós Graduação conforme o caso, de acordo com Anexo IV.	

ANEXO V - TABELA DE VENCIMENTO DE PROVIMENTO EFETIVO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 006

NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
6	63	R\$ 2.414,89	R\$ 2.487,32	R\$ 2.561,94	R\$ 2.638,81	R\$ 2.717,98	R\$ 2.799,50
	62	R\$ 2.022,42	R\$ 2.083,10	R\$ 2.145,59	R\$ 2.209,95	R\$ 2.276,25	R\$ 2.344,56
	61	R\$ 1.693,75	R\$ 1.744,56	R\$ 1.796,89	R\$ 1.850,80	R\$ 1.906,33	R\$ 1.963,53
5A	53A	R\$ 1.569,65	R\$ 1.616,73	R\$ 1.665,24	R\$ 1.715,19	R\$ 1.766,65	R\$ 1.819,65
	52A	R\$ 1.314,55	R\$ 1.353,99	R\$ 1.394,60	R\$ 1.436,44	R\$ 1.479,54	R\$ 1.523,93
	51A	R\$ 1.100,92	R\$ 1.133,94	R\$ 1.167,96	R\$ 1.203,00	R\$ 1.239,09	R\$ 1.276,27
5	53	R\$ 1.207,44	R\$ 1.243,64	R\$ 1.280,97	R\$ 1.319,40	R\$ 1.358,98	R\$ 1.399,76
	52	R\$ 1.011,22	R\$ 1.041,56	R\$ 1.072,79	R\$ 1.104,97	R\$ 1.138,12	R\$ 1.172,28
	51	R\$ 846,86	R\$ 872,28	R\$ 898,45	R\$ 925,39	R\$ 953,15	R\$ 981,76
4	43	R\$ 928,80	R\$ 956,66	R\$ 985,35	R\$ 1.014,92	R\$ 1.045,37	R\$ 1.076,72
	42	R\$ 777,84	R\$ 801,19	R\$ 825,22	R\$ 849,99	R\$ 875,48	R\$ 901,74
	41	R\$ 651,43	R\$ 670,98	R\$ 691,11	R\$ 711,84	R\$ 733,19	R\$ 755,20
3	33	R\$ 807,64	R\$ 831,88	R\$ 856,83	R\$ 882,54	R\$ 909,01	R\$ 936,27
	32	R\$ 676,38	R\$ 696,67	R\$ 717,58	R\$ 739,12	R\$ 761,29	R\$ 784,12
	31	R\$ 566,46	R\$ 583,46	R\$ 600,96	R\$ 619,00	R\$ 637,57	R\$ 656,68
2	23	R\$ 702,31	R\$ 723,38	R\$ 745,07	R\$ 767,44	R\$ 790,45	R\$ 814,17
	22	R\$ 588,16	R\$ 605,83	R\$ 623,97	R\$ 642,70	R\$ 661,99	R\$ 681,84
	21	R\$ 492,58	R\$ 507,36	R\$ 522,57	R\$ 538,28	R\$ 554,40	R\$ 571,03

1	13	R\$ 585,25	R\$ 602,80	R\$ 620,89	R\$ 639,53	R\$ 658,69	R\$ 678,47
	12	R\$ 490,14	R\$ 504,83	R\$ 519,99	R\$ 535,59	R\$ 551,66	R\$ 568,21
	11	R\$ 410,48	R\$ 422,80	R\$ 435,47	R\$ 448,54	R\$ 462,00	R\$ 475,86

VALORES POR HORA AULA

NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
4	43	R\$ 4,83	R\$ 4,99	R\$ 5,14	R\$ 5,29	R\$ 5,45	R\$ 5,61
	42	R\$ 4,05	R\$ 4,18	R\$ 4,29	R\$ 4,42	R\$ 4,56	R\$ 4,68
	41	R\$ 3,38	R\$ 3,48	R\$ 3,58	R\$ 3,71	R\$ 3,80	R\$ 3,91

ANEXO

I

Plano de Cargos Efetivos e Funções
Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior
Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
	Médico III	1. Realizar consultas em áreas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: -Curso Superior de Medicina; -Registro no Conselho Regional de Medicina; b) Para Promoção à Referência "F" do Sub-nível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Medicina.
*****	*****	Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57.	*****

Número de Vagas: 04

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANIS - Atividades de Nível Intermediário Superior - Nível: 5A

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
		1. Planejar e Coordenar trabalhos; 2. Redigir e elaborar documentos, editais, análises e outras informações administrativas, tributárias, aplicando a forma e terminologia adequada; 3. Executar atividades de informática elementares inclusive o uso de software; 4. Efetuar levantamentos, cadastramentos, pesquisas e outros trabalhos, de acordo com a orientação de seu superior; 5. Efetuar cálculos, criar planilhas e conferências em geral dentro de sua área de atuação, conforme determinação da chefia; 6. Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo; 7. Realizar, segundo instruções recebidas, o levantamento para balancetes, inventários e balanços; 8. Efetuar registros contábeis de média complexidade; 9. Alimentar bancos de dados em computadores, através da digitação de dados e informações, conforme instruções da chefia; 10. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço; 12. Atender ao público; 13. Elaborar relatórios, atendendo as normas ou exigências na área; 14. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 15. Participar ativamente das ações desenvolvidas pela Administração Municipal; 16. Gerenciar situações problemas; 17. Executar nas tarefas e programas das secretarias das escolas juntamente com os Diretores; 18. Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época a verificação da identidade e regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolares; 19. Redigir e expedir toda a correspondência oficial da unidade Escolar 20. Organizar e manter em dia a coletânea das Leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, Resoluções e demais documentos; 21. Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso juntamente com o Diretor; 2222. Assinar juntamente com o Diretor quando este solicitar os documentos escolares que forem expedidos, inclusive os certificados; 2223. Preparar e secretariar reuniões quando convocado pelo Diretor; 24. Conhecer a estrutura, compreender e viabilizar o funcionamento das unidades escolares; 25. Registrar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores; 26. Realizar atividades de assessoramento à direção da unidade escolar, responder pela secretaria da unidade escolar, apoiar os serviços administrativos da unidade escolar, analisar, organizar, registrar e documentar fatos ligados à vida escolar do aluno e à vida funcional dos servidores; 27. Controlar e inspecionar trabalhos operacionais específicos, cujo exercício seja de caráter essencial à população, emitindo relatórios e cientificando as autoridades municipais envolvidas de todos os trabalhos realizados, devendo tal labor advir de convênios pré-firmados pela Administração Municipal; 28. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: -Nível Superior com formação em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia ou outra Formação Superior com Pós em Administração Pública, ou -Nível Superior em Pedagogia quando para atuação na Secretaria da Educação, - Em todos os casos é exigido conhecimento em informática. b) Para Promoção à Referência "F" do Sub-nível 43: Possuir pós graduação na área de administração pública.

Número de Vagas: 04

Lei Complementar Nº 035 de 23 de Maio de 2006

LEI COMPLEMENTAR Nº 035 DE 23 DE MAIO DE 2006.

ALTERA ESTATUTOS MUNICIPAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, AUTORIZANDO A CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O caput do Artigo 192 do Estatuto dos Servidores Municipais (Lei Complementar Municipal n.º 006/02), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O período de licença-prêmio poderá ser convertido em pecúnia, incluindo-se aquele referente à licença vencida."

Art. 2º - O caput do Artigo 150 do Estatuto dos Profissionais do Magistério (Lei Complementar Municipal n.º 014/03), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150. O período de licença-prêmio poderá ser convertido em pecúnia, incluindo-se aquele referente à licença vencida."

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de maio de 2006.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/05/2006

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 034 de 07 de Março de 2006

LEI COMPLEMENTAR Nº 034 DE 07 DE MARÇO DE 2006

ALTERA REDAÇÃO DOS ARTIGOS 146 E 148 DA LEI COMPLEMENTAR

N.º 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1o - O Artigo 146 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 146 O servidor que perceba vencimentos (vencimento base acrescido de agregação à remuneração ou adicional por tempo de serviço, conforme o caso) igual ou inferior a R\$ 725,47 (setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos) e cumpra, efetivamente, carga horária de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais no Poder Executivo, receberá vale-alimentação, em forma de tickets; o servidor do Poder Legislativo que perceba remuneração igual ou inferior a R\$ 725,47 (setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos) e cumpra, efetivamente carga horária de no mínimo 30 (trinta) horas semanais, receberá vale-alimentação, em forma de tickets.

§1º O vale-alimentação será distribuído mensalmente, sem qualquer custo para o servidor, no valor de R\$ 31,55 (trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos);

§2º A Administração Municipal adquirirá os vales-alimentação de empresas especializadas neste sistema, obedecido o competente processo licitatório."

Art.2º - O Artigo 148 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 148 Os valores dos vencimentos-limite definida para o recebimento do vale-alimentação disposto no art. 146, bem como o valor mensal deste, disposta no §1º do mesmo artigo deverão ser reajustadas sempre que for concedida a revisão anual geral dos vencimentos, aplicando-se para tanto o mesmo índice.

Parágrafo único. Os novos valores praticados por força da implementação dos índices de revisão geral anual devem ser instituídos através de lei própria e publicados, obrigatoriamente, no mural da sede da Prefeitura Municipal e em lugares de grande circulação dos servidores públicos."

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de março de 2006.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 033 de 07 de Março de 2006

LEI COMPLEMENTAR Nº 033 DE 07 DE MARÇO DE 2006

ALTERA REDAÇÃO DO ART. 180 DA LEI

COMPLEMENTAR N.º 014 DE 27 DE MAIO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1o - O Artigo 180 da Lei Complementar Municipal n.º 014/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 180 A progressão vertical dar-se-á pelo acesso a níveis superiores e ocorrerá pela implementação de nova escolaridade, nas seguintes modalidades:

I - Para o cargo de Professor Auxiliar;

a) graduação;

II - Para o cargo de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais;

a) graduação;

b) pós-graduação;

§1º - para implementar a progressão da qual trata o inciso I deste artigo, há necessidade de galgar a referência C de cada nível para ascender a outro de caráter superior.

§2º - para implementar a progressão da qual trata o inciso II deste artigo, há necessidade de apresentar o diploma de nova escolaridade e aguardar seu deferimento, conforme previsto no Parágrafo

único do Art. 181.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de março de 2006.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/03/2006

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.059 de 21 de Fevereiro de 2006

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.059 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O BANCO DO BRASIL, SOB INTERVENIÊNCIA DA VISANET, PARA RECEBIMENTO E PARCELAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Banco do Brasil S.A., sob interveniência da VISANET, para a prestação de serviços de recebimento e parcelamento de tributos municipais, nos termos e condições da minuta de convênio em anexo, parte desta Lei.

Art.2º) Fica autorizado o Município a arcar com custo de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) para cada transação bancária efetuada pelos contribuintes, além do valor mensal previsto no parágrafo terceiro do Convênio, relativo ao terminal eletrônico T.E.F.

Art.3º) As custas com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotações do Orçamento vigente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de fevereiro de 2006.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/02/2006

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Portaria Nº 1330/14

PORTARIA Nº 1330/14 de 27/08/2014

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 1196/14 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o prazo para a apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, nomeada pela Portaria nº 1196/14 de 09/07/2014, por mais 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1357/14

PORTARIA Nº 1357/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SILMARA CARNIEL SILVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SILMARA CARNIEL SILVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/08/13 a 31/07/14 a serem gozadas no período de 23/12/13 a 22/01/14.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1358/14

PORTARIA Nº 1358/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VILSON FAGUNDES PINHEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VILSON FAGUNDES PINHEIRO referente ao período aquisitivo de 01/04/13 a 31/03/14 a serem gozadas no período de 03/08/14 a 01/09/14.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1359/14

PORTARIA Nº 1359/14 de 27/08/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação por titulação a servidora THAISE SANTOS, ocupante do cargo efetivo Operador do Central Telefônico, referente à conclusão da Pós-Graduação Lato Sensu, Especialização em Tecnologia de Gestão Pública e responsabilidade Fiscal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1360/14

PORTARIA Nº 1360/14 de 27/08/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação por titulação a servidora SOLANGE APARECIDA NOHATTO, ocupante do cargo efetivo Técnico em Apoio Administrativo, referente à conclusão da Pós-Graduação Lato Sensu, Especialização em MBA em Administração Pública e Gerencia de Cidades.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1361/14

PORTARIA Nº 1361/14 de 27/08/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação por titulação a servidora ELENITA APARECIDA GRANZOTTO, ocupante do cargo efetivo Técnico em Apoio Administrativo, referente à conclusão da Pós-Graduação Lato Sensu, Especialização em MBA em Administração Publica e Gerencia de Cidades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1362/14

PORTARIA Nº 1362/14 de 27/08/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação por titulação a servidora VIVIANE KEMER PANDOLPHO, ocupante do cargo efetivo Técnico em Apoio Administrativo, referente à conclusão da Pós-Graduação Lato Sensu, Especialização em Gestão de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1363/14

PORTARIA Nº 1363/14 de 27/08/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação por titulação a servidora MARGARETE TEREZINHA NICOLOTTI, ocupante do cargo efetivo Professor (Diretor de Departamento), referente à conclusão da Pós-Graduação Lato Sensu, Especialização em Gestão Pública.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1364/14

PORTARIA Nº 1364/14 de 27/08/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação por titulação ao servidor NILTON ROBERTO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Motorista, referente à conclusão do Ensino Médio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1365/14

PORTARIA Nº 1365/14 de 27/08/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação por titulação a servidora MERCEDES APARECIDA TESKE DUARTE, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente à conclusão do Ensino Médio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1366/14

PORTARIA Nº 1366/14 de 27/08/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação por titulação ao servidor ATILIO PINTO, ocupante do cargo efetivo de Motorista, referente à conclusão do Ensino Fundamental.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1367/14

PORTARIA Nº 1367/14 de 27/08/2014

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR IVORI ANTONIO TROMBETTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao servidor IVORI ANTONIO TROMBETTA, referente a Cargo de Diretor de Departamento e Fiscal de Tributos, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 14/04/13 a 13/04/14, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1368/14

PORTARIA Nº 1368/14 de 27/08/2014

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR GESIEL RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao servidor GESIEL RIBEIRO, referente a Cargo de Diretor de Departamento, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/03/12 a 31/12/12 e referente Cargo de Gerente Executivo no período 01/03/14 a 30/04/14, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1372/14

PORTARIA Nº 1372/14 de 28/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GIZELI DE MATTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GIZELI DE MATTOS referente ao período aquisitivo de 03/07/13 a 02/07/14 a serem gozadas no período de 18/08/14 a 16/09/14.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1373/14

PORTARIA Nº 1373/14 de 28/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSEANE RODRIGUES PEIXOTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSEANE RODRIGUES PEIXOTO referente ao período aquisitivo de 27/07/13 a 26/07/14 a serem gozadas no período de 28/07/14 a 26/08/14.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1374/14

PORTARIA Nº 1374/14 de 28/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SANDRA FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SANDRA FERREIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/13 a 01/01/14 a serem gozadas no período de 01/09/14 a 30/09/14.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1375/14

PORTARIA Nº 1375/14 de 28/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA ELIANE DE MORAIS LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA ELIANE DE MORAIS LIMA referente ao período aquisitivo de 01/04/12 a 31/03/13 a serem gozadas no período de 20/08/14 a 18/09/14.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1376/14

PORTARIA Nº 1376/14 de 28/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) BIANCA PICININI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) BIANCA PICININI referente ao período aquisitivo de 26/07/13 a 25/07/14 a serem gozadas no período de 28/07/14 a 26/08/14.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canelinha**PREFEITURA****Extrato Edital 85/2014 PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 85/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 65/2014

OBJETO: O presente pregão tem por objeto, à aquisição de móveis para equipar as Unidades Básicas de Saúde do Município de Canelinha, conforme especificações descritas no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 16 de setembro de 2014, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 03 de setembro de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

Edital Nº 01/CMDCA/2014

EDITAL Nº 01/CMDCA/2014

Cristine Ribeiro Isphair Maziero, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei nº 8.069/90 e com as modificações introduzidas pelo Artigo 10 da Lei nº 8.242/1991 e Lei nº 12.696/2012 e nas Leis Municipais nº 2.445 de 19/12/1991, alterada pela Lei nº 3.804 de 18/03/2005, Lei nº 3.280 de 19/02/2001, estão abertas as inscrições para a escolha de membros suplentes do Conselho Tutelar de Canoinhas.

1 - DO CALENDÁRIO OFICIAL

Fica estabelecido o seguinte calendário:

- Publicação do Edital sobre a eleição de suplentes do Conselho Tutelar no site www.pmc.sc.gov.br e fixação do referido edital em local visível ao público, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social: 03/09/2014.
- Publicação do Edital de Eleição de Suplentes do Conselho Tutelar em jornal de circulação local 05/09/2014
- Inscrições dos candidatos 08/09/2014 à 11/09/2014 e 15/09/2014 à 19/09/2014, das 08h00m às 12h00m e das 13h30m às 15h30m.
- Homologação e Publicação das inscrições deferidas: 23/09/2014
- Prazo para recurso e/ou impugnação dos candidatos: 24/09/2014 à 25/09/2014.
- Avaliação dos recursos: 26/09/2014.
- Homologação final das inscrições: 29/09/2014.
- Data da Eleição: 01/10/2014
- Horário: 08h30m às 12h00m
- Local: Câmara de Vereadores de Canoinhas

2 - ESCLARECIMENTOS ÚTEIS AOS CANDIDATOS:

O processo eletivo terá vigência à partir da data de chamada, até a posse da primeira eleição unificada para Conselheiros Tutelares de acordo com a Lei nº 12.696/2012.

Os conselheiros suplentes serão chamados de acordo com a necessidade de suprimento de vagas.

Vencimentos: R\$ 1.266,75 (um mil, duzentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos). O suplente somente fará jus ao valor do vencimento da vaga de Conselheiro Tutelar quando ocupar a vaga do titular.

Expediente: das 08h00m às 12h00m e das 13h30m às 17h30m, com previsão de plantões noturnos, sábados, domingos e feriados, conforme escala.

3 - DO REGISTRO PARA A CANDIDATURA:

a) São critérios para o registro da candidatura:

- I - Reconhecida idoneidade moral (certidão emitida pelo Fórum);
 - II - Idade superior a 21 anos;
 - III - Residir no Município há mais de dois anos, comprovadamente (anexo I);
 - IV - Possuir Diploma de nível superior na área afim;
 - V - Reconhecida experiência, de no mínimo 02 (dois) anos, no trato com crianças e adolescentes (declaração emitida pela entidade/instituição);
 - b) Os candidatos, quando da inscrição, deverão anexar Curriculum Vitae.
 - c) Para registro, o candidato deverá apresentar um requerimento, acompanhado da documentação comprobatória dos critérios estabelecidos (anexo II).
- O prazo para registro de candidatos será do dia 08/09/2014 à

11/09/2014 e 15/09/2014 à 19/09/2014 das 08h00m às 12h00m e das 13h30m às 15h30m.

d) O recebimento de inscrições será na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS localizado à Rua Três de Maio, nº 146 - Centro.

e) Conforme o Artigo 140 da Lei Federal nº 8.069/90 são impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e sogra ou nora, irmãos , cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta ou enteado. Entende-se o impedimento do conselheiro, à autoridade judiciária, ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, foro Regional ou Distrital.

f) As declarações apresentadas no ato da inscrição ficam sob responsabilidade do candidato, sujeitas as penas da lei (art.299 do Código Penal).

4 - DA PUBLICAÇÃO DAS CANDIDATURAS:

A relação dos candidatos inscritos será publicada no dia 29/09/2014 no site: www.pmc.sc.gov.br, em edital na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

5 - DA ELEIÇÃO

a) Dando início a eleição cada candidato terá 05 (cinco) minutos para leitura de sua justificativa para a função;

b) A eleição será feita por votação secreta, pelos delegados nomeados por entidades de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que se inscreverem no prazo de 03/09/2014 à 26/09/2014 na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS. Terão também direito a voto os membros efetivos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou, no impedimento destes, seus suplentes.

c) O processo eleitoral ocorrerá conforme Resolução nº 02/2014, capítulo IV artigo 17.

d) Os candidatos inscritos devem ter conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Canoinhas, 02 de setembro de 2014

Cristine Ribeiro Isphair Maziero

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Resolução 02/CMDCA/2014

RESOLUÇÃO 02/CMDCA/2014

Regulamenta o Processo Eletivo de Escolha dos Conselheiros Tutelares Suplentes no âmbito do Município de Canoinhas e dá outras providências:

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, através de sua presidente, Sra. CRISTINE RIBEIRO ISPHAIR MAZIERO, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.804/2005 estão abertas as inscrições, para a eleição dos Conselheiros Tutelares Suplentes de Canoinhas.

CAPÍTULO I

Art.1º - O Processo de Eleição dos Conselheiros Tutelares Suplentes no âmbito do Município de Canoinhas, previsto na Lei nº 3.804/2005, obedecerá às normas previstas nesta resolução.

Art.2º - O Processo de Eleição dos Conselheiros Tutelares Suplentes é de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente -CMDCA.

Art.3º - O mandato dos Conselheiros Tutelares terá validade até a posse da primeira eleição unificada para Conselheiros Tutelares, de acordo com a Lei nº 12.696/2012.

Art.4º - O Conselho Tutelar tem como atribuições o atendimento a crianças e adolescentes com medidas de proteção, requisitando serviços públicos quando necessário, exigindo cumprimento da lei e denunciando as infrações ao Ministério Público, a fim de evitar a omissão ou abuso dos participantes do sistema (sociedade, estado, pais ou responsável), aconselha e exige dos pais ou responsável às medidas necessárias ao bem estar físico e/ou mental das crianças e adolescentes, encaminhando a tratamento, incluindo em programa de orientação, obrigando a acompanhar e matricular em escola regular, a fim de contribuir para uma vida em sociedade, além de:

I- Promover a execução de suas decisões, requisitando serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança e/ou representando junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações, para garantir o seu cumprimento;

II- Representar a criança/adolescente e/ou família, notificando ao Ministério Público e recebendo notificação no caso de violação de direitos, para servir de elo, entre a comunidade e o estado;

III- Expedir notificações, petições e outras correspondências seguindo instruções para atender rotinas administrativas.

IV- Poder representar o Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.

V- Poder encaminhar à autoridade judiciária os dados de sua competência (infrações de adolescentes).

VI- Poder assessorar o executivo na elaboração de propostas orçamentárias para planos e programas de atendimento a criança e ao adolescente.

Art.5º - O horário de expediente do Conselho Tutelar será das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min. Após o horário de expediente, e no intervalo para o almoço o Conselho Tutelar atenderá em regime de plantão, de acordo com a escala elaborada pelos conselheiros. O Conselheiro que estiver de plantão folgará imediatamente no dia subsequente.

CAPÍTULO II**DO REGIME DOS CANDIDATOS**

Art. 6º - Os candidatos a Conselheiros Tutelares deverão inscrever-se mediante requerimento endereçado a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, comprovando os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no município há no mínimo 02 (dois) anos, comprovadamente;

IV - possuir diploma de nível superior na área afim;

V - reconhecida experiência, de no mínimo 02 (dois) anos, no trato com crianças e adolescentes.

§ 1º Deverão ser anexadas ao requerimento fotocópias dos documentos que comprovem as solicitações acima, sem as quais não será realizada a inscrição.

§ 2º Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado no Edital.

§ 3º O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que pretender concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar Suplente, deverá pedir afastamento da função no ato da inscrição da sua candidatura.

§ 4º A comprovação dos requisitos estabelecidos por esta Resolução, deverão ser fiscalizados pela comissão Eleitoral, composta pela Comissão de Normas do Conselho Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente para aprovação ou não dos candidatos.

Art.7º - Expirado o prazo de inscrição, a Comissão Eleitoral autuará os requerimentos e analisará os documentos apresentados, encaminhando relação das candidaturas homologadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para publicação em edital na Prefeitura do Município de Canoinhas, na Secretaria Municipal de Assistência Social, no Diário Oficial dos Municípios e Jornais de circulação no Município, para ciência pública.

§ 1º A partir da publicação, poderão ser oferecidas impugnações a candidatura, no prazo de 02 (dois) dias úteis da última publicação, dirigida a Comissão Eleitoral;

§ 2º A impugnação será apreciada pela Comissão Eleitoral no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º O Candidato impugnado terá 02 (dois) dias úteis para manifestar-se sobre a impugnação.

§ 4º A decisão da respectiva impugnação será cientificada às partes no prazo de 03 (três) dias, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual não caberá recurso.

Art. 8º - O registro será individual e não por composição de chapa.

Art.9º - Para o registro da candidatura, o candidato deverá apresentar um requerimento acompanhado da documentação solicitada no Art. 6º desta resolução, que será protocolado e fornecido o número de inscrição, modelo fornecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.10 - O recebimento das inscrições será na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada à Rua: Três de, nº 142 - Centro, conforme Edital nº001/2014.

Art.11 - Conforme Lei Municipal nº 2445/91 ficam impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado (a).

Parágrafo Único - Entende-se impedimento do Conselho, deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Juventude, em exercício na Comarca, foro original ou distrital local.

Art. 12 - A mesa examinadora da documentação dos candidatos inscritos será composta por 04 (quatro) membros da Comissão Eleitoral, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria Executiva do mesmo.

**CAPÍTULO III
DOS DELEGADOS PARA VOTAÇÃO**

Art.13 - Serão considerados delegados os 14 (quatorze) membros titulares ou suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, ou no impedimento, ou ausência de alguns deles, o seu suplente e os representantes das entidades de atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município, inscritos no processo para eleição.

Art.14 - A inscrição dos delegados que não compõe o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente se dará mediante ofício de apresentação emitido pela entidade, acompanhado de documento de identidade (original e cópia);que será protocolado.

§ 1º O recebimento das inscrições para delegados será na Secretaria Municipal de Assistência Social sita à Rua Três de Maio, nº142 - Centro no período de 03/09/2014 á 26/09/2014 no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 15h30min.

§ 2º Cada delegado deverá votar em 03 (três) candidatos.

**CAPÍTULO IV
DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS**

Art.15 - A escolha dos conselheiros será feita por votação secreta, pelos integrantes do Colégio Eleitoral, em cédula a ser definida e aprovada pela Comissão Eleitoral, processo coordenado pelo Presidente da mesa receptora e apuradora e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 1º Cada delegado deverá votar em 03 (três) candidatos inscritos e presentes no ato da eleição.

§ 2º Serão considerados eleitos para os cargos suplentes, os candidatos mais votados por ordem de votação.

§ 3º Em caso de empate a decisão será em favor do candidato que tiver maior idade, e persistindo o empate, pelo número de filhos.

Art. 16 - A data, horário e local do Fórum de Eleição, será definida, em Edital do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 17 - A mesa receptora, que realizará também os trabalhos de apuração dos votos, será composta pelo Presidente, Secretário e 02 (dois) membros efetivos indicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo 01 (um) representante de entidade não governamental e 01 (um) representante governamental.

§ 1º Caberá ao Presidente da mesa receptora e apuradora:

I - Conferir o material que será utilizado na assembleia de eleição e na apuração;

II - Implantar a assembleia de eleição e os trabalhos de apuração de votos;

III - Abrir e lacrar a urna;

IV - Assinar as cédulas;

V - Abrir a urna para a apuração;

VI - Conferir a quantidade de votos contidos na urna com a listagem de votação;

VII - Assinar a ata de eleição e apuração;

VIII - Decidir sobre impugnações e anulação de votos.

§ 2º Caberá ao Secretário de mesa receptora e apuradora:

I - Fazer e Assinar a ata de eleição e apuração;

II - Realizar juntamente com os demais componentes da mesa a contagem de votos.

§ 3º Caberá aos Mesários da mesa receptora e apuradora:

I - Conferir as credenciais dos eleitores com a carteira de identidade e com a listagem de nominata;

II - Colher as assinaturas dos eleitores na listagem de nominata;

III - Entregar cédulas aos eleitores;

IV - Conferir a entrega de votos na urna;

V - Realizar juntamente com os demais componentes da mesa contagem de votos;

VI - Assinar a ata de eleição e apuração.

Art. 18º - A apuração dos votos será realizada no mesmo local, após o término da eleição.

Art.19º - A mesa apuradora dos votos será a já definida no artigo 17º, tendo, seus membros as funções descritas nos parágrafos do mesmo artigo.

Art. 20º - A publicação da relação dos candidatos escolhidos será através de edital publicado conforme locais e veículos de comunicação definidos nesta resolução.

Art. 21º - O Processo Eleitoral será acompanhado pelo Ministério Público.

Art. 22º - Os Conselheiros Tutelares Suplentes, somente assumirão a vaga de Conselheiro Tutelar na vacância do Titular, sendo que estes conselheiros eleitos deverão obrigatoriamente participar de capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com recursos do Fundo para Infância e Adolescência.

Art. 23º - Os Conselheiros Tutelares Suplentes eleitos deverão, obrigatoriamente, realizar acompanhamento de no mínimo 20 (vinte) horas no trabalho do atual Conselho Tutelar, sem qualquer remuneração, sob pena, de perda de mandato, quando chamados para assumir o cargo.

Paragrafo Único: A Comissão Eleitoral é soberana na tomada de decisões que poderão ocorrer durante o processo eleitoral.

Cristine Ribeiro Isphair Maziero

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Publicação da Ata da Reuniao da de Tomada de Preços N.º 16/2014

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO N.º 139/2014, MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS N.º 16/2014, que tem por finalidade a seleção e contratação de empresa especializada de engenharia, para EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONCLUSÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA THEODORO HUMENHUK COM EXTENSÃO DE 1.086,91 METROS COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 03 (três) dias do mês de setembro do ano de 2014, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelos Srs. Paulo Cesar Safanelli, Cleison Tarcisio Fuck e Cláudio Henrique Mathias, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação das empresas CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA representada por PAULO FRANCISCO CAGLIARI, VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA, representada por LUIZ WITT, WJC COINSTRUTORA LTDA EPP, representada por JURANDI GOMES FERREIRA JÚNIOR e CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP, sem representante presente. Os envelopes contendo as propostas de preços das participantes foram rubricados em todas as suas aberturas pela Comissão e representantes presentes. Primeiramente foram abertos os envelopes contendo a documentação de habilitação, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. A Comissão de Licitação, por entender que a documentação apresentada atende as exigências do Edital declarou as empresas CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA, WJC COINSTRUTORA LTDA EPP e CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP habilitadas no certame. Tendo em vista que as empresas participantes assinaram o termo de renúncia referente ao julgamento dos documentos de habilitação a Comissão de Licitação resolveu proceder a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços das empresas habilitadas no certame, ou seja, CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA, WJC COINSTRUTORA LTDA EPP e CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP. Abertas as propostas, os valores para realização da obras ficaram assim distribuídos: Em primeiro a empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA com o valor global de R\$ 1.133.649,60, em segundo a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP com o valor global de R\$ 1.195.455,60, em terceiro a empresa CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA com o valor global de R\$ 1.204.088,47 e em quarto a empresa WJC COINSTRUTORA LTDA EPP com o valor global de R\$ 1.283.269,13. Após a conferência dos valores individuais das planilhas das participantes, constatou-se que vários itens da proposta da empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA estão acima dos máximos constantes na planilha orçamentária. A comissão de licitação desclassificou a proposta da empresa VOLPESA LOCAÇÕES

E TRANSPORTE LTDA em virtude de que os preços unitários da proposta não estão de acordo com aqueles constantes na planilha orçamentária. Em virtude de que os preços da planilha da empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP estejam de acordo com aqueles estipulado na planilha orçamentária, a comissão de licitação considerou a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP vencedora desta licitação com o valor global de R\$ 1.195.455,60. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli Cleison Tarcisio Fuck
Presidente Secretário

Cláudio Henrique Mathias
Membro

CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
Paulo Francisco Cagliari,

VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA
Luiz Witt

WJC COINSTRUTORA LTDA EPP,
Jurandi Gomes Ferreira Júnior

Ricardo Dolata Nunes

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 1045/2014

RESOLUÇÃO Nº 1.045, de 28/08/2014
CONCEDE HOMENAGEM DE AMIGO DE CANOINHAS ÀS ENTIDADES LIGADAS À AGRICULTURA FAMILIAR

Considerando que a Organização das Nações Unidas - ONU, declarou 2014 como Ano Internacional da Agricultura Familiar; Considerando a importância da produção rural Canoinhense ligado historicamente à agricultura familiar; O Vereador João Grein, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Faço saber, que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º Ficam homenageadas com a Placa de Amigos de Canoinhas as Associações de Produção, Movimentos Sociais e Empresas Públicas ligadas à Agricultura Familiar no Município de Canoinhas, constantes da relação anexa a presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 28 de agosto de 2014.

Vereador João Grein
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 28/08/2014.

José Luiz Lacowicz
Secretário Legislativo

Capinzal

PREFEITURA

Lei 3.143/2014

LEI Nº 3.143, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014.

Altera o § 1º do art. 4º da Lei 3.131, de 16 de julho de 2014.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o § 1º do art. 4º da Lei 3.131, de 16 de julho de 2014, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4º [...]"

§ 1º Para cumprimento ao disposto neste artigo o município pagará o valor mínimo e máximo entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 700,00 (setecentos reais), mensais, devendo o médico participante efetuar a prestação de conta exigida pela legislação vigente."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias previstas para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 3 de setembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Lei Complementar 168/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 168, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014.

Altera o art. 4º e o art. 10 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 4º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4º A Carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

(....)

II - A Valorização do desempenho e da qualificação."

Art. 2º O art. 10 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, passa a vigor com a seguinte redação:

"(...)"

Art.10. Promoção é a passagem do titular do cargo da Carreira de um nível para outro imediatamente superior.

§ 1º A promoção decorrerá de avaliação que considerará o desempenho e a qualificação em instituições credenciadas.

§ 2º A promoção será concedida ao titular de cargo de magistério que tenha cumprido o interstício de 2 (dois) anos de efetivo exercício e atingido os pré-requisitos estabelecidos nos §§ 3º, 4º e 5º

do art. 10, atendido, para o titular do cargo de professor nas áreas de atuação de Professor I e Professor II.

§ 3º A avaliação de desempenho será realizada anualmente por uma comissão composta na escola, sendo: a direção da escola, a coordenação pedagógica e um professor efetivo, baseada nos seguintes critérios:

I - qualidade e produtividade no trabalho;

II - iniciativa, presteza e aproveitamento em programas de capacitação;

III - assiduidade e ética profissional;

IV - compromisso com a política pedagógica da escola, em consonância com o art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 4º Somente poderá concorrer à progressão o servidor que estiver desempenhando efetivamente o exercício de cargo na carreira do magistério.

§ 5º Além do critério citado no § 3º o postulante da promoção deverá apresentar certificados de cursos de capacitação de no mínimo 80 horas, em instituições credenciadas, sendo considerados somente os cursos diretamente relacionados à educação e cada certificado deverá apresentar uma carga horária mínima de 16 horas.

§ 6º Fará jus à progressão o servidor que, já tenha sido aprovado no estágio probatório e, no período do interstício referido no § 2º do art. 10, tenha obtido, pelo menos, o grau mínimo 7,0 (sete) na média do total de pontos apurados no formulário de avaliação de desempenho funcional, no período de interstício, apurados pelo seu superior imediato, pela Comissão de Avaliação, sob a supervisão do Diretor(a) de Ensino, do Secretário(a) da Educação e Diretor(a) de Recursos Humanos.

§ 7º A promoção ocorrerá bianualmente no mês de março, após apuração dos diplomas e certificados e computo das horas de capacitação de cada postulante à promoção. A carga horária excedente de cada promoção não poderá ser utilizada para novas promoções.

§ 8º Somente serão computados e válidos os cursos de interesse da Secretaria Municipal da Educação.

§ 9º Ficam excluídos da promoção aqueles que não tenham realizado avaliação de conhecimentos conforme exigência da lei vigente à época."

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 3 de setembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Lei Complementar 169/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 169, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a equiparação do Piso Nacional dos Servidores do Quadro de Pessoal do Magistério, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Aplica-se o Piso Nacional dos Profissionais do Magistério estabelecido pelo Governo Federal aos Servidores integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério do Município de Capinzal, regidos pela Lei Complementar nº 45, de 12 de dezembro de 2000, com um vencimento básico mínimo de R\$ 1.697,00 (um mil, seiscentos e noventa e sete reais).

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Capinzal, em 3 de setembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Catanduvas

PREFEITURA

Lei Nº 2.464/2014, de 03 de Setembro de 2014

LEI Nº 2.464/2014, de 03 de setembro de 2014.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.447, DE 9 DE ABRIL DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 2.447, publicada em 9 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a CESSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, pelo prazo de quarenta (40) anos, de parte de um terreno urbano, com área de oitocentos metros quadrados (800,00m²), com as seguintes confrontações: FRENTE, com a Rua Almirante Tamandaré na extensão de trinta e um vírgula sessenta e cinco metros lineares (31,65ML); FUNDOS, com o restante da área, na extensão de trinta e um vírgula cinquenta e três metros lineares (31,53ML); LADO DIREITO, com os Lotes Urbanos nºs. 273P e 273C, na extensão de vinte e cinco vírgula quarenta metros lineares (25,40ML); e finalmente, ao LADO ESQUERDO, com a Faixa de Domínio da Rodovia BR 282, na extensão de vinte e cinco vírgula quarenta metros lineares (25,40ML), pertencente ao Município de Catanduvas-SC, imóvel devidamente registrado e matriculado sob nº 0282 no Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-SC.”

Art. 2º Os incisos I e IV do art. 2º da Lei Municipal nº 2.447, publicada em 9 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

I - que deverá o Poder Legislativo Municipal proceder a construção de sua Sede Própria, iniciando-se as obras no prazo máximo de doze (12) meses a partir da data da assinatura do Termo de Cessão, e após, o prazo máximo de quatro (4) anos para a sua conclusão, comprometendo-se o Município em entregar a área, totalmente desocupada, até a data de 15 de dezembro de 2014;

IV - constará também do Termo de Cessão, o direito recíproco entre o Cedente e a Cessionária, na utilização dos espaços externos de Acesso à Câmara Municipal, bem como da área não edificante ora cedida.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei Municipal nº 2.447, de 9 de abril de 2014.

Catanduvas/SC, 03 de setembro de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini Claudinei Antonio Sella
Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº 76 de 03.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 076/2014

Homologa Resolução nº 011/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 011/2014 de 03 de setembro de 2014, do Conselho Municipal Assistência Social, que Aprova a realização do Projeto de Judô.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
06 de agosto de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº011/2014

Dispõe sobre a aprovação do Projeto de Judô, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Chapadão do Lageado/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0560 de 17.12.2012, nomeado pela Portaria nº 203/2013 de 29.05.2013, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Ata nº017/2014, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a realização do Projeto de Judô, onde terá o total de gastos de R\$ 3.300,00 (Três Mil e Trezentos Reais), este Projeto terá duração de três meses, distribuído em encontros semanais, para crianças do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no Centro de Multiuso.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado,
03 de Setembro de 2014.

GRACIELE STAROSKY

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Portaria Nº 351 de 03.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 351/2014

CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 334 de 22 de agosto de 2014; e,

CONSIDERANDO, a Resolução nº 02/2014 editada pelo Conselho Municipal da Educação, homologada pelo Decreto nº 028, de 16.04.2014, que aprova a implantação do Projeto "Reforço Escolar";

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário ALDO JEREMIAS, para exercer as funções do Cargo de Professor ACT - 10 horas, Nível III, junto ao Projeto "Reforço Escolar", nas Turmas do 1º ao 5º ano do Centro Educacional de Ensino Fundamental e do Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, pelo período de 01.09.2014 a 30.11.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
03 de setembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul**PREFEITURA****Extrato de Contrato N. 93/2014**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 93/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 72/PMCS/2014. Modalidade: Pregão Presencial n. 36/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: DIFAFA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. ASSINATURA: 01/09/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3.3.90.30.07(60); 3.3.90.30.07(61). OBJETO: aquisição de Gêneros Alimentícios(merenda escolar), no atendimento ao Município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 32.030,00(trinta e dois mil e trinta reais).

Aviso Pregão Presencial Nº 42/Pmcs/2014 (Registro de Preços)

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 86/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão presencial nº. 42/PMCS/2014 (Registro de Preços), que objetiva o registro de preços de Material para Manutenção de Bens Imóveis (ferros), para uso no Município de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será às 09h00min do dia 18 de setembro de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 as 16:30 horas.

Cocal do Sul, 03 de setembro de 2014.

Ademir Magagnin
Prefeito Municipal

Aviso Pregão Presencial Nº 43/Pmcs/2014 (Registro de Preços)

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 87/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão presencial nº. 43/PMCS/2014 (Registro de Preços), que objetiva o registro de preços de uniformes esportivos, no atendimento ao Departamento de Esportes, para premiação dos Jogos Interbairros 2014 e incentivo ao esporte no município. A abertura do Pregão será às 14h00min do dia 18 de setembro de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 as 16:30 horas.

Cocal do Sul, 03 de setembro de 2014.

Ademir Magagnin
Prefeito Municipal

Aviso Pregão Presencial Nº 44/Pmcs/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 88/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão presencial nº. 44/PMCS/2014, que objetiva o aquisição de Gêneros Alimentícios (Torta), para a abertura da CocalFest 2014 no Município de Cocal do Sul/SC. A abertura do Pregão será às 14h30min do dia 17 de setembro de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 03 de setembro de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

Aviso Pregão Presencial Nº 45/Pmcs/2014 (Registro de Preços)

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 89/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão presencial nº. 45/PMCS/2014 (Registro de Preços), que objetiva o registro de preços para serviços de lavagem de veículos, no atendimento a frota do Município de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será às 09h00min do dia 19 de setembro de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 03 de setembro de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 5924

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.924, DE 25 DE AGOSTO DE 2014.

Abre crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.684, de 25 de agosto de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.244.0046.2035 Ações de Assistência Comunitária - SEDES

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 37.786,90

Unidade Orçamentária 09.02 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.122.0049.2605 Manutenção das Atividades - Meio do FMHIS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 122.213,10

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes

Projeto/Atividade 26.782.0056.1013 Modernização e Organização do Transporte - SEMUT

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 120.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.540000 Convênio Trânsito - Militar R\$ 50.000,00

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade Orçamentária 14.01 Fundo Municipal para a Infância e Adolescência

Projeto/Atividade 08.243.0066.2152 Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente - FIA

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 11.408,82

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 1.681,83

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade 08.244.0068.2202 Proteção Social Básica - CRAS - FMAS
Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos 03.520000 Outras Transferências Fundo de Assistência -
Exercício anterior R\$ 6.000,00
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.520000 Outras Transferências - Fundo de Assistência R\$ 30.300,00

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade 13.122.0074.1401 Modernização e Organização Administrativa da FMC
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 55.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade 27.811.0076.2452 Ações do Desporto e Rendimento - FMEC
Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 11.082,89

Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEMA
Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$ 20.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 495.473,54.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
Projeto/Atividade 08.122.0047.1010 Modernização e Organização Administrativa - SEDES
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 160.000,00

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes
Projeto/Atividade 26.782.0055.2041 Ações do Transporte

Rodoviário - SEMUT

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 120.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.540000 Convênio Trânsito - Militar R\$ 50.000,00

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade Orçamentária 14.01 Fundo Municipal para a Infância e Adolescência

Projeto/Atividade 08.243.0066.2152 Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente - FIA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 13.090,65

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade 08.244.0068.2202 Proteção Social Básica - CRAS - FMAS

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.520000 Outras Transferências Fundo de Assistência -

Superávit do Exercício Anterior R\$ 6.000,00

Fonte de Recursos 01.520000 Outras Transferências - Fundo de Assistência R\$ 30.300,00

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade 13.392.0073.2403 Ações da Difusão Cultural - FMC
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 55.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade 27.812.0077.2453 Ações do Desporto Comunitário - FMEC
Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 7.000,00

Projeto/Atividade 27.122.0075.2451 Manutenção das Atividades - FMEC

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 4.082,89

Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEMA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 495.473,54.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 30 de junho de 2014, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.122.0047.1010 Modernização e Organização Administrativa - SEDES

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 4.641,16

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.641,16.

Art. 4º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária 04.02 Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos

Projeto/Atividade 04.122.0012.2045 Manutenção das Atividades do FMDD

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000002 Recursos Ordinários - FMDD - Superávit do Exercício Anterior R\$ 280.000,00

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 03.000002 Recursos Ordinários - FMDD - Superávit do Exercício Anterior R\$ 100.000,00

Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEMA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade 18.0122.0083.1501 Modernização e Organização Administrativa da FUMDEMA

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit

Exercício Anterior R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 420.000,00.

Art. 5º Fica alterada a expressão: "Projeto/Atividade 15.0451.0041.2031 - Ações da Sinalização Urbana - SEMURB" para: "Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 - Modernização Urbanística - SEMURB", constante no art. 1º do Decreto nº 5.916, de 25 de julho de 2014, que abre crédito suplementar.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 5925

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.925, DE 25 DE AGOSTO DE 2014.

Dá nova redação ao Anexo Único do Decreto nº 5.921, de 12 de agosto de 2014, que dispõe sobre a alienação, por leilão, de bens pertencentes ao patrimônio do Município.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 42 da Lei nº 4.590, de 29 de outubro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º O Anexo Único do Decreto nº 5.921, de 12 de agosto de 2014, que dispõe sobre a alienação, por leilão, de bens pertencentes ao patrimônio do Município, passa a vigorar com a redação constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

"ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS E ANTIECONÔMICOS

PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

Nº do Lote	Código Patrimonial	Descrição	Valor da Avaliação - R\$
1	31339	Automóvel, marca Fiat, modelo Uno Mil-le Fire, cor branca, flex, ano 2007, modelo 2008, chassi 9BD15822784985246, placa MDK-8094, 4 (quatro) portas, 5 (cinco) marchas	4.000,00
2	20040	Caminhão basculante, marca Mercedes Benz, modelo MB 1113, ano/modelo 1975, chassi 34404112243495, diesel, cor vermelha, placa MCS-0260	15.000,00
3	20118	Motoniveladora, marca Huber Warco, modelo 140, ano 1984, série 140ZB10080	35.000,00
4	20131	Secador de cereais, modelo SCP-60, marca Perozin, ano 2002, fornalha metálica à lenha, elevador de 6m x 6,20m, bica dupla, motor elétrico IV 2CV, chave PDW, ventilador no motor, corpo de secador e termômetro para administração de temperatura	8.000,00
5	20149	Motoniveladora, marca CAT, modelo 120 H, protetor armação, sistema elétrico, placa de empuxo, ano 1998, chassi 5FM01020	80.000,00
6	20222	Carregadeira de pneus, marca Caterpillar, modelo 930-R, ano 1990, chassi 57201369	37.000,00
7	20293	Retroescavadeira-trator escavo-carregadeira, sobre rodas, marca JCB, modelo 214E 4 x 4, com motor turbo 2 marchas Perkins, carregador frontal com caçamba e retroescavadeira com caçamba, chassi série 1000518, ano/modelo 2003, banco com suspensão	20.000,00
8	20122	Trator escavo-carregador e retro escavadeira, modelo FB80, 3 asp 4x4 tonelada, com motor aspirado, diesel, cor laranja, ano 2001, marca Fiat Allis, chassi FBB03A4R	16.000,00
9	28600	Secador de cereais intermitente com pré-limpeza, série 325-C03, marca Bergazzi, cor verde/vermelha, ano 2003	8.000,00
10	31329	Motocicleta, marca Honda, modelo NXR 125 Bros ES, gasolina, ano/modelo 2005, cor vermelha, chassi 9C2JD20205R019932, dois passageiros, 124 CV, placa MFP-7992	2.000,00
11	32552	Roçadeira, faca três pontas, 1.7 KW, marca Sthil, modelo FS 220, série 360355373	100,00
12	37872	Rolo faca, tração mecânica, marca Iadel	500,00
13	38569	Distribuidor de adubo orgânico líquido, marca Fatritol, modelo LOB 4000, série A-679, acoplável a trator agrícola por barra de tração, bomba lobular com rotor de 4 polegadas, acionável pela tomada de potência 540 RPM, tanque com capacidade de 4.000 litros, construído em chapa de aço carbono 4,75mm	800,00

Nº do Lote	Código Patrimonial	Descrição	Valor da Avaliação - R\$
14	38586	Distribuidor de adubo orgânico líquido, marca IAC, modelo DAOL 4000, acoplável a trator agrícola por barra de tração, bomba lobular com rotor de 4 de diâmetro, acionável pela tomada de potência a 540 RPM, tanque com capacidade para 4.000 litros, construído em chapas de aço carbono	800,00
15	54062	Betoneira 600 litros, profissional, com motor elétrico trifásico 340 volts, 7,5 CV, com rodas de chapa para transporte e elevador de material mecânico, rotação do tambor de 28 RPM, com reservatório de água, 3 (três) correias de acionamento tipo V, com espia do elevador	8.000,00
16	-	Equipamentos de fabricação de tubos, contendo: - 3 (três) formas de fabricação de tubos de concreto, diâmetro 30cm, códigos patrimoniais 10390, 10149 e 10150; - 2 (duas) formas de fabricação de tubos de concreto, diâmetro 40cm, códigos patrimoniais 10151 e 10153; - 1 (uma) forma de fabricação de tubos de concreto, diâmetro 60cm, código patrimonial 10152; - 1 (uma) forma de fabricação de tubos de concreto, código patrimonial 10154; - 2 (dois) carros transportadores de tubos de concreto, com pneus, códigos patrimoniais 10156 e 10157; - 1 (um) guindaste, com 2 (dois) motores elétricos, código patrimonial 10158; - 1 (uma) forma de fabricação de tubos de concreto, diâmetro 80cm, código patrimonial 10391; - 1 (um) vibrador para tubos de 1,00m x 0,30m; - 1 (um) vibrador para tubos de 1,00m x 0,40m; - 1 (um) vibrador para tubos de 1,00m x 0,60m; - 1 (um) vibrador para tubos de 1,00m x 0,80m; - 1 (um) vibrador para tubos de 1,00m x 1,00m; - 80 (oitenta) anéis para fabricação de tubos de 1,00m x 0,30m; - 60 (sessenta) anéis para fabricação de tubos de 1,00m x 0,40m; - 40 (quarenta) anéis para fabricação de tubos de 1,00m x 0,60m; - 24 (vinte e quatro) anéis para fabricação de tubos de 1,00m x 0,80m; - 24 (vinte e quatro) anéis para fabricação de tubos de 1,00m x 1,00m.	12.000,00
17	-	Aproximadamente 12 (doze) toneladas de sucata	3.600,00
18	-	Sobre chassi para caçamba, de 10,00m3	1.200,00

PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Nº do Lote	Código Patrimonial	Descrição	Valor da Avaliação - R\$
1	3461	Micro-ônibus, marca Renault, modelo minibus, chassi 93YCDDCH54J512256, cor branca, diesel, ano/modelo 2004, 5 (cinco) portas, 16 (dezesesseis) lugares, placa MCN 6625	25.000,00
2	3677	Automóvel, marca Ford, modelo Fiesta STR, chassi 9BFBR-ZFHA5B449960, cor branca, gasolina, ano/modelo 2005, 5 (cinco) marchas, 5 (cinco) portas, 65 HP, placa MCP 9975	6.000,00
3	4143	Automóvel, marca Fiat, modelo Uno Mille Fire 1.0, chassi 9BD15822786111144, cor branca, gasolina/álcool, ano/modelo 2008, 5 (cinco) ocupantes, 5 (cinco) marchas, placa MDZ 2704	8.000,00
4	-	Caminhão/Ambulância, marca Iveco, modelo 4912 Rontan, chassi 93ZC4980148314177, cor branca, diesel, ano/modelo 2004, placa MAF 2138	25.000,00

Decreto Nº 631/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 631/2014, DE 14 DE AGOSTO DE 2014.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora ALINE RISSO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora ALINE RISSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação de direção equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Imigrantes, com dedicação exclusiva, no período de 14 a 31 de agosto de 2014, enquanto perdurar o afastamento da titular.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoSAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa**Decreto Nº 632/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 632/2014, DE 15 DE AGOSTO DE 2014.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora VANIA POZZO ROSSATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora VANIA POZZO ROSSATTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação de direção equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI José Garghetti, com dedicação exclusiva, no período de 18 a 31 de agosto de 2014, enquanto perdurar o afastamento da titular.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoSAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 633/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 633/2014, DE 15 DE AGOSTO DE 2014.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora MONICA CRISTINA TONDELLO MORETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MONICA CRISTINA TONDELLO MORETTI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 32913-04 e 32913-07, gratificação de direção equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Acalanto, com dedicação exclusiva, no período de 11 a 31 de agosto de 2014, enquanto perdurar o afastamento da titular.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 634/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 634/2014, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora TERESINHA ILAIR BORON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2014, à servidora TERESINHA ILAIR BORON, ocupante do cargo de Agente Operacional, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de outubro de 2005 a 30 de setembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 635/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 635/2014, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor DANIEL AUGUSTO AJALA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2014, ao servidor DANIEL AUGUSTO AJALA, ocupante do cargo de Escrivão, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertida em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 636/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 636/2014, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ARMELINDO CARPI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2014, ao servidor ARMELINDO CARPI, ocupante do cargo de Agente de Obras, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de março de 2007 a 28 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 637/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 637/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014.

Dá nova redação ao item 6 da alínea "a" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 971/2013, de 29 de novembro de 2013 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.567, de 9 de setembro de 2013 e no Decreto nº 5.882, de 8 de abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º O item 6 da alínea "a" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 971/2013, de 29 de novembro de 2013 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

6. MARIA SALETE NECKEL ZORZAN, da Fundação Municipal de Cultura;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 638/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 638/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MELANIA FRACASSO CASSOL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 3.763 dias, ou seja: 10 (dez) anos, 3 (três) meses e 23 (vinte e três) dias, de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MELANIA FRACASSO CASSOL, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 12 de junho de 2002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 639/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 639/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

Altera dispositivos do Decreto nº 495/2014, de 25 de junho de 2014, que nomeia Comissões Coordenadora e Executora e designa Equipe Multidisciplinar do Concurso Público objeto do Edital nº 2/2014, de 25 de junho de 2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI e considerando:

- a necessidade de adequação ao art. 43 do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, tendo em vista a inscrição de 2 (dois) candidatos portadores de deficiência;

- as solicitações da empresa executora do certame.

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 495/2014, de 25 de junho de 2014, que nomeia Comissões Coordenadora e Executora e designa Equipe Multidisciplinar do Concurso Público objeto do Edital nº 2/2014, de 25 de junho de 2014, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - a alínea "a" do inciso II do art. 3º, passa a vigorar com a seguinte redação:

“a) ELIANA CAMARGO MOREIRA UTZIG;” (NR)

II - o art. 4º terá os seguintes dispositivos alterados:

1. o inciso III passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - JEANCARLO SOUZA, indicado pela empresa Click Soluções Técnicas Administrativas e Pedagógicas Ltda.” (NR)

2. ficam acrescidos os incisos IV a VI, com a seguinte redação:

“IV - ANA PAULA DE AGUIAR, Agente Administrativo da Municipalidade;

V - JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO, Agente Administrativo da Municipalidade;

VI - TATIANE LUZZI, Agente Administrativo da Municipalidade.” (AC)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de agosto de 2014.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 640/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 640/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SUYANE CORREA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2014, à servidora SUYANE CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de agosto de 2009 a 2 de agosto de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 21 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 641/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 641/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera, a pedido, o servidor MARCELO BROERING DE SOUZA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor MARCELO BROERING DE SOUZA, do cargo de provimento efetivo de Médico, a partir de 19 de agosto de 2014.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 642/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 642/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.

Designa o servidor ANTONIO LUIZ ZAMPEZE para responder, interinamente, pelo cargo de Responsável do Setor de Almoxarifado.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor ANTONIO LUIZ ZAMPEZE, ocupante do cargo de Almoxarife, para responder pelo cargo de Responsável do Setor de Almoxarifado, no período de 22 de agosto a 7 de setembro de 2014, em face do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 21 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 643/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 643/2014, DE 25 DE AGOSTO DE 2014.

Acresce itens 18 e 19 ao Anexo Único - Bens Pertencentes ao Município, do Decreto nº 582/2014, de 25 de julho de 2014, que constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 42 da Lei nº 4.590, de 29 de outubro de 2013, e considerando a CI SEMURB 399/2014, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras e CI SEMUT 061/2014, da Secretaria Municipal de Transportes.

DECRETA:

Art. 1º Ficam acrescidos itens 18 e 19 ao Anexo Único - Bens Pertencentes ao Município, do Decreto nº 582/2014, de 25 de julho de 2014, que constitui e designa comissão especial, na forma do quadro abaixo:

"ANEXO ÚNICO (...)

Nº de Ordem	Código Patrimonial	Descrição
18	20122	Trator escavo-carregador e retro escavadeira, modelo FB80, 3 asp 4x4 tonelada, com motor aspirado, diesel, cor laranja, ano 2001, marca Fiat Allis, chassi FBB03A4R
19	31339	Automóvel, marca Fiat, modelo Uno Mille Fire, cor branca, flex, ano 2007, modelo 2008, chassi 9BD15822784985246, placa MDK-8094, 4 (quatro) portas, 5 (cinco) marchas

“(AC)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de agosto de 2014.

Decreto Nº 644/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 644/2014, DE 25 DE AGOSTO DE 2014.

Designa leiloeiro e equipe de apoio.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Edital de Leilão nº 1/2014 - PMC, de 18 de agosto de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados leiloeiro e equipe de apoio para realização do leilão, objeto do Edital de Leilão nº 1/2014 - PMC, na forma abaixo:

I - leiloeiro: RUIMAR SCORTEGAGNA;

II - equipe de apoio:

a) ALCEONE JOSE MÜLLER;

b) ANDERSON DANIEL MÜLLER;

c) ARI JUSTINO TIBOLLA;

d) CESAR PELLIZZARO;

e) JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO;

f) JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO;

g) PEDRO FUNEZ NETO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de agosto de 2014.

Extrato do Edital de Contribuição de Melhoria Nº 1/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 1/2014

JOÃO GIRARDI, Prefeito Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130 e seguintes da Lei Municipal nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Concórdia baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DAS OBRAS, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário, dos valores despendidos nas obras de meio-fio, pavimentação, contenção e/ou drenagem pluvial, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Concórdia, conforme serviços, custo total e valorização dos lotes, constantes no quadro a seguir:

RUA	SERVIÇOS	Custo Total - R\$	Valorização dos Lotes - R\$
Rua Egito	MF/PAV ASF/DR/CONT	142.186,92	68.993,10
Rua Portugal	MF/PAV ASF/DR/CONT	47.867,57	22.126,69

Rua Travessa Romênia	MF/PAV ASF/DR/CONT	150.223,81	68.477,96
Rua Travessa Marrocos	MF/PAV ASF/DR/CONT	80.429,76	34.718,46
Rua Argentina	MF/PAV ASF/DR/CONT	71.520,95	12.710,40
TOTAL		492.229,01	207.026,61

MF - meio-fio;
PAV ASF - pavimentação asfáltica;
DR - drenagem pluvial;
CONT - contenção (muros).

O valor a ser absorvido pelos beneficiados será correspondente ao total da valorização e o presente Edital poderá ser impugnado no prazo de até 30 (trinta) dias desta publicação.

A íntegra do presente Edital e demais informações podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 21 dias do mês de agosto de 2014.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

do Termo de Rescisão Permissão de Uso Gratuito Nº 1/2013

Termo nº 3/2014

Processo nº 7070/2013

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 1/2013

Aos 14 dias do mês de agosto de 2014, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representada pelo Secretário Municipal, senhor ALESSANDRO VERNIZE, doravante denominada PERMISSO-NÁRIA, tem entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O MUNICÍPIO e a PERMISSO-NÁRIA resolvem rescindir, amigavelmente, a partir de 14 de agosto de 2014, o Termo de Permissão de Uso Gratuito nº 1/2013, celebrado em 11 de abril de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As partes se dão ampla, geral e irrevogável quitação, nada tendo a reclamar uma da outra, em qualquer tempo ou a qualquer título, acerca do Termo ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, SC, para dirimir questões oriundas do presente Termo.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Termo em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 14 de agosto de 2014.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	ALESSANDRO VERNIZE Secretário Municipal de saúde
------------------------------------	---

Testemunhas:

1.

Nome:

CPF:

2.

Nome:

CPF:

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável Nº 5/2014

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 5/2014
Protocolo nº 6157/2014

Aos 27 dias do mês de agosto de 2014, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a empresa BRF S.A., estabelecida na Rua Jorge Tzachel, 475, Bairro Fazenda, Itajaí, SC, inscrita no CNPJ sob nº 01.838.723/0001-27, neste ato representada pelo seu Procurador, senhor MAURO HENRIQUE MORESCO, inscrito no CPF sob nº 551.597.109-49, doravante denominada PROPRIETÁRIA, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O MUNICÍPIO necessita adquirir área de terras necessária para instalação de equipamentos públicos e ou expansão da área industrial, caracterizada como: lote rural nº 2.306, da Colônia Rancho Grande, situado em Alto Suruvi, nesta cidade, de propriedade da empresa BRF S.A., registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 9.337, Livro nº 2 - "AN".

CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. A PROPRIETÁRIA concorda com o valor da indenização de R\$ 634.000,00 (seiscentos e trinta e quatro mil reais), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 185/2014, de 27 de fevereiro de 2014, que será pago pelo MUNICÍPIO, na seguinte forma:

I - 1 (uma) parcela, no valor de R\$ 211.280,00 (duzentos e onze mil, duzentos e oitenta reais), no mês de agosto de 2014, no ato de assinatura do presente Termo;

II - 4 (quatro) parcelas, no valor de R\$ 105.680,00 (cento e cinco mil, seiscentos e oitenta reais) cada, nos meses de setembro a dezembro de 2014.

2.2. O vencimento de cada parcela será de 30 (trinta) dias, a contar da data de imissão descrita no item 3.1 da Cláusula Terceira deste Termo, por meio de TED em conta corrente em nome da PROPRIETÁRIA, no Banco do Brasil, Agência 1893-7, conta corrente 536.151-6

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitado na posse do Imóvel, no dia 1º de setembro de 2014, comprometendo-se a PROPRIETÁRIA a entregar o referido Imóvel no estado em que ele atualmente se encontra.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre o imóvel cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome da PROPRIETÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA:

A PROPRIETÁRIA outorgará a escritura pública da área adquirida, após a quitação total, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUINTA:

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida.

5.2. A PROPRIETÁRIA compromete-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEXTA:

Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 27 de agosto de 2014.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MAURO HENRIQUE MORESCO
Procurador da empresa BRF S.A.

Testemunhas:

1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF:

Lei Nº 4.684

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.684, DE 25 DE AGOSTO DE 2014.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.244.0046.2035 Ações de Assistência Comunitária - SEDES

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 37.786,90

Unidade Orçamentária 09.02 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.122.0049.2605 Manutenção das Atividades - Meio do FMHIS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 122.213,10

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes

Projeto/Atividade 26.782.0056.1013 Modernização e Organização do Transporte - SEMUT

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 120.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.540000 Convênio Trânsito - Militar R\$ 50.000,00

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade Orçamentária 14.01 Fundo Municipal para a Infância e Adolescência

Projeto/Atividade 08.243.0066.2152 Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente - FIA

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 11.408,82

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 1.681,83

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 08.244.0068.2202 Proteção Social Básica - CRAS - FMAS

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos

Fonte de Recursos 03.520000 Outras Transferências Fundo de Assistência -

Exercício anterior R\$ 6.000,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.520000 Outras Transferências - Fundo de Assistência R\$ 30.300,00

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura

Projeto/Atividade 13.122.0074.1401 Modernização e Organização

Administrativa da FMC
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 55.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade 27.811.0076.2452 Ações do Desporto e Rendimento - FMEC
Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 11.082,89

Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEMA
Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$ 20.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 495.473,54.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
Projeto/Atividade 08.122.0047.1010 Modernização e Organização Administrativa - SEDES
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 160.000,00

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes
Projeto/Atividade 26.782.0055.2041 Ações do Transporte Rodoviário - SEMUT
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 120.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais
Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.540000 Convênio Trânsito - Militar R\$ 50.000,00

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade Orçamentária 14.01 Fundo Municipal para a Infância e Adolescência
Projeto/Atividade 08.243.0066.2152 Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente - FIA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 13.090,65

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade 08.244.0068.2202 Proteção Social Básica - CRAS - FMAS
Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 03.520000 Outras Transferências Fundo de Assistência - Superávit do Exercício Anterior R\$ 6.000,00
Fonte de Recursos 01.520000 Outras Transferências - Fundo de Assistência R\$ 30.300,00

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade 13.392.0073.2403 Ações da Difusão Cultural - FMC
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 55.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade 27.812.0077.2453 Ações do Desporto Comunitário - FMEC
Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 7.000,00
Projeto/Atividade 27.122.0075.2451 Manutenção das Atividades - FMEC
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 4.082,89

Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEMA
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 495.473,54.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 30 de junho de 2014, a dotação constante do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
Projeto/Atividade 08.122.0047.1010 Modernização e Organização Administrativa - SEDES
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 4.641,16

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.641,16.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária 04.02 Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos

Projeto/Atividade 04.122.0012.2045 Manutenção das Atividades do FMDD

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000002 Recursos Ordinários - FMDD - Superávit do Exercício Anterior R\$ 280.000,00

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 03.000002 Recursos Ordinários - FMDD - Superávit do Exercício Anterior R\$ 100.000,00

Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEMA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade 18.0122.0083.1501 Modernização e Organização Administrativa da FUMDEMA

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit

Exercício Anterior R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 420.000,00.

Art. 5º Fica alterada a expressão: "Projeto/Atividade 15.0451.0041.2031 - Ações da Sinalização Urbana - SEMURB" para: "Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 - Modernização Urbanística - SEMURB", constante no art. 1º da Lei nº 4.677, de 25 de julho de 2014, que autoriza abertura de crédito suplementar.

Art. 6º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013, 4.590, de 29 de outubro de 2013 e 4.621, de 13 de dezembro de 2013, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Lei Nº 4.685

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.685, DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

Denomina via pública do Loteamento Honorino Rigon, do Bairro Floresta.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua A localizada no Loteamento Honorino Rigon, no Bairro Floresta, passa a denominar-se Rua Victorio Galeazzi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de agosto de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Portaria Nº 152/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 152/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 10 da Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Subcomissão Técnica Especial com a finalidade de auxiliar a Comissão Permanente de Licitação no julgamento de propostas técnicas do Processo Licitatório CC nº 01/2014, cujo objeto é a contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e Autarquia do Município de Concórdia.

Art. 2º Designar, para integrar referida Subcomissão, os seguintes servidores:

I - profissionais que mantêm vínculo funcional com o Município de Concórdia:

a) ADRIANA SALETE ONETTA;

b) GILMAR LUIZ MONTICELLI;

II - profissionais que não mantêm vínculo funcional ou contratual com o Município de Concórdia:

a) titular: LUIS CARLOS MULLER SCHAURICH;

b) suplentes:

1. LUANA ANDREIA HAUBERT;

2. ANALU SLONGO;

3. EDILA GRACIELI SOUZA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 153/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 153/2014, DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2014, de 8 de abril de 2014;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o número de vagas disponibilizadas para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, para fins de aproveitamento dos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 1/2014, na forma abaixo:

I - ESF do Bairro Guilherme Reich I e II: ampliar para 3 (três) vagas;

II - ESF do Bairro Nossa Senhora da Salete: fixar em 1 (uma) vaga.

Parágrafo único. O candidato aprovado será investido no cargo por ato próprio, à vista das necessidades da Administração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 154/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 154/2014, DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no inciso II do § 1º do art. 126 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE :

Art. 1º Conceder à servidora LUCIANE TEREZINHA BORELLA MARGUES DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 (quarenta) horas semanais, licença para o desempenho de mandato classista, junto ao Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região, no período de 1º de setembro de 2014 a 29 de abril de 2017.

Parágrafo único. A cedência será com ônus ao Sindicato, que efetuará o ressarcimento mensalmente ao Município, do valor da remuneração mais encargos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Convocação Subcomissão Técnica Concorrência Nº 1/2014 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

CONCORRÊNCIA Nº 1/2014 - PMC

CONVOCAÇÃO SUBCOMISSÃO TÉCNICA

Objeto: Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e IPRECON, do Município de Concórdia, conforme disposições constantes no §1º do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Federal 12.232/2010.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Concórdia convoca o Senhor Gilmar Luiz Monticelli, Luis Carlos Muller Schaurich e a Senhora Adriana Salete Onetta, membros efetivos da Subcomissão Técnica formada nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010 e nomeada pela Portaria nº 152/2014, para a reunião de início dos trabalhos relacionados à análise e ao julgamento das propostas técnicas que foram apresentadas no âmbito da Concorrência nº 1/2014 (prestação de serviços de publicidade), a ser realizada às 13:30 horas do dia 05/09/2014.

Concórdia, SC, 3 de setembro de 2014.

MAURO FRIGO
Presidente da CPL

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 12/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014 - FMS

Objeto: contratação de empresa, do ramo de transportes, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de pacientes, aos municípios de Joaçaba e Chapecó, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 17/09/2014. Abertura: dia 18/09/2014, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 03 de setembro de 2014.
ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do FMS

Adendo 01 ao Edital Pregão Eletrônico Nº 6/2014-FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2014 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, por intermédio de seu gestor Senhor Alessandro Vernize, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é Registro de preços para possível aquisição de material de consumo e limpeza para as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" foi alterado.

Os prazos apresentação das propostas de preços fica alterado para dia 22 de setembro de 2014 até as 08:15 horas. Sendo que a sessão de abertura da licitação, fica marcada para o dia 22 de setembro de 2014 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados site www.cidadecompras.com.br e na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 03 de setembro de 2014
ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do FMS

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 08/2014 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2014 - FMAS

Objeto: Contratação de empresa para assessoria técnica na construção e implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo com recursos oriundos contrapartida do Município e convênio PAEFI CREAS conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 18/09/2014.

Abertura: dia 19/09/2014, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 03 de setembro de 2014.
LAURI GARBOSSA
Gestor do Fundo Municipal
de Assistência Social

Portaria Nº 43/2014-IPrecon

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 43/2014, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014.

Concede Pensão por Morte em face do falecimento da servidora MARIA SEBASTIANA BATISTA KIRSTEN, segurada ativa do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, parágrafos 7º, II, 8º e 18, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 79, I e 88-A, II, da Lei Complementar nº 164/1999, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte ao senhor FLÁVIO LUÍS KIRSTEN, dependente presumido da servidora falecida MARIA SEBASTIANA BATISTA KIRSTEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 1-40-GOB2, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, matrícula nº 98744-00, segurada ativa do IPRECON.

Art. 2º A pensão será equivalente à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu o falecimento, assegurado o reajuste na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de agosto de 2014.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 3 de setembro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 20/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2014- PMC

Objeto: Aquisição de equipamentos diversos (áudio, vídeo, comunicação, escritório, informática, eletrodomésticos, jardinagem), para os profissionais dos Centros de Convivência, Centros de Referência de Assistência Social, Centros de Referências Especializados de Assistência Social, com recursos oriundos do FEAS e IGD/PBF, IGD/SUAS, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 17/09/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 17/09/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 03 de setembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Assistência Social,
Cidadania E Habitação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 102/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para a aquisição de peças e serviços para conserto do sistema de direção da motoniveladora fiat allis FG 140, ano 2002, PMC 271 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 16h00min do dia 18/09/2014.

Abertura: dia 19/09/2014 às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-22138.

Concórdia, SC, 03 de setembro de 2014.

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 35/2014-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 35/2014 - PMC

Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Woloszyn Brum de Oliveira, Diretora de Ação Social, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso IV c/c V, do Artigo 24, homologada em 02 de setembro de 2014, para despesas com telefonia móvel, para o mês de setembro de 2014, em favor das empresas: TIM CELULAR S.A., no valor total estimado de R\$ 1.000,00 (um mil reais); CLARO S.A, no valor total estimado de R\$ 100,00 (cem reais); e VIVO S.A, no valor total estimado de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Obras E Serviços de Engenharia Nº 10/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº 10/2014

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da Senhora Marcela Dos Santos Kunh Bigaton, Diretora de Administração, que Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso IV, do Artigo 24, da Lei Federal 8.666/1993, homologada em 02 de setembro de 2014, para execução de obra regime de empreitada por preço global (material e mão de obra) visando o conserto do telhado do Centro Administrativo Municipal, em favor da empresa BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP, no valor total de R\$19.160,00 (dezenove mil, cento e sessenta reais).

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei Nº 1121/2014 - " Autoriza Instituir Programa E A Realizar Despesas Para Sua Efetivação"

LEI N. 1121/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR PROGRAMA E A REALIZAR DESPESAS PARA SUA EFETIVAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas para a efetivação do Programa da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, denominado: "ENCONTRO DE CORAIS", a ser realizado no dia 06/09/2014, nos termos do anexo I desta lei.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 03 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

ANEXO I

ENCONTRO DE CORAIS

Justificativa: O Coral Cantar e Encantar é um grupo formado pela Secretaria de Cultura e Esportes, aberto a toda população do município de Cordilheira Alta. Os integrantes se reúnem uma vez por semana para, junto de um professor, ensaiar as músicas que serão apresentadas em encontros realizados nas várias cidades da Região Sul. Além disso, o coral serve para que os participantes possam ter momentos de descontração em um ambiente saudável, melhorando o bem estar de cada um e apresentando ao público que os prestigia canções de vários estilos nacionais e internacionais.

Objetivo: O encontro de corais tem como principal objetivo reunir corais de toda Região Sul do Brasil, permitindo a divulgação da arte musical de cada região e proporcionando aos participantes um dia de integração, troca de experiência e diversão.

Atividades: No dia 06 de setembro de 2014, na Igreja Matriz de Cordilheira Alta, acontecerá a apresentação de músicas pelos corais presentes. Todas as apresentações serão acompanhadas de professores e profissionais de música e som. Após, haverá um lanche para todos os participantes e, ao final, estes poderão interagir através de danças que ocorrerão no salão comunitário de Cordilheira Alta.

Materiais: Necessita-se locar equipamentos de som, contratar músicos, orador e adquirir materiais para decoração e lembranças.

Recursos: Os recursos para a execução das atividades serão

oriundos da Secretaria de Cultura e Esportes.

Estimativa de despesas:

QUANT	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	ORADOR	300,00	300,00
01	LOCAÇÃO DE SOM (MÚSICOS)	1.200,00	1.200,00
01	DECORAÇÃO DO EVENTO (TOALHAS E FLORES)	2.500,00	2.500,00
01	LANCHES	2.000,00	2.000,00
30	LEMBRANÇAS QUE SERÃO ENTREGUES A CADA GRUPO PARTICIPANTE	50,00	1.500,00
TOTAL		R\$ 7.500,00	

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 1122/2014 - " Abertura de Crédito Adicional Suplementar" Ama E A Realizar Despesas Para Sua Efetivação"

LEI Nº 1122, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária: Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.013 - Manutenção da Atenção Básica.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 23

Fonte de Recursos: 10.01 - Ordinários - R\$ 24.500,00

Projeto/Atividade: 23.27.812.2508.2.005 - Manutenção das e Projetos da Secretaria da Cultura e Esportes.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 52

Fonte de Recursos: 10.01 - Ordinários - R\$ 12.000,00

Projeto/Atividade: 12.365.2506.1.002 - Aquisição de Materiais Escolares, Didáticos, Pedagógicos e Livros.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 152

Fonte de Recursos: 30.58 - Vinculados - R\$ 104.500,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.026 - Manutenção dos Projetos Pedagógicos.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 42

Fonte de Recursos: 10.01 - Ordinários - R\$ 24.500,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.066 - Programa de Karatê, Fanfara, Danças, Artes, Coral e Música.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 61

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 12.000,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.1.013 - Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 144

Fonte de Recursos: 30.58 - Vinculados - R\$ 104.500,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 03 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Decreto N. 396/2014

DECRETO Nº 396/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de membro da família à Servidora Municipal, Sra. ANDREIA REGINA DI DOMÊNICO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotada na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 01 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 397/2014

DECRETO Nº397 /2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

"NOMEIA ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, II da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado a partir de 03/09/2014 o Sr. VILSON ROQUE TRENTIN, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria ficando lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária integral.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 398/2014

DECRETO Nº398 /2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. THAUANA CRISTINA CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 02/09/2014.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 399/2014

DECRETO Nº399 /2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

"INSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e, em especial das Leis Municipais 198/96 e 218/97.

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídos e nomeados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, os seguintes membros:

I - Do Governo Municipal:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

Titular - Marcia Dalagasperina Boff

Suplente - Edimar dos Passos

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

· Titular - Kátia Ana Di Domenico
Suplente - Ivanete Lourdes Pederssetti

c) Representantes da Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento:

Titular: Mauro Arlindo Moresco
Suplente: Kely Cristina Ranzan

d) Representantes da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio:

Titular: Cláudio João Possa
Suplente: Silvano Gabriel

II - Representantes dos Prestadores de Serviços da área e usuários:

a) Titulares:

Doraci Piaia - Instituição Religiosa
Arlete Tecchio - Clube de Idosos
Salete Tosatti - Clube de Mães
Ivanete Pedrussi - Sindicato

b) Suplentes:

Neiva Breansini - Instituição Religiosa
Valdemar Tressoldi - Clube de Idosos
Anita Zollet - Clube de Mães
Jocelito Stievens de Arruda - Sindicato

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 3º Os membros do Conselho, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para o município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº97/2013.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 400/2014

DECRETO Nº 400/2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1122/2014,

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.013 - Manutenção da Atenção Básica.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 23
Fonte de Recursos: 10.01 - Ordinários - R\$ 24.500,00

Projeto/Atividade: 23.27.812.2508.2.005 - Manutenção das e

Projetos da Secretaria da Cultura e Esportes.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 52
Fonte de Recursos: 10.01 - Ordinários - R\$ 12.000,00

Projeto/Atividade: 12.365.2506.1.002 - Aquisição de Materiais Escolares, Didáticos, Pedagógicos e Livros.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 152
Fonte de Recursos: 30.58 - Vinculados - R\$ 104.500,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.026 - Manutenção dos Projetos Pedagógicos.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 42
Fonte de Recursos: 10.01 - Ordinários - R\$ 24.500,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.066 - Programa de Karatê, Fanfarra, Danças, Artes, Coral e Música.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 61
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 12.000,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.1.013 - Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 144
Fonte de Recursos: 30.58 - Vinculados - R\$ 104.500,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 03 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Transferências Federais Mês 08/2014**Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 01/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		10.967,99
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	10.029,14
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	7.435,56
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	7.435,56
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.593,58
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.400,53
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	700,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	492,78
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.457,56
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.457,56
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.457,56
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-518,71
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-518,71

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 04/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		13.610,89
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	12.051,90
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	12.051,90
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	12.051,90
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.558,99
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.558,99
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.558,99

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 05/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		24.083,38
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	22.308,55
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	15.068,62
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	4.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	3.246,16
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	1.222,46
4.1.7.2.1.33.13.00.00	PMAQ (RAB - PMAQ - SM)	6.600,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	7.239,93
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.239,93
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.774,83
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.774,83
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.774,83

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 06/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.307,08
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	5.374,31
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	1.612,31
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	1.612,31
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	3.762,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.762,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	932,77
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	932,77
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	932,77

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 07/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		780,40
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	780,40
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	780,40
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	780,40

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 08/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		256.052,02
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	300.975,07
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	300.975,07
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	300.975,07
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	300.975,07
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	162.526,54
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	81.263,27
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	57.185,26
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	15.271,96
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	15.271,96
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	15.271,96
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-60.195,01
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-60.195,01
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-60.195,01
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-60.195,01

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 11/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.053,90
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.053,90
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.053,90
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.053,90

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 12/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		16.877,15
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	11.856,72
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	11.856,72
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	8.382,83
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Transferencia do FNS BLMAC	3.473,89
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.020,43
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.020,43
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.020,43

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 13/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		21.446,69
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	687,50
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	687,50
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	20.759,19
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	20.759,19
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	20.759,19

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 14/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		25.662,21
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	25.662,21
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	25.662,21
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	25.662,21

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 15/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.053,18
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.053,18
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.053,18
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.053,18

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 18/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		865,04
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	865,04
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	865,04
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	865,04

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 19/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		11.494,08
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	10.642,80
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.642,80
4.1.7.2.1.33.10.00.00	Transferencia do SIA - MAC	4.642,80
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	6.000,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	6.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	851,28
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	851,28
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	851,28

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 20/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		87.795,21
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	40.693,36
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	39.919,56
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	39.919,56
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	39.919,56
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	21.556,56
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	10.778,28
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.584,72
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	773,80
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	773,80
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.091,07
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.091,07
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.091,07
4.2.4.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	49.994,68
4.2.4.2.2.99.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	49.994,68
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-7.983,90
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-7.983,90
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-7.983,90
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-7.983,90

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 25/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		16.175,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	16.175,50
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	16.175,50
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	16.175,50

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 26/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.878,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.878,36
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.878,36
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.878,36

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 27/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.865,70
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.865,70
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.865,70
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.865,70

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 28/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.473,38
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.473,38
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.473,38
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.473,38

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 29/08/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		91.893,38
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	107.535,68
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	107.535,68
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	107.531,42
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	107.531,42
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	58.066,97
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	29.033,48
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	20.430,97
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4,26
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	2,30
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,15
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	0,81
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.864,83
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.864,83
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.864,83
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-21.507,13
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-21.507,13
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-21.506,28
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-21.506,28
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-0,85

Coronel Freitas

PREFEITURA

Publicação de Contratos Nº 79,80,81 E 82

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 79/2014

Contratado: LEANDRO PAGLIARI ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de empreiteira global para reforma e ampliação do posto central com área total de 21,30 m², localizado na rua Minas Gerais, no município de Coronel Freitas SC, trata-se de ampliar uma sala para medicamentos e reformar a sala ao lado, onde vai ser fechada uma janela e colocado ventilação mecânica.

Valor: R\$ 17.023,57 (Dezessete mil vinte e três reais e cinquenta e sete centavos)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 80/2014

Contratado: COMERCIL AGRICOLA CAPRI LTDA

Objeto: Aquisição de 02 (duas) colhedora de forragem (encilhadeira) com no mínimo 10 facas de corte, no mínimo 04 rolos alimentadores, produção mínima de 20 toneladas por hora e acionada por trator universal

Valor: R\$ 24.690,00 (Vinte e quatro mil, seiscentos e noventa reais)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 81/2014

Contratado: ZANELLA EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Objeto: Aquisição de 04 (quatro) distribuidor de adubo liquido novo com capacidade mínima de 4.000 mil litros, com rodado duplo e pneus aro 16, 750x16 novos, com bomba vácuo e pressão acoplada e acessórios de serie

Valor: R\$ 63.400,00 (Sessenta e três mil, quatrocentos reais)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 82/2014

Contratado: MATIAZZO TERRAPLANAGEM LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço máquinas do tipo Bob CAT (Mini Carregadeira) e Mini Escavadeira

Valor: R\$ 4.460,00 (Quatro mil quatrocentos e sessenta reais).

Vigência: 31/12/2014

Publicação Termo Aditivo Nº 31, 32 E 33

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

3º TERMO ADITIVO Nº 31/2014 AO CONTRATO Nº 128/2013

Contratado: BRITTER RODOVIAS LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES do Contrato nº 128/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 28/11/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 28/11/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

3º TERMO ADITIVO Nº 32/2014 AO CONTRATO Nº 117/2013

Contratado: BRITTER RODOVIAS LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES do Contrato nº 117/2013, prorrogando-se o

termo final de vigência do contrato para 30/09/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 30/09/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

4º TERMO ADITIVO Nº 33/2014 AO CONTRATO Nº 100/2012

Contratado: CONSTRUTORA LUCATEL LTDA

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quinta - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Contrato nº 100/2012, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/12/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 31/12/2014

Edital de Notificação Infração de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 306 225/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB. Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

LWU1018 54778722C 5010/0 03/12/2009 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014

TATIANA KLEIN SAMUEL

DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO

DE TRÂNSITO Nº 306 226/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento
 LXW5955 54778814C 5274/2 02/01/2010 175
 LXW5955 54778815C 6580/0 02/01/2010 230 * IV
 LXW5955 54778816C 6599/2 02/01/2010 230 * V
 TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
 TATIANA KLEIN SAMUEL
 DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 306 227/2010
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.
 Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento
 AZZ0088 54778718C 5274/2 25/10/2009 R\$ 191,53 175
 TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DE STE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
 TATIANA KLEIN SAMUEL
 DELEGADA REGIONAL 12. DRP
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 306 228/2010
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.
 Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento
 KKD5496 54778772C 5169/1 16/01/2010 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
 TATIANA KLEIN SAMUEL
 DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 306 229/2010
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.
 Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento
 AOX1185 54778766C 7056/1 26/11/2009 R\$ 191,53 244 * III
 AOX1185 54778767C 5010/0 26/11/2009 R\$ 574,61 162 * I
 BRB6829 54778559C 5274/2 25/11/2009 R\$ 191,53 175
 LYX2150 54778719C 5010/0 27/11/2009 R\$ 574,61 162 * I
 MEH9836 54778803C 5010/0 21/11/2009 R\$ 574,61 162 * I
 MEH9836 54778804C 6599/2 21/11/2009 R\$ 191,53 230 * V
 MFC0036 54778557C 5010/0 25/11/2009 R\$ 574,61 162 * I
 MFW7264 54778771C 5967/0 11/12/2009 R\$ 191,53 203 * V
 TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
 TATIANA KLEIN SAMUEL
 DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 306 230/2010
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração EnquadramentoVCódigo da Infração /Desdobramento
MGG8707 54778831C 5010/0 11/02/2010 162 * I
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 306 231/2010
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.
Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento
LXF1453 54104968 B 5193/0 23/07/2007 168
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 306 232/2010
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR

IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.
Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento
IMH4860 54778773C 5010/0 18/02/2010 162 * I
IMH4860 54778774C 6599/2 18/02/2010 230 * V
IMH4860 54778775C 6637/1 18/02/2010 230 * IX
LXB0331 54778776C 5720/0 18/02/2010 186 * I
MDJ6395 54778728C 5010/0 13/02/2010 162 * I
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 306 233/2010
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.
Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento
AAL9930 54778820C 5010/0 24/01/2010 162 * I
AAL9930 54778821C 6599/2 24/01/2010 230 * V
AOS0179 54778562C 5010/0 25/02/2010 162 * I
CYK7360 54778726C 6599/2 07/02/2010 230 * V
CYK7360 54778829C 5010/0 07/02/2010 162 * I
LWV2803 54778729C 5045/0 13/02/2010 162 * V
LYB6113 54778782C 5452/2 20/03/2010 181 * VIII
MFB2676 54778730C 6548/2 19/02/2010 229
MFN3611 54778740C 5010/0 31/03/2010 162 * I
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO

DE INFRAÇÃO

DE TRÂNSITO Nº 306 234/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

AUD2268 54778790C 6548/2 11/04/2010 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014

TATIANA KLEIN SAMUEL

DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO

DE TRÂNSITO Nº 306 235/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

ANE2023 54778563C 5169/1 01/04/2010 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014

TATIANA KLEIN SAMUEL

DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 306 236/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

LZL5071 54778819C 5185/1 23/01/2010 R\$ 127,69 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014

TATIANA KLEIN SAMUEL

DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO

DE TRÂNSITO Nº 306 237/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

IH4502 54778570C 5274/2 30/04/2010 175

IIO6772 54778835C 5185/1 30/04/2010 167

KMF3955 54778828C 5967/0 28/04/2010 203 * V

MAE5076 54778567C 7366/2 18/04/2010 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014

TATIANA KLEIN SAMUEL

DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO

COMETIMENTO

DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 306 238/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

LYF5279 54778822C 5010/0 26/01/2010 R\$ 574,61 162 * I

LYF5279 54778823C 6599/2 26/01/2010 R\$ 191,53 230 * V

MHW1984 54778737C 5010/0 30/03/2010 R\$ 574,61 162 * I

MHW1984 54778738C 6580/0 30/03/2010 R\$ 191,53 230 * IV

MHW1984 54778739C 6912/0 30/03/2010 R\$ 53,20 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014

TATIANA KLEIN SAMUEL

DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO

DE TRÂNSITO Nº 306 239/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

DMJ4605 54778840C 5967/0 18/04/2010 203 * V

LYL3633 54778678C 5274/2 03/06/2010 175

LZP5235 54778681C 6599/2 05/06/2010 230 * V

LZP5235 54778682C 5274/2 05/06/2010 175

LZP5235 54778683C 5010/0 05/06/2010 162 * I

LZP5235 54778684C 5061/0 05/06/2010 163 c/c 162 * I

LZP5235 54778685C 6602/0 05/06/2010 230 * VI

MGW9603 54778793C 6920/0 10/06/2010 233

MHK4702 54778573C 6599/2 14/06/2010 230 * V

MHW1984 54778676C 5010/0 21/05/2010 162 * I

MHW1984 54778677C 5061/0 21/05/2010 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DE

STE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014

TATIANA KLEIN SAMUEL

DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO

DE TRÂNSITO Nº 306 240/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

ARD6767 54778843C 5940/1 10/06/2010 203 * III

MDZ3227 54778574C 5010/0 17/06/2010 162 * I

MDZ3227 54778575C 5118/0 17/06/2010 164 c/c 162 * I

MDZ3227 54778576C 6599/2 17/06/2010 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014

TATIANA KLEIN SAMUEL

DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO

DE TRÂNSITO Nº 306 241/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

MAE9221 54778577C 5274/2 26/06/2010 175

MAE9221 54778578C 6599/2 26/06/2010 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 306 242/2010
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.
Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento
DMJ4605 54778839C 5274/2 18/04/2010 R\$ 191,53 175
MCM5031 54778748C 5720/0 19/06/2010 R\$ 127,69 186 * I
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DE STE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 306 243/2010
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.
Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento
BRG7709 55947604C 5169/1 08/08/2010 165
IIO6772 54778836C 5274/2 30/04/2010 175
IIO6772 54778837C 5835/0 30/04/2010 195
LYT0791 54778582C 6599/2 08/08/2010 230 * V
LYT0791 54778583C 6610/2 08/08/2010 230 * VII
LYT0791 54778584C 5460/0 08/08/2010 181 * IX
MAJ6340 54778862C 6599/2 12/08/2010 230 * V

MAJ6340 54778863C 5010/0 12/08/2010 162 * I
MFS7438 55947654C 7030/1 08/08/2010 244 * I
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DE STE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 306 244/2010
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.
Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento
LXF1106 54778903C 5010/0 07/07/2010 162 * I
LXI1551 54778905C 5010/0 07/07/2010 162 * I
LXI1551 54778907C 6599/2 07/07/2010 230 * V
MBW1663 55947651C 5967/0 28/07/2010 203 * V
MBW2321 54778859C 5010/0 07/07/2010 162 * I
MDN8987 54778585C 6920/0 19/08/2010 233
MFV9227 54778901C 5010/0 07/07/2010 162 * I
MGH4698 54778853C 6912/0 07/07/2010 232
MGH4698 54778855C 6599/2 07/07/2010 230 * V
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DE STE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 306 245/2010
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S),

DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB. Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

DAR1542 54778587C 5169/1 06/09/2010 165

DAR1542 54778588C 5010/0 06/09/2010 162 * I

DAR1542 54778589C 5061/0 06/09/2010 163 c/c 162 * I

MCF6933 55947618C 5452/2 13/09/2010 181 * VIII

MEF6608 55947664C 5967/0 07/09/2010 203 * V

MHW1984 54778590C 5010/0 12/09/2010 162 * I

MHW1984 54778591C 5274/1 12/09/2010 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DE STE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014

TATIANA KLEIN SAMUEL

DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO

DE TRÂNSITO Nº 306 246/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

IBA8743 55947615C 5452/2 10/09/2010 181 * VIII

ICU8028 54778875C 5185/1 14/10/2010 167

IDB0122 54778581C 6920/0 14/07/2010 233

MBW2321 54778860C 6599/2 07/07/2010 230 * V

MBW3475 55947626C 5010/0 01/10/2010 162 * I

MBW3475 55947627C 6599/2 01/10/2010 230 * V

MBW3475 55947633C 5118/0 01/10/2010 164 c/c 162 * I

MCD9081 54778799C 5207/0 27/07/2010 169

MCK3358 55947660C 5967/0 23/08/2010 203 * V

MEQ5498 55947605C 5010/0 26/08/2010 162 * I

MFH2435 55947671C 5967/0 08/10/2010 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DE STE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014

TATIANA KLEIN SAMUEL

DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 306 247/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

LZW7803 54778910C 5967/0 02/09/2010 R\$ 191,53 203 * V

MHK4702 54778573C 6599/2 14/06/2010 R\$ 191,53 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DE STE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014

TATIANA KLEIN SAMUEL

DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO

DE TRÂNSITO Nº 306 248/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento

MBT7076 54778869C 7366/2 05/10/2010 252 * VI

MCC0213 54778850C 6599/2 07/07/2010 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DE STE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 306 249/2010
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB. Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento
MDL4496 54778918C 6599/2 14/10/2010 230 * V
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DE STE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 306 250/2010
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB. Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento Código da Infração /Desdobramento
AGE1632 55947620C 7366/2 28/09/2010 R\$ 85,12 252 * VI
AGT5540 54778482C 5010/0 07/11/2008 R\$ 574,61 162 * I
CKK2587 54778551C 5274/1 04/04/2009 R\$ 191,53 175
DHX9893 55278074B 5010/0 06/12/2008 R\$ 574,61 162 * I
ICE1209 55278209B 5010/0 16/07/2008 R\$ 574,61 162 * I
JPC8115 54104734B 5967/0 11/02/2006 R\$ 191,53 203 * V
LYD3157 54104739B 5185/0 23/02/2006 R\$ 127,69 167
LYL3633 54104950B 7366/0 17/06/2008 R\$ 85,13 252 * VI
LZM7219 54778489C 6599/2 16/11/2008 R\$ 191,53 230 * V
LZM7219 54778490C 5010/0 16/11/2008 R\$ 574,61 162 * I
LZX3858 55278038B 6599/0 17/05/2008 R\$ 191,54 230 * V
MBI0419 54778496C 5010/0 29/11/2008 R\$ 574,61 162 * I
MBP1213 55278040B 5010/0 18/05/2008 R\$ 574,61 162 * I
MCD3616 55278031B 5010/0 17/05/2008 R\$ 574,61 162 * I

MCY5140 54104729B 5274/0 08/02/2006 R\$ 191,53 175
MDH2093 54778487C 6599/2 16/11/2008 R\$ 191,53 230 * V
MDH2093 54778488C 5010/0 16/11/2008 R\$ 574,61 162 * I
MDM9301 55278125B 6599/2 16/02/2009 R\$ 191,53 230 * V
MDY6879 54778498C 5010/0 10/12/2008 R\$ 574,61 162 * I
MFE4853 54778454C 5010/0 06/08/2008 R\$ 574,61 162 * I
MFE4853 54778509C 5010/0 19/12/2008 R\$ 574,61 162 * I
MFO5426 54778865C 5010/0 26/09/2010 R\$ 574,61 162 * I
MFO5426 54778867C 6599/2 26/09/2010 R\$ 191,53 230 * V
MFO5426 54778868C 7056/1 26/09/2010 R\$ 191,53 244 * III
MFP6608 54778456C 5010/0 06/08/2008 R\$ 574,61 162 * I
MFS7438 55278071B 7030/1 27/09/2008 R\$ 191,53 244 * I
MGB0494 54778503C 5010/0 07/11/2008 R\$ 574,61 162 * I
MGB0494 54778504C 6580/0 07/11/2008 R\$ 191,53 230 * IV
MGB8159 55278123B 5010/0 13/12/2008 R\$ 574,61 162 * I
MGB8159 55278124B 6580/0 13/12/2008 R\$ 191,53 230 * IV
MGW4900 54778459C 6599/2 24/08/2008 R\$ 191,53 230 * V
MGW4900 54778460C 5010/0 24/08/2008 R\$ 574,61 162 * I
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DE STE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2014
TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

Correia Pinto**PREFEITURA****Errata de Edital de Licitação - Processo 03/2014 Fhmcp**

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 03/2014
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital de Registro de Preços - Processo n.º 03/2014 FHMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DOS SERVIÇOS MÉDICOS RELATIVOS AO PRONTO ATENDIMENTO 24H (VINTE E QUATRO HORAS), DO HOSPITAL MUNICIPAL FAUSTINO RISCAROLI PARA SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, alterando-se o item 18.2.3 da licitação, onde se lê: "em nome do Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais", passa a ser lido: "em nome da Fundação Hospitalar Municipal" mantendo-se a mesma data e horário de abertura da licitação, dia 05/09/2014, às 16:00 horas.

Correia Pinto, 04 de setembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação

Errata de Edital de Licitação - Processo 11/2014 FMS

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO Nº 11/2014
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital de Pregão Presencial - Processo n.º 11/2014 FMS, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PSIQUIATRIA E NEUROLOGIA, PARA ATENDER AOS PACIENTES DOS POSTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS, alterando-se a data da licitação, onde se lê: 05/09/2014, passa a ser lido: 11/09/2014 mantendo-se o mesmo horário de abertura da licitação, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 04 de setembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação

Curitibanos**PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Nº 230/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 230/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, PARA USO DA POLICIA MILITAR DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 18/09/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 18/09/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 02 de Setembro de 2014.
José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 27/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2014
REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e a empresa S Q Supermercados Ltda. com o valor total de R\$ 1.200.00 (Um mil e duzentos reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE 120 ENTRADAS PARA O CINEMA COM PIPOCA E REFRIGERANTE PARA OS USUÁRIOS DO CRAS E AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF, NA FORMA DO ARTIGO 25 INCISO I DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25 inciso I da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 01 de setembro de 2014.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteado
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso I dou como aprovada.

Curitiba, 01 de setembro de 2014.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 01 de setembro de 2014.

João Carlos Martis dos Santos
Presidente do Fundo

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 229/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 229/2014
REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e a empresa: EDITORA NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL LTDA valor R\$ 550,00.

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA ASSINATURA DA REVISTA O PREGOEIRO, PARA USO NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO I DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25 inciso I da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 01 de setembro de 2014.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteado
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso I dou como aprovada.

Curitiba, 01 de setembro de 2014.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 01 de setembro de 2014.

Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 231/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS PARA USO EM DIVERSAS CAMPANHAS A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 18/09/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 18/09/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 02 de Setembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato Contrato_01412014 - Adeval - Computadores Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0141/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria e Bazar Ltda Epp.

Objeto: Aquisição de computadores completos para alunos do programa crescer e ser.

Valor: R\$ 11.559,80 (onze mil quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0083/2014, na Modalidade Carta Convite nº 0019/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de setembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato1 - Árbitros Oeste - Arbitragem

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0140/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Associação de árbitros do Oeste.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem nos jogos promovidos pela assessoria de esportes, juventude e lazer de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 41.140,00 (quarenta e um mil cento e quarenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0078/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0042/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de setembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Editais de Convocação 027-2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 027/2014

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no concurso público e processo seletivo que trata o Processo Seletivo 002/2014.

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:

Das 8h as 12h e das 13h30min as 17h30min.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para

efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);

Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);

Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

Registro no órgão competente (depende do cargo);

Cédula de Identidade;

CPF;

Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.

01 foto 3x4 recente;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;

Comprovante de conta corrente em Banco;

Comprovante de residência -atualizado;

Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir

Carteira de motorista; (depende do cargo).

Carteira de vacinação;

Declaração negativa de acumulação de cargo publico, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a , b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.

Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra Hepatite B

- Contra Tétano

- Contra Febre Amarela

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra tétano

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocados o próximo candidato da relação de classificação.

Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Setembro de 2014.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO I

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
SIMONE TEREZINHA	82º
SPEROTTO MASO	

ANEXO II

DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:
BAIRRO:

CIDADE:
TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:
LOCAL DE TRABALHO:
DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato PMF Nº. 179/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 179/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - COOP. DE PROD. AGRIC. FAMILIAR DE FORQUILHINHA

DO OBJETO - O presente contrato tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

VALOR - R\$ 47.345,50 (quarenta e sete mil trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (65), (66).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 164/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 22 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 178/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 178/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - INNO INFORMATICA LTDA

OBJETO - O presente termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de um microcomputador para utilização da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 2.595,00 (dois mil quinhentos e noventa e cinco reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 380_ (trezentos e oitenta) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 05/09/2015.

DOTAÇÃO - 0401.2010.4490 (31).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 166/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 178/PMF/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 178/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para fornecimento de materiais e serviços de melhoria e/ou extensão de rede de iluminação pública, para uso nos diversos espaços públicos do Município de Forquilha/SC, para o período

de 12 meses.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br ou pelo site www.forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 03 de setembro de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

Aviso do Pregão Presencial Nº 0115_2014-PMF Rp 0063

Aviso de Pregão Presencial Nº 0115/2014 - PMF

Registro de Preços Nº 0063/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de diesel biodiesel S500 comum para abastecimento da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) que possuem motores com bomba rotativa, durante os meses de setembro de 2014 a março de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 16.09.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 03 de setembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0231/2014

DECRETO Nº 0231, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 108.250,00 (cento e oito mil, duzentos e cinquenta reais reais), nas seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social		
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0518 (304)	R\$	15.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0518 (305)	R\$	11.500,00
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0513 (179)	R\$	3.250,00
08.244.0021.2.047 - Manutenção do CRAS		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0523 (306)	R\$	10.000,00
08.244.0022.2.048 - Manutenção do CREAS		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0521 (307)	R\$	38.000,00
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0522 (308)	R\$	30.500,00
Total	R\$	108.250,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas

abaixo relacionadas.

41721341200 - Transf. De Recursos FNAS - ACESSUAS	R\$	26.500,00
42422990100 - Transf. De Recursos FEAS - Investimentos	R\$	3.250,00
41722990700 - Transf. De Recursos FEAS - CRAS Custeio	R\$	10.000,00
41722990600 - Transf. De Recursos FEAS - CREAS Custeio	R\$	38.000,00
42422990200 - Transf. De Recursos FEAS - CREAS Investimentos	R\$	30.500,00
TOTAL	R\$	108.250,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 03 DE SETEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Convite Audiência Pública

Estado de Santa Catarina
Município de Fraiburgo

Convite

A Prefeitura Municipal de Fraiburgo, através da Controladoria Interna e da Secretaria de Finanças, convidam os fraiburgenses, para participarem da Audiência Pública que acontecerá no dia 10 de setembro de 2014, às 17:00 horas, no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores para discussão e elaboração das Lei de Diretrizes orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2015, em atendimento ao preceituado no artigo 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Contamos com sua honrosa presença.

Ivo Biazolo	Moisés Amadeu Patricio	Elvito Coldebella
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Secretário de Finanças

Av. Rio das Antas, 185 - Fraiburgo - SC - 89.580-000
CNPJ: 82.947.979/0001-74 - fone: (xx49) 3251-3000

REC.FEDERAIS 03_09_2014

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
02/09/2014	Ministério da Educação	Merenda	10.630,00
02/09/2014	Ministério da Educação	Merenda	950,00

02/09/2014	Ministério da Educação	Merenda	17.320,00
02/09/2014	Ministério da Educação	Merenda	954,00
02/09/2014	Ministério da Educação	Merenda	26.386,00
02/09/2014	Ministério da Educação	Transporte Escolar	714,07
02/09/2014	Ministério da Educação	Transporte Escolar	15.961,49
02/09/2014	Ministério da Educação	Transporte Escolar	4.424,41
02/09/2014	Ministério da Saúde	Investimento	307.200,00
02/09/2014	Ministério da Saúde	Vigilância em Saúde	8.872,98
02/09/2014	Ministério da Saúde	Vigilância em Saúde	2.500,00
02/09/2014	Ministério da Saúde	Atenção Básica	55.770,00
02/09/2014	Ministério da Saúde	Atenção Básica	46.345,00
02/09/2014	Ministério da Saúde	Atenção Básica	6.690,00
02/09/2014	Ministério da Saúde	Atenção Básica	20.000,00
02/09/2014	Ministério da Saúde	Farmácia Básica	15.499,33

Secretaria de Finanças

Portaria Nº 1759/2014

PORTARIA Nº 1.759, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.
Revoga Cessão de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 2.134, de 18 de setembro de 2013, que cedeu o servidor IDAIR BONETTI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 005.921.289-62, nomeado no cargo de provimento efetivo de ANALISTA EXECUTIVO, para prestar serviço junto a Delegacia de Polícia de Fraiburgo, a partir de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de setembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1760/2014

PORTARIA Nº 1.760, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

Concede Licença para Desempenho de Mandato Classista.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 88 da Lei Complementar Municipal nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4.382, 22 de agosto de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor SIGHARD EGON SEIDEL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 511.875.159-49, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, matrícula funcional n.º 1511, com carga horária de 40 horas semanais, licença para Desempenho de Mandato Classista, para prestar serviços no SINTSER-FBR - Fraiburgo, a partir de 04 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 03 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1761/2014

PORTARIA Nº 1.761, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

Concede Licença para Desempenho de Mandato Classista.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 88 da Lei Complementar Municipal nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4.382, de 22 de agosto de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor OSMAR GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 551.156.249-15, nomeado no cargo de provimento efetivo de FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SAÚDE AMBIENTAL, matrícula funcional n.º 1042, com carga horária de 40 horas semanais, licença para Desempenho de Mandato Classista, para prestar serviços no SINTSER-FBR - Fraiburgo, a partir de 04 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 03 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Galvão**PREFEITURA****Processo de Licitação 052/2014****EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 052/2014, Edital de Pregão Presencial - Sistema Registro de Preço nº 020/2014, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 16 de setembro de 2014, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMAS, MANUTENÇÃO DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrição Anexo V, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 03 de setembro de 2014.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Contrato de Trabalho - 350/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 350/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Valmes Adriana Estevão dos Santos
Objetivo: TECNICO DE ENFERMAGEM
Valor: R\$ 947,62 (novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos) mensais
Vigência: De 01/08/2014 até 01/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 351/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 351/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Alessandro Predebon Franco
Objetivo: MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU
Valor: R\$ 1.047,37 (um mil e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos) mensais
Vigência: De 01/08/2014 até 01/08/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 352/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 352/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Elis Margreth Elizeu Hilário
Objetivo: ENFERMEIRO
Valor: R\$ 1.682,10 (um mil seiscentos e oitenta e dois reais e dez centavos) mensais
Vigência: De 01/08/2014 até 01/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 353/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 353/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Christofer Moraes Balen
Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA
Valor: R\$ 10.642,46 (dez mil seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 01/08/2014 até 01/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 354/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 354/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Ana Paula Dias Barbosa
Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA
Valor: R\$ 10.642,46 (dez mil seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 01/08/2014 até 01/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 355/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 355/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Maira do Nascimento Bernardino
Objetivo: TECNICO DE ENFERMAGEM
Valor: R\$ 947,62 (novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos) mensais
Vigência: De 01/08/2014 até 01/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 356/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 356/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Érica Amboni Rocha
Objetivo: PROFESSOR C/ LICENCIATURA 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63 (oitocentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos) mensais
Vigência: De 04/08/2014 até 04/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 357/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 357/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Adriana Teixeira Fraga
Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30 HORAS
Valor: R\$ 1.323,93 (um mil trezentos e vinte e três reais e noventa e três centavos) mensais
Vigência: De 04/08/2014 até 04/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 358/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 358/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Muriel de Oliveira Overbeck Quoos
Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 (um mil setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos) mensais
Vigência: De 04/08/2014 até 04/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 359/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 359/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Felipe de Marco Pessoa
Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63 (oitocentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos) mensais
Vigência: De 04/08/2014 até 04/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 360/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 360/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Maurina Gonçalves
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 755,97 (setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e sete centavos) mensais
Vigência: De 04/08/2014 até 04/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 361/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 361/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Nídia di Paula Batalha
Objetivo: PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM CIÊNCIAS - EJA 10 HORAS
Valor: R\$ 441,31 (quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e um centavos) mensais
Vigência: De 04/08/2014 até 04/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 362/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 362/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Pedro da Silva
Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU
Valor: R\$ 947,62 (novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos) mensais
Vigência: De 04/08/2014 até 04/08/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 363/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 363/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Bruna dos Passos
Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Valor: R\$ 755,99 (setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e nove centavos) mensais
Vigência: De 04/08/2014 até 04/08/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 364/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 364/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Jonpedro Policarpo
Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Valor: R\$ 755,99 (setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e nove centavos) mensais
Vigência: De 05/08/2014 até 05/08/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 365/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 365/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Monique de Souza Santos
Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 10 HORAS
Valor: R\$ 441,31 (quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e um centavos) mensais
Vigência: De 08/08/2014 até 08/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 366/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 366/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Edinéia Maurina Tomaz Marcos
Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU
Valor: R\$ 947,62 (novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 11/08/2014 até 11/08/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 367/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 367/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Marilisa Menezes
Objetivo: PROFESSOR C/ LICENCIATURA - 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63 (oitocentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos) mensais
Vigência: De 11/08/2014 até 11/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 368/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 368/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Aline Denise Ferreira
Objetivo: PROFESSOR S/ HABILITAÇÃO - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.697,36 (um mil seiscentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos) mensais
Vigência: De 12/08/2014 até 22/09/2014, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 369/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 369/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Rafaela Vieira Adriano
Objetivo: PROFESSOR C/ HABILITAÇÃO - 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63 (oitocentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos) mensais
Vigência: De 18/08/2014 até 23/09/2014, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 370/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 370/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Adriana Bessa da Silva
Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Valor: R\$ 947,62 (novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos) mensais
Vigência: De 14/08/2014 até 14/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 371/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 371/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Bruno Mancini Bari
Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA
Valor: R\$ 10.642,46 (dez mil seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos) mensais
Vigência: De 18/08/2014 até 18/02/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 372/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 372/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Elson Waltrick Arruda
Objetivo: ODONTÓLOGO - ESF
Valor: R\$ 3.328,50 (três mil trezentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos) mensais
Vigência: De 19/08/2014 até 19/08/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 373/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 373/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: Carina Cardinal do Amaral Velho Reck de Novaes
Objetivo: ODONTÓLOGO - ESF
Valor: R\$ 3.328,50 (três mil trezentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos) mensais
Vigência: De 18/08/2014 até 18/08/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Decreto N.º 126

DECRETO N.º 126, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 27.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) no Orçamento vigente:

10.01 - SECRETARIA DE PLAN. TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE
5.000,00

15452332.056 - Func. E Manut. Da Sec. De Plan. Territ. E Meio Ambiente
5.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
5.000,00

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO
15.000,00

27812512.065 - Func. E Manut. Do Setor de Esporte
4.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
4.000,00

27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador
11.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
11.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
7.000,00

10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica
7.000,00

3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas
7.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

10.01 - SECRETARIA DE PLAN. TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

5.000,00

15452332.056 - Func. E Manut. Da Sec. De Plan. Territ. E Meio Ambiente

5.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

5.000,00

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO

15.000,00

27812512.065 - Func. E Manut. Do Setor de Esporte

4.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

4.000,00

27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador

11.000,00

3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

11.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

7.000,00

10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica

7.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 04/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Decreto N.º 127

DECRETO N.º 127, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 170.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

70.000,00

13392281.019 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico

10.000,00

4.4.30.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

10.000,00

12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental

50.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

50.000,00

12364282.026 - Apoio ao Universitário

10.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

10.000,00

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

100.000,00

15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública

100.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 04/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva**PREFEITURA****Portaria Nº 415/2014**

PORTARIA Nº 415, de 1º de setembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA APARECIDA NUNES FONTANA, do cargo de Médica Clínica Geral, admitida através da Portaria nº. 493/2013, de 27 de Agosto de 2013.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 1º de Setembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Decreto Nº 6.066, de 29 de Agosto de 2014.**

DECRETO Nº. 6.066, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para integrarem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar:

- I - Dulcinéia Santos;
- II - Caroline Wehmuth;
- III - Maraisa Zimmermann.

Art. 2º A função de Presidenta da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar será exercida pela servidora Dulcinéia Santos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de agosto de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

EXTRATO DO ADITIVO Nº 8 DO CONTRATO Nº SAF-76/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 8 DO CONTRATO Nº SAF-76/2009
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/09/2014. VENCTO.: 03/10/2014. Pregão nº.: 111/2009. OBJETO: serviços de transporte escolar para alunos do Ensino Fundamental. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ALVAIR MARCOS LANZARINI (669.959.819-87). VALOR TOTAL: R\$ 2.624,99.

Gaspar/SC, 27 de agosto de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 8 ao Contrato Nº SAF-75/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 8 AO CONTRATO Nº SAF-75/2009
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/09/2014. VENCTO.: 02/10/2014. Pregão nº.: 111/2009. OBJETO: serviços de transporte escolar para alunos do Ensino Fundamental. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ACD TRANSPORTES LTDA ME (05.036.700/0001-50). VALOR TOTAL: R\$ 5.227,20.

Gaspar/SC, 27 de agosto de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo Nº Primeiro do Contrato Nº SAF-72/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº PRIMEIRO DO CONTRATO Nº SAF-72/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/09/2014. VENCTO.: 01/09/2015. Inexigibilidade nº.: 165/2013. OBJETO: Renovação da Permissão de uso de espaço público, sendo uma sala contendo 18m², para a empresa Auto Viação Catarinense Ltda. operar a venda de passagens no interior do Terminal Rodoviário Urbano Vereador Norberto Willy Schossland. Prorrogando a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, até o dia 1º de setembro de 2015. VALOR TOTAL: R\$ 6.369,72 (seis mil, trezentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos).

Gaspar/SC, 19 de agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº SAF-73/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-73/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/09/2014. VENCTO.: 01/09/2014. Inexigibilidade nº 166/2013. OBJETO: Renovação contratual, prorrogando a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, até o dia 1º de setembro de 2015 da Permissão de uso de espaço público, sendo uma sala contendo 16m², à empresa Reunidas Turismo S.A., tendo como finalidade operar a venda de passagens no interior do Terminal Rodoviário Urbano Vereador Norberto Willy Schossland. PERMITENTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). PERMISSIONÁRIA: REUNIDAS TURISMO S/A (04.176.082/0001-80).

Gaspar/SC, 21 de agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 1 do Contrato Nº SAF-17/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-17/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/08/2014. VENCTO.: 24/10/2014. Tomada de preços nº.: 245/2013. OBJETO: prorrogação do prazo de execução do contrato para execução e implantação do polo da academia de saúde no bairro Bela Vista. CONTRATADA: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA (03.087.273/0001-03). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 15 de agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 1 do Contrato Nº SAF-34/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-34/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 17/02/2015. VENCTO.: 18/04/2015. Concorrência nº.: 34/2014. OBJETO: prorrogação do contrato para pavimentação em lajotas sextavadas de concreto da Rua Francisco Spengler. CONTRATADA: SONA CONSTRUTORA LTDA. (18.205.110/0001-55). Sem alteração de valor.

Gaspar/SC, 29 de agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº SAF-75/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-75/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/09/2014. VENCTO.: 01/09/2015. Dispensa nº 175/2013. OBJETO: Renovação da locação de imóvel situado no bairro Figueira, com área de 130m², para a concessão de aluguel social à família moradora do Jardim Primavera, pelo período de 12 (doze) meses. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: MARGARETH DESCHAMPS (758.030.629-87). VALOR TOTAL: R\$ 6.951,12 (seis mil, novecentos e cinquenta e um reais e doze centavos).

Gaspar/SC, 21 de agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº SAF-66/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-66/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/08/2014. VENCTO.: 16/08/2015. Dispensa nº.: 162/2013. OBJETO: Renovação, por mais 12 (doze) meses, do contrato de locação de imóvel situado no bairro Bela Vista, para a concessão de aluguel social à família moradora do Jardim Primavera. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ANTONIO SILVIO ZIMMERMANN (614.348.689-15). VALOR TOTAL: R\$ 7.583,04 (sete mil, quinhentos e oitenta e três reais e quatro centavos).

Gaspar/SC, 15 de agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº SAF-67/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-67/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/09/2014. VENCTO.: 01/09/2015. Dispensa nº 161/2013. OBJETO: Renovação, por mais 12 (doze) meses, do contrato de locação de imóvel situado no bairro Poço Grande, com área de 70m², para a concessão de aluguel social à família moradora do Jardim Primavera. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: TOMIO IMÓVEIS LTDA (07.326.475/0001-11). VALOR TOTAL: R\$ 7.583,04 (sete mil, quinhentos e oitenta e três reais e quatro centavos).

Gaspar/SC, 21 de agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 4 do Contrato Nº SAF-81/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 4 DO CONTRATO Nº SAF-81/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/02/2015. VENCTO.: 21/05/2015. Concorrência nº.: 136/2013. OBJETO: prorrogação do contrato para implantação e ampliação do sistema de manejo de águas pluviais da Rua Amazonas e adjacências. CONTRATADA: RAMOS TERRA-PLANAGEM LTDA (83.748.038/0001-74). Sem alteração de valor.

Gaspar/SC, 29 de agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF -80/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF -80/2014

Início da vigência: 06/08/2014 Vencimento: 31/12/2014. Pregão nº.: 148/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de toldo, garagem e cortina de enrolar - instalados - repetição. Contratado: PEDRO ABILIO COM. DE ESQ.MET.,INSUL.,ART. ESP., MAT.DECONS. E EMP.DEMA-ODEOBRA LTDA (13.883.081/0001-67). Valor total: R\$ 28.656,00 (vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais).

Gaspar/SC, 6 de Agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-81/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-81/2014

Início da vigência: 15/08/2014 Vencimento: 15/02/2015. Dispensa nº.: 169/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Locação de bem imóvel, por 06 (seis) meses, destinado à família da comunidade Jardim Primavera, no bairro Bela Vista, área de intervenção do Projeto de Urbanização de Assentamento Precário e Melhoria das condições de Habitabilidade PAC II. Contratado: RJJ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. (08.112.745/0001-54). Valor total: R\$ 2.400,00 (dois mil, quatrocentos reais).

Gaspar/SC, 14 de Agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-82/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-82/2014

Início da vigência: 14/08/2014 Vencimento: 14/08/2015. Dispensa nº.: 159/2014. Objeto: Contratação de instituição especializada para elaboração e realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro e reserva técnica de servidores da administração direta e indireta do município. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratado: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM (33.645.482/0001-96).

Gaspar/SC, 14 de agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-85/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-85/2014

Início da vigência: 20/08/2014 Vencimento: 20/02/2015. Tomada de preços nº.: 121/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: reforma de cerca e portões do CDI Deputado Francisco Mastella. Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP (08.628.996/0001-96). Valor total: R\$ 80.000,00.

Gaspar/SC, 20 de agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 2 do Contrato Nº SAF-124/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-124/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/08/2014. VENCTO.: 20/09/2014. Tomada de preços nº.: 204/2013. OBJETO: prorrogação do prazo de execução do contrato para ampliação e reforma do CDI Sônia Gioconda Beduschi Buzzi. CONTRATADA: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA (03.087.273/0001-03). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 5 de agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Sétimo Aditivo do Contrato Nº SAF-42/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-42/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/08/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Pregão nº.: 54/2011. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza para a sede da 3ª Companhia de Polícia Militar de Gaspar. Termo de Rescisão Contratual. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: PROSERV ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PES-SOAL LTDA. (79.488.482/0001-20). VALOR TOTAL: R\$ 11.156,60 (onze mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).

Gaspar/SC, 1º de agosto de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº FMAS-84/2014

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-84/2014

Vigência: 01/08/2014 Vencimento: 31/12/2014 Inexigibilidade nº.: 151/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Credenciamento de estabelecimentos comerciais de Gêneros Alimentícios em geral, em vista a manutenção dos programas sócioassistenciais da Secretaria de Desenvolvimento Social no ano de 2014, para serem distribuídos às pessoas em situação de "vulnerabilidade" Risco Social.. Contratado: MERCADO E AÇOUGUE TUDO DE BOM LTDA ME (06.220.464/0001-90). Valor Estimado: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Gaspar/SC, 1º de agosto de 2014..

MARISTELA CIZESKI

Gestora do FMAS

Extrato do Contrato Nº FMAS-83/2014

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-83/2014

Vigência: 01/08/2014 Vencimento: 31/12/2014 Inexigibilidade nº.: 146/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Credenciamento de estabelecimentos comerciais de Gêneros Alimentícios em geral, em vista a manutenção dos programas sócioassistenciais da Secretaria de Desenvolvimento Social no ano de 2014, para serem distribuídos às pessoas em situação de "vulnerabilidade" Risco Social. Contratado: SUPERMERCADO STANKE LTDA (00.186.057/0001-27). Valor Estimado: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Gaspar/SC, 1º de agosto de 2014.
MARISTELA CIZESKI
Gestora do FMAS

Extrato do Contrato Nº SAF-78/2014

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-78/2014

Vigência: 01/08/2014 Vencto.: 01/08/2015 Inexigibilidade nº.: 156/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Contratação de instituição que visa o acolhimento temporário de pessoas idosas, que passam por situação de risco social ou ameaça a integridade física, moral e social, com comprometida ou nula existência de vínculo familiar, comunitário e social, conforme especificações contidas no Edital de Credenciamento nº FMAS-03/2014 e seus anexos.. Contratado: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA. ME (95.766.598/0001-30). Valor: R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil, quatrocentos reais).

Gaspar/SC, 1º de agosto de 2014.
MARISTELA CIZESKI
Gestora do FMAS

Extrato do Contrato Nº SAF-79/2014

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-79/2014

Vigência: 01/08/2014 Vencto.: 01/08/2015 Inexigibilidade nº.: 157/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Contratação de instituição que visa o acolhimento temporário de pessoas com deficiência física e/ou mental, que passam por situação de risco social ou ameaça a integridade física, moral e social, com comprometida ou nula existência de vínculo familiar, comunitário e social, conforme especificações contidas no Edital de Credenciamento nº FMAS-03/2014 e seus anexos.. Contratado: CASA DE ASSISTÊNCIA DE BRUSQUE - CAGERE (01.317.532/0001-10). Valor: R\$ 340.200,00 (trezentos e quarenta mil, duzentos reais).

Gaspar/SC, 1º de agosto de 2014..
MARISTELA CIZESKI
Gestora do FMAS

Decisão do Pregão Presencial Nº 115/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR - SC

DECISÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014

Objeto: Registro de Preços de dietas enterais, suplementos nutricionais, módulos e fórmulas infantis para pacientes domiciliares.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito de Gaspar, vem junto aos autos, no uso de suas atribuições legais, proferir a seguinte decisão: Conheço os recursos efetuados pelas empresas Recorrentes, por serem tempestivos, quanto ao mérito, julgo-os IMPROCEDENTES. Fundamentada nas Respostas da Sec. Mun. de Saúde e no Memorando nº 143/2014, do Depto. de Compras e Licitações, de 03/09/2014. Íntegra no Depto de Compras e Licitações, ou, no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar, 04 de setembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Edital de Notificação Nº 147 1751/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1751/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGN8729	54537099E	6599/2	07/07/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação Nº 147 1752/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1752/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BMW1170	8147005277	7455/0	17/07/2014	218 * I
DLF1340	8147005240	7455/0	17/07/2014	218 * I
HTT1651	54829710E	5541/2	30/06/2014	181 * XVII
IRR9635	54829547E	5541/2	24/06/2014	181 * XVII
JLU9955	54830259E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
LYA6047	54829709E	5541/2	30/06/2014	181 * XVII
LZW7053	54830284E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MAY2031	55592404D	5738/0	07/08/2014	186 * II
MBL0357	54535790E	6033/0	08/08/2014	206 * V
MCA9144	54537276E	7064/0	12/08/2014	244 * IV
MCK2299	54829380E	5541/2	11/06/2014	181 * XVII
MCL7481	54537275E	5940/1	07/08/2014	203 * III
MCL7481	55592409D	5720/0	07/08/2014	186 * I
MEB9411	54829667E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
MEL3245	54830219E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MEL8270	8147005415	7455/0	21/07/2014	218 * I
MEW4387	8147005349	7463/0	21/07/2014	218 * II
MFS4777	8147005127	7455/0	07/07/2014	218 * I
MFV8776	8147005324	7455/0	16/07/2014	218 * I
MGB6808	8147005380	7455/0	21/07/2014	218 * I
MGE0547	8147005246	7455/0	17/07/2014	218 * I
MHH2493	8147005261	7455/0	17/07/2014	218 * I
MHL2227	8147005112	7455/0	07/07/2014	218 * I
MHN3207	8147005323	7455/0	16/07/2014	218 * I
MHN9308	8147005137	7455/0	07/07/2014	218 * I
MLN8524	54535788E	6033/0	08/08/2014	206 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação Nº 147 1753/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1753/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXP5333	55591492D	6637/2	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXP5333	55591493D	6769/2	11/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LYV8265	54537027E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233
MBE4895	54537034E	6920/0	29/05/2014	R\$ 127,69	233
MBI9780	55591016D	6599/2	06/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCD4992	54536971E	6920/0	05/06/2014	R\$ 127,69	233
MCD9908	54537071E	6599/2	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEK3649	55592105D	5045/0	17/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MEY3992	54537032E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233
MFA4401	54536553E	6920/0	17/03/2014	R\$ 127,69	233
MFI8134	54537051E	6920/0	17/06/2014	R\$ 127,69	233
MHS9445	55592023D	5290/0	14/06/2014	R\$ 957,69	176 * II
MHS9445	55592026D	6408/0	14/06/2014	R\$ 85,12	221
MJE5974	54537059E	6920/0	16/06/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação Nº 147 1754/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1754/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CQD6067	54827661E	5541/2	25/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DAP9466	54828884E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZP2573	54828885E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBL0669	54536708E	5908/0	14/04/2014	R\$ 127,69	202 * I
MJP4485	54829422E	5541/2	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação Nº 590 901/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 901/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAA6381	8590068684	7463/0	29/07/2014	218 * II
AOO6262	8590067491	7455/0	24/06/2014	218 * I
AQD1872	8590067764	7455/0	03/07/2014	218 * I
AVK0052	8590068780	7455/0	06/08/2014	218 * I
AVK0052	8590068962	7455/0	04/08/2014	218 * I
DNS8353	8590068929	7455/0	03/08/2014	218 * I
DZF0428	8590068687	7455/0	29/07/2014	218 * I
LCC3802	8590067819	7463/0	05/07/2014	218 * II
MAF9759	8590068838	7463/0	31/07/2014	218 * II
MBA3319	8590067740	7455/0	03/07/2014	218 * I
MCC0935	8590067821	7455/0	05/07/2014	218 * I
MCF9679	8590067708	7463/0	02/07/2014	218 * II
MDR5496	8590068459	7455/0	23/07/2014	218 * I
MDZ8872	8590067774	7455/0	04/07/2014	218 * I
MGM2617	8590067802	7463/0	05/07/2014	218 * II
MHK0973	8590067795	7455/0	05/07/2014	218 * I
MIL2431	8590068944	7463/0	03/08/2014	218 * II
MJQ2548	8590067755	7455/0	03/07/2014	218 * I
MKI3167	8590068787	7455/0	06/08/2014	218 * I
MKQ5872	8590068988	7455/0	05/08/2014	218 * I
MKY1365	8590068566	7455/0	26/07/2014	218 * I
MLB1300	8590068924	7455/0	03/08/2014	218 * I
MLF4568	8590067796	7455/0	05/07/2014	218 * I
MWT2022	8590068808	7455/0	07/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação Nº 590 902/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 902/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYS7870	8590066432	7463/0	26/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBC5510	8590065911	7455/0	11/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF8123	8590063938	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV5776	8590064710	7455/0	06/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHR0046	8590066769	7455/0	02/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIV4371	8590066297	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MXJ1326	8590066436	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO

SAMAE - GASPAR**Portaria N. 59 de 02 de Setembro de 2014**

PORTARIA N. 59 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE ARRECADAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR PEDRO SPARDOTTO

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 31 de agosto de 2014, o servidor PEDRO SPARDOTTO, portador do CPF nº. 777.100.709-06 e da CI nº. 2.642.447-9 do cargo em comissão de Chefe de Arrecadação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 44, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 02 de setembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

PORTARIA N. 60 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

PORTARIA N. 60 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
NOMEIA COORDENADOR DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR PEDRO SPARDOTTO

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir do dia 01 de setembro de 2014, o servidor PEDRO SPARDOTTO, portador do CPF nº 777.100.709-06 e da CI nº. 2.642.447-9 para o cargo de Coordenador de Esgotamento Sanitário do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 50, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 02 de setembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

PORTARIA N. 61 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

PORTARIA N. 61 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADA DE ALMOXARIFADO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE A SERVIDORA INDIANARA CRISTIANE ZORRER SPENGLER

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 31 de agosto de 2014, a servidora INDIANARA CRISTIANE ZORRER SPENGLER, portadora do CPF nº. 051.418.179-62 e da CI nº. 4.772.671-7 do cargo em comissão de Encarregada de Almoxarifado do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 02 de setembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

PORTARIA N. 62 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

PORTARIA N. 62 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
NOMEIA CHEFE DE ARRECADAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE A SERVIDORA INDIANARA CRISTIANE ZORRER SPENGLER

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir do dia 01 de setembro de 2014 a servidora INDIANARA CRISTIANE ZORRER SPENGLER portadora do CPF nº 051.418.179-62 e da CI nº. 4.772.671-7 para o cargo de Chefe de Arrecadação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 44, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 02 de setembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato Termo Aditivo Nº 001/2014 ao Contrato Nº CM-009/2013.**

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº 001/2014 AO CONTRATO Nº CM-009/2013.
Objeto do Termo Aditivo: prorrogação do Contrato nº CM-009/2013 em 12 (doze) meses, a contar de 6 de setembro de 2014.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Contratado: CH TUR Agência de Viagens e Turismo Ltda. ME, CNPJ nº 12.642.975/0001-00.

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada no agenciamento de passagens aéreas para prestação de serviços de cotação de preços, reserva, emissão, marcação, cancelamento, reemissão, remarcação e fornecimento de passagens aéreas.

Preço: Desconto de 3,5% (três vírgula cinco por cento), para emissão/marcação e a reemissão/remarcação de passagens aéreas, a ser aplicado sobre a tarifa de passagem aérea cobrada pela companhia aérea acrescida da taxa D.U. (taxa de serviço/taxa de repasse) no percentual de 10% (dez por cento) e excluída do cálculo a taxa de embarque.

Valor do Contrato: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Dotação: Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo; Atividade: 2.20004 - Materiais e Serviços de Terceiros em Geral.

Gestor do Contrato: Presidente da Câmara Municipal de Gaspar.

Data de Assinatura do Termo Aditivo: 27 de agosto de 2014.

Gaspar-SC, 1º de setembro de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Grão Pará

PREFEITURA

Decreto Df 54/2014 - Orçamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000054/14 de 3 de Setembro de 2014

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

(168)3.3.90.00.00.00.00.0.004-0000 - Aplicacoes Diretas

21.000,00

Total Suplementação:

21.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

(169)4.6.90.00.00.00.00.0.004-0000 - Aplicacoes Diretas

21.000,00

Total Anulação:

21.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 3 de Setembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 3 de Setembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº88/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 88/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE EQUIPE DE TOPOGRAFIA (TÉCNICO AGRIMENSOR, AUXILIAR DE TOPOGRAFIA, GPS RTK, CARRO, TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA EXECUTAR O SERVIÇO E EPI'S)
Entrega dos Envelopes: 17/09/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 17/09/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 03/09/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação Nº32/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 32/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PRA NOVAS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIROS RIO BRANCO E AVAÍ
Entrega dos Envelopes: 18/09/2014 as 09:00 horas.
Abertura dos Envelopes: 18/09/2014 as 09:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br .
GUARAMIRIM(SC), 03/09/2014
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Termo Aditivo Contrato 07/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 0072014-PMG

Processo de Licitação: 002/2014 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação Chamada Pública

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU, com sede na rua Matilde Frainer Dalprá nº 73, figueirinha, Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob nº 12.715.780/0001-35.

Resumo do aditivo:

O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO de aproximadamente 24 % (vinte e quatro por cento) do valor do contrato firmado entre as partes, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Nona, sendo as quantidades mencionadas na tabela abaixo.

Item	Qtde Contrada	Qtde Suprimida	P. Unitário	Valor Suprimido Total	Descrição
001	3.600	900	1,8100	1.629,00	ABOBORA MENINA. VEGETAL COM COR CARACTERÍSTICA (ALARANJADA), SUPERFÍCIE LISA, ISENTA DE DOENÇAS, SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente
002	2.500	625	1,8500	1.156,25	ABOBRINHA VERDE - VEGETAL COM CASCA VERDE. DEVE APRESENTAR TAMANHO UNIFORME, BOA APARÊNCIA E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do produtor, tipo do hortifrutí, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.

003	3.200,	800	1,9000	1.520,00	AGRIÃO . VEGETAL FOLHOSO, COR CARACTERÍSTICA DO PRODUTO, ISENTO DE DOENÇAS OU MANCHAS, LIVRE DE ISETOS, FUNGOS E MATERIAL TERROSO. Etiqueta com indicação do nome do produtor, tipo do hortifruti, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.
004	5.600	1.400	3,3100	4.634,00	AIPIIM DESCASCADO E CONGELADO (KG). ACONDICIONADO EM PORÇÕES DE 1 KG. DEVE APRESENTAR BOA APARÊNCIA E CONSISTÊNCIA MACIA APÓS O COZIMENTO, OU SEJA, LIVRE DE SINAIS DE EMPAPAMENTO E COLORAÇÃO ESCURECIDA. Rótulo com indicação do fornecedor, produto. peso, informação nutricional, data de envase, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.
005	9.000	2.100	1,6000	3360,00	ALFACE CRESPO. VEGETAL FOLHOSO CRESPO, COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE CLARO), ISENTO DE DOENÇAS OU MANCHAS ESCURAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Rótulo com indicação do produtor, tipo do hortifruti, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.

006	1.780	440	10,6000	4.664,00	ARROZ AMARELO PARBOILIZADO. PACOTE COM 5 KG. CLASSE LONGO FINO, TIPO 1. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO AMARELA, GRÃOS ÍNTEGROS E SOLTOS APÓS O COZIMENTO, OU SEJA, SEM SINAIS DE EMPAPAMENTO E COLORAÇÃO ESCURECIDA. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE. RÓTULO COMINDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA
007	350	88	11,5300	1.014,64	ARROZ BRANCO, PACOTE COM 5 KG. TIPO 1. SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, GRÃOS ÍNTEGROS E SOLTOS APÓS O COZIMENTO, OU SEJA, SEM SINAIS DE EMPAPAMENTO OU COLORAÇÃO AMARELADA. Embalagem plástica resistente. Rótulo com indicação do fabricante, produto, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos e matéria terrosa. Registro no órgão competente.
008	16.3000	4050	1,9500	7.897,50	BANANA BRANCA, FRUTA LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS, LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (AMARELA) Etiqueta com indicação do nome do produtor, tipo da fruta, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.

009	15.800	3.300	1,4000	3.950,00	BANANA NANICA, FRUTA LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS, LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (AMARELA) Etiqueta com indicação do nome do produtor, tipo da fruta, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.
010	1.000	200	2,1300	250,00	BATATA DOCE. TUBÉRCULO COM BOA APARÊNCIA, SEM DOENÇAS OU DANOS FÍSICOS. AUSÊNCIA DE BROTO E PARTES MOLES OU UNIDADES ESTRAGADAS. NÃO DEVE APRESENTAR ASPECTO AVANÇADO DE MATURAÇÃO, NEM MATÉRIA TERROSA. EMBALAGENS ÍNTEGRAS E PRÓPRIAS PARA CIRCULAÇÃO DE AR, SENDO LIVRES DE INSETOS E FUNGOS. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente
011	4.900	1.200	2,3300	1.200,00	BETERRABA LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E SEM MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (ROXA). . Etiqueta com indicação do nome do produtor, nome do legume, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.

012	2.400	600	2,4000	1.440,00	BRÓCOLIS AMERICANO. VEGETAL COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE ESCURO), ISENTO DE DOENÇAS OU BROTO. SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.
013	4.500	970	2,3200	2.250,40	CEBOLA DE CABEÇA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM COR CARACTERÍSTICA (ESBRANQUIÇADA) E TAMANHO UNIFORME, SUPERFÍCIE LISA, ISENTA DE DOENÇAS OU BROTO. SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente
014	2.500	500	1,5500	775,00	CEBOLINHA VERDE. VEGETAL FOLHOSO, COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE), ISENTO DE DOENÇAS OU MANCHAS ESCURAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do produtor, tipo do hortifruti, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.

015	4.200	1.000	2,3300	2.330,00	CENOURA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM COR CARACTERÍSTICA (ALARANJADA) E TAMANHO UNIFORME, SUPERFÍCIE LISA, ISENTA DE DOENÇAS OU BROTO. SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. NÃO DEVE APRESENTAR PARTES QUE PERMANEÇAM RÍGIDAS E SECAS APÓS A COCÇÃO. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.
020	5.250	1.300	2,1800	2.834,00	CHUCHU DEVE APRESENTAR BOA APARÊNCIA E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (VERDE). Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente
021	2.100	500	2,9000	1.450,00	COUVE-FLOR. VEGETAL COM COR CARACTERÍSTICA (AMARELO CLARO), ISENTA DE DOENÇAS OU BROTO. SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, especificação do hortifrut, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente

022	2.400	600	1,8700	1.122,00	COUVE-MANTEIGA. VEGETAL FOLHOSO, COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE-ESCURO), ISENTA DE DOENÇAS OU MANCHAS ESCURAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do produtor, tipo do hortifrut, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.
023	500	120	6,4100	769,20	DOCE DE FRUTAS SABOR BANANA. INGREDIENTES: POLPA DE BANANA E AÇÚCAR. PRODUTO LIVRE DE FUNGOS. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 900 GRAMAS, Rótulo com indicação do produtor, nome do alimento, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente
024	550	130	1,9500	253,50	ESPINAFRE VEGETAL FOLHOSO, COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE ESCURO), ISENTA DE DOENÇAS OU MANCHAS ESCURAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente

025	16.200	4.000	3,7900	15.160	MAÇÃ NACIONAL. TIPO GALA, FRUTA COM TAMANHO UNIFORME, BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (VERMELHA). ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DE MAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
026	1.200	250	4,8500	1.212,50	MARACUJÁ. FRUTA COM TAMANHO UNIFORME, BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES, UNIDADES MUITO AMADURECIDAS E SEM CASCA RUGOSA. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (AMARELA). Etiqueta com indicação do nome do produtor, tipo do hortifruti, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.
027	520	100	2,5300	253,00	NABO. VEGETAL COM BOM ASPECTO FÍSICO. AS UNIDADES NÃO DEVEM SE APRESENTAR AMOLECIDAS OU EM ESTADO AVANÇADO DE MATURAÇÃO. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente

028	320	65	4,1400	269,10	PIMENTÃO VERDE VEGETAL COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente
029	350	88	2,8100	247,28	RABANETE. VEGETAL COM BOM ASPECTO FÍSICO. AS UNIDADES NÃO DEVEM SE APRESENTAR AMOLECIDAS OU EM ESTADO DE MATURAÇÃO. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente
030	3.000	750	2,7000	2025,00	REPOLHO BRANCO - VEGETAL ESVERDEADO COM FOLHAS FIRMES. ISENTO DE DOENÇAS E SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS O PESO MÉDIO DE CADA PEÇA DEVE SER DE 2 KG. NÃO SERÃO ACEITAS UNIDADES COM PESO INFERIOR AO MENCIONADO. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA, Etiqueta com indicação do nome do produtor, tipo do hortifruti, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.
031	2.600	650	1,9000	1.235,00	RÚCULA. VEGETAL FOLHOSO, COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE ESCURO), ISENTO DE DOENÇAS OU MANCHAS ESCURAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do produtor, tipo do hortifruti, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.

032	2.350	550	1,8800	1.034,00	SALSINHA. VEGETAL FOLHOSO, COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE), ISENTO DE DOENÇAS OU MANCHAS ESCURAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do produtor, tipo do hortifrutti, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.
034	1.700	420	4,7600	1.999,20	VAGEM, VEGETAL COM COLORAÇÃO VERDE. DEVE APRESENTAR BOA APARENCIA E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU PONTO ESCUROS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA., ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO PRODUTOR, TIPO DO HORTIFRUTI, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
VALOR TOTAL					70.376,57

1.2. A justificativa da supressão encontra-se no comunicado interno de n.º 134 acostado no processo licitatório 02/2014 fls. 203, em consonância com o disposto na cláusula vigésima primeira do contrato, com amparo no inciso I, alínea b, e § 1º, do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

1.3. O valor do contrato, após a supressão, é R\$ 222.689,33 (duzentos e vinte e dois mil e seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos).

Data da Assinatura: 08/08/2014 Vigência: 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 08/08/2014
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 3.060/2014.

Lei nº 3060/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 1.170.000,00 (Um milhão cento e setenta mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;
Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

0300	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
0301	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO			
0301.041220003-2004				Manutenção, encargos e atividades da Procuradoria Geral
31900000	0100	006	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 200.000,00

0400	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
0401	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			
0401.041220004-2008				Manutenção, Encargos e Atividades de Apoio Administrativo
31900000	0100	012	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 150.000,00
0402	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTROLE INTERNO			
0402.288430007-0001				Serviços da dívida fundada interna
46900000	0100	029	Amortização da Dívida Fundada Interna	R\$ 230.000,00

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
0601.123650011-2020				Manutenção, encargos e atividades da educação infantil
31900000	0101	203	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 235.000,00
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610012-2025				Manutenção, encargos e atividades do ensino fundamental
31900000	0101	204	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 305.000,00

0700	SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
0701	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO			
0701.113330019-2045				Manutenção, encargos e atividades da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento

31900000	0100	122	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 50.000,00
----------	------	-----	----------------------------	---------------

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º desta lei

0200	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO			
0201	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO			
0201.041220002-2002			Manutenção, Encargos e Atividades do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito	
31900000	0100	001	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 80.000,00

0300	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
0301	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
0301.041220003-2004			Manutenção, encargos e atividades da Procuradoria Geral	
33900000	0100	007	Outras Despesas Correntes	R\$ 101.250,00

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610012-1011			Aquisição de veículo para atividades diversas da Secretaria	
44900000	0100	069	Investimentos	R\$ 49.900,00
0602.123610012-2029			Aquisição de Material para distribuição gratuita	
33900000	0101	085	Outras Despesas Correntes	R\$ 49.900,00
0602.123610012-2027			Manutenção e Ampliação do Sistema de Transporte Escolar	
33900000	0101	079	Outras Despesas Correntes	R\$ 250.000,00

0603	DEPARTAMENTO DE CULTURA			
0603.133920016-2036			Manutenção, encargos e atividades do departamento de Cultura e Biblioteca Pública Municipal	
31900000	0100	102	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 35.000,00
0604	DEPARTAMENTO DE ESPORTES			
0604.278120017-2039			Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Esportes	
31900000	0100	108	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 45.000,00

0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
0801	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS			
0801.267820021-2051			Manutenção, encargos e atividades do Departamento de Trânsito e da JARI	

31900000	0100	144	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 9.950,00
0801.267820022-2052			Manutenção das ações desenvolvidas pela Secretaria	
31900000	0100	150	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 350.000,00
0802	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS			
0802.154520025-2057			Manutenção e varrição dos logradouros e aquisição de lixeiras e demais equipamentos	
31900000	0100	171	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 199.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste, SC, 03 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito MUNICIPAL

Decreto Nº 3.337/2014.

Decreto nº 3337/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 1.170.000,00 (Um milhão cento e setenta mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Lei

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2014:

0300	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
0301	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
0301.041220003-2004			Manutenção, encargos e atividades da Procuradoria Geral	
31900000	0100	006	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 200.000,00

0400	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
0401	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			
0401.041220004-2008			Manutenção, Encargos e Atividades de Apoio Administrativo	
31900000	0100	012	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 150.000,00
0402	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTROLE INTERNO			
0402.288430007-0001			Serviços da dívida fundada interna	
46900000	0100	029	Amortização da Dívida Fundada Interna	R\$ 230.000,00

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
0601.123650011-2020			Manutenção, encargos e atividades da educação infantil	

31900000	0101	203	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 235.000,00
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610012-2025			Manutenção, encargos e atividades do ensino fundamental	
31900000	0101	204	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 305.000,00

0700	SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO			
0701	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO			
0701.113330019-2045			Manutenção, encargos e atividades da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento	
31900000	0100	122	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 50.000,00

Art. 2º - Ficam anuladas as seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º deste decreto

0200	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO			
0201	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO			
0201.041220002-2002			Manutenção, Encargos e Atividades do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito	
31900000	0100	001	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 80.000,00

0300	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
0301	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
0301.041220003-2004			Manutenção, encargos e atividades da Procuradoria Geral	
33900000	0100	007	Outras Despesas Correntes	R\$ 101.250,00

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610012-1011			Aquisição de veículo para atividades diversas da Secretaria	
44900000	0100	069	Investimentos	R\$ 49.900,00
0602.123610012-2029			Aquisição de Material para distribuição gratuita	
33900000	0101	085	Outras Despesas Correntes	R\$ 49.900,00
0602.123610012-2027			Manutenção e Ampliação do Sistema de Transporte Escolar	
33900000	0101	079	Outras Despesas Correntes	R\$ 250.000,00

0603	DEPARTAMENTO DE CULTURA			
0603.133920016-2036			Manutenção, encargos e atividades do departamento de Cultura e Biblioteca Pública Municipal	

31900000	0100	102	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 35.000,00
0604	DEPARTAMENTO DE ESPORTES			
0604.278120017-2039			Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Esportes	
31900000	0100	108	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 45.000,00

0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
0801	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS			
0801.267820021-2051			Manutenção, encargos e atividades do Departamento de Trânsito e da JARI	
31900000	0100	144	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 9.950,00
0801.267820022-2052			Manutenção das ações desenvolvidas pela Secretaria	
31900000	0100	150	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 350.000,00
0802	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS			
0802.154520025-2057			Manutenção e varrição dos logradouros e aquisição de lixeiras e demais equipamentos	
31900000	0100	171	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 199.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste, SC, 03 de setembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito MUNICIPAL

Decreto Nº 3.338/2014.

DECRETO Nº. 3.338/2014.
HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 001/2014/SMS/HO.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital nº. 001/2014/SMS/HO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do Processo Seletivo regulamentado pelo Edital nº. 001/2014 - Secretaria Municipal de Saúde de Herval d'Oeste (SC), conforme relação constante do Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 03 de setembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO À LISTA CLASSIFICATÓRIA DO EDITAL Nº 001/2014/SMS/HO

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO À LISTA CLASSIFICATÓRIA DO EDITAL Nº 001/2014/SMS/HO DE 08 DE AGOSTO DE 2014, QUE ALTERA AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ESPECIFICADAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público o seguinte:

Art. 1. No número de Inscrição 094: NILTA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA:

DATA DE NASCIMENTO: 31/12/1996

RETIFICA-SE DATA DE NASCIMENTO PARA: 11/06/1973;

Art.2. Em virtude de a idade do candidato aprovado ser um dos critérios para desempate, a retificação constante no artigo 1, ALTERA A CLASSIFICAÇÃO, conforme segue no Anexo I deste Termo.

Art.3. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital nº. 001/2014/SMS/HO de 08 de agosto de 2014.

Art. 4. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval D'Oeste, SC, 01 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

ANEXO I LISTA CLASSIFICATÓRIA

Teste seletivo - Edital nº 001 / 2014
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cargo: RECEPCIONISTA

Insc	Nome	CPF	Acerto	Nota	Desempate	Desempate	Clas
145	PAOLA DE O. CARVALHO	434.480.278-04	22	8,8	-	-	1º
080	JOSSIANE SCHLINDWEIN	075.255.769-63	19	7,6	05/07/1992	-	2º
003	JULIANA PALAVE-SINI	085.511.109-77	19	7,6	03/07/1993	-	3º
001	ESTELA M. M. LOCATELLI	725.315.769-91	17	6,8	01/07/1970	-	4º
111	JOÃO CARLOS ISLER	034.591.599-28	17	6,8	07/04/1981	-	5º
050	EMANUÉLLI NARDI	070.906.949-92	17	6,8	10/07/1990	-	6º
056	SUELLEM DOS SANTOS	090.377.459-38	17	6,8	07/04/1992	-	7º
010	PRISCILLA BERGMAMM	090.787.329-46	17	6,8	21/11/1992	-	8º
069	CLAUDEMIR A. OLIVEIRA	611.650.009-97	16	6,4	03/05/1975	-	9ª
039	DEONICE T. V. DE SOUZA	015.097.599-64	16	6,4	30/07/1975	-	10ª
036	ANA P. WENTZ DE AGUIAR	020.083.329-42	16	6,4	20/09/1977	-	11º
152	JUCILEI SCHNEIDER	025.473.479-03	16	6,4	22/06/1978	-	12º
076	KEITY MARA GAZZOLA	009.253.949-12	16	6,4	05/02/1986	-	13º
104	ANELIZE M. DOS SANTOS	086.383.699-21	16	6,4	27/09/1991	-	14º
008	CRISTIANE CASA-GRANDE	081.186.519-32	16	6,4	17/11/1992	-	15º
070	ANA CAROLINE DO PRADO	089.514.249-01	16	6,4	28/08/1993	-	16º
100	CARLA BROCARD	090.056.199-98	16	6,4	02/03/1996	-	17º
138	JOCEMARA S. C. BORTOLINI	041.079.159-80	15	6,0	15/08/1981	-	18º
085	JOCELAINE DOS SANTOS	057.112.689-88	15	6,0	08/08/1985	-	19º

136	HETIENE N. DOS SANTOS	083.695.539-07	15	6,0	05/07/1990	-	20º
032	DAYANE A.DOS S. TOME	073.810.829-42	15	6,0	27/08/1990	-	21º
132	JESLAINE M. DOS SANTOS	085.571.159-03	15	6,0	13/02/1994	-	22º
089	BONIE NEVES DOS SANTOS	091.429.429-69	15	6,0	07/05/1994	-	23º
049	CAROLINE CEBILACARL	094.850.309-24	15	6,0	11/05/1996	-	24º
094	NILTA A.F. DE OLIVEIRA	796.798.209-63	14	5,6	11/06/1973	-	25º
103	QUENIA C.DE AGOSTINHO	041.030.679-77	14	5,6	28/11/1982	-	26º
130	ADILSON P. MATTEVI FILHO	047.140.179-00	14	5,6	30/12/1985	-	27º
077	EDNA MARA GRAHL	740.923.751-15	14	5,6	09/05/1988	-	28º
093	LUCIANA DA S. ANTUNES	066.670.339-69	14	5,6	12/08/1988	-	29º
102	LILIANE DE O. ZANATTA	078.339.069-64	14	5,6	19/10/1990	-	30º
023	JESSICA DO VALE SILVA	044.444.905-19	14	5,6	19/09/1990	-	31º
046	MARILIA M. ZACARON	008.491.349-51	14	5,6	18/11/1992	-	32º
083	NAYARA DON-DONI	085.814.029-25	14	5,6	18/05/1992	-	33º
022	ANA PAULA FELTRIM	096.275.699-76	14	5,6	20/06/1993	-	34º
112	SCHEILA S. DE ANDRADE	099.521.729-74	14	5,6	04/12/1993	-	35º
125	THAIS CRISTINA GRIGGIO	089.904.869-20	14	5,6	24/02/1995	-	36º
029	PATRICIA C. DA CRUZ	018.043.790-93	14	5,6	17/04/1995	-	37º
115	PALOMA C. DA SILVA	101.607.079-94	14	5,6	21/01/1996	-	38º
157	EDI G. PALAVE-SINI	593.965.639-00	13	5,2	30/08/1954	-	39º
075	SALETE V. MARCON	460.444.939-20	13	5,2	26/11/1963	-	40º
091	DENISE AZEVEDO KRUHS	568.088.799-15	13	5,2	16/01/1965	-	41º
004	JULIANA MASCARELLO	950.241.079-34	13	5,2	17/09/1975	-	42º
137	RODRIGO P. SILVA	981.444.720-04	13	5,2	08/10/1975	-	43º
149	SIMONE A.B.DA COSTA	017.242.019-99	13	5,2	10/03/1977	-	44º
073	LONIR ALVES GARCIA	004.698.929-35	13	5,2	15/05/1979	-	45º
051	PATRICIA T. C.GLASENAPP	024.225.929-45	13	5,2	09/11/1979	-	46º
126	JORDANA F.DE O. SCHALY	004.790.649-97	13	5,2	14/08/1981	-	47ª
146	SILVANE DE F.D.VARELA	006.901.229-69	13	5,2	10/07/1982	-	48º
133	PATRICIA DE L. CONTINI	050.280.339-86	13	5,2	03/06/1984	-	49º
134	ALCIMARA VARGAS	056.497.779-93	13	5,2	02/07/1985	-	50º
014	BRUNA DOSCIATTI VELHO	041.436.499-69	13	5,2	07/08/1986	-	51º
108	QUELI CRISTIANE WASEN	085.751.199-82	13	5,2	07/03/1990	-	52º

098	SILMARA A. ALIONÇO	072.377.859-07	13	5,2	22/07/1990	-	53º
139	FERNANDA MASSON	054.597.909-99	13	5,2	13/12/1990	-	54º
142	DANIELA A. SIMIONI	086.361.089-77	13	5,2	13/10/1993	-	55º
002	CAMILA MARTINS	054.363.399-30	13	5,2	30/11/1995	-	56º
045	LARISSA DE MORAIS	079.983.749-00	13	5,2	06/02/1996	-	57º
150	MICHELI CHAVES DE LIMA	104.587.239-32	13	5,2	04/07/1996	-	58º
097	ADRIANA SPIER	049.108.149-90	NC	NC	-	-	-
048	ALESSANDRA MASCARELLO	016.499.179-45	NC	NC	-	-	-
082	ANGELA M. DOS SANTOS	042.535.649-33	NC	NC	-	-	-
034	CAMILA A. DOS SANTOS	096.685.059-99	NC	NC	-	-	-
013	CAMILA A. FERREIRA	051.356.909-05	NC	NC	-	-	-
057	CAMILA C. ZAMPIRÃO	074.346.079-04	NC	NC	-	-	-
151	CELUIDE DE A. BORGES	044.899.649-94	NC	NC	-	-	-
084	CHAÔLA DONDONI	042.934.169-51	NC	NC	-	-	-
129	CHRISTINA BALESTRO	091.464.489-00	NC	NC	-	-	-
120	DÉBORA C. BITTENCOURT	059.775.199-40	NC	NC	-	-	-
024	DÉBORAH S. FORBECI	681.716.419-20	NC	NC	-	-	-
155	DILMA S. S. GHIZONI	501.758.589-34	NC	NC	-	-	-
054	DORVALINA A.E. SALDANHA	076.457.899-56	NC	NC	-	-	-
127	EDINÉIA A. GHIGGI	057.431.749-03	NC	NC	-	-	-
095	ELIANE DE C. MOTA	052.571.469-32	NC	NC	-	-	-
105	FABIANA ROSA DE MATTOS	090.300.379-11	NC	NC	-	-	-
009	FRANCIELLI R. ROSA	071.774.649-64	NC	NC	-	-	-
086	GIOVANE PEDROZO	068.661.449-65	NC	NC	-	-	-
060	ISABELLA P. BERTOTTI	073.383.599-62	NC	NC	-	-	-
109	JANAINA F. DA COSTA	089.623.219-04	NC	NC	-	-	-
043	JANAINA SCHLINDWEIN	006.508.439-08	NC	NC	-	-	-
055	JESSICA T.DA R. VIERO	088.685.039-80	NC	NC	-	-	-
123	JOSÉ L.S. PIRES	056.114.719-19	NC	NC	-	-	-
114	JOSIEL M.G. PIRES	100.607.289-65	NC	NC	-	-	-
101	KAREN D. DE BARROS	071.248.939-11	NC	NC	-	-	-
027	KARINA DAMACENO	059.518.149-01	NC	NC	-	-	-
047	KARINA LAZZAROTTI	052.680.319-37	NC	NC	-	-	-

019	KARINA VIEIRA	011.537.939-89	NC	NC	-	-	-
035	KAROLINE C. P. SIMIANCO	042.104.319-90	NC	NC	-	-	-
078	KATIA CARINE ALVES	092.474.479-09	NC	NC	-	-	-
015	LAURA M.S. DE OLIVEIRA	068.258.489-41	NC	NC	-	-	-
011	LEANDRA CARLA VELHO	050.476.759-39	NC	NC	-	-	-
117	LUCIANA DA SILVA	803.742.989-04	NC	NC	-	-	-
053	MAIELEN NELZI DA SILVA	088.887.299-25	NC	NC	-	-	-
025	MARIA A. DE A. MIQUILIM	992.562.151-87	NC	NC	-	-	-
124	MARIA DE F. MARTINAZZO	001.151.519-82	NC	NC	-	-	-
016	MARIANA A. ZACCARON	077.788.119-52	NC	NC	-	-	-
107	MARIANA BRUM	093.996.349-30	NC	NC	-	-	-
041	MARINA DE SOUZA	085.427.079-58	NC	NC	-	-	-
033	MARLENE V. BRUGNERA	111.774.888-09	NC	NC	-	-	-
017	MARLI GHIGGI	833.553.759-34	NC	NC	-	-	-
071	NAIR S. SANTORUM	860.413.639-87	NC	NC	-	-	-
081	NILVA L. DA SILVA	682.757.659-00	NC	NC	-	-	-
121	PAMELA P.B. PILATTI	067.802.529-05	NC	NC	-	-	-
118	PAOLA ZAMPIERI SERAFIM	086.210.849-70	NC	NC	-	-	-
148	PRISCILA G. DOS ANJOS	085.041.399-05	NC	NC	-	-	-
018	PRISCILA R. MALAKOWSKI	087.056.489-71	NC	NC	-	-	-
122	REJANE A. A. GUERREIRO	004.850.069-01	NC	NC	-	-	-
147	SANDRA ELI DE LIMA	017.839.019-42	NC	NC	-	-	-
140	SUELEN C. MARTINAZZO	105.532.649-90	NC	NC	-	-	-
052	SUELEN M. DE ANDRADE	059.134.559-59	NC	NC	-	-	-
096	THAIS DE O. ADAGUINARIO	011.247.239-78	NC	NC	-	-	-
042	VANDERLEIA EINZWEILER	069.867.829-00	NC	NC	-	-	-
044	VANDERLEIA M. DA SILVA	247.966.658-11	NC	NC	-	-	-
012	VIVIANE C. DA SILVA	047.160.269-81	NC	NC	-	-	-

Critérios para desempate:

- a) a idade, dando-se preferência para o candidato mais velho;
- b) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- c) maior nota na prova de língua portuguesa;
- d) se mesmo assim persistir o empate, o critério adotado será o sorteio.

Herval d' Oeste (SC), 01 de Setembro de 2014.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Decreto Nº 3.339/2014.

DECRETO Nº. 3.339/2014.

REGULAMENTA A FORMA DE CONTROLE DA FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS (PORTE I), PARTE INTEGRANTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito NELSON GUINDANI, considerando o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar nº. 281/2011, e a Lei Complementar nº 320/2014 e a Instrução Normativa CCI nº 001/2009, DECRETA:

Art. 1º. A jornada de trabalho, o regime de trabalho e a forma de controle da frequência diária dos servidores públicos municipais efetivos e admitidos em caráter temporário, da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 HORAS (Porte I), parte integrante do Sistema Único de Saúde - SUS, dar-se-ão na forma e condições deste Decreto.

Art. 2º. A Unidade de Pronto Atendimento prestará serviços por meio de turnos de 06 (seis) horas de segunda a sexta-feira no período diurno, e de 12 x 36 horas no período noturno, feriados e finais de semana.

Art. 3º. A jornada de trabalho será:

I - De 06 (seis) horas continuadas, de segunda a sexta-feira no período diurno, equivalentes a 40 (quarenta) horas semanais, podendo ser realizado no máximo a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais;

II - De turnos com a escala de carga horária de 12 x 36 no período noturno e nos finais de semana, com intervalo de 1 (uma) hora para descanso/alimentação; sendo que para efeito de cálculo de variações mensais (horas faltas, noturnas) computar-se-á 200 (duzentas) horas mensais;

III - O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se ao regime integral e exclusiva dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração Pública.

Art. 4º. O Regime de Plantão que é caracterizado pela realização de jornadas de trabalho e de repouso alternadas, em número variável de horas, assegurando-se repouso equivalente, no mínimo, ao dobro do número de horas trabalhadas no período imediatamente anterior, mediante escala prévia, a cargo do respectivo Administrador, da qual o servidor terá ciência com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

§ 1º As trocas de Plantão, serão concedidas de turno para turno sem fracionamento, desde que devidamente acordado e não ultrapassando o limite de 05 (cinco) dias corridos por mês.

§ 2º Com o aval do Administrador, as trocas de plantão devem ser sugeridas pelo servidor interessado, devidamente aceito pelo colega, e submetido à aprovação do superior hierárquico ou chefia imediata, e deverá ser documentado de forma a responsabilizar as partes comprometidas cada qual para o turno acordado.

§ 3º O servidor que cumprir jornada sob o regime de plantão em período noturno terá direito ao adicional noturno.

§ 4º As escalas de revezamento deverão ser elaboradas pelo Administrador e afixadas em local visível com antecedência mínima de 03 (três) dias.

Art. 5º. O registro de frequência é medida obrigatória para todos os servidores como meio de aferir o comparecimento ao trabalho e será efetuado diariamente por processo mecânico ou eletrônico.

§ 1º Os registros do ponto serão efetuados no momento de chegada e saída dos servidores, bem como dos horários de folga, refeição, sem impedimento, sendo respeitada sua carga horária

semanal.

§ 2º No caso de descumprimento da carga horária semanal, a quantidade de horas faltantes deverá ser compensada até o final da semana seguinte; sendo que ao não ser cumprida a compensação, a quantidade de horas faltantes será descontada em folha de pagamento.

Art. 6º. Mensalmente, o servidor encarregado do controle da frequência relatará ao Chefe do Poder Executivo Municipal ou a quem delegada a competência, as ocorrências relativas à assiduidade e pontualidade dos servidores.

Art. 7º. O servidor é obrigado a avisar, através de meios idôneos, à sua chefia imediata, no próprio dia em que, por doença, não possa comparecer ao serviço.

§ 1º As faltas ao serviço por motivo de doença serão justificadas para fins de anotação no assentamento individual e pagamento, desde que a impossibilidade do comparecimento seja abonada pela chefia imediata mediante atestado médico, o qual será aceito para afastamentos de até 15 (quinze) dias e, para período superior a este, caberá avaliação por Junta Médica Oficial do IPREVI-HO/INSS.

§ 2º Em qualquer dos casos mencionados no § 1º deste artigo o atestado médico ou o laudo da junta médica oficial, conforme o caso, deverá ser apresentado ao Setor de Recursos Humanos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não ser aceito e as faltas tidas como injustificadas.

§ 3º No caso de apresentação de mais de dois atestados médicos, no prazo de 30 (trinta) dias, com a mesma causa (CID), independentemente do número de dias indicados para afastamento do servidor, o mesmo deverá se submeter a análise de junta médica oficial do município ou IPREVI-HO/INSS, se for o caso.

Art. 8º. Fica terminantemente proibido o pagamento de horas extras acima de 50 (cinquenta) horas mensais, no âmbito do serviço público municipal, ficando regulamentado o Banco de Horas, conforme disposto no parágrafo único do art. 71, da Lei Complementar nº 281/2011, nos seguintes termos:

§ 1º As horas excedentes ao horário normal executadas em dias úteis, até o limite de 50 (cinquenta) horas serão computadas como horas extras; e serão consideradas como horas créditos, sendo compensadas em horas folgas, na seguinte proporção:

I - As horas executadas além do horário de expediente normal, entendidas como extensão de jornada, serão compensadas na mesma proporção, observadas a jornada semanal do cargo ocupado.

II - As horas trabalhadas nos domingos e feriados, desde que não façam parte da escala de revezamento, serão compensadas na proporção de uma hora trabalhada por duas de folga.

III - As horas trabalhadas nos dias decretados como ponto facultativo, desde que não façam parte da escala de revezamento, serão compensadas na proporção de uma hora trabalhada por uma hora de folga;

IV - A compensação do Banco de Horas, prevista neste regulamento, deverá obrigatoriamente ocorrer em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a execução das horas excedentes, extrapolando este prazo estarão prescritas, sob pena de responsabilização do Secretário da Pasta onde o servidor execute as suas funções ou onde executava quando realizou o serviço.

§ 2º Quando da necessidade de transferência do servidor para outro setor do município ou outra Secretaria, as respectivas horas contabilizadas no seu Banco de Horas, deverão ser zeradas.

§ 3º Quando do gozo do direito de compensação do banco de horas, o servidor garantirá o direito ao recebimento do vale alimentação.

Art. 9º. Quando constatada a habitualidade de atrasos, estes serão somados e descontados na folha de pagamento sob a rubrica desconto horas atraso.

Art. 10. É vedado faltar ao trabalho, sem prévia comunicação e autorização, para posterior compensação das faltas no Banco de Horas.

Art. 11. As horas folgas serão concedidas mediante solicitação prévia e escrita pelo servidor, após autorização expressa da chefia imediata, com a devida comunicação ao Departamento de Recursos Humanos para registro e controle, afim de evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos.

§ 1º Cabe à chefia imediata do servidor decidir o momento adequado para a compensação das horas creditadas no banco de horas, observado o limite de 25 (vinte e cinco) dias úteis por ano.

§ 2º É extensivo aos servidores detentores de Função de Confiança e Função Gratificada a compensação das horas, devidamente registradas no Banco de Horas.

Art. 12. Em caso de exoneração e/ou rescisão do contrato de trabalho, as horas constantes do Banco de Horas serão convertidas em pecúnia com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) no valor da hora normal.

Art. 13. A frequência será apurada do 21º dia do mês até o 20º dia do mês subsequente.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 03 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Recurso Administrativo Nº 001/2014Tp009

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2014

JULGAMENTO RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2014TP009

A empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA., apresentou RECURSO ADMINISTRATIVO quanto a decisão da comissão do processo epigrafado.

O setor de licitações encaminhou o pedido a Assessoria Jurídica desta Municipalidade, a qual opina pelo conhecimento do recurso, mas negar-lhe provimento fundamentos expostos no parecer Jurídico nº 078/2014.

Assim, acolho na íntegra o parecer jurídico acima epigrafado, e mantenho a decisão da comissão e determino prosseguimento dos trâmites legais do processo.

Informe-se as partes interessadas, publique-se e cumpra-se

Herval d'Oeste, 03 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Notificação Nº 010/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

NOTIFICAÇÃO Nº010/2014

CONTRIBUINTE: CLOVIS DAL CORTIVO-CPF-458.991.779-34

PATRICIA BEAL DARIVA CPF020.899.969-31

ENDEREÇO: FREDERICO MAYER,10 BAIRRO- FLOR DA SERRA

MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC

MATÉRIA TRIBUTÁRIA

FUNDAMENTO LEGAL:Art.1º,art.2º,§ único, VI, art.6º,II,art.9º,I,art.11 da Lei nº1042/88.Art.1º,art.2º,VI, art.5º,II,art.8º,art.10,I,art.15.§ único do Decreto 889ª/89. Art.156,II,CF/88.

PRAZO DE 20 DIAS Á PARTIR DA PUBLICAÇÃO

Município de Herval d'Oeste-SC

FISCAL SERGIO LUIZ NAGEL MAT.18

Assinado original.

Convocação Nr. 06 Amanda Luiza Ferrandin

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora AMANDA LUZIA FERRANDIN, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 064.741.129-64 provada em 85º. Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, para assumir 40hs no período matutino e vespertino No CMEI Profª Tânia Regina Piovesan Bortoluz, em substituição a Professora Rosi Maria Hilla a qual encontra-se em atestado médico por período de 30 dias, a partir de 28 de julho, ou enquanto perdurar o seu afastamento.

. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC) em 31 de julho de 2014.

Lourdes Ferreira Brandão
Secretária Municipal de Educação,
Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____

AMANDA LUZIA FERRANDIN

Portaria Nº 991/2014

PORTARIA Nº 991/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor FLÁVIO FACENDA (Matr. 582), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível - 13/1, Referência "H", 20 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 103 da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 01 de setembro de 2014 a 12 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 992/2014

PORTARIA Nº 992/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, à servidora LUIZA SALETE BALESTRIN (Matr. 75), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Saúde Pública, Nível - 8, Referência "H", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 90, seus parágrafos e conforme o previsto no Anexo II da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre Agosto de 2011 e Agosto de 2014, num percentual acumulado de 15% (quinze por cento) sobre o Salário Base.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Contrato Nº 047/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 47/2014 DE 02/09/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Mecanica Spier Ltda Me

OBJETO: Prestação de serviços de hora serviços de manutenção mecânica, elétrica, funilaria e pintura por hora trabalhada para veículos do fundo municipal de saúde Herval d' Oeste -SC.

VALOR R\$ 46.200,00 (Quarenta e seis mil e duzentos reais)

PRAZO: 31/12/2014 - prorrogáveis máximo 60 meses

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária nº Lei Orçamentária 3016/2013 de 09/12/2013.

Herval d'Oeste (SC), 02 de setembro de 2014.

Nelson Guindani - Prefeito
Varmo Spier- Pela contratada

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Pregão Presencial N° 70/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO N° 114/2014

PREGÃO PRESENCIAL N° 70/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 16 de setembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais gráficos (bloco carbonado) para atendimento da demanda de requisições de combustíveis e outros materiais.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 04 de setembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretario Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa N° 22/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO N° 113/2014

DISPENSA N° 22/2014

Objeto: locação de um imóvel para instalação dos grupos de idosos e mulheres da secretaria municipal de cultura.

Empresa: Nadir dos Santos Abreu.

Valor Total: 2.400,00

Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 04 de setembro de 2014.

Valeria Fabiana Correa Rodrigues

Secretaria Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa N° 23/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO N° 115/2014

DISPENSA N° 23/2014

Objeto: aquisição de postes telecônicos para a manutenção da praça do ginásio Olivar /Francisco Filho - Centro - Imbituba/SC.

Empresa: Reluz Comercio de Materiais Elétricos e de Decoração Ltda.

Valor Total: 4.728,00

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 04 de setembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretario Municipal

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito E Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - Zona Azul - Editais 272/2014 A 278/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria de Mobilidade Urbana de Imbituba

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – ZONA AZUL **Editais 272/2014 a 278/2014**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 272/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
INM2051	55065795E	5541/1	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ4074	55065875E	5452/2	28/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MDJ8210	55065783E	5452/2	14/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MEJ4570	55065886E	5452/2	05/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MER4306	55065742E	5452/2	24/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MHV6778	55065720E	5541/6	05/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ4169	55065889E	5541/6	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB9339	55065825E	5541/6	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW8211	55065736E	5541/6	14/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLB9683	55065774E	5452/2	10/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 273/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIE3692	55065916E	5541/6	25/07/2014	181 * XVII
MKT6780	55065833E	5541/6	24/07/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 274/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ISL1155	55065598E	5541/1	06/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKF6593	55065897E	5541/5	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 275/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BOT2611	55065927E	5541/6	31/07/2014	181 * XVII
MGK5876	55065834E	5541/6	28/07/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 276/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALX6341	55065767E	5541/5	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HCV4798	55065757E	5452/2	02/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
HLP6643	55065804E	5541/6	03/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCF0154	55065771E	5452/2	10/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MEP9487	55065755E	5452/2	02/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MEP9487	55065785E	5541/1	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 277/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IRQ5846	55065931E	5541/4	06/08/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 278/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKL3131	55065749E	5541/5	01/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ASC5960	55065787E	5541/6	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDU0614	55065821E	5541/1	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MET8353	55065756E	5452/2	02/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIO0373	55065797E	5541/6	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKI7548	55065796E	5541/1	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLG5110	55065816E	5452/2	11/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLU7062	55065815E	5452/2	11/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 27 DE AGOSTO DE 2014

Carlos Fernando Demétrio
 Diretor de Mobilidade Urbana
 Autoridade de Trânsito

Editais de Notificação por Autuação de Trânsito E Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM - Imbituba - Edital 1718/2014 A 1733/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria de Mobilidade Urbana de Imbituba/SC

Editais de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA

Editais 1718/2014 a 1733/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1718/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CVK5433	55030394E	6920/0	16/06/2014	233
CWN7411	55028950E	5010/0	21/06/2014	162 * I
DKD8353	55030397E	6920/0	16/06/2014	233
IFF3815	55030253E	6599/2	10/06/2014	230 * V
IFF3815	55030254E	5010/0	10/06/2014	162 * I
IFF3815	55030256E	6700/0	10/06/2014	230 * XVI
IRT9620	55030396E	6920/0	16/06/2014	233
LYF9632	55029781E	6610/2	18/07/2014	230 * VII
LYF9632	55029782E	6637/2	18/07/2014	230 * IX
MAP7869	55029952E	5045/0	24/06/2014	162 * V
MAP7869	55029953E	6912/0	24/06/2014	232
MAV0664	55029776E	5010/0	16/07/2014	162 * I
MAV0664	55029777E	6599/2	16/07/2014	230 * V
MAV0664	55029778E	6912/0	16/07/2014	232
MAV0664	55029779E	6637/2	16/07/2014	230 * IX
MBF9373	55029780E	6637/2	18/07/2014	230 * IX
MBK3357	55029280E	6912/0	21/06/2014	232
MBR9289	55031497E	6556/1	12/06/2014	230 * I
MBW5229	55029516E	5010/0	16/07/2014	162 * I
MCX1862	55029853E	6599/2	24/06/2014	230 * V
MDQ1584	55029277E	5010/0	21/06/2014	162 * I
MEY3197	55029970E	6912/0	18/07/2014	232
MFF0823	55029469E	6599/2	18/06/2014	230 * V
MFF0823	55029470E	6556/5	18/06/2014	230 * I
MFL8001	55030470E	6912/0	18/06/2014	232
MIH5795	55028796E	6912/0	24/06/2014	232
MJK1659	55029515E	6599/2	16/07/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTES EDITAIS.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1719/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHL7740	55696303E	5185/1	15/07/2014	167
BSF3964	55697956E	5185/1	11/07/2014	167
CJU7954	55696406E	5185/1	14/07/2014	167
HXP6528	55696910E	5185/1	16/07/2014	167
LYV3959	55696304E	5185/1	17/07/2014	167
MAR5884	55697919E	5185/1	17/07/2014	167
MBY7685	55029855E	6122/0	26/06/2014	214 * I
MDC3813	55029815E	5541/4	18/07/2014	181 * XVII
MDL3757	55029510E	5541/6	14/07/2014	181 * XVII
MDR6370	55697971E	5541/1	17/07/2014	181 * XVII
MEQ6076	55029520E	5207/0	20/07/2014	169
MER4554	55696409E	5185/1	14/07/2014	167



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MEX1656	55696404E	5541/5	14/07/2014	181 * XVII
MEX1656	55697972E	5185/1	17/07/2014	167
MFH6103	55697960E	5185/1	15/07/2014	167
MFL7949	55697959E	5185/1	15/07/2014	167
MFQ9535	55696953E	5541/1	17/07/2014	181 * XVII
MFS3784	55029279E	5207/0	21/06/2014	169
MGR8565	55696854E	7366/2	17/07/2014	252 * VI
MGZ0795	55697969E	5185/1	17/07/2014	167
MHD6665	55695755E	5185/1	15/07/2014	167
MIQ6837	55029507E	5541/1	14/07/2014	181 * XVII
MJZ5454	55029966E	5541/1	10/07/2014	181 * XVII
MKW7602	55696908E	5550/0	17/07/2014	181 * XVIII
MKZ8670	55029818E	5541/3	19/07/2014	181 * XVII
NWC0330	55030427E	5541/1	13/07/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1720/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BFM6208	55028463E	6920/0	18/03/2014	R\$ 127,69	233
CQQ7715	55032600E	6912/0	25/03/2014	R\$ 53,20	232
DJF2488	54705697E	6912/0	14/05/2014	R\$ 53,20	232
DMA3703	55032119E	6610/2	30/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IFO9609	55028752E	5010/0	15/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
IFO9609	55028753E	6599/2	15/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
IKM0906	55028759E	6912/0	21/03/2014	R\$ 53,20	232
IKM0906	55028760E	7285/0	21/03/2014	R\$ 85,12	250 * III
IKM0906	55031400E	6599/2	21/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
ILZ4021	54707138E	6599/2	23/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
IPN9806	55031625E	6599/2	21/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXF7569	55030992E	5010/0	22/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXF7569	55030993E	6599/2	22/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXR4551	55031456E	6599/2	20/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXR4551	55031457E	5010/0	20/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXR4551	55031461E	5274/1	20/03/2014	R\$ 191,53	175
LYH0071	55028470E	6920/0	21/03/2014	R\$ 127,69	233
LZO3041	55028460E	6920/0	18/03/2014	R\$ 127,69	233
MAL6893	55031387E	5010/0	15/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAL6893	55031388E	6912/0	15/03/2014	R\$ 53,20	232
MBL0580	55029246E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
MBR8949	54706282E	6599/2	27/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBR8949	54706283E	5010/0	27/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBR8949	54706285E	6602/0	27/03/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MCM3999	55028462E	6920/0	18/03/2014	R\$ 127,69	233
MCZ4631	55031628E	6599/2	25/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCZ4631	55031629E	5010/0	25/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDC5463	55028453E	6920/0	12/03/2014	R\$ 127,69	233
MDJ3526	55031386E	5169/1	13/03/2014	R\$ 1.915,38	165
MDM1343	54707942E	6599/2	27/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDU0614	55032345E	6599/2	05/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDU0614	55032346E	6912/0	05/03/2014	R\$ 53,20	232
MEA2765	55029245E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
MFG7140	55028452E	6920/0	10/03/2014	R\$ 127,69	233
MHF8037	55028467E	6920/0	19/03/2014	R\$ 127,69	233
MHV2628	55028468E	6920/0	20/03/2014	R\$ 127,69	233
MIK7923	55028758E	6610/2	15/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MIK7923	55031394E	5274/1	15/03/2014	R\$ 191,53	175
MIM6012	55031630E	5045/0	25/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJY0068	55028458E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
MJZ3416	55031397E	6599/2	21/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJZ3416	55031399E	6912/0	21/03/2014	R\$ 53,20	232
MKL7095	54707296E	5010/0	25/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKL7095	54707297E	5118/0	25/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1721/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AVF2710	55030030E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
AVF2710	55031681E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
CQQ7715	55032599E	7030/1	25/03/2014	R\$ 191,53	244 * I
CWD5522	55031463E	5452/2	25/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
FAA7221	55032148E	6050/1	28/05/2014	R\$ 191,53	208
FHL0852	55031648E	5541/1	18/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IMU9439	55028663E	5525/0	18/04/2014	R\$ 85,12	181 * XV
LXR4551	55031458E	5835/0	20/03/2014	R\$ 127,69	195
LXR4551	55031459E	5215/1	20/03/2014	R\$ 191,53	170
LXR4551	55031460E	5215/2	20/03/2014	R\$ 191,53	170
LXS1356	55030129E	5541/1	10/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAA7439	55028975E	5550/0	21/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBR8949	54706284E	5835/0	27/03/2014	R\$ 127,69	195
MIK7923	55031393E	5835/0	15/03/2014	R\$ 127,69	195
MJI6778	55028972E	5550/0	20/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJV9145	55797484D	5541/4	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJW4422	55031392E	7030/3	18/03/2014	R\$ 191,53	244 * I
MJZ3416	55031398E	7048/1	21/03/2014	R\$ 191,53	244 * II
MKB7046	55029455E	5460/0	16/05/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MKG7641	54706387E	5541/4	17/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1722/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAM8951	55029918E	6556/5	03/07/2014	230 * I
AAM8951	55030729E	6599/2	03/07/2014	230 * V
ATR5707	55031220E	6920/0	25/06/2014	233
AYC2103	55031202E	6920/0	17/06/2014	233
BSV4759	55031227E	6920/0	17/06/2014	233
CZE0373	55029978E	5045/0	22/07/2014	162 * V
CZE0373	55029979E	6912/0	22/07/2014	232
HGO1455	55030483E	5045/0	18/07/2014	162 * V
HOX3909	55029307E	5010/0	02/07/2014	162 * I
IRY4008	55031205E	6920/0	17/06/2014	233
IVY3009	55030478E	6599/2	02/07/2014	230 * V
JFH7342	55031206E	6920/0	18/06/2014	233
JXL9245	55031226E	6920/0	25/06/2014	233
LWV9191	55031218E	6920/0	23/06/2014	233
LXM2846	55029980E	5045/0	22/07/2014	162 * V
LXM2846	55029981E	6912/0	22/07/2014	232
LZJ3281	55031207E	6920/0	18/06/2014	233
MAC2730	55031211E	6920/0	17/06/2014	233
MAL4521	55696916E	6599/2	22/07/2014	230 * V
MAL4521	55696918E	6912/0	22/07/2014	232
MBN7432	55031204E	6920/0	17/06/2014	233
MBX6750	55029856E	5010/0	02/07/2014	162 * I
MBX6750	55029857E	6556/1	02/07/2014	230 * I
MCN0083	55031212E	6920/0	18/06/2014	233
MCS3129	55030489E	6912/0	22/07/2014	232



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MDJ5257	55031210E	6920/0	18/06/2014	233
MDN9014	55029530E	6610/2	23/07/2014	230 * VII
MDP2263	55029291E	6599/2	30/06/2014	230 * V
MDR5214	55031213E	6920/0	23/06/2014	233
MEE0139	55030493E	6637/2	22/07/2014	230 * IX
MEW6861	55031219E	6920/0	25/06/2014	233
MFL2852	55030255E	6637/2	30/06/2014	230 * IX
MFZ3735	55031225E	6920/0	26/06/2014	233
MGG5835	55030263E	5010/0	03/07/2014	162 * I
MGG5835	55030264E	5061/0	03/07/2014	163 c/c 162 * I
MGG9734	55031201E	6920/0	16/06/2014	233
MGO4749	55696362E	5010/0	24/07/2014	162 * I
MGO4749	55696365E	6556/4	24/07/2014	230 * I
MGY4334	55695759E	6599/2	22/07/2014	230 * V
MIA9125	55031217E	6920/0	23/06/2014	233
MIN0251	55697806E	5045/0	22/07/2014	162 * V
MJL5284	55029523E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MJL5284	55029524E	5045/0	23/07/2014	162 * V
MJP5223	55029821E	6599/2	22/07/2014	230 * V
MJP5223	55029822E	5010/0	22/07/2014	162 * I
MKK0796	55030479E	6599/2	02/07/2014	230 * V
MLE9903	55031214E	6920/0	23/06/2014	233
MLQ9313	55696807E	6912/0	22/07/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1723/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJO3832	55695801E	5452/2	07/07/2014	181 * VIII
BEM1258	55696804E	5541/1	19/07/2014	181 * XVII
CPD0634	55695823E	5185/1	24/07/2014	167
ICA5589	55029907E	5541/1	29/06/2014	181 * XVII
IRF7126	55029294E	5541/6	07/07/2014	181 * XVII
LXV4997	55697857E	5185/1	24/07/2014	167
LXV5829	55696913E	5541/5	17/07/2014	181 * XVII
MDG0566	55696256E	5185/1	23/07/2014	167
MFJ2044	55028859E	5541/1	30/06/2014	181 * XVII
MFL2852	55030257E	5185/1	30/06/2014	167
MFL2852	55030258E	5185/2	30/06/2014	167
MGO4749	55696364E	5720/0	24/07/2014	186 * I
MKQ9856	55031053E	7463/0	24/07/2014	218 * II
MLC8941	55030308E	5452/1	22/07/2014	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1724/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CYQ1283	55028921E	5169/1	14/04/2014	R\$ 1.915,38	165
JVC9065	55030465E	6912/0	11/06/2014	R\$ 53,20	232
MAA1869	55031420E	6599/2	20/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAA1869	55031421E	6912/0	20/05/2014	R\$ 53,20	232
MCR3024	55031493E	5274/1	18/05/2014	R\$ 191,53	175
MEE0139	55848333C	6912/0	28/04/2014	R\$ 53,20	232
MHC5915	55029459E	6610/2	21/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MHV8552	55030372E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233
MKK5388	55031620E	5045/0	21/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKK5388	55031621E	6912/0	21/03/2014	R\$ 53,20	232
MKW7602	55030368E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1725/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFE1177	55030599E	5460/0	26/02/2014	R\$ 85,12	181 * IX
IJS0320	54707961E	5541/1	01/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IPY8057	55031670E	5550/0	29/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
ISF0568	55030929E	5550/0	10/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
ISW5318	55031344E	5550/0	01/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
ITM0219	55030230E	5525/0	08/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV
ITQ4201	55031897E	5541/1	27/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IVA0848	55031348E	6564/0	01/03/2014	R\$ 191,53	230 * II
JAF1906	55028734E	5525/0	03/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV
JAW1213	55030840E	5525/0	06/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MCW4545	55028765E	5541/1	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGL9054	55030228E	5550/0	08/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1726/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMZ1101	55029070E	6599/2	04/07/2014	230 * V
BGP5112	55696907E	5169/1	11/07/2014	165
CEK5493	55031224E	6920/0	25/06/2014	233
DYT4918	55696370E	5045/0	28/07/2014	162 * V
DYT4918	55696371E	6599/2	28/07/2014	230 * V
EEW0694	55031216E	6920/0	20/06/2014	233
FGX0905	55030268E	5010/0	08/07/2014	162 * I
FGX0905	55030269E	6912/0	08/07/2014	232
FGX0905	55030271E	6637/1	08/07/2014	230 * IX
FGX0905	55030272E	6637/2	08/07/2014	230 * IX
IPV5572	55695751E	6599/2	08/07/2014	230 * V
IPV5572	55695752E	6637/1	08/07/2014	230 * IX
JFP8175	55696802E	5010/0	15/07/2014	162 * I
JFP8175	55696803E	5118/0	15/07/2014	164 c/c 162 * I
LXP7784	55029299E	6599/2	08/07/2014	230 * V
LXP7784	55029300E	6637/2	08/07/2014	230 * IX
LXP7784	55029503E	6610/2	08/07/2014	230 * VII
LXR8893	55029504E	5010/0	12/07/2014	162 * I
LXZ0835	55029308E	5010/0	06/07/2014	162 * I
LYQ7725	55031124E	6653/2	29/07/2014	230 * XI
LZS4965	55029963E	6912/0	06/07/2014	232
MAF6085	55029784E	6912/0	29/07/2014	232
MAY4458	55029861E	5010/0	10/07/2014	162 * I
MAY4458	55029862E	6599/2	10/07/2014	230 * V
MAY4458	55029863E	6769/1	10/07/2014	230 * XXII
MBN6881	55029525E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MBN6881	55029526E	5045/0	23/07/2014	162 * V
MBN6881	55029528E	6556/1	23/07/2014	230 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MBZ6324	55031118E	5010/0	08/07/2014	162 * I
MCF6143	55029912E	6653/1	04/07/2014	230 * XI
MCF6143	55029913E	6599/2	04/07/2014	230 * V
MDD3544	55029758E	6610/2	06/07/2014	230 * VII
MDD3544	55029762E	6912/0	06/07/2014	232
MDD3544	55029763E	6637/2	06/07/2014	230 * IX
MDP4556	55696920E	5045/0	30/07/2014	162 * V
MEA1165	55031108E	5010/0	04/07/2014	162 * I
MEK9993	55029982E	6912/0	26/07/2014	232
MEW0563	55695828E	6599/2	30/07/2014	230 * V
MEW0563	55696864E	6912/0	30/07/2014	232
MFL0566	55030416E	5010/0	05/07/2014	162 * I
MFL0566	55030417E	6912/0	05/07/2014	232
MGT9670	55031109E	6653/2	05/07/2014	230 * XI
MHP2469	55030259E	6599/2	03/07/2014	230 * V
MHP2469	55030260E	6653/1	03/07/2014	230 * XI
MHU7185	55029519E	5169/1	19/07/2014	165
MHU9699	55030735E	6599/2	27/07/2014	230 * V
MHU9699	55030736E	6637/2	27/07/2014	230 * IX
MHX8599	55697986E	6599/2	29/07/2014	230 * V
MJR0910	55029292E	6599/2	04/07/2014	230 * V
MLF8493	55029297E	5045/0	07/07/2014	162 * V
MMM4377	55696402E	6700/0	09/07/2014	230 * XVI
NHD6259	55029969E	5010/0	11/07/2014	162 * I
NWD6632	55697807E	5045/0	22/07/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1727/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMZ1101	55029911E	5460/0	04/07/2014	181 * IX
BGF1880	55695820E	5185/2	22/07/2014	167
CNS1661	55696905E	5185/1	10/07/2014	167
CYZ7224	55696422E	5185/1	31/07/2014	167
FGX0905	55030270E	5835/0	08/07/2014	195
IIK2194	55697854E	7366/2	23/07/2014	252 * VI
IQQ9331	55029825E	5622/2	26/07/2014	182 * VI
IXA2626	55030309E	5436/0	25/07/2014	181 * VI
LSR2178	55029803E	5541/1	10/07/2014	181 * XVII
LYH5821	54704791E	7463/0	30/07/2014	218 * II
LYH5821	55029802E	5509/0	10/07/2014	181 * XIII
MAM8551	54704784E	7455/0	30/07/2014	218 * I
MAR5884	55697993E	5185/1	31/07/2014	167
MCB8883	55697983E	5185/1	25/07/2014	167
MCF6143	55029914E	7056/1	04/07/2014	244 * III
MCF6143	55029915E	6050/2	04/07/2014	208
MCF6143	55029916E	5215/2	04/07/2014	170
MDD3544	55029759E	5835/0	06/07/2014	195
MDD3544	55029760E	5215/2	06/07/2014	170
MDD3544	55029761E	6076/0	06/07/2014	210
MEC1306	55695760E	5185/1	25/07/2014	167
MEC1306	55697863E	5185/1	26/07/2014	167
MEJ5274	55696269E	5185/1	31/07/2014	167
MFC1413	55029296E	5541/4	07/07/2014	181 * XVII
MFC3132	55696860E	5541/1	26/07/2014	181 * XVII
MFL6066	55696310E	5185/1	25/07/2014	167
MFL7949	55696316E	5185/1	28/07/2014	167
MFN5694	55032725E	7455/0	30/07/2014	218 * I
MGQ2747	54707642E	5541/1	25/07/2014	181 * XVII
MHK3648	54704796E	7455/0	30/07/2014	218 * I
MHQ0781	55031123E	5541/1	29/07/2014	181 * XVII
MHR3492	55028598E	5541/4	06/06/2014	181 * XVII
MHX0254	55697851E	7366/2	08/07/2014	252 * VI
MIJ6197	54704785E	7463/0	30/07/2014	218 * II



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MIM0826	55696321E	5541/1	30/07/2014	181 * XVII
MIQ7008	55697860E	5185/1	25/07/2014	167
MIS4605	55696263E	5541/4	25/07/2014	181 * XVII
MIS9741	55697801E	5541/1	07/07/2014	181 * XVII
MIX0642	55032724E	7455/0	30/07/2014	218 * I
MIX4647	55697935E	5185/1	30/07/2014	167
MJC4223	55029295E	5541/6	07/07/2014	181 * XVII
MJI6944	55697869E	7366/2	31/07/2014	252 * VI
MJY7499	54704793E	7455/0	30/07/2014	218 * I
MKE5708	55696251E	5541/6	07/07/2014	181 * XVII
MKQ3205	55030730E	6050/1	03/07/2014	208
MLN8008	55029073E	5509/0	08/07/2014	181 * XIII
MMJ9924	55029801E	5541/1	10/07/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1728/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHP4896	55029461E	6610/2	30/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII
AIY5078	55029460E	6610/2	26/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII
AKX8152	55028907E	5274/1	02/04/2014	R\$ 191,53	175
AKX8152	55028909E	5010/0	02/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
ALB5737	54706293E	5045/0	01/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
CCR0741	55028491E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233
HOR5475	55028820E	5010/0	16/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
HOR5475	55028821E	6599/2	16/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
IBD3029	55031636E	6912/0	16/04/2014	R\$ 53,20	232
IDM8505	55031464E	5010/0	31/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
IFO9609	55030994E	5010/0	28/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
INC1486	54707141E	5010/0	04/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
IRI8025	55030386E	6920/0	06/06/2014	R\$ 127,69	233
KVE2605	55029230E	6920/0	29/04/2014	R\$ 127,69	233
MAK2052	55028489E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MAN0622	55028478E	6920/0	25/03/2014	R\$ 127,69	233
MAZ3737	55028588E	6599/2	25/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBF1721	55031641E	6599/2	17/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBT1966	54707947E	6556/1	30/03/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBT1966	54707948E	5010/0	30/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBT3597	55028813E	6912/0	12/04/2014	R\$ 53,20	232
MCY5459	55030382E	6920/0	06/06/2014	R\$ 127,69	233
MDH2841	55030145E	6599/2	10/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDH9323	55031494E	5010/0	29/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDL8611	54705899E	6599/2	01/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDO0427	55797486D	6912/0	27/05/2014	R\$ 53,20	232
MDW5632	55031468E	5010/0	09/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDW5632	55031470E	5061/0	09/04/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDW9237	54108246D	6653/2	17/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MDW9237	54108247D	6670/0	17/06/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MEA9321	55030643E	6653/1	28/03/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MEJ1073	55031462E	5010/0	08/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEJ1073	55031467E	6653/1	08/04/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MEJ8877	55028904E	6556/4	02/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEJ8877	55028905E	6556/1	02/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEN7085	55030141E	6912/0	10/04/2014	R\$ 53,20	232
MEN9240	54706294E	5274/1	04/04/2014	R\$ 191,53	175
MEN9240	54706296E	7340/0	04/04/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MET0252	55032127E	5010/0	02/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEV9212	54707946E	6556/1	20/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
MFL2543	54706300E	6637/2	13/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFL2543	54707142E	6556/1	13/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
MFL2543	54707143E	6912/0	13/04/2014	R\$ 53,20	232
MFx8580	55030387E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MGK0382	55028931E	6912/0	23/05/2014	R\$ 53,20	232
MHB2351	55028802E	6912/0	31/03/2014	R\$ 53,20	232



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MHY8941	54107753D	6599/2	20/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIK7923	55030995E	6599/2	28/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIK7923	55030996E	5010/0	28/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIK7923	55030997E	6610/2	28/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MIM7206	55028801E	6599/2	31/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIM7206	55030650E	5010/0	31/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIN7149	55032564E	5010/0	07/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJE5822	55028764E	5010/0	11/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJK5844	55030999E	6653/1	31/03/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MJQ6275	55030143E	5045/0	10/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKL5898	55678734C	5169/1	01/05/2014	R\$ 1.915,38	165
MKV6960	55028810E	5010/0	09/04/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1729/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKX8152	55028908E	5835/0	02/04/2014	R\$ 127,69	195
ATZ1012	55030631E	5460/0	19/03/2014	R\$ 85,12	181 * IX
IJR0510	55028842E	5525/0	19/04/2014	R\$ 85,12	181 * XV
ING9332	54707987E	5541/4	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IOV8716	55028524E	5541/1	02/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IPK1450	55030607E	5436/0	26/02/2014	R\$ 85,12	181 * VI
IPX9083	55030659E	6564/0	12/02/2014	R\$ 191,53	230 * II
IQJ8236	54707107E	5541/4	26/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCL5333	55028932E	5541/1	24/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDF6772	55032118E	6530/0	30/03/2014	R\$ 127,69	228
MDW5632	55031469E	5207/0	09/04/2014	R\$ 53,20	169
MEB0604	55030148E	5541/4	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEN9240	54706295E	7056/1	04/04/2014	R\$ 191,53	244 * III
MGK0382	55028930E	5207/0	23/05/2014	R\$ 53,20	169
MGK7891	55030139E	5835/0	02/04/2014	R\$ 127,69	195
MGH8882	55028693E	5525/0	19/04/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MGH9038	55029034E	5550/0	19/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIT3941	54707986E	5541/4	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJQ7276	55030140E	5835/0	02/04/2014	R\$ 127,69	195
MLO3901	55029043E	5185/1	20/04/2014	R\$ 127,69	167
MLX1955	55029036E	5525/0	19/04/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MMF1982	54707995E	5541/1	18/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM2674	54705840E	5550/0	26/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1730/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOB0808	55028862E	6599/2	13/07/2014	230 * V
CNX9677	55029775E	6637/2	16/07/2014	230 * IX
DGE7013	55695833E	5029/2	01/08/2014	162 * II
DGE7013	55695855E	6599/2	01/08/2014	230 * V
MAA2214	55797488D	5169/1	02/08/2014	165
MAK7570	55029771E	5169/1	13/07/2014	165
MAK7570	55029772E	6637/2	13/07/2014	230 * IX
MBX4299	55031429E	6556/1	09/07/2014	230 * I
MBX4299	55031430E	6408/0	09/07/2014	221
MCK4189	55030482E	5010/0	18/07/2014	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MCP0701	54707638E	6599/2	13/07/2014	230 * V
MCP0701	54707639E	5010/0	13/07/2014	162 * I
MCT4776	55029517E	5010/0	19/07/2014	162 * I
MCZ8955	55029518E	6602/0	19/07/2014	230 * VI
MEI4406	55697963E	6700/0	16/07/2014	230 * XVI
MEO3450	55031122E	6599/2	12/07/2014	230 * V
MES2467	55030731E	5045/0	08/07/2014	162 * V
MEV7755	55029769E	6556/1	13/07/2014	230 * I
MEY3197	55695765E	5045/0	06/08/2014	162 * V
MFE9952	55696764E	6599/2	06/08/2014	230 * V
MFE9952	55696765E	5029/2	06/08/2014	162 * II
MGD9478	55695911E	5010/0	07/08/2014	162 * I
MGD9478	55695912E	6599/2	07/08/2014	230 * V
MGY3466	55029868E	5010/0	10/07/2014	162 * I
MIK4263	55029819E	6599/2	19/07/2014	230 * V
MMF6462	55029976E	5010/0	20/07/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1731/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKL3131	55697906E	5185/1	15/07/2014	167
AMQ5692	55695812E	5185/1	16/07/2014	167
CIU4924	55697902E	5185/1	11/07/2014	167
DIQ5206	54704787E	7455/0	30/07/2014	218 * I
DLA7228	55029768E	5185/1	11/07/2014	167
GYJ9988	55697853E	5185/1	17/07/2014	167
IEV9599	55695837E	5185/1	05/08/2014	167
MAK7570	55029773E	5185/1	13/07/2014	167
MAK7570	55029774E	6858/0	13/07/2014	231 * VII
MAX3035	55695756E	7366/2	16/07/2014	252 * VI
MDI6999	55697852E	5185/1	16/07/2014	167
MDL6689	55695841E	7463/0	05/08/2014	218 * II
MDR3391	55695753E	5185/1	10/07/2014	167
MDR3391	55697903E	5185/1	15/07/2014	167
MEI4406	55030428E	6530/0	13/07/2014	228
MER7764	55697912E	5185/1	16/07/2014	167
MER7764	55697965E	5835/0	16/07/2014	195
MEV7755	55029770E	5835/0	13/07/2014	195
MEV9415	55695814E	5185/1	18/07/2014	167
MFE2753	55697909E	5835/0	16/07/2014	195
MFM0273	55695805E	5452/2	14/07/2014	181 * VIII
MFM3560	55696414E	5185/1	16/07/2014	167
MHG3616	55695802E	5185/1	11/07/2014	167
MHG3616	55696403E	5185/2	11/07/2014	167
MHT3439	55697948E	5185/1	31/07/2014	167
MHW5565	55029813E	5541/4	14/07/2014	181 * XVII
MII9376	55696324E	7366/2	01/08/2014	252 * VI
MIY4936	55697995E	5185/1	31/07/2014	167
MJK7227	55029814E	5509/0	14/07/2014	181 * XIII
MJZ8189	55696413E	5185/1	16/07/2014	167
MKC3398	55695844E	7463/0	05/08/2014	218 * II
MKI4809	55030425E	5541/1	13/07/2014	181 * XVII
MKV3758	55696434E	7455/0	05/08/2014	218 * I
MKX5772	55697961E	5185/1	16/07/2014	167
MLR1920	55030421E	5541/1	13/07/2014	181 * XVII
MMA2501	55696861E	5541/1	26/07/2014	181 * XVII
MMK4224	55696853E	5185/1	16/07/2014	167
QHC0755	55695901E	7366/2	05/08/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1732/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJX9067	55029063E	6556/1	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
IJX9067	55029068E	6556/4	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
LXC0749	55032140E	6599/2	18/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXC0749	55032141E	5010/0	18/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCI2911	55029102E	6599/2	24/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCI2911	55029103E	5010/0	24/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDG4606	55031499E	6599/2	25/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDG4606	55031500E	5010/0	25/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDZ6177	55028991E	6912/0	25/04/2014	R\$ 53,20	232
MEJ3972	55028822E	5010/0	15/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFV5910	55028787E	6912/0	31/05/2014	R\$ 53,20	232
MGV3348	55028988E	6912/0	25/04/2014	R\$ 53,20	232
MLI0138	55031638E	5010/0	16/04/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1733/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AID8064	55028956E	5525/0	20/04/2014	R\$ 85,12	181 * XV
HHF2135	55028828E	5541/1	19/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ISY3955	55028840E	5525/0	19/04/2014	R\$ 85,12	181 * XV
IWP0753	55028969E	5525/0	20/04/2014	R\$ 85,12	181 * XV
LXR0970	54705836E	5541/1	26/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAJ9935	55028849E	5541/4	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFV5910	55028788E	5525/0	31/05/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MGR2950	55678731C	5835/0	26/04/2014	R\$ 127,69	195
MGR2950	55678733C	7030/1	26/04/2014	R\$ 191,53	244 * I
MGW2479	55028669E	5541/1	18/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI4774	55029144E	5541/3	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJR1347	55029149E	5460/0	05/06/2014	R\$ 85,12	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 27 DE AGOSTO DE 2014

Carlos Fernando Demétrio
 Diretor de Mobilidade Urbana
 Autoridade de Trânsito

Iomerê**PREFEITURA****Portaria 2392/2014**

PORTARIA Nº 2392 DE 29 DE AGOSTO DE 2014
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor SERGIO BUFFON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2013 a 02/01/2014 a contar de 01/09/2014 a 30/09/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 29 de agosto de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Portaria 2393/2014

PORTARIA Nº 2393 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor LEANDRO JOSE STEFANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/02/2013 a 19/02/2014 a contar de 08/09/2014 a 07/10/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de setembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****Portaria Nº.300/2014 de 02 de Setembro de 2.014.**

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A VILMA LANG, matrículas 513-4, Licença Prêmio de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2008 a 2013 e gozo de 02/09/2014 a 01/10/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 02 de Setembro de 2014.

Ipumirim - SC, 02 de Setembro de 2.014.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

Irineópolis

PREFEITURA

Portaria N º 417/2014

PORTARIA N º 417/2014.

“DISPENSA A PEDIDO SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - Dispensar a pedido, a servidora MARGARETE TKACZ CHAVES das atividades de Professora ACT (20h/sem), para as quais foi contratada em data de 03/02/2014, através da Portaria n º 070/2014, com alterações dadas pelas Portarias nºs. 198 e 334/2014.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N º 419/2014

PORTARIA N º. 419/2014.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA DO QUADRO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade, no período de 01/09/2014 a 29/12/2014, à servidora ELAINE BURJARKA ESTRIZER ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal Estatutário da Administração Direta do Município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N º 420/2014

PORTARIA N º. 420/2014.

NOMEIA SERVIDORA SOB O REGIME DA CLT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe a Lei Complementar 035/2007 de 19/12/2007 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar nº035/07 de 19/12/2007, ROSILDA CRISTINA REGERT, nascida em 06/10/1961, portadora do CPF n º 702.234.679-87, RG. n 5.021.217-3 SESP/PR, para exercer o cargo de ENFERMEIRA (ESF) (40/sem), do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n º 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N º 421/2014

PORTARIA N º. 421/2014.

NOMEIA SERVIDORA SOB O REGIME DA CLT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe a Lei Complementar 035/2007 de 19/12/2007 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar nº035/07 de 19/12/2007, ARIADNE BARBOSA, nascida em 19/11/1990, portadora do CPF n º 075.603.419-18, RG. n 5.560.174 SESPD/SC, para exercer o cargo de ENFERMEIRA (ESF) (40/sem), do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n º 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N º 422/2014

PORTARIA N º. 422/2014.

NOMEIA SERVIDORA SOB O REGIME DA CLT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe a Lei Complementar 035/2007 de 19/12/2007 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar nº035/07 de 19/12/2007, JUCELIA DE CASTRO PARRA, nascida em 29/10/1977, portadora do CPF n º 028.869.809-80, RG. n 3.991.132 SESP/SC, para exercer o cargo de Agente de Combate a Dengue (40/sem), do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n º 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 423/2014

PORTARIA N º. 423/2014.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR sob o regime de trabalho estatutário MARGARETE TKACZ CHAVES, nascida em 25/01/1974, portadora do CPF n º 017.670.919-31, RG. nº 3.247.164, SSP/SC, para exercer o cargo de Professora de Séries Iniciais (20h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 424/2014

PORTARIA N º. 424/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso VI, letra "b" da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR MEIRY DIANE DA SILVA nascida em 20/04/1995, portadora do CPF n º 097.810.619-95 RG. n º 11.036.146-7 SESP/PR, para no período de 01/09/2014 a 31/12/2014, exercer as de atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo, Edital n º 004/2013, homologado em 23/10/2013 e Contrato de Trabalho Temporário nº022/2014, para atuar junto a Prefeitura Municipal de Irineópolis, visando suprir necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 425/2014

PORTARIA N º. 425/2014.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR sob o regime de trabalho estatutário DANIELA APARECIDA FRITZEN, nascida em 05/04/1987, portadora do CPF n º 050.814.489-23, RG. nº 3.496.056, SESP/SC, para exercer o cargo de ENFERMEIRA (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 426/2014

PORTARIA N º. 426/2014.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR sob o regime de trabalho estatutário JOÃO MARCOS LOHSE, nascido em 02/02/1985, portador do CPF n º 054.997.829-11, RG. n º 4.917.970-5, SESP/SC, para exercer o cargo de MOTORISTA (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação 54/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 54/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2014

REGISTRO DE PEÇOS

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda. - EPP.

Irineópolis, 03 de setembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro Nº 58/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 58/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda. - EPP.

Objeto: Aquisição de cestas básicas para fornecimento no programa "Cidade Limpa e Solidária", decreto nº 2.598 de 03 de junho de 2014, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 77.400,00 (setenta e sete mil e quatrocentos reais)

Vigência - 03/09/2014 a 31/12/2014

Base Legal - Processo Licitatório 54/2014 - Pregão Presencial para Registro de Preços nº.39/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS**Aviso de Licitação Nº 11/2014**

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIÓPOLIS/SC. Processo Licitatório nº 11/2014; Pregão Presencial nº 05/2014;

Objeto: Contratação de serviços especializados em segurança do trabalho para elaboração do Projeto de PPCI (Plano de Prevenção e Combate à incêndio) no Prédio da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC, atendendo as determinações da Lei Nº 16157 de 07/11/2013, na sua forma completa ou simplificada, de acordo com o uso/ocupação, a classificação e a atividade desenvolvida na edificação. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 17 de setembro de 2014; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 17 de setembro de 2014 na Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Avenida Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fone 047 3652 1787 ou no site www.itaipolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 03/09/2014,
Liandra Teresinha Koppe
Administradora Hospitalar.

Itapiranga**PREFEITURA****Extrato do Distrato de Emprego Publico Nº 08/2014/
RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO DE EMPREGO PUBLICO Nº 08/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e EDERSON SCHMITZ.
OBJETO: Distrato do Contrato de Emprego Público nº 020/2011/
RH de 18/08/2011, como Motorista Socorrista.

Itapiranga - SC.01 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá**PREFEITURA****Ata de Sessão Pública - Convite Nº 23/2014**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	03/09/2014	Horário: 09h:00m
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 23/2013 Nº 109/2013

OBJETO:

Contratação de empresa de para prestação de serviços do Plano de Transporte Público Coletivo da Cidade de Itapoá e elaboração dos estudos pertinentes a confecção de minuta de edital de licitação para os serviços de transporte público de passageiros no modo rodoviário urbano, do Município de Itapoá SC, conforme Termo de referência parte integrante deste edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Exatamente as 09h:00m, a fim de julgar e analisar as propostas de preço das empresas habilitadas: PROCIDADES CONSULTORIA EM PLANEJAMENTO URBANO S/S, CNPJ/MF: 07.396.817/0001-70 e ETTL ENG. DE TRANSPORTE, TRÁFEGO E LOGÍSTICA LTDA, CNPJ/MF: 01.459.820/0001-09. Seguindo todos os procedimentos e abertos os envelopes de proposta foram achados conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor Total
ETTL ENG. DE TRANSPORTE, TRÁFEGO E LOGÍSTICA LTDA	R\$ 65.000,00
PROCIDADES CONSULTORIA EM PLANEJAMENTO URBANO S/S	R\$ 68.850,00

Portanto a empresa ETTL ENG. DE TRANSPORTE, TRÁFEGO E LOGÍSTICA LTDA foi vencedora com o valor total de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 74.883,00 (setenta e quatro mil oitocentos e oitenta e três reais). A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SOLAMIR COELHO MEMBRO	

Decreto Municipal Nº 2264/2014 - Institui E Nomeia Comissão Sindicante Para Apuração de Irregularidades, Nos Termos do Título V, do Capítulo V da Lei 076/2001, E Dá Outras Providências.

DECRETO MUNICIPAL NO2264/2014

Data: 01 de setembro de 2014.

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE PARA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES, NOS TERMOS DO TÍTULO V, DO CAPÍTULO V DA LEI 76/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 76/2001;
Considerando CI nº 233/2014, da Procuradoria Municipal, e;

DECRETA

Art.1º Fica instituída a Comissão Sindicante, nos termos da Lei Municipal nº 076/01, de 24 de dezembro de 2001, para apreciação do Processo nº 24/2014, que será constituída pelos seguintes servidores:

(a) Sandra Regina Fernandes da Silva
... Presidente

(b) Adalberto Geraldo Lupatelli
.... Membro

(c) Wilmara Jaqueline Madeira Pitta
.....Membro

§ 1º Caberá à Comissão a apuração de responsabilidade do servidor, referente a não cobrança de dívida contida na ação Procedimento Ordinário/IPTU - autos 0300488-58.2014.8.240126, parte integrante do Processo 24/2014.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

§ 3º A Sindicância deverá apurar os fatos no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.

§ 4º Após conclusão da sindicância e cumprido o estabelecido na Lei Municipal 076/01, se necessário, dará seguimento aos trabalhos através de Processo Administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de setembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2265/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação.

DECRETO MUNICIPAL NO2265/2014

Data: 02 de setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 6º, inciso V, da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014 e considerando CI 93/14, da Divisão de Orçamento,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 36.540,00 (trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme segue:
Suplementação

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

278120016.2032 Incentivo à Prática Desportiva de Para-atletas nas Diversas Modalidades e de Outras Atividades Físicas

33390 Aplicações Diretas (533) DR 22408
..... R\$ 36.450,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2266/2014 - Convoca A VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança E Adolescente de Itapoá E Dá Outras Providências.

DECRETO MUNICIPAL NO2266/2014

Data: 02 de setembro de 2014.

CONVOCA A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPOÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e considerando RESOLUÇÃO CMDCA nº 002/2014, de 26 de agosto de 2014 e, Ofício CMDCA nº 005/2014, de 01 de setembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Fica convocada a VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapoá, com o tema: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - fortalecendo os conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente", a ser realizada no dia 03 de dezembro de 2014, das 8:00h as 17:00h, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá, situada na Rua Mariana Michels Borges, 1115 - Itapema do Norte - Itapoá/SC.

Art. 2º Fica instituída e nomeada a Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapoá, composta por:

1. Cenita Schizzi Dani
2. Janayna Gomes Silvino
3. Marlene Amâncio

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2267/2014 - Aprova A Instrução Normativa Controladoria Interna Nº 006/2014, Que Regulamenta As Solicitações de Diárias No Poder Executivo Municipale instituo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itapoá - Ipesi.

DECRETO MUNICIPAL NO2267/2014

Data: 02 de setembro de 2014.

APROVA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONTROLADORIA INTERNA - CI Nº 006/2014, QUE REGULAMENTA AS SOLICITAÇÕES E PRESTAÇÕES DE CONTAS DE DIÁRIAS, NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - IPESI.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e considerando CI Nº 062/2014 da Controladoria Interna Municipal,

DECRETA

Art.1º Fica aprovada a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/2014, de 29 de agosto de 2014, da Controladoria Interna Municipal, que regulamenta as solicitações e prestações de contas de diárias no Poder Executivo Municipal e Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itapoá - IPESI.

Art. 2º A Instrução Normativa nº 006/2014, da controladoria Interna Municipal, é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA CI Nº 006/2014

Data: 29 de agosto de 2014

REGULAMENTA AS SOLICITAÇÕES E PRESTAÇÕES DE CONTAS DE DIÁRIAS NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - IPESI.

A Controladoria Interna, no uso de suas atribuições legais conferidas pela lei Complementar Municipal nº 008/04 de 31 de março de 2004, Lei Complementar Municipal nº 009/2005 de 19 de agosto de 2005, e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 4320 e Instrução Normativa N.TC-14/12/, 15/12 e 17/13;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, uniformizar, padronizar e esclarecer os procedimentos relativos à concessão de diárias resolve:

Unidade Responsável: Departamento Financeiro

I - FINALIDADE

Dispõe sobre as rotinas e os procedimentos para concessão de diárias a servidores, agentes políticos, diretor executivo do IPESI, conselheiros municipais e conselheiros tutelares da administração pública do Município de Itapoá - SC.

II - CONCEITOS

Diária, valor concedido a servidores, agentes políticos, diretor executivo do IPESI, conselheiros municipais e conselheiros tutelares para custear despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, quando em serviço do interesse público fora do Município.

III - ABRANGÊNCIA

A presente instrução normativa abrange o Poder Executivo, e Instituto de Previdência - IPESI.

IV - BASE LEGAL

A presente instrução normativa tem como base legal as seguintes legislações, Lei Federal nº 4.320/64, Instrução Normativa N.TC-14/12/, 15/12 e 17/13, Lei Municipal nº 076/2001, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itapoá, Art. 54 e Lei Municipal nº. 152/2003 e Decreto Municipal nº. 1886/2013, de 24 de abril de 2013 que fixa valores de diárias, nos termos do art. 54, da Lei Municipal nº 076/2001.

V - PROCEDIMENTOS

1- Das Diárias

1.1 - A diária é devida a cada período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento, tomando como base inicial e final para contagem dos dias a hora da partida e hora de chegada na sede

respectivamente.

1.2 - Nos casos em que o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizado sua prorrogação, o servidor, agente político, diretor e conselheiros terão direito as diárias correspondente ao período prorrogado;

1.3 - Para atender o item acima, cabe ao Secretário (a) da pasta analisar e autorizar a necessidade de a solicitação ser diária;

1.4 - Compete ao superior hierárquico do servidor glossar pedido de diárias não fundamentado;

1.5 - As diárias serão concedidas de acordo com o estabelecido no Decreto Municipal nº 1886/2013 e anexo I desta Instrução Normativa.

2- Da Solicitação de Diárias

2.1 - As solicitações de diárias terão que ser feitas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;

2.2 - Havendo a necessidade de solicitar diárias em caráter de urgência, fora do prazo do item acima, deverá acompanhar a solicitação, uma justificativa fundamentada, que será analisada pelo ordenador de despesa, ao contrário, o pedido será devolvido;

2.3 - As solicitações de diárias deverão ser autorizadas pelo Secretário (a) da pasta que o servidor ou conselheiro estiver lotado, no caso do Fundo de Previdência, pelo diretor.

2.4 - Após ser protocolado na Divisão de Compras - Departamento de Administração, para o devido empenhamento, a solicitação será encaminhada ao ordenador de despesa, que aprovará e encaminhará para efetivação do empenho, liquidação e pagamento;

2.5 - A solicitação de diária deverá ser preenchida de acordo com o anexo I desta Instrução Normativa;

2.6 - Deverá também acompanhar a solicitação de diária, cópia de comprovante da programação do evento, como convite, folder, informativos, e nos demais casos, a justificativa e objetivo do deslocamento.

4 - Da Prestação de Contas de Diárias

4.1 - O servidor, agente político e conselheiros terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis após o término das diárias para fazer a prestação de contas;

4.2 - O beneficiário deve comprovar a efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, mediante apresentação de um dos documentos comprobatórios de cada um dos incisos abaixo, que deverão ser apresentados juntamente com o Anexo II;

I - Comprovações do deslocamento:

a) ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;

b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;

c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II - Comprovações da estada no local de destino;

a) nota fiscal de hospedagem;

b) nota fiscal de alimentação;

c) nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;

d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III - Comprovações do cumprimento do objeto da viagem:

a) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;

b) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;

c) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

4.3 - Na hipótese de não se realizar a viagem ou retornar à sede em prazo menor do que o previsto para seu afastamento deverá devolver o valor recebido em excesso ou não utilizado no período de 5 (cinco) dias úteis;

4.4 - A devolução quando for o caso, será realizada em conta específica e deverá ser apresentada junto ao Departamento de

Finanças da Prefeitura Municipal de Itapoá, cópia do comprovante de depósito bancário.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 6 - Os servidores que não prestarem contas de diárias, em conformidade com esta Instrução Normativa, deverão ressarcir os valores aos cofres públicos, através de desconto em folha de pagamento, em conformidade com Art. 54 § 3º e §4 da Lei Municipal nº 076/01 Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itapoá;
- 6.1 - Os conselheiros municipais e tutelares terão direito a diárias quando houver a necessidade justificada a fim de atender assuntos relevantes a Administração;
- 6.2 - Anexo I desta Instrução Normativa formulário de pedido de diária;
- 6.3 - Anexo II desta Instrução Normativa formulário para prestação de contas de Diárias;
- 6.4 - Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapoá - SC, 29 de agosto de 2014.

NEIDE TEREZINHA BECHER LUPATELLI
CONTROLADORA GERAL

MARIA IZABEL BLANSKI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL
ANEXO I

PEDIDO DE DIÁRIA

NOME:	
SECRETARIA	
CARGO OU FUNÇÃO	
MATRÍCULA	
DATA PARTIDA	
DATA CHEGADA	
HORA PARTIDA	
HORA CHEGADA	
TRANSPORTE UTILIZADO	
DESTINO	
QUILOMETRAGEM	
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Em cumprimento ao art. 19 da Instrução Normativa TC14/2012 alterado pela Inst. Normat. TC17/2013, inciso I, alínea a e IN CI nº 06/14. - O servidor acima citado, está autorizado ao uso do veículo oficial. Eu, Servidor, abaixo-assinado autorizo o poder executivo descontar em minha folha de pagamento o valor desta diária, caso não apresente os documentos comprobatórios no prazo de 05(cinco)dias, da data de chegada.	
DIÁRIA (S) INTEIRA (S) NO TOTAL - R\$	
1/2 DIÁRIA NO (2)	R\$
TOTAL A EMPENHAR	R\$

ITAPOÁ, SC.

DATA			
------	--	--	--

Autorizado,

Servidor

Superior Imediato

ANEXO II

COMPROVANTE DE VIAGEM OU DEVOLUÇÃO DE DIÁRIA

NOME:	
SECRETARIA	
CARGO OU FUNÇÃO	
MATRÍCULA	
Em cumprimento a Instrução Normativa nº 06/2014 estou anexando a presente os comprovantes abaixo discriminados abaixo, referente a diárias dos dias _____.	
Item I -	
Item II-	
Item III-	
R\$	Em cumprimento a Instrução Normativa nº 06/2014 estou anexando ao presente deposito bancário em conta especifica fornecida pela tesouraria.

Itapoá, _____ de _____ de 2014

Servidor (nome)

Decreto Municipal Nº 2268/2014 - Nomeia Chefe da Divisão de Controle E Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETO MUNICIPAL NO2268/2014

Data: 02 de setembro de 2014.

NOMEIA CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais

DECRETA

Art. 1º Art.1º Fica nomeada a Sra. Margarida Aparecida da Silva Estevão, no cargo de chefe da divisão de controle e avaliação, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 49/2014

TERMO ADITIVO Nº 49/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2014 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário de Obras, a Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portadora do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPF/MF nº 791.929.639-00 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e a empresa QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, com sede á Rodovia dos Minérios, Km 16,1, s/nº, Almirante Tamandaré- PR, CEP: 83.513-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.068.549/0001-43, e Inscrição Estadual: 90142167-63, representada neste ato por administrador, o Sr. LUIZ FABIANO GOINSK, portador do CNPF/MF nº 027.671.499-73, e do CI.RG nº 7.157.293-5 SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Aquisição de tubos de concreto armado para manilhamento de valas e cruzamento de ruas do município, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 26/2014 - PROCESSO Nº 48/2014 - REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2014 de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O presente aditivo totaliza o valor de R\$ 8.615,00 (Oito mil seiscentos e quinze mil reais) o qual corresponde a 25% do valor do item da respectiva ata de registro de preço.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação, em caráter de complementação, conforme abaixo descrito:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Tubo Concreto Armado CA-1 de 40 cm	Tubo	50	R\$ 46,50	R\$ 2.325,00
4	Tubo Concreto Armado CA-1 de 1,00 m	Tubo	37	R\$ 170,00	R\$ 6.290,00
TOTAL					R\$ 8.615,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 32/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço nº 32/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 01 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA LUIZ FABIANO GOINSK
--	---

JEFERSON RUBENS GARCIA
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
SECRETÁRIO DE OBRAS

TESTEMUNHAS:

NOME:

CNPJ/MF:

NOME:

CNPJ/MF:

Jacinto Machado

PREFEITURA

Decreto Nº. 097 de 29 de Agosto de 2014

DECRETO Nº. 097 DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 735 de 28 de agosto de 2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposição orçamentária, no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), como segue:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade 2.008: Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0104(37) - Aplicações

Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL: R\$ 50.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior, correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto 1.014: Aparelhamento, Aquis. Veículos e Amp. de Rede Física da Ed. Básica

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0104(29) - Aplicações

Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL: R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 29 de agosto de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Lei Nº. 736 de 02 de Setembro de 2014

LEI Nº. 736 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de RADIOPATRULHA, objetivando a sua implantação e manutenção no Município.

I. Art. 2º. Disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a 800 (oitocentos) litros de gasolina, para cobrir as despesas com manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços) e com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal de serviço, até 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, do orçamento vigente: Desp. Unid. Orc. Proj/Ativ. Descrição Proj/Atividade Modalidade Aplicação 13 - 03.01 - 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

Art. 4º. A Prefeitura Municipal abrirá em instituição financeira credenciada, uma conta vinculada, denominada "PREFEITURA MUNICIPAL/CONVÊNIO RADIOPATRULHA" para cobertura das despesas decorrentes do convênio mencionado no Artigo 1º desta Lei.

Art. 5º. O Convênio de que trata essa Lei será pelo prazo determinado no presente acordo e poderá ser rescindido em qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC),

02 de setembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Lei Nº. 737 de 02 de Setembro de 2014

LEI Nº. 737 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER A DOAÇÃO DE BEM MÓVEL NOVO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder executivo municipal autorizado a doar, a título gratuito, o seguinte bem Patrimonial novo, à entidade abaixo discriminada, prestadora de serviços de relevância pública em nosso Município.

Quantidade	Descrição do Bem	Entidade Beneficiada
01	Botijão de Nitrogênio Líquido com capacidade de 20 litros para armazenamento de sêmen bovino.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacinto Machado, CNPJ nº 82.837.337/0001-12

§ 1º - A entidade beneficiada com a doação receberá o bem mediante termo de doação.

Art. 2º. O Bem doado no termo desta Lei é oriundo de recursos próprios do município de Jacinto Machado.

Art. 3º. Fica o setor de Patrimônio da administração da Prefeitura do Município de Jacinto Machado, autorizado a proceder "a baixa" patrimonial correspondente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC),
02 de setembro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Lei Nº. 738 de 02 de Setembro de 2014

LEI Nº. 738 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FERIADOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - São considerados feriados municipais, no Município de Jacinto Machado, segundo diretrizes da lei federal nº. 9.093, de 12 de setembro de 1995, os abaixo indicados:

- 23 de julho - Data Magna do Município; (fixo).
- 01 de outubro - Dia da Padroeira; (fixo).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º - Fica revogada a Lei nº. 166, de 17 de dezembro de 1997, e as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC),

02 de setembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.627 de 02 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.627 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-33

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 02 de Setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Portaria N.º 3110

PORTARIA Nº 3.110 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

"CONTRATA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - CONTRATAR o(a) Sr.(a) LUAN FELIPE LUCKMANN, pelo período de 26 de agosto de 2014 a 25 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 26 de agosto de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3111

PORTARIA Nº 3.111 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) LUAN FELIPE LUCKMANN durante o período de 27 de agosto de 2014 a 26 de fevereiro de 2015, para exercer as funções de MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 06/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 27 de agosto de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3112

PORTARIA Nº 3.112 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) IONE MARIA BELOTTO CORREA durante o período de 28 de agosto de 2014 a 27 de fevereiro de 2015, para exercer as funções de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 28 de fevereiro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3113

PORTARIA Nº 3.113 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível reconhecimento de dívida de exercício anterior, referente às notas fiscais n.º 60751, 4867 - emitidas pelo credor PR/CC Imprensa Nacional e n.º 001521 - emitida pelo credor RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3114

PORTARIA Nº 3.114 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure responsabilidade da empresa ONSSEG Serviços de Vigilância e Segurança Ltda em relação ao furto ocorrido no Centro de Educação Infantil Professora Rita Maria Costenaro Petry conforme Boletim de Ocorrência n.º 00280-2014-02420, 00280-2014-02450 e 00280-2014-01966.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIONI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e alterações, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3115

PORTARIA Nº 3.115 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível indenização por parte do Locador Ademir Sebastião Jacomet e Jacó João Jacomet das benfeitorias necessárias e úteis com a reforma no imóvel locado "Certinho", situado à Rua Tiradentes, na cidade de Joaçaba-SC em face a rescisão contratual.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3116

PORTARIA Nº 3.116 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) GERSON SIMON, Técnico em Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 135.349 de 01 de setembro de 2014 referente aos períodos de 08 de outubro de 1997 a 07 de outubro de 2002 (30 dias), 08 de outubro de 2002 a 31 de dezembro de 2003 (24 dias), 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 90 (noventa) dias, a partir de 01 de setembro

de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3117

PORTARIA Nº 3.117 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 19/08/2014, do(a) Sr.(a) ISABEL DE CARLI BORTOLI, Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de setembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

151/2014 TA 01

CONTRATO Nº 151/2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 Bairro Centro no Município de Herval d'Oeste neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356 e CPF nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 151/2014/PMJ, firmado em 11/02/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 10/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2014/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes escolares para estudantes do

Ensino Fundamental e Médio das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2014, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 82.600,00 (oitenta e dois mil e seiscentos reais), correspondentes a 13,8173% do valor total inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte de 59.000 Passes Escolares (50% da passagem normal) ao custo unitário de R\$ 1,40.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 02 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

RAFAEL LASKE - Prefeito

ESTRELATUR DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA

CONTRATADA

Ivo Carlos Hack Junior

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

199/2014

CONTRATO Nº 199/2014/PMJ

TERMO DE CONTRATO, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), e a empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA-ME.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Infraestrutura, Sr. VENILTON ROGÉRIO TELLES, e a empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, estabelecida na RUA 12 DE MAIO, 152 - SALA 02, Bairro VILA ALEMANHA, no Município de LUZERNA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. AURELIO BRUSTOLIN, portador da Carteira de Identidade nº 741.558 e CPF nº 250.963.899-87, residente e domiciliado na RUA PEDRO KUSS, 100, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações com o Processo de Licitação nº 56/2014/PMJ - Edital CV nº 3/2014/PMJ, homologado em 03/09/2014, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos

necessários para a ampliação de iluminação pública no Município de Joaçaba, SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os materiais e serviços de que trata o objeto encontram-se devidamente especificados na cláusula quarta do presente contrato, devendo a CONTRATADA disponibilizar a totalidade dos itens descritos.

2.2. O objeto do presente contrato deverá ser executado de acordo com os Projetos constantes no Anexo I (CD) do Edital CV nº 3/2014/PMJ, o qual é parte integrante deste instrumento.

2.2.1. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial e executar completamente o objeto no prazo final estipulado no(s) item(ns) constante(s) da cláusula quarta deste instrumento.

2.2.2. Para o início dos serviços são necessários os seguintes documentos:

2.2.2.1. Pela CONTRATADA:

- a. Comprovante de Credenciamento junto à CELESC Distribuição S.A. para execução de serviços de iluminação pública.
- b. Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado.
- c. ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;
- d. Carta de apresentação do responsável pela execução dos serviços, que responderá também perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;
- e. Matrícula do INSS da obra;

2.2.2.2. Pelo Município:

- a. Ordem de Serviço para a efetiva execução do objeto.

2.3. Ao encerrar o objeto a CONTRATADA deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando o pagamento condicionado a apresentação dos mesmos:

- a. "As built" da obra;
- b. Encerramento da Matrícula com o INSS com as devidas quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.
- c. Solicitar formalmente a realização da medição final.

2.4. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aquelas complementares e pertinentes ao respectivo projeto e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

2.4.1. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

2.5. Os materiais a serem utilizados deverão atender às especificações constantes nas instruções e nas normas técnicas da CELESC.

2.5.1. Caso haja necessidade da aplicação de algum material ou serviço não relacionado nos itens deste contrato em caráter excepcional, a CONTRATADA deverá comunicar essa circunstância ao Município, submetendo o preço à apreciação e aprovação da fiscalização antes da sua aplicação.

2.6. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da

CONTRATADA;

2.6.1. Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

2.6.2. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

2.6.3. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

2.6.3.1. Os empregados da CONTRATADA, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir as ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços.

2.6.3.2. Caberá a CONTRATADA fornecer, às suas expensas, os veículos para o transporte de materiais e pessoal, as ferramentas, equipamentos e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços;

2.7. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a CONTRATADA da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de material ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

2.8. A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

2.9. Todos os serviços executados e materiais fornecidos deverão ser garantidos por, no mínimo, 06 (seis) meses contados da entrada em funcionamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

3.1. O presente contrato terá vigência de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, na forma da lei.

3.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

4.1. O valor total ora contratado é aquele consignado na proposta apresentada e declarada como vencedora no Processo de Licitação, ou seja, R\$ 7.699,80 (sete mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), correspondente aos seguintes itens:

ITEM 1						
OBJETO:			Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a ampliação de iluminação pública na Linha Santa Clara Baixa, interior, no Município de Joaçaba, SC.			
EXECUÇÃO:			Em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial.			
ITEM	QTDE	UN	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01	pç	Poste concreto DT 10/300 DAN	Indaial postes	750,00	750,00
2	01	pç	Poste concreto circular 10/150 DAN	Indaial postes	550,00	550,00
3	02	pç	Armação de 01 elemento reforçado, padrão CELESC	ancora	8,00	8,00
4	02	pç	Roldana de porcelana 72 x 72	germer	3,10	6,20
5	15	m	Cabo cobre nu 35 mm²	prysmian	12,00	180,00
6	02	m	Fio de alumínio para amarração	prysmian	3,00	6,00
7	30	m	Cabo multiplexado 1 x 1 x 35,00 + 35,00 mm² (neutro nu)	prysmian	8,90	267,00
8	02	pç	Alça pré-formada 35 mm²	prysmian	2,80	5,60
9	02	pç	Parafuso cabeça quadrada 16 x 300 mm	intelli	5,50	11,00
10	04	pç	Parafuso francês 16 x 75 mm	intelli	2,10	8,40
11	02	pç	Arruela quadrada 16 mm	intelli	0,50	1,00
12	06	pç	Porca quadrada 16 mm	intelli	0,80	4,80
13	03	pç	Conector cunha bi metálico 2 AWG para 2 AWG	intelli	3,10	9,30

14	01	pç	Conector cunha haste x cabo 5/8" x 35 mm²	intelli	2,80	2,80
15	01	pç	Haste terra 5/8 x 2400 mm	intelli	18,00	18,00
16	02	pç	Olhal para parafuso	intelli	8,00	16,00
17	01	pç	Manilha sapatilha	intelli	9,00	9,00
18	01	pç	Cinta circular 200 mm	mecril	15,00	15,00
VALOR DOS MATERIAIS R\$						1.876,10
ITEM	QTDE	UN	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	01	sv	Serviços de instalação elétrica, compreendendo: abertura de cava em rocha (sem uso de explosivo); aterramento simples (01 haste); instalação de armação secundária; instalação de poste (menor que 12 m).		500,00	500,00
VALOR DA MÃO DE OBRA - R\$						500,00
VALOR TOTAL - R\$						2.376,10

ITEM 2						
OBJETO:			Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a ampliação de iluminação pública na Rua Alcedir Trevisan, bairro Flor da Serra, no Município de Joaçaba, SC.			
EXECUÇÃO:			Em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial.			
ITEM	QTDE	UN	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01	pç	Poste concreto DT 10/300 DAN	Indaial postes	750,00	750,00
2	04	pç	Alça pré-formada 35 mm²	prysmian	2,80	11,20
3	04	pç	Armação de 01 elemento reforçado, padrão CELESC	ancora	8,00	32,00
4	04	pç	Roldana de porcelana 72 x 72	germer	3,10	12,40

5	15	m	Cabo cobre nu 35 mm²	prysmian	12,00	180,00
6	72	m	Cabo de alumínio 2 AWG com alma de aço	prysmian	2,90	208,80
7	04	pç	Parafuso cabeça quadrada 16 x 300 mm	intelli	5,50	22,00
8	04	pç	Porca quadrada 16 mm	intelli	0,80	3,20
9	04	pç	Arruela quadrada 16 mm	intelli	0,50	2,00
10	03	pç	Conector cunha bi metálico 2 AWG para 2 AWG	intelli	3,10	9,30
11	01	pç	Conector cunha haste x cabo 5/8" x 35 mm2	intelli	2,80	2,80
12	01	pç	Haste terra 5/8 x 2400 mm	intelli	18,00	18,00

VALOR DOS MATERIAIS R\$ 1.251,70

ITEM	QTDE	UN	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	01	sv	Serviços de instalação elétrica, compreendendo: aterramento simples (01 haste); instalação de armação secundária; instalação de poste (menor que 12 m); lançamento de condutor 2 a 2/0 CA/CAA e CU4.		300,00	300,00

VALOR DA MÃO DE OBRA - R\$ 300,00

VALOR TOTAL - R\$ 1.551,70

ITEM 3

OBJETO: Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a ampliação de iluminação pública na Rua Orfelino Flores, bairro Jardim Itália, no Município de Joaçaba, SC.

EXECUÇÃO: Em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial.

MATERIAIS

ITEM	QTDE	UN	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	02	pç	Poste concreto DT 10/300 DAN	Indaial postes	750,00	1.500,00
2	02	pç	Armação de 01 elemento reforçado, padrão CELESC	ancora	8,00	16,00
3	02	pç	Roldana de porcelana 72 x 72	germer	3,10	6,20
4	04	pç	Olhal para parafuso	intelli	8,00	32,00
5	04	pç	Manilha sapatilha	intelli	9,00	36,00
6	06	pç	Alça pré-formada 35 mm2	intelli	2,80	16,80
7	03	pç	Conector cunha haste x cabo 5/8" x 35 mm2	intelli	2,80	8,40
8	03	pç	Haste terra 5/8 x 2400 mm	intelli	18,00	54,00
9	06	pç	Parafuso cabeça quadrada 16 x 300 mm	intelli	5,50	33,00
10	06	pç	Arruela quadrada 16 mm	intelli	0,50	3,00
11	06	pç	Porca quadrada 16 mm	intelli	0,80	4,80

12	07	pç	Conector cunha bi metálico 2 AWG para 2 AWG	intelli	3,10	21,70
13	01	pç	Conector tipo piercing 35 mm² para 35 mm²	intelli	6,50	6,50
14	45	m	Cabo cobre nu 35 mm²	prysmian	12,00	540,00
15	36	m	Cabo de alumínio 2 AWG com alma de aço	prysmian	2,90	104,40
16	78	m	Cabo multiplexado 1 x 1 x 35,00 + 35,00 mm² (neutro nu)	prysmian	8,90	694,20

VALOR DOS MATERIAIS - R\$ 3.077,00

MÃO DE OBRA

ITEM	QTDE	UN	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	01	sv	Serviços de instalação elétrica, compreendendo: abertura de cava em rocha (compressor e explosivo); abertura de cava em rocha (sem uso de explosivo); aterramento simples (demais hastes); instalação de estrutura tipo U3/UP3; instalação de poste (menor que 12 m); instalação de conector perfurante em BT; lançamento de condutor 4 CA/CAA e CU6; lançamento de cabo multiplexado BT 35 mm2.		695,00	695,00

VALOR DA MÃO DE OBRA - R\$ 695,00

VALOR TOTAL - R\$ 3.772,00

4.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto.

4.2.1. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

4.3. Os valores ora contratados não serão reajustados.

4.4. Os valores somente serão revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

2.039 - MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

145 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0017.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - DO DOCUMENTO FISCAL

6.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida para a PREFEITURA DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. Responsabilidades da CONTRATADA:

7.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na cláusula segunda - da forma de execução - do presente Contrato;

7.1.2. Reembolsar à CELESC quaisquer danos aos materiais, equipamentos ou ao seu patrimônio durante a execução dos serviços.

7.1.3. Fornecer toda a mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços.

7.1.4. Responsabilizar-se pelo seguro de seu pessoal, das suas instalações, edificações e todos os equipamentos e veículos que utilizar na execução de qualquer trabalho.

7.1.5. Providenciar equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários à segurança na execução dos trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, exigindo e fiscalizando o uso por seus empregados.

7.1.6. Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços.

7.1.7. Obedecer rigorosamente às normas de operação e de segurança para serviços em rede de energia elétrica, conforme orientação da CELESC, visto que o sistema de iluminação pública do Município está instalado em redes de distribuição de energia elétrica daquela Concessionária.

7.1.8. Responsabilizar-se pela obtenção de autorização para entrar no sistema de distribuição da CELESC, solicitando com a devida antecedência os desligamentos, quando necessários e respeitando os prazos impostos pela Concessionária.

7.1.9. Informar à Concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição.

7.1.10. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.1.11. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.1.12. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;

7.1.13. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

7.1.14. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

7.1.15. Executar Diário da Obra comprovando o andamento dos serviços e os prazos de execução e proceder a entrega ao Município ao final do contrato.

7.1.16. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

7.1.17. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

7.1.18. Facilitar todas as atividades de fiscalização;

7.1.19. Fornecer ART dos serviços executados;

7.1.20. Solicitar formalmente a realização da medição final, quando da conclusão das obras.

7.2. Responsabilidades do CONTRATANTE:

7.2.1. Tomar todas as providências necessárias à execução e fiscalização do presente contrato;

7.2.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

7.2.3. Providenciar a publicação do contrato, proveniente do presente processo licitatório, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

a. Advertência;

b. Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente instrumento;

c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.1.1. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.2. Os serviços em atraso sujeitarão a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia que exceder aos prazos estabelecidos, exceto quando justificados e aceitos pelo Município de Joaçaba (SC), servindo o presente contrato como título executivo, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total contratado.

8.2.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações e ainda os preceitos gerais do direito público, os

princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

10.4. Fica estabelecido que o fornecimento dos materiais e serviços somente poderá ser efetuado pela CONTRATADA, vedada, portanto, a sublocação dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 03 de setembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
VENILTON ROGÉRIO TELLES
Secretário de Infraestrutura

LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA - ME
Aurelio Brustolin

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

IMPRES

Edital de Credenciamento 0001/2014 - IMPRES

IMPRES-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 0001/2014

Encontra-se aberto no IMPRES de Joaçaba, Edital de Credenciamento JHL 0001/2014, que trata de:

Objeto: Credenciamento, sem qualquer exclusividade, de Instituições autorizadas perante os órgãos que compõem o Sistema Financeiro Nacional, nos termos da legislação em vigor, para o exercício profissional da gestão, administração e distribuição de fundos de investimentos para integrar o cadastro do IMPRES, nos moldes previstos na Resolução CMN nº 3.922/2010, Portaria MPS nº 519/2011, em conformidade com a Lei 8.666/93.

Entrega dos documentos para Pré-Credenciamento: A entrega dos envelopes com a documentação física e dados digitais deverá ser a partir de 15/09/2014 no Horário: de 13h às 18:00h, na sala do IMPRES, à AV XV de Novembro, 378, Centro, em Joaçaba SC.

O Edital poderá ser obtido pelos interessados, no endereço AV XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba, sala do IMPRES, ou pelo endereço eletrônico <http://www.impres.sc.gov.br/licitacoes>.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3527-8810 com Elio ou Tatiane ou 3551-8217 com Eliane.

Joaçaba - SC, 03 de Setembro de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do IMPRES

SIMAE - JOAÇABA

Portaria JHL 163/2014

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 163/2014 04.09.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 1/2014 e a classificação em primeiro lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Marcio Luiz Rodrigues Kemer, para o Cargo de Agente Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 04 de Setembro de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 1º Lugar de Marcio Luiz Rodrigues Kemer no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 1/2014, para o Cargo de Agente Administrativo de acordo com a Portaria JHL-152/2014 de 22/08/2014, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

Portaria JHL 164/2014

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 164/2014 04.09.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 1/2014 e a classificação em segundo lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, a Sra: Edilaine Aparecida de Barba De Col, para o Cargo de Agente Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A, lotada na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 04 de Setembro de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 2º Lugar de Edilaine Aparecida de Barba De Col no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 1/2014, para o Cargo de Agente Administrativo de acordo com a Portaria JHL-152/2014 de 22/08/2014, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

Portaria JHL 165/2014

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 165/2014 04.09.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 1/2014 e a classificação em primeiro lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Alex Estival Datsch, para o Cargo de Auxiliar de Operações, Padrão-2, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente
Joaçaba-SC, 04 de setembro de 2014.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 1º Lugar de Alex Estival Datsch no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 1/2014, para o Cargo de Auxiliar de Operações de acordo com a Portaria JHL-152/2014 de 22/08/2014, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

Portaria JHL 166/2014

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 166/2014 04.09.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 1/2014 e a classificação em segundo lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Osmar Antonio Antonelo, para o Cargo de Auxiliar de Operações, Padrão-2, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente
Joaçaba-SC, 04 de setembro de 2014.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 2º Lugar de Osmar Antonio Antonelo no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 1/2014, para o Cargo de Auxiliar de Operações de acordo com a Portaria JHL-152/2014 de 22/08/2014, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

Portaria JHL 167/2014

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 167/2014 04.09.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 1/2014 e a classificação em terceiro lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Leandro de Paula, para o Cargo de Auxiliar de Operações, Padrão-2, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente
Joaçaba-SC, 04 de setembro de 2014.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 3º Lugar de Leandro de Paula no Concurso Público de que

trata o Edital SIMAE n.º 1/2014, para o Cargo de Auxiliar de Operações de acordo com a Portaria JHL-152/2014 de 22/08/2014, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

Portaria JHL 168/2014

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 168/2014 04.09.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 1/2014 e a classificação em quarto lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Paulo Adriano Machado da Silva, para o Cargo de Auxiliar de Operações, Padrão-2, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente
Joaçaba-SC, 04 de setembro de 2014.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 4º Lugar de Paulo Adriano Machado da Silva no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 1/2014, para o Cargo de Auxiliar de Operações de acordo com a Portaria JHL-152/2014 de 22/08/2014, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

Portaria JHL 169/2014

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 169/2014 04.09.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 1/2014 e a classificação em primeiro lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Helison Carvalho Ferreira, para o Cargo de Mecânico de Manutenção, Padrão-4, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 04 de Setembro de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 1º Lugar de Helison Carvalho Ferreira no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 1/2014, para o Cargo de Mecânico de Manutenção de acordo com a Portaria JHL-152/2014 de 22/08/2014, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

Portaria JHL 170/2014

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 170/2014 04.09.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 1/2014 e a classificação em primeiro lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Mauricio Ricardo Dahmer, para o Cargo de Oficial de Informática, Padrão-7, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente
Joaçaba-SC, 04 de setembro de 2014.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 1º Lugar de Mauricio Ricardo Dahmer no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 1/2014, para o Cargo de Oficial de Informática de acordo com a Portaria JHL-152/2014 de 22/08/2014, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

CÂMARA MUNICIPAL**Aditivo 06.2014 - Realmac**

TERMO ADITIVO 06/2014

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2011

(ADITIVOS N. 004/2012, 013/2012, 11/2013, 02/2014 E 05/2014)

TERMO ADITIVO do Contrato n. 04/2011, celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA e a empresa REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrita no CNPJ sob o número 78.491.230/0001-98, doravante denominada CONTRATANTE, nesse ato representada por seu presidente, Sr. FRANCISCO MOREIRA LOPES e a empresa REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA., inscrita no CNPJ n. 79.231.890/0001-00, situada na Av. Licínio Córdova, n. 411-D, Bairro São Cristóvão, na cidade de Chapecó/SC, por seu representante Sr. ANTELMO JOSÉ CAZALLI, residente e domiciliado na Rua Balduino Nicknick, nº. 400-E, Bairro Efapi, Chapecó/SC, resolvem celebrar TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 04/2011 assinado em 28 de fevereiro de 2011, oriundo do Processo de Licitação nº 03/2011, Tomada de Preços n. 02/2011, homologado no dia 14/02/2011, cujo objeto é a "Locação de uma máquina fotocopiadora com as funções de fax, scanner e copiadora, com franquias de 7.000 (sete mil) cópias/mês e cartucho de tonner mensal incluso" com fundamento no art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 Fica acrescido ao objeto contratual mais uma máquina fotocopiadora com as funções de fax, scanner, copiadora e sistema wireless e mais 1.545 (um mil quinhentas e quarenta e cinco) cópias à franquias mensal contratada ficando passando a vigorar o seguinte objeto: "Locação de duas máquinas fotocopiadoras com as funções de fax, scanner e copiadora, com franquias total de 8.545 (oito mil quinhentas e quarenta e cinco) cópias/mês e cartuchos de tonner inclusos."

1.2 Justificativa do aditamento: Em decorrência da mudança de sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba para a Rua Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC, para um local mais amplo com 1.284,69m² divididos em seis andares, verificou-se a necessidade de aditar o Contrato n. 04/2011, ampliando o número de máquinas fotocopiadoras locadas, para melhor atender as necessidades da Câmara tendo em vista que apenas um equipamento mostra-se insuficiente para atender todo o prédio. Além disso, considerando que a vigência do contrato expira em 30/12/2014, o aditamento contratual ex vi do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, mostra-se pertinente para que a CONTRATANTE possa aferir suas novas necessidades quanto aos quantitativos do objeto contratual o que servirá de subsídio às futuras contratações, se for o caso.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E DA VIGÊNCIA

2.1 Face o acréscimo do objeto descrito na Cláusula Primeira o valor pago à contratada passará de R\$ 352,25 (trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos) mensais para R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais) mensais, ensejando o aumento de R\$ 77,75 (setenta e sete reais e setenta e cinco centavos) mensais que corresponde à aproximadamente 22,07% do valor inicial atualizado do contrato ora aditivado.

2.2 Esse aditivo terá vigência a partir de 15 de outubro de 2014, devendo os equipamentos estarem devidamente instalados e em perfeito funcionamento nessa data.

2.3 O valor pago no mês de outubro será proporcional e deverá considerar a data descrita no item 2.2 sendo equivalente à R\$ 391,12 (trezentos e noventa e um reais e doze centavos).

2.4 O valor total desse aditivo referente aos meses de outubro (R\$ 391,12); novembro (R\$ 430,00) e dezembro (R\$ 430,00) é de R\$ 1.251,12 (um mil, duzentos e cinquenta e um reais e doze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1 A contratada fica responsável pelo transporte e instalação das duas máquinas fotocopiadoras na nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba (inclusive daquela que já está instalada na sede atual) em data a ser ajustada entre as partes, sendo responsável pelo seu perfeito funcionamento.

3.2 Pelo transporte e instalação das máquinas não será devido qualquer valor adicional à Contratada.

CLÁUSULA QUARTA:

4.1 As despesas provenientes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade 2001 - Manutenção do Poder Legislativo
(3) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 - Aplicação Direta

CLÁUSULA QUINTA:

As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SEXTA:

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 03 de setembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Antelmo José Cazalli

Testemunhas:

1 _____
CPF n. _____

2 _____
CPF n. _____

Balancete Financeiro Agosto/2014**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	225.700,09
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	215.396,41
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	106.243,91
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.775,00
		INVESTIMENTOS	88.377,50
		Despesas Intra-orçamentárias	10.303,68
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.238,16
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65,52
Receita Extra - Orçamentária	503.975,08	Despesa Extra - Orçamentária	160.851,09
DEPÓSITOS	24.026,99	DEPÓSITOS	20.818,35
CONSIGNAÇÕES	20.003,29	CONSIGNAÇÕES	20.003,29
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.204,82	PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.204,82
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.933,24	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.933,24
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉ	3.599,57	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	3.599,57
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.997,36	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.997,36
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.268,30	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.268,30
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.023,70	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	815,06
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	4.023,70	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	815,06
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	225.782,09	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	140.032,74
OBRIGAÇÕES A PAGAR	225.782,09	OBRIGAÇÕES A PAGAR	140.032,74
FORNECEDORES	109.300,02	FORNECEDORES	23.550,67
PESSOAL A PAGAR	94.090,59	PESSOAL A PAGAR	94.090,59
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	22.391,48	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	22.391,48
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	254.166,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	254.166,00		
REPASSE RECEBIDO	254.166,00		
Saldos anteriores	383.140,81	Saldos atuais	500.564,71
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	377.106,32	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	495.314,96
BANCO C/ MOVIMENTO	6.034,49	BANCO C/ MOVIMENTO	5.249,75
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	887.115,89	Total	887.115,89

Joacaba, 01/09/2014

Marcio Roberto Piccoli
Contador CRCSC 025688/O

Francisco Moreira Lopes
Presidente

Lages

PREFEITURA

Extrato Contrato 269/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 269/2014 -PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: GIOVANO ÁVILA ALVES, inscrito no CPF sob n.º 888.895.849-49, estabelecida à Rua Geral sem número - Centro, Florianópolis - SC.

Cláusula Primeira - O CONTRATANTE acorda com o CONTRADO os serviços especializados de Leiloeiro Oficial, pelo Contratado, para preparação, organização e condução de leilão público de bens móveis inservíveis do município a ser realizado no dia 03 de Setembro de 2014, no Auditório da Associação Comercial e Industrial de Lages - ACIL, sito à Av. Belizário Ramos, n.º 2.276, Lages, SC.

Cláusula Segunda - O CONTRADO receberá do arrematante, em separado o do valor da arrematação a comissão de 05% (cinco por cento), sobre o valor de cada bem arrematado.

Lages, 02 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato 3º Termo Aditivo Contrato 64/2012

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 64/2012 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: REUNIDAS S/A TRANSPORTES COLETIVOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.054.395/0001-32, com sede à Rua Dr. Herculano de Souza n.º 555 - Caçador/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Compete a CONTRATADA;

O fornecimento de passagens rodoviárias nos itinerários Lages/ Florianópolis/Lages, para a Secretaria Municipal de Saúde.

A empresa contratada fornecera, sem ônus para o município, o traslado dos pacientes da Rodoviária de Florianópolis até hospitais e clínicas e vice versa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/12/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/12/2014.

Lages, 02 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

TP 44 E 45-2014 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 44-2014 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Cobertura da Quadra poliesportiva da EMEB Lupércio de Oliveira Koeche.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 22/09/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 187.678,92

Modalidade: TP 45-2014 PML

Objeto: Técnicos de Assessoramento Ambiental, Monitoramento e Supervisionamento a parte ambiental do Aterro Sanitário de Resíduos Urbanos e o Antigo Lixão.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 22/09/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 44.216,04

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 03 de setembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Extrato de Contrato 176/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 176/2014 PMLM

Contrato 176/2014

Objeto: Prestação serviços para Assessorar o município de Lauro Muller/SC, no reordenamento dos serviços socioassistenciais ofertados pela Política de Assistência Social. Abordando a questão do seu funcionamento, competências, importância da ampliação do quadro de funcionários, legislação municipal e financiamento, a ser realizado no dia 08 de agosto de 2014.

Contratado: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM

ValorR\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

Prazo de Vigência: 05/08/2014 à 3 1/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 177/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 177/2014 PMLM

Contrato 177/2014

Processo Licitatório nº 102/2014 - Carta Convite 102/2014

Objeto: Presente Termo Contratual a contratação de empresa do ramo pertinente para 100 horas de serviços de Assessoria Técnica especializada na geração de informações para o e-finge da Prefeitura, com aplicação de carga horária mensal variável a ser executada de acordo com as necessidades da Administração da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, durante o ano de 2014.

Contratado: ALÍNEA CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA

ValorR\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).

Prazo de Vigência: 20/08/2014 à 3 1/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 178/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 178/2014 PMLM

Contrato 178/2014

Processo Licitatório nº 95/2014 - Tomada de Preço 95/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição suprimentos de informática e prestação de serviços de informática para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: BORGUETTI INFORMATICA LTDA ME

Valor: R\$ 13.785,00 (treze mil setecentos e oitenta e cinco reais).

Prazo de Vigência: 14/08/2014 à 3 1/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 179/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 179/2014 PMLM

Contrato 179/2014

Processo Licitatório nº 101/2014 - Pregão Presencial 101/2014

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de postes, luminárias e lâmpadas para iluminação das academias de praças públicas e ponte do Cento de Lauro Muller.

Contratado: Lysing Comercio Atacadista de Materiais Eletricos LTDA - ME

Valor: R\$ 23.216,34 (vinte e tres mil duzentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos).

Prazo de Vigência: 20/08/2014 à 3 1/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 180/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 180/2014 PMLM

Contrato 180/2014

Processo Licitatório nº 103/2014 - Pregão Presencial 103/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oferecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2014

Contratado: ORLEANS INFORMATICA LTDA- ME

Valor: R\$ 3.855,00 (tres mil oitocentos e cinquenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: 27/08/2014 à 3 1/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 181/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 181/2014 PMLM

Contrato 181/2014

Processo Licitatório nº 103/2014 - Pregão Presencial 103/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oferecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2014

Contratado: MARIVALDO PESCADOR LTDA -EPP

Valor: R\$ 53.300,50 (cinquenta e tres mil trezentos reais e cinquenta centavos).

Prazo de Vigência: 27/08/2014 à 3 1/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 182/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 182/2014 PMLM

Contrato 182/2014

Processo Licitatório nº 103/2014 - Pregão Presencial 103/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oferecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2014

Contratado: LOLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP

Valor: R\$ 31.741,75 (trinta e um mil setecentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: 27/08/2014 à 3 1/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 183/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 183/2014 PMLM

Contrato 183/2014

Processo Licitatório nº 103/2014 - Pregão Presencial 103/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oferecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2014

Contratado: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME

Valor: R\$ 32.160,80 (trinta e dois mil cento e sessenta reais e oitenta centavos).

Prazo de Vigência: 27/08/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 185/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 185/2014 PMLM

Contrato 185/2014

Processo Licitatório nº 106/2014 - Dispensa de Licitação 107/2014

Objeto: ALTERAÇÃO CONTRATUAL DO PROCESSO 29/2014 CONTRATO 33/2014.

Contratado: IMOBILIARIA HABITAT LTDA ME

Prazo de Vigência: 21/08/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 186/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 186/2014 PMLM

Contrato 186/2014

Processo Licitatório nº 107/2014 - Dispensa de Licitação 108/2014

Objeto: CONSULTORIA AO GOVERNO MUNICIPAL DE LAURO MULLER/SC PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, PARA SER IMPLEMENTADO NOS ANOS DE 2014 A 2016.

CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA (SEBRAE SC)

Valor: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Prazo de Vigência: 22/08/2014 à 31/12/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 187/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 187/2014 PMLM

Contrato 187/2014

Processo Licitatório nº 104/2014 - Pregão presencial 105/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para a realização de Processo Seletivo, compreendendo a organização, planejamento, a elaboração de editais, preparo do edital de convocação para as provas, preparo, impressão, empacotamento de provas, aplicação/coordenação das provas escritas e práticas, correção das provas, apresentação do resultado, resposta a eventuais recursos, contratação de fiscais, apoio técnico-jurídico em todas as etapas do certame, para o preenchimento de vagas do quadro de reservas da Rede Municipal de Ensino do Município de LAURO MULLER/SC.

CONTRATADO: NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME

Valor: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Prazo de Vigência: 27/08/2014 à 31/12/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 184/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 184/2014 PMLM

Contrato 184/2014

Processo Licitatório nº 105/2014 - Dispensa de Licitação 106/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS GALVANIZADOS DEVIDO A AUSÊNCIA DE PARTICIPANTES NO PR 70/2014.

CONTRATADO: IRON INDUSTRIA E COM DE METAIS LTDA

Valor: R\$ 18.174,70 (dezoito mil cento e setenta e quatro reais e setenta centavos).

Prazo de Vigência: 11/08/2014 à 31/12/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 146/2014 Pmlm

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 146/2014 PMLM

Contrato Original: 146/2014

Processo Licitatório nº 32/2014 - PREGÃO PRESENCIAL nº 32/2014

Objeto: Aquisição de UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LAURO MULLER

Valor aditivo: R\$ 10.050,00 (dez mil e cinquenta reais).

Contratado: J.M ESPORTES LTDA ME

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo 003/2014 ao Contrato 03/2013 Pmlm

EXTRATO DE ADITIVO 003/2014 AO CONTRATO 03/2013 PMLM

Contrato Original: 03/2014

Processo Licitatório nº 11/2014 - Inexigibilidade de Licitação nº 03/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE APOSTILA DO SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL

Valor aditivo: R\$ 27.005,19 (vinte e sete mil cinco reais e dezenove centavos)

Contratado: EDITORA POSITIVO LTDA

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 98/2014 Pmlm

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 98/2014 PMLM

Contrato Original: 98/2014

Processo Licitatório nº 47/2014 - PREGÃO PRESENCIAL nº 47/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de materiais, para uso na manutenção de pinturas dos diversos prédios públicos e veículos do município de Lauro Muller - sc., para o ano de 2014, conforme especificações previstas na minuta do edital em anexo.

Contratado: ELETRO MONTEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor: R\$ 3.983,73 (tres mil novecentos e oitenta e tres reais e setenta e tres centavos)

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 62/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 62/2014 FMS

Contrato62/2014

Processo Licitatório nº 36/2014 - Pregão Presencial 36/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de Cadeira Odontologica Completa, para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de LAURO MULLER/SC
CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Valor: R\$ R\$ 8.390,00 (oito mil trezentos e noventa reais).

Prazo de Vigência: 19/08/2014 à 31/12/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 63/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 63/2014 FMS

Contrato63/2014

Processo Licitatório nº 35/2014 - Pregão Presencial 35/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para a realização de Processo Seletivo, compreendendo a organização, planejamento, a elaboração de editais, preparo do edital de convocação para as provas, preparo, impressão, empacotamento de provas, aplicação/coordenação das provas escritas e práticas, correção das provas, apresentação do resultado, resposta a eventuais recursos, contratação de fiscais, apoio técnico-jurídico em todas as etapas do certame, para o preenchimento de vagas do quadro de reservas da Secretaria de Saúde do Município.

CONTRATADO: NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME

Valor: R\$ 3.300,00 (tres mil e trezentos reais).

Prazo de Vigência: 27/08/2014 à 31/12/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 68/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 68/2014 HMHL

Contrato68/2014

Processo Licitatório nº 43/2014 - Pregão Presencial 43/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para a realização de Processo Seletivo, compreendendo a organização, planejamento, a elaboração de editais, preparo do edital de convocação para as provas, preparo, impressão, empacotamento de provas, aplicação/coordenação das provas escritas e práticas, correção das provas, apresentação do resultado, resposta a eventuais recursos, contratação de fiscais, apoio técnico-jurídico em todas as etapas do certame, para o preenchimento de vagas do quadro de reservas do Hospital Municipal Henrique Lage.

CONTRATADO: NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME

Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Prazo de Vigência: 27/08/2014 à 31/12/2016

Prefeito Municipal

Portaria Nº 245/2014

PORTARIA Nº 245/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 03.04.2014 a 03.04.2016, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, MARINA SPRIGIO CITADIN, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/04/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 246/2014

PORTARIA Nº 246/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, do servidor RUAN DOS SANTOS FIGUEREDO, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em caráter temporário, para 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Sagrada Família, pelo período de 01 de Abril de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 247/2014

PORTARIA Nº 247/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JÉSSICA SANDRINI, para a função de Farmacêutica, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Abril de 2014 a 01 de Julho de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica a contratada ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 248/2014

PORTARIA Nº 248/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora SAMIRA DA SILVA, Professora de Educação Física, em caráter temporário, para 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Emília Mamede Soares, pelo período de 01 de Abril de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 249/2014

PORTARIANº 249/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, CLÁUDIA ANTUNES CARDOSO, Professora de Português contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 250/2014

PORTARIANº 250/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.490/2008 e Edital de Concurso Público 001/2012 - Resultado Final das Provas, Homologado em 13/11/2012, concurso passível de revogação;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CLÁUDIA ANTUNES CARDOSO, aprovada em 5º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professor(a) de Português, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/04/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

T E R M O D E P O S S E

No dia 02 do mês de Abril do ano de 2014, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora CLÁUDIA ANTUNES CARDOSO, aprovada no Concurso Público nº 001/2012, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Professor(a) de Português, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 250/2014. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Abril de 2014.
CLÁUDIA ANTUNES CARDOSO
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA Nº 251/2014 PORTARIA Nº 251/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CLÁUDIA ANTUNES CARDOSO, para a função de Professora de Português - Professor II - MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 03 de Abril de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sendo 10 (dez) horas em substituição à funcionária efetiva Heloísa Gonçalves Ribeiro Fontanella e 10 (dez) horas em vaga excedente, na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/04/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 252/2014 PORTARIA Nº 252/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal combinado com os dispositivos legais DA Lei Municipal nº 1.300/2004,

Considerando que no Concurso nº 003/2010 para a função de Professor I - Educação Infantil, a habilitação exigida era "habilitação em curso de nível superior de Licenciatura Plena na área específica";

Considerando que na Lei nº 1.300/2004 que rege o Magistério Público Municipal diz que professor com habilitação em curso de nível superior de licenciatura plena é PROFESSOR II;

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR O CARGO da servidora pública JULIANA PINHEIRO DA SILVA, para exercer o Cargo de Professora II - referência - MAG LP 1A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT
SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 253/2014 PORTARIA Nº 253/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal combinado com os dispositivos legais DA Lei Municipal nº 1.300/2004,

Considerando que no Concurso nº 003/2010 para a função de Professor I - Educação Infantil, a habilitação exigida era "habilitação em curso de nível superior de Licenciatura Plena na área específica";

Considerando que na Lei nº 1.300/2004 que rege o Magistério Público Municipal diz que professor com habilitação em curso de nível superior de licenciatura plena é PROFESSOR II;

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR O CARGO da servidora pública CLEMAR PACHECO, para exercer o Cargo de Professora II - referência - MAG LP 1A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lebon Regis

PREFEITURA

Processo 50/2014 - Dispensa de Licitação 12/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS/SC

PROCESSO 50/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2014

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto 060/2014, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, Inciso IV, da Lei n. 8.666/93, visando a Contratação da empresa para prestação de serviços de horas máquinas para recuperação de estradas em atendimento ao ofício nº 2.429-2014/CENADE/SEDEC-MI e ao Decreto Municipal nº 046/2014 de 09 de junho de 2014, frente ao agravante da anormalidade e a caracterização de "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA", no valor total de R\$ 126.624,00.

Lebon Régis, 03 de Setembro de 2014.

Mairon Leonam Ribeiro

Presidente.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 024/2014 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2014 - PMLL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRÁFICOS, CARIMBOS, CANETAS, PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO E PASTAS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2014.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de materiais gráficos, carimbos, canetas, placas de identificação e pastas, para a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

CLÉRISON BESCHINOCK ME
CNPJ: 09.644.875/0001-09
RUA: TENENTE COSTA, Nº 95, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.400-000, ITUPORANGA/SC

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
CNPJ: 20.081.724/0001-14
RUA: ADERBAL DE OLIVEIRA, Nº 136, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.170-000, LAURENTINO/SC

BABINSKI BOLSAS EIRELI EPP
CNPJ: 19.106.828/0001-57
RUA: DIRCEU GIORDANI, Nº 1135, BAIRRO: JARDIM TARUMÃ, CEP: 89.820-000, XANXERÊ/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições de materiais gráficos, carimbos, canetas, placas de identificação e pastas, para a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, que faz parte integrante do edital de Pregão Presencial nº 040/2014, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
1	10.000	Unid.	Folha Timbrada (A4) - Sulfite 75grs - 4x0 Cores.	RG GRÁFICA	0,16	1.600,00	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
2	2.000	Unid.	Envelope Ofício - 22,9x11,4cm - 4x0 Cores - c/ abertura.	RG GRÁFICA	0,35	700,00	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
3	2.000	Unid.	Envelope Médio - 24,8x18,5cm - 4x0 Cores - c/ abertura.	RG GRÁFICA	0,42	840,00	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
4	2.000	Unid.	Envelope Saco - 35x24cm - 4x0 Cores - c/ abertura.	RG GRÁFICA	0,59	1.180,00	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
5	1.000	Unid.	Pasta Supremo Brilho - 250grs - 45x30cm - 4x0 Cores - c/ orelha.	RG GRÁFICA	1,23	1.230,00	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
6	30	M²	Lona Impressão Digital.	STAR-FLEX	64,00	1.920,00	CLÉRISON BESCHINOCK ME
7	20	M²	Adesivo Impressão Digital.	MACTAC	64,00	1.280,00	CLÉRISON BESCHINOCK ME
8	15	Unid.	Carimbo Pequeno - Automático.	TRODAT	36,00	540,00	CLÉRISON BESCHINOCK ME
9	15	Unid.	Carimbo Médio - Automático.	TRODAT	46,00	690,00	CLÉRISON BESCHINOCK ME

10	15	Unid.	Carimbo Grande - Automático.	TRODAT	75,00	1.125,00	CLÉ- RISON BESCHI- NOCK ME
11	1.000	Unid.	Caneta Plástica Branca Ref 011 - 02 Cores Impressas.	SO CA- NETAS	1,44	1.440,00	IMPÉ- RIO DO PAPEL COMÉR- CIO DE PAPÉIS LTDA ME
12	35	M²	Adesivo Refletivo - sinalização.	INTER- TACLUX	225,00	7.875,00	CLÉ- RISON BESCHI- NOCK ME
13	20	M²	Placa blacklight (pedestal + armação, aplicação de lona impressão digital, instalação de fluorescente na parte interna, pedestal altura no mínimo de 2,13 metros).	DIGIT- TAL ART	894,00	17.880,00	CLÉ- RISON BESCHI- NOCK ME
14	20	M²	Placa front light (estrutura de ferro com aplicação de lona impressão digital e aplicação no local)	DIGIT- TAL ART	224,00	4.480,00	CLÉ- RISON BESCHI- NOCK ME
15	50	M²	Placa estrutura de madeira com aplicação de lona impressão digital e aplicação no local.	DIGIT- TAL ART	94,00	4.700,00	CLÉ- RISON BESCHI- NOCK ME
16	4.000	Unid.	Folder (A4) com fotos e histórico do município - 4x4 cores - couche 170 gramas, incluindo coleta de dados e desenvolvimento de arte.	VOTO- RANTIN	0,48	1.920,00	CLÉ- RISON BESCHI- NOCK ME
17	1.000	Unid.	Sacolas Plásticas (42x30x3cm) personalizadas com as cores do município.	SO SA- COLAS	1,04	1.040,00	IMPÉ- RIO DO PAPEL COMÉR- CIO DE PAPÉIS LTDA ME
18	1.000	Unid.	Pasta Corvin 37x27,5cm - Impressões 02 Cores, com zíper	BSK BOLSAS	8,40	8.400,00	BA- BINSKI BOLSAS EIRELI EPP

O fornecimento do(s) material(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Serviço;
- c) Descrição do Serviço;
- d) Local de Execução;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos materiais e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s)

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos

no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Func. Manutenção do Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Func. Manutenção da SACF

04.01.12.361.0004 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação - EF

04.01.12.365.0004 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação - EI

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

06.01.15.452.0010 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Recursos Ordinários - Obras e Áreas Públicas

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da STOSU

07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 27 de agosto de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

CLÉRISON BESCHINOCK ME IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

BABINSKI BOLSAS EIRELI EPP
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 025/2014 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2014 - PMLL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RETÍFICA DOS MOTORES DOS VEÍCULOS KOMBI, PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2014.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para retífica dos motores dos veículos Kombi, pertencente à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as especificações do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 041/2014.

MAURÍCIO CLAUDOMIR DOS SANTOS ME

CNPJ: 95.840.716/0001-03

ROD. SC 428, Nº 344, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.440-000, IMBUIA/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para retífica dos motores dos veículos Kombi, pertencente à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as especificações do Anexo I, que faz parte integrante do edital de Pregão Presencial nº 041/2014, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para os itens cotados é a seguinte:

ITEM	UN.	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
1	JG	03	PISTÃO	SULOI	482,95	1.448,85	MAURÍCIO CLAUDOMIR DOS SANTOS ME
2	JG	03	ANÉIS	COFAP	297,7346	893,20	MAURÍCIO CLAUDOMIR DOS SANTOS ME
3	JG	03	BRONZINA BIELA	SIN-TER-ML	191,1875	573,56	MAURÍCIO CLAUDOMIR DOS SANTOS ME

4	JG	03	BRONZINA MANCAL	SIN-TER-ML	82,6487	247,95	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
5	JG	03	JUNTA MOTOR COMPLETO (CHAPA)	SABÓ	266,8658	800,60	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
6	UN	03	RETENTOR VOLANTE	SABÓ	297,7346	893,20	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
7	UN	03	RETENTOR COMANDO	SABÓ	47,7969	143,39	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
8	UN	03	RETENTOR POLIA	SABÓ	58,7503	176,25	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
9	UN	03	BOMBA ÓLEO	NAKA-TA	194,1748	582,52	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
10	UN	03	BOMBA D'ÁGUA	URBA	217,0774	651,23	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
11	UN	03	CORREIA DENTADA	VW	68,708	206,12	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
12	UN	03	TENSOR CORREIA DENTADA	ROL-TENS	134,4287	403,29	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
13	JG	03	VELAS	NGK	97,5853	292,76	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
14	JG	03	CABOS DE VELA	DELPHI	148,3694	445,11	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME

15	UN	03	ANTI CHAMA	DOFAB	54,7672	164,30	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
16	UN	03	INTERRUPTOR DE ÓLEO	FLORIO	19,9154	59,75	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
17	UN	03	FILTRO LU-BRIFICAÇÃO	ML	22,9027	68,71	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
18	LT	10,5	ÓLEO MOTOR	SIN-TYUM	26,8857	282,30	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
19	UN	06	ADITIVOS RADIADOR	ORBI	19,9154	119,49	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
20	UN	03	FLANGE DA CEBOLINHA	DOFAB	64,7249	194,17	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
21	UN	03	TAMPA ÓLEO	FLORIO	21,9069	65,72	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
22	KIT	03	PROTEÇÃO CORREIA DENTADA	VW	134,4287	403,29	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
23	UN	03	BIELA	VW	124,471	373,41	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
24	UN	03	CABEÇOTE	VW	1.737,6151	5.212,85	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME
25	JG	03	TUCHOS	VW	303,7092	911,13	MAU-RÍCIO CLAUDIO-MIR DOS SANTOS ME

26	UN	03	FILTRO AR	ML	48,7926	146,38	MAURÍCIO CLAUDO-MIR DOS SANTOS ME
27	UN	03	MANGUEIRA RESPIRO	CWB	78,6657	236,00	MAURÍCIO CLAUDO-MIR DOS SANTOS ME
28	UN	03	TUBO REFRI-GERAÇÃO	CWB	79,6614	238,98	MAURÍCIO CLAUDO-MIR DOS SANTOS ME
29	UN	03	FILTRO INJE-ÇÃO	ML-FRAHM	24,8942	74,68	MAURÍCIO CLAUDO-MIR DOS SANTOS ME
30	UN	03	LAVAÇÃO E PINTURA MOTOR	MAURÍCIO	79,6614	238,98	MAURÍCIO CLAUDO-MIR DOS SANTOS ME
31	UN	03	SERVIÇOS DE RETÍFICA	CANTA GALO	1.418,9694	4.256,91	MAURÍCIO CLAUDO-MIR DOS SANTOS ME
32	H	12	MÃO DE OBRA MONTAGEM MOTOR COM-PLETO	MAURÍCIO	99,5768	1.194,92	MAURÍCIO CLAUDO-MIR DOS SANTOS ME
					TOTAL	22.000,00	

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

O pagamento será efetuado de acordo com a apresentação das Notas Fiscais, em até 30 (trinta) dias após o recebimento do material e a prestação dos serviços.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas

faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos materiais/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação-EI

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019 - FUN-DEB-EI

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - PNA-TE-EI

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação -EF

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 - Transporte Escolar-EF

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 PNATE-EF

04.01.12.362.0004 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 - Transporte Escolar Estado-EM

04.01.12.362.0004 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 PNATE-EM

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 28 de agosto de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

MAURÍCIO CLAUDOMIR DOS SANTOS ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Luzerna

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 110/2014 - Carta Convite Nº 006/2014 - Confeccção de Uniformes - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 110/2014 - PML

Carta Convite nº 006/2014 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONVITE.

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de serviço de confecção de uniformes de trabalho para os servidores da Prefeitura Municipal de Luzerna/SC, de acordo com o Anexo I e demais condições estabelecidas neste edital.

REGIMENTO: Lei nº 8.666/1993 e demais alterações.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 10 de setembro de 2014.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h do dia 10 de setembro 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Decreto 1879

DECRETO Nº 1879 de 02 de setembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 22 da Lei nº 1.171 de 12/11/13,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-33

Valor: R\$ 100.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

4º Termo Aditivo - Arp PML Nº 0028.13 - PL PML Nº 0011.2013 - PP Rp PML Nº 0009.2013 - Limpeza Pública - Transcavalheiro Transportes Ltda

4º TEMO ADITIVO.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0028.2013.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0011.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0009.2013.

Quarto Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços PML nº 0028.2013, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0011.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0009.2013, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LUZERNA e TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA, com o fito de: a) prorrogar o prazo de vigência da Ata susomencionada, por mais 04 (quatro) meses; e b) suprimir em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo original do lote.

Presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO; e doutro TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.730.156/0001-70, com sede na Rua Avelino Volpato, nº 365, Bairro Jardim Cidade Alta, em Joaçaba/SC, representada neste ato por seu sócio-proprietário, PAULO JAIR CAVALHEIRO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade do tipo RG, de nº 3.343.464-6, expedido pela SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 018.582.889-24, residente e domiciliado à Linha Ferreirinha, Interior, em Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominado FORNECEDOR; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA VIGÊNCIA:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto nova prorrogação do prazo de vigência estabelecido na Cláusula Nona, da Ata em epígrafe, celebrada entre as partes em 05 de abril de 2013, com vigência inicial de 12 (doze) meses, já anteriormente prorrogada pelos 1º, 2º e 3º Termos Aditivos.

1.2. Fica prorrogada a vigência susomencionado pelo íterim de mais 04 (quatro) meses, a contar de 05 de agosto do corrente ano, findando-se em 05 de dezembro do ano em curso.

1.3. Ainda, o presente instrumento tem também por escopo a supressão do objeto do item licitado no quantum de 25% (vinte e cinco por cento).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 04 de agosto de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

PAULO JAIR CAVALHEIRO TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

Processo Licitatório Nº 111/2014 - Pregão Presencial Nº 067/2014 - Prestação de Serviços de Higienização - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 111/2014 - FMS

Pregão Presencial nº 067/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação, de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação dos ambientes do ESF'S e da Secretária Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC, conforme normas e especificações contidas neste Edital e em seus anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08 horas do dia 18 de setembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 18 de setembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Receitas Federais do Dia 02.09.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 02/09/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		39.293,51
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	37.061,34
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	33.768,55
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Atenção Básica	29.958,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	29.958,00
4.1.7.2.1.33.11.30.01	Saúde da Família	11.130,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02	Agentes Comunitários de Saúde	12.168,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03	Saúde Bucal	4.460,00
4.1.7.2.1.33.11.30.08	PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade	2.200,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	Vigilância em Saúde	1.429,27
4.1.7.2.1.33.13.20.00	Vigilância Sanitária	1.429,27
4.1.7.2.1.33.14.00.00	Assistência Farmacêutica	2.381,28
4.1.7.2.1.33.14.10.00	Componente Básico da Assistência Farmacêutica	2.381,28
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	3.292,79
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	3.292,79
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.232,17
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.232,17
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.339,30
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	892,87

Luzerna, 03/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira**PREFEITURA****Aviso de Licitação_ Processo Licitatório Nº 0039/2014**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0028/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0039/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0028/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 18 de setembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3157, de 30 de abril de 2014, estará recebendo propostas para a contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria especializada em gestão pública, compreendendo apoio na instauração e acompanhamento dos procedimentos licitatórios indispensáveis à administração municipal, bem como apoio em demais procedimentos específicos, de acordo com as especificações e condições do Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 18/09/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0028/2014, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 02 de setembro de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra**PREFEITURA****Lei Municipal Nº. 4040**

LEI MUNICIPAL Nº. 4040

DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL, A "ASSOCIAÇÃO CARLOS ERNI SCHNAIDER-ACESC".

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica para todos os efeitos reconhecida de Utilidade Pública Municipal, a "Associação Carlos Erni Schnaider-ACESC", sociedade civil, sem fins lucrativos, políticos, raciais ou religiosos, com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro na Rua Coletor Tito Livio Espesin, nº 163, bairro Vila Ivete, em Mafra/ Santa Catarina, fundada em 25 de novembro de 1992, inscrita no CNPJ sob nº 95.951.281/0001-74, protocolada junto ao Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob o registro nº 978, livro A-08 auxiliar, fls 60.

Art. 2º À Entidade de que trata a presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da Legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 27 de agosto de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº. 4041

LEI MUNICIPAL Nº. 4041

DE 19 DE AGOSTO DE 2014.

ALTERA A REDAÇÃO DAS LEIS 1284 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1983 E 648 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1969.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei 1284 de 21 de novembro de 1983 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada Rua Vereador Octávio Licnerski, a rua com início na projeção do lado par da Rua Marechal Floriano Peixoto e término no lado ímpar da Rua João Licnerski."

Art. 2º O Artigo 1º da Lei 648 de 17 de dezembro de 1969 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º A Rua "B" do loteamento Wormsbecker no alto de Mafra passará a denominar-se Padre José Dameck, com início na projeção do lado par da Rua Dr. Mathias Piechnick, e término no lado par da Avenida Presidente Nereu Ramos."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 19 de agosto de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 139/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição e instalação de persianas e papel de parede lavável, destinados as Unidades de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 17/09/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 03 de setembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze Fabiano Maurício Kalil
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 406/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 406/2014.

FORNECEDOR: AREA II HOSPITALAR INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA - ME
CNPJ: 05.755.454/0001-96.
VALOR: R\$ 94.602,15 (Noventa e quatro mil seiscentos e dois reais e quinze centavos)

FORNECEDOR: ADVENTURE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA - EPP
CNPJ: 07.494.105/0001-93
VALOR: R\$ 334.987,54 (Trezentos e trinta e quatro mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)

FORNECEDOR: UNIVEN HEALTHCARE LTDA
CNPJ: 09.420.486/0001-91
VALOR: R\$ 353.000,00 (Trezentos e cinquenta e três mil reais)

OBJETO: Aquisição de aparelho de RX, e demais materiais médico hospitalar (permanente) sendo estes itens fracassados e desertos no processo licitatório nº 525/2014 - Pregão Presencial nº 138/2014, destinados a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) através do Fundo Municipal de Saúde com recursos FUNDAM. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

Mafra, (SC) 03 de setembro de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 381/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 381/2014.

FORNECEDOR: FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA - EPP

CNPJ: 83.483.990/0001-93

VALOR: R\$ 28.125,00 (vinte e oito mil cento e vinte e cinco reais)

FORENECEDOR: BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

CNPJ: 04.435.876/0001-11

VALOR: R\$ 2.712,00 (dois mil setecentos e doze reais)

FORNECEDOR: PROVIDENCIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

CNPJ: 04.780.475/0001-07

VALOR: R\$ 3.004,50 (três mil e quatro reais e cinquenta centavos)

FORNECEDOR: CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA - ME

CNPJ: 00.876.873/0001-62

VALOR: R\$ 1.551,00 (um mil quinhentos e cinquenta e um reais)

FORNECEDOR: CETARB COMERCIO DE MINERIOS LTDA - ME

CNPJ: 81.908.469/0001-25

VALOR: R\$ 3.330,00 (três mil trezentos e trinta reais)

FORNECEDOR: GRAMEIRA COSTA LTDA - ME

CNPJ: 81.498.032/0001-60

VALOR: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

OBJETO: Aquisição de materiais de construção para correção de estragos causados pela enchente (Projeto de recuperação da Praça Expedicionário e Projeto da Rua Ernesto P. Von Lisingen), aprovados pelo COMSAB com recursos do FUMSAB.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

Mafra, (SC) 03 de setembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005, Lei Municipal nº 3.088 de 28 de junho de 2006 e Lei Municipal nº 3197 de 19 de junho de 2007 e no uso das atribuições legais, convoca a cidadã a seguir relacionada, aprovada no Processo Seletivo, Edital nº 002/2013 desta Municipalidade, a comparecer no endereço a seguir:

Na Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12 - (prédio da Prefeitura Municipal de Mafra - SC), no setor de Recursos Humanos e Qualidade, a CANDIDATA CONVOCADA a seguir:

Cargo	Nome
ENFERMEIRA	THAISA CRISTELA GREIN

Comparecer até dia 15.09.2014 (para manifestar interesse pela vaga)

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e

irretratável do Processo Seletivo nº 002/2013, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação.

Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-las pela classificação no Processo Seletivo nº 002/2013 desta Municipalidade.

Mafra, 03 de setembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Tadeu David Geronasso

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 20/2014

RESOLUÇÃO Nº 20/14

2 de setembro de 2014

CONSTITUI COMISSÃO PROCESSANTE EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 201/1967 E NA FORMA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO FEDERAL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Processante, com a finalidade de instauração de procedimento administrativo para cassação de mandato (impeachment) do Senhor Prefeito Municipal Roberto Agenor Scholze, conforme denúncia apresentada pelo funcionário público municipal Helinton Reinaldo Ferreira, no dia 1º de setembro de 2014, pela prática "em tese" de crime de responsabilidade, improbidade administrativa e fraude a licitação.

Art. 2º A Comissão ficou assim composta:

Presidente : Vereador Ednilson Schelbauer

Relator: Vereador Alvaro Schafacheck

Vogal: Vereador Vicente de Paulo Bezerra Saliba

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 2 de setembro de 2014

VER. HEBERT GILSO WERKA

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

Aviso de Chamada Pública Nº 09/2014 - Processo Seletivo 001/2014

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 09

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

O Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracajá/SC, CONVOCA todos os selecionados, conforme a Relação da Classificação Homologada a participarem da Oitava Chamada Pública para preenchimentos de vagas existentes para o Cargo de ENFERMEIRA (o), a realizar-se no dia 08 de Setembro de 2014, às 09:00 hs, no Prédio da Administração Municipal localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro de Maracajá/SC.

Visando o interesse dos inscritos, este aviso será publicado no Mural Público da Prefeitura, no site do município (www.maracaja.sc.gov.br) e no Diário Oficial do Município de Maracajá/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Além das publicações, os inscritos para o cargo desta chamada pública, serão comunicados por telefone, caso o número fornecido no ato da inscrição estiver ativo.

Maracajá/SC, 01 de Setembro de 2014.

Renan Machado Fregúlia

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Marema**PREFEITURA****Decreto Nº 0124 /2014**

DECRETO Nº 0124 /2014

De 28/07/2014

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2014, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 DE 04 de dezembro 2013.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decreta a utilização do Provável Excesso de arrecadação referente CONTRATO DE REPASSE - Nº 804695/2014 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/ CAIXA PROCESSO Nº 2623. 1018944-79/2014, no comparativo do valor da provável arrecadação REF. arrecadação conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 107.250,00 (Cento e sete mil, duzentos e cinquenta reais).

Art. 2º-Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 110

Código	Secretaria/departamento	
06.01	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
funcional	Proj./ativ.	descrição
20.608.2001	1.013	AQUISIÇÃO DE MAQ. E IMPLEMENTOS AGRICOLAS
Modalidade	Fonte	Dotação
44.90000	01.24	107.250,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 28 de julho de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piaseski

Func. Designado

Massaranduba**PREFEITURA****Decreto Nº 2959 de 08 de Agosto de 2014**

DECRETO Nº 2959 DE 08 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios da AMVALI, nos termos da Lei n. 12.305/2010.

O Senhor MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de MASSARANDUBA, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 70 da Lei Orgânica do Município, e pelos artigos 18 e 19, § 9º da Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); e CONSIDERANDO:

I - a necessidade da instituição de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos do artigo 18 da Lei n. 12.305/2010, caracterizado como o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

II - que a adequada solução dos serviços de manejo dos resíduos sólidos exige interação regional entre os Municípios que compõe a Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI, na busca de soluções conjuntas para os problemas comuns;

III - que a Política Nacional de Resíduos Sólidos incentiva os municípios a interagirem regionalmente para o planejamento e a execução dos serviços de manejo dos resíduos sólidos;

IV - que a AMVALI capitaneou o projeto de elaboração de um Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para todos os Municípios que a compõe, otimizando recursos e possibilitando a gestão regional dos resíduos sólidos; e

V - que o § 9º do artigo 19 da Lei n. 12.305/2010 permite a elaboração de Plano Intermunicipal nos casos em que os Municípios optem por soluções consorciadas para a gestão dos resíduos sólidos;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios da AMVALI, nos termos da Lei n. 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 2º Deverão os órgãos públicos municipais tomar conhecimento das condições e metas estabelecidas no Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, para o seu devido cumprimento.

Parágrafo único. Em caso de eventual impossibilidade de cumprimento das condições e metas estabelecidas no respectivo Plano, deverão ser realizados estudos a fim de coaduná-lo à nova realidade política, econômica, ambiental, cultural e social do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Massaranduba, 08 de agosto de 2014.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

CAMILA ROSSI

Gerente do PROCON

Modelo

PREFEITURA

Decreto Nº 232/2014

DECRETO Nº 232/2014 de 15.08.2014

DISPOE SOBRE O INTERESSE PÚBLICO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, RELATIVO À DOAÇÃO DOS LOTES URBANOS, SORTEADOS PARA ATENDIMENTO O PROGRAMA DE ESTÍMULO A EXPEDIÇÃO DE NOTAS FISCAIS, CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, NOS ANOS DE 2006, 2009 E 2010, CONSTATANTE DO DECRETO MUNICIPAL Nº 249/2012 DE 06/12/2012, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO SC, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL

CONSIDERANDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL 8.666/1993;

CONSIDERANDO AS LEIS MUNICIPAIS 1670/2006; 1854/2009; 1837/2009; 1882/2009 E OS DECRETOS MUNICIPAIS 102/2011 E 249/2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de INTERESSE PÚBLICO a doação dos lotes urbanos, do Município de Modelo SC, sorteados para atendimento do programa de estímulo a expedição de notas fiscais, campanha do movimento econômico do município de Modelo SC, nos anos de 2006, 2009 e 2010, conforme abaixo especificado:

1. Lote Urbano nº 8 da quadra 50 no Loteamento Muxfeldt; Ganhador: Nelson Dari Weber RG 12R 2.238.301;
2. Lote Urbano n. 14 da Quadra 96 - Loteamento Jardim; Ganhadora: Anita Albani RG 12R 2.856.896;
3. Lote Urbano n. 15, da Quadra 96 - Loteamento Jardim; Ganhadora: Jandira Bianchetto RG 12 R 2.432.021.

Art. 2º - A Doação dos Lotes conforme descrito no artigo 1º deste Decreto fundamenta-se legalmente, no Parágrafo 4º do artigo 17 da Lei Federal n.8.666/93, sendo de interesse público devidamente justificado.

Parágrafo Único - Conforme dispõe as Leis Municipais nºs: 1670/2006; 1854/2009; 1837/2009; 1882/2009 e os Decretos Municipais 102/2011 E 249/2012, O INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO, justifica-se pelos benefícios do Programa de estímulo a expedição da nota fiscal, através da campanha do movimento econômico, que agrega significativa melhoria do valor adicionado para fins de retorno do ICMS ao Município, objetivando também o ingresso e aumento na arrecadação da receita própria do Município, do pagamento no prazo dos tributos municipais, promovendo desta forma, a melhoria na arrecadação da receita municipal, o desenvolvimento econômico e social, a geração de emprego e renda, fomentando a aquisição de mercadorias e serviços em comércio estabelecido no território do município de Modelo, incluído o estímulo a Emissão da Nota fiscal pelo Produtor Rural.

Art. 3º - Fica atribuído aos ganhadores dos lotes mencionados neste Decreto, o encargo de apresentação de Notas Fiscais, que comprovem a aquisição de mercadorias ou de serviços, no comércio do Município de Modelo SC, ou da Emissão de Nota de Produtor Rural do Município de Modelo, observadas as seguintes condições:

I - As notas fiscais deverão referir-se no mínimo dois exercícios, a partir do exercício seguinte ao sorteio respectivo a cada ganhador, até o final do exercício de 2017.

II - A soma dos valores das notas fiscais de que trata o caput deste artigo, para fins de comprovação do inciso I, deverão corresponder no mínimo a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação dos respectivos lotes sorteados.

Art. 4º - O não cumprimento do encargo, constante do artigo 3º deste Decreto, ocasionará a reversão da propriedade em favor do doador.

Art. 5º - As avaliações dos imóveis, objeto deste Decreto conforme avaliações ficam assim especificadas:

I - Lote Urbano nº 8 da quadra 50, com área de 441,60m², no Loteamento Muxfeldt, Ganhador: Nelson Dari Weber RG 12R 2.238.301. Valor R\$ 5.299,20;

II - Lote Urbano n. 14 da Quadra 96 - com área de 300 m², Loteamento Jardim; Ganhadora: Anita Albani RG 12R 2.856.896. Valor da avaliação R\$ 12.000,00;

III - Lote Urbano n. 15, da Quadra 96 - com área de 300 m², Loteamento Jardim, Ganhadora: Jandira Bianchetto RG 12 R 2.432.021. Valor da avaliação R\$ 12.000,00.

Art. 5º - Fica estabelecido que se não houver o cumprimento pelos beneficiários dos encargos de que dispõe este Decreto, os imóveis reverterão ao patrimônio do município, sem qualquer direito a indenização, devendo constar na matrícula do imóvel, a cláusula de reversão, na forma da Lei,

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto estão consignadas em dotação própria do orçamento vigente e subsequentes.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal 133/2014.

Gabinete do prefeito Municipal de Modelo
aos 15 de agosto de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALECINI
Chefe de Setor

Portaria Nº 136/2014

PORTARIA Nº 0136/2014 de 29.08.2014

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.132/2014 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal ENIO MUNDT, nomeado pelo Decreto nº 154/2012, o exercício das funções do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Externos, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Obras, Estradas e Rodagens do Município de Modelo/SC, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a lotação e atribuição de exercício mencionada na Portaria nº 135/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 29 de agosto de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Portaria Nº 137/2014

PORTARIA Nº 0137/2014 de 01.09.2014.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 30.08.2014 atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde no período de 27.08.2014 a 25.09.2014 (30 dias),

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal LORI HELENA MALDANER, matrícula nº 1789-2, ocupante do cargo efetivo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, lotada no Departamento Municipal de Educação, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 27.08.2014 a 25.09.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27.08.2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
ao 01 de setembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Aviso de Licitação Nº 1091/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1091/2014 - Modalidade Pregão n. 036/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão n. 036/2014, CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL E OU CONTRA TERCEIROS DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE MODELO, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO ANEXO I. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 16/09/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 03 de Setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 278/2014 FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 278/2014 - Modalidade Pregão n. 010/2014

O Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA KACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão n. 010/2014, CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO ANEXO I. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 16/09/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 03 de Setembro de 2014.

MARCIA TERESINHA JACOBY
Gestora do FMS

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Edital de Processo Seletivo Sec Nº 003/2014

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SEC Nº 003/2014. Objeto: Admissão de professores em caráter temporário para Área de Geografia, História e Língua Inglesa, com atuação nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, desenvolvimento das atividades no ano letivo de 2014. Inscrições: de 15 de Setembro a 16 de Setembro de 2014.

Morro da Fumaça em 03 de setembro de 2014.

Queila de Almeida Simões Zanatta

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Errata do Edital de Registro de Preço 095/2014

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Edital de Registro de Preço 095/2014. AQUISIÇÃO DE 01 ENSILADEIRA E 01 ROÇA-DEIRA CONFORME ANEXO, conforme anexo. Altera-se a Data: 19/09/2014 às 09:00. Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari

Secretário de Finanças.

Decreto Nº 076/2014

DECRETO Nº 076/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.572/2013, de 28 de Novembro de 2013

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.235,96 (cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais, noventa e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Órgão 06: SECRETARIA DE AGRICULTURA

Atividade 2.020: Manut. da Secr.Munic. Agric. e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00.0112 -

Aplicações Diretas R\$ 3.652,08

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00.0112 -

Aplicações Diretas R\$ 1.413,71

Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00.00.00.00.00.0112 -

Aplicações Diretas R\$ 170,17

TOTAL R\$ 5.235,96

Art. 2º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão:

I - Por conta da anulação do seguinte crédito orçamentário do exercício em curso:

Órgão 06: SECRETARIA DE AGRICULTURA

Atividade 2.020: Manut. da Secr.Munic. Agric. e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: (30) 3.3.90.00.00.00.00.00.0112 -
Aplicações Diretas R\$ 5.235,96

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional especial ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça, conforme abaixo discriminado:

Órgão 12: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.039: Implantação e Manutenção de CAPS

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0184 -

Aplicações Diretas R\$ 15.500,00

Art. 4º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão:

I - Por conta da anulação do seguinte crédito orçamentário do exercício em curso:

Órgão 12: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.039: Implantação e Manutenção de CAPS

Modalidade de Aplicação: (23) 3.1.90.00.00.00.00.00.0184 -

Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Atividade 2.039: Implantação e Manutenção de CAPS

Modalidade de Aplicação: (24) 3.1.71.00.00.00.00.00.0184 -

Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Atividade 2.039: Implantação e Manutenção de CAPS

Modalidade de Aplicação: (25) 3.3.90.00.00.00.00.00.0184 -

Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 5º - Fica aberto crédito adicional especial ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça, conforme abaixo discriminado:

Órgão 12: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.039: Manutenção do NASF

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0283 -

Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 6º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão:

I - Por conta da anulação do seguinte crédito orçamentário do exercício em curso:

Órgão 12: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.039: Manutenção do NASF

Modalidade de Aplicação: (35) 3.1.90.00.00.00.00.00.0283 -

Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 29 de Agosto de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1662/2014

LEI Nº 1662/2014

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PERMUTAR IMÓVEL COM PARTICULAR SEM TORNAR DE VALORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o imóvel descrito no inciso I, pertencente ao patrimônio do Município de Morro da Fumaça, pelo imóvel descrito no inciso II, pertencente a Leonora Participações e Incorporadora Ltda, sem torna de valor, conforme segue:

I - Um terreno urbano, localizado na Rua Eugênio Pagnan, situado no Município de Morro da Fumaça, Santa Catarina, com área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao OESTE, frente com 15,00 metros com a Rua Eugênio Pagnan; ao LESTE fundos com 15,00 metros com terras de Luiz Cláudio Tuon; de um lado ao NORTE com 40,00 metros com terras Ignez Sartor; e do outro lado ao SUL com 40,00 metros com terras de Alberto Eugênio Espindola, Terreno este sem benfeitorias.

O referido imóvel se encontra cadastrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga-SC, matrícula nº 24.262, fls. 01, ano 2007.

II - Um terreno urbano, situado na cidade de Morro da Fumaça, localizada à Avenida Inocente Pagnan, com área de 764,81 m² (setecentos e sessenta e quatro metros e oitenta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações: frente ao LESTE, com a Avenida Inocente Pagnan medindo 12,00; fundos ao OESTE com a Rua Eugênio Pagnan com 12,00; NORTE com terras de Getúlio Pagnan com 63,15; ao SUL, com terras José Luiz Maccari. Terreno este sem benfeitorias.

O referido imóvel está matriculado sob o nº 28.097 (procedência matrícula 14.074, fls. 01, ano 1990), no Cartório de Registro de Imóveis de Urussanga-SC.

Parágrafo Único - O proprietário do imóvel de matrícula nº 28.097 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga, Leonora Participações e Incorporadora Ltda, deverá promover o desmembramento da parcela de 764,81 m² (setecentos e sessenta e quatro metros e oitenta e um centímetros quadrados) da área total de 8.415,75 m² (oito mil, quatrocentos e quinze metros e setenta e cinco centímetros quadrados), para posterior permuta com o imóvel do patrimônio do Município de Morro da Fumaça.

Art. 2º - Não haverá torna de valores pela referida permuta.

Art. 3º - As despesas com escritura e registro imobiliário correrão, respectivamente, aos bens imóveis recebidos, por conta de cada um dos permutantes.

Art. 4º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,
em 03 de Setembro de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1667/2014

LEI Nº 1667/2014

"DENOMINA RUA ANNA MARCON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Anna Marcon, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Marginal da SC/445, situada no Loteamento Dona Felícia, localidade de Vila Rica, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 03 de Setembro de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1663/2014

LEI Nº 1663/2014

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A FORÇA JOVEM FUMACENSE, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública a FORÇA JOVEM FUMACENSE, com sede no município de Morro da Fumaça, inscrita no CNPJ sob o nº 04.441.635/0001-85.

Art. 2º - Fica assegurada à referida entidade todos os direitos e benefícios da legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Morro da Fumaça,
03 de Setembro de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal
na data supra.

Lei Nº 1664/2014

LEI Nº 1664/2014

"DENOMINA RUA IGNEIZ MORONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Igneiz Morona, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada "A", situada no Loteamento Dona Felícia, localidade de Vila Rica, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 03 de Setembro de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal
na data supra.

Lei Nº 1665/2014

LEI Nº 1665/2014

"DENOMINA RUA MARIA SACCON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Maria Saccon, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada "B", situada no Loteamento Dona Felícia, localidade de Vila Rica, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 03 de Setembro de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal
na data supra.

Lei Nº 1666/2014

LEI Nº 1666/2014

"DENOMINA RUA JOÃO PEDRO BERGMANN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua João Pedro Bergmann, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada "C", situada no Loteamento Dona Felícia, localidade de Vila Rica, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 03 de Setembro de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal
na data supra.

Lei Complementar Nº 032/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 032/2014

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO À ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃO OLARIAS DAS ARTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito do Município de Morro da Fumaça, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso do imóvel constante no art. 2º desta lei, à ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃO OLARIAS DAS ARTES.

Parágrafo único. A beneficiária de que trata o caput deste artigo, é pessoa jurídica de direito privado, sediada na Av. Celeste Recco,

414, Bairro Centro, Morro da Fumaça/SC.

Art. 2º O imóvel objeto da concessão de direito real de uso de que trata a presente lei, pertence à municipalidade, sendo descrito da seguinte forma, conforme memorial descritivo e levantamento topográfico elaborados e arquivados na Secretaria Municipal de Obras: um lote de terras MATRÍCULA DO C.R.I. DE URUSSANGA sob nº 28.901, no lado ímpar da Rua Projetada A da esquina da Rua Projetada B, como área de 5.265 m² (cinco mil duzentos e sessenta e cinco metros quadrados) do Loteamento Silvio Cechinel, nesta cidade, confrontando ao NORTE de 81,10m , com a Rua Projetada A, aos fundos - SUL na extensão de 81,10m com herdeiros de tranqüilo Pellegrin e esposa, ao LESTE na extensão 64,92 m, ao OESTE na extensão 64,92m com área verde.

Art. 3º A concessão de direito real de uso objeto desta Lei, destina-se à construção e implantação de unidade da concessionária.

Art. 4º Fica desafetada de área para equipamento público, o imóvel descrito nesta Lei, para fins de efetivação da Concessão de Direito Real de Uso.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da construção de que trata o caput deste artigo deverão ser arcadas pela Concessionária.

Art. 5º As condições da concessão deverão estar previstas no termo/escritura pública de concessão, sendo indispensáveis em seu conteúdo:

I - a vinculação de uso, que somente poderá ser o previsto no art. 3º desta lei, e pela concessionária descrita no art. 1º;

II - o prazo de concessão, que deverá ser de 20 (vinte) anos, a contar da lavratura da Escritura Pública de Concessão;

III - a obrigação da Concessionária de manter o terreno e realizar as benfeitorias e acessões necessárias para cumprimento da finalidade da concessão,;

IV - a obrigação da Concessionária de responder, a partir da lavratura da Escritura Pública de Concessão, por todos os encargos civis, administrativos, ambientais e tributáveis que vierem a incidir sobre o imóvel objeto da concessão;

V - a previsão de que o Direito Real de Uso a ser concedido poderá ser rescindido, total ou parcialmente, pelo Município Concedente, na hipótese de não utilização do imóvel pela Concessionária, bem como por razões administrativas e de interesse ou necessidade pública ou social;

VI - a previsão de que a alteração da destinação do imóvel, sem prévia e expressa autorização do Município Concedente, implicará na rescisão da concessão independentemente de notificação; e

Art. 6º Ao final da concessão, seja por término do prazo concedido ou por rescisão administrativa motivada, as benfeitorias que restarem incorporadas ao imóvel objeto da presente concessão, passarão a pertencer ao patrimônio público municipal, independentemente de qualquer indenização ou ato formalizador.

Art. 7º A concessionária se responsabilizará pelo uso do imóvel ora cedido, em conformidade com esta lei, com as demais leis municipais, estaduais e federais e, se necessário, pelo cumprimento das exigências dos órgãos ambientais.

Parágrafo único. A concessionária deverá providenciar as licenças necessárias, inclusive, quando exigido, o estudo de impacto ambiental.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1614/2013.

Paço Municipal Auxílio Frasson, em 03 de Setembro de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Dispensa de Licitação FME Nº 07/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FME 07/2014

Processo: DL07/2014 FME.

Data: 01 de setembro de 2014.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Fundação Municipal de Esportes.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE JOGOS DE BOCHA PARA SEREM UTILIZADOS NO CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa: BILHARES E BOCHAS RIO LTDA - ME

CNPJ: 02.581.119/0001-20.

Valor: R\$ R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

Fundamento: Art. 24, inciso II, Lei 8.666/93.

Navegantes, 01 de setembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

Dispensa de Licitação Nº 178/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº178/2014.

Processo: DL178/2014.

Data: 02 de setembro de 2014.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO (EMERGENCIAL) DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO DE REDE DE ÁGUA, SERVIÇOS DE CORTE E RELIGAÇÃO, LIGAÇÃO DE ÁGUA, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, FACE À SUSPENSÃO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL DO PROCESSO LICITATÓRIO - CC 113/2014, ATRAVÉS DA DECISÃO DA LIMINAR CONCEDIDA NO AJUIZAMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA - AUTOS: 0004322-18.2014.8.24.0315.

Empresa: ENGITA CONSTRUÇÕES LTDA.

CNPJ: 04.292.38/0001-36

Valor Total: R\$ 1.197.920,71 (um milhão cento e noventa e sete mil novecentos e vinte reais e setenta e um centavos).

Fundamento: Art. 24, inciso IV, Lei de Licitações.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Extrato Contratual Nº 222/2014.

Extrato Contratual PMN Nº 222/2014

Contrato Nº.: 222/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda.

CNPJ: 03.574.370/0001-20.

Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 01/12/2014.

Licitação : Tomada de Preços nº 109/2014.

Recursos : Dotação: 1.039.4490.00.00.00.00.00

Objeto : Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 149/2014, TP 109/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica (com fornecimento de Materiais) da Avenida Rio do Sul, localizada no Bairro Gravatá, Município de Navegantes,

conforme convênio - Ministério da Integração Nacional.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

Ata Pregão Presencial Nº 35/2014 FMS

Prefeitura Municipal de Navegantes

ATA - Pregão nº 35/2014 FMS

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS, STAR-MED, EFETIVE, DIMACI, PKB, OLIMED, PROSAUDE, BIOTEXTIL, ALTERMED, PRODUVALE, PLASMEDIC, CIR. BELA VISTA, COINTER, A.P. TORTELLI, SCHEID E CASTRO, LM FARMA, TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS, SENDO QUE AS EMPRESAS EFETIVE, PKB, BELA VISTA FORAM AS ÚNICAS QUE APRESENTARAM OS DOCUMENTOS COMPROVANDO QUE SÃO ME/EPP E POSSUEM TAL BENEFÍCIO. AS EMPRESAS A.P. TORTELLI, SCHEID & CASTRO, LM FARMA IND. NÃO ESTAVAM PRESENTES ENTRETANTO ENVIARAM TODA A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE A LICITAÇÃO PARTICIPANDO NORMALMENTE DO CERTAME.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO INFORMARAM AOS LICITANTES QUE OS ITENS 63,64,65,66 FORAM CANCELADOS DA LICITAÇÃO MOTIVADO PELA FALTA DA OBJETIVIDADE EM SEUS DESCRITIVOS (NÃO MENCIONAVA SE ERA DE CIRCUNFERÊNCIA DE 1/2, 1/4, 3/8 ETC) O RESTANTE DOS ITENS SERIAM NORMALMENTE LICITADOS, AS 11:10 H APÓS A VERIFICAÇÃO POR PARTE DA COMISSÃO AS PROPOSTAS FORAM DISPONIBILIZADAS PARA VERIFICAÇÃO DOS LICITANTES SENDO A SESSÃO SUSPESA AS 11:50 E AGENDADO SEU RETORNO PARA AS 13:40 H DO MESMO DIA.

REINICIADA A SESSÃO AS 13:40 H, E NOVAMENTE DISPONIBILIZADO AOS LICITANTES A VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS APÓS FOI ABERTA A SESSÃO DE LANCES, ANTES FOI INFORMADO AOS LICITANTES QUE AS DESISTÊNCIAS DEVERIAM SER PROTOCOLADAS APÓS A SESSÃO NO PRAZO DE 3 DIAS INFORMANDO O MOTIVO E SE FOR O CASO ANEXANDO PROVAS, ASSIM COMO INFORMADO QUE CASO O LICITANTE COTE UM ITEM QUE NÃO ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL PODERÁ RESPONDER ADMINISTRATIVAMENTE ALÉM DA REPROVAÇÃO NO MOMENTO DA AMOSTRA. APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DOS VENCEDORES sendo a única inabilitada a prosaude que apresentou af vencida; QUANDO QUESTIONADO SE OS LICITANTES TERIAM INTENÇÃO DE RECURSO MENCIONOU A EMPRESA olimed que os itens 03,21,38,40,41,79,112 os vencedores não atenderiam o edital com os itens cotados, a efetive diz que os vencedores dos itens 109,115,160 não atendem com a marca que cotaram, prosaude quanto a sua inabilitação, cointer menciona recurso quanto aos itens 29,30,40,41,44,79,115,160 dizendo que as licitantes eu participaram não atendem o descritivo do edital conforme 7.(7.3.7.1 a), momento em que encerra a sessão; Ata vencedores estará disponível no site www.navegantes.sc.gov.br link fornecedores

Pregoeiro e equipe de apoio,

Navegantes 03 de setembro de 2014

NAVEGANTESPREV**Portaria Nº 020 de 02 de Setembro de 2014, "Institui Comissão de Acompanhamento de Concurso Público No Âmbito do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes".**

PORTARIA Nº 020 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

O DIRETOR PRESIDENTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar 99 de 23 de maio de 2011,

RESOLVE:

I - Instituir a Comissão que procederá ao acompanhamento dos tramites para a realização do Concurso Público para provimento de cargos no quadro do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, devidamente criados através da lei complementar 206 de 04 de junho de 2014.

II - A comissão ora instituída terá a seguinte composição:

- a) Vilsemar Olímpio Duarte - Contador e Conselheiro Administrativo - PRESIDENTE
- b) Jaison Fernando Lotério - Professor e Conselheiro Fiscal - MEMBRO;
- c) Joel Vieira - Contador e Conselheiro Administrativo - MEMBRO;
- d) José Estevão Couto Neto - Conselheiro Fiscal - MEMBRO.

III - Esta portaria entra na data da sua publicação e seus efeitos permanecem até a homologação final do referido Concurso Público

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Aviso de Licitação - Concorrência Pública N.º 005/2014 Navegantesprev

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2014 NAVEGANTESPREV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até as 08:50 hs do dia 10/10/2014. Abertura envelopes: as 09:00 hs do dia 10/10/2014. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Av. Cons. João Gaya, n.º 295, Centro em Navegantes/SC ou no site; www.navegantesprev.sc.gov.br.

Navegantes, 03 de setembro de 2014.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do NavegantesPREV

Nova Trento**SAMAE - NOVA TRENTO****Contrato 000021_2014 C.E. Macedo E Cia Lda**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato AGOSTO/2014

Contratado: C.E. MACEDO E CIA LDA

CNPJ: 07.965.552/0001-83

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014-PR

Número do Contrato ou Aditivo: Nº 000021/2014

Fundamento Legal: 8666/93

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA REDI-MENSÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, EM VÁRIOS BAIRROS DESTA CIDADE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014 REALIZADOS NESTA AUTARQUIA.

Data da Assinatura: 28/08/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 04/09/2014

Vigência: 28/08/2013 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:	15.01	17.512.0004
.2035.3.3.90.00.00.00.00.00		

Número do Empenho: 234 E 239/2014

Valor: 14.031,80

Forma de Pagamento: À VISTA

CARLOS TARCISIO BATTISTI

DIRETOR DO SAMAE

Contrato 000022_2014 Corrplastik Industrial Ltda

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato AGOSTO/2014

Contratado: CORRPLASTIK INDUSTRIAL LTDA

CNPJ: 67.731.091/0001-06

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014-PR

Número do Contrato ou Aditivo: Nº 000022/2014

Fundamento Legal: 8666/93

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA REDI-MENSÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, EM VÁRIOS BAIRROS DESTA CIDADE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014 REALIZADOS NESTA AUTARQUIA.

Data da Assinatura: 28/08/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 04/09/2014

Vigência: 28/08/2013 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:	15.01	17.512.0004
.2035.3.3.90.00.00.00.00.00		

Número do Empenho: 235/2014

Valor: 55.167,98

Forma de Pagamento: À VISTA

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

Contrato 000023_2014 Hidroluna Materiais Para Saneamento Ltda

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato AGOSTO/2014

Contratado: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA
CNPJ: 82.977.109/0001-48

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014-PR
Número do Contrato ou Aditivo: Nº 000023/2014
Fundamento Legal: 8666/93

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA REDI-
MENSÃO , AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTECI-
MENTO DE ÁGUA, EM VÁRIOS BAIRROS DESTA CIDADE, DURAN-
TE O EXERCÍCIO DE 2014 REALIZADOS NESTA AUTARQUIA.
Data da Assinatura: 28/08/2014

Data da Publicação no Diário Oficial:04/09/2014
Vigência: 28/08/2013 a 31/12/2014
Programa de Trabalho: 15.01 17.512.0004
.2035.3.3.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:238/2014
Valor: 183,00
Forma de Pagamento: Á VISTA

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

Contrato 000024_2014 Éa Loureiro Epp

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato AGOSTO/2014

Contratado: LÉA LOUREIRO EPP
CNPJ: 04.338.351/0001-68

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014-PR
Número do Contrato ou Aditivo: Nº 000024/2014
Fundamento Legal: 8666/93

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA REDI-
MENSÃO , AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTECI-
MENTO DE ÁGUA, EM VÁRIOS BAIRROS DESTA CIDADE, DURAN-
TE O EXERCÍCIO DE 2014 REALIZADOS NESTA AUTARQUIA.
Data da Assinatura: 28/08/2014

Data da Publicação no Diário Oficial:04/09/2014
Vigência: 28/08/2013 a 31/12/2014
Programa de Trabalho: 15.01 17.512.0004
.2035.3.3.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:237 E 240/2014
Valor: 5.411,00
Forma de Pagamento: Á VISTA

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

Contrato 000025_2014 Tigre S.A Tubos E Conexões

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato AGOSTO/2014

Contratado: TIGRE S.A TUBOS E CONEXÕES
CNPJ: 84.684.455/0069-51

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014-PR
Número do Contrato ou Aditivo: Nº 000025/2014
Fundamento Legal: 8666/93

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA REDI-
MENSÃO , AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTECI-
MENTO DE ÁGUA, EM VÁRIOS BAIRROS DESTA CIDADE, DURAN-
TE O EXERCÍCIO DE 2014 REALIZADOS NESTA AUTARQUIA.
Data da Assinatura: 28/08/2014

Data da Publicação no Diário Oficial:04/09/2014
Vigência: 28/08/2013 a 31/12/2014
Programa de Trabalho: 15.01 17.512.0004
.2035.3.3.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:236/2014
Valor: 21.434,60
Forma de Pagamento: Á VISTA

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

Termo de Homologação Pregão Presencial 01-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO PRESENCIAL
Nr 01/2014 -PR
SAMAE NOVA TRENTO
CNPJ: 95.785.267/0001-48 Processo Administrativo: 11/2014
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356 Processo de Licitação: 11/2014
C.E.P.: 88270-000 -NOVA TRENTO -SC Data do Processo:
15/08/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO DO PROCESSO LICI-
TATÓRIO

O Diretor Do Samae, CARLOS TARCISIO BATTISTI, no uso das
atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, espe-
cialmente pela Lei Nr.8.666/93 e alterações posteriores, a vista do
parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 -HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 11/2014
- b) Licitação Nr.: 1/2014-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 28/08/2014

e) Objeto da Licitação
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA REDIMENSÃO ,
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA, EM VÁRIOS BAIRROS DESTA CIDADE, DURANTE O

EXERCICIO DE 2014 REALIZADOS NESTA AUTARQUIA

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):
Qtde de Itens Média Descto (%) (em Reais R\$) Total dos Itens

006613 C.E. MACEDO E CIA LTDA Valor R\$ 14.031,80
006515 CORRPLASTIK INDUSTRIAL LTDA Valor R\$ 55.167,98
006034 HIDROLUNA MAT. P/SANEAMENTO LTDA EPP Valor R\$ 183,00
006655 LÉA LOUREIRO EPP Valor R\$ 5.411,00
006772 TIGRE S.A TUBOS E CONEXÕES Valor R\$ 21.434,60

Valor Total R\$ 96.228,38

NOVA TRENTTO,03/09/2014
CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato 6º TA ao Ca Nº 061/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº : 006 ao Contrato Administrativo Nº: 061/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: C.A.S. TRANSPORTES LTDA ME
Valor do Aditivo : 1.167,19 (um mil cento e sessenta e sete reais e dezenove centavos)
Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2013
Recursos : Dotação: 40.01-042-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-110-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-043-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-116-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-044-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-130-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-045-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-134-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-051-12.362.0006-2.015.3.3.90.00-109-Manutenção Ensino Médio; 40.01-052-12.362.0006-2.015.3.3.90.00-134-Manutenção Ensino Médio
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste no acréscimo de 2,4 (dois vírgula quatro quilômetros) diários da quilometragem do itinerário constante do item 01 e 3,6 (três vírgula seis quilômetros) diários da quilometragem do itinerário constante do item 05 abaixo descritos, da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação de empresas prestadoras de serviços de Transporte Escolar para alunos do Município de Novo Horizonte, referente o ano letivo de 2014 - Contrato Administrativo Nº 061/2013.

Novo Horizonte/SC, 01 de Setembro de 2014

Orleans

PREFEITURA

Edital de Rwgistro de Preço 136

Município de Orleans.

Edital de Registro de Preço 136/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, conforme anexo.

Data: 09/09/2014 às 13h00min.

Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração.

Edital de Rwgistro de Preço 138

Município de Orleans.

Edital de Registro de Preço 138/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ARES CONDICIONADOS PARA TODA A PREFEITURA, conforme anexo.

Data: 10/09/2014 às 13h00min.

Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração.

Edital de Rwgistro de Preço 139

Município de Orleans.

Edital de Tomada de Preço 139/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE E ABRIGO DE PASSAGEIROS DE ONIBUS.conforme anexo.

Data: 15/09/2014 às 13h00min.

Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini - Secretário de Administração.

Edital de Rwgistro de Preço 140

Município de Orleans.

Edital de Tomada de Preço 140/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DA PONTE PRETA, conforme anexo.

Data: 15/09/2014 às 16h00min.

Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração.

Edital de Rwgistro de Preço 141

Município de Orleans.

Edital de Tomada de Preço 141/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL DEBORA LAURENTINO ETAPA 2 , conforme anexo.

Data: 10/09/2014 às 16h00min.

Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração.

Edital de Rwgistro de Preço 142

Município de Orleans.

Edital de Registro de Preço 142/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA OS CAMINHÕES DA PREFEITURA, conforme anexo.

Data: 12/09/2014 às 16h00min.

Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração.

Abertura de Processo Seletivo Nº011/201

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE ORLEANS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ACT Nº 011/2014

O MUNICÍPIO DE ORLEANS, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 3.658 de 17 de fevereiro de 2014, torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a Lei Complementar nº. 1.929 de 20 de dezembro de 2005, a Lei Complementar nº. 1.957 de 09 de maio de 2006, em caráter temporário em excepcional interesse público e em substituição a servidores efetivos afastados por auxílio-doença, conforme as normas estabelecidas neste Edital.

1. DAS VAGAS, HABILITAÇÕES E REMUNERAÇÃO

O candidato concorrerá a uma das vagas previstas neste Edital e para as que forem criadas e que vagarem futuramente até a validade deste Processo Seletivo, oferecidas para apenas um dos cargos/funções vagos e o vencimento inicial do cargo terá como base o mês da contratação estabelecida em Lei, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Vagas	Cargos	Carga Horária semanal	Habilitações/Escolaridade	Tipo de Prova	Remuneração
01	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	40 hs	Ensino Fundamental Incompleto.	Objetiva	R\$ 964,22

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas no período de 08 de setembro a 19 de setembro de 2014, de segunda a sexta-feira, das 12h30min às 17h30min, no Departamento de Gestão Pessoas, localizado na Rua XV de Novembro, 282, Centro, Orleans SC, com o preenchimento do Requerimento de Inscrição.

DO LOCAL DAS PROVAS

A prova escrita será realizada no dia 28 de setembro de 2014, das 09h00min. às 12h00min., no Centro Administrativo, sito na Praça Celso Ramos nº192 - Centro, Orleans, SC.
EDITAL COMPLETO NO Sítio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br.

Orleans (SC), 03 de setembro de 2014.

valdair DELLA GIUSTINA BAGIO

Presidente da Comissão Permanente de Processo Seletivo

Palhoça

PREFEITURA

Resultado Pregão Presencial Nº159/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
159/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de serviço de caminhão hidrojato de alta pressão combinado com vácuo, com tanques de capacidade mínima de 9.000 litros para sucção e 5.000 litros para hidrojato, com operadores para manuseio do equipamento, a ser utilizado em diversas ruas deste Município.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

ITEM 1 - ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Palhoça, 03 de setembro de 2014.

Resumo de Julgamento das Propostas Referente ao Edital Tomada de Preços Nº 149/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº149/2014

O Município de Palhoça torna público, para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/2014, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa para Execução de Reforma e ampliação do Ginásio de Esportes do Caminho Novo, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, conforme especificado no Edital e seus anexos.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME venceu o item totalizando a importância de R\$ 216.263,11 (duzentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e três reais e onze centavos).

Palhoça, 03 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

Resultado do Pregão Presencial 158/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 158/2014

A Pregoeira, torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 158/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na Aquisição de veículos, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I e Anexo II partes integrantes deste Edital convocatório.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA, CNPJ Nº 83.706.788/0001-83, venceu o item 02, totalizando a importância de R\$ R\$ 143.600,00 (cento e quarenta e três mil e seiscentos reais).

OBS: o Item 01 não foi adquirido.

Palhoça, 03 de setembro de 2014.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS

Pregoeira - Portaria 2365/2014

Errata 01/2014 Pregão Presencial Nº 167/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA Nº 001

PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2014

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Anexo II do edital convocatório, que consiste na aquisição de materiais de informática, Secretaria Municipal de Administração. Informamos que as alterações encontram-se a disposição na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas ou no site www.palhoca.sc.gov.br. E de acordo com o art. 21, § 4º da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, fica prorrogado para o dia 17/09/2014, às 9:00 horas o prazo para a entrega dos envelopes. Os demais itens permanecem inalterados.

Palhoça, 03 de agosto de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal.

Papanduva**PREFEITURA****Decreto Nº 2451, de 01.09.2014 - Horário de Expediente**

DECRETO Nº 2451, DE 01.09.2014.

DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIA, DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAPANDUVA.

DARIO SCHICOVSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e Considerando o Decreto Municipal nº 2443, de 24.07.2014 que Decretou limitação de empenho e movimentação financeira,

DECRETA

Art. 1º. O expediente em todas as repartições públicas municipais, a contar do dia 8 de setembro de 2014, obedecerá ao seguinte horário, de Segunda a Sexta-feira:

I - Edifício da Municipalidade, Posto de Atendimento Previdenciário, Junta de Serviço Militar, Defesa Civil, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social e seus Departamentos: Das 08:00 às 14:00

II - Sec. de Infraestrutura: Das 07:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:00

III - Secretaria da Saúde: Departamentos de Contabilidade, Vigilância Sanitária, Regulação, Avaliação e Auditoria: Das 08:00 às 14:00

IV - Secretaria de Saúde: Demais Setores e Departamentos: Das 07:30 às 12:00 e das 13:30 às 16:30

V - Telecentros e Biblioteca Pública Municipal: Das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00

§ 1º. Os serviços essenciais, operacionais, emergenciais e de plantão, seguirão os horários determinados pelo Secretário de cada pasta e/ou Chefe da Autarquia.

§ 2º. O Conselho Tutelar, CRAS, SAMAE e IPREPAV, permanecem com os horários inalterados, como sendo: Das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 01 de setembro de 2014.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta prefeitura municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

Ata de Registro de Preços Nº 064/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 064/2014**

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 084/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa A. G. KIENEN & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 82.225.947/0001-65, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município, conforme itens descritos na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 81.504,30 (oitenta e um mil, quinhentos e quatro reais e trinta centavos), relativos aos itens 42, 49, 80, 90, 120, 125, 145, 164, 167, 168, 179, 180, 181, 235, 247, 248, 249, 253, 258, 259, 260, 261, 271, 291, 303, 309, 317, 323, 324, 327, 328, 339, 342, 346, 399, 409, 414, 432, 434 e 446, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 084/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).;

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;

b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação na Rua Jacob Schadeck nº 1207, Centro, Papanduva/SC, sede do Fundo Municipal de Saúde (SUS);

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Registrada Vencedora deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a registrada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a registrada vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de

contrato decorrente de registro de preços;
8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de agosto de 2014.

Silvana Frederico Trindade

Pregoeira

Eliton Luis de Souza Prestes

Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski

Equipe de Apoio

Otávio Hunka

Equipe de Apoio

A. G. KIENEN & CIA LTDA - ME

Odair José Leandro Dias

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 066/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 066/2014

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 084/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 04.260.590/0001-60, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município, conforme itens descritos na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o

segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 43.550,40 (quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta reais e quarenta centavos), relativos aos itens 12, 24, 43, 44, 51, 53, 67, 76, 77, 96, 115, 132, 138, 140, 159, 278, 293, 298, 311, 345, 396, 402, 412, 427 e 433, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 084/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).;

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
- Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação na Rua Jacob Schadeck nº 1207, Centro, Papanduva/SC, sede do Fundo Municipal de Saúde (SUS);

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Registrada Vencedora deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a registrada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a registrada vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;
c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;
b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de agosto de 2014.

Silvana Frederico Trindade
Pregoeira

Eliton Luis de Souza Prestes
Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski
Equipe de Apoio

Otávio Hunka
Equipe de Apoio

ANGAI Distribuidora de Medicamentos Ltda - EPP

Odair Jose Leandro Dias
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 079/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 079/2014

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 084/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa S & R DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 04.889.315/0001-92, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município, conforme itens descritos na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 72.211,05 (setenta e dois mil, duzentos e onze reais e cinco centavos), relativos aos itens 19, 32, 40, 45, 66, 92, 99, 114, 139, 146, 149, 171, 175, 193, 224, 239, 240, 241, 267, 277, 285, 287, 310, 315, 316, 352, 367, 370, 371, 374, 382, 386 e 388, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 084/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a

diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação na Rua Jacob Schadeck nº 1207, Centro, Papanduva/SC, sede do Fundo Municipal de Saúde (SUS);

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Registrada Vencedora deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a registrada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a registrada vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de agosto de 2014.

Silvana Frederico Trindade
Pregoeira

Eliton Luis de Souza Prestes
Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski
Equipe de Apoio

Otávio Hunka
Equipe de Apoio

S & R Distribuidora Ltda
EPP

Odair José Leandro Dias
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 067/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 067/2014

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 084/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.652.030/0001-70, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município, conforme itens descritos na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 41.625,00 (quarenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais), relativos aos itens 11, 64, 161, 189, 191, 192, 199, 207, 215, 223, 236, 255, 262, 318, 372, 390, 397, 401, 417, 423, 430, 431 e 444, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 084/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).;

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação na Rua Jacob Schadeck nº 1207, Centro, Papanduva/SC, sede do Fundo Municipal de Saúde (SUS);

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Registrada Vencedora deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a registrada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a registrada vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese

de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.
9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de agosto de 2014.
Silvana Frederico Trindade
Pregoeira

Eliton Luis de Souza Prestes
Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski
Equipe de Apoio

Otávio Hunka
Equipe de Apoio

CENTERMEDI Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Odair José Leandro Dias
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 073/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 073/2014

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 084/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 06.035.038/0001-86, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município, conforme itens descritos na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 27.652,65 (vinte e sete mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), relativos aos itens 07, 50, 69, 72, 74, 320, 330, 347, 356, 375, 380, 403, 424 e 453, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 084/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).;
2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação na Rua Jacob Schadeck nº 1207, Centro, Papanduva/SC, sede do Fundo Municipal de Saúde (SUS);
4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das

especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Registrada Vencedora deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a registrada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a registrada vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de agosto de 2014.

Silvana Frederico Trindade

Pregoeira

Eliton Luis de Souza Prestes
Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski
Equipe de Apoio

Otávio Hunka
Equipe de Apoio

EXTRA Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda EPP

Odair José Leandro Dias
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 072/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 072/2014

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 084/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.520.829/0001-40, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município, conforme itens descritos na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 27.884,00 (vinte e sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais), relativos aos itens 15, 22, 31, 35, 48, 119, 154, 211 e 213, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 084/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no

momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).;

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação na Rua Jacob Schadeck nº 1207, Centro, Papanduva/SC, sede do Fundo Municipal de Saúde (SUS);

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Registrada Vencedora deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a registrada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a registrada vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de

empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de agosto de 2014.

Silvana Frederico Trindade
Pregoeira

Eliton Luis de Souza Prestes
Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski
Equipe de Apoio

Otávio Hunka
Equipe de Apoio

DIMASTER Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Odair José Leandro Dias
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 061/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 061/2014**

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 102/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 06.194.440/0001-03, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais odontológicos destinados ao Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
- 1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 5.800,083 (cinco mil, oitocentos reais e oitenta e três centavos), relativos aos itens 03, 08, 19, 26, 49, 56, 57, 63, 73, 79, 87, 94, 95, 104 e 136, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 102/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
- a) Edital de Pregão Presencial nº 102/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E**RECEBIMENTO**

- 4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue diretamente na sede do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Jacob Schadeck, nº 1207, Centro, Papanduva/SC, conforme solicitação em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da requisição ou pré empenho emitido pelo Fundo Municipal de Saúde, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;
- 4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
- 5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- 5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 102/2014 e seus anexos;
- 5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 6.1 - Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

- 7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.
- 7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:
- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:
- 8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta Ata de Registro de Preços;
- 8.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

- 8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 - A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.
- 9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 18 de agosto de 2014.
Fábio José Padilha
Pregoeiro

Erli Edvina Wunsche Bacellar
Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski
Equipe de Apoio

Otávio Hunka
Equipe de Apoio

ODONTOMEDI Produtos Odontológicos e Hospitalares - EPP

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 083/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 083/2014

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 083/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de materiais para a produção de artesanato desenvolvido no CRAS e no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 18.269,73 (dezoito mil, duzentos e sessenta e nove reais e setenta e três centavos), relativos aos itens 09, 11, 12, 13, 14, 30, 31, 33, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 79, 82, 84, 86, 87, 117, 123, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 143, 144, 145, 147, 153 e 155, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 083/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.;
- 2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
- a) Edital de Pregão Presencial nº 083/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 07 (sete) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede do CRAS, sito a Rua João Greinert, nº 21, Centro, Papanduva/SC;
- 4.2 - Não serão aceitos os itens que a contratada entregar fora das especificações constantes no anexo I do edital licitatório;
- 4.3 - Os produtos somente poderão ser entregues com o acompanhamento dos servidores municipais designados para isto;
- 4.4 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
- 5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- 5.3 - Cumprir todas as disposições constantes no edital Pregão

Presencial nº 083/2014 e seus anexos;
5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a EMPRESA VENCEDORA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido nesta Ata de Registro de Preços;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Registrada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital e/ou desta ata de registro de preços;
- 8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 29 de agosto de 2014.

Fábio José Padilha

Pregoeiro

Erli Edvina Wunsche Bacellar

Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski

Equipe de Apoio

Otávio Hunka

Equipe de Apoio

Papelaria São Bento Ltda - ME

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 02/2014

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.
INSTITUI NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES O SISTEMA DE BANCO DE HORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão Sérgio Delfino Joaquim, Vereador, Presidente da Câmara Municipal de Passo de Torres/SC, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Câmara, Art. 14, VI, "h", faz saber a todos os habitantes do município que a Mesa propôs, o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - INSTITUI o sistema de Banco de Horas dos servidores da Câmara de Vereadores de Passo de Torres, disciplinando a compensação das horas excedentes ao horário normal trabalhadas em dias úteis, domingos e feriados, computadas como horas créditos, compensadas em horas folgas, observando-se os seguintes critérios:

I - As horas trabalhadas além do horário de expediente normal, entendidas como extensão de jornada, serão compensadas, observadas as jornadas semanais dos servidores do legislativo (30 horas semanais).

II - A compensação de horas, devidamente registradas no Banco de Horas é extensiva aos servidores detentores de funções de confiança.

III - As horas trabalhadas aos domingos e feriados, desde que não façam parte do sistema de revezamento de horário, previsto em lei específica, serão compensadas na proporção de uma hora trabalhada por duas horas de folga e as trabalhadas em dias úteis, além das 30 (trinta) horas semanais, serão compensadas na proporção de uma hora trabalhada por uma hora folga.

IV - A compensação do Banco de Horas, prevista nesta resolução, deverá, obrigatoriamente, ocorrer dentro da mesma semana em que foi trabalhado com horas excedentes, nos termos da Lei Municipal nº 118/94, sob pena de responsabilização da chefia imediata onde o servidor está ou esteve lotado, cabendo-lhe, neste caso, pagamento das mesmas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho do cargo, no sétimo mês a contar da aquisição, por ocasião do pagamento de seus vencimentos regulares.

V - As horas folgas serão concedidas mediante solicitação prévia pelo servidor, ou escalonamento dos servidores, após autorização expressa da chefia imediata, com a devida comunicação ao Departamento de Recursos Humanos, para registro e controle, afim de evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos, observado o prazo previsto no inciso IV do Art. 1º, desta Lei.

Art. 2º - Quando houver transferência do servidor de local de trabalho, as respectivas horas contabilizadas no banco de horas da Secretaria, deverão ser compensadas ou pagas, antes da efetivação da transferência.

Art. 3º - É vedado ao servidor faltar ao trabalho, sem prévia comunicação e autorização da chefia imediata, para posterior compensação das faltas no Banco de Horas.

Art. 4º - Nos locais de trabalho onde não exista sistema eletrônico de registro e controle de frequência dos servidores públicos

municipais em livro ponto, somente serão computadas como horas créditos com direito à compensação, aquelas previamente autorizadas e registradas em cartão ponto e/ou registro manual através do livro ponto ou folha individual de frequência devidamente vistados pela chefia imediata do órgão de lotação do servidor, observada a jornada semanal de trabalho.

Art. 5º - Em caso de exoneração e/ou rescisão do contrato de trabalho, as horas constantes do Banco de Horas, serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) no valor da hora normal.

Art. 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de setembro de 2014.
Sérgio Delfino Joaquim
Presidente

Registre-se e publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Marlene Dutra Vidor
1º Secretária

Decreto Legislativo Nº 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 02, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

APROVA PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica aprovado o parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, processo P.C.P. nº 13/00318799, parecer prévio nº 0152/2013, que recomenda a Câmara de Vereadores a APROVAR AS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2012, dos Prefeitos Municipais à época.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 03 de setembro de 2014.
Sérgio Delfino Joaquim
Presidente

Registre-se e publique-se
Registrado e publicado nesta Secretaria da data supra.

Marlene Dutra Vidor
1º secretaria

Penha

PREFEITURA

Contrato Nº 36/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2014 - FMAS
LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº.10/2014 -FMAS, modalidade
Pregão Presencial nº. 14/2014 -FMAS
CONTRATADA: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA.
OBJETO: fornece caixas de papel A4 para Prefeitura por meio da
Secretaria da Assistência Social.
VALOR TOTAL: R\$ 5.400,00 (cinco mil quatrocentos reais).
VIGÊNCIA: até 31.12.2014

Penha, 02 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
PELA PREFEITURA

Pp50/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2014 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2014 - PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - SETOR ÁGUAS DO ITAPOCOROY DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 16/09/2014 às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 17/09/2014 às 14:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.
O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 03 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2088/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2088/2014
SUSPENDER PREVENTIVAMENTE, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar do dia 22/08/2014 à 20/09/2014, o Diretor de DEPRANPEN MAURICIO OLÍVIO BROCKVELD, com a finalidade de evitar que o mesmo interfira na apuração dos fatos, sem prejuízo salarial durante o afastamento, tendo em vista que ainda não se instalou o contraditório e a ampla defesa e ante a gravidade da situação. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22/08/2014.

Penha/SC, 03 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Lei Nº 2722

LEI Nº 2722/2014

"Autoriza o poder executivo a conceder os serviços de remoção, guarda e depósito de veículos automotores em decorrência de infração de trânsito e aplicação de medidas administrativas e da outras providências."

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante licitação, a execução dos serviços relativos a remoção, guarda e depósito de veículos em decorrência de infração previstas na legislação de trânsito, nas vias públicas abertas a livre circulação deste município, a pessoa jurídica que demonstrem capacidade para seu desempenho.

Art. 2º - A concessão dos serviços de que trata esta Lei será realizado mediante processo licitatório específico, à pessoa jurídica de direito privado e terá vigência de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogável por igual período, incluído o prazo necessário à implantação do empreendimento.

Parágrafo Único: Á empresa vencedora do certame será concedido prazo de 120 (cento e vinte dias) para a devida adequação/instalação de estrutura, conforme exigências do artigo 3º, estando ou não já sediada no município de Penha.

Art. 3º - O contratado deverá cumprir as seguintes exigências mínimas, sem prejuízos de outras determinadas por legislação:

I - ter local apropriado, iluminado e cercado, que ofereça segurança e recepção 24 horas por dia, a fim de atender tanto os agentes e entidades executivas de trânsito, assim definidos na legislação, o público em geral, bem como zelar pela total segurança dos veículos recolhidos, do qual passa a ser depositário fiel;

II - ter área mínima de 3.000 metros quadrados e coberta que proporcione o abrigo de no mínimo, 50 (cinquenta) automóveis e 100 (cem) motocicletas;

III - receber todo e qualquer veículo, assim classificados no Art. 96, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) quando devidamente apreendidos, removidos ou retirados de circulação pelos Agentes da Autoridade de Trânsito, exceto aqueles com restrições judiciais, comunicação de furto ou tração animal;

IV - cobrar pela permanência do veículo no depósito o valor previsto no processo licitatório e no contrato;

V - liberar os veículos somente para seus proprietários ou procuradores, mediante a regularização do motivo do recolhimento, devidamente comprovada; e

VI - possuir um sistema informatizado de registro e controle do qual deve constar, no mínimo, a identificação do veículo, nome do condutor ou proprietário, data do recebimento e data da saída do veículo.

Art. 4º O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei sujeitará o referido explorador as sanções previstas no contrato,

que poderão variar de multa a perda da delegação através de rescisão unilateral do contrato por parte do Município, sem o pagamento de nenhuma indenização por parte deste e sem prejuízo de outras medidas previstas em Lei.

Art. 5º - Ao Órgão Executivo Municipal de Trânsito - DETRANPEN, caberá disciplinar e fiscalizar o serviço implantado, de acordo com a legislação em vigor, em especial a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e Resoluções do CONTRAN.

Art. 6º - A remuneração dos serviços concedidos será efetuada pelos usuários mediante pagamento a rede bancária, em Guia de pagamento, em conta corrente bancária especialmente aberta para esse fim.

§ 1º - As tarifas estabelecidas na proposta vencedora refletirão os custos com a implantação, operação e manutenção dos serviços de remoção e depósito.

§ 2º - Do valor das tarifas, será deduzido e creditado ao Município (ou DETRANPEN) o percentual ofertado na proposta vencedora, a título de implantação, operação e manutenção do sistema informatizado de cadastro de veículos removidos e a fiscalização dos serviços prestados.

Art. 7º - As tarifas estabelecidas serão reajustadas anualmente, nos termos da legislação pertinente e observado o edital e as cláusulas do contrato.

Art. 8º - A revisão das tarifas dar-se-á para corrigir eventuais distorções na estrutura de custos dos serviços, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 9º - A remoção só poderá ser efetuada, pela concessionária na presença e com a prévia autorização do agente de trânsito responsável pela autuação.

Art. 10º - Em nenhuma hipótese o pagamento das tarifas poderá ser recebido diretamente pela concessionária.

Art. 11 - A concessionária deverá manter o funcionamento dos serviços de remoção e depósito, durante 24 horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

Parágrafo único - O procedimento de liberação do veículo será realizado no próprio local do depósito em horário a ser estabelecido pelo DETRANPEN.

Art. 12 - A Concessionária deverá receber o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo recolhido pelo agente de trânsito no ato da autuação, devendo ser arquivado em ordem alfanumérica de placa, em local destinado especificamente para esta finalidade.

Parágrafo único - O contrato preverá sanção na hipótese de extravio ou perda dos documentos deixados sob a guarda da concessionária.

Art. 13 - A liberação do veículo será providenciada mediante a regularização do veículo e da apresentação das Guias de Pagamento devidamente autenticadas, que comprovem o recolhimento de todas as taxas, impostos e multas devidas pelo proprietário do veículo, registradas no sistema informatizado do DETRAN/SC.

Art. 14 - No ato da entrega do veículo será devolvido ao proprietário ou seu representante legal habilitado, mediante recibo, o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo recolhido no ato da autuação e remoção.

Art. 15 - Haverá um livro de registro em local visível ao usuário,

no qual o condutor ou proprietário, ao retirar o veículo, registrará eventuais danos, ou falta de equipamentos e/ou acessórios, ou, ainda, a sua inconformidade pelo estado do veículo.

Parágrafo Único: A concessionária deverá enviar relatório trimestral, de todos os registros previstos neste artigo, endereçado ao DETRANPEN e para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 16 - A concessionária é responsável desde a autorização, pelo agente de trânsito, para remoção, até a entrega do veículo ao proprietário ou representante legal, por danos causados ao veículo e pela comprovada falta de equipamentos e/ou acessórios, assegurado o direito de regresso contra o autor do dano ou responsável pelo fato.

Art. 17 - A concessionária manterá, durante todo tempo da concessão, seguro de responsabilidade civil destinado a cobrir prejuízos causados por danos materiais (furto, roubo, incêndio, etc.) e contra terceiros, nos veículos em remoção, removidos e/ou depositados sob sua responsabilidade.

Art. 18 - A concessionária deverá manter sistema informatizado de comunicação, que possibilitem o perfeito fluxo de dados com o DETRAN/SC.

Art. 19 - A concessionária assumirá integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços públicos concedidos, de acordo com esta Lei e com o edital respectivo.

Art. 20 - O DETRANPEN poderá autorizar pontos para localização de equipamentos da concessionária, fora do Centro de Remoção e Depósito, destinados a agilizar o procedimento de remoção.

Parágrafo único - Em caráter excepcional, mediante prévio aviso, o DETRANPEN ou seus conveniados poderão requisitar a presença de pessoal e equipamentos da concessionária para atender a operações especiais.

Art. 21 - Os veículos recolhidos ao depósito e não retirados por seus proprietários, ou por quem de direito, dentro do prazo de noventa dias, serão levados a hasta pública, na forma do Art. 328, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 e Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, deduzindo-se do valor arrecadado o montante da dívida relativa a tributos, multas e encargos legais, e o saldo se houver, depositado a conta do ex-proprietário, na forma da lei.

Art. 22 - O DETRANPEN estabelecerá um sistema de identificação visual dos veículos utilizados na operação de remoção e dos locais destinados para instalação dos depósitos de veículos.

Art. 23. Caberá ao agente público responsável pela remoção do veículo, emitir Termo de Retirada de Veículo de Circulação, que discriminará:

I - os objetos que se encontrem no veículo;

II - os equipamentos obrigatórios ausentes;

III - o estado geral da lataria e da pintura;

IV - os danos causados por acidente, se for o caso;

V - identificação do proprietário e do condutor, quando possível;

VI - dados que permitam a precisa identificação do veículo.

§ 1º O Termo de Retirada de Veículo de Circulação será preenchido

em três vias, sendo a primeira destinada ao proprietário ou condutor do veículo apreendido; a segunda ao órgão ou entidade responsável pela custódia do veículo; e a terceira ao agente de trânsito responsável pela remoção.

§ 2º A concessionária enviará ao DETRANPEN e para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Vereadores, relatório mensal de todos os veículos recolhidos ao depósito e os liberados, constando o nome do proprietário, marca/modelo/placa do veículo e a infração que originou a remoção do veículo.

Art. 24. Em caso de veículo transportando carga perigosa ou perecível e de transporte coletivo de passageiros, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 5º do artigo 270 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 25. O Termo de Retirada de Veículo de Circulação será elaborado a partir do disposto na Lei Federal nº 9.503/97 e suas alterações posteriores, bem como no disposto na Resolução CONTRAN nº 53, de 21 de maio de 1998.

Art. 26 - As demais regras que regerão a licitação e o contrato de concessão serão definidas em edital, atendidas às disposições das Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 27 - Os serviços públicos de que trata esta lei poderão ser objeto de convênio a ser firmado entre o DETRANPEN e os órgãos do Sistema Nacional de trânsito ou demais entes e entidades, para a consecução do serviço de remoção, depósito, guarda e leilões de veículos, sucatas e similares.

Art. 28 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 29 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30 - Revogam-se as disposições em contrário.

Penha, 02 de setembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, ao segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Decreto Nº 2089

DECRETO Nº 2089 /2014

“Abre crédito adicional suplementar, nos termos do artigo 40,41,42 e 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 11, 13 e 14 da Lei municipal 2658 de 19 de novembro de 2013.”

Art.1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 244.500,00 (Duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), conforme art.11, 12 e 14 da Lei Municipal nº 2658/13 de 19 de novembro de 2013, como segue:

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino
Programa de Trabalho: 12.361.0009
Atividade: 2.023 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte de Recursos: 0633 - Transferência de Convênios - Educação
4.4.90.00.00.00.00.00/074 - Aplicações Diretas R\$- 244.500,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento ao crédito suplementar aberto na forma do Art. 1º, correrão à conta dos Recursos do Ministério da Educação/FNDE, processo administrativo FNDE nº 23034.005578/2013-93.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 03 de setembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Decreto Nº 2090/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2090/2014

DESIGNAR: o funcionário DOUGLAS DO PRADO, para responder pelo Setor DETRAPEN, no período de 22/08/2014 a 20/09/2014
Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22/08/2014.

Penha/SC, 03 de setembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Contrato 107/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO 37/2014 - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º06/2014 - FMS
Contrato: 107/2014 - FMS

Contratado: INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA, denominado HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN, localizada na Avenida Marcos Konder, nº 1.111, Centro, Itajaí/SC, CEP: 88.309-480, inscrita no CNPJ de nº 60.194.990/0001-78.

Valor: R\$ 40.000,00 (nove mil setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos)

Vigência: 31/12/2014

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas Alterações.

Penha, 03 de Setembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2091

DECRETO Nº 2091/2014

"Institui comissão provisória para coordenar a execução do Projeto Orla e dá outras providências."

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso XXII do Art. 65, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a assinatura do Termo de Adesão ao Projeto Orla realizado pelo Município, e conforme orientação da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla de Santa Catarina - CTE;

Considerando a necessidade da coordenação por parte do Município para a mobilização, execução e criação do Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima e do Comitê Gestor que gerenciará o plano a nível local;

Considerando a necessidade da elaboração da agenda de atividades para se alcançar o fim proposto;

Considerando a necessidade de coleta de documentos técnicos e cartográficos afins; e

Considerando a convocação de audiências públicas para legitimação do Plano de Gestão Integrada da Orla;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão provisória para coordenar a mobilização e execução das atribuições postas sob a responsabilidade do Município para se alcançar o fim que objetivou a adesão ao Projeto Orla para nossa costa litorânea, composta pelos seguintes servidores:

- I - Ana Paula dos Santos - Coordenadora de Meio Ambiente
- II - Daniela Serpa - Diretora de Turismo;
- III - Everaldo Moraes dos Santos, Engenheiro Sanitarista do SEPLAN;
- IV - Liete José Laurentino - Engenheiro Civil, do SEPLAN;
- V - Dorval Carvalho Gonzalver - Secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável;
- VI - Fernando Da Silva - Coordenador de Marketing e Eventos da Secretária de Turismo;
- VII - Wagner Borges Figueiredo - Procurador Geral do Município;
- VIII - Marizete da Costa - Procuradora do Município;
- IX - Sirlene Maria de Souza - Coordenadora Educacional
- X - Elza Cristina Pinto - Auxiliar de Coordenação
- XI - Giovane Francisco Dias - Chefe de Setor Secretaria de Agricultura e Pesca
- XII - Alan Osvaldo da Silva - Coordenação de Pesca

Parágrafo único. A coordenação Executiva Municipal do Projeto Orla estará a cargo desta Comissão para todos os efeitos legais.

Art. 2º A Coordenação dos trabalhos será exercida pela Coordenadora do Meio Ambiente, auxiliado pelo Coordenador de marketing e Eventos da Secretária de Turismo a quem compete substituí-lo nos casos de impedimento.

Parágrafo único. Compete ao Coordenador designar um dos Membros da Comissão para os trabalhos de secretaria do colegiado.

Art. 3º As reuniões da Comissão serão convocadas pelo Coordenador com antecedência mínima de três dias úteis, devendo a convocação mencionar o(s) assunto(s) principal (is) a ser (em) tratado(s), para conhecimento prévio dos demais membros.

§ 1º . Das reuniões poderá participar qualquer pessoa que a Coordenação entender importante para o desenvolvimento dos

trabalhos.

§ 2º - As reuniões deverão ser reduzidas a termo, focando os atos planejados e elaborados pelo secretário do colegiado.

Art. 4º Os Servidores públicos municipais da administração direta e indireta ficam obrigados, sob pena de responsabilidade funcional, a prestarem, no prazo que lhes for formalmente solicitado pela Coordenação, todas as informações.

Art. 5º Fica o Coordenador autorizado a solicitar, em nome do Município, informação a qualquer órgão público ou pessoa de direito privado, que for necessária a elaboração dos trabalhos.

Art. 6º A Comissão terá o prazo de 6 (seis) meses para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por motivos expressos e formalmente justificados.

Art. 7º O exercício das funções de membro da comissão provisória instituída por este Decreto, será considerado como prestação de serviços relevantes, sem ônus ao Município.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 03 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Contrato Nº 105/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2014 - FMS

CONTRATADO: Bagatoli Comercio de Imóveis Ltda Me

Licitação: Processo Licitatório nº 31/14 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 20/14 - FMS

OBJETO: fornecer eletrodomésticos e eletrônicos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde.

VALOR TOTAL: R\$ 50.019,60 (cinquenta mil, dezenove reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 03 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
PELA PREFEITURA

Contrato Nº 106/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2014 - FMS

CONTRATADO: Rodrigues do Amaral & Amaral Ltda Me

Licitação: Processo Licitatório nº 31/14 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 20/14 - FMS

OBJETO: fornecer eletrodomésticos e eletrônicos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde.

VALOR TOTAL: R\$ 63.700,00 (sessenta e três mil, setecentos reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 03 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
PELA PREFEITURA

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Aviso Audiência Pública

Convite Audiência Pública

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através do Prefeito Municipal Sr. EUZEBIO CALISTO VIECELI, convida toda população de Pinheiro Preto para participarem da Audiência Pública para tratar dos seguintes assuntos:

- Demonstração e avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2014, em atendimento ao preceituado no §4º, do artigo 9º, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Análise e Revisão do PPA (Plano Plurianual), Elaboração e discussão da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2015, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º e 2º, da Constituição Federal, do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Federal nº 4.320/64.
- Avaliação das ações e serviços de saúde em atendimento ao artigo 41º da Lei Complementar 141/2012.

Contamos com sua honrosa presença.

Local: Gabinete do Prefeito Municipal - sito na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111.

Data: 08 de setembro de 2014

Horário: 14 horas

Atenciosamente

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 303, de 01 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 303, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 003/2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado do teste seletivo, edital nº 003/2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o resultado de classificação final para a função temporária de Analista de Licitações e Atos Administrativos, Teste Seletivo Edital nº 003/2014, na forma do resultado apresentado pela Comissão de Seleção, anexo a presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
01 DE SETEMBRO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

ANEXO

PORTARIA Nº 303, DE 01 DE SETEMBRO DE 2012
RESULTADO TESTE SELETIVO
RESULTADO DO TESTE SELETIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO 23 DE AGOSTO DE 2014

NOME	ACERTOS	NOTA	CLASSIF.
Helin Perazzoli	21	8,4	1º
Idiane Caetano Gonçalves	18	7,2	2º
Bárbara Aparecida Perin	16	6,4	3º
Laciane Renata Baseggio	14	5,6	4º
Andrena B. Rigo	11	4,4	
Luana Cristina Mengatto	11	4,4	
Débora Rocha Vieira	10	4,0	
Lorinez Denardi Cardoso	9	3,6	
Ana Paula D. Carletto	9	3,6	

Videira, 25 de Agosto de 2014

Odivar Clóvis Biscaro

Membro da AMARP

Vera Matheus de Castro

Membro da AMARP

Ponte Serrada

PREFEITURA

Extrato 0092/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0092/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0042/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO ÓLEO DIESEL COMUM, PARA A FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, CONFORME CONVÊNIO Nº 2014TR002099.

Recebimento de Envelopes: até as 08h50min do dia 17/09/2014.

Abertura: às 09h00min horas do dia 17/09/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 03 de setembro de 2014.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato 0027/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0027/2014- FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0019/2014- FMS

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL DE FORMA PARCELADA PARA USO JUNTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Recebimento de Envelopes: até as 13:50MIN do dia 17/09/2014.

Abertura: às 14h00min horas do dia 17/09/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 03 de setembro de 2014.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Complementar Municipal Nº 054, de 03 de Setembro de 2014

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 054, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA, ACRESCENTA E SUPRIME TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 033, DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autores: Vereadores Joel Orlando Lucinda, João Paulo Serpa, João Mendes e Eduardo Prado.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O Caput do artigo 315 da Lei Complementar Municipal nº 033/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 315: Em desmembramentos de imóveis, dentro do perímetro urbano, o proprietário fica isento da obrigação de ceder às áreas descritas na Tabela I do artigo 313 desta Lei, desde que o referido desmembramento não resulte em mais de 09 (nove) lotes"

Art. 2º Adiciona o Artigo 315-A a Lei Complementar Municipal nº 033/2011, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 315-A: Em parcelamento de imóveis das áreas remanescentes da gleba, cujo desmembramento anterior tenha ocorrido num prazo inferior a 5 (cinco) anos e onde o somatório das áreas parcelados neste período corresponda a mais de 09 (nove) lotes, será exigida a doação das áreas descritas na Tabela I do artigo 313 desta Lei."

Art. 3º Suprime o Caput do artigo 319 e seus parágrafos primeiro e segundo.

Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 03 dias do mês de setembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.192, de 28 de Agosto de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.192, DE 28 DE AGOSTO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE REGULARIZAÇÃO DE OBRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - As Obras comprovadamente efetuadas até 31 de dezembro de 2012, executadas sem o devido licenciamento ou que tenham ignorado os projetos aprovados, poderão ser regularizadas, a requerimento do interessado.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, considerar-se-ão obras, as edificações, construções, modificações, acréscimos residenciais, comerciais ou industriais, executadas aquelas passíveis de uso e/ou habitação ou ainda aquelas que possuam pelo menos o formato estrutural edificado.

Art. 2º - A regularização dar-se-á mediante a apresentação de, no mínimo, os seguintes documentos:

I - Requerimento específico fornecido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

II - Para obras com apenas um pavimento, projeto arquitetônico

constituído de:

a) Planta baixa;

b) Planta da situação e da localização;

III - Para obras com mais de um pavimento, deverá conter, além dos requisitos do inciso II, plantas com duas vistas em corte e fachadas.

IV - Laudo técnico de vistoria da obra a ser regularizada com ART, atestando segurança e solidez para o uso a que se destinar. V - Certificado de vistoria do corpo de bombeiros quando se tratar de edificação residencial, multifamiliar, comercial ou para prestação de serviços;

VI - Certidão de que possui sistema básico de saneamento com fossa, filtro, sumidouro ou vala de infiltração ou ainda outro sistema correspondente, expedida pela Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAMAP, sem a necessidade de abertura do mesmo, constatando somente a existência em caso de construções unifamiliar ou multifamiliar até quatro unidades ou comercial até 100 m². Edificações Multifamiliares a partir de 5 unidades, deverá conter sistema de tratamento de efluentes devidamente vistoriado e aprovado.

VII - Certidão do proprietário ou responsável pelo imóvel que não possui saída para o sistema pluvial;

VIII - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em todos os atos realizados por profissional habilitado;

IX - Comprovante de propriedade, posse ou domínio útil do imóvel;

X - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos municipais;

XI - Comprovante de recolhimento da multa conforme os critérios estabelecidos nesta lei, após o deferimento do requerimento de regularização de obra.

Parágrafo Único - A análise do requerimento de regularização de obra acompanhado do respectivo projeto e seus acessórios será realizada mediante o pagamento de taxa de análise de projeto e/ou construção.

Art. 3º - Fica dispensado do pagamento de taxas e multas, as edificações comerciais e residenciais unifamiliares, com até 02 pavimentos, que estejam integralmente edificadas, pelo menos a 10 (dez) anos.

§1º - A prova de enquadramento neste artigo dar-se-á pela apresentação de certidão emitida pelas empresas concessionárias de energia elétrica ou abastecimento de água competente, constando data de instalação dos medidores de água e/ou energia elétrica.

§2º - Se o imóvel de que trata a presente lei, estiver lançado na Prefeitura para pagamento de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), há mais de 10 (dez) anos, fica isento dos quesitos previstos no Parágrafo 1º deste artigo.

Art. 4º - Os interessados que se habilitarem, ou forem intimados a regularizar suas obras nos termos desta lei, sujeitar-se-ão, a título de multa, ao pagamento correspondente ao tipo de infração relacionada, calculada de acordo com os seguintes critérios:

§ 1º Invasão do afastamento frontal obrigatório:

I - A metragem quadrada da área construída sobre o afastamento frontal obrigatório deverá ser multiplicada por 10% (dez por cento) do CUB/SC. (Custo Unitário Básico da construção no Estado de Santa Catarina).

II - Em se tratando de edificação com mais de um pavimento, nos pavimentos construídos acima ou abaixo do pavimento térreo, a área irregular deverá ser multiplicada pelo número de pavimentos superiores e/ou, inferiores, que estiverem nas mesmas circunstâncias do térreo, cujo resultado deverá ser multiplicado por 10% do CUB/SC.

§ 2º - Invasão do afastamento lateral e/ou de fundos, obrigatório: I - A metragem quadrada da área construída sobre o afastamento lateral e/ou de fundos exigido para o pavimento térreo deverá ser multiplicada por 30% do CUB/SC.

II - Em se tratando de edificação com mais de dois pavimentos, a área de invasão deverá ser multiplicada pelo número total de

pavimentos da construção que estiverem em desacordo com os afastamentos mínimos exigidos, cujo resultado deverá ser multiplicado por 30% do CUB/SC.

§ 3º - Construção de mais pavimentos do que o número máximo de pavimentos permitidos:

I - A metragem quadrada do pavimento excedente deverá ser multiplicada por 30% do valor do CUB/SC.

II - Se houver mais de um pavimento excedente ao número máximo permitido, o somatório total da área de todos os pavimentos excedentes da edificação deverá ser multiplicado por 40% do valor do CUB/SC.

§ 4º - Ausência do número mínimo de vagas de garagens exigidas:

I - A metragem quadrada do número de vagas faltantes ao empreendimento e/ou edificação, será multiplicada por 30% do CUB/SC.

Art. 5º - O valor do CUB/SC (Custo Unitário Básico de Construção no Estado de Santa Catarina) publicado nos índices econômicos divulgados no Estado será sempre aquele equivalente ao do mês em que for efetuado o pagamento da multa.

Art. 6º - Para efeito de atendimento desta lei, as infrações constatadas serão consideradas de forma cumulativa, devendo sua regularização exigir o pagamento do somatório dos valores referentes a cada uma das multas aplicadas, de acordo com cada irregularidade identificada e constante dos dispositivos desta lei.

Parágrafo Único - Edificações residenciais, multifamiliares até 4 unidades e comercial até 100 m² farão jus a desconto no valor das multas em conformidade com o disposto no Anexo I e II da presente lei.

Art. 7º - Os casos omissos na presente lei deverão para fins de regularização, ser encaminhados pelo interessado através de requerimento à Comissão constituída para este fim que emitirá parecer recomendando, ou não a possibilidade de regularização.

Art. 8º - As obras construídas por pessoa jurídica de direito público, associações sem fins lucrativos e fundações que necessitem regularização dentro dos parâmetros da presente lei, poderão ser isentas do pagamento da multa e tributos incidentes, desde que prestem serviços sociais a serem regulamentados por decreto municipal.

Parágrafo Único - O benefício de que trata o caput do artigo 8º é exclusivo para o imóvel sede da pessoa jurídica, associação ou fundação, não se estendendo aos demais imóveis de propriedade de qualquer delas.

Art. 9º - Não serão passíveis de regularização as obras que possuam abertura a menos de um metro e meio do terreno vizinho, salvo se o proprietário as fechar integralmente. Art. 10 - Deferido o requerimento de regularização de obra, o órgão competente do Poder Executivo emitirá a guia para o recolhimento da respectiva multa prevista nesta Lei e, comprovado o pagamento será emitido o respectivo habite-se num prazo máximo de 30 dias, quando cabível.

§1º- Os dispositivos da presente lei alcançam também as obras objeto de processo judicial, em que o Município figure como autor, cabendo ao infrator as despesas advocatícias e custas judiciais acaso incidentes.

§2º - Desde que já possuam demanda judicial até a data da publicação desta lei, as obras irregulares até 31 de dezembro de 2013 também poderão ser regularizadas com base nestes dispositivos legais.

Art. 11º - As edificações ou quaisquer intervenções que tenham invadido área pública não são passíveis de regularização, devendo o responsável pela obra realizar a imediata adequação, sob pena de sofrer ação judicial competente, ressalvados os imóveis inscritos em programas de regularização fundiária.

Art. 12 - Aplicam-se às regularizações previstas nesta lei, notadamente quanto à ocupação de Áreas de Preservação Permanente - APPs, as disposições da Lei Federal 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

Art. 13 - Os anexos I e II são partes integrantes desta lei.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei 1.505,

de 3 de maio de 2007.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de agosto de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Anexo I

Tabela de Descontos de Multa para residência unifamiliar e multifamiliar até 4 unidades por metragem quadrada

Residência de até	Desconto da multa no percentual de
70m ²	100%
80m ²	90%
90m ²	80%
100m ²	70%
110m ²	60%
120m ²	50%
130m ²	40%
140m ²	30%
150m ²	20%
160m ²	10%

Anexo II

Tabela de Descontos de Multa para comércio por metragem quadrada

Comércio de até	Desconto da multa no percentual de
30m ²	80%
40m ²	70%
50m ²	60%
60m ²	50%
70m ²	40%
80m ²	30%
90m ²	20%
100m ²	10%

2º Termo de Retificação de Edital de Pregão - Registro de Preço - 038/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

2º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO - Registro de Preço - 038/2014 PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de container sanitário e banheiros químicos para eventos que venham a ser realizados no Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Tipo: Menor preço por item;

Onde se lê: VI - Responsável técnico Sanitarista, Ambiental ou Civil com registro no CREA; leia-se VI - Responsável técnico Sanitarista, Ambiental, Químico ou Civil com registro no CREA ou CRQ;

Onde se lê: III - Comprovante de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região a que estiver vinculada à empresa; Leia-se III - Comprovante de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Química (CRQ) da região a que estiver vinculada à empresa;

Altera-se a data de abertura para 05/09/2014 às 14:00;

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO - Registro de Preço - 038/2014 PMPB

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 13:30 às 17:30 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 03 de setembro de 2014.

Chirley Laurencio

Secretaria de Administração

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 527/2014

DECRETO Nº 527, de 1º de setembro de 2014.

Prorroga por 90 (noventa) dias a Situação de Emergência no Município de Porto União, declarada pelo Decreto nº 483, de 09 de junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso XVII, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI, do Artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO a continuidade dos efeitos ocasionados pelas chuvas intensas ocorridas no Município de Porto União, concentradas especificamente nos dias 07 e 08 do mês de junho do ano de 2014;

CONSIDERANDO a recomendação do Conselho Municipal da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, o qual reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de emergência, conforme a Resolução nº 3, do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o Decreto nº 483, de 09 de junho de 2014, que declarou em situação de emergência as áreas do Município de Porto União - SC, afetadas por alagamentos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 08 de setembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto Nº 528/2014

DECRETO Nº 528, de 1º de setembro de 2014.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA ROBERTO FREI, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Serviços do Distrito de São Miguel da Serra, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto Nº 529/2014

DECRETO Nº 529, de 02 de setembro de 2014.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ROBERTO FREI, para o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor Administrativo de Obras e Serviços Públicos, Símbolo SU, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

Edital Conselho Tutelar 01

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 01/2014 - CMDCA

INSCRIÇÃO A VAGA DE CONSELHEIRO TUTELAR

Nivaldo José estevão , presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 25º da Lei Municipal 2.459/2013, pelo presente edital, DECLARA aberto o período de inscrições para Conselheiro Tutelar do município de Pouso Redondo, conforme cronograma de atividades. Será eleito o candidato que obtiver maior número de votos, ficando os demais pela ordem de votação como suplentes. Sempre que necessário o CMDCA convocará o primeiro suplente a ocupar o cargo por tempo determinado ou pelo tempo restante do mandato.

Os candidatos interessados deverão atender os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município de Pouso Redondo por no mínimo dois anos;

IV - Ser aprovado na prova teórica de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

V - Ter concluído o Ensino Médio;

VI - Ser aprovado na prova prática de noções básicas de informática.

Conforme o artigo 26º da Lei municipal 2.459/2013, são impedidos de servir o mesmo conselho tutelar, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro(a) e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o mandato, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado. As inscrições estão abertas pelo período estabelecido no cronograma de atividades, na Secretaria Municipal de Assistência, sito a rua 23 de Julho, 241, centro, em frente ao Restaurante Bicho Guloso, no horário de expediente das 8 horas as 13 horas.

Os interessados deverão apresentar no ato da inscrição: fotocópia de seu CPF, RG, Título Eleitoral, comprovante de residência, comprovante de conclusão do Ensino Médio e certidão negativa de antecedentes criminais.

Todos os candidatos inscritos deverão se submeter à prova de conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a prova prática de informática, que acontecerá conforme cronograma de atividades. A não aprovação nas referidas provas acarretará na impugnação da sua candidatura. Tanto elaboração, quanto aplicação e correção das provas são de responsabilidade do CMDCA. A jornada de trabalho do conselheiro tutelar é de 20 (vinte) horas semanais, mais plantões em escalas divididos em noturnos, feriados e finais de semana. Sendo que os conselheiros tutelares são considerados como integrantes da administração pública local, com direito a remuneração mensal de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), sendo que após o período de pleito eleitoral terá um reajuste salarial, acompanhando seu reajuste anual, juntamente com os servidores da administração do poder executivo.

O nome dos candidatos que poderão concorrer a eleição serão divulgados em edital, de acordo com os artigos 19º e 22º da lei municipal 2.459/2013.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2014

Nivaldo José Estevão

Presidente do CMDCA de Pouso Redondo.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ITEM	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	PERÍODO
1.	Período de inscrições exclusivamente presenciais - Secretaria Municipal de Assistência Social - Rua 23 de Julho, 241 - Centro	02/09/2014 a 15/09/2014
2.	Homologação das inscrições deferidas	16/09/2014
3.	Aplicação da prova de conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a prova prática de informática - Centro Social Marista, sito a Rua Max Bichels, nº 45, centro	19/09/2014 Horário 19:00 hs
4.	Divulgação dos aprovados na prova de conhecimento do ECA	22/09/2014
5.	ELEIÇÃO - Sala de Reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social - Rua 23 de Julho, 241 - Centro	10/10/2014
6.	Divulgação da lista de classificados	10/10/2014 Até as 17 horas
7.	Homologação do resultado dos candidatos eleitos para o cargo de suplente	15/10/2014

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2014

Nivaldo José Estevão

Presidente do CMDCA de Pouso Redondo.

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 0972/RH

PORTARIA Nº. 0972/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0971/RH

PORTARIA Nº. 0971/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MARCIA LEMES, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0970/RH

PORTARIA Nº. 0970/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MARIA BERENICE SIEBEL, para exercer o

cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0969/RH

PORTARIA Nº. 0969/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ROSENILDA KUSTER, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0968/RH

PORTARIA Nº. 0968/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, INEZ VENINA DE LIMA, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0967/RH

PORTARIA Nº. 0967/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, FRANCILENE FERNANDES DA SILVA, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0966/RH

PORTARIA Nº. 0966/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, JOANA MARILIA MACHADO, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0965/RH

PORTARIA Nº. 0965/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MARGARETE ELIANE FREIESLEBEN MAY, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0964/RH

PORTARIA Nº. 0964/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, SABRINA KRUEGER, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0963/RH

PORTARIA Nº. 0963/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MARIA INES AVILLA CARPES, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0962/RH

PORTARIA Nº. 0962/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, SIRLEI TEREZINHA SENS, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0961/RH

PORTARIA Nº. 0961/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MARLISE ROCHA DA SILVA, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0960/RH

PORTARIA Nº. 0960/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ELIZETE CONZATTI, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0959/RH

PORTARIA Nº. 0959/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, LIZETE MARTINS RENGEL, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0958/RH

PORTARIA Nº. 0958/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MARILEI SOARES WOLTZ DA SILVA, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Editais de Concurso Público Nº 003/2014

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 003/2014.

ABRE INSCRIÇÕES E DEFINE NORMAS RELATIVAS AO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS NO QUADRO DE CARGOS DE EMPREGO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (SC) E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Complementar Municipal nº. 207/2010 e suas alterações posteriores; a Lei Complementar Municipal nº 174/2007 e suas alterações posteriores, bem como os demais dispositivos legais pertinentes à matéria, torna público que serão abertas as inscrições para a realização de CONCURSO PÚBLICO para o preenchimento de vagas no Quadro de Cargos de Emprego Público do Município de Rio do Sul (SC), em consonância com a legislação municipal vigente e com o disposto neste Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A empresa responsável pela execução do Concurso Público nº 003/2014 nos termos do presente Edital, será a empresa INFOVR - Tecnologia e Consultoria Pública Ltda., inscrita no CNPJ nº 08.662.246/0001-30, com sede à Av. Jorge Lacerda nº. 1017, Sala 01, Centro, Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.

1.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este Concurso Público.

1.3. A relação de cargos, vagas, requisitos e habilitação mínima, carga horária e remuneração, objeto do Concurso Público, constam do item 2 (dois) deste Edital.

1.4. O candidato concorrerá à vaga para a qual se inscrever, conforme o item 2 (dois) deste Edital.

2 - RELAÇÃO DE CARGOS, VAGAS, REQUISITOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA E REMUNERAÇÃO

2.1. O Concurso Público destina-se à seleção de servidores para preenchimento vagas no Quadro de Cargos de Emprego Público do Município de Rio do Sul (SC), nos cargos a seguir relacionados:

CARGO	Nº. VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA	REMUNERAÇÃO R\$
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	(***)	40	- Possuir Certificado / Diploma de Conclusão de curso de Ensino Fundamental - Comprovar residência na área da comunidade em que irá atuar, desde a data da publicação do edital de Concurso Público - Possuir Certificado de conclusão de curso introdutório de formação inicial e continuada (**)	1.014,00 (*)
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	2	40	- Possuir Certificado / Diploma de Conclusão de curso de Ensino Fundamental; - Possuir carteira nacional de habilitação categoria "AB"; - Possuir Certificado de Conclusão de curso introdutório de formação inicial e continuada (**)	1.014,00 (**)

(*) Mais R\$ 9,83 de auxílio alimentação, por dia trabalhado.

(**) Os candidatos às funções de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, aprovados até o limite de 03 (três) vezes o número de vagas, não detentores do certificado de Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada, deverão, OBRIGATORIAMENTE, participar do curso de qualificação, sem custo para o candidato, a ser ministrado pelo município.

(***) Para o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, as vagas serão assim distribuídas para fins de inscrição:

LOCALIDADE	IDENTIFICAÇÃO DA REGIÃO/LOCALIDADE	VAGAS
01	Bairro Taboão	02
02	Bairro Barra do Trombudo	03
03	Bairro Boa Vista	03

04	Bairro Barragem	03
05	Bairro Fundo Canoas	01
06	Bairro Bela Aliança	CR(****)
07	Bairro Canta Galo	CR(****)
08	Bairro Santana	01
09	Bairro Progresso	01
10	Bairro Itoupava	CR(****)
11	Bairro Sumaré	03
12	Bairro Santa Rita	02
13	Bairro Brehmer	CR(****)
14	Bairro Budag	CR(****)
15	Bairro Navegantes	01
16	Bairro Canoas	02
17	Bairro Laranjeiras	03

(****) Cadastro Reserva

3 - DAS CARACTERÍSTICAS DOS CARGOS E DA CARGA HORÁRIA SEMANAL

3.1 - Aos ocupantes dos cargos deste Concurso Público, a carga horária e a remuneração será aquela constante no quadro geral de vagas especificada no subitem "2.1", com as devidas atribuições constantes do Anexo I deste Edital.

4 - DA VAGA

4.1 - O cargo especificado no subitem "2.1" será ocupado de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal do Município de Rio do Sul. Os demais candidatos aprovados compõem lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público n.º 003/2014.

5 - DAS VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1 - Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público, devendo assinalar sua condição no item específico do Formulário de Inscrição.

5.2 - Será reservada vaga para candidato com deficiência, para a função cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

5.3 - Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações

5.4 - O candidato com deficiência ou seu representante legal (portando procuração com assinatura reconhecida em cartório) deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 11h30min, nos dias úteis do período previsto para inscrição, cópia do comprovante de inscrição e laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício do cargo pretendido, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

5.5 - No ato de entrega da documentação, o candidato receberá um comprovante de recebimento dos documentos entregues.

5.6 - O candidato inscrito para a vaga reservada a pessoa com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no item 5 deste edital, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

5.7 - O candidato com deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos critérios de classificação.

5.8 - Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Concurso Público.

5.9 - O candidato com deficiência submeter-se-á, quando convocado, à avaliação do Médico Perito do Município de Rio do Sul, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e alterações, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício da função.

5.10 - Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição

5.11 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será contratado, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

5.12 - Os candidatos portadores de necessidades especiais, resguardadas as condições especiais necessárias contidas neste Edital, participarão do processo de seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere:

- a) Ao conteúdo da prova escrita;
- b) À avaliação e aos critérios de aprovação;
- c) Ao horário, duração e local de aplicação da prova; e
- d) À nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.13 - O candidato portador de necessidades especiais que precisar de tratamento diferenciado no dia do Concurso Público deverá requerê-lo no ato da inscrição, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito à Praça 25 de julho nº 01, Centro, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, através do preenchimento do Anexo III deste Edital, indicando claramente as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, que serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.

5.14 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o candidato portador de necessidades especiais na realização da prova escrita, ou, na execução das atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público.

5.15 - Não haverá prova em braille, o candidato com deficiência visual poderá solicitar ampliação de prova ou um leitor.

5.16 - A publicação do resultado do Concurso Público será feita em duas listas, sendo uma contendo a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais; e outra somente contendo a classificação dos portadores de necessidades especiais.

6 - DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO EDITAL

6.1 - A divulgação do inteiro teor deste Edital de Concurso Público dar-se-ão através do DOM - Diário Oficial dos Municípios e no Portal do Servidor Público Municipal na rede mundial de computadores (Internet) no site: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

6.2 - As demais divulgações referentes às etapas deste Concurso Público dar-se-ão através do Portal do Servidor Público Municipal na rede mundial de computadores (Internet) no site: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

6.3 - Maiores informações poderão ser obtidas, após a data da publicação do Edital, através do telefone (47) 3531-1305 com a Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público, ou diretamente no período de inscrições, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7h30min às 11h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito à Praça 25 de julho nº 01, Centro, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

7 - DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1 - Os valores para pagamento da taxa de inscrição para os candidatos aos cargos deste Concurso Público, destinados a cobrir os custos de elaboração, aplicação e correção da prova, pagável em qualquer agência bancária até o seu vencimento, em favor do Município de Rio do Sul, será de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

8 - DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

8.1 - Para participar do Concurso Público n.º 003/2014 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no Portal do Servidor Público Municipal na rede mundial de computadores (Internet) no site: www.riodosul.sc.gov.br/rh, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

8.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site www.infovr.com.br, no período entre as 08h do dia 10 de setembro de 2014 e 20h do dia 17 de outubro de 2014.

8.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal para ajudar na inscrição, no período de inscrições, nos dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7h30min às 11h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito à Praça 25 de julho nº 01, Centro, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

8.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para participação neste Concurso Público.

8.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- Acessar via internet, o site www.infovr.com.br, onde terá acesso ao Edital e seus Anexos no tópico Concursos em Andamento.
- Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- Selecionar o link MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - CONCURSO PÚBLICO EDITAL 003/2014 e Clicar em "Faça já sua inscrição";
- Selecionar o cargo;
- Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro na aba "Quero me cadastrar", completando os dados de inscrição do Concurso Público;
- Se já possuir cadastro, poderá acessar seu cadastro, na barra superior do site, digitando o CPF e senha;

- Preencher os dados solicitados, e confirmar a inscrição;
- Imprimir o Boleto Bancário referente à taxa para inscrição do cargo, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições;
- Para imprimir a Ficha de Inscrição, acesse novamente o seu cadastro digitando o CPF e senha, selecionar o Concurso Público, e fazer a impressão.

8.4.1 - Antes do recolhimento da taxa para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois a devolução do valor relativo à inscrição, somente será efetuada no caso de anulação ou cancelamento do Concurso Público, por qualquer causa.

8.4.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

8.4.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento da taxa para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

8.4.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do boleto bancário pela instituição bancária.

8.4.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

8.5 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste Edital.

8.6 - A INFOVR - Tecnologia e Consultoria Pública Ltda e o Município de Rio do Sul não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

9 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONFIRMAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

9.1 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público n.º 003/2014.

9.2 - O ato de homologação das inscrições contendo a relação de todos os candidatos inscritos no Concurso Público será publicado no dia 23 de outubro de 2014, no Portal do Servidor Público Municipal na rede mundial de computadores (Internet) no site: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

9.3 - Da não homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 13.3 deste Edital.

10 - DA PROVA

O Concurso Público n.º 003/2014 será realizado mediante aplicação de prova objetiva escrita para todos os cargos.

10.1 - DA PROVA OBJETIVA

10.1.1 - A prova escrita será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões,

sendo 5 (cinco) questões de Língua Portuguesa; 5 (cinco) questões de Matemática; 5 (cinco) de Conhecimentos Gerais; e 15 (quinze) questões de Conhecimentos Específicos do Cargo, sendo objetiva de múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, e D) cada, sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa	5	0,30	1,50
Matemática	5	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	5	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Cargo	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

10.1.2 - Todas as questões da prova escrita serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada cargo e conteúdo.

10.1.3 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

10.1.4 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo IV deste Edital.

11. DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DA PROVA

11.1 - Da prova escrita:

11.1.1 - A prova escrita será realizada no dia 09 de novembro de 2014, em local e horário a ser identificado no Edital de Homologação das Inscrições. A prova escrita terá duração de 03h (três horas), contada a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

11.1.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, ficha de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

11.1.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei Nº 9.503/97, com fotografia).

11.1.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

11.1.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado no Edital de Homologação das Inscrições, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

11.1.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público.

11.1.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

11.1.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova,

deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, bem como remover a bateria do celular. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 11.1.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 11.1.7.

11.1.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas no Cartão de Respostas, preenchendo todo espaço correspondente a alternativa desejada, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

11.1.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas no Cartão de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 11.1.9 deste Edital.

11.1.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento do Cartão de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

11.1.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

a) Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.

b) Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.

c) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um fiscal.

d) Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.

e) Não assinar a Lista de Presença ou não assinar seu Cartão de Respostas.

11.1.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorrida uma hora do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

11.1.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado.

11.1.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação da prova.

11.1.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização da prova, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento para Tratamento Diferenciado para Realização de Prova (Anexo III), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

11.1.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença

dos candidatos, sendo colhida assinatura de 3 (três) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

11.1.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será está encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 3 (três) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova e no verso de todos os Cartões de Respostas de todos os candidatos daquela sala, bem como dos Cartões de Respostas dos candidatos ausentes, para fins de possíveis comprovações.

11.2 - Demais disposições sobre as provas:

11.2.1 - A Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

11.2.2 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação das novas datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 5 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

12 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

12.1 - O gabarito provisório da prova escrita estará disponível no primeiro dia útil seguinte ao da sua realização, no Portal do Servidor Público Municipal na rede mundial de computadores (Internet) no site: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

12.3 - O gabarito oficial, a classificação provisória e a homologação do resultado final do Concurso Público serão divulgadas no prazo estabelecido no Cronograma do Concurso Público (Anexo V) deste Edital, no Portal do Servidor Público Municipal na rede mundial de computadores (Internet) no site: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

13 - DOS PRAZOS PARA RECURSO

13.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

13.2 - O candidato poderá interpor recurso através do Formulário de Recurso (Anexo II), que deverá ser fundamentado, com argumentação lógica, objetiva e consistente e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Setor de Protocolo, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

13.3 - Caberá recurso a inscrição não homologada, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições, através do Formulário de Recurso (Anexo II), que deverá ser devidamente fundamentado, apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Setor de Protocolo, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

13.4 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

13.5 - Os pontos obtidos no seu Cartão de Respostas e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

13.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo II do Edital, serão indeferidos.

13.7 - A Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões.

14 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO

14.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos e terá caráter classificatório.

14.2 - A nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro do subitem "10.1.1".

14.3 - A classificação final dos candidatos será realizada depois de esgotadas todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final, sendo desclassificados os candidatos que não comparecerem à prova, ou não obtiverem nota mínima igual a 5,00 (cinco).

15 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

15.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

15.1.1 - Aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº. 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

15.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos da Área.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- e) Maior idade.

15.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova.

16 - DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 - A homologação do resultado do certame será publicada no Portal do Servidor Público Municipal na rede mundial de computadores (Internet) no site: www.riodosul.sc.gov.br/rh, com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

16.2 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

17 - DAS EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

17.1 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação,

sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

17.2 - Os candidatos aprovados serão nomeados para a contratação através de ato oficial do Prefeito Municipal, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo, de acordo com o item "16" deste Edital.

17.3 - O candidato que não assinar o termo de posse no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do ato de nomeação perderá a vaga.

17.4 - O prazo para a assinatura do termo de posse poderá ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, a requerimento do interessado, protocolado dentro do prazo previsto no subitem anterior.

17.5 - Se a contratação não se der nos prazos estabelecidos nos subitens "17.3" e "17.4", o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no Concurso Público, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

17.6 - Na hipótese de desistência do candidato notificado para nomeação, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

17.7 - Somente poderá ser admitido o candidato que, após aprovado no Concurso Público, preencher os seguintes requisitos:

- a) For brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- c) Possuir o nível de escolaridade e o registro exigido para o exercício do cargo, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;
- d) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- e) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- f) Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- g) Exames a serem apresentados no ato da posse, custeados pelo candidato:

1. Hemograma completo;
2. Glicemia;
3. VDRL;
4. RX Torax e da coluna lombo-sacra;
5. ECG - 40 anos;
6. Creatinina;
7. Laudo do Psiquiatra;
8. RX de bacia.

h) Cópia dos seguintes documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

1. Identidade;
2. Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
3. CPF;
4. Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
5. Comprovar idade mínima de 18 (dezoito) anos; e
6. Outros documentos necessários, exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos.

17.8 - Os candidatos que apresentarem requerimento nos termos do item "5", submeter-se-ão, quando contratados, a exame pela junta médica credenciada pelo Município, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato com necessidades especiais, capacitando-o ou não para o exercício do cargo.

17.9 - Os candidatos portadores de necessidades especiais aprovados e classificados, serão convocados para efeito de nomeação, segundo a ordem geral de classificação.

18 - DO REGIME EMPREGATÍCIO E REGIME PREVIDENCIÁRIO

18.1 - Os cargos providos por este Concurso Público serão regidos

pelo Decreto-lei nº 5.452/43 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculado ao Regime Geral de Previdência Social previsto no artigo 201 da Constituição Federal e incluído no regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, previsto no artigo 7º, inciso III da Constituição Federal.

19 - DO FORO JUDICIAL

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer questão que por ventura venha a surgir com a execução do presente Concurso Público, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser.

20 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

20.1 - O Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data do ato de homologação do resultado final com a respectiva classificação para o cargo, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Rio do Sul.

21 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - A homologação do resultado deste Concurso Público será efetuada pela Administração Municipal de Rio do Sul.

21.2 - O candidato deverá manter telefones para contato, bem como o seu endereço atualizado junto à Prefeitura Municipal de Rio do Sul, por meio de carta ou e-mail, enquanto perdurar a validade deste Concurso Público.

21.3 - As instruções contidas neste Edital, no Caderno de Prova, e no Cartão de Respostas, integram o presente Edital.

21.4 - Os casos não previstos no que tange à realização deste Concurso Público serão resolvidos pela Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público.

21.5 - Em caso de atendimento hospitalar o mesmo será feito somente na cidade sede do processo, desde que solicitado à Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público, com respectivo atestado do médico, com até 40 (quarenta) horas de antecedência.

21.6 - Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Descrição sumária das atribuições e habilitação mínima do cargo.
- b) Anexo II - Formulário de recurso.
- c) Anexo III - Requerimento para tratamento diferenciado (Portador de necessidades especiais).
- d) Anexo IV - Conteúdo Programático para as Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha.
- e) Anexo V - Cronograma do Concurso Público.

RIO DO SUL (SC), 02 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

ANEXO I

CONCURSO PÚBLICO Nº. 003/2014

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES E HABILITAÇÃO MÍNIMA DO CARGO

CARGO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
REQUISITO	
<ul style="list-style-type: none"> - Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público próprio. - Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreende o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal. - Realizar mapeamento de sua área adstrita; - Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; - Identificar os indivíduos e famílias expostas à situações de risco e identificar a área de risco; - Monitorar as situações de risco com vistas à promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; - Orientar as famílias para a utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimentos médico e odontológico, quando necessário; - Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na área prioritária da Atenção Básica; - Realizar por meio de visita domiciliar periódica, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; - Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situação de risco; - Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; - Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; - Traduzir para a USF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; - Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe. 	
HABILITAÇÃO MÍNIMA	
- Certificado/Diploma de conclusão de curso de ensino fundamental.	

CARGO	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS
REQUISITO	
<ul style="list-style-type: none"> - Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. 	
ATRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreende o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças endêmica e infecto-contagiosas e promoção da saúde, mediante ações de vigilância de endemias e seus vetores, inclusive, se for o caso, fazendo uso de substâncias químicas, abrangendo atividades de execução de programas de saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal. - Realizar visitas, semanalmente, conforme itinerário pré-estabelecido, nos pontos estratégicos e de armadilhas, a fim de fiscalização e coleta de larvas para controle do aedes egipth. - Visitar quinzenalmente Borracharias, Ferro Velho, Floriculturas, Materiais de Construção. Etc., ou seja: pontos estratégicos, para fiscalizar a presença de água parada e coletar amostras de larvas para análise. - Realizar visita semanal nas armadilhas instaladas em empresas de transporte, empresas de modo em geral, distribuidora de bebidas, etc., (locais com movimento de entrada e saída de pessoas do município), para trocar a água, lavar as armadilhas e coletar as larvas (quando presentes) e encaminhar para o setor de vigilância epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde do Município. - Colocar as larvas encontradas em tubitos e identificar com etiqueta de remessa contendo o número do agente e número do tubito. - Fechar boletins diários de visitas, separando por bairros, discriminando o local visitado, a presença de depósito de água parada, tubitos enviados para análise, etc., e realizar a contagem das irregularidades. - Identificar locais necessários para instalação de novas armadilhas e instalá-las com a prévia permissão dos proprietários locais. - Identificar novos locais necessários para pontos estratégicos de visitas, mediante denúncias, informações gerais, determinação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). - Realizar levantamento de índices (LIA), através de visitas domiciliares, distribuídas por bairro/agentes, fiscalizando área interna e externa, verificando locais de favorecimento de proliferação de larvas do mosquito da dengue, relando orientações necessárias e coletando larvas quando necessário. Preencher boletim de visita, discriminando o local visitado, a presença de depósito de água parada, tubitos enviados para análise, etc., e realizar a contagem das irregularidades. - Entregar ficha de visita em cada local fiscalizado e anotar a data, hora, informações da residência/empresas, etc. (Em cada visita realizada anotar na ficha de informações). - Realizar a delimitação (300 metros) de foco positivo do mosquito da dengue e fiscalizar a área em 100% de abrangência para identificação do local de proliferação. Eliminar todos os depósitos de água. Em caso da não possibilidade de eliminação do depósito de água utilizar larvecida (na medida necessária), de 2 em 2 meses durante um ano. - Realizar PVE - Visitas especiais em locais onde residem pessoas com sintomas e diagnóstico da dengue, fiscalizando no raio de 100 metros a presença do Aedes Egipth. E, a partir de denúncias em locais com possíveis depósitos de água parada. - Realizar informações sobre doenças transmissíveis e outras. 	
HABILITAÇÃO MÍNIMA	
<ul style="list-style-type: none"> - Certificado/Diploma de conclusão de curso de ensino fundamental - Carteira de habilitação para motocicleta - Categoria AB. 	

ANEXO II
CONCURSO PÚBLICO Nº. 003/2014
FORMULÁRIO DE RECURSO

Senhor (a) Presidente da Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público n.º 003/2014 do Município de Rio do Sul.

CANDIDATO (A):	
N.º DE INSCRIÇÃO:	CARGO:

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- () CONTRA o indeferimento da inscrição.
 () CONTRA a formulação das questões e quesitos ou gabarito provisório.
 () CONTRA a pontuação atribuída na classificação provisória.

REFERENTE PROVA:

N.º DA QUESTÃO:	GABARITO PROVISÓRIO:	RESPOSTA DO CANDIDATO:
-----------------	----------------------	------------------------

Fundamentação do Recurso:

Obs.: Preencher a máquina ou digitar. Não serão aceitos recursos preenchidos a mão livre.

Rio do Sul / SC, ____ de ____ de 2014.

Assinatura do (a) Candidato (a)	Assinatura do (a) recebedor/responsável
---------------------------------	---

ANEXO III
CONCURSO PÚBLICO Nº. 003/2014
REQUERIMENTO PARA TRATAMENTO DIFERENCIADO
(PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS)

A Sua Senhoria o Senhor
 Presidente da Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público n.º 003/2014 do Município de Rio do Sul.

inscrito(a) no CPF sob nº. _____, portador(a) do documento de identidade n.º _____, inscrito(a) no Concurso Público nº. 003/2014, do Município de Rio do Sul, sob nº. _____, residente e domiciliado(a) a Rua _____ nº. _____, Bairro: _____, Cidade de _____, Estado: _____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização da prova, conforme item "5.9" do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () Prova Ampliada:

Fonte n.º _____ / Letra _____

2) () Sala Especial:

Especificar: _____

3) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Rio do Sul (SC), ____ de ____ de 2014.

Assinatura do(a) Candidato(a) Requerente
 ANEXO IV

CONCURSO PÚBLICO Nº. 003/2014

PARA OS CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL

Língua Portuguesa:

1. Acentuação, Grafia correta das palavras, Pontuação;
2. Adjetivo, Advérbio, Artigo, Gênero, Número e Grau do Substantivo, Predicado, Pronomes, Substantivo Próprio e Comum, Sujeito, Verbos e Tempos do Verbo;
3. Coletivos, Feminino e Masculino, Singular e Plural, Sinônimos e Antônimos, Uso do por que, por quê, porque e porquê;
4. Dígrafo, Encontro Vocálico e Encontro Consonantal;
5. Frase e oração, Tipos de Frase;
6. Interpretação de Texto;
7. Sílabas: Tônicas, Oxítonas, Paroxítonas e Proparoxítonas, Separação de Sílabas;

Matemática:

1. Conjunto dos números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão.
2. Propriedades, comparação.
3. Expressões numéricas.
4. Teoria dos números: pares, ímpares, múltiplos, divisores, primos, compostos, fatoração, divisibilidade.
5. Problemas que envolvam as quatro operações fundamentais da matemática.

Conhecimentos Gerais (Cultura Geral e Cidadania)

1. História, Geografia e Ciências do Ensino Fundamental. Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Ambiental, Artística, Científica, Cultural, Desenvolvimento Sustentável, Ecologia, Econômica, Educação, Esportiva, Política, Relações Internacionais, Saúde, Segurança, Sociedade e Tecnológica do Brasil e do Mundo. Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas.
2. Fundamentos históricos, geográficos, econômicos, políticos e atuais do Brasil, de Santa Catarina e do município de Rio do Sul.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

1. Noções básicas sobre: saúde da criança, do adolescente, do adulto e do Idoso.
2. Doenças sexualmente transmissíveis; gravidez precoce.
3. O trabalho do agente comunitário de saúde.
4. Noções sobre vacinas, vacinação e imunização. Vacinas: doenças preveníveis por imunizantes.
5. Destinação correta do lixo.
6. Noções básicas a respeito das principais doenças de interesse da saúde pública: diarreia, cólera, meningite, tétano, sarampo, tuberculose, dengue, febre amarela, malária, raiva, esquistossomose, leishmaniose, doença de chagas, escorpionismo, leptospirose.
7. Noções sobre saúde bucal.
8. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde - Lei Federal nº 8080, de 19 de Setembro de 1990.
9. Estatuto da criança e do adolescente e do idoso.
10. Atribuições do Agente Comunitário de Saúde.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

1. Noções básicas sobre doenças transmissíveis e não transmissíveis. 2. Noções básicas sobre medidas de prevenção para controle de doenças transmissíveis. 3. Noções básicas sobre as doenças transmitidas por vetores e as medidas de prevenção dessas doenças. 4. Noções básicas sobre doenças de notificação obrigatória: Tuberculose, Leptospirose, Dengue, Febre amarela, AIDS, Malária, Leishmaniose, Doença de Chagas, Esquistossomose, Hepatite B/C, Sarampo, Tétano, Hanseníase. 5. Noções básicas sobre saneamento e meio ambiente. 6. Conhecer calendário básico de vacinação da criança. 7. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde - Lei Federal nº 8080, de 19 de Setembro de 1990. 8. Atribuições do Agente de Combate às Endemias.

ANEXO V

CONCURSO PÚBLICO Nº. 003/2014

CRONOGRAMA

PROCEDIMENTO	DATA PREVISTA
Publicação do Edital do Concurso Público	04/09/2014
Prazo para recurso contra o Concurso Público	05/09/2014 a 09/09/2014
Período das inscrições no Concurso Público	10/09/2014 a 17/10/2014
Homologação das inscrições	23/10/2014
Prazo para recurso contra não homologação	24/10/2014 a 28/10/2014
Data da prova escrita	09/11/2014
Publicação do gabarito provisório	10/11/2014
Prazo de recurso contra questão da prova	11/11/2014 a 13/11/2014
Publicação do gabarito oficial	19/11/2014
Publicação da classificação provisória	21/11/2014
Prazo para recurso contra classificação provisória	24/11/2014 a 26/11/2014
Homologação do resultado final do Concurso Público	02/12/2014

Rio do Sul (SC), 02 de setembro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nº 340/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 340/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZEU CRISPIM DE MELLO, portador(a) do CPF nº 712.952.839-72 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Prof. João Conrado Stoll, nº 522 □ Bairro Budag □ Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Profissional de Educação Física na Saúde, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Saúde □ Academia de Saúde, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.402,03 (três mil, quatrocentos e dois reais e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/09/2014 e encerrando-se em 07/10/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 27 de agosto de 2014.

GIVANILDO SILVA	ELIZEU CRISPIM DE MELLO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

Termo de Convocação - Marieli Soares Woltz da Silva

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARILEI SOARES WOLTZ DA SILVA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0958/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Lizete Martins Rengel

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LIZETE MARTINS RENGEL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0959/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Elizete Konzatti
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ELIZETE CONZATTI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0960/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Marlise Rocha da Silva
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARLISE ROCHA DA SILVA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0961/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Sirlei Terezinha Sens

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SIRLEI TEREZINHA SENS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0962/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino Auxiliar de Serviços Gerais Masculino Cozinheiro	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
	2. GLICEMIA;
	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-
	SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Maria Ines Avilla Carpes

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARIA INES AVILLA CARPES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0963/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino Auxiliar de Serviços Gerais Masculino Cozinheiro	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
	2. GLICEMIA;
	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-
	SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Concocação - Sabrina Krueger

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SABRINA KRUEGER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0964/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Margarete Eliane Freiesleben May

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARGARETE ELIANE FREIESLEBEN MAY, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0965/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Joana Marília Machado

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JOANA MARILIA MACHADO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0966/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Francilene Fernandes da Silva

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) FRANCILENE FERNANDES DA SILVA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0967/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Inez Venina de Lima

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) INEZ VENINA DE LIMA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0968/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

4º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 304/2014

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2014 firmado em 25/04/2014, com término previsto para 08/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI portador(a) do CPF nº 003.656.929-13, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 304/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 02/09/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

Termo de Convocação - Rosenilda Kuster

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSENILDA KUSTER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0969/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o

Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Maria Berenice Siebel

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARIA BERENICE SIEBEL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0970/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Marcia Lemes

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARCIA LEMES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0971/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Portaria Nº. 0992

PORTARIA Nº. 0992/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto diário o(a) servidor(a) municipal JEAN DOUGLAS SENEM, matrícula nº 280305, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE PAVIMENTAÇÃO DE OBRAS, em razão das particularidades afetadas ao cargo, conforme os termos do Protocolo nº 149210/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº. 0993

PORTARIA Nº. 0993/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Convalidar a averbação de tempo de serviço da servidora RAQUEL APARECIDA WESSNER FROENHLICH, matrícula n. 1834101, ocupante do cargo de provimento efetivo PROFESSOR, dos períodos conforme abaixo demonstrados e por decorrência convalidar a inclusão destes períodos no computo para concessão do Adicional de Tempo de Serviço e demais direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, nos termos do Protocolo nº 149014/2014:

I - 01/09/1987 à 29/03/1988;
II - 20/02/1989 à 23/02/1990.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Termo de Convocação - Maria Helena Klitzke da Silva

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0972/RH de 26/08/2014, publicada em 04/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Decreto Nº 4290, 01 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4290, de 01 de setembro de 2014.
"EXONERA E NOMEIA VANESSA MARIA BASTOS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 31/08/2014, a servidora VANESSA MARIA BASTOS, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Software da Secretaria Municipal de Administração e nomeada para, a partir de 01/09/2014, exercer as atribuições do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Recrutamento e Seleção da Secretaria Municipal de Administração, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 4291, de 01 de Setembro 2014.

DECRETO Nº 4291 de 01 de setembro de 2014.
"EXONERA E NOMEIA SOLENE LANE HECK".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 31/08/2014, a servidora SOLENE LANE HECK, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Turismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo e nomeada para, a partir de 01/09/2014, exercer as atribuições do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Software da Secretaria Municipal de Administração, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 4292, de 01 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4292, de 01 de setembro de 2014.
"NOMEIA ALINE MOTTA PFIFFER"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear ALINE MOTTA PFIFFER, para a partir de 01/09/2014, exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Odontologia, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4289, de 01 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4289, de 01 de setembro de 2014.
"EXONERA ERCIDES PFIFFER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido, sendo o último dia trabalhado em 31/08/2014, o servidor ERCIDES PFIFFER, do cargo em comissão de Secretário Adjunto de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 4281, de 27 de Agosto de 2014.

DECRETO Nº 4281, de 27 de agosto de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇOS 116/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Tomada de Preços nº 116/2014 de 15.07.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

27 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 4281/2014

Tomada de Preços nº 116/2014 de 15.07.2014

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução de drenagem e contenção de encosta na Estrada Bonfim, Bairro Sumaré em Rio do sul/SC

Participantes:

- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI;
- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA;
- TERRAPLENAGEM AZZA EIRELLI.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI.

Decreto Nº 4288, de 29 de Agosto de 2014.

DECRETO Nº 4288, de 29 de agosto de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL 096/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado do Pregão Presencial Nº 096/2014 de 07.08.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a

proceder a adjudicação em favor do licitante:

- ALTO VALE LOCALIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

29 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA BONITO PETRY

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

ANEXO AO DECRETO Nº 4288/2014

Pregão Presencial nº 096/2014 de 07.08.2014.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE BANEIROS QUÍMICOS LOCALIZADOS NO PARQUE HARRY HOBUS. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO.

Participante:

- ALTO VALE LOCALIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- ALTO VALE LOCALIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP.

Salto Veloso

PREFEITURA

Errata ao Decreto Nº 035/2014

Errata ao Decreto nº 035/2014.

Com teor de abrir crédito adicional suplementar por conta de excesso de arrecadação para o Fundo Municipal de Saúde, o mesmo teve a numeração duplicada, passando este ser nomeado como Decreto nº 035A/2014.

Salto Veloso-SC, 02 de setembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

Errata ao Decreto Nº 036/2014

Errata ao Decreto nº 036/2014. Com teor de nomear leiloeiro oficial, para realizar leilão de bens do Patrimônio Público Municipal, o mesmo foi erroneamente publicado com a numeração de 034/2014.

Salto Veloso-SC, 02 de setembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 037/2014

DECRETO nº 037/2014, de 22 de agosto de 2014.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS"

O prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no Inciso II do artigo 32 da Lei Orgânica do Município e da Lei Federal nº 8.666/93.;

DECRETA :

Art 1º = Ficam nomeados os Sr(s). Claudemir Cesca, José Carlos Oneda, Zuriel Marco Azzolini Bussi e Renata Donadel, para comporem a comissão de avaliação de bens inservíveis que serão leiloados na forma da Lei citada.

Art. 2º = O relatório da comissão será anexado ao presente Processo Licitatório.

Art 3º = O membros desta comissão não receberão nenhuma remuneração por parte desta Prefeitura.

Art 4º = Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 5º = Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Salto Veloso, 22 de agosto de 2014

Claudemir Cesca
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 246/2014

PORTARIA Nº. 246/2014

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 03 de Setembro de 2014 a 01 de Dezembro de 2014, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, a servidora MIRIAN GIACOMIN, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Agente de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Setembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 957, de 02 de Setembro de 2014

LEI Nº 957, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

Institui no Município de Santa Rosa do Sul, o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS/2014 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Santa Rosa do Sul, o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS/2014. O programa é destinado a promover a regularização e quitação dos créditos do Município de Santa Rosa do Sul, inscritos ou não em dívida ativa, em cobrança judicial ou não, mediante pagamento a vista ou parcelado de débitos de natureza tributária, relativas a impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuição para o custeio de serviço público, definidos no artigo 2º do Código Tributário Municipal, exceto o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º O ingresso no REFIS/2014 dar-se-á por opção e iniciativa do contribuinte, seja pessoa física ou jurídica, através de requerimento administrativo, bem como assinatura de Termo de Adesão expressamente condicionado à assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida pela adesão ao REFIS/2014, mediante apresentação dos documentos pessoais, tais como CPF e RG.

§ 1º A opção ao REFIS/2014 poderá ser formalizada até o dia 30 de Novembro de 2014, através de "Requerimento Administrativo" e assinaturas do "Termo de Adesão ao REFIS/2014 e Termo de Reconhecimento de Dívida", ficando o contribuinte sujeito às disposições desta lei.

§ 2º Para a adesão ao Programa do REFIS/2014, além dos requisitos acima apontados, o contribuinte deverá efetuar o pagamento, até a data prevista para a adesão, do montante total do débito ou da primeira parcela.

Art. 3º Os benefícios de que trata esta lei contemplam além do parcelamento do débito, a dedução de juros e multas previstos nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II e III, do artigo 216, do Código Tributário Municipal;

§ 1º - O ingresso no REFIS/2014 implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos tributos mencionados no Artigo 1º, de responsabilidade do optante, inclusive os não constituídos, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão.

§ 2º - O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, encargo legal, aos juros de mora e a correção monetária, com base na legislação vigente.

§ 3º - Para fins desta Lei, os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior serão deduzidos do seu valor, à exceção da correção monetária, conforme tabela abaixo:

NÚMERO DE PARCELAS	PERCENTUAL DE DESCONTO
1 ou 2	100%
3 ou 4	90%
5 ou 6	80%
7 ou 8	70%
9 ou 10	60%
11 ou 12	50%

§ 4º O vencimento da primeira parcela, na opção pelo parcelamento, ocorrerá impreterivelmente até o último dia do prazo de adesão ao REFIS/2014, ou seja, 30 de Novembro de 2014, e as outras nos meses subsequentes.

§ 5º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (Cinquenta Reais).

§ 6º A liquidação de qualquer das parcelas após o respectivo vencimento, incidirão juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela vencida, obedecido a limitação imposta no artigo 4º desta Lei.

Art. 4º No caso de inadimplemento de 3 (três) parcelas consecutivas, ocorrerá o vencimento antecipado do montante do débito, bem como à exclusão do REFIS/2014, revogando-se a adesão do contribuinte, ficando sujeito à inscrição em dívida ativa, protesto e execução fiscal dos valores remanescentes.

Art. 5º As execuções fiscais em andamento, serão suspensas até a quitação da dívida para os contribuintes aderentes ao REFIS/2014.

§ 1º Quando da quitação total dos débitos junto ao Município, as custas processuais decorrentes de eventuais processos de execução fiscal distribuídos anteriormente à promulgação desta Lei, correrão às expensas do contribuinte/executado;

§ 2º Ficam dispensados os pagamentos de honorários advocatícios, quando cabíveis, desde que o contribuinte cumpra totalmente o compromisso assumido por ocasião da adesão ao REFIS/2014.

Art. 6º O ingresso no programa sujeita o contribuinte as seguintes obrigações:

I - Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II - Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no programa;

III - Pagamento em dia e regular das prestações relativas ao débito consolidado.

IV - Para aderir ao programa desta lei, o contribuinte deve confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, a todas as ações incidentes, ou recursos judiciais, ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objetivo ou finalidade, mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no Programa em tela, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre os quais se fundam os correspondentes pedidos.

Art. 7º A homologação do requerimento de ingresso no programa será realizada pelo Setor de Tributos e, não havendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente homologada.

Parágrafo único: A homologação da opção ao programa não está condicionada a nenhum tipo de garantia ou arrolamento, salvo prévia existência de penhora em execução fiscal, a qual deverá permanecer até a integral quitação do débito.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o dia 31 de julho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de setembro de 2014.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato Nº 146 À 159

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: DAIANE DE CARVALHO TEIXEIRA PEREIRA

OBJETO: prestação de serviços de assessoria e consultoria junto a Secretaria de Assistência Social e CRAS, para a implementação da Resolução 109 de 11/11/2009 do CNAS (Tipificação dos Serviços sócio assistenciais), para o município de Santa Rosa do Sul.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: 01/08/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: JONATAN SANTOS BERETA

OBJETO: Aulas de Violão para crianças e adolescentes do Programa Serviços de Convência e fortalecimento de vínculos, objetivando incentivar os mesmos a terem gosto pela música e pelo instrumento, com ênfase em voz e violão.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 7.240,00 (Sete mil, duzentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: 01/08/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2014

Processo de Licitação nº 71/2014 - CV

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ENGENHARIA MULTIPLA LTDA ME OBJETO: Serviços de elaboração de projetos técnicos de engenharia e arquitetura, que configurem a operacionalização de Programas do Governo Federal, PAC2 Município de Santa Rosa do Sul, conforme orientações e normativos existentes e levantamento topográfico planialtimétrico do perímetro urbano do município de Santa Rosa do Sul/SC.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 37.400,00 (Trinta e sete mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: 04/08/2014 a 04/09/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 149/2014

Processo de Licitação nº 72/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar para o setor de saúde do município.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 17.518,40 (Dezessete mil quinhentos e dezoito reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: 04/08/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2014

Processo de Licitação nº 72/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar para o setor de saúde do município.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 7.750,00 (Sete mil, setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 04/08/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2014

Processo de Licitação nº 72/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ODONTOCRIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO ODONTOLÓGICO LTDA.

OBJETO: Fornecimento de Equipamentos Odontológicos para o setor de saúde do município.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 4.495,00 (Quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

VIGÊNCIA: 04/08/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 179/2013

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CONCRETUBOS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA - EPP

OBJETO: Prorrogação de prazo de vigência contratual de execução dos serviços, conforme solicitação da empresa, em virtude das decorrentes chuvas, ocorrendo atraso na obra. Fica prorrogado a partir de 12/08/2014 até 12/10/2014, em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Nona, parágrafo único, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2014

Processo de Licitação nº 77/2014 - Dispensa de Licitação

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ALBINO E CIA LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de materiais e prestação de serviços para execução e reconstrução de pontes, estradas urbanas, rurais e vicinais, nas seguintes localidades: Cantão da Peroba, Lageado, Vila Maria, Vila Bitencourt, Novo Horizonte, Linha Tamandaré, Sanga D'areia, Cantão do Pontão, Parque Municipal Cachoeira da Peroba, como finalidade de recuperação de trechos danificados pelo vento ocorrido em fevereiro/2014, conforme plano de trabalho e convenio nº 2014TR002977, celebrado entre Estado de Santa Catarina e Município de Santa Rosa do Sul.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 90.000,90 (Noventa mil reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA: 08/08/2014 a 08/09/2014 - para aquisição de materiais.

Serviços - Apartir ordem de serviço: 30 dias

EXTRATO DE CONTRATO Nº 154/2014

Processo de Licitação nº 77/2014 - Dispensa de Licitação

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MADEIREIRA E SERRARIA SANDREMAR LTDA OBJETO: Aquisição de materiais e prestação de serviços para execução e reconstrução de pontes, estradas urbanas, rurais e vicinais, nas seguintes localidades: Cantão da Peroba, Lageado, Vila Maria, Vila Bitencourt, Novo Horizonte, Linha Tamandaré, Sanga D'areia, Cantão do Pontão, Parque Municipal Cachoeira da Peroba, como finalidade de recuperação de trechos danificados pelo vento ocorrido em fevereiro/2014, conforme plano de trabalho e convenio nº 2014TR002977, celebrado entre Estado de Santa Catarina e Município de Santa Rosa do Sul.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 9.999,06 (Nove mil novecentos e noventa e nove reais e seis centavos).

VIGÊNCIA: 08/08/2014 a 08/09/2014 - para aquisição de materiais.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 155/2014

Processo de Licitação nº 74/2014 - PR

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: M.D.A - ARMARINHOS LTDA - ME

OBJETO: Fornecimento de Materiais de expediente e artesanato para uso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, do Município de Santa Rosa do Sul/SC

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor. VALOR: R\$ 4.918,30(Quatro mil, novecentos e dezoito reais e trinta centavos)

VIGÊNCIA: 12/08/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 156/2014

Processo de Licitação nº 74/2014 - PR

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: JR COMÉRCIO VAREGISTA DE PAPELARIA LTDA - ME

OBJETO: Fornecimento de Materiais de expediente e artesanato para uso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, do Município de Santa Rosa do Sul/SC

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor. VALOR: R\$ 4.484,59(Quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

VIGÊNCIA: 12/08/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 157/2014

Processo de Licitação nº 75/2014 - PR

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA OBJETO: prestação de serviços com Arbitragem, Apontador e Apoio Técnico no Campeonato Municipal de Futebol de Campo, Edição 2014.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor. VALOR: R\$ 43.360,00(Quarenta e três mil trezentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 18/08/2014 até o término campeonato.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 158/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 179/2013

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CONCRETUBOS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA - EPP

OBJETO: O objeto previsto na cláusula terceira do contrato de origem fica aditado para crescer os quantitativos unitários, conforme planilhas de Reprogramação.

Base Legal: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08.06.94 e Processo Licitatório nº 68/2013 - TP.

Valor: R\$ 37.331,61(trinta e sete mil, trezentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos).

Vigência: 12/08/2014 até 12/10/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 159/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: L.E. COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME

OBJETO: Manutenção de caráter corretivo, a ser prestada pela CONTRATADA, nas centrais telefônicas da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Saúde e do Bem Estar Social.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.250,00 (Um mil duzentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 01/09/2014 a 31/12/2014.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Portaria Nº 126/2014

PORTARIA Nº 126/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. SOLANGE SOARES DOS SANTOS, matrícula nº 1034/0, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, relativamente ao período aquisitivo 04/10/2013 a 03/10/2014, a serem gozadas no período de 01 de Setembro de 2014 a 30 de Setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matrícula nº 1157/6

Portaria Nº 127/2014

PORTARIA Nº 127/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr. LEVI DOS SANTOS, matrícula nº 1054/5, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, relativamente ao período aquisitivo 01/02/2012 a 31/01/2013, a serem gozadas no período de 01 de Setembro de 2014 a 30 de Setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matrícula nº 1157/6

Portaria Nº 128/2014

PORTARIA Nº 128/2014

AUTORIZA SERVIDORA A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO: a eventual falta ou impedimentos de motoristas da administração Pública Municipal, considerando ainda a necessidade de deslocamentos a outras cidades da Região, verifica-se a obrigatoriedade de nomeação de outros servidores na condução de veículos oficiais:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a Servidora SIDIANE BARUFFI DALA CORTE, matrícula nº 1261/0, portadora da CNH nº 04441214319, categoria "AB", ocupante do cargo de Secretaria Municipal, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde Pública a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Portaria Nº 129/2014

PORTARIA Nº 129/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr. CLAUDÍDIO TELEKEN, matrícula nº 1067/7, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Agrícolas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, relativamente ao período aquisitivo 01/02/2012 a 31/01/2013, a serem gozadas no período de 01 de Setembro de 2014 a 30 de Setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto Nº 261/2014

DECRETO Nº 261/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Noeli Salete Monteiro, matrícula nº 1039/1, CPF: 023.434.629.92, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

01 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Extrato do Contrato Nº. 77/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 77/2014

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, CNPJ n.09.633.111/0001-00, neste ato representado pelo Sr. GICELMA DEOLA, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 075.178.489-33 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA O EXERCÍCIO DE 2014., em decorrência do Processo Licitatório n. 572/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA O EXERCÍCIO DE 2014., conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 23/2014.

DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 12.980,00(doze mil novecentos e oitenta reais) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados.

DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 23/2014 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos. Santa Terezinha do Progresso (SC), 28/08/14.

JACOB GILMAR JUNGES GICELMA DEOLA
Prefeito Municipal Contratada

Extrato do Contrato Nº. 78/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 78/2014

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SCS COMERCIO LTDA estabelecida na cidade de MARAVILHA - SC, CNPJ n.13.995.853/0001-52, neste ato representado pelo Sr. THIAGO ANDRE ZANETTI, residente e domiciliado em MARAVILHA, CPF/RG n. 027.479.569-89 O doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA O EXERCÍCIO DE 2014., em decorrência do Processo Licitatório n. 572/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA O EXERCÍCIO DE 2014., conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 23/2014.

DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 14.287,50(quatorze mil duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados.

DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 23/2014 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 28/08/14.

JACOB GILMAR JUNGES THIAGO ANDRE ZANETTI
Prefeito Municipal Contratada

São Bento do Sul

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo Nº 214/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 214/2014

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 199/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LAÉRCIO DE SOUZA MANUTENÇÃO ME - SINAL VERDE, em 22 de JUNHO de 2013, conforme Convite nº 188/2011.

Considerando o objeto do Contrato nº 199/2011, que consiste na prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, assistência técnica dos equipamentos semafóricos, com fornecimento de relatório mensal detalhado dos serviços prestados em todos os semáforos do Município de São Bento do Sul;

Considerando que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme previsto na Cláusula Nona - Da Vigência, com base no Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93;

Considerando a cobrança indevida do valor de R\$ 205,00 (duzentos e cinco reais), relativo ao Registro no CREA e Credencial de Técnico, sendo que estava previsto na Cláusula Quarta - Da Forma de Execução dos Serviços do Contrato nº 199/2011, faz-se necessário suprimir o valor de R\$ 205,00 (duzentos e cinco reais) do referido Contrato, os quais foram cobrados pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

Considerando a supressão contratual acima, faz-se necessário adequar o valor do Contrato nº 199/2011, no valor mensal de R\$ 1.999,03 (um mil, novecentos e noventa e nove reais e três centavos);

Considerando que a Contratada ingressou com processo administrativo requerendo reajuste do valor Contratual, no percentual de 12,95379%, reajusta-se o valor mensal para R\$ 2.257,98 (dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos), deferido através do Processo nº 8559/2013;

Considerando o valor cumulativo de R\$ 205,00 (duzentos e cinco reais), totalizando em R\$ 4.920,00 (quatro mil, novecentos e vinte reais) dos últimos 24 meses, que será deduzido em 12 parcelas mensais iguais de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais) do valor total, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de julho de 2014 e com término em 30 de junho de 2015.

Altera-se o valor mensal para R\$ 2.257,98 (dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos), do qual será deduzido o valor de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais), acima referido, importando em R\$ 1.847,98 (um mil, oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e oito centavos), o totalizando o valor do referido Contrato em R\$ 22.175,76 (vinte e dois mil, cento e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos), para o período prorrogado.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

ARNO OTTWIN HEILMANN, como Diretor do Departamento de Trânsito Urbano do Município.

LAÉRCIO DE SOUZA MANUTENÇÃO ME - SINAL VERDE, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 240/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 240/2014

DA ESPÉCIE: Nono Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 372/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa P R K ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, conforme Edital de Concorrência Pública nº 362/2011, em 23 de DEZEMBRO de 2011.

Considerando o objeto do Contrato nº 372/2011, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para implantação da Escola de Ensino Infantil Padrão FNDE - TIPO B, Bairro Lençol, Loteamento Alpestre, conforme Convênio nº 700071/2011, de acordo com o memorial descritivo e projetos;

Considerando que ainda existem algumas pendências apresentadas pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para serem atendidas e as mesmas ainda encontram-se em análise, na qual foram encontradas pendências na obra, as quais encontram-se descritas conforme planilha "Plano Ação para Resolução das Pendências de Engenharia", em anexo ao presente Termo Aditivo, e devido à complexidade de algumas pendências a serem atendidas;

Considerando que há a necessidade de prolongar o prazo de execução dos serviços para a conclusão da obra, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 06 de agosto de 2014 e com término em 05 de novembro de 2014.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 23 de setembro de 2014 e com término em 22 de dezembro de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 24 de julho de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

P R K ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 052/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 052/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens de nº 026/2014, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, em 21 de MARÇO de 2014, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 32/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 026/2014, com fornecimento de passagens (vale transporte) de São Bento do Sul, Curitiba e Jaraguá do Sul para pacientes do SUS em tratamento de saúde fora do Município, conforme a Inexigibilidade de Licitação nº 32/2014, de 21 de março de 2014;

Considerando que devido ao aumento da tarifa do vale transporte de SBS x Curitiba e Curitiba x SBS, conforme Resolução nº 4351/2014 da Agência Nacional de Transportes ANTT em anexo a este Termo Aditivo, faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 026/2014, nos seguintes termos:

Ficam alterados os preços unitários das passagens interestaduais, nos seguintes termos:

Item	Unid.	Especificação	Valor Unitário
1	Unid.	Passagens Curitiba (Ida)	R\$ 16,93
2	Unid.	Passagens Curitiba (Volta)	R\$ 20,18

Permanece o valor Unitário das Passagens Jaraguá do Sul (Ida) a R\$ 14,22 (quatorze reais e vinte e dois centavos) e Jaraguá do Sul (Volta) a R\$ 15,97 (quinze reais e noventa e sete centavos);

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2014.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 232/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 232/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Produtos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de gêneros alimentícios para reuniões e encontros com famílias acolhedoras, gêneros alimentícios para abrigadas na Casa Abri-go, lanches para oferecer nas Oficinas Socioeducativas dos CRAS, lanches para oferecer nas Oficinas Socioeducativas do CREAS e gêneros alimentícios para uso na SEMAS, itens prejudicados no Pregão nº 146/2014, conforme Pregão Presencial nº 198/2014.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 16 (dezesseis) dias, a contar desta data.

DO VALOR: R\$ 3.150,70 - Valor Total.

São Bento do Sul, 16 de julho de 2014.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP, como Contratada.

Portaria Nº 6322/2014

PORTARIA Nº 6322, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

Concede Gratificação de Função

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 701/2003,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 01 de setembro de 2014, a gratificação de Função FG 2 - Agente de Área na Central de Medicamentos, à servidora LÉSLIE LIA HERMES TSCHOEKE, ocupante do cargo de Farmacêutico, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6342/2014

PORTARIA Nº 6342, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 25 de agosto de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de

contribuição à segurada FÁTIMA IZABEL BALTAZAR ROESLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental - Anos Finais, Nível II, Classe E, matrícula nº 27770, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5208/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25 de agosto de 2014.

São Bento do Sul, 26 de agosto de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6343/2014

PORTARIA Nº 6343, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 28 de agosto de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada MARIZA ANJOLITA ODKOVICZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional Operacional I, Nível I, Classe G, matrícula nº 7670, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 4360/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28 de agosto de 2014.

São Bento do Sul, 26 de agosto de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6344/2014

PORTARIA Nº 6344, DE 26 DE AGOSTO DE 2014
Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, RESOLVE

NOMEAR:

A partir de 25 de agosto de 2014, MARINEI SLOMPO DE LIMA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Fonoaudiólogo, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 26 de agosto de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6372/2014

PORTARIA Nº 6372, DE 27 DE AGOSTO DE 2014
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor LUIZ BUSCH, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- Ford/Courier, placa MDS 2627
- Peugeot Hoggar, placa MIO 9267
- GM/Pick-up Corsa, placa MAU 5782
- WV/Gol, placa LXM 7364
- Fiat/Uno, placa MIK 3335
- GM/Corsa Classic, placa MIO 1104
- Ford/Ranger XLT-13D placas MBX 9437

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de agosto de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6400/2014

PORTARIA Nº 6400, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de setembro de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado OSNI PAULO LANGA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Operacional III, Nível I, Classe G, matrícula nº 152, lotado no Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5114/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2014.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6402/2014

PORTARIA Nº 6402 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ALVANI GROSCH, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00117/13-5, de 10 anos, 07 meses e 17 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 5504, de 20 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6403/2014

PORTARIA Nº 6403, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

Altera a Portaria nº 2717, de 15 de Julho de 2013, que Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis nºs 513/95, 2330/09 e 2818/11,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam substituídos no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, o membros representantes da Secretaria Municipal de Saúde, constante da Portaria nº 2717, de 15 de julho de 2013, como segue:

Marili Tatiane Theisges da Silva - Titular

Tais Spézia Mesgaliski - Suplente

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de setembro de 2014

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6405/2014

PORTARIA Nº 6405, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal HEIDE CRISTIANE D'AVILA, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00043/13-1, de 07 anos, 05 meses e 06 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 5808, de 02 de setembro de 2014.

Art. 2º Conceder averbação de Tempo de Serviço/Contribuição de 06 anos, 06 meses e 04 dias para fins de aposentadoria - conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 360/2014 do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Decreto Nº 0657/2014

DECRETO Nº 0657, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.026 - Coordenação, manutenção e ampl. do ensino fundamental

(480) 3.3.90.30.00.00.00 001- Material de Consumo R\$ 8.000,00

Atividade: 2.027 - Convênios com Empresas

(490) 3.3.90.30.00.00.00 022 - Material de Consumo R\$ 17.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.026 - Coordenação, Manutenção e Ampl. do Ensino Fundamental

(484) 3.3.90.39.00.00.00 001- Outros Serv. Terc. PJ R\$ 4.000,00

(486) 3.3.91.39.00.00.00 001- Outros Serv. Terc. PJ R\$ 4.000,00

Atividade: 2.027 - Convênios com Empresas

(492) 3.3.90.39.00.00.00 022 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 12.000,00

(493) 4.4.90.52.00.00.00 022 - Equip. Material Permanente R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0658/2014

DECRETO Nº 0658, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de

R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas a Atenção Básica

(28) 4.4.90.52.00.00.00 002 - Equip. Material Permanente R\$ 32.200,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas a Atenção Básica

(5) 3.1.90.11.00.00.00 002 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 32.200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0659/2014

DECRETO Nº 0659, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.300,00 (dezenove mil e trezentos reais) no orçamento vigente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(15) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC

R\$ 4.000,00

(24) 3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão-de-Obra

R\$ 4.400,00

(25) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$

5.000,00

(27) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrig. Trib. Contributivas

R\$ 5.900,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(13) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$

19.300,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Edital Nº 006/2014

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N.º 006/2014

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, abre inscrição para o processo seletivo de formação de cadastro de reserva para eventual contratação temporária, conforme dispõem o art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Municipal nº 2.397, de 09 de setembro de 2009 e legislação vigente.

1. DOS CARGOS

O presente Processo Seletivo destina-se ao preenchimento do cargo de:

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
Médico Clínico Geral	40	R\$ 10.029,81	Ensino Superior no curso específico e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática
Médico Cardiologista	40	R\$ 10.029,81	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática
Médico Otorrinolaringologista	40	R\$ 10.029,81	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática
Médico Ortopedista	40	R\$ 10.029,81	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática
Médico Generalista - ESF	40	R\$ 10.029,81	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática

- O vencimento acima é correspondente à carga horária de 40 horas semanais, sendo este proporcional à carga horária pela qual optar o candidato.

Para o preenchimento da ficha de inscrição será necessário anexar as seguintes fotocópias:

- Cédula de Identidade;

- C.P.F;

- Diploma de Habilitação;

- Fotocópia da Carteira expedida pelo conselho profissional;

- Comprovante de tempo de serviço na área, se houver;

- Certidão Casamento e nascimento filhos ou comprovante de adoção.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições estarão abertas no período de 08/09/14 à 19/09/14, no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, São Bento do Sul/SC, no horário de expediente da Prefeitura.

3.2 O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas;

3.3 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento procuratório com fins específicos.

3.4 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Serão aprovados os candidatos que juntarem os documentos requeridos neste edital e estes serão classificados na ordem inversa da pontuação obtida segundo os critérios abaixo:

4.1 Tempo de inscrição no CRM:

- a) De 01 ano a 05 anos: 05 pontos
- b) De 06 anos e 11 anos: 10 pontos
- c) De 12 anos e 17 anos: 15 pontos
- d) De 18 anos e 22 anos: 20 pontos
- e) De 23 anos e 28 anos: 25 pontos
- f) Acima de 28 anos: 30 pontos

4.2 Tempo de serviço médico no exercício de cargo público ou emprego público:

- a) Até 05 anos: 2,5 pontos
- b) De 06 anos e 10 anos: 5,0 pontos
- c) Acima de 10 anos: 7,5 pontos

4.3 Aprovação em concursos públicos ou testes seletivos: 02 pontos por certame

4.4 Ordem classificatória se dará pela somatória dos pontos, com desempate a favor do candidato mais idoso;

4.5 Os candidatos classificados serão, pela ordem, oportunamente chamados para confirmar sua intenção de ingressar no emprego do quadro para o qual se inscreveram;

4.6 Do resultado da aprovação e da classificação, os recursos deverão ser através de requerimento, que deverá ser protocolizado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no horário de expediente, dirigido à Comissão do Processo Seletivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação dos resultados, através de requerimento fundamentado, indicando com precisão os pontos de objeto da revisão.

4.7 Não se admitirão pedidos de recurso interposto por via postal, fax ou internet.

4.8 A classificação do candidato no Processo Seletivo não assegura o direito ao ingresso automático no cargo ou emprego, apenas a expectativa de ser admitido, segundo a ordem classificatória, ficando a concretização deste ato, condicionada à observância de disposições legais.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo;

5.2 O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata terá a inscrição cancelada e serão anulados todos os atos dela decorrentes;

5.3 O presente Processo Seletivo, com a respectiva classificação, terá a validade para 01 (um) ano a contar da data da homologação;

5.4 As publicações estarão no quadro de Editais da Prefeitura Municipal e na página de internet do Município: www.saobentodosul.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios, sendo de

responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento.

5.5 A aprovação e classificação no certame não garante a contratação do profissional, vez que a seleção de presta a preenchimento de cadastro de reserva. Ocorrendo alguma das hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público previstas na Lei Municipal 2.397/2009 o candidato aprovado será chamado à contratação temporária consoante a ordem de classificação e pelo tempo de validade do Processo Seletivo.

5.6 Na hipótese do item anterior, o candidato será notificado a comparecer no Departamento de Recursos Humanos e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a documentação exigida no item 5.10, assinar o contrato de trabalho temporário e dar início ao exercício profissional.

5.7 O não comparecimento no prazo acima é desistência tácita, acarretando a convocação do próximo candidato, segundo a ordem de classificação, sendo vedado à Administração Municipal alterar a ordem de classificação, incluindo o chamado "reposicionamento para final de lista".

5.8 Os habilitados e classificados no Processo Seletivo serão admitidos no regime da Consolidação das Leis do Trabalho e sob as regras da Lei Municipal 2.397/2009

5.9 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial.

5.10 A documentação exigida do candidato, que deverá ser apresentada no prazo do item 5.6 sob pena de desistência tácita:

- * 01 foto 3x4;
 - * Carteira de trabalho;
 - * Exame pré-admissional que comprove a capacidade física e mental para o exercício das funções (A critério do Médico do Trabalho responsável pelo exame pré-admissional, poderão ser requisitados exames complementares);
 - * declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;
 - * declaração de que não percebe aposentadoria ou benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;
 - * declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;
 - * declaração de bens que constituem o seu patrimônio;
 - * Certidões negativas Crime e Fiscal - acessar o site www.tjsc.gov.br;
 - * fotocópia cédula de identidade;
 - * fotocópia do C.P.F.;
 - * fotocópia do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição;
 - * fotocópia da certidão de nascimento, e ou, casamento;
 - * fotocópia da certidão de nascimento dos dependentes e da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
 - * fotocópia do atestado de frequência escolar dos filhos entre 06 e 14 anos;
 - * fotocópia do certificado de alistamento militar;
 - * fotocópia do comprovante de residência do MÊS ATUAL;
 - * fotocópia autenticada (ou cópia com apresentação do original no ato da posse) do diploma de conclusão de curso (conforme o nível de ensino exigido para o cargo);
 - * fotocópia da carteira de vacina contra Rubéola;
 - * fotocópia do cartão PIS/PASEP e sua data de cadastro;
 - * fotocópia da carteira de trabalho onde constam a foto e os dados pessoais;
 - * fotocópia dos documentos que comprovem o atendimento aos pré-requisitos exigidos para cada cargo.
- 5.11 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- 5.12 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

São Bento do Sul, 03 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

Listagem de Portarias Nº 007/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6345, de 27 de agosto de 2014. Concede Licença Maternidade, período de 05/08/2014 a 02/12/2014. Monica Liebl. Técnica em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6346, de 27 de agosto de 2014. Prorroga Licença Maternidade, período de 03/12/2014 a 31/01/2015. Monica Liebl. Técnica em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6347, de 27 de agosto de 2014. Concede Licença Maternidade, período de 09/08/2014 a 06/12/2014. Berenice Huebner. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 6348, de 27 de agosto de 2014. Concede Licença Maternidade, período de 11/08/2014 a 08/12/2014. Tatiane Aparecida Cunha. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 6349, de 27 de agosto de 2014. Prorroga Licença, por motivo de doença em pessoa da família, período de 25/07/2014 a 23/08/2014, conforme Processo nº 4917/14. Florinda Ivete Rosa Rohrbacher. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6350, de 27 de agosto de 2014. Concede Licença, por motivo de doença em pessoa da família, período de 08/08/2014 a 06/09/2014, Conforme Processo nº 5120/14. João Helio Cardoso. Atendente Educativo. SEMOB.

Portaria nº 6351, de 27 de agosto de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 26 de agosto de 2014. Thiago Henrique Antonowsky. Professor Anos Finais- Educação Física, 40 horas semanais. PEM Abelinha Feliz. SEMED.

Portaria nº 6352, de 27 de agosto de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 26 de agosto de 2014. Juliane Tandler. Atendente Educativo, 30 horas semanais na EBM Newton Mendes. SEMED.

Portaria nº 6353, de 27 de agosto de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 26 de agosto de 2014. Alessandra Arnold. Atendente Educativo. 30 horas semanais. CEIM Trenzinho Maluco. SEMED.

Portaria nº 6354, de 27 de agosto de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 26 de agosto de 2014. Mari Ilze Groskopf. Atendente Educativo, 30 horas semanais no CEIM Pica Pau. SEMED.

Portaria nº 6355, de 27 de agosto de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 26 de agosto de 2014. Edite Adamek. Atendente Educativo, 30 horas semanais na EBM Rodolfo Berti. SEMED.

Portaria nº 6356, de 27 de agosto de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 26 de agosto de 2014. Pedro Nelson Grossl. Auxiliar de Serviços, 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 6357, de 27 de agosto de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 26 de agosto de 2014. Matilde da Neves Socreppa. Auxiliar de Serviços, 40 horas semanais na Escola Municipal

de Educação de Jovens e Adultos. SEMED.

Portaria nº 6358, de 27 de agosto de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 26 de agosto de 2014. Viviane Gianine Kuscham. Auxiliar de Serviços, 40 horas semanais na EBM Maria Waltrudes Kruger. SEMED.

Portaria nº 6359, de 27 de agosto de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 18 de agosto de 2014. Mabel Amaral Chapieski. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 6360, de 27 de agosto de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 18 de agosto de 2014. Magali de Fatima Martins Cordeiro. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6361, de 27 de agosto de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 18 de agosto de 2014. Vanessa Mariano Ribeiro. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 6362, de 27 de agosto de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 21 de agosto de 2014. Patricia Schewinski. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6363, de 27 de agosto de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 20 de agosto de 2014. Cintia Fatima dos Santos. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 6364, de 27 de agosto de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 18 de agosto de 2014. Tifani Niessa Anton. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 6365, de 27 de agosto de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 25 de agosto de 2014. Noeli Fatima dos Santos. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 6366, de 27 de agosto de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 27 de agosto de 2014. Alessandra Arnold. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6367, de 27 de agosto de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 27 de agosto de 2014. Bruna de Paula. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6368, de 27 de agosto de 2014. Declara Vago o Cargo, fulcro no art. 47, inciso V, Lei Municipal nº 228/11, a partir de 25 de agosto de 2014. Fatima Izabel Baltazar Roesler. Professor Anos Finais.

Portaria nº 6369, de 27 de agosto de 2014. Declara Vago o Cargo, fulcro no art. 47, inciso V, Lei Municipal nº 228/11, a partir de 28 de agosto de 2014. Mariza Anjolita Odkovicz. Auxiliar de Operações.

Portaria nº 6370, de 27 de agosto de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 26 de agosto de 2014. Adalgisa Pacheco dos Santos. Enfermeiro. SEMUS.

Portaria nº 6371, de 27 de agosto de 2014. Declara Vago o Cargo, fulcro no art. 47, inciso VII, Lei Municipal nº 228/11, a partir de 21 de agosto de 2014. Paulo Ladimir Xavier. Vigia.

Portaria nº 6393, de 02 de setembro de 2014. Prorroga Prazo para Posse, Professor Educação Infantil, Concurso Público nº 009/2011. Thamires Roberta Lesbhak., conforme Processo nº 5786/2014.

Portaria nº 6394, de 02 de setembro de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 01 de setembro de 2014. Cleverson Israel Minikowsky. Advogado. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMAS.

Portaria nº 6395, de 02 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2014. Ines da Silva Paslauski Castilho, Professor Anos Finais - Artes, 20 horas semanais na EBM Denise Harms. SEMED.

Portaria nº 6396, de 02 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2014. Elsa Maria Veiga, Professor Educação Infantil, 20 horas semanais no CEIM Pequenos Passos. SEMED.

Portaria nº 6397, de 02 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2014. Gisele Kubichen, Professor Anos Finais - Língua Portuguesa/Inglês. 30 horas semanais. EBM Garibaldina Fuginaga e na EBM Dalmir Pedro Cubas. SEMED.

Portaria nº 6398, de 02 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2014. Natanael Barbosa Correia. Professor Anos Finais - Matemática, 40 horas semanais na EBM Lucia Tschoeke. SEMED.

Portaria nº 6399, de 02 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2014. Iara Aparecida Mauricio, Auxiliar de Serviços, 40 horas semanais no CEIM Castelo Encantado. SEMED.

Portaria nº 6401, de 03 de setembro de 2014. Concede Auxílio Escolar, a partir de 01 de setembro de 2014, conforme Processo nº 5316/14. Julio Cesar Vargas. Professor de Música III. Fundação Cultural.

Portaria nº 6404, de 03 de setembro de 2014. Revoga Portaria nº 5579/14 que reduziu a carga horária de trabalho de Ricardo Gomes Martins. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 6406, de 03 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de setembro de 2014. Dayane Mendes, Auxiliar de Serviços, 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 6407, de 03 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2014. Margarete Adão, Auxiliar de Serviços, 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2014.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL.

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº307/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 307/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 254/2014, à servidora MILENA TELMA CHRISTOFF ocupante do cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 29/08/2014 em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/08/2014.

São Bento do Sul, 03/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Retificação Portaria IPRESBS Nº 304/2014

RETIFICAÇÃO

Na Portaria 304/2014, de 28 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 02 de setembro de 2014.

Onde se lê:

"Art. 1º. (...) lotada na Secretaria Municipal de Educação (...)."

Leia-se:

"Art. 2º. (...) lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (...)."

São Bento do Sul, 03/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**Portaria/SAMAE/SBS/Nº 161, de 28 de Agosto de 2014.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 161, de 28 de agosto de 2014.
"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor ANTÔNIO CLAUDIO HACK, Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-04, função de AGENTE DE SETOR, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 1º setembro de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS/Nº 162 de 28 de Agosto de 2014

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 162 de 28 de agosto de 2014.
" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria 013 de 01 de janeiro de 2013, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor LUIZ CARLOS GELINSKI PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Serviços de Pedreiro, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-04, função de AGENTE DE SETOR, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2014, revogando-se a portaria nº 023/2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 163, de 28 de Agosto de 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 163, de 28 de agosto de 2014.
"DECLARA VAGO CARGO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º - DECLARAR A VACÂNCIA DO CARGO de Analista de Saneamento I, com fulcro no artigo 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, em virtude de aposentadoria do servidor OSNI PAULO LANGA, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 1º de setembro de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 164, de 28 de Agosto de 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 164, de 28 de agosto de 2014.
" EXONERA DIRETOR "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR, na forma do art. 49º, alínea b, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, OSNI PAULO LANGA, do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 1º de setembro, revogando-se a portaria nº 001, de 2 de janeiro de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 3131/2014

DECRETO Nº 3131/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JOSIANE MULLER para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3132/2014

DECRETO Nº 3132/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. GRAZIELA MONTEIRO ALFF para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3133/2014

DECRETO Nº 3133/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CARLA KNUST BASTOS para ocupar

o cargo de provimento efetivo de Médica, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3134/2014

DECRETO Nº 3134/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. DEYVID DE SOUZA MEDEIROS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3135/2014

DECRETO Nº 3135/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. HELDER LIMA BASTOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3136/2014

DECRETO Nº 3136/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. LUCIANO RANGEL BÚRIGO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Edital de Credenciamento Nº 004/2013/SMS/Pmsj

A Secretaria Municipal de Saúde de São José, considerando o edital de credenciamento nº 004/2013/SMS/PMSJ - Anatomia Patológica e Citopatologia, e conforme os procedimentos de avaliação documental e técnica realizados pela Comissão de Contratualização dos Prestadores de Serviços de Saúde, torna pública a habilitação da empresa Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas Continente LTDA EPP no referido processo.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone (48) 3281-6800 / Diretoria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle - c/ Dione Prim Laurindo.

Luis Antonio Silva
Secretário de Saúde

Decreto Nº 3137/2014

DECRETO Nº 3137/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. NATIELE GRAÑA DE MEDEIROS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Edital de Credenciamento Nº 006/2013/SMS/Pmsj

A Secretaria Municipal de Saúde de São José, considerando o edital de credenciamento nº 006/2013/SMS/PMSJ - Coleta de Material, e conforme os procedimentos de avaliação documental e técnica realizados pela Comissão de Contratualização dos Prestadores de Serviços de Saúde, torna pública a habilitação da empresa Digem Diagnóstico por Imagem S/S Ltda no referido processo.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone (48) 3281-6800 / Diretoria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle - c/ Dione Prim Laurindo.

Luis Antonio Silva
Secretário de Saúde

Decreto Nº 3138/2014

DECRETO Nº 3138/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JACKLINE SEIBEN para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3139/2014

DECRETO Nº 3139/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. NAARAÍ CAMBOIM BEZERRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3140/2014

DECRETO Nº 3140/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. SANDRO ADRIANI TEIXEIRA BORGES JÚNIOR para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3141/2014

DECRETO Nº 3141/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. KARIN MEURER HOBOLD para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3142/2014

DECRETO Nº 3142/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. LEONARDO WIGG PERFETO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3143/2014

DECRETO Nº 3143/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ANA CAROLINA SALERNO DEL MENNEZZI TESSARI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3144/2014

DECRETO Nº 3144/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ANGELES BEATRIZ DA SILVEIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3145/2014

DECRETO Nº 3145/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ALINE VITALI GRANDO para ocupar

o cargo de provimento efetivo de Médica, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 3146/2014

DECRETO Nº 3146/2014
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. GUSTAVO ADOLFO MATOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 3147/2014

DECRETO Nº 3147/2014
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. MARCOS ANTONIO LOPES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 3148/2014

DECRETO Nº 3148/2014
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público

referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. OMAR JOSÉ CASSOL JÚNIOR para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 3159/2014

DECRETO Nº 3159/2014
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. DAVID ZIBETTI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 3156/2014

DECRETO Nº 3156/2014
INSTITUI A COMISSÃO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER E DESIGNA SEUS MEMBROS

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão para proposta de criação do Sistema Municipal de Esportes e Lazer no âmbito do Município de São José, com o objetivo de apresentar proposta de projeto de lei para esse fim.

Art. 2º - Ficam designados, para compor a Comissão os seguintes servidores: Juliana Graciosa Pereira, matrícula nº 25.628; Karoline da Silva, matrícula nº 34.509; Anderson Sebastião Chaves, matrícula nº 21.637 e Paulo Celso de Pilla Montebello, matrícula nº 33.271.

Art. 3º - Fica convidado, como membro da sociedade civil, o Senhor Marino Tessari, CREF 000007-G/SC, Conselheiro do Conselho Regional de Educação Física do Estado de Santa Catarina, a participar da Comissão e contribuir na apresentação da proposta.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de setembro de 2014.

ANDRÉA LUIZA GRANDO Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal
---	---

Decreto Nº 3094/2014

DECRETO Nº 3094/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificadas:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
18.01.27.812.0104.2.054 Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

6 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 55.000,00
Total desta Atividade R\$ 55.000,00

18.01.27.812.0104.2.404 Funcionamento e Manutenção do Programa de Desportos Comunitários / Rendimentos

33 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 50.000,00
Total do Órgão R\$ 105.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 105.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificadas:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.087 - Funcionamento e Manutenção de Ginásios e Unidades Esportivas - FUNESJ

18 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
20 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
21 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 4.000,00
Total desta Atividade R\$ 19.000,00

18.01.27.812.0104.2.404 Funcionamento e Manutenção do Programa de Desportos Comunitários / Rendimentos

30 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 76.000,00
Total desta Atividade R\$ 76.000,00

18.01.27.812.0104.2.405 - Promoção, Apoio e Patrocínio de Eventos Esportivos e de Lazer - FUNESJ

38 - 3.3.90.31.00.00.0080 - Premiações, Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
Total desta Atividade R\$ 5.000,00

18.01.27.813.0104.5.006 - Implantação de Academias ao Ar Livre

47 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
Total desta Atividade R\$ 5.000,00
Total do Órgão R\$ 105.000,00
Total da Anulação R\$ 105.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Decreto Nº 3099/2014

DECRETO Nº 3099/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificada:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.246 - Contratualização de Serviços Complementares

216 - 3.3.90.39.00.00.0338 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do MAC - FMS - MS R\$ 900.000,00
Total desta Atividade R\$ 900.000,00
Total do Órgão R\$ 900.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 900.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, autorizado na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos recursos do MAC, apurado no balanço de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Decreto Nº 3100/2014

DECRETO Nº 3100/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificada:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.241 - Programas Especiais (Insumos e Material Especial)

179 - 3.3.90.32.00.00.0334 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos do PAB FIXO - FMS R\$ 900.000,00

Total desta Atividade R\$ 900.000,00

Total do Órgão R\$ 900.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 900.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, autorizado na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos recursos do PAB FIXO, apurado no balanço de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Edital Nº 040/2014/Fundesj

EDITAL Nº 040/2014/FUNDESJ

CONVOCA CANDIDATO CLASSIFICADO EM CONCURSO PÚBLICO NA CATEGORIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ CONFORMIDADE AO EDITAL Nº 003/2014/GAB - FUNDESJ.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José, Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann, no uso de suas atribuições legais, torna público:

Art. 1º - A CONVOCAÇÃO de candidato classificado em Concurso Público na Categoria de Técnico-Administrativo nos termos do item 11 - da Contratação, do Edital nº 003/2014/GAB - FUNDESJ, e considerando o Resultado do Concurso Público para as áreas que seguem:

TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR

Posição	Inscrição	Nome	Identidade
01º	9000	BRUNO REGIS DE ARRUDA	47944722/SJS/SC

Art. 2º - O candidato classificado acima deverá comparecer no prazo de 48 horas a partir da data de publicação deste Edital munido da documentação exigida em conformidade com o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT item 1.3 e com os documentos exigidos no item 11 - da Contratação, do Edital nº 003/2014/GAB - FUNDESJ.

Documentos necessários para contratação:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (original e cópia / foto identidade);

b) Exames Laboratoriais para Admissão (Previstos no Item 11.8 do Edital 003/2014/GAB - FUNDESJ);

c) Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos;

d) Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

e) Comprovação do nível de escolaridade e habilitação exigidas no Edital;

f) Comprovação de pleno gozo dos direitos civis e políticos;

g) Comprovação de nacionalidade brasileira, ou no caso de nacionalidade estrangeira, comprovação de estar em situação regular no país;

h) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição;

i) Abertura Conta Caixa Econômica Federal (operação 037);

j) Cópia do Título de Eleitor;

k) CPF;

l) Carteira de Identidade;

m) PIS-PASEP;

n) Cópia do Certificado de Reservista;

o) Cópia da Certidão de Casamento ou Divórcio;

p) Cópia da Certidão de Nascimento filhos até 21 anos;

q) Declaração IRRF - última;

r) Foto 5/7;

s) comprovante de residência.

Art. 3ª - Este Edital entra em vigor na data da sua Publicação. Revogando-se disposições em contrário.

São José, 27 de agosto de 2014.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José

Resultado da Carta Convite Nº 010/2014 - Propostas

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA CARTA CONVITE Nº 010/2014 - PROPOSTAS - Processo nº 203/2014 Objeto: Contratação de empresa para execução da drenagem externa/pátio, do CEI Nossa Senhora de Fátima, Forquilha, Município de São José, incluindo fornecimento de materiais. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME; 2ª VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP; 3ª DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME; 4ª ANA CAROLINY DE LIMA QUEIROZ ME; 5ª NOVA ERA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA EPP; e 6ª LUIZ FABIANO SILVEIRA ME. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

Decreto Nº 3151/2014

DECRETO Nº 3.151/2014

EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando a decisão nos autos 0000471-292010.8.0064/02, referente ao Processo nº 064.10.000471-0;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a servidora, MARIA ELIZABETH SOBROSA HICKEL, portadora do CPF nº 630.560.629-34, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com uma carga horária semanal correspondente a 20 horas, com exercício de suas funções junto a Escola Profissional Municipal de Campinas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 01/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3155/2014

DECRETO Nº 3.155/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991 e

CONSIDERANDO a decisão nos autos nº 0000471-292010.8.0064/02, referente ao processo nº 064.10.000471-0,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Nanci Nunes do Nascimento para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 1 da Área de ensino 7 - Educação Profissional/Artesanato do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, II, VII e XIII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 005/2007 com resultado homologado em 13 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28/08/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 001/2014 - Pregão Presencial N.º 004/2014**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: COMERCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva nos veículos que compõem a frota da Câmara Municipal de São José/SC.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.19.00.00.00.00 (13)

VALOR GLOBAL DO REFERIDO CONTRATO: R\$ 30.592,00 (trinta mil quinhentos e noventa e dois reais)

VIGÊNCIA: 05/05/2014 à 05/05/2015

Lei N.º 5.432, de 01 de Setembro de 2014.

LEI N.º 5.432, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

DENOMINA DE WILLIBALDO WESSLER, A POLICLÍNICA DE CAMPINAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ PROMULGA, NOS TERMOS DO ART. 53, §§ 3º E 7º, DA LEI ORGÂNICA c/c ART. 228 DO REGIMENTO INTERNO, A SEGUINTE LEI SANCIONADA TACITAMENTE, RESULTANTE DO PROJETO DE LEI NÃO VETADO PELA PREFEITA:

Art. 1º - Fica denominada de "WILLIBALDO WESSLER", a Policlínica de Campinas, localizada na Avenida Governador Jorge Lacerda, nº. 193, no Bairro Campinas - São José.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 01 de Setembro de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Presidente

São José do Cedro**PREFEITURA****Decreto Nº 5.559**

DECRETO Nº 5.559, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, DIVA FERAZ DOS SANTOS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 176 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 7º lugar, média final 7,80, a partir de 01 de setembro de 2014, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 01 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Extrato Pregão Presencial N.96/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº96/2014

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 96/2014, Edital de Pregão Nº 96/2014, Objeto: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços profissionais de assessoria tributária e fiscal para a execução de serviços de levantamento, identificação e revisão de débitos e outros benefícios tributários, conforme objeto discriminado no anexo I deste edital. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 16/09/2014. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 18/09/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

Decreto Nº. 176/2014 - Sf

DECRETO Nº. 176/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.007 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

"46" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.000,00(hum mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.007 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

"51" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de setembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 03 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 107/2014**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 107/2014 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 007/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTUÁRIOS, PADRÃO FNDE, COM ÁREA DE 980,40M², PARA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC 206628/2013.

FORNECEDOR: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP - CNPJ: 03.210.836/0001-09.

VALOR: R\$ 570.039,93 (quinhentos e setenta mil e trinta e nove reais e noventa e três centavos).

TOTAL: R\$ 570.039,93 (quinhentos e setenta mil e trinta e nove reais e noventa e três centavos).

DATA DE ASSINATURA: 25/08/2014.

VIGÊNCIA: 25/08/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto N.º 129/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
- Fone: 48-32770122 -

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 129/2014

Dispõe sobre a Comissão de Levantamento e Reavaliação do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário do Município de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Levantamento e Reavaliação do patrimônio mobiliário e imobiliário do Município de São Pedro de Alcântara, composta pelos seguintes servidores:

I - Presidente - Ana Claudia Pauli de Amorim

II - Secretário - Alfredo Amorim

III - Membros - Michele Maia da Silva; Jefferson Mario Santana e Carlos Rogério da Silva.

Art. 2º Compete a esta Comissão proceder o levantamento físico dos bens do Município de São Pedro de Alcântara, para efeito de ajustes contábeis e patrimoniais, bem como, proceder as devidas depreciações e avaliação a valor justo dos bens móveis e, reavaliação dos bens imóveis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Parágrafo único - o serviço de levantamento físico e os ajustes referidos no caput deste artigo poderão ser realizados por empresa contratada, devendo nesse caso, a comissão validar todas as etapas do processo por meio de atas.

Art. 3º O relatório conclusivo será entregue ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Os membros integrantes da Comissão de que trata este Decreto não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Portaria N.º 355/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 355/2014

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor ALMIR FORSTER, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao funcionário ALMIR FORSTER, pelo período de 27 (vinte e sete) dias, a contar da data de 06/08/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/08/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO.

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 356/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 356/2014

NOMEIA BRUNA SCARLETT ALVES PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar n.º 05/1997

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear BRUNA SCARLETT ALVES para o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Grupo III, Atividades de Administração Geral - AAG, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 1.134,35 (um mil, cento e trinta quatro reais e trinta cinco centavos), carga horária semanal de 40 horas, em virtude de sua classificação n.º. 05, no Concurso Público Municipal - Edital n.º 001/2010, homologado em 29 de dezembro de 2010.

Art. 2.º- A candidata aqui nomeada tem o prazo de trinta dias para entrar em exercício, a contar da publicação desta portaria.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 3.058/2014, de 01 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3.058/2014 de 01 de setembro de 2014
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º 1.764/2009.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal nº 1.764/2009, que vem estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 5.006 de 22 de fevereiro de 2013.

Considerando a Ata nº 96, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Ata nº 96/2014 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

- Maria Elean Bueno Mera
- Andreia Richter Wermeier
- Roberta Meireles Gonzales
- Jucineia Formigari
- Dayanne do Prado
- Bruna Tanisa Moreira
- Rudinei Erich Schroeder
- Paulo Henrique Gneipel
- Cheila Adriane Klitzke
- Cleiton de Moura
- Tiago Rafael Muchalski Petry

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 01 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 3.059/2014, de 02 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 3.059/2014, de 02 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Adriana Patricia Welter de Marco	25	26
Daniela Silva Felipe	60	61
João Carlos Lescowicz	26	27
Mario Muller Junior	51	52
Tânia Maria Zoz	41	42

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Marcia Aparecida Oberthur	B-5	B-6
Maria Alvair Schmolter Konell	C-7-II	C-8-II
Nilda de Souza Batista	B-5-V	B-6-V
Ronir Voigt	C-4-I	C-5-I
Valdeni Gaedke Lenzi	C-10-IV	C-11-IV
Zoraide Rodrigues da Silva	C-2	C-3

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 02 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Complementar Nº 154/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº154/2014

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, ALTERA OS ANEXOS I E II DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 060/2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a composição da equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, incluindo o profissional Educador Físico, e criando 01(uma) vaga para Farmacêutico.

Art. 2º Para a consecução dos objetivos desta Lei Complementar, passam os Anexos I e II da Lei Complementar n.º 060/2008 a vigorar com a redação que esta lhes dá.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 2 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANEXO I

Definição dos cargos, requisitos, quantitativo das vagas e remuneração aplicável aos profissionais.

GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR				
Atividade	Requisitos	Carga Horária	Vagas	Remuneração R\$
Médico	Portador de certificado de conclusão do curso superior com registro no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional	40h/semanais	05	R\$ 11.586,30
Enfermeiro			05	R\$ 3.556,29
Odontólogo			03	R\$ 4.576,94
Farmacêutico			02	R\$ 2.561,31
Fisioterapeuta			01	R\$ 2.561,31
Psicólogo			01	R\$ 2.561,31
Nutricionista			01	R\$ 2.561,31
Educador Físico			01	R\$ 2.036,86

GRUPO II - ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO				
Atividade	Requisitos	Carga Horária	Vagas	Remuneração R\$
Técnico de Enfermagem	Portador do diploma ou certificado do curso técnico respectivo, expedido de acordo com a legislação e registrado pelo Órgão fiscalizador do exercício profissional, bem como registro do profissional no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional.	40h/semanais	08	R\$ 1.221,50
Auxiliar de Enfermagem	Portador do diploma de ensino médio e de registro profissional no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional.		04	R\$ 1.191,71
Técnico em Higiene Bucal	Portador do diploma ou certificado do curso técnico respectivo, expedido de acordo com a legislação e registrado pelo Órgão fiscalizador do exercício profissional, bem como registro do profissional no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional.		02	R\$ 1.221,49
Auxiliar de Consultório Dentário	Portador do diploma de ensino médio e de registro profissional no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional.		03	R\$ 1.053,41

GRUPO III - ATIVIDADES DE NÍVEL BÁSICO				
Atividade	Requisitos	Carga Horária	Vagas	Remuneração R\$
Agente Comunitário de Saúde	Titular, no mínimo, de ensino fundamental, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semanais	29	R\$ 1.014,00

ANEXO II

Atribuições dos Profissionais de Saúde da Família

1) Atribuições comuns a todos os profissionais:

I - participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;

II - realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;

III - realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;

IV - garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;

V - realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;

VI - realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;

VII - responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;

VIII - participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;

IX - promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;

X - identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersectoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;

XI - garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;

XII - participar das atividades de educação permanente; e

XIII - realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

2) Atribuições específicas a cada profissional:

Além das atribuições definidas, são atribuições mínimas específicas de cada categoria profissional:

a) Do Agente Comunitário de Saúde:

I - desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;

II - trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;

III - estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;

IV - cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;

V - orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;

VI - desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada,

principalmente a respeito daquelas em situação de risco;

VII - acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e

VIII - cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº. 44/GM, de 3 de janeiro de 2002.

b) Do Enfermeiro:

I - realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

II - conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações;

III - planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;

IV - supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem;

V - contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Auxiliar de Enfermagem, ACD e THD; e

VI - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

c) Do Médico:

I - realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

II - realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);

III - realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;

IV - encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;

V - indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;

VI - contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD; e

VII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

d) Do Auxiliar e do Técnico de Enfermagem:

I - participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);

II - realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe; e

III - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

e) Do Cirurgião Dentista:

I - realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;

II - realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;

III - realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade;

IV - encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento;

V - coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;

VI - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar.

VII - contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do THD, ACD e ESF;

VIII - realizar supervisão técnica do THD e ACD; e

IX - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

f) Do Técnico em Higiene Dental (THD):

I - realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção, prevenção, assistência e reabilitação) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, segundo programação e de acordo com suas competências técnicas e legais;

II - coordenar e realizar a manutenção e a conservação dos equipamentos odontológicos;

III - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar.

IV - apoiar as atividades dos ACD e dos ACS nas ações de prevenção e promoção da saúde bucal; e

V - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

g) Do Auxiliar de Consultório Dentário (ACD):

I - realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde;

II - proceder à desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados;

III - preparar e organizar instrumental e materiais necessários;

IV - instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista e/ou o THD nos procedimentos clínicos;

V - cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;

VI - organizar a agenda clínica;

VII - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; e

VIII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

h) Do Nutricionista:

I - conhecer e estimular a produção e o consumo dos alimentos saudáveis produzidos regionalmente;

II - promover a articulação intersetorial para viabilizar o cultivo de hortas e pomares comunitários;

III - capacitar ESF e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição; e

IV - elaborar em conjunto com as ESF, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à Alimentação e Nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e a contra-referência do atendimento.

i) Do Farmacêutico:

I - coordenar e executar as atividades de Assistência Farmacêutica no âmbito da Atenção Básica/Saúde da Família;

II - auxiliar os gestores e a equipe de saúde no planejamento das ações e serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica/Saúde da Família, assegurando a integralidade e a intersetorialidade das ações de saúde;

III - promover o acesso e o uso racional de medicamentos junto à população e aos profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o uso;

IV - assegurar a dispensação adequada dos medicamentos e viabilizar a implementação da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica/Saúde da Família;

V - selecionar, programar, distribuir e dispensar medicamentos e insumos, com garantia da qualidade dos produtos e serviços;

VI - receber, armazenar e distribuir adequadamente os medicamentos na Atenção Básica/ Saúde da Família;

VII - elaborar, em conformidade com as diretrizes municipais, estaduais e nacionais, e de acordo com o perfil epidemiológico, projetos na área da Atenção/Assistência Farmacêutica a serem desenvolvidos dentro de seu território de responsabilidade;

VIII - intervir diretamente com os usuários nos casos específicos necessários, em conformidade com a equipe de Atenção Básica/Saúde da Família, visando uma farmacoterapia racional e à obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados à melhoria da qualidade de vida;

IX - estimular, apoiar, propor e garantir a educação permanente de profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família envolvidos em atividades de Atenção/Assistência Farmacêutica; e

X - treinar e capacitar os recursos humanos da Atenção Básica/Saúde da Família para o cumprimento das atividades referentes à Assistência Farmacêutica.

j) Do Fisioterapeuta:

I - desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as ESF incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, amamentação, controle do ruído, com vistas ao autocuidado;

II - desenvolver ações conjuntas com as ESF visando ao acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento;

III - realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos;

IV - acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESF;

V - desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos;

VI - realizar visitas domiciliares para orientações, adaptações e acompanhamentos;

VII - capacitar, orientar e dar suporte às ações dos ACS;

VIII - realizar, em conjunto com as ESF, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares;

IX - desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência;

X - orientar e informar as pessoas com deficiência, cuidadores e ACS sobre manuseio, posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente às características específicas de cada indivíduo;

XI - acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnóstico, para o manejo das situações oriundas da deficiência de um de seus componentes;

XII - acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos quando necessário;

XIII - realizar encaminhamento e acompanhamento das indicações e concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde;

XIV - realizar ações que facilitem a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência.

k) Do Psicólogo:

I - realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional;

II - apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos nos CAPS, tentativas de suicídio, situações de violência intrafamiliar;

III - discutir com as ESF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas;

IV - criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando à redução de danos e à melhoria da qualidade do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade;

V - evitar práticas que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatrização e à medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana;

VI - fomentar ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não-manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação em relação à loucura;

VII - desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial, como Conselhos tutelares, associações de bairro, grupos de auto-ajuda etc.;

VIII - priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade; e

IX - ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração.

l) Do Educador Físico:

I - desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade;

II - incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;

III - proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/ Práticas Corporais, nutrição e saúde juntamente com as ESF, sob a forma de co-participação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente;

IV - articular ações, de forma integrada às ESF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública;

V - identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais, em conjunto com as ESF;

VI - capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde - ACS, para atuarem como facilitadores/monitores no

desenvolvimento de Atividades Físicas/Práticas Corporais;

VII - supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pelas ESF na comunidade;

VIII - promover ações ligadas à Atividade Física/Práticas Corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território - escolas, creches etc.;

IX - articular parcerias com outros setores da área adstrita, junto com as ESF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais; e

X - promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população.

Convocação Processo Seletivo Nº. 003/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. LINDOMAR SILVA DE JESUS, inscrito no CPF sob nº. 009.164.569-78, aprovado em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ENSINO FUNDAMENTAL, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 11 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 1º de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013

Convocação Concurso Público nº. 001/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CELSO CARDOSO, inscrito no CPF sob nº. 439.782.239-53, aprovado em 5º lugar no Concurso Público nº. 001/2013-ESF, para o cargo de MÉDICO PLANTONISTA, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 17:00h do dia 11 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 1º de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde e Assistência Social

Processo Seletivo Edital Nº 001/2014 (Resultado Final)

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2014

Resultado final do Processo Seletivo Edital nº 001/2014 para contratação de pessoal para o preenchimento das vagas existentes na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder, em caráter temporário.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, por meio de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR PÚBLICO

I - A divulgação do resultado final do Processo Seletivo Edital nº 001/2014 para os cargos abaixo relacionados, do quadro de pessoal para preenchimento das vagas existentes na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder, em caráter temporário, para provimento das vagas existentes, das que vierem a existir ou as que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo nº 001/2014.

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargo: MOTORISTA

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
121000006	MARCIO ODINEI BUZZI	83	1
121000005	HUMBERTO CLAUDIO VASSAO	63	2
121000012	FERNANDO JOSE DE BORBA	60	3
121000024	CLAUDIONOR WENCESLAU RABOCK	56	4

Cargo: MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
121000026	ALTAIR SANTOS SILVEIRA	72	1
121000014	CELIO MICHALAK	64	2
121000023	WIVIANI FRANCISCONI	61	3

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Cargo: AGENTE DE ENDEMIAS

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
122000179	REGINALDO JOSE LAMIN	54	1
122000171	SINDY PAMELLA DERETTI	50	2

Cargo: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
122000035	CLAUDETE LAURA DA SILVA MULLER	60	1

Cargo: AUXILIAR DE EXPEDIENTE

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
122000112	DAVID EDISON JULIAO SARA-GOSA	77	1
122000059	GIOVANE RODRIGUES DE OLIVEIRA	74	2
122000063	CRISTIANE GRACIELE MARCELINO STRELOW	65	3
122000037	FLAVIA CRISTINA DELAGNOLO	65	4
122000174	GREICE KELLI PIANEZZER	62	5
122000040	DENISE KRUTSCH	61	6
122000128	RODRIGO JOSE DE OLIVEIRA	60	7
122000134	CARLA IVANA DE ARAUJO	58	8
122000060	ODILEIDE GREFFIN	58	9
122000168	ANA ELIZABETH LIMA	55	10
122000203	MARCEL TEIXEIRA	54	11
122000008	ZENILDA ROSA RIBEIRO	53	12
122000199	SILVANA DOS SANTOS	52	13
122000121	JULIANA DA CUNHA	52	14
122000013	SUZANA CAROLINA MICHAELSEN	51	15

Cargo: RECEPCIONISTA

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
122000201	NATHALIA DOS SANTOS BORBA	65	1
122000197	GREICE JULIANE DA SILVA	58	2
122000057	FRANCIELE MARA THOMSEN	55	3
122000135	ANA PAULA PEROTI	52	4
122000019	LUCIENE ILIDIA DO NASCIMENTO SILVA	52	5
122000151	LARISSA TEPASSE	52	6
122000138	BARBARA CAROLINE MEURER MULLER	50	7

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
122000055	ELENIR BEATRIZ VASEL MOTTA	70	1
122000050	MARLI LOPES LINZMEYER	70	2
122000014	MARCIA REGINA SCHWEDE	69	3
122000178	DAIANE FRANCIELI DA LUZ BENING	62	4
122000141	LUANA VANESSA DOS SANTOS GABRIEL	62	5
122000100	CLAUDIA VOLLES DEMARCHI	59	6
122000098	ANDERSON SCHULZ	57	7
122000030	LIANE JUNGES	56	8
122000023	DANIELE AREN-DARTCHUK	56	9
122000196	LUCIENE LOPES COELHO	53	10
122000016	SILMA MARIA ALVES DOS SANTOS	50	11

Cargo: TELEFONISTA

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
122000205	DENISE DA COSTA BARREIROS	66	1
122000025	EZEQUIELA ADALA DE AMORIM	66	2
122000189	CLEIA APARECIDA BUDAL	62	3
122000078	JESSYCA ANDREZZA MENEZES CUNHA	62	4
122000190	ANA CRISTINA DE BORBA	60	5
122000167	NATACIANE OLIVEIRA IDELFONSO	54	6
122000208	CLARICE MARIA DA SILVEIRA	53	7
122000017	GISELDA DE CAMPOS BORGES	52	8
122000126	JULIANA CRISTINE FERREIRA MARTINS	52	9
122000156	ELVIS DAMASCENO DE CARVALHO	52	10
122000048	JAQUELINE ILIDIA DO NASCIMENTO SILVA	51	11
122000034	CAMILA DAIANE KREMER	51	12

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**Cargo: ASSISTENTE SOCIAL**

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000039	DANIELE KRUTSCH	66	1
123000017	MARISA DOLLA DA SILVA	63	2
123000006	MARTHIN GERT SCHUNEMANN	60	3
123000135	DEISI ANDRIELI LOPES	56	4
123000192	ALINE DA SILVA DIAS	53	5
123000180	DIANA ILAINE GNEWUCH DE ABREU	51	6

Cargo: ENFERMEIRO

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000266	GEISLA IZABELI GONCALVES	62	1
123000198	DEBORA LOUISE BANCKHARDT CURY	50	2

Cargo: FARMACÊUTICO

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000072	ANA LUIZA GRABOWSKI	70	1
123000240	TATIANA SCHOLZE DE CASSIAS	69	2
123000222	KELI CRISTINA MARAFON	64	3
123000077	MARIA DE FATIMA RUIZ MARTINS	56	4
123000057	GRAZIELLE BANISKI PACHECO	50	5

Cargo: MÉDICO AUDITOR

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000196	GABRIELA MACHADO DA SILVA	78	1
123000228	ANA JULIA SCHIROKY BRENNEISEN	73	2

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000094	LUIS FERNANDO GRUENWALDT RIBEIRO	65	1

Cargo: MÉDICO PLANTONISTA

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000051	RICARDO ARAUJO ALVES	78	1
123000024	MARLI KOEFENDER	66	2
123000109	ANGELA ALMEIDA MARQUES	61	3

Cargo: MÉDICO PSIQUIATRA

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000056	JONAS HEEMANN	60	1

Cargo: NUTRICIONISTA

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000071	MORGANA MORAESTONI	69	1
123000130	CAROLINA KNEIPP	61	2
123000137	BRUNO JOSE DE ARAUJO MANENTE	55	3
123000073	ANA LUISA PEREIRA MICHELEFF	52	4
123000113	ALINE THAISE ANASTACIO SABIATO	51	5
123000143	THASSIA RUAMA XAVIER OLIVEIRA	51	6
123000210	NAYARA MOMM	51	7

Cargo: ODONTÓLOGO

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000200	DANIEL LIMA NOCERA	84	1
123000253	AMANDA WESSLING DEMAY	82	2
123000010	AMANDA MEIRELES GOMES MOURA	81	3
123000214	LEONARDO YOSHIURA SOARES	79	4
123000067	PRISCILA RAQUEL SCHIROKY	74	5
123000092	ANA PAULA MERCHIORI	73	6
123000164	RUBIA SEIFERT	73	7
123000249	ISMAEL ANTONIO MARTINS PATUZZI	72	8
123000142	MARIANNA CAMISSASSA FERNANDES VILELA	71	9
123000238	ANNA PAULA BRANCHER	71	10
123000261	RAFAELLA BARROS FREITAS	70	11
123000124	TAIS FERNANDA DE LIMA MACHADO	68	12
123000075	LUCIANO DE OLIVEIRA	67	13
123000141	CAMILA THOMAZ DOS SANTOS	67	14
123000107	RAFAEL RUDIMAR HOLLER PERES	66	15
123000088	LARISSA VIVIANE LADEHOFF	65	16
123000258	RODRIGO RIBEIRO	64	17

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000267	FERNANDO SOVE- RAL DAVIZ	64	18
123000263	CAMILA BECKER	64	19
123000005	CARLOS ALBERTO MARCONDES	63	20
123000023	GLAUCO SANTOS DE ALMEIDA	63	21
123000114	FRANCINE RIBEI- RO OKAMOTO	62	22
123000219	IVANA LUIZA BREDT	62	23
123000190	MAIRA MALI- KOSKI DOS SANTOS	62	24
123000265	RICARDO SOM- MERFELD	62	25
123000204	OKSANA TANIA CHOMA ZAVI- LINSKI	61	26
123000136	ALINE SCOTTINI	61	27
123000157	BIANCA CARLA BIANCO	61	28
123000093	NADINE NAYLA DE ANDRADE	60	29
123000167	JESSICA UHL- MANN	58	30
123000247	DANIELE SANTOS DE CAMPOS	55	31
123000259	REBECA BARROS FREITAS	54	32
123000257	MARIO ROBERTO NALESSO MAR- QUES	53	33
123000022	JAQUELINE CECATO PENTEADO	53	34
123000177	CARLA DALLA CORT	52	35
123000172	ADRIANA RODRI- GUES VISCAINO SALOMAO	51	36

Cargo: PSICÓLOGO

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000078	RENATA MOREIRA FERACIN ORCIOLI	65	1
123000244	TAYRINE RODRI- GUES TEIXEIRA	58	2
123000028	PATRICIA JANAI- NA HORNBERG	53	3
123000208	PATRICIA SIMONI MARTINI	52	4
123000030	KARINA MARIA SERAFIN	51	5
123000131	FERNANDA SEI- DEL BORTOLOTTI	51	6
123000160	PATRICIA ME- DEIROS HENKE- MAIER	50	7

Schroeder (SC), 03 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

NADIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI
Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Processo Seletivo Edital Nº 002/2014 ESF/NASF (Resultado Final)

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2014 ESF/NASF
Resultado final do Processo Seletivo Edital nº 002/2014 ESF/NASF para contratação de pessoal para o preenchimento das vagas existentes na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder, em caráter temporário.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, por meio de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR PÚBLICO

I - A divulgação do resultado final do Processo Seletivo Edital nº 002/2014 ESF/NASF para os cargos abaixo relacionados, do quadro de pessoal para preenchimento das vagas existentes na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder, em caráter temporário, para provimento das vagas existentes, das que vierem a existir ou as que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo nº 002/2014 ESF/NASF.

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargo: AG.COM. SAÚDE - CENTRO NORTE

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
121000028	LUCIANA ROOS DA SILVA DOS SANTOS	72	1

Cargo: AG.COM. SAÚDE - ITROUPAVA-AÇÚ

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
121000019	IARA FLORIANO BOLEMINI	67	1

Cargo: AG.COM. SAÚDE - RIO HERN

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
121000013	GENAIR FLORES	72	1

Cargo: AG.COM. SAÚDE - SOSSEGO

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
121000027	JOSI KOZOWSKI	80	1

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
122000182	ANDRE CRISTIA- NO DIAS	60	1
122000177	ROSILAINE DAS GRACAS LEMOS	59	2

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**Cargo: ENFERMEIRO**

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000140	MILENA DE LIMA MACHADO	66	1

Cargo: FARMACÊUTICO

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000011	NATALIA VILA MACHADO	50	1

Cargo: FISIOTERAPEUTA

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000170	VIVIELE EVELYN DA SILVA	66	1
123000025	FABIANE MARIA KLITZKE DOS SANTOS	64	2
123000065	BRUNA STULZER NORA	62	3
123000027	ANDREA GIMENEZ DE LIMA COUTO	54	4
123000230	GABRIELA MURARA JUNCKES	51	5
123000186	KEIZIAN ECKEL TATARA	50	6

Cargo: MÉDICO

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000155	ALEXANDRE FONTOURA LAFFITTE	68	1
123000035	IRYNNA NATASHA SOARES DE ALCANTARA	52	2

Cargo: ODONTÓLOGO

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000058	TATIANE KAROLINE GAZOLLA	79	1
123000243	HEITOR VIEIRA ZAPPELINI	78	2
123000206	EDUARDO LE DOUX GAVA	73	3
123000076	THAISA VOIGT	72	4
123000119	LUANA DO AMARAL GUIMARAES	69	5
123000042	ARIELI CARINI MICHELS	69	6
123000148	MATHEUS DOS SANTOS PEREIRA	64	7
123000245	PAULO RICARDO GOMES FERNANDES DOS SANTOS	63	8
123000054	ROBERTA DANUSA DIAS	60	9
123000134	CAROLINE GOMES BERTONCELLI	53	10

Cargo: PSICÓLOGO

Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
123000169	GEAN CARLOS RAMOS	62	1
123000193	ADRIELE DE ALCANTARA AGUSTINI	62	2
123000223	ANGELA ALINE HAIDUK ROSA	61	3
123000239	NATHANNIEL GUSTAV WALMER	56	4
123000178	DANIELE TEREZINHA FELDHAUS SEBOLD	54	5
123000179	PRISCILA PAULA BERTOL	53	6

Schroeder (SC), 03 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

NADIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI
Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Termo Aditivo Nº. A35/2014 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A35/2014 - PMS
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 100/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Getulio Vargas, nº 2729, Centro, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.103-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Cristiane Longhi Tortelli inscrita no CPF sob o nº. 924.808.370-68, portadora da carteira de identidade nº. 6.564.264-SESPDC/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 100/2011-PMS, celebrado em 24 de maio de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 61/2011 - PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 29/2011-PMS, para contratação de empresa especializada em serviços de monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme tele monitorado mediante sinais por linha telefônica, a serem realizados em Unidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para de reajuste com base na variação do IGP-M, passando o no valor mensal para R\$ 320,95 (trezentos e vinte reais e noventa e cinco centavos), totalizando o valor do aditivo de R\$ 905,856 (novecentos e cinco reais e oitenta e cinco centésimos de real), para o período de setembro a dezembro de 2014.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 4ª parágrafo único do contrato original, conforme parecer da Procuradoria

Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" reajustado em todos os itens na quantidade de 04 meses com valor mensal de R\$ 320,95 (trezentos e vinte reais e noventa e cinco centavos), para o período de setembro de 2014 a dezembro de 2014, totalizando o valor de R\$ 15.405,60 (quinze mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. DETE-TORES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR TOTAL R\$
1	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPÉUZHINO VERMELHO, Rua 03 DE OUTUBRO, 261 (01 Central de alarme; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12 detetores	04	Mês	320,95	1.283,80
2	C.E.I. PROFESSORA CRISTIANE ZERBIN, Rua MARIO ZERBIN, 60 (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 07 Sensores IVP (Infravermelho passivo),02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	07 detetores	04	Mês	320,95	1.283,80
3	E.M.E.F. SANTOS TOMASELLI, Rua CANDIDO TOMASELLI, 884 (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 07 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	07 detetores	04	Mês	320,95	1.283,80

4	JARDIM DE INFÂNCIA ABELINHA FELIZ, Rua ERICH FROEHNER, 4013 (01 Central de alarme; 01 Teclado; 06 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	06 detetores	04	Mês	320,95	1.283,80
5	ESCOLA MUNIC. CLARICE LANGE JACOB, Rua RIO DE JANEIRO (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 11 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12 detetores	04	Mês	320,95	1.283,80
6	ESCOLA MUNICIPAL EMILIO DA SILVA, RUA PAULO JAHN, 215 (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	11 detetores	04	Mês	320,95	1.283,80
7	ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA, Rua ITOUPEVA AÇU (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 08 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	14 detetores	04	Mês	320,95	1.283,80

8	C.E.I. MUNICIPAL GI-RASSOL, Rua GUILHERME ZASTROW, 58 (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12 detetores	04	Mês	320,95	1.283,80
9	ESCOLA MUNICIPAL SARITA BECK REZENDE, Rua DOM PEDRO, 820 (01 Central de alarme 748; 01 Teclado; 14 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	08 detetores	04	Mês	320,95	1.283,80
10	ESCOLA MUNICIPAL FRIDA HEIN KRAUSE, Rua MAL. CASTELO BRANCO, 8382 (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12 detetores	04	Mês	320,95	1.283,80

11	BIBLIOTECA MUNICIPAL CRUZ E SOUZA, Rua Paulo Jahn (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 05 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	05 detetores	04	Mês	320,95	1.283,80
12	CHECHE DE SCHROEDER I, Rua Guaramirim, nº 313 (01 Central de alarme SP 6000; 01 Teclado K32; 15 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	15 detetores	04	Mês	320,95	1.283,80
VALOR TOTAL						15.405,60

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 905,856 (novecentos e cinco reais e oitenta e cinco centésimos de real), alterando o valor total do contrato para R\$ 146.746,776 (cento e quarenta e seis mil setecentos e quarenta e seis reais e setenta e sete seis centésimos de real).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 100/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 03 de setembro de 2014.

CONTRATADA:

CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
Cristiane Longhi Tortelli
CPF nº. 924.808.370-68

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª

Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

Aviso de Licitação Modalidade Concorrência Registro de Preço N. 02/2014 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA REGISTRO DE PREÇO N. 02/2014 - PMS
PROCESSO LICITATÓRIO N. 163/2014 - PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de faixas elevadas I e lombadas do tipo II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, memorial descritivo, conforme ANEXO IX - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório, ao longo de 12 meses. Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 06 de outubro de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 06 de outubro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 03 de setembro de 2014.

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.060/2014 de 2 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3.060/2014 de 2 de setembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 598,00 (quinhentos e noventa e oito reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.3014.2.343 - Manutenção Convênio Polícia Militar
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 598,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.3014.2.343 - Manutenção Convênio Polícia Militar
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 598,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no

DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 3.061/2014 de 2 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3.061/2014 de 2 de setembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.640,10 (um mil seiscentos e quarenta reais e dez centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.640,10

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 1.640,10

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Timbé do Sul

PREFEITURA

Portaria 82/2014

PORTARIA Nº. 82, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores abaixo identificados com nomenclatura de cargo e matrícula, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 20 (vinte) dias.

Nome	Matrícula/ Cargo	Período Aquisitivo	Período de Abono	Período de Gozo
Fernando Pizzolo Manenti	821 / Motorista	29/03/2012 a 28/03/2013	01/09/2014 a 10/09/2014	11/09/2014 a 30/09/2014
Gelson Correa	820/ Motorista	01/02/2011 a 31/01/2012	01/09/2014 a 10/09/2014	11/09/2014 a 30/09/2014

Parágrafo Único - Nos termos estabelecidos pelo Art. 57, Parágrafo 05 da Lei nº 467/1998, os servidores perceberão a título de conversão 1/3(um terço) do valor pecuniário das mesmas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 01 de Setembro de 2014.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 161/2014

DECRETO Nº. 161, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitido GREGORY PETERLE PANATTA, CPF nº 077.036.099-86 e RG nº 4.296.745, no Cargo de Vigilante Ambiental, no Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul - SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 03 de Setembro de 2014.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

Aviso de Suspensão Data Nº. 09 2014 Fumtran

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE SUSPENSÃO "SINE DIE"

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 09 2014 FUMTRAN

O Município de Timbó/SC, através do Pregoeiro, torna público que foi SUSPENSA - SINE DIE a licitação conforme abaixo especificado:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2014 FUMTRAN

A suspensão encontra-se motivada ao tempo hábil para análise de impugnação.

Nova data será marcada e comunicada por meio de imprensa oficial.

TIMBO (SC), 03/09/2014

JEAN M. R. VARGAS

Pregoeiro Oficial

Retificação Pregão Presencial Nº 10 2014 Fumtran - Aquisição de Um Veículo Urbano de Carga

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2014 FUMTRAN

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através da Fundo Municipal De Trânsito de Timbó, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 10/2014 que trata do fornecimento, garantia e assistência técnica de 01 (um) veículo urbano de carga, novo, sem uso, especificado no anexo I (termo de referência) para atender as necessidades do DEMUTRAN que acontecerá do dia 12 de Setembro de 2014 sofreu alteração na descrição do objeto e termo de referência, constante no Anexo I, conforme segue:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	1	UN	VEÍCULO URBANO DE CARGA, QUE DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ANO FABRICAÇÃO 2013 ,MODELO 2014, ZERO KM,COR BRANCA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 130CV; DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO	R\$ 61.447,80

DESCRIÇÃO:

Veículo Urbano de Carga, modelo mínimo 2014, fabricação Mínima 2013, cor branco.

1. Especificação técnica (mínimas):

- Motor 2 L, Diesel , Potência mínima 130 cv
- Transmissão manual de no mínimo 5 velocidades;
- Aviso sonoro de chave no contato e porta aberta (opcional) ;
- Banco do motorista com ajuste (opcional);
- Conta-giros ;
- Encostos de cabeça;
- Freio de estacionamento com acionamento manual ;
- Luz interna ;
- Preparação para o sistema de som;
- Ventilação forçada;
- Vidros com comando elétrico (opcional);
- Cintos de segurança;
- Direção hidráulica ;
- Embreagem com acionamento hidráulico ;
- Sistema de proteção contra descarga da bateria;
- Sistema imobilizador de ignição (opcional);
- Veículo no chassi para equipar com carroceria aberta;
- Capacidade de carga em peso no mínimo 1.300kg;
- Capacidade de três passageiros.

Em atenção às alterações no edital, prorroga-se para dia 18/09/2014 as 10h00min a entrega do credenciamento e envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão ficara marcada para as 10h10min da mesma data da entrega dos documentos

TIMBO/SC, 03 de Setembro de 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 538/2014; Nº 098 1737/2014; Nº 098 1738/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 538/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEH0450	8756044951	7455/0	21/05/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1737/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DBO7794	54573071E	5029/2	12/08/2014	162 * II
LYU6415	54573069E	5010/0	06/08/2014	162 * I
LYU6415	54573070E	5118/0	06/08/2014	164 c/c 162 * I
LYU6415	54573450E	6556/1	06/08/2014	230 * I
MBR9697	54722487E	6637/2	15/08/2014	230 * IX
MDN4880	54722484E	6599/2	15/08/2014	230 * V
MDY2142	54573521E	6599/2	30/07/2014	230 * V
MEH0450	54571922E	5010/0	03/06/2014	162 * I
MEH0450	54571923E	6599/2	03/06/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1738/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ION8356	54722740E	5541/7	05/08/2014	181 * XVII
MCB2811	54722772E	7366/2	14/08/2014	252 * VI
MFC6783	54722481E	5550/0	15/08/2014	181 * XVIII
MGE5987	54722672E	5746/3	15/07/2014	187 * I
MGF7896	54722739E	5568/0	05/08/2014	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 539/2014; Nº 098 1739/2014; Nº 098 1740/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 539/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAD3757	8756043552	7463/0	19/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
AXP1510	8756042811	7455/0	28/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
BZS5764	8756044138	6050/3	01/05/2014	R\$ 191,53	208
DMZ4498	8756042809	7455/0	27/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DMZ4498	8756042841	7455/0	24/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXB8179	8756043090	7455/0	05/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYE6711	8756045094	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZB2068	8756045336	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO7531	8756043215	7455/0	11/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBR6765	8756043621	7455/0	14/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCG2772	8756045176	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCQ4114	8756042941	7455/0	30/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDC5733	8756044956	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEW7774	8756043486	7455/0	16/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFZ5639	8756043789	6050/3	21/04/2014	R\$ 191,53	208
MGH0106	8756045167	7463/0	26/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGL9655	8756045438	7463/0	27/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGY7968	8756043929	7463/0	02/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHG0913	8756043351	7455/0	07/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIN9170	8756045302	7455/0	31/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJI2775	8756043615	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT0158	8756043283	7455/0	11/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC2114	8756045255	7463/0	01/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKC2114	8756045271	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG0531	8756043708	5673/2	21/04/2014	R\$ 85,12	183
MLV6092	8756045329	7463/0	31/05/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1739/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKG0531	54571990E	6599/2	08/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKR5534	54572480E	6556/1	18/05/2014	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1740/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBA6819	54722349E	5541/1	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY0588	54722256E	5568/0	07/01/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MKA1001	54722629E	5835/0	20/06/2014	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

SAMAE**Portaria N. SAMAE- 112, de 02 de Setembro de 2014**

PORTARIA N. SAMAE- 112, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Gema Vicente

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora GEMA VICENTE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, por vinte e três (23) dias, a contar de 02 de setembro de 2014 (período de 02/09/2014 a 24/09/2014), com remuneração equivalente a de contribuição, a título de auxílio-doença conforme Processo RH 73/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Tunápolis**PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 102/2014 Edital de Pregão Presencial Nº 69/2014**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2014

Edital de Pregão Presencial nº 69/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade Pregão Presencial, pelo menor preço por item, que tem por objeto a seleção de propostas visando aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados pelo Serviço Social nas atividades desenvolvidas com os grupos da "3ª idade" do município e almoços, sorvetes e refrigerantes, destinados para a festa anual das pessoas da terceira idade deste município, e servidores públicos municipais, promovida pela secretaria de assistência social, e secretaria municipal da administração.

Abertura dos envelopes dia 17/09/2014 às 14h.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Decreto 1637

Decreto Nº. 1637/2014 de 03 setembro de 2014.

Homologa o Resultado Preliminar do Processo Seletivo referente ao Edital 005/2014.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º. - Fica homologado para o conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital do Processo Seletivo nº 005/2014 o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos), conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF (ÁREA 02, MICRO ÁREA 04)

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Clas.
1	5414 - ELOI WINK	27/04/1963	1,80	0,70	1,05	3,55	1º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF (ÁREA 02, MICRO ÁREA 06)

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Clas.
4	5956 - CARLA CRISTINA ULRICH	23/05/1992	3,00	0,70	0,00	3,70	1º
3	5817 - CIBELE OTT	05/05/1993	2,40	0,70	0,00	3,10	2º
2	5799 - MARLI ZOZ WUITS-CHICK	08/02/1986	2,40	0,35	0,35	3,10	3º

ENFERMEIRO

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Clas.
11	6133 - JENIFFER DA SILVA	20/02/1981	4,80	0,70	1,05	6,55	1º
21	5791 - JUSSARA FATIMA RECH	23/07/1989	4,20	1,05	0,70	5,95	2º
17	5826 - TATIANE LUCHEZI	03/11/1985	4,20	0,70	0,70	5,60	3º
9	5339 - MARIELE BECKENKAMP	27/03/1990	3,60	0,70	1,05	5,35	4º
16	6020 - CLAUDES WILBERT BERWANGER	26/09/1980	3,00	1,05	1,05	5,10	5º
6	6556 - RAFAELA CORDEIRO MACHADO	18/10/1989	3,00	0,70	0,70	4,40	6º
14	6590 - FABIANI REGINA DA VEIGA	25/06/1990	2,40	0,00	1,05	3,45	7º
12	6519 - JOCIÉLI MARIZILDA SCARIOT	14/06/1990	1,80	0,70	0,70	3,20	8º
18	6496 - CINTIA MALDANER	17/08/1980	1,80	0,35	1,05	3,20	9º
13	5466 - LIANE PREUSS	25/05/1987	1,80	0,35	1,05	3,20	10º
22	6578 - TAMIRES FIORIN MUELLER	06/11/1987	1,20	0,70	0,70	2,60	Desc.
19	5854 - DANIELE SCHOENINGER	19/08/1992	0,60	1,05	0,70	2,35	Desc.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 03 de setembro de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado
na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Decreto 1638

Decreto Nº. 1638/2014 de 03 setembro de 2014.

Homologa o Resultado Preliminar do Concurso Público referente ao Edital 006/2014.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º. - Fica homologado para o conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital do Concurso Público nº 06/2014 o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos), conforme segue:

AGENTE OPERACIONAL							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nascimento	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Clas.
4	6142 - MARCELO HEINRICH LEHNHOFF	31/10/1982	4,90	1,60	1,00	7,50	1º
5	5794 - FRANCIELI RAMBO	15/03/1996	5,25	1,20	0,80	7,25	2º

1	5784 - FERNANDO WERLE	24/11/1994	5,25	1,20	0,60	7,05	3°	
3	6449 - JUNIOR CESAR BOURS-CHEID	01/02/1977	4,20	0,60	1,00	5,80	4°	
2	5823 - JORGE JOSÉ GRIEBELER	24/01/1973	1,05	0,00	0,00	1,05	Desc.	

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nascimento	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Clas.	
15	5936 - MÔNICA HOCHSCHEIDT	28/07/1992	5,95	1,40	1,00	8,35	1°	
9	5739 - CARMELITA B. DOS SANTOS RECKZIEGEL	18/12/1979	4,20	1,80	0,80	6,80	2°	
14	5394 - MARLISE PERTILE ZOZ	28/06/1980	4,55	0,80	0,80	6,15	3°	
12	5715 - RAQUEL APARECIDA CALIARI SPIES	23/09/1972	4,20	1,20	0,60	6,00	4°	
11	6510 - MARISA KAUTZMANN	21/12/1992	4,20	0,80	0,60	5,60	5°	
10	5463 - GILBERTO EPPING	30/08/1982	3,85	1,00	0,60	5,45	6°	
8	5594 - MATHEUS BECKENKAMP	05/03/1996	2,45	1,20	0,60	4,25	7°	
13	5786 - IVETE MARIA BETTIO STAUB	08/05/1982	2,10	1,40	0,60	4,10	8°	

FISCAL SANITÁRIO E EPIDEMIOLÓGICO

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nascimento	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Clas.	
27	5523 - LUCIELE ELIZA KIPPER	31/07/1991	4,90	0,80	1,00	6,70	1°	
31	5598 - GENERINO WENDLING	08/12/1991	3,85	1,80	1,00	6,65	2°	
47	6077 - DENISE ANGELA RIGON	25/07/1988	4,20	1,60	0,60	6,40	3°	
63	6439 - DENISE GONÇALVES DA SILVA	22/03/1991	4,55	1,00	0,80	6,35	4°	
34	5910 - HERTA FLACH	08/07/1959	3,85	1,20	1,00	6,05	5°	
60	5979 - ANDERSON BASSO	19/06/1990	4,20	0,80	1,00	6,00	6°	
32	6179 - JANETE MARIA SIRTOLLI	29/03/1979	3,15	1,80	1,00	5,95	7°	
50	6360 - ARLÉIA MARIA GASSEN	18/03/1989	3,50	1,60	0,80	5,90	8°	
35	6570 - MAIKON PAULATA	01/03/1988	3,50	1,40	1,00	5,90	9°	
70	6217 - TIAGO FERNANDO CHAVES	27/12/1987	3,85	1,20	0,80	5,85	10°	
28	6105 - ELAINE MELZ	23/12/1982	3,85	1,00	1,00	5,85	11°	
17	6497 - KARINE EPPING	01/03/1987	3,15	1,60	1,00	5,75	12°	
21	6365 - KATIELLI KOSWOSKI	20/10/1988	3,50	1,40	0,80	5,70	13°	
51	5974 - CHARLISE KRONE	05/03/1992	3,50	1,40	0,80	5,70	14°	
73	6258 - MARIANE BERTOL	30/01/1995	3,15	1,80	0,60	5,55	15°	
44	5778 - EDUARDO HINTERHOLZ	18/06/1980	3,15	1,40	1,00	5,55	16°	
71	5410 - SIRLEI SCHAFFER SEGER	19/05/1990	3,85	0,80	0,80	5,45	17°	
40	5503 - MARCIANE MORAS IMMIG	22/11/1980	2,80	1,60	1,00	5,40	18°	
67	6502 - CHRISTINE NEISS URNAU	18/08/1987	3,15	1,20	1,00	5,35	19°	
59	5760 - DENISE STEIN GABRIEL	17/01/1980	3,50	1,20	0,60	5,30	20°	
36	6250 - IVANICE SCHAEFER	10/01/1992	3,50	1,20	0,60	5,30	21°	
52	5453 - ALCIR VIANEI KLAUCK	15/10/1994	2,45	1,80	1,00	5,25	22°	
48	5797 - ANA PAULA POHREN REMPEL	01/11/1995	4,20	0,40	0,60	5,20	23°	
23	5965 - LIEGE MICHELI TRESCHER	22/06/1992	2,80	1,40	1,00	5,20	24°	
33	5385 - ELIANA SCHAFFER	24/03/1994	2,80	1,40	1,00	5,20	25°	
39	6399 - ELOI WINK	27/04/1963	2,80	1,20	1,00	5,00	26°	
37	5467 - ELIAS SOUZA CUSTODIA	10/01/1985	3,15	1,20	0,60	4,95	27°	
38	6102 - JULIANA FLAVIA MORAIS	26/12/1992	3,15	1,20	0,60	4,95	28°	
62	6558 - ADIR KLAUCK	15/12/1995	3,15	1,20	0,60	4,95	29°	
64	6603 - ANDRESSA EIDT	12/11/1995	3,15	1,00	0,80	4,95	30°	
19	5582 - JOCILENE TABORDA RAUCH	06/03/1994	3,50	1,20	0,20	4,90	31°	

24	5545 - JOSENARA TAIS HECK	23/07/1995	2,80	1,20	0,80	4,80	32°	
18	6017 - JANICE EIDT LAZAROTTO	10/07/1972	2,80	1,00	1,00	4,80	33°	
53	5865 - CRISTIAN MUELLER	30/11/1992	3,15	1,00	0,60	4,75	34°	
66	5948 - DANIELA MUELLER	18/12/1993	3,15	0,80	0,80	4,75	35°	
30	5782 - LEIDIANE DE MELO	01/12/1995	3,50	1,20	0,00	4,70	36°	
74	6490 - VANDERLEI ROSSA	26/05/1985	3,50	0,80	0,40	4,70	37°	
26	6338 - FERNANDO WISNIEWSKI	03/07/1992	3,50	0,60	0,60	4,70	38°	
68	5913 - CESAR ROGER URNAU	23/04/1981	2,80	1,20	0,60	4,60	39°	
20	6594 - MARGARETE ROCKENBACH SEHN	15/01/1985	2,80	1,00	0,80	4,60	40°	
46	5649 - EDIANE KNAPP	06/01/1996	2,10	1,40	1,00	4,50	41°	
43	5588 - ELAINE DA SILVA SOUZA	12/02/1984	2,45	1,40	0,60	4,45	42°	
58	6484 - ASTOR ILOR PAULITSCH	08/08/1982	2,45	1,00	1,00	4,45	43°	
25	5596 - EVANDRO KLAUCK	05/07/1993	2,45	1,00	1,00	4,45	44°	
72	5882 - VOLNEI ANDRÉ PADILHA	10/07/1979	3,15	1,00	0,20	4,35	45°	
45	5937 - CAROLINA THOMAS	08/02/1994	3,15	0,80	0,20	4,15	46°	
65	6498 - CHRISTIAN NEISS	09/03/1991	1,75	1,40	1,00	4,15	47°	
49	5808 - DIANE OTT LAUSCHNER	12/07/1990	3,15	0,40	0,40	3,95	48°	
54	6374 - ADELVÃ LUIZ BRANCA-LIONE	07/07/1989	2,10	0,80	0,80	3,70	49°	
61	5494 - DAYANE BIEGER	19/07/1994	2,45	1,00	0,20	3,65	50°	
69	5824 - MARLI KLAUCK	12/05/1993	2,10	1,00	0,40	3,50	51°	
42	6181 - ODIANE DIETER	12/10/1993	2,45	1,00	0,00	3,45	52°	
22	5501 - LOURDES ANA BIEGER	30/07/1963	1,75	0,60	0,80	3,15	53°	
55	6507 - CRISTINE INES DRECHSLER	25/07/1991	1,05	1,20	0,20	2,45	Desc.	
29	5792 - JOICE REGINA OLIVEIRA	18/09/1995	1,75	0,20	0,40	2,35	Desc.	

MÉDICO

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nascimento	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Clas.	
78	5873 - IVY MENDES BUENO	04/03/1985	4,55	1,40	0,80	6,75	1°	
76	6359 - PAULO F. VIEIRA DOS PRAZERES	25/01/1960	4,20	1,40	0,60	6,20	2°	
77	5507 - RODRIGO WERLANG	01/05/1976	4,55	1,00	0,60	6,15	3°	

MERENDEIRA

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nascimento	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Clas.	
87	6299 - CLERIA KUHLEKAMP SCHEREN	11/05/1967	4,20	1,60	1,00	6,80	1°	
84	5840 - DANIELA RHODEN	26/10/1990	4,20	1,60	1,00	6,80	2°	
83	5810 - LIGIA MARIA KÜHLKAMP SCHEREN	08/12/1976	3,85	1,80	0,80	6,45	3°	
85	5438 - MARIA TERESA HOCHSCHEIDT JUNGES	05/09/1970	4,55	0,80	0,80	6,15	4°	
88	6027 - GLACI BRIXIUS WENDLING	24/01/1971	3,50	1,00	0,80	5,30	5°	
79	5575 - ROSANE SOLANGE KESSLER	19/12/1980	2,80	0,80	0,80	4,40	6°	
82	6400 - CLARICE INES JUCHEM WINK	21/01/1962	2,80	0,60	0,20	3,60	7°	
80	6427 - SONIA KERN	16/09/1976	1,75	0,60	0,40	2,75	Desc.	
81	6284 - JANETE KESSLER PREIS	30/01/1974	1,75	0,60	0,40	2,75	Desc.	
86	5528 - CRISTINA IMMIG GROTH	27/04/1980	2,10	0,20	0,20	2,50	Desc.	

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nascimento	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Clas.	
143	5348 - FRANCIÉLE DETERS	26/04/1992	5,60	1,40	0,80	7,80	1°	

146	5421 - MAIARA TURCATO	05/09/1992	4,90	1,60	1,00	7,50	2°	
151	5864 - SIMONE ORTH	27/05/1994	5,25	1,00	1,00	7,25	3°	
137	5368 - JULIANA SCHAAB	15/06/1988	4,20	1,60	1,00	6,80	4°	
156	5843 - CASSIANE ROTH	20/01/1987	4,55	1,40	0,60	6,55	5°	
153	6345 - RAFAELA RECKZIEGEL	24/06/1994	3,50	2,00	1,00	6,50	6°	
152	6242 - DEISI FLACH	22/10/1986	3,85	1,60	1,00	6,45	7°	
150	6422 - SOLANGE PINTO DOS SANTOS	26/01/1989	4,20	1,20	1,00	6,40	8°	
140	6409 - JULIANE NITSCH	29/09/1989	4,20	1,00	1,00	6,20	9°	
148	5343 - JULIANA IMMIG	08/04/1979	4,20	0,80	1,00	6,00	10°	
145	6576 - ROSENILDA DE SOUSA RAUBER	21/11/1982	3,50	1,40	0,60	5,50	11°	
155	5798 - MARLI ZOZ WUITSCHICK	08/02/1986	4,20	0,60	0,60	5,40	12°	
141	6467 - MÁRCIA PETRY	29/05/1991	3,50	1,00	0,80	5,30	13°	
157	5894 - KATIANE ARCARI	26/01/1985	3,15	1,20	0,80	5,15	14°	
138	5752 - TATIANA RODRIGUES MARTINS VOGT	15/05/1978	3,50	1,20	0,40	5,10	15°	
149	5538 - CIBÉLE MUELLER	08/07/1995	3,85	1,20	0,00	5,05	16°	
144	6171 - LUCIA GORETE HANAUER	21/09/1978	3,50	0,80	0,40	4,70	17°	
139	5960 - CLÁUDIA DEWES	06/06/1982	2,80	1,00	0,80	4,60	18°	
142	5359 - SIMONE HOCHSCHEIDT MALLMANN	03/07/1987	2,10	1,40	0,20	3,70	19°	
154	6000 - SALETE BRUNETTO KOS-MANN	11/10/1961	2,45	0,60	0,00	3,05	20°	

MOTORISTA DE VEÍCULO DE PASSAGEIRO - CATEGORIA "E"

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nascimento.	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Clas.
90	6544 - ELISANDRO DE ALMEIDA	31/08/1979	2,24	1,04	0,40	3,30	6,98	1°
89	5885 - VANDERLEI FERRONATTO	09/02/1988	1,76	1,04	0,40	3,60	6,80	2°
93	5925 - KLAUS SCHNEIDER	17/07/1984	1,28	1,17	0,40	3,90	6,75	3°
92	5967 - EVANDRO REIS	17/03/1987	1,60	0,52	0,50	3,60	6,22	4°
94	5814 - FERNANDO GUERRA	15/12/1983	0,64	0,13	0,10	-	0,87	Desc.
91	5833 - CLEONIR JOSE STULP	03/01/1980	0,64	0,00	0,00	-	0,64	Desc.

OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO - CATEGORIA "C"

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nascimento	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Clas.
101	5433 - MAICON DILL	10/07/1993	2,40	0,65	0,40	3,30	6,75	1°
116	6221 - ADAEL MAURICIO GIEHL	20/07/1983	1,92	0,78	0,40	3,60	6,70	2°
126	5787 - MARCOS ROBERTO BAUMGRATZ	27/04/1994	2,08	1,04	0,50	2,80	6,42	3°
124	6257 - RICARDO PITOL	03/04/1991	1,92	1,04	0,40	2,70	6,06	4°
98	6219 - MARCIO SCHWEICKERT	09/12/1988	1,76	0,78	0,40	3,10	6,04	5°
107	5829 - CLÁUDIO LUIZ TOILLIER	13/04/1979	2,08	0,91	0,50	2,50	5,99	6°
104	5563 - EDIVAN KOSWOSKI	25/06/1985	1,76	0,91	0,40	2,90	5,97	7°
121	5354 - DANIEL BECKENKAMP	20/02/1987	1,92	0,78	0,50	2,60	5,80	8°
112	5803 - CASSIANO OLIVEIRA	19/07/1994	1,92	1,17	0,40	2,30	5,79	9°
136	6524 - RUBIO ADRIANO FRIZON	17/02/1984	1,60	1,04	0,40	2,70	5,74	10°
118	6584 - JOSÉ GUERRA	07/05/1974	1,92	0,65	0,40	2,60	5,57	11°
120	5667 - JOEL FLACH	21/03/1992	2,08	0,78	0,40	2,30	5,56	12°
131	5583 - TIAGO JOSÉ SCHROEDER	07/08/1989	1,92	1,04	0,30	2,30	5,56	13°
123	5772 - ODAIR LUÍS ULRICH	04/02/1981	1,76	0,26	0,40	2,90	5,32	14°
106	6489 - EVERTON HENRIQUE LINN	24/03/1988	1,76	0,78	0,50	2,20	5,24	15°
103	6084 - MARCELO RHODEN	24/08/1990	1,28	0,65	0,20	3,10	5,23	16°
129	5432 - MARINO KESSLER	03/10/1992	1,44	0,78	0,40	2,60	5,22	17°

105	6492 - CLEOCIR LOTTERMANN	19/10/1989	2,24	0,65	0,40	1,90	5,19	18°
132	5953 - RICARDO HAMMES	03/11/1986	1,44	1,04	0,40	2,30	5,18	19°
110	6222 - AIRTON HAMMERSCH-MIEDT	29/05/1992	1,92	0,78	0,40	2,00	5,10	20°
128	5454 - PAULO CESAR SOARES	18/02/1988	1,60	0,52	0,40	2,50	5,02	21°
108	6160 - DIRCEU HECK	20/06/1982	1,92	0,78	0,30	2,00	5,00	22°
125	5813 - RICARDO OTT	13/10/1977	1,28	0,65	0,40	2,60	4,93	23°
102	5789 - FERNANDO LISOT	04/02/1993	1,76	0,26	0,10	2,80	4,92	24°
100	6091 - ANDERSON SILVA DE ARAÚJO	16/08/1989	1,76	1,04	0,40	1,70	4,90	25°
130	6593 - VOLMIR CASANOVA	06/01/1982	1,76	0,78	0,50	1,70	4,74	26°
134	5783 - SIDINEI GUERRA	12/08/1989	1,60	0,39	0,40	2,30	4,69	27°
115	6207 - LUIZ PAULO WENDLING	06/11/1966	1,12	0,65	0,40	2,40	4,57	28°
133	6019 - ODENIR DIETER	30/10/1985	1,28	0,65	0,20	2,40	4,53	29°
111	5757 - ELISEU GABRIEL	14/01/1973	1,44	0,65	0,40	2,00	4,49	30°
114	6564 - JAIME ROTHER	29/06/1976	1,28	0,78	0,30	2,10	4,46	31°
113	5508 - ANDRE LUIS KRAEMER	26/11/1992	1,76	0,52	0,40	1,70	4,38	32°
99	6356 - CARLOS MOISES ANDRES	28/11/1989	1,28	0,65	0,40	1,90	4,23	33°
135	5497 - RICARDO BETU	09/05/1990	0,80	0,52	0,20	2,40	3,92	34°
127	6247 - VANDERLEI CICONI	23/08/1985	2,24	1,04	0,50	-	3,78	35°
119	6233 - JAMIR MOESCH	07/01/1984	1,60	0,78	0,40	-	2,78	36°
117	5668 - HELIO BRUNO WINK	15/10/1987	0,96	0,65	0,30	-	1,91	37°
109	5831 - ADILSON SEHN	12/10/1978	0,00	0,00	0,00	-	0,00	Desc.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 03 de setembro de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

Aviso Retificação do Processo 105.2014 Peças

Aviso de retificação

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 02/09/2014, onde se lê : "Pregão Presencial nº 72/2014, referente "aquisição de peças originais para o conserto da máquina Retroescavadeira modelo JCB 4CX, serie SB32040243V2185108, ano 2008, do DMER.

leia -se: "Pregão Presencial nº 72/2014, Referente "aquisição de peças genuínas para o conserto da máquina Retroescavadeira modelo JCB 4CX, serie SB32040243V2185108, ano 2008, do DMER com abertura para o dia 17/09/2014 as 9h45min.

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 04 de setembro de 2014

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial Nº 40/2014

Extrato de Edital de Pregão Presencial nº 40/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 17 de setembro de 2014 às 09h30min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e ao SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 40/2014. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 03 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Processo FMS 020/2014 II 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº020/2014

INEXIGIBILIDADE Nº 003/2014

Objeto: Contratação de Laboratório de Análises Clínicas, para a realização de EXAMES CLÍNICOS, compreendendo a COLETA E A ANÁLISE CLÍNICA LABORATORIAL, de procedimentos realizados nas Unidades de Saúde do Município, conforme encaminhamento médico e autorização do Fundo Municipal de Saúde, mediante remuneração e pagamento pelos valores fixados na Tabela de Procedimentos Ambulatoriais do SIA/SUS vigente.

Data do Recebimento da Proposta: 09 de setembro de 2014 às 14:00 horas.

Valores Estimados - Mensal: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)

Anual: R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

Credenciado Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA E ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES CLÍNICOS - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS IRANI LTDA ME.

Recursos: Orçamento Municipal.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC., Rua Coronel Vitorio, 966 - Centro - Fone 49 3548-3000; e-mail compras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 03 de setembro de 2014.

LENIR RADAVELLI

Gestora do FMS

Videira**PREFEITURA****Extrato do Termo de Rescisão N. 0106/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0106/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0004/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CARLIZA FIABANE

CPF: 005.896.749-43

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 22 de agosto de 2014.

Vitor Meireles**PREFEITURA****Resultado Final Concurso Público Nº 001/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES - SC

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - 01/2014

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES - SC, neste ato representada pelo Sr. Prefeito Municipal Lourival Lunelli, em observância ao princípio constitucional da Publicidade exposto no Artigo 37 da Constituição Federal e demais cominações de Direito: TORNA PÚBLICO, Resultado Final e Classificação Definitiva no Concurso Público nº 01/2014 para provimento dos cargos conforme listados a seguir:

Engenheiro Agrônomo

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	48	WALMIR VIEIRA WOLFF JUNIOR	17/06/1981	1,25	2,00	1,75	2,50	7,50
2	83	CICERO TEÓFILO BERTON	25/03/1978	1,50	1,75	1,50	2,50	7,25
3	16	ELIZABETE FERNANDES	15/06/1991	1,50	1,50	1,75	2,00	6,75
4	55	LUIS GUSTAVO WITT	09/04/1990	1,00	1,75	1,75	2,00	6,50
5	145	ALEXANDRE PAULO SOARES	28/05/1974	1,50	1,50	1,00	2,25	6,25
6	19	JUNIELE RODRIGUES PIVETTA SURECK	06/06/1981	0,75	1,75	1,50	2,00	6,00
7	52	MARCO SEGALLA PRAZERES	21/04/1991	1,00	2,00	1,00	2,00	6,00
8	126	RICARDO KIYOSHI TOKUNAGA	17/10/1986	1,50	1,75	1,25	1,50	6,00

Médico da ESF

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	69	JORGE GOMES MONTEIRO NETO	25/03/1977	1,25	1,75	1,25	1,75	6,00
2	96	TATIANE VELHO MOREIRA	16/06/1977	0,50	2,00	1,25	1,75	5,50

Engenheiro Civil

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	133	BRENO VILHALBA PAMPLONA	29/08/1986	0,25	2,00	1,50	2,75	6,50
2	130	JEAN CARLOS GRIMM	15/09/1992	1,50	1,75	1,25	2,00	6,50
3	141	FRANKY BRUNO WITZKE	23/02/1992	1,00	1,25	1,75	2,25	6,25
4	103	RICARDO HECK	02/01/1991	0,75	2,00	1,00	2,00	5,75

Farmacêutico

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	05	SANDRA SAYURI MURANAKA	01/10/1976	1,255	1,25	1,25	1,75	5,50

Assistente Social

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	80	LEONICE MORGENROTH	31/05/1973	1,25	1,25	1,00	2,50	6,00
2	132	ELISANGELA BEATRIZ DOS SANTOS TECZAK	28/07/1977	1,00	1,25	1,25	2,00	5,50

Agente Administrativo e Operacional

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	100	JOICE BORGHESANG	16/09/1995	1,75	2,00	2,00	3,50	9,25
2	27	CAROLINE APARECIDA MAZOTI	09/06/1992	1,50	1,75	2,00	3,75	9,00
3	129	MIRLEI GRASCIELI DIETRICH	05/10/1985	1,25	1,75	1,25	3,25	7,50
4	113	TAÍNA CÍRICO	10/04/1993	1,25	1,75	1,25	3,00	7,25
5	01	GABRIELE IUNCEK	09/09/1994	1,25	2,00	1,25	2,50	7,00
6	90	MAURÍCIO SOARES	17/02/1980	1,25	2,00	0,75	2,75	6,75
7	109	JOEL ANTONIO STALOGH	02/10/1985	0,50	2,00	0,75	3,25	6,50
8	13	NATANAEL DA CRUZ	13/02/1994	1,25	1,50	0,75	3,00	6,50
9	26	HELENA DE SOUZA	24/09/1991	1,50	1,50	0,75	2,75	6,50
10	22	VILMAR GUILHERME CANI	03/04/1996	1,00	1,50	1,25	2,75	6,50
11	86	MARCOS FELIPE STEUCK	11/10/1993	1,25	1,75	1,25	2,25	6,50
12	147	BRUNA CRISTINY DA SILVA	04/10/1995	1,50	1,75	1,25	2,00	6,50
13	89	GISELE SOARES LUTKE	19/04/1987	1,50	1,25	0,50	3,00	6,25
14	93	LUANA APARECIDA SANDNER	27/11/1984	1,25	1,50	1,00	2,25	6,00
15	98	RAQUEL CASEMIRO	23/06/1989	1,25	1,25	1,25	2,25	6,00
16	108	ARIANE PIANESSER	20/01/1992	0,75	1,50	1,50	2,25	6,00
17	111	JOSIANE HOEPERS	26/03/1992	1,00	1,75	1,00	2,25	6,00
18	119	ANA PAULA FRANÇA	15/03/1995	1,00	1,75	0,50	2,50	5,75

19	97	SÉRGIO ALVES DOS SANTOS	28/01/1972	1,25	1,00	1,25	2,25	5,75
20	73	TATIANA PENZ FELICIANO	29/09/1988	0,75	2,00	0,75	2,25	5,75
21	17	IARA DAROLT	28/03/1996	1,25	1,25	1,00	2,25	5,75
22	50	KARINA GAMBA	06/02/1997	0,75	1,50	1,25	2,25	5,75
23	150	WILLIAM RUAN VANSUITA	12/12/1994	0,50	1,25	0,75	3,00	5,50
24	117	RENATO JOSÉ DE ALMEIDA	06/02/1990	0,50	1,50	0,75	2,75	5,50
25	03	JAMES ANDREAS VETSCH	17/08/1986	0,75	1,00	1,25	2,50	5,50
26	78	JANAINA CARDOZO	09/03/1980	1,00	0,75	0,75	2,75	5,25
27	85	CLEBER REILI MASOTE	07/10/1983	0,50	1,75	0,75	2,25	5,25
28	15	JAÍNI MACHADO	18/08/1997	0,75	1,50	0,75	2,25	5,25
29	116	LORIVAL FELICIANO	15/07/1978	0,50	1,50	0,50	2,50	5,00
30	56	BÁRBARA SABEL	18/05/1992	0,5	1,25	0,75	2,50	5,00
31	107	FABIANE PREILIPPER	24/01/1990	0,50	1,00	1,50	2,00	5,00

Telefonista

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	68	REJANI SCHMITT CLAUDINO DOS SANTOS	30/09/1972	0,75	1,00	1,50	3,00	6,25
2	110	JOSIANA RUCSINSKI	01/07/1993	1,00	1,00	1,25	3,00	6,25
3	105	JULIANE WANGRADT	06/02/1983	0,75	1,00	1,75	2,75	6,25
4	47	KARINA SARDAGNA	02/07/1996	0,50	1,25	1,75	2,25	5,75
5	135	ALESSANDRA FELICIANO	21/09/1996	0,00	1,25	1,00	2,75	5,00
6	88	SOLANGE APARECIDA FAUSTO BOING	27/05/1971	0,25	1,00	1,25	2,50	5,00

Servente/Merendeira

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	PE	PP	Nota Final
1	25	LAURICI SABEL	26/07/1967	0,75	1,00	1,00	2,50	5,25	10,00	7,63
2	35	ROSA AUGUSTIN	15/12/1970	0,75	1,50	1,25	2,25	5,75	9,00	7,38
3	11	ISABEL MERTEN IUNCEK	03/02/1973	0,75	0,75	1,75	3,25	6,50	8,00	7,25
4	34	DENAIR DELUCA KUSTER	13/02/1976	0,75	0,75	1,00	2,75	5,25	8,00	6,63

Motorista

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	PE	PP	Nota final
1	143	RONALDO KOEHLER	14/02/1984	1,25	1,75	1,75	2,50	7,25	9,00	8,13
2	04	VANDERLEI DAROLT	31/05/1971	0,50	1,75	1,75	1,25	5,25	10,00	7,63
3	28	JONAS WACHHOLZ	15/07/1986	1,25	1,75	1,75	2,00	6,75	8,00	7,38
4	24	MÁRCIO RINALDI	30/01/1976	0,50	1,75	1,75	1,25	5,25	9,00	7,13
5	32	JULIO CESAR TOMAZ	03/08/1985	1,50	0,25	1,50	1,75	5,00	9,00	7,00
6	91	DENILSON MENE-GHELLI	14/02/1968	1,25	1,50	1,00	1,50	5,25	8,00	6,63
7	63	JAIR FAUSTO	07/05/1973	1,25	1,00	1,50	1,50	5,25	8,00	6,63
8	92	DIEGO DAROLT	18/06/1988	1,00	1,75	1,00	1,50	5,25	8,00	6,63
9	102	TIAGO FELIPE FRANÇA	08/07/1989	1,25	1,75	1,25	0,75	5,00	8,00	6,50
10	82	MARIO D. DE SOUZA ALMEIDA	02/09/1972	1,50	1,50	1,75	2,00	6,75	6,00	6,38
11	59	GEOVANI MENE-GHELLI DE LIZ	02/09/1987	0,75	1,75	1,25	2,25	6,00	6,00	6,00
12	30	LAERCIO VAHLDEICK	16/09/1987	1,00	1,50	1,75	1,75	6,00	6,00	6,00
13	12	DOUGLAS PETERSEN	25/12/1992	1,25	0,50	1,75	2,25	5,75	6,00	5,88

Operador de Máquinas

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	PE	PP	Nota final
1	65	VANDERLEI DA ROCHA	24/11/1985	1,50	1,75	1,25	1,75	6,25	10,00	8,13
2	45	MAURICIO FRAZÃO	04/10/1993	1,25	1,25	1,50	1,50	5,50	10,00	7,75
3	08	ROMARIO DE AR-RAZÃO	28/09/1993	1,25	1,25	0,75	1,75	5,00	8,00	6,50
4	94	MARCELINO DA-ROLT	29/05/1964	0,75	1,75	1,50	2,25	6,25	5,00	5,63
5	06	SIDEMAR KRAUS	21/09/1985	1,00	1,75	0,75	1,50	5,00	6,00	5,50
6	99	JOSÉ TAVARES	14/08/1966	0,75	1,50	1,25	1,75	5,25	5,00	5,13

Auxiliar de Manutenção e Conservação

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	PE	PP	Nota final
1	29	EDSON HERMINIO FOSSA	01/04/1995	0,75	1,25	1,50	1,75	5,25	6,00	5,63

Auxiliar de Serviços Gerais

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	PE	PP	Nota final
1	74	MAFALDA BARCE-LOS	11/01/1962	1,00	1,50	0,75	3,00	6,25	9,00	7,63
2	54	SIRLEI M. DE JESUS DA SILVA	21/07/1975	1,00	1,50	1,25	2,50	6,25	8,00	7,13
3	20	LISIANE DA CRUZ	30/04/1983	1,00	1,00	1,00	3,25	6,25	7,00	6,63
4	31	PATRICIA DE S. GONÇALVES	02/11/1977	0,75	0,75	1,00	2,50	5,00	7,00	6,00
5	140	JULIANA EZIDIO	21/11/1983	1,00	1,75	0,75	2,50	6,00	6,00	6,00

Fiscal de Tributos

Classi.	Inscri.	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	09	JOICE BATISTA DA SILVA	21/01/1983	1,75	2,00	1,25	3,50	8,50
2	79	MARIO JOSÉ PIRATH JUNIOR	01/07/1981	1,25	1,75	1,25	3,75	8,00
3	118	ORIVAL DE ALMEIDA	05/06/1985	1,00	2,00	1,25	2,50	6,75
4	136	GUSTAVO LUIZ CUNHA	15/09/1989	1,00	2,00	1,00	2,50	6,50
5	144	LUCIANA CORREA FELI-CIANO	04/07/1976	0,50	1,50	1,50	2,50	6,00

Professor Nível II

Classi.	Inscri.	Nome	Data Nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final
1	14	CLEIDE MAIBERG WIPPEL	02/12/1974	1,00	1,25	1,25	2,50	6,00
2	66	ELAINE CRISTINA BENINCA	24/11/1989	1,00	1,50	1,00	2,50	6,00
3	61	PATRICIA HOBOLD ZA-LASKO	14/05/1988	1,00	1,50	0,5	2,75	5,75
4	114	GRACIELI MONDINI	31/03/1988	0,50	1,75	1,00	2,50	5,75
5	37	ROSILENA MEDEIROS DA SILVA FAUSTO	27/06/1969	1,25	1,00	1,50	2,00	5,75
6	134	SILVANA VAVASSORI GAMBA	10/07/1978	0,50	1,50	1,00	2,50	5,50
7	124	MARCIA QUESINSKI	09/11/1981	0,75	1,00	1,25	2,50	5,50
8	51	DENY ELEN DOS SANTOS	06/11/1985	0,50	1,50	1,00	2,50	5,50
9	46	LUCIARA KUHL	04/05/1991	0,50	1,50	1,00	2,50	5,50
10	95	LEONIRCE RINALDI FAUS-TO	08/04/1974	0,25	1,50	1,00	2,50	5,25
11	138	PATRICIA TILLMANN	14/02/1992	0,25	1,00	1,00	2,75	5,00

Legenda: Port = Português
Mat = Matemática
CG = Conhecimentos Gerais
CE = Conhecimentos Específicos
PE = Prova Escrita
PP = Prova Prática

Vitor Meireles, 03 de Setembro de 2014.
Lourival Lunelli
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

Contrato Nº 15/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.
Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
Número do Contrato: 15/2014 - FMS
Objeto: OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ESCRITÓRIO E HOSPITALAR PARA UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA.
Data da Assinatura: 02/09/2014.
Vigência: 01/02/2016.
Valor mensal: R\$ 5.067,06 (cinco mil, sessenta e sete reais e seis centavos).

Contrato Nº 16/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.
Contratado: CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA.
Número do Contrato: 16/2014 - FMS
Objeto: OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ESCRITÓRIO E HOSPITALAR PARA UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA.
Data da Assinatura: 02/09/2014.
Vigência: 01/02/2016.
Valor mensal: R\$ 1.686,00 (um mil, seiscentos e oitenta e seis reais).

Contrato Nº 17/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.
Contratado: DUCA MÓVEIS LTDA.
Número do Contrato: 17/2014 - FMS
Objeto: OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ESCRITÓRIO E HOSPITALAR PARA UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA.
Data da Assinatura: 02/09/2014.
Vigência: 01/02/2016.
Valor mensal: R\$ 8.727,42 (oito mil, setecentos e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos).

Contrato Nº 18/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.
Contratado: VANUSA DIAS EIRELI EPP.
Número do Contrato: 18/2014 - FMS
Objeto: OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ESCRITÓRIO E HOSPITALAR PARA UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA.
Data da Assinatura: 02/09/2014.
Vigência: 01/02/2016.
Valor mensal: R\$ 45.393,50 (quarenta e cinco mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).

PP 54/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2014 - PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de serviços mecânicos em geral para consertar caminhões e ônibus da frota do Município de Xavantina, conforme especificações constantes no anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 16/09/2014.

Abertura: dia 16/09/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 04 de setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO,

Prefeito Municipal.

TP 06/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 06/2014 PMXV

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços técnicos especializados para recuperação de receitas públicas, através do levantamento de dados, realizando encaminhamento e acompanhamento administrativo e/ou judicial da recuperação financeira, em favor do Município de Xavantina/SC.

Tipo: Menor Percentual de Cobrança/Valor Recuperado.

Prazo para protocolo dos envelopes: 06/10/2014, às 14:00 horas.

Abertura da licitação: dia 06/10/2014, às 14:30 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 05 de setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO,

Prefeito Municipal.

Xaxim**PREFEITURA****Decreto 365**

DECRETO Nº. 365/2014.

Anula decreto 049/2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e considerando a recomendação Nº. 0002/2014/02PJ/XAX, oriunda do Ministério Público da Comarca de Xaxim, em autos de Inquérito Civil sob o nº. 06.2014.00008170-4, que é parte anexo do presente.

DECRETA:

Art. 1º Declara-se nulo o Decreto Nº. 049/2014, ao qual decretou a estabilidade da servidora municipal Clecy Adélia Bertolo, ocupante do cargo de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, registrada sob a matrícula 4866.

Art. 2º Fica reaberto o estágio probatório da servidora, ao qual passará a contar da data da publicação do presente, com 20 (vinte) meses cumpridos, restando desta forma 16 (dezesesseis) meses para completar o prazo legal.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município

Portaria 1183

PORTARIA Nº 1183 /2014.

Prorroga prazo do Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº 940/2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, art. 200, parte final, da Lei 1.729/94; e,

Considerando que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e eficiência, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando o excesso de trabalho encontrado pelos membros da Comissão que não conseguem reunir-se com frequência;

Considerando que os Processos Administrativos Disciplinares não poderão ser concluídos no prazo assinalado inicialmente, tendo em vista diligências que se fizeram necessárias durante o andamento processual; e

Considerando o excesso de trabalho verificado no Órgão de assessoramento à Comissão, qual seja, a Procuradoria-Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº 940/2014, que é movido em relação ao Servidor P. A. A. P., pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, para conclusão do Procedimento, com vigência à partir do dia 03 de setembro de 2014.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente em vigor, na data de sua publicação.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Administrativo

Aviso de Dispensa 046/2014 Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA, A SABER:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2014

HOMOLOGAÇÃO: 03/09/2014

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE MÓVEIS PERETTI LTDA - CNPJ 85.362.879/0001-74

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA POLTRONA PARA MANUTENÇÃO DE PACIENTE ACAMADO

VALOR DA DESPESA: R\$ 690.00 (SEISSENTOS REAIS)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

XAXIM, 03 DE SETEMBRO DE 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito

Consórcios

CONSÓRCIO CATARINA

Edital de Convocação de Assembléia Geral Extraordinária Dia 08/09/2014

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que dispõem os Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro do Artigo 21 e Parágrafo Único do Artigo 23 do Estatuto Social, CONVOCA os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 8 de setembro de 2014, às dez horas (10 horas), com a presença mínima de ½ (metade) mais um dos representantes dos entes consorciados (Chefes de Poder Executivo), em primeira convocação, ou 1/3 (um terço) dos consorciados em segunda convocação, tendo como local a Sala dos Prefeitos da sede da AMUREL, localizada à Rua Rio Branco, 67, Bairro Vila Moema, Município de Tubarão/SC.

FUNDAMENTAÇÃO

O Presidente entende que para que o Consórcio possa desenvolver efetivamente suas atividades, há que se propiciarem as condições mínimas necessárias. Entende também que essas condições somente poderão ser geradas mediante a disponibilização dos indispensáveis recursos financeiros para o custeio das suas despesas correntes. Nesse sentido, o Presidente vê com muita preocupação a sustentabilidade do Consórcio, uma vez existir uma substancial defasagem entre os recursos financeiros até agora aportados e as suas reais necessidades.

Propõe, portanto, que essa questão, por importante que é, seja submetida à apreciação da assembléia, em caráter de urgência.

Tubarão, 02 de setembro de 2014.

João Oávio Falchetti

Presidente do Consórcio Catarina